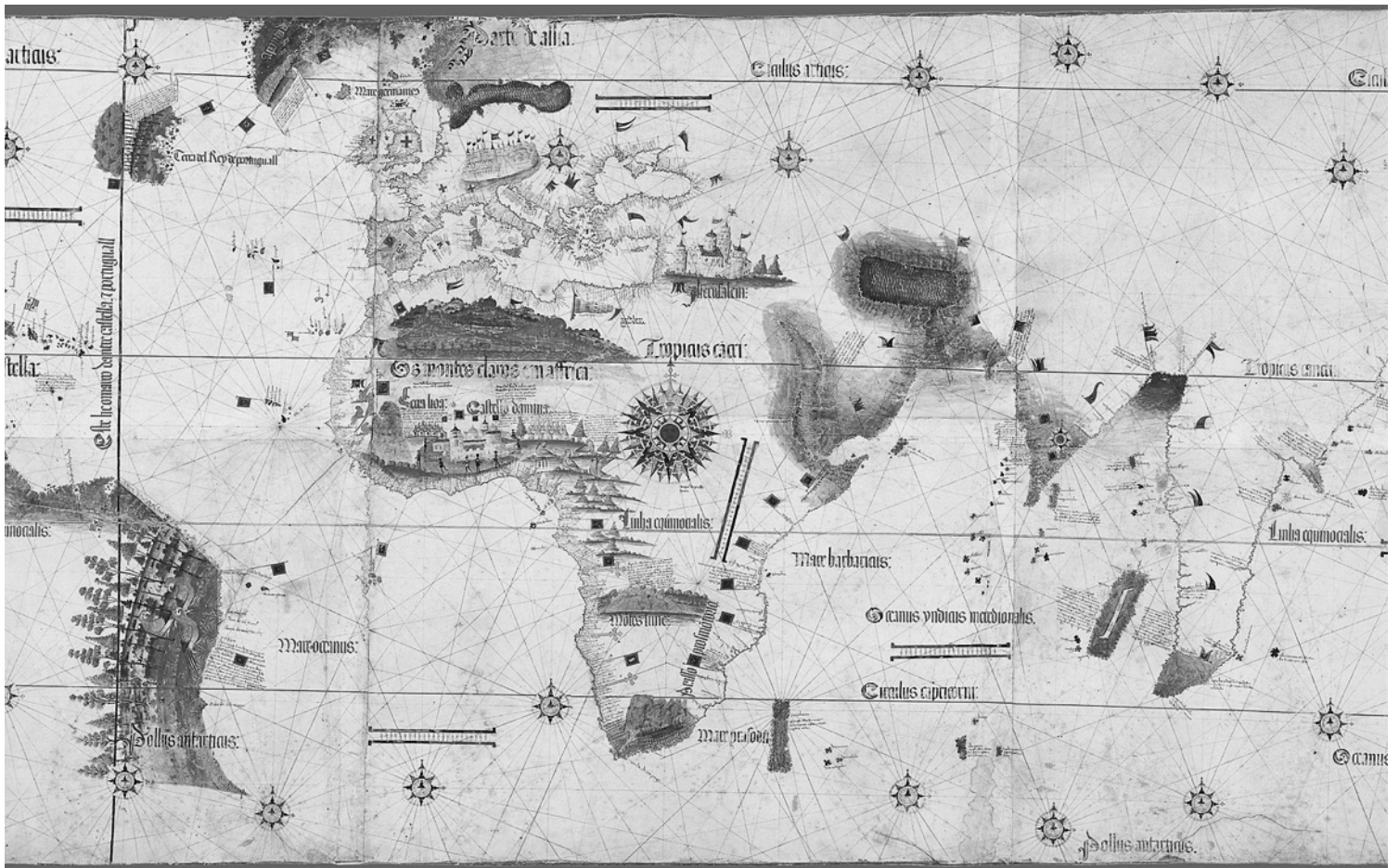


Bo, tu e você

VÉRTICES DO TRIÂNGULO DAS BERMUDAS DO SISTEMA DE
TRATAMENTO DO *EMERGENTE* PORTUGUÊS DE CABO VERDE

TIAGO MOUTA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM
ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA: INVESTIGAÇÃO E ENSINO
UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE ABERTA

Bo, tu e você

VÉRTICES DO TRIÂNGULO DAS BERMUDAS DO SISTEMA DE
TRATAMENTO DO *EMERGENTE* PORTUGUÊS DE CABO VERDE

FICHA TÉCNICA

tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
título	<i>Bo, tu e você – vértices do triângulo das Bermudas do sistema de tratamento do emergente português de Cabo Verde</i>
capa	Planisfério de Cantino (1502)
autor	Tiago Mouta
orientadora	Isabel Roboredo Seara
co-orientadora	Dominika Swolkien
curso	Mestrado em Estudos de Língua Portuguesa: Investigação e Ensino
local	Mindelo, São Vicente – Cabo Verde
data	2019

para ti, Cara Gorda, por todos os segundos roubados...

e para ti também, Vichuca (é o nominha que o teu irmão te inventou há meses), lembrando David Foster Wallace, "a supposedly fun thing I'll never do again", livraste-te de boa...

A todos os **TIGRES MINDELENSES** (e aos das outras ilhas também) que, desde 2011, se sentam diante de mim, uns cheios de enfado e de “medos” relativamente à língua portuguesa, outros repletos de *água* para me oferecer, *tigres* sem os quais não havia o que investigar nem para quem investigar. Assim, em particular, porque a empatia é coisa que não sei discutir, apenas sei que é “uma anulação da distância” (cf. Cruz, 2017), obrigado, Chedy, Hernany, Ricardo, Emily, obrigado, Eddy, Davidson, José, Thiago, Jéssica, Lucilene, Lenzza, obrigado, Sónia, Rossini, Arlete, Pedro, obrigado, Geanina, Elba, Yannick, Admilson, Adlene, Fabiano, Chrisney, obrigado, Heloísa, William, Denise, Mónica, obrigado, Frederico, Yasmine, Heidi, Alice, Edir, Abimael, Larissa.

Professora Doutora **ISABEL ROBOREDO SEARA**, simplesmente por ser exactamente como é, nada *diglóssica*, tão viva e apaixonada na escrita como em presença. Sinto-me imensamente privilegiado por a ter tido aqui mesmo *do outro lado do mar* ao longo deste percurso. Obrigado pelas palavras certas no momento certo, por aquele almoço de 4 horas em Lisboa lá para Setembro de 2017, pela experiência do SIMELP em Outubro de 2017 – sem si, fazer aquela comunicação diante da minha bibliografia feita gente, teria sido muito mais difícil. Obrigado por me ter feito conhecer a professora Maria Helena Araújo Carreira, Maria Aldina Marques, Veronica Manole, Luiz Antônio da Silva, Carlos Gouveia, Isabelle Simões Marques. Obrigado pelas observações pertinentes e pela condescendência para com certas pequenas excentricidades.

Professora Doutora **DOMINIKA SWOLKIEN**, desde 2014, pela abertura ao universo crioulista, pelas *quatro mãos* em Santiago e em Ziguinchor, pela oportunidade de travar conhecimento com Jürgen Lang, Nicolas Quint, Nélia Alexandre, Anna Jon-And, Fernanda Pratas, Hugo Cardoso, Amália Lopes, Ana Josefa Cardoso. Obrigado pela disponibilidade permanente, dos telefonemas infindáveis Mindelo-Mindelo, Mindelo-Praia, até Mindelo-Lisboa, às vezes a horas impróprias, às dúvidas impertinentes e às outras também. Obrigado pelo rigor, pela capacidade ímpar de análise.

Às 7 esplêndidas professoras do mestrado em Estudos de Língua Portuguesa: Investigação e Ensino. Sem as portas e janelas abertas pelas professoras doutoras Isabel Falé, Paula Mendes Coelho, Isabel Roboredo Seara, Isabel Barros Dias, Ana Rita Padeira, Rosa Maria Sequeira e Maria Potes Barbas, a presente dissertação seria um fastidioso monólogo de mim comigo mesmo. Obrigado aos 4 professores da Faculdade de Letras que *tenho* sempre comigo: Inocência Mata, Guilhermina Jorge, Dulce Pereira e Pierre Lejeune.

MADRE, por tudo desde finais de 1976 e, em particular, pelo gosto pelos livros e por aquele já antigo acordo tácito que diz que todos os livros que te ofereço são meus, acordo sem o qual a escrita desta dissertação não se teria feito ao som de *Jalan Jalan*, de Afonso Cruz. Obrigado, **PITA MARIA**, pois, sem aquele outro acordo ainda mais antigo de as-jóias-são-tuas-e-os-livros-são-meus, o *Jalan Jalan* não estava nestas páginas.

Joseph, Ducha, Manuel, António Maria e Kikinha. Obrigado, **GORDEINZAS**, em particular, pelo *sangue que não se lava*, Tia Fat, pela generosidade de sempre, Tia Lena, pela atenção, interesse e disponibilidade permanentes, Nuninski, Gordinho. Obrigado, Elisabete, por todos os cafés no 'Italiano' em que se dispôs a ouvir-me discorrer acerca dos meus *dramas* de tratamento, das minhas dúvidas absurdas, das minhas irritações com as asneiras que uns dizem e outros escrevem. Obrigado pela ajuda preciosa com a estória "cinematográfica" por detrás do *nominha Basana*. Também, obrigado pela paciência para comigo.

Ainda, obrigado, Eneida, pelas eliciações em crioulo de *SonCent*, Ana Carolina, pelas eliciações em *brasileiro*, Sahida, Tia Gaga, finalmente, a expressão do *lado do meu outro lado*, Martinha, pela revisão do "meu" francês, Uli, claro que tinhas razão, isto a acabar e já se sente um "vazio", Jean I., meu primeiro e único professor de crioulo, em Lisboa e no Mindelo, Tia Diva, **Eva Azul**, Almada, Nuno M. Martins, Sílvia (e todos os *Djes*), Doca, António Tavares, Miriam, Jorge Araújo, Ana Sofia, Buga, Soraia, Miss D, Eva Caldeira Marques, Rita Margarida, Tio John, Tia Mimi, Nuno Gomes, CC, Valda, Dulce Lush, Liliana Rodrigues, Vona's, Andreia Monteiro, Ary, Belarmino Lucas, Cilene, Djai, Eileen, Eliane, Herina, Idá, Keks, Maria Delgado, Maria Lima, Perpétua, Roselma, Titita, Vera, Mingas, Filena, Yasmine, Lúcia e...

Enquanto os estudos sobre as variedades do português de Angola e de Moçambique (Gonçalves, 2013), até mesmo de São Tomé e Príncipe (Gonçalves e Hagemeyer, 2015), demonstram já uma apreciável maturidade, o interesse e a investigação acerca do chamado português de Cabo Verde (PCV), que datam sobretudo da última década, mostram-se ainda prematuros. Alguns investigadores debruçaram-se sobre o preenchimento do sujeito (Lopes, 2011), concordância (Jon-And, 2011), selecção e colocação de clíticos (Lopes e Campos, 2015) ou regência verbal (Alexandre, 2018). Há, contudo, vertentes linguísticas ainda por aprofundar – fonologia e fonética, léxico, semântico-pragmática e sistema de tratamento.

É assim o principal objectivo da presente dissertação descrever e analisar o uso do tratamento alocutivo (no singular) do português em Cabo Verde com base num vasto *corpus* escrito constituído por 350 textos de universitários oriundos apenas da ilha de São Vicente.

Da descrição e análise do *corpus*, e da experiência quotidiana no terreno desde 2008, resulta a nossa convicção de que o sistema de tratamento – entendido como o conjunto das formas de tratamento pronominais, nominais e verbais usadas na interacção verbal – se constitui como a área crítica, por excelência, do *emergente* PCV (ePCV). Tornou-se, assim, imprescindível reflectir também acerca da própria emergência da variedade cabo-verdiana do português, o que implicou analisar e desmistificar a actual ecologia linguística do arquipélago exibida na literatura – da diglossia estrita ao prestígio “histórico” do português.

Com o intuito de perceber as possíveis origens dos inúmeros desvios de tratamento segundo a norma padrão do português europeu, considerámos, à partida, três hipóteses: 1| transferências estruturais morfossintácticas com origem na língua materna – crioulo de São Vicente (CSV); 2| aspectos pragmáticos que denotam o modo como o CSV e o português operacionalizam os respectivos sistemas de tratamento; e 3| peso da presença “indirecta” do português brasileiro (PB). Da análise morfossintáctica, resulta a eleição do imperativo como o traço mais instável do sistema de tratamento do ePCV, enquanto a análise semântico-pragmática revela a ocorrência de um *você* de traços do *bosê* do CSV e, sobretudo, a relevância da pragmática cabo-verdiana perante as dinâmicas sociais portuguesas e brasileiras. Os resultados apontam para a produção individual instável de certos falantes e para traços parcial ou totalmente atribuíveis às influências directa do CSV e indirecta do PB. Em nosso entender, é precoce e impressionista a assunção do chamado PCV.

palavras-chave: contacto linguístico; crioulo cabo-verdiano; português europeu; português brasileiro; sistema de tratamento; *emergente* português de Cabo Verde

While research on varieties of Portuguese from Angola and Mozambique (Gonçalves, 2013), or even from São Tomé and Príncipe (Gonçalves and Hagemeijer, 2015), has already shown considerable maturity, awareness of and research into the so-called Portuguese of Cape Verde (PCV) dates mainly from the last decade and is still in its infancy. Some researchers have focused on overt subjects (Lopes, 2011), agreement (Jon-And, 2011), clitic selection and placement (Lopes and Campos, 2015) or verb government (Alexandre, 2018). There are, however, several linguistic areas, such as phonetics and phonology, lexicon, semantics and pragmatics or address system that have hardly been studied.

The main goal of this dissertation is, thus, to describe and analyse the use of singular allocutive address forms in Portuguese in Cape Verde based on a vast written corpus composed of 350 texts produced by university students from the island of São Vicente.

The description and examination of the corpus as well as our daily participant observation since 2008, have made clear that the address system, i.e. a set of pronominal, nominal and verbal forms of address used in verbal interaction, is the critical area par excellence in the *emerging* PCV (ePCV). Moreover, it has become necessary to reflect on the very emergence of a Cape Verdean variety of Portuguese. This has implied a reassessment of concepts such as diglossia and the “historical” prestige of the Portuguese language to demystify the linguistic ecology of the archipelago as currently presented in the literature.

In order to understand possible origins of several differences in address system while compared with standard European Portuguese, we considered three hypotheses: 1| morphosyntactic structural transfer from the mother tongue, i.e. São Vicente Creole (CSV); 2| pragmatic aspects that reflect different manners in which CSV and Portuguese operationalize their respective address systems; and 3| importance of an “indirect” presence of Brazilian Portuguese (PB). The morphosyntactic analysis has revealed that the imperative mode is the most unstable trait of the ePCV address system, while the semantic-pragmatic analysis has shown instances of the use of *você* with traces of *bosê* from CSV and, above all, the weight of the local pragmatic setting vis-à-vis Portuguese and Brazilian social dynamics. The results point to unstable individual production of certain speakers and to features which are partially or totally attributable to direct influence of CSV and indirect impact of PB. In our view, the assumption of the existence of the so-called PCV is premature and impressionistic.

keywords: language contact; Cape Verdean Creole; European Portuguese; Brazilian Portuguese; address system; *emerging* Portuguese of Cape Verde

Les études sur les variétés du portugais d'Angola et de Mozambique (Gonçalves, 2013), même de São Tomé et Príncipe (Gonçalves et Hagemeijer, 2015), montrent déjà une notable maturité ; en revanche, l'intérêt et la recherche sur l'intitulé portugais du Cap-Vert (PCV), se révèlent encore prématurés et datent surtout de la dernière décennie. Certains chercheurs se sont concentrés sur la présence du sujet (Lopes, 2011), l'accord (Jon-And, 2011), la sélection et le placement des clitiques (Lopes et Campos, 2015) ou la régence verbale (Alexandre, 2018). Cependant, quelques aspects linguistiques restent encore à approfondir – phonologie et phonétique, lexique, sémantico-pragmatique et système d'adresse.

Dans ce sens, l'objectif principal de la présente dissertation est celui de décrire et analyser l'emploi de l'adresse allocutive (au singulier) du portugais au Cap-Vert, à partir d'un *corpus* écrit composé de 350 textes d'universitaires issus uniquement de l'île de São Vicente.

De la description et analyse du *corpus* ainsi que de l'expérience quotidienne sur le terrain depuis 2008, résulte la conviction que le système d'adresse – l'ensemble des formes d'adresse pronominales, nominales et verbales utilisées dans l'interaction verbale – est le domaine critique, par excellence, du PCV *émergent* (ePCV). Ainsi, il est devenu essentiel de réfléchir aussi à l'émergence de la variété capverdienne du portugais, ce qui nous a entraîné à analyser et démystifier l'actuelle écologie linguistique de l'archipel tel qu'exposé dans la littérature – de la diglossie stricte au prestige « historique » du portugais.

Afin de comprendre les origines possibles des nombreux écarts d'adresse selon le portugais européen standard, nous avons envisagé, initialement, trois hypothèses : 1| transferts morphosyntaxiques provenant de la langue maternelle – le créole de São Vicente (CSV) ; 2| aspects pragmatiques qui dénotent le mode comme le CSV et le portugais opérationnalisent les respectives systèmes d'adresse ; et 3| poids de la présence « indirecte » du portugais brésilien (PB). De l'analyse morphosyntaxique, résulte l'élection de l'impératif comme le trait le plus instable du système d'adresse du ePCV, alors que l'analyse sémantico-pragmatique révèle l'occurrence d'un *você* de traits du *bosê* du CSV et, surtout, la pertinence de la pragmatique capverdienne face aux dynamiques sociales portugaises et brésiliennes. Les résultats indiquent la production individuelle instable de certains locuteurs et à des traits partielle ou totalement attribuables aux influences directe du CSV et indirecte du PB. À notre avis, il est précoce et impressionniste la présomption de l'existence de l'intitulé PCV.

mots-clés: contact linguistique; créole capverdien; portugais européen; portugais brésilien; système d'adresse; *émergent* portugais du Cap-Vert

DEDICATÓRIA	IV
OBRIGADO	VI
RESUMO	VIII
<i>ABSTRACT</i>	IX
<i>RÉSUMÉ</i>	X
ÍNDICE	XI
GRÁFICOS, IMAGENS, MAPAS E QUADROS	XV
ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	XVIII
DECLARAÇÃO DE INTENÇÕES ORTOGRÁFICAS	XXI
INFRACÇÃO ARITMÉTICA	XXII
EPÍGRAFES	XXIII

CAPÍTULO UM | Introdução **1**

SECÇÃO 1.1 Objectivos e estrutura da dissertação	2
SECÇÃO 1.2 No Atlântico e lá fora	8
SECÇÃO 1.3 <i>Na txon d'Sonsent</i>	10
SECÇÃO 1.4 As línguas cabo-verdianas	12
SECÇÃO 1.5 Português Língua...	20
SECÇÃO 1.6 Português <i>de</i> Cabo Verde?	26

CAPÍTULO DOIS | Metodologia **31**

SECÇÃO 2.1 Origem, organização e tratamento do <i>corpus</i>	32
SECÇÃO 2.2 <i>Corpus</i> ePCV	34
SECÇÃO 2.3 Do <i>corpus</i> escrito em Cabo Verde	43
SECÇÃO 2.4 De Santa Luzia a Amílcar Cabral	47

CAPÍTULO TRÊS | Revisão da Literatura **56**

SECÇÃO 3.1 Sistema de tratamento: de Lindley Cintra até hoje	57
SUBSECÇÃO 3.1.1 Lindley Cintra (1972)	57
SUBSECÇÃO 3.1.2 Maria Emília Ricardo Marques (1995)	63

SUBSECÇÃO 3.1.3 Gunther Hammermüller (2004)	67
SUBSECÇÃO 3.1.4 Maria Helena Araújo Carreira (2004-2014)	70
SECÇÃO 3.2 O chamado PCV: o português “falado” em Cabo Verde	80
ANA CRISTINA VIEGAS DAS NEVES 2007	82
CARLOS FILIPE GUIMARÃES FIGUEIREDO 2010	82
NÉLIA ALEXANDRE, RITA GONÇALVES E TJERK HAGEMEIJER 2011	83
ANNA JON-AND 2011	83
AMÁLIA MARIA VERA-CRUZ DE MELO LOPES 2011	84
FRANCISCO JOÃO LOPES E EDNALVO APÓSTOLO CAMPOS 2015	89
MARIA ANTÓNIA MOTA 2015	90
TJERK HAGEMEIJER 2016	91
FRANCISCO JOÃO LOPES 2017	93
NÉLIA ALEXANDRE 2018	96
NÉLIA ALEXANDRE E RITA GONÇALVES 2018	98
NÉLIA ALEXANDRE E MÁRCIA OLIVEIRA 2018	101
FRANCISCO JOÃO LOPES E MÁRCIA OLIVEIRA 2018	102
CAPÍTULO QUATRO Sistemas de Tratamento em Contacto	105
SECÇÃO 4.1 Abertura	106
SECÇÃO 4.2 Crioulo de São Vicente	107
SUBSECÇÃO 4.2.1 Tratamento pronominal	108
SUBSECÇÃO 4.2.2 Tratamento nominal	110
PONTO 4.2.2.1 Títulos	112
PONTO 4.2.2.2 Nomes de reverência	114
PONTO 4.2.2.3 <i>Nominhas</i>	116
SECÇÃO 4.3 <i>São Vicente é um brasilim</i>	121
SECÇÃO 4.4 Português europeu <i>versus</i> português brasileiro	126

SECÇÃO 4.5 Palavras primeiro	132
SUBSECÇÃO 4.5.1 De corpo português e alma cabo-verdiana	133
SUBSECÇÃO 4.5.2 De voz brasileira	136
CAPÍTULO CINCO Abordagem Morfossintáctica	141
SECÇÃO 5.1 Abertura	142
SECÇÃO 5.2 Perspectiva panorâmica	145
SECÇÃO 5.3 Formas de tratamento pronominais	149
SUBSECÇÃO 5.3.1 Oblíquos	149
SUBSECÇÃO 5.3.2 Clíticos	153
SUBSECÇÃO 5.3.3 Reflexos	158
SUBSECÇÃO 5.3.4 Possessivos	161
SECÇÃO 5.4 Formas de tratamento verbais	163
SUBSECÇÃO 5.4.1 Indicativo e conjuntivo	164
SUBSECÇÃO 5.4.2 Imperativo	166
PONTO 5.4.2.1 Variação da 3SG para a 2SG	167
PONTO 5.4.2.2 Variação da 2SG para a 3SG	171
PONTO 5.4.2.3 Imperativo negativo não padrão	174
SUBSECÇÃO 5.4.3 Infinitivo flexionado	177
SECÇÃO 5.5 Síntese da análise morfossintáctica	180
CAPÍTULO SEIS Abordagem Semântico-Pragmática	184
SECÇÃO 6.1 Abertura	185
SECÇÃO 6.2 <i>Diazá N k'oió-b!</i>	186
SECÇÃO 6.3 <i>De vossa mercê a bosê</i>	188
SUBSECÇÃO 6.3.1 <i>Você, Brasil, é parecido com a minha terra</i>	194
SUBSECÇÃO 6.3.2 <i>Essa forma distante de tratar...</i>	198
SUBSECÇÃO 6.3.3 <i>– Dona, ca bocê senti medo, ahoje mar stá...</i>	201

SUBSECÇÃO 6.3.4 Tal como Deus, sem dúvidas, brasileiro!	205
SECÇÃO 6.4 Do grau zero de cortesia à descortesia	207
SUBSECÇÃO 6.4.1 Da repetição de <i>o senhor</i>	210
SUBSECÇÃO 6.4.2 Será <i>o senhor</i> descortês?	215
SUBSECÇÃO 6.4.3 Outras formas de tratamento nominais	217
SUBSECÇÃO 6.4.4 Vocativos	221
SECÇÃO 6.5 Síntese da análise semântico-pragmática	231
CAPÍTULO SETE Considerações Finais	237
SECÇÃO 7.1 Viver em português dentro de quatro paredes	238
SECÇÃO 7.2 Escolhas e “esquizofrenia” de tratamento	244
SECÇÃO 7.3 Instabilidades morfossintáticas	251
SECÇÃO 7.4 Pragmática mindelense	256
SECÇÃO 7.5 Exortação aos tigres	261
ÚLTIMA PÁGINA	263
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	264
ANEXO 1 diálogos do <i>corpus</i> Capítulo Dois & Capítulo Quatro	
ANEXO 2 diálogos do <i>corpus</i> Capítulo Cinco	
ANEXO 3 diálogos do <i>corpus</i> Capítulo Seis	

CAPÍTULO UM – Introdução

Quadro 1 Eixos de transversalidade do sistema de tratamento do português em Cabo Verde _____	4
Mapa 1 Cabo Verde _____	8
Mapa 2 São Vicente _____	10
Quadro 2 Percentagem de falantes do <i>corpus</i> que incluíram o português na resposta à pergunta <i>Que línguas estrangeiras é que sabe falar?</i> _____	21
Quadro 3 Percentagem de falantes do <i>corpus</i> que incluíram o português na resposta à pergunta <i>Que línguas estrangeiras é que sabe falar?</i> (por ano lectivo) _____	21
Quadro 4 Língua portuguesa em Cabo Verde (faixas etárias e estatuto) _____	23

CAPÍTULO DOIS – Metodologia

Gráfico 1 Origem dos falantes do <i>Corpus</i> ePCV _____	34
Quadro 5 Instituição de ensino superior/Empresa dos falantes do <i>corpus</i> _____	35
Quadro 6 Idade (por faixa etária) e género dos falantes do <i>corpus</i> _____	36
Quadro 7 Percentagem de falantes do <i>corpus</i> com o CSV como L1 (por ano lectivo) ____	37
Quadro 8 Análise quantitativa das respostas à pergunta <i>Os seus pais falam (falavam) português em casa?</i> _____	37
Quadro 9 Análise qualitativa das respostas à pergunta <i>Os seus pais falam (falavam) português em casa?</i> _____	38
Quadro 10 Diálogos T e diálogos V _____	40
Quadro 11 Diálogos T e diálogos V com turnos de fala “não marcados” _____	41
Quadro 12 Diálogos T e diálogos V com turnos de fala “marcados” _____	42
Mapa 3 Representação de Cabo Verde no <i>corpus</i> _____	47
Mapa 4 Representação de São Vicente no <i>corpus</i> _____	48
Mapa 5 Representação do Mindelo (fora da <i>morada</i>) no <i>corpus</i> _____	49
Mapa 6 Representação da <i>morada</i> (centro da cidade) no <i>corpus</i> _____	51

CAPÍTULO QUATRO – Sistemas de Tratamento em Contacto

Quadro 13 FTP alocutivas do CSV _____	108
Quadro 14 FTN alocutivas do CSV _____	111
Quadro 15 Abrangência social de uso dos <i>nominhas</i> (estruturas) _____	119
Quadro 16 <i>Nominhas</i> em nomes artísticos (ou públicos) _____	120
Quadro 17 Tratamento pronominal alocutivo (no singular) do PE e do PB _____	127
Quadro 18 Principais diferenças entre os sistemas de tratamento do PE e do PB _____	131

CAPÍTULO CINCO – Abordagem Morfossintáctica

Quadro 19 Sistematização das FTP e FTV alocutivas do singular analisadas no <i>corpus</i> (a partir de Lindley Cintra [1972]) _____	144
Quadro 20 Panorama de uso do sistema de tratamento no <i>corpus</i> (por categorias de FTP e FTV e por falantes) _____	145
Gráfico 2 Uso de 4 ou mais FTP e FTV no <i>corpus</i> _____	146
Gráfico 3 Uso de 3 ou menos FTP e FTV no <i>corpus</i> _____	146
Quadro 21 Evolução do (não) domínio de 4 ou mais categorias de FTP e FTV no <i>corpus</i> (por ano lectivo) _____	146
Quadro 22 Evolução do (não) domínio de 3 ou menos categorias de FTP e FTV no <i>corpus</i> (por ano lectivo) _____	147
Quadro 23 Resultados da análise das FTP (% de falantes) _____	149
Quadro 24 Resultados da análise das FTV (% de falantes) _____	163
Quadro 25 Uso total do imperativo no <i>corpus</i> (número de ocorrências) _____	166
Quadro 26 Género de desvios no uso do imperativo (número de ocorrências) _____	167
Quadro 27 Imperativo – variação da 3 ^{SG} para a 2 ^{SG} (distribuição verbal) _____	170
Quadro 28 Imperativo – variação da 2 ^{SG} para a 3 ^{SG} (distribuição verbal) _____	173
Quadro 29 Imperativo negativo não padrão (distribuição verbal) _____	176

Quadro 30 Evolução do uso do imperativo negativo não padrão no <i>corpus</i> (por ano lectivo e número de falantes) _____	177
--	-----

CAPÍTULO SEIS – Abordagem Semântico-Pragmática

Quadro 31 Sistematização das FTP e FTN alocutivas do singular analisadas no <i>corpus</i> _	185
--	-----

Quadro 32 Percepção do espectro espaço-temporal da informalidade e da formalidade no CSV e no PE _____	187
---	-----

Imagem 1 Evolução diacrónica de <i>vossa mercê</i> até <i>bosê</i> _____	190
---	-----

Quadro 33 Uso pragmático de <i>você</i> ^{PB} , <i>você</i> ^{PE} e <i>bosê</i> ^{CSV} _____	191
---	-----

Quadro 34 Resultados da análise do uso de <i>tu</i> e <i>você</i> no <i>corpus</i> (% de falantes) _____	191
---	-----

Quadro 35 Uso de <i>você</i> em diálogos com turnos de fala “não marcados” _____	192
---	-----

Quadro 36 Uso de <i>você</i> em diálogos com turnos de fala “marcados” _____	193
---	-----

Quadro 37 Evolução do uso de <i>você</i> no <i>corpus</i> (por ano lectivo e número de falantes) _	194
---	-----

Figura 1 <i>Continuum</i> de valores pragmáticos de <i>você</i> presentes no <i>corpus</i> _____	204
---	-----

Quadro 38 Cruzamento dos dados relativos ao uso do imperativo negativo não padrão com os dados referentes ao uso do <i>você</i> ^{PB} e do <i>você</i> ^{CSV} _____	205
--	-----

Quadro 39 Variação de tratamento assimétrico em sala de aula _____	208
---	-----

Imagem 2 Do grau zero de cortesia à descortesia _____	209
--	-----

Quadro 40 Resultados da análise das FTN (% de falantes) _____	210
--	-----

Quadro 41 Uso de <i>o senhor</i> em diálogos V com turnos de fala “marcados” (sem <i>você</i>) _	211
--	-----

Quadro 42 Presença de vocativos em diálogos V e em diálogos V com <i>o senhor</i> e com outras FTN _____	222
---	-----

Quadro 43 Vocativos presentes nos diálogos do <i>corpus</i> _____	223
--	-----

Quadro 44 Vocativos do <i>corpus</i> construídos com os possessivos de 1SG _____	229
---	-----

[†] | Falecido

1PL¹ | Primeira Pessoa do Plural

2PL | Segunda Pessoa do Plural

3PL | Terceira Pessoa do Plural

1SG | Primeira Pessoa do Singular

2SG | Segunda Pessoa do Singular

3SG | Terceira Pessoa do Singular

AC | Análise Contrastiva

ACBLPE | Associação de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola

AD | À Descoberta – programa da Televisão de Cabo Verde

AE | Análise de Erros

ALUPEC | Alfabeto Unificado para a Língua Cabo-Verdiana

ART | Artigo

CCB | Câmara de Comércio de Barlavento

CCM | Centro Cultural do Mindelo

CCV | Crioulo de Cabo Verde

COM | Comitativo

COMP | Complementador

CONJ | Conjunção

COP | Cópula

CSV | Crioulo de São Vicente

CV | *Cabo-Verdiano*

CV | *Cape Verde*

CVP | *Cape Verdean Portuguese*

DEM | Demonstrativo

ePCV | *emergente* Português de Cabo Verde

ESL | *English as a second language*

EUA | Estados Unidos da América

FFA | *Face Flattering Act*

FT | *Forma(s) de Tratamento(s)*

¹ Para as glosas usadas na dissertação, adoptámos as abreviaturas das *Leipzig Glossing Rules* (versão de 2008, actualizada em 2015), com as respectivas traduções para a língua portuguesa aqui presentes. Na falta de algumas abreviaturas, acrescentámos CONJ para 'conjunção', HON para 'honorífico', PREP para 'preposição' e TMA para 'tempo, modo, aspecto'. As abreviaturas em itálico não constam do texto original da dissertação, mas apenas de fontes citadas.

FTA | *Face Threatening Act*
FTN | Formas de Tratamento Nominais
FTP | Formas de Tratamento Pronominais
FTV | Formas de Tratamento Verbais
HON | Honorífico
IIPC | Instituto da Investigação e do Património Culturais
INE | Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
ISCEE | Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais
IUE | Instituto Universitário de Educação
IURD | Igreja Universal do Reino de Deus
IV | *Indigenized Variety*
L1 | Língua Materna
L2 | Língua Segunda
LCV | *Língua Cabo-Verdiana*
LE | Língua Estrangeira
LP | *Língua Portuguesa*
O | Oeste
OP | Observação Participante
M_EIA | Mindelo_Escola Internacional de Arte
N | Norte
NEG | Negação
P | Pernambuco
PA | Português de Angola
PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PB | Português Brasileiro
PCV | *Português de Cabo Verde*
PE | Português Europeu
pg. | *portugais*
PL2 | Português Língua Segunda
PLE | Português Língua Estrangeira
PLNE | Português Língua Não Estrangeira
PM | Português de Moçambique
POSS | Possessivo
POCV | *Português Oral de Cabo Verde*
PREP | Preposição

PRS | Presente

PST | Passado

PST | Português de São Tomé e Príncipe

QECR | Quadro Europeu Comum de Referência

RCV | Rádio de Cabo Verde

REL | Relativo

RJ | Rio de Janeiro

SIC | Sociedade Independente de Comunicação

SIMELP | Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa

SN | *Sintagma Nominal*

SP | São Paulo

TCV | Televisão de Cabo Verde

TIVER | Televisão Independente de Cabo Verde

TMA | Tempo, Modo, Aspecto

VOC | Vocativo

Uni-CV | Universidade de Cabo Verde

A presente dissertação não segue a grafia do *novo* acordo ortográfico de 16 de Dezembro de 1990 porque o seu autor, como Angola, Moçambique, a Guiné-Bissau e Timor-Leste, simplesmente não a conhece. Ou porque a professora Maria Eugénia, lá para os idos de 1981, ou coisa que o valha, tanto se esforçou para que aprendêssemos a escrever sem erros ortográficos. Ou porque aguentar com a “brincadeira” de René Magritte do cachimbo que não o é, é coisa profunda que nos faz perceber *la trahison des images*, agora brincar com a evaporação de acentos agudos que nos torna mudos perante a pergunta do Manuel Maria acerca daquele ‘para’ que se lê ‘pára’ ao ler *Aquela nuvem e outras* de Eugénio de Andrade, é coisa que não se faz. Ou então só porque sim, para não falar daquelas “aulas” em Letras...

A presente dissertação não tem 110 páginas. Porque não há qualquer investigação acerca do sistema de tratamento do *emergente* português de Cabo Verde (ePCV). Não há mesmo qualquer investigação de fundo sobre o ePCV. E não há também investigação publicada em torno do sistema de tratamento do crioulo de Cabo Verde. A infracção aritmética que cometemos deve-se também à extensão do *corpus* da dissertação, que envolveu uma análise profunda de 350 diálogos de universitários produzidos entre 2011 e 2017 – dimensão quantitativa e temporal que, contudo, permitiu observar a evolução de certos fenómenos. Também será relevante o facto de a presente investigação se encontrar no cruzamento do contacto linguístico com o sistema de tratamento, da morfossintaxe com a semântica-pragmática, da sociolinguística com as variedades africanas do português. Também terá, por certo, pesado o nosso interesse gradual na procura de respostas às perguntas que se nos impuseram ao longo do percurso.

*Ben, bo dzem bo nome
Se bo e fidje d'cabverdian
Ben, no juntá voz
No ben cantá nos morna¹*

Manuel d'Novas
[na voz de Ildo Lobo]

Dali inferi que, em algumas cidades, a vida é dentro. E que, nas demais, o Rio, por exemplo, a vida é fora.²

Ruy Castro

Eu passo a mão através dos raios de uma roda de bicicleta se ela estiver parada. Se estiver em movimento, se tiver um ciclo, uma rotina, fica sólida. Podemos dizer que a solidez é fruto da rotina, e a própria percepção da passagem do tempo está intimamente ligada à repetição.³

Afonso Cruz

Senhor, você quer ovo cozido? – Vamos ter de corrigir essa frase. **O senhor quer ovo cozido?** E eu de boca aberta. Não faço ideia como, foi só dizer-te que a frase não estava propriamente correcta e, instintivamente, intuitivamente, largaste aquele *você* de traços cabo-verdianos e usaste, sem que te desse quaisquer dicas, a construção típica e cortês do português de Portugal.⁴

¹ Ildo Lobo (1996). *Nós morna*.

² Ruy Castro (2009). "A vida é perto", *Diário da Manhã*, p. [?].

³ Afonso Cruz (2017). "Notas sobre o tempo", *Jalan Jalan – Uma leitura do mundo*. Lisboa: Companhia das Letras, p. 532.

⁴ Diálogo com o Cara Gorda (2018).

Rapsódia da Ponta-de-Praia

Sigo o Espiritismo,
vou às sessões do Centro,
bebo água fluídica,
vou às sessões de limpeza,
a minha estrela é o Grande Foco Gerador.
Não vou ficar
avassalado
pelo Astral Inferior, vou fugir
naquele Grange
ou naquele suíço,
vou ser
chegador,
azeitador,
fogueiro,
criado de bordo
ou taifeiro.
Daqui a seis meses
tocarei no porto,
irei
ao Farol do Viajante,
apanharei uma bebedeira
e embarcarei novamente
naquele Grange
ou naquele suíço.
Houve dissidência
no Bloco Original,
havia injustiça
no regulamento,
fundámos o Bloco Oriundo,
o baile do bloco
vai ser
um "colosso universal".
Vai haver pancada,
vou brigar com polícia,
porque polícia não sabe ainda
que eu sou um homem macho.
Vou passar contrabando,
vou ao Porto Novo,
enganarei
os guardas de alfândega,
atravesso o Canal,
desembarco na Salamança,

e se eu for descoberto
pelos guardas do Comissariado
vou ter com advogado
para advogar minha sentença.
Vou fazer serenata,
vou tocar violão,
cavaquinho,
farei chocalho
de uma lata
de cigarro inglês,
vou pedir para o Rio,
Ladeira de João Homem,
uma cuíca e um reco-reco,
vou namorar,
vou cantar samba,
vou revelar
que ela devorou meu coração,
vou ser
advogado no tribunal da tua consciência.
Não vou tirar
licença de alambique,
vou enganar o Governo,
vou fazer mel
e depois
de mel farei aguardente
em potes da Boa Vista.
Se eu for denunciado,
o fiscal verá
que os ratos comeram
o lacre do meu alambique.
Vou meter melhoramentos
na minha fazenda,
dou hipoteca à Caixa,
contraio empréstimo na Caixa,
todos os meses haverá desconto
na minha folha.
Vou fazer letra bonita,
vou escrever uma carta
ao Presidente Roosevelt
para ele distratar os meus papéis,
vou trabalhar em New Bedford,
vou ser tripulante de light-ship.
Eu vou-me embora,
não vou ficar mais
avassalado
pelo Astral Inferior,
vou fugir
naquele Grange
ou naquele suíço⁵

⁵ Baltasar Lopes da Silva (1947). *Clairidade. Revista de Artes e Letras*, 5, p. 13.

– Diz-me uma coisa. Tu sabes quando é que se usa *bosê*? **Sim. É com as pessoas mais velhas.** – Ah, é? E como é que sabes? Quem é que te disse? **Ninguém.** – Então, como é que sabes? **Eu sei em português, então é igual.** – Tu sabes em português!? Não percebi. **Sim, eu sei que em português é *você*, então...**⁶

17. O português não é uma língua de prestígio. O prestígio adquire-se melhorando a qualidade do que há e não investindo em lugares de prestígio; isto é: pondo-nos em bicos de pés para tirar a fotografia ao lado das estrelas.⁷

[...] o que não se questiona *naturaliza-se* [...]⁸

⁶ Diálogo com o Cara Gorda (2019).

⁷ Onésimo Teotónio Almeida (2015). "Vinte e três (sín)teses sobre o português além-fronteiras", *Despenteando parágrafos*. Lisboa: Quetzal, p. 349.

⁸ Inocência Mata (2009). São Tomé e Príncipe: uma Babel arquipelágica?, *Latitudes – Cahiers Lusophones*, (36), 3-11.

Introdução

[...] e só depois entendi que a língua, e não a nacionalidade, nos define.
Milton Hatoum¹

¹ Hatoum, 2009: 16.

Objectivos e estrutura da dissertação

- Afinal, sou fruto dessa mestiçagem a que calorosamente chamamos de crioulo.
I11.T3.2.OS

– *Bo e kriol!?* ('Tu és crioulo!') é o que nos perguntam quando nos ouvem falar crioulo. O ponto de exclamação étnico com que se pontua aquela surpresa mostra bem como se revela intricado pensar a identidade e as línguas em território cabo-verdiano. É na rua, é em *paródias* em quintais com amigos e não-amigos, é em quase em todo o lugar. Às vezes, – *Bo e purtugex?* ('Tu és português?'), quando, inadvertidamente, não nos lançam mesmo para profundas reflexões metafísicas com a simples interrogação – *Bo e u kê?* ('Tu és o quê?'). Este jogo babélico de (des)construção da identidade emerge em toda a sua plenitude no confronto *frátrio*² que se vive no arquipélago entre os sistemas de tratamento do crioulo de Cabo Verde (CCV), do português europeu (PE) e do português brasileiro (PB).

A temática da presente dissertação impôs-se, ainda em 2014, aquando da elaboração da reflexão "bô_{CCV} = tu_{PE} + você_{PB}?!": abordagem da problemática "triangular" em torno das formas de tratamento no português em Cabo Verde"³, que resultou, na altura, da intuição que advinha da nossa experiência no terreno de que o sistema de tratamento se revestia de inúmeras dificuldades para aprendentes de português língua segunda (PL2) em Cabo Verde.

Percebemos, entretanto, que, desde há muito, investigadores como Lindley Cintra, Maria Emília Ricardo Marques, Gunther Hammermüller e Maria Helena Araújo Carreira, entre muitos outros, visavam, através de perspectivas de análise morfossintáctica, semântica, pragmática e sociolinguística, o sistema de tratamento do português europeu. Não deixou, todavia, de se revelar surpreendente a constatação da repetição da ideia de que o sistema de tratamento se mostra muito complexo para aprendentes de português língua estrangeira (PLE)⁴, para além das dúvidas que também traz para os próprios falantes de português língua materna (L1) (Wilhelm, 1979; Medeiros, 1985; Marques, 1995; Araújo Carreira, 2004, 2008, 2009; Duarte, 2011; Manole e Teletin, 2014; Guilherme e Bermejo, 2015; Seara e Marques, 2016; Marques e Duarte, 2019), enquanto do ensino-aprendizagem

² Conforme a letra de *Língua*, música do álbum *Velô* (1984), de Caetano Veloso: "A língua é minha pátria/E eu não tenho pátria: tenho mátria/E quero frátria."

³ Reflexão elaborada ainda na parte curricular do mestrado, no âmbito do seminário Conhecimento Explícito da Língua I, orientado pela professora doutora Isabel Falé.

⁴ A obra clássica de Lindley Cintra (1972) – *Sobre "formas de tratamento" na língua portuguesa* – começa assim: "É bem conhecida a estranheza que causa no falante de outra língua moderna europeia a complexidade do sistema das *formas de tratamento* em português [...]" (Lindley Cintra, 1972: 9).

do sistema de tratamento em contextos de PL2 nada de substancial se dizia. No fundo, ainda hoje “nada” se diz, o que se torna claramente paradoxal quando recordamos as palavras de Laborinho (2016: [?]), antiga presidente do Instituto Camões, em entrevista ao jornal *Expresso*: “Tendo em consideração as previsões demográficas será no continente africano que teremos mais falantes de português no futuro.”⁵ O foco e olhar exclusivos no português LE e L1 conduzem à conclusão de que essa complexidade do sistema de tratamento deriva, fundamentalmente, de aspectos semântico-pragmáticos, elegendo-se, em particular, a imensa variedade de formas de tratamento nominais (Duarte, 2011: 85-86) como principal razão para as dúvidas e as incertezas que se repetem. Em Cabo Verde, com aprendentes de PL2, serão também os aspectos semânticos-pragmáticos que mais se constituem como um entrave ao pleno domínio do sistema de tratamento do português?

O interesse e respectiva investigação acerca do chamado português de Cabo Verde (PCV) revelaram-se, grosso modo, ao longo da última década. Alguns investigadores debruçaram-se sobre traços linguísticos como o preenchimento do sujeito (Lopes, 2011; Lopes e Campos, 2015), a concordância nominal e verbal (Jon-And, 2011; Lopes, 2011), a selecção e a colocação dos pronomes clíticos (Lopes e Campos, 2015; Alexandre e Gonçalves, 2018) ou aspectos de regência verbal (Neves, 2007; Alexandre, 2018).

Assim se desenhou o percurso conducente à presente investigação, cujo principal objectivo é descrever e analisar o uso do sistema de tratamento da língua portuguesa em Cabo Verde, área crítica ainda não sistematizada, parte do *emergente* português de Cabo Verde (ePCV). Para tal, trabalhamos com base no *Corpus* ePCV (ver Secção 2.2), do qual extraímos 350 textos, que se cingem a uma região geográfica bem delimitada – a ilha de São Vicente. Simultaneamente, procedemos à análise contrastiva dessas estruturas do *emergente* português de Cabo Verde com estruturas análogas do crioulo cabo-verdiano e do português brasileiro.

Pretende-se, assim, trazer o sistema de tratamento para o centro da investigação em torno do *emergente* PCV. Da análise do *corpus* da dissertação e da experiência e observação participante quotidianas no terreno desde 2008, resulta a nossa total convicção de que o sistema de tratamento – entendido como o conjunto das formas de tratamento pronominais, nominais e verbais usadas na interacção verbal – se constitui como a área crítica, por excelência, do *emergente* PCV. Entendemos que essa relevância advém de aspectos intrínsecos e de aspectos extrínsecos ao próprio sistema de tratamento. O sistema de tratamento é a única área da língua que interpela, implica e envolve directamente o

⁵ Registe-se Pratas (2017), que, embora não se foque num enquadramento geográfico específico de PL2, se concentra no ensino das formas de tratamento em contextos de português língua não materna.

interlocutor, de modo cortês ou descortês, através dos mais simples actos de fala. Não há aspecto, desvio ou erro de concordância, provavelmente a área mais investigada do *emergente* PCV, que interfira com o interlocutor, que lhe diga respeito, que o caracterize, elogie ou lhe demonstre desprezo. O sistema de tratamento é por si só criador de emoções e a expressão mais humana de qualquer traço linguístico. Basta pensar como o pronome *you* irrita determinados interlocutores em Portugal, ou como o tratamento por *tu* pode ameaçar a imagem de uns e lisonjear outros, ou como um simples *she*, mesmo átono, diz de imediato ao interlocutor como se construirá determinada interacção verbal. Quanto a aspectos extrínsecos, observamos uma forte transversalidade inerente ao uso do sistema de tratamento em contexto de português L2 em Cabo Verde.

Quadro 1 | Eixos de transversalidade do sistema de tratamento do português em Cabo Verde

Eixo 0	PORTUGUÊS EUROPEU <i>VERSUS</i> PORTUGUÊS BRASILEIRO
Eixo 1	CONHECIMENTO EXPLÍCITO DA LÍNGUA
Eixo 2	MORFOSSINTAXE + SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA
Eixo 3	DOMÍNIOS E CONTEXTOS DE USO
Eixo 4	FALANTES

Em primeiro lugar, concebemos, como se vê no Quadro 1, um Eixo 0 de transversalidade que, tal como acontece com o PLE, diz respeito às profundas diferenças entre o sistema de tratamento do PE e do PB. De seguida, definimos quatro eixos de transversalidade que se evidenciam, em particular, em Cabo Verde. O Eixo 1 evoca a transversalidade relativa ao conhecimento explícito da língua, já que se trata da área que, inequivocamente, mais convoca o conhecimento e o domínio de outras áreas críticas do *emergente* PCV, do uso de artigos definidos à flexão verbal, da utilização de clíticos aos verbos pronominais. Quanto ao Eixo 2, diz respeito a um cruzamento de elementos morfosintácticos com aspectos semântico-pragmáticos, isto é, o sistema de tratamento tanto exige a competência linguística como a competência pragmática. Com o Eixo 3, observa-se uma transversalidade relacionada com os domínios e contextos de uso. O sistema de tratamento está sempre presente em qualquer “lugar” da língua portuguesa, da escrita (regular e permanente) à oralidade (pontual e esporádica), dos jornais e blogues cabo-verdianos às salas de aula, dos *outdoors* publicitários à televisão. Por fim, o Eixo 4 refere-se à abrangência de (virtualmente) todos os falantes, independentemente de classes sociais e faixas etárias, abarcando o pedreiro e a deputada, a adolescente e o octogenário. Contrariamente a outras, senão todas as áreas críticas do *emergente* PCV, trata-se de uma problemática que envolve,

naturalmente, os falantes menos competentes, mas igualmente muitos dos mais experientes.

Será objectivo que decorre do foco primordial da presente dissertação, perceber e tentar explicar o que poderá provocar os inúmeros desvios à norma padrão do PE que ocorrem dentro desta área crítica. Para além da falta de uma metodologia de ensino adequada da língua portuguesa como L2, que se estruture em parte na análise contrastiva entre as duas línguas de Cabo Verde, aspecto sobre o qual não nos debruçaremos, consideram-se, à partida, três hipóteses: 1| Tratar-se-á somente de transferências estruturais de carácter morfossintáctico com origem na L1? Se sim, como é que se processa esse contacto linguístico?; 2| Serão os aspectos pragmáticos que marcam profundamente o modo como o crioulo cabo-verdiano e a língua portuguesa operacionalizam os respectivos sistemas de tratamento?; e 3| Qual será o peso da presença “indirecta”, através, fundamentalmente, das telenovelas e de outros “objectos” culturais, do sistema de tratamento do português do Brasil? Da análise de possíveis respostas a estas interrogações, pretender-se-á perceber se há tendências claras que possam vir a desenhar-se como características do (hipotético) futuro PCV. Será, assim, imprescindível reflectir acerca da própria emergência da variedade cabo-verdiana da língua portuguesa, o que não se poderá fazer sem descrever e analisar a actual ecologia linguística do arquipélago.

Porque o ensino do português em Cabo Verde está subjacente à própria investigação levada a cabo ao longo destas páginas, desejamos igualmente que a presente dissertação se possa constituir como uma reflexão que contribua para a elaboração de materiais didácticos e de manuais de PL2, com respeito, em particular, ao ensino-aprendizagem do sistema de tratamento da língua portuguesa como L2 em Cabo Verde.

A presente dissertação divide-se em 7 capítulos. O Capítulo Um – **Introdução** começa com os objectivos e estrutura da dissertação (Secção 1.1), oferecendo depois um breve panorama geral de Cabo Verde (Secção 1.2) e da ilha de São Vicente (Secção 1.3). De seguida, centramo-nos na ecologia linguística do arquipélago (Secção 1.4), nas incertezas quanto ao estatuto da língua portuguesa (Secção 1.5) e, por fim, na interrogação sem respostas definitivas acerca da assunção ou não de uma variedade cabo-verdiana da língua portuguesa (Secção 1.6).

No Capítulo Dois – **Metodologia**, descreve-se, primeiro, o modo como se iniciou o *corpus* e, de seguida, se organizaram e trataram os dados linguísticos em análise (Secção 2.1). Depois, faz-se a apresentação e descrição do *Corpus* ePCV (Secção 2.2), para logo nos focarmos na descrição do *corpus* mais restrito da dissertação, no que diz respeito, primeiro, aos falantes e depois aos diálogos por si elaborados. Em terceiro lugar, elencam-se as razões

– metodológicas e de ecologia linguística – para o uso do *corpus* escrito em Cabo Verde (Secção 2.3) e, por fim, dedicamos a última secção à exploração de certos aspectos da “antropologia cultural” do arquipélago, em especial, de São Vicente, que emergem dos diálogos do *corpus* (Secção 2.4).

Com o Capítulo Três – **Revisão da Literatura**, para lá de uma selecção dos mais relevantes trabalhos acerca do sistema de tratamento do português europeu desde o “tratado” de Lindley Cintra (1972) (Secção 3.1), oferecemos uma breve panorâmica da investigação sobre as variedades africanas do português, para depois nos concentrarmos nos estudos que assumem o chamado PCV, focando, em particular, as descrições e análises acerca da situação sociolinguística das línguas cabo-verdianas no arquipélago (Secção 3.2).

No Capítulo Quatro – **Sistemas de Tratamento em Contacto**, pretende-se partir do universal para o particular, isto é, da situação de contacto linguístico de Cabo Verde para o inevitável contacto entre os sistemas de tratamento das línguas do arquipélago. Assim, após uma breve introdução (Secção 4.1), descreve-se o sistema de tratamento do crioulo de São Vicente (Secção 4.2), com a Subsecção 4.2.1 dedicada ao tratamento pronominal e a Subsecção 4.2.2 centrada no tratamento nominal – concedendo-se particular atenção aos títulos (Ponto 4.2.2.1), nomes de reverência (Ponto 4.2.2.2) e *nominhas* (Ponto 4.2.2.3). De seguida, procuramos explorar a presença histórica e actual do português brasileiro em Cabo Verde (Secção 4.3), o que também conduz à análise contrastiva entre os sistemas de tratamento de Portugal e do Brasil (Secção 4.4). Por fim, com a intenção de argumentar as possíveis transferências estruturais do crioulo de Cabo Verde e do português brasileiro para o *emergente* PCV, explorou-se, primeiro, a transferência do léxico (Secção 4.5), através da inequívoca presença no *corpus* de itens lexicais do crioulo (Subsecção 4.5.1) e de itens lexicais do português brasileiro (Subsecção 4.5.2).

O Capítulo Cinco – **Abordagem Morfossintáctica** constitui, juntamente com o capítulo que se lhe segue, o cerne da presente dissertação. Primeiro, faz-se uma introdução (Secção 5.1) e, de seguida, apresenta-se uma perspectiva panorâmica do uso do sistema de tratamento no *corpus* (Secção 5.2). Em terceiro lugar, descrevem-se e analisam-se as formas de tratamento pronominais do *emergente* PCV (Secção 5.3), em quatro subsecções, respectivamente, dedicadas aos pronomes oblíquos (Subsecção 5.3.1), clíticos (Subsecção 5.3.2), reflexos (Subsecção 5.3.3) e possessivos (Subsecção 5.3.4). Depois, centramo-nos nas formas de tratamento verbais (Secção 5.4), que se subdividem em modos verbais indicativo e conjuntivo (Subsecção 5.4.1), imperativo (Subsecção 5.4.2) – com análises mais detalhadas em torno da variação da 3SG para a 2SG (Ponto 5.4.2.1), variação da 2SG para a 3SG (Ponto 5.4.2.2) e imperativo negativo não padrão (Ponto 5.4.2.3) – e infinitivo flexionado

(Subsecção 5.4.3). Em último lugar, procede-se a uma síntese da análise morfossintáctica (Secção 5.5).

De seguida, no Capítulo Seis – **Abordagem Semântico-Pragmática**, começa-se com uma pequena introdução (Secção 6.1), à qual se segue uma reflexão acerca de aspectos sociolinguísticos relativos ao espaço e ao tempo, cruciais para entender os sistemas de tratamento em contacto em Cabo Verde (Secção 6.2). Depois, desenha-se em breves traços o percurso etimológico das formas de tratamento pronominais, em particular, do pronome *você* (Secção 6.3), para que, finalmente, nos foquemos na descrição e análise de três tipos de realizações particulares de *você*, respectivamente, de influências brasileiras (Subsecção 6.3.1), portuguesas (Subsecção 6.3.2) e cabo-verdianas (Subsecção 6.3.3), retomando-se, então, o imperativo negativo não padrão descrito no capítulo anterior (Subsecção 6.3.4). De seguida, investigam-se as formas de tratamento nominais (Secção 6.4). Primeiro, os muitos usos mais comuns de *o senhor* (Subsecção 6.4.1), depois, uma realização particular do mesmo *o senhor* (Subsecção 6.4.2), em terceiro lugar, outras formas de tratamento nominais (Subsecção 6.4.3) e, por último, os vocativos (Subsecção 6.4.4). Finalmente, conclui-se com a elaboração de uma síntese da análise semântico-pragmática (Secção 6.5).

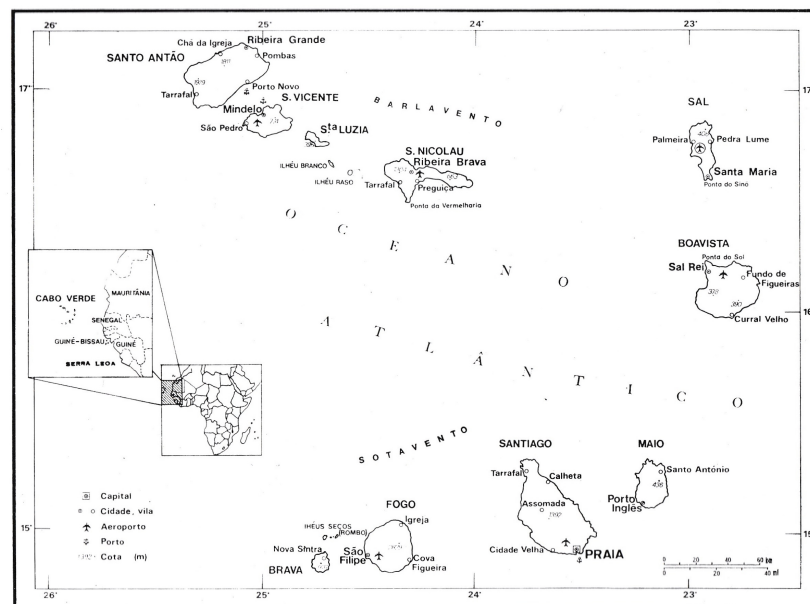
Por fim, o Capítulo Sete – **Considerações Finais** fecha a presente dissertação, primeiro, com sínteses do primeiro, segundo e terceiro capítulos (Secção 7.1) e do quarto capítulo (Secção 7.2). De seguida, elaboram-se as principais considerações que resultam das análises morfossintáctica (Secção 7.3) e semântico-pragmática (Secção 7.4) efectuadas nos dois capítulos precedentes. Em último lugar, as últimas palavras, dedicadas aos *tigres mindelenses* (Secção 7.5).

SECÇÃO 1.2

No Atlântico e lá fora

- Cabo Verde fica em que continente?
- África!
- UM17.CP.AL

Pátria de Nha Nacia Gomi, Manuel d'Novas, Codé di Dona e Cesária Évora⁶, Cabo Verde é um pequeno arquipélago atlântico constituído por 10 ilhas de origem vulcânica (e vários ilhéus), que se localiza a cerca de 600 km da costa ocidental africana, a noroeste do Senegal. É comum dizer-se que o país se divide geográfica e culturalmente em 2 grupos, as ilhas de Barlavento – Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista – e as ilhas de Sotavento – Maio, Santiago, Fogo e Brava. A capital de Cabo Verde é a cidade da Praia, na ilha de Santiago, destacando-se, de seguida, a cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente, como segundo pólo de desenvolvimento do país.

Mapa 1 | Cabo Verde⁷

Para lá do turismo de sol, praia e mar que oferecem as ilhas do Sal e da Boa Vista, Santo Antão constitui-se como atracção para os amantes da natureza e do *trekking* e a ilha do Fogo torna-se notícia a cada erupção do seu imponente vulcão ainda em actividade. Trata-se de

⁶ Cabo Verde é, dentro e fora de portas, um país de música. Nha Nacia Gomi (1924-2011), Manuel d'Novas (1938-2009), Codé di Dona (1940-2010) e Cesária Évora (1941-2011) são figuras emblemáticas, respectivamente, do *batuku*, da *koladera*, do *funaná* e da *morna*, quatro dos mais representativos estilos musicais cabo-verdianos.

⁷ Retirado de *História Geral de Cabo Verde*, Vol. I, coordenação de Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos (2001: 3).

um país pobre que desde sempre sobreviveu a partir de dois recursos: “[...] a sua latitude e a sua longitude, ou seja, a sua posição geográfica.” (Brito-Semedo, 2016: 79).

Em 2015, Cabo Verde possuía uma população residente de 531 239 habitantes (INE, 2016)⁸. Embora a resposta à interrogação presente na epígrafe⁹ seja (quase) indiscutível, não será, contudo, correcto pensar o país sem a chamada 11.^a ilha – a sua imensa diáspora, usualmente estimada em cerca de 600 mil cabo-verdianos¹⁰, espalhados, em grande medida, pelos EUA, Portugal, Angola, França, Senegal, Holanda e Itália (Góis, 2006: 40).

⁸ Dados do Anuário Estatístico 2016, documento do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Cabo Verde (<http://www.ine.cv>). Todos os dados estatísticos relativos a Cabo Verde, São Vicente ou ao Mindelo usados na dissertação provêm do INE (a não ser que se torne explícita outra fonte).

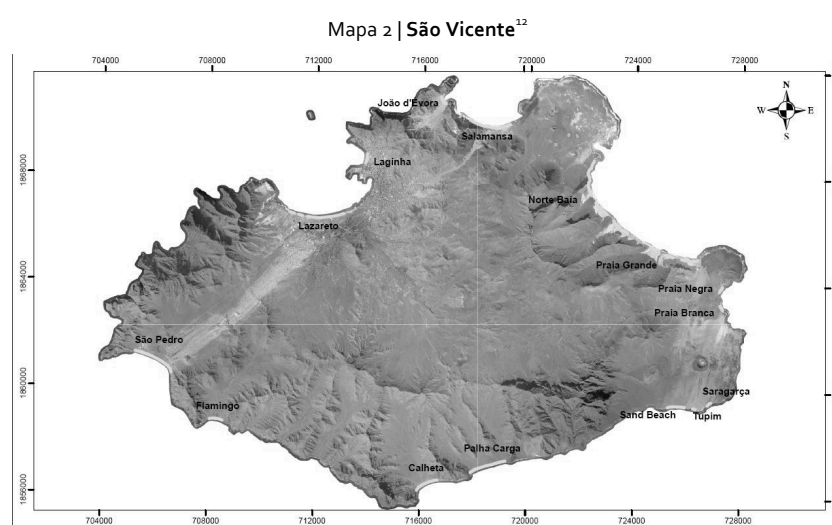
⁹ Excerto de um diálogo do *Corpus* ePCV, do qual se fará a apresentação e descrição detalhada na Secção 2.2. Todas as secções da dissertação fazem-se acompanhar de epígrafes retiradas de diálogos do *corpus*, nas quais apenas corrigimos desvios irrelevantes de ortografia, acentuação ou pontuação e, aqui e ali, um ou outro desvio de artigos definidos, regência verbal, etc.

¹⁰ Carling e Batalha (2008) referem-se à dificuldade de aferir a dimensão exacta da diáspora cabo-verdiana, afirmando, todavia, que “[...] it is probably correct to say that the number of people of Cape Verdean origin outside Cape Verde outnumber the roughly 500,000 residents on the islands.” (Carling e Batalha, 2008: 19-20).

Na txon d'Sonsent¹¹

- Sempre que posso, desço até à rua de Matijim para comer um peixe frito com molho de cebolada [...]
I17.M.N.FO

Outrora capital cultural do arquipélago, berço de artistas incontornáveis como o poeta João Vário (1937-2007), o pintor Manuel Figueira (1938), o bailarino António Tavares (1967) ou a coreógrafa Marlene Freitas (1979), a ilha de São Vicente, também chamada de ilha do Monte Cara, é uma das mais pequenas de Cabo Verde, com cerca de 227 km².



Trata-se, contudo, da segunda ilha com mais população – 81 863 habitantes (contra 298 019 em Santiago), ou seja, 15.4% do total do país –, e da ilha com maior densidade populacional, com 360 habitantes por km² (INE, 2016).

Constituída por gentes de latitudes muitas – de cubanos a chineses, de senegaleses a albaneses –, a cosmopolita cidade do Mindelo concentra hoje mais de 90% da população da ilha. Fora do Mindelo, para lá da Baía das Gatas, praia onde se realiza o já lendário festival de música que em Agosto atrai emigrantes e turistas, destacam-se algumas vilas piscatórias – Calhau, Salamansa e São Pedro – e zonas do interior como Norte de Baía, Lameirão, Mato Inglês e Madeiral, que se constituem de populações ditas “rurais” (Swolkien, 2015: 19). Da

¹¹ Tradução à letra: ‘No chão de São Vicente’. Para os dados e elicitacões em crioulo de São Vicente, usar-se-á ao longo da dissertação o ALUPEC (Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-Verdiano), grafia instituída pelo Decreto-Lei n.º 8/2009, de 16 de Março (Lopes, 2016: 19).

¹² Retirado em 26.08.2018 de <https://blogdastarugas.blogs.sapo.cv/tag/desova>.

sua população altamente alfabetizada (89.7%), 38.2% possui o ensino secundário completo e 11% frequentou e terminou o ensino superior (INE, 2018)¹³.

Após algumas tentativas goradas, o povoamento de São Vicente somente se concretizou no final do século XVIII. Com um clima seco e muito ventoso, em nada favorável ao desenvolvimento da agricultura, desde cedo a ilha floresceu em torno da baía do Mindelo e das actividades das carvoeiras inglesas no Porto Grande. Após o seu declínio ainda em fins do século XIX, a economia de São Vicente centrou-se nos serviços e numa aposta crescente no turismo. Nas últimas décadas, o país conheceu um verdadeiro *boom* universitário, que resultou na emergência não programada e não devidamente controlada de universidades em São Vicente (e em Santiago). Com uma população extremamente jovem – 61% da população de São Vicente tem menos de 34 anos (INE, 2018) –, hoje o Mindelo dispõe de 6 instituições de ensino superior de pequena dimensão¹⁴ para uma população universitária, em 2015/2016, de cerca de 3500 alunos¹⁵. Ainda assim, a taxa de desemprego de São Vicente é das mais altas do país, cifrando-se, em 2016, nos 16.2%, e 26.8% da população ainda vivia, segundos dados de 2015, abaixo do limiar da pobreza (INE, 2018).

¹³ Dados da brochura “Curiosidades Estatísticas sobre o Município” com valores de 2016 relativos à ilha de São Vicente.

¹⁴ Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE), Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura (ou M_EIA – Mindelo_Escola Internacional de Arte), Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), Universidade do Mindelo, Universidade Jean Piaget e Universidade Lusófona de Cabo Verde. Até 2018, havia também o Instituto Universitário de Educação (IUE), entretanto “absorvido” pela Uni-CV.

¹⁵ Dados do Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/2016, documento da autoria do Ministério da Educação (2017).

As línguas cabo-verdianas¹⁶

- Quando falo com os meus amigos no Facebook, escrevemos
somente em crioulo.
- Porque é que escreves em crioulo e não em português?
- Por ser a nossa língua materna... escrevemos o que falamos...
UM16.E.ML

Território ultramarino português até 5 de Julho de 1975, data do famoso discurso de Aristides Pereira¹⁷ proclamando a independência no Estádio da Várzea, na cidade da Praia, Cabo Verde começa a sua *primeira* história de fora para dentro, ou seja, com a descoberta das ilhas do Sal, Maio, Boa Vista, Santiago e Fogo em 1460 e das outras ilhas até 1462 (Albuquerque, 2001: 39). As ilhas de Santiago e do Fogo são, até finais do século XV, habitadas por brancos europeus e por escravos africanos, “[...] principal substrato humano com que as ilhas se povoam [...]” (Baleno, 2001: 153). Assim, desde os primórdios do arquipélago, se desenha a ecologia linguística que ainda hoje o caracteriza, que se traduz pela convivência do português com o CCV, língua que se terá forjado ainda no século XVI, resultado do contacto da língua portuguesa com línguas africanas como, entre outras, o mandinga e o uólofe (Quint, 2009: 131). Note-se que há indícios de que, até ao final do século XVII, se terão usado línguas africanas em Santiago, tornando-se, entretanto, o crioulo a primeira língua de escravos, forros e descendentes europeus (Soares, 2006: 188-190).

Se bem que seja o símbolo mais inequívoco da caboverdianidade, desempenhando o papel de língua materna de virtualmente todos os cabo-verdianos de Santo Antão à Brava, o CCV ainda não se encontra oficializado.¹⁸ É, contudo, a língua que impera do *guarda kabésa* à

¹⁶ Não é de todo fortuito o título da presente secção. Como fuga às ainda prementes conotações negativas do termo «crioulo», e na linha da actual “adoração” do politicamente correcto, alarga-se o uso da denominação «língua cabo-verdiana» ou apenas «cabo-verdiano» em referência ao crioulo de Cabo Verde. Para além de no próprio crioulo se dizer, única e exclusivamente, *kriol*, em nosso entender, estas opções são, no mínimo, paradoxais. Em primeiro lugar, quando se fala do crioulo como a língua cabo-verdiana, exclui-se irremediavelmente o português como *uma* língua cabo-verdiana. Quanto a usar-se apenas «cabo-verdiano», não será difícil imaginar a problemática semântica quando e se houver, de facto, a emergência do português de Cabo Verde e depressa se quiser acompanhar o que se prevê que venha a acontecer no Brasil, em Moçambique ou em Angola (falar-se-á, por certo, do *brasileiro*, do *moçambicano* e do *angolano*) e em Cabo Verde haverá duas línguas com a mesma designação.

¹⁷ Aristides Maria Pereira (1923-2011) tornou-se em 1975 o primeiro Presidente da República de Cabo Verde, cargo por si desempenhado até 1991, ano da “segunda libertação” de Cabo Verde, ou seja, ano que marca o final do período de partido único e a consequente abertura política do país.

¹⁸ Ver em Lopes (2016) a discussão acerca da padronização, codificação, instrumentalização e oficialização do CCV, assim como, em particular, as atitudes dos falantes inquiridos em relação a esta(s) temática(s). Ainda assim, note-se que no ponto 3 do Artigo 9.º da Constituição da República de Cabo Verde (2010) se diz: “Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer **as línguas oficiais** e o direito de usá-las.” [sublinhado nosso]. No ponto 1, diz-se, contudo: “É língua oficial o Português.” No ponto 2: “O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa. Como defende Rodrigues (2016), “[...] a pluralidade mencionada no ponto 3, através da referência às “línguas oficiais”, terá de ser interpretada como uma situação futura, a acontecer após o cumprimento do expresso no ponto anterior.” (Rodrigues, 2016: 410). Todavia, para lá da língua oficial legal ou estatutária, Rodrigues (2016) refere-se ainda a outros tipos de oficialização, distinguidos por Cooper (1989: 100), considerando o CCV língua oficial “de trabalho” – apreciação assente no uso do crioulo na Assembleia Nacional e no Artigo 118.º do Código de Processo Penal de Cabo Verde (2015: 84), que no seu ponto 2 diz que “[n]os actos processuais orais poder-se-á ainda utilizar a língua materna cabo-verdiana.” – e língua oficial “simbólica”, o que, evidentemente, não será objectado por ninguém. Os termos de Cooper (1989) relativamente ao que chama de língua

*káza d'mort*¹⁹, a língua de casa, das ruas, da intimidade e, progressivamente, de muitos domínios ditos mais formais²⁰ (Lopes, 2016: 123).²¹ O português, língua oficial, ostenta o estatuto linguístico de língua segunda, encontrando-se fisicamente confinado a salas de aula, parte da comunicação social e alguns esporádicos eventos e ocasiões de elevada formalidade²², sobressaindo o seu papel de língua de comunicação, primeiro, com os países da lusofonia, depois, com o resto do mundo. Daí resulta um bilinguismo de competências assimétricas na oralidade e na escrita, que se classifica de diglossia modal (Lopes, 2016: 183), que espelha uma falta de equidade nos usos e domínios de uso das duas línguas.²³ Isto é, as línguas de Cabo Verde são comum e naturalmente usadas conforme a activação da modalidade oral ou da modalidade escrita do discurso, tendencialmente associadas a usos e domínios de uso, respectivamente, informais e formais. De há muito a esta parte que o crioulo domina em absoluto nas interacções orais do arquipélago, enquanto o português *ainda* se mantém como a única língua da escrita (formal) – veja-se a epígrafe à presente secção.²⁴ Ainda que esta repartição seja facilmente constatável no quotidiano das ilhas, como observou pertinentemente o escritor brasileiro Jorge Amado, de visita ao arquipélago em 1986 (integrando a comitiva de José Sarney, na altura Presidente do Brasil), quando, visivelmente surpreendido, declarou que em Cabo Verde “[...] a vida decorre em crioulo [...]”

oficial “de trabalho” são exactamente: “[...] a language which a government uses as a medium for its day-to-day activities [...]” (Cooper, 1989: 100). Se excluirmos a escrita, poder-se-á aceitar o conceito para a realidade cabo-verdiana.

¹⁹ O *guarda kabésa* (‘guarda-cabeça’) é uma tradição cabo-verdiana celebrada 7 dias após o nascimento de uma criança. Com o intuito de defender a criança de espíritos maus e de bruxas, que, segundo a lenda, poderão aparecer no sétimo dia, familiares e amigos reúnem-se nessa noite para uma festa, na qual, acompanhados de violões e cavaquinhos, cantam a morna *Ná, ó minino ná* de Eugénio Tavares (1867-1930), poeta e compositor da ilha da Brava. Em São Vicente, a expressão *káza d'mort* (tradução à letra, ‘casa de morto’) designa o velório, tradicionalmente feito em casa do próprio defunto, de onde muitas vezes parte o cortejo funerário até ao cemitério. Tal como o *guarda kabésa*, trata-se de uma celebração de “porta aberta”. É comum que sejam os familiares, amigos e vizinhos a trazerem comida e bebidas, entre os quais pontuam invariavelmente a canja de galinha e o grogue (aguardente cabo-verdiana). A *káza d'mort* mantém-se “aberta” para a recepção de condolências de amigos e conhecidos durante 7 dias.

²⁰ Veja-se, a título de exemplo, o diálogo em crioulo em [4.1] (Subsecção 4.2.1) ocorrido em 2018 entre um funcionário e um utente em pleno Escritório Consular da Embaixada de Portugal no Mindelo, isto é, em território português. Registe-se que os quadros da instituição assumem inteiramente um relativo equilíbrio entre o uso das duas línguas nas interacções com cabo-verdianos. Na verdade, nas suas próprias palavras, embora iniciem geralmente qualquer diálogo em português, apenas mantêm o uso do português com os interlocutores que respondem em português.

²¹ No que diz respeito à análise sociolinguística, Lopes (2016) constitui-se como a publicação quase integral em livro de Lopes (2011), investigação feita a partir de dados relativos a 2005/2006.

²² Excepção feita, evidentemente, a encontros fortuitos com outros lusófonos não falantes de crioulo. Todavia, em Cabo Verde, não há um número significativo de portugueses, brasileiros e outros falantes de português. Segundo dados do Censo 2010, residiam, na altura, em Cabo Verde 8350 lusófonos (cerca de 1.7% da população total em 2010): 409 angolanos, 316 brasileiros, 5544 guineenses, 28 moçambicanos, 1281 portugueses e 772 santomenses. Para mais, o que se vê é muitos desses estrangeiros acabarem por aprender crioulo, enquanto outros, embora não queiram falar crioulo, o entendem, o que faz com que, mesmo com esses, os cabo-verdianos falem essencialmente crioulo. Registe-se que há dados mais recentes, de 2014, acerca dos estrangeiros residentes no arquipélago, englobando, contudo, sem qualquer distinção, os muitos cidadãos cabo-verdianos com dupla nacionalidade (portuguesa, angolana, etc.), daí a nossa opção por apresentar os dados de 2010.

²³ O conceito de diglossia advém de Ferguson (1959). Todavia, Lopes (2011) adopta para a realidade cabo-verdiana a versão de Lüdi e Py (1986) – diglossia modal –, que se foca no domínio de uma língua na modalidade escrita, enquanto a outra predomina na modalidade oral. Para um panorama pormenorizado dos domínios de uso do crioulo e do português, ver Lopes (2016).

²⁴ Na Suíça de expressão alemã, encontra-se uma situação em tudo semelhante entre o “schwyzerdütsch”, conjunto de dialectos regionais, e o alemão (cuja intercompreensão é muito limitada). Veja-se: “La répartition des fonctions est assez stricte : tout le monde parle le schwyzerdütsch dans pour ainsi dire toutes les situations de la vie quotidienne, même pour parler de physique nucléaire ou de philosophie existentialiste ; l'allemand standard est utilisé à l'écrit et dans de rares situations formelles. Le schwyzerdütsch est actuellement en forte progression, aussi et surtout dans les médias audio-visuels, et les jeunes se mettent même à l'employer à l'écrit dans certaines situations informelles.” (Lüdi e Py, 1989: 88).

(Veiga, 2009: [?]), prevalece no discurso de muitos uma retórica, em nosso entender, ultrapassada e desfasada da realidade. No final de 2017, em entrevista ao *Diário de Notícias*, o poeta cabo-verdiano José Luiz Tavares dizia que em Cabo Verde “[...] vivemos uma situação de diglossia em que há uma língua dominante socialmente com mais prestígio, e há uma língua que durante muito tempo se dizia que não era língua.” (Tavares, 2017: [?]). De modo mais ou menos explícito, permanece fossilizada também na academia (Freitas, 2011; Lopes, 2016; Rodrigues, 2016; Lopes, 2017; Alexandre, 2018; Lopes e Oliveira, 2018) a ideia de que a língua portuguesa é a língua de prestígio em Cabo Verde.²⁵ Perguntamo-nos, todavia, o que será uma língua com prestígio social? Aquela que se encontra “encravada” em salas de aula? Ou aquela que verdadeiramente domina em quase todos os lugares, aquela que, com efeito, é falada por todos os cabo-verdianos? É curioso como se olha para algo indesmentível como a diglossia existente em Cabo Verde e se distorce a realidade para dizer que o crioulo é a língua dominada e que o português em Cabo Verde respira saúde... Percebe-se que está subjacente à atribuição do rótulo de «prestígio» à língua portuguesa simplesmente o seu carácter de língua escrita. É de algum modo paradoxal que seja a escrita, sistema de codificação e representação da língua, o aspecto determinante na repetida observação e eleição do português como língua de prestígio, desconsiderando-se permanentemente a oralidade, os falantes, as suas atitudes e, sobretudo, a vida que decorre em crioulo.²⁶ Embora não pretendamos pôr em causa a diglossia que, de facto, subsiste em Cabo Verde, há que relevar que diglossia “[...] corresponde à repartição das línguas em função de situações ou objectivos específicos [...]” (Lopes, 2016: 55). A actual diglossia modal, como já mencionado, diz respeito exclusivamente às modalidades oral e escrita das línguas cabo-verdianas. Observamos, no fundo, a diglossia modal como uma pós-diglossia social²⁷, característica de tempos nos quais, com efeito, o português era a única língua de prestígio.²⁸ Hoje, em Cabo Verde, fala-se crioulo e escreve-se português.²⁹ Fala-se crioulo

²⁵ Desta visão maniqueísta da actual ecologia linguística cabo-verdiana resulta também a definição do CCV como língua “sem prestígio”. Para lá de estranharmos a suposta falta de prestígio da língua que domina (quase) 100% do tempo de (quase) 100% dos cabo-verdianos, lembramos o discurso em crioulo de José Maria Neves a 21 de Setembro de 2011, na qualidade de primeiro-ministro de Cabo Verde, na 66.ª Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque.

²⁶ O paradoxo aprofunda-se quando, para a descrição e análise da variação e mudança linguísticas da língua portuguesa em Cabo Verde, se pretende fazer sobrepor dados da oralidade a dados da escrita (ver Secção 2.3). Weth e Juffermans (2018), procurando reflectir acerca da palavra escrita e do seu poder na sociedade, assim como sobre as tensões e contradições entre a palavra escrita e a palavra oral, usam a metáfora “tirania da escrita”, que “[...] suggests that what is *in* power (what is the norm, what defines itself as the center, etc.) often arrived there by force or by accident, and is rarely carefully chosen or fairly elected.” (Weth e Juffermans, 2018: 11).

²⁷ Walters (2003: 77-78), recordando que o foco primeiro de Ferguson (1959) era compreender de que maneira a diglossia representava uma possível configuração (muitas vezes, transitória) da standardização da língua, propõe a caracterização da língua árabe na actual Tunísia como “pós-diglossica”. Em Cabo Verde, Delgado (2008) fala de uma diglossia *sui generis*, distinguindo “[u]ma *diglossia escrita*, com vantagens para a língua portuguesa [...]” e “[u]ma *diglossia oral*, com vantagens para o crioulo [...]” (Delgado, 2008: 147).

²⁸ Observe-se que, embora adoptemos o conceito de «diglossia modal» usado por Lopes (2016) – a partir de Lüdi e Py (1986) –, temos dele um entendimento diferenciado, já que o vemos como um “substituto” (de uma substituição ainda em curso) para a diglossia “social” de outrora. Lopes (2016), de algum modo, faz sobrepor o que, em nosso entender, são conceitos e tempos

porque o crioulo é a língua de prestígio da oralidade. Escreve-se português (na escrita formal) porque não há ainda uma padronização do crioulo de Cabo Verde. Assim, em 2019, ousamos dizer que em terras hesperitanas³⁰ a vida decorre *naturalmente* em crioulo.³¹ E na tal 11.^a ilha – a diáspora? Talvez a mais irrefutável evidência do “falso” prestígio da língua portuguesa e do prestígio invisível aos olhos de muitos (mesmo de acérrimos defensores) do crioulo de Cabo Verde se encontre na diáspora. Exceptuando, naturalmente, Portugal, Brasil e as outras latitudes lusófonas, que língua aprendem as crianças cabo-verdianas na diáspora, o português ou o crioulo?³²

Da visão de uma diglossia “estrita” advém também, naturalmente, a ideia de que o crioulo se encontra “em perigo”. É curioso constatar que, quando o crioulo parece apertuguesar-se (‘lusitanização’, cf. Quint, 2009), se fala, adequadamente ou não, de descrioulização e, quando o português parece crioular-se, se fala, com certezas inabaláveis, da variedade cabo-verdiana do português. Talvez se devesse, então, considerar igualmente a

distintos quando afirma que, em Cabo Verde, “[...] revelam-se manifestações claras de uma diglossia complexa, fundamentalmente modal, em que a LP é a língua alta e a LCV a baixa [...]” (Lopes, 2016: 356).

²⁹ Em particular, em relação ao Mindelo (São Vicente), veja-se que já em 2011 se constatava claramente este cenário. Jon-And (2011) afirma que “[...] entre os 22 informantes cabo-verdianos que foram entrevistados para a presente investigação, todos declararam que não falam português com familiares ou com amigos que não sejam estrangeiros. Mesmo em situações de trabalho, apenas um informante indica que às vezes em reuniões fala em português com colegas ou chefes cabo-verdianos, ao passo que os outros informantes só falam português no trabalho se for com estrangeiros.” (Jon-And, 2011: 58) [sublinhado nosso]. Mais, a autora havia usado com os seus informantes moçambicanos o facto de se falar português no trabalho como um dos critérios de escolha dos informantes, contudo, no Mindelo, devido à escassez de cabo-verdianos que cumprissem esse requisito, viu-se obrigada a substituí-lo por outro.

³⁰ Designação que advém do mito grego do Jardim das Hespérides. Em *Os Lusíadas* (Canto V, estrofes 8 e 9), Luís de Camões terá sido o primeiro a referir-se a Cabo Verde como as míticas ilhas hesperitanas (Andrade, 1998: 19), atribuição que, ao longo dos tempos, se repetirá inúmeras vezes na poesia cabo-verdiana, nas obras de José Lopes (1872-1962) e Pedro Cardoso (1883-1942), ou na mais recente periodização da literatura cabo-verdiana da autoria de Pires Laranjeira (1995: 181).

³¹ DeGraff (2019) denega em absoluto o conceito de diglossia de Ferguson (1959) para o Haiti, apresentando razões linguísticas, “constitucionais” e sociolinguísticas. Em primeiro lugar, a diglossia de Ferguson dizia respeito a uma “high language” que se sobrepunha socialmente a uma “low language”, tratando-se, na verdade, de *dialectos* da mesma língua (como acontecia com o árabe oficial, escrito em domínios religiosos, perante o árabe coloquial, falado quotidianamente). Assim, o francês no Haiti não é a “high language” e o crioulo haitiano não é a “low language”. Em segundo lugar, a Constituição de 1987 do Haiti declara as duas línguas nacionais como línguas oficiais, embora estas sejam intenções “[...] on paper though not in practice yet [...]” (DeGraff, 2019: 84). Portanto, não há diferenças de estatuto legal entre o francês e o crioulo haitiano. Abramos aqui um parêntese – como já vimos, para lá de ser hoje língua oficial “de trabalho” e língua oficial “simbólica”, a futura oficialização legal do crioulo de Cabo Verde está manifesta na própria Constituição da República. Fecho do parêntese. Em terceiro lugar, no Haiti, o uso do crioulo “[...] may well qualify, at least to some extent, as a «high language».” (*ibid.*: 67), para o que contribui, por exemplo, o seu domínio nas redes sociais, sobrepondo-se claramente ao francês. Afirma, então, DeGraff (2019): “No, it is not possible to posit any substantial evidence-based differentiation of French as the *consistently* «high language» and Kreyòl as the *consistently* «low language» in all the domains of use identified by Ferguson.” (*ibid.*: 68). Apesar das fortes diferenças entre as realidades históricas, demográficas e sociais do Haiti – independente desde 1803 – e de Cabo Verde, há também fortes pontos de contacto entre as duas ecologias linguísticas, que impossibilitam, em nosso entender, o discurso de académicos acerca de uma diglossia “estrita” e da visão da língua portuguesa como “a” língua de prestígio do arquipélago cabo-verdiano. Veja-se também como o que afirma Moreau (1997), na linha da teoria de Ferguson (1959), não espelha a realidade cabo-verdiana: “Du point de vue des représentations des locuteurs, la variété H [la variété haute] est considérée comme supérieure à la variété basse, ce qui conduit à en faire la variété que les locuteurs désirent ou prétendent parler.” (Moreau, 1997: 288 *apud* Mota 2019: 41). De um modo transversal, os cabo-verdianos só falam português quando não há outra hipótese.

³² Embora seja uma pergunta retórica, realçamos aqui a resposta de Quint (2009): “[a]ctualmente a língua cabo-verdiana constitui uma realidade cultural em Cabo Verde, bem como nas comunidades da diáspora.” (Quint, 2009: 140). O autor chama, contudo, a atenção para, por razões de diversa ordem, o futuro do crioulo na diáspora poder encontrar-se sob ameaça. De qualquer maneira, do que não haverá dúvidas é de que toda a imensa massa de cabo-verdianos nos EUA, em França, no Senegal, na Holanda, em Itália, no Luxemburgo, em Espanha, etc. não fala português. Rego (2008) refere-se aos esforços de cabo-verdianos para estabelecer o ensino bilingue (crioulo-inglês) em escolas de Massachusetts, nos EUA, e promover o crioulo dentro da comunidade emigrante. Diz também que, fora os que desempenham funções oficiais ou os que vivem em Portugal, a maioria dos emigrantes tem o inglês, o francês, o neerlandês ou o italiano no “lugar” e papel que, em Cabo Verde, são do português. Por fim, afirma que a participação da diáspora na nação global cabo-verdiana “[...] can only be done through the horizontal dimension of social relations; through the malleability of Kriolu.” (Rego, 2008: 156-157).

variedade portuguesa do crioulo de Cabo Verde... Observem-se as palavras de Mota (2019) relativas aos fins propostos de determinadas leis cabo-verdianas visando preservar o crioulo: “[d]ans le but de valoriser la LCV et de **peur** que celle-ci rentre dans un processus de décréolisation et que, par la suite, elle s’éloigne de son **état originel** pour cause du contact avec la LP [...]” (Mota, 2019: 37-38) [sublinhados nossos]. Veja-se, entretanto, o que se defendia há 175 anos (ou se quisermos, o que evoluímos em 175 anos):

Os mesmos brancos animam este uso, aprendendo o crioulo logo que chegam da Europa, e usando-o depois no trato doméstico, educando seus filhos a falarem-no quase com exclusão do **português limpo** (assim lá chamam, e com razão, o **puro**).

(Lima, 1844: 109 *apud* Duarte, 2003a: 124)

Ou seja, pretende-se manter o crioulo numa “redoma” (como pretendia a ideologia colonialista em relação ao português), enquanto até traços não padrão produzidos, contudo, quotidianamente em Portugal – faltas de concordância, determinados aspectos de regência verbal, etc. – são directamente apontados como características “nativizadas” do chamado PCV.³³ Acrescente-se que a ideia já mencionada de o crioulo se encontrar “em perigo” resulta, sobretudo, do foco no fenómeno da descrioulização (por muitos defendida) por efeito do contacto com a língua portuguesa. Na verdade, esta “tese” está bem plasmada na própria Constituição da República de Cabo Verde (2010), em particular, na alínea f) do ponto 3 do Artigo 78.º (Direito à cultura), onde se diz que é incumbência do Estado “[p]romover a **defesa**, a valorização e o desenvolvimento da língua materna cabo-verdiana e incentivar o seu uso na comunicação escrita”. A língua portuguesa está, estranhamente (ou não), ausente deste mesmo artigo acerca do “direito à cultura”. Acrescente-se que na Lei de Bases do Sistema Educativo Cabo-Verdiano (alterada em 2018) permanece a mesma dualidade de visões relativamente às duas línguas de Cabo Verde. Fala-se de “familiarização com”, “desenvolvimento oral” e “domínio” da língua portuguesa, enquanto no ponto 2 do Artigo 9.º se diz que “[...] o sistema educativo deve valorizar a língua materna, como manifestação privilegiada da cultura.” Entretanto, o Plano Estratégico da Educação para 2017-2021 é, que saibamos, o primeiro documento oficial que, em referência à identidade linguística do arquipélago, afirma “[v]alorizar **as línguas nacionais**: a cabo-verdiana e a portuguesa,

³³ Nwaila (1996) lembra que aprender uma L2 pode ser produtivo ou inútil, já que os esforços do aprendente poderão conduzi-lo à aquisição de uma proficiência semelhante à de um falante nativo (como alguns falantes do nosso *corpus*) ou a um estágio de “fossilização” (como outros falantes do nosso *corpus*). O autor retoma Kachru (1985), para quem, é nesse exacto momento que se desenvolve uma nova variedade de inglês. Contudo, Kachru “[...] fails to indicate the point on the continuum at which a new English begins for codification purposes. He does not explain how he would distinguish between errors and a new English. And he does not tackle the educational complexities that arise.” (Nwaila, 1996: 186). Também com a investigação que declara o chamado PCV se observam as mesmas falhas.

através do seu ensino, com metodologias diferenciadas, e do desenvolvimento de estudos linguísticos.” [sublinhados nossos]. Todavia, indica-se também que o Ministério da Educação se articulou, entre outros, com o Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas relativamente à “política da língua cabo-verdiana, educação artística e investigação cultural”, não se dizendo nada acerca da política da língua portuguesa. Conforme a perspectiva teórica de Žižek (1990), Rego (2008) afirma que “[t]he need to protect Kriolu from Portuguese contamination can be understood as an obsession with the control and possession of the Cape Verdean Thing.” (Rego, 2008: 155), ou seja, ainda segundo a autora, da língua através da qual os cabo-verdianos ganharam acesso ao que é unicamente seu. Embora o próprio crioulo de Cabo Verde seja comprovação do contrário, “[é] sabido que o futuro das línguas raramente depende de circunstâncias linguísticas, sendo, regra geral, definido pela política linguística (ou ausência dela) [...]” (Banza, 2015: 35). Em contraponto com o vazio de estratégias e políticas linguísticas para o português no arquipélago, notemos que Gonçalves (2005a) se refere a declarações públicas “[...] unânimes relativamente à necessidade de adaptação do português à nova realidade moçambicana.” (Gonçalves, 2005a: 187) que datam não de hoje, mas de 1979 (Graça Machel), 1980 (Samora Machel) ou 1983 (documento da Secretaria de Estado da Cultura).

Observando a realidade linguística de Cabo Verde sob o prisma da diglossia modal, interessa-nos focar aqui os lugares do crioulo cabo-verdiano e do português na tal vida que decorre. Quanto ao crioulo, língua ainda essencialmente oral, note-se que é “[...] tanto na produção como na recepção, independentemente do meio e da região, a língua predominante nos domínios íntimo/informal [...]” (Lopes, 2016: 185). Como já mencionado, para lá deste que é o lugar tradicional do CCV, observa-se desde há algum tempo uma forte propagação do crioulo em domínios não íntimos e/ou formais.³⁴ Em relação aos domínios de uso do português, importa, em primeiro lugar, desmistificar a ideia que, provavelmente sob a força e o peso de outros tempos, ainda prevalece de que, em Cabo Verde, a língua portuguesa é, *tout-court*, a língua do ensino. A realidade mostra-nos que o português é, na verdade, um “enclave” em território crioulo, já que, dos portões das escolas e universidades às ombreiras das portas das salas de aula, e às vezes também lá dentro³⁵, domina, sem

³⁴ De certa maneira, poder-se-á considerar a Assembleia Nacional como o primeiro “espaço da formalidade”. A título de exemplo, veja-se o debate sobre o estado da Nação, realizado durante a Sessão Ordinária de 29 de Julho de 2017, no qual participaram, no período da tarde, ao longo de cerca de 4 horas, 39 deputados nacionais, dos quais 10 – mais de um quarto – fizeram as suas intervenções em CCV, algo impensável há não muitas décadas atrás (<http://portais.parlamento.cv/canalwebtv/> – página consultada a 21 de Março de 2019).

³⁵ Na verdade, o português é apenas falado (usualmente) dentro de salas de aula entre professores e alunos, pois, ainda dentro da mesma sala de aula, os alunos entendem-se entre si em crioulo e, do limiar da porta para fora, até mesmo a generalidade da comunicação entre docentes e discentes é feita em crioulo. Convém também não ignorar que, mesmo em sala de aula, “[o] espaço para que estes (os alunos) falem é escasso, sobretudo, nos anos mais adiantados.” (Rodrigues, 2016: 416). Será, de qualquer maneira, provavelmente inegável o carácter bilingue da comunicação em sala de aula. Veja-se que, relativamente ao

contestação, o crioulo. Em segundo lugar, no que diz respeito à comunicação social – jornais, rádios, televisões e internet –, espaço tradicionalmente atribuído à língua portuguesa, convém também actualizar certos aspectos. Nos principais jornais cabo-verdianos – *A Nação*, *A Semana* (online) e o *Expresso das Ilhas* –, fora uma presença não significativa do crioulo, o português domina por completo³⁶, fruto também de ainda não haver para o crioulo “[...] um sistema de escrita normalizada que tenha por base um padrão (ortografia) [...]” (Lopes, 2016: 42). Quanto às rádios e televisões, conforme os programas, géneros, temáticas e públicos, tanto se observa o predomínio de uma como de outra língua. Na internet, em blogues e *sites*, espaço da escrita, sobrepõe-se a língua portuguesa, embora grande parte dos comentários de jornais *online* também se faça em crioulo. Por fim, no outro extremo do espectro, encontram-se as redes sociais, onde, segundo nos pudemos aperceber, o domínio mais ou menos vincado do crioulo depende apenas da idade dos falantes. Ou seja, em círculos etários mais elevados, o uso das duas línguas será relativamente equilibrado. Com falantes com cerca de 40 anos, o predomínio do crioulo começa a acentuar-se, para se tornar indiscutível, senão mesmo absoluto, entre as gerações mais jovens, que, reforçamos, constituem parte muito significativa da população cabo-verdiana – em 2015, 49.4% da população total tinha até 24 anos.³⁷

estudo de caso da Escola Secundária José Augusto Pinto, no Mindelo, em São Vicente, “[a]s atitudes e representações dos professores face ao recurso à língua materna variam da permissividade de uso, concedida ao aluno por parte do professor, até ao uso do crioulo pelo próprio professor quando o aluno não compreende o discurso em língua portuguesa.” (Freitas, 2011: 589). Na Praia, o cenário é igual. Analisando a situação linguística em escolas da cidade da Praia, focando alunos entre os 6 e os 9 anos, Monteiro (2009) diz que é em crioulo “[...] que muitas vezes eles se dirigem aos professores e estes, por sua vez recorrem recursivamente à língua cabo-verdiana durante as aulas para explicitarem as matérias. No recinto escolar, ouve-se a língua cabo-verdiana em 100% dos casos.” (Monteiro, 2009: 100). E ainda: “O uso da língua portuguesa acontece no interior da sala de aula, pela boca do professor que também nesse mesmo momento utiliza a língua cabo-verdiana caso verifique que a sua mensagem não foi compreendida (caso que acontece frequentemente).” (*ibid.*). Também Rodrigues (2016), acerca de escolas em áreas urbanas e rurais em Santiago e São Vicente, afirma que “[...] a língua cabo-verdiana está perfeitamente instalada nas escolas, a despeito dos esforços da maioria dos professores.”, sendo “[...] usada pelos alunos em todas as situações, seja em conversas sobre o que acabaram de aprender, seja em brincadeiras entre si.” (Rodrigues, 2016: 415). Bem recentemente, Ondina Ferreira (2017), escritora e antiga ministra da Educação e directora-executiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, conhecedora da actualidade da educação em Cabo Verde, dizia em “O descabro do ensino em Cabo Verde”, artigo publicado no jornal *Expresso das Ilhas*, que nas escolas cabo-verdianas há “[...] professores que já não falam a língua portuguesa [...]” (Ferreira, 2017: [?]).

³⁶ É relevante que se enquadre realisticamente o “peso” desta presença da língua portuguesa. Primeiro, recordar que se trata de jornais semanários. Depois, segundo dados da Direcção-Geral da Comunicação Social, as tiragens dos três jornais mencionados totalizavam apenas 13 mil exemplares: *A Nação* (5000), *A Semana* (5000) e o *Expresso das Ilhas* (3000). Para mais, o jornal *A Semana* deixou de ter edição impressa no final de 2016, subsistindo hoje apenas a versão digital. Ou seja, actualmente, há 8000 jornais impressos no arquipélago para mais de 500 000 habitantes. Acrescente-se ainda que “[s]egundo os directores dos jornais quase dois terços são vendidos na capital cabo-verdiana.” (Moreira, 2017: 4). De acordo com o Inquérito Multi-Objectivos Contínuo, elaborado pelo INE em finais de 2018, junto de 6143 cabo-verdianos de 15 anos ou mais: 59% dos inquiridos não souberam dizer o nome de um jornal impresso; 1% apontaram os jornais impressos como meio de comunicação social utilizado para se informar; e 4% leram jornais impressos nos três meses precedentes.

³⁷ Rodrigues (2016) reforça exactamente o que dizemos em: “Todos os jovens com quem falámos admitiram escrever, nesta rede social, em língua cabo-verdiana, apesar de não terem nunca aprendido formalmente a escrevê-la. Mesmo os professores que dizem ter conta no Facebook, admitem usar a língua materna para escrever.” (Rodrigues, 2016: 418). De qualquer modo, o simples facto de os cabo-verdianos escreverem nas redes sociais uma língua que não tem ainda uma grafia padronizada (usando uns o ALUPEC, outros escrevendo à imagem de como falam a sua própria variedade diatópica), ao invés de escreverem em português, diz muito (senão tudo) acerca dos usos, dos lugares e da força identitária das duas línguas de Cabo Verde. Segundo o já mencionado inquérito do INE (2018), 74% dos inquiridos acederam a uma rede social nos três meses precedentes ao inquérito (82% dos quais usaram o Facebook). Mais relevante: as utilidades mais referidas das redes sociais envolvem sempre o contacto com amigos e familiares (em Cabo Verde e na diáspora), ou seja, constituindo-se como situações de

Assim, o que resulta do uso das duas línguas de Cabo Verde é um *continuum* crioulo da casa materna aos inúmeros lugares não “arbitrados” do arquipélago e uma utilização descontinuada da língua portuguesa, nunca em ambientes informais.³⁸

comunicação escrita informal, nas quais, por conseguinte, fora certos falantes (bem) acima de 40 anos, domina em absoluto o crioulo.

³⁸ Na verdade, para o falante comum, a própria exposição ao português formal é relativamente escassa e o contacto com o português informal é virtual. Por conseguinte, não há (praticamente) oportunidades de interacções informais em português, o que faz com que, na generalidade, exceptuando quem tenha tido passagens relevantes por Portugal (ou pelo Brasil), haja um desconhecimento imenso da linguagem informal, que se reflecte também em falantes que acham que muitas palavras e expressões informais portuguesas são “apenas” crioulas.

Português Língua...³⁹

- Desculpa, é porque eu detesto falar português, por mim
falaria só crioulo.
I17.M.T.EA

Retornando a 2011, recordamos, primeiro, a estranheza quanto à repetição da mesma resposta “desconcertante” a uma simples pergunta de um pequeno inquérito linguístico-cultural – *Que línguas estrangeiras é que sabe falar?* De seguida, após alguns semestres, a dúvida sobre se se trataria de uma tendência generalizada e não apenas de alguns casos excepcionais. Hoje, deparamo-nos com a certeza de uma problemática relevante para o futuro da língua portuguesa no arquipélago.

Sequeira (2007), no âmbito da reflexão em torno dos conceitos de «língua materna», «língua estrangeira» e «língua segunda», evoca a seguinte citação de Jean-Pierre Cuq:

Toda a língua não primeira é uma língua estrangeira. De entre as línguas estrangeiras, algumas têm características particulares pelas quais são designadas línguas segundas. [sublinhado nosso]

(Cuq, 1991: 99 *apud* Sequeira, 2007: 5)

Fora de quaisquer coordenadas geográficas, em lugar abstracto, a ideia de que “toda a língua não primeira é uma língua estrangeira” poderá considerar-se, em certa perspectiva, inocente, uma verdade de La Palice. Todavia, não faltam cenários linguísticos no terreno que se revelam muitíssimo mais complexos do que se imagina a partir desta simples definição. A cerca de 16°53’35’’N de latitude e 24°59’29’’O de longitude, encontra-se a babélica cidade do Mindelo, alma da ilha de São Vicente. No Mindelo, como em qualquer outro ponto do arquipélago, dizer-se que qualquer língua não primeira é língua estrangeira faz, irremediavelmente, da língua portuguesa uma língua estrangeira. A língua primeira, ou seja, língua materna, “[...] assim chamada porque é aprendida como primeiro instrumento de comunicação, desde a mais tenra idade [...]” (Gallisson e Coste, 1983: 442), de (quase) todos os cabo-verdianos é o crioulo de Cabo Verde. Logo, o português é *língua não primeira*, logo é *uma língua estrangeira*, “[...] normalmente uma língua estudada na escola, num contexto em que não é língua oficial [...]” (Sequeira, 2007: 4). Acontece que em Cabo Verde, assim como nas outras 7 geografias lusófonas, o português é língua oficial. Daí, dizer que a língua portuguesa se trata de uma língua estrangeira será, a nosso ver, uma distração nada

³⁹ Este secção constitui uma versão alterada e aprofundada da pequena reflexão crítica *Português Língua Estrangeira em Cabo Verde!?*, elaborada em Outubro de 2015, no âmbito do seminário Produção de Materiais Didáticos: Novas Tecnologias, orientado pela professora doutora Maria Potes Barbas.

admissível. Assim, as palavras de Cuq constituem-se, em Cabo Verde, como um verdadeiro paradoxo, expressando, em sentido estrito, a verdade de que *qualquer língua não primeira é língua estrangeira* e, ao mesmo tempo, “[d]e entre as línguas estrangeiras, algumas têm características [...]” que fazem delas línguas *não estrangeiras*.

Do pequeno questionário linguístico-cultural preenchido por 340 falantes da ilha de São Vicente⁴⁰, do *corpus* com que trabalhamos para a presente dissertação, destacamos a pergunta *Que línguas estrangeiras é que sabe falar?*

Quadro 2 | Percentagem de falantes do *corpus* que incluíram o português na resposta à pergunta *Que línguas estrangeiras é que sabe falar?*⁴¹

PLE	PLNE	total	%PLE
144	181	325	44.3%

Como se vê no Quadro 2, 44.3% dos falantes do *corpus* incluíram a língua portuguesa no seu repertório de línguas estrangeiras.⁴² É inegável que, contrariamente ao que acontece com os conceitos de L1 e de língua oficial, que a nenhum cabo-verdiano levantam dúvidas, a identificação do português como L2 é altamente irregular. Importa também observar a evolução do fenómeno entre 2011 e 2017.

Quadro 3 | Percentagem de falantes do *corpus* que incluíram o português na resposta à pergunta *Que línguas estrangeiras é que sabe falar?* (por ano lectivo)

ano lectivo	PLE	PLNE	total	%PLE
2011/2012	10	11	21	47.6%
2012/2013	11	22	33	35.5%
2013/2014	57	70	127	46.7%
2014/2015	16	17	33	55.2%
2015/2016	11	12	23	47.8%
2016/2017	22	33	55	40%
2017/2018	17	28	45	38.6%
total	144	181	325	44.3%

⁴⁰ Da totalidade dos 350 falantes do *corpus* da dissertação, 10 não preencheram o pequeno inquérito linguístico-cultural que lhes foi entregue na primeira aula da unidade curricular que frequentavam, ou na primeira sessão das acções de formação em que se encontravam. Houve ainda 15 que não responderam à pergunta aqui analisada. Na Secção 2.2, encontra-se a descrição detalhada acerca das instituições de ensino superior e empresas dos falantes do *corpus*.

⁴¹ Legenda | PLE: número de discentes que consideram o português língua estrangeira. PLNE: número de discentes que consideram o português língua não estrangeira. total: total de discentes que preencheram o inquérito. %PLE: percentagem de discentes que consideram o português língua estrangeira.

⁴² Há respostas que reproduzimos aqui por envolverem considerações qualitativas relevantes: um discente que, na escala de 0 a 5, avalia o seu português com 3.5 e o inglês com 4; outro que diz ter um português e inglês de nível intermédio; e um outro ainda que diz que o seu português é + ou -.

Da análise do Quadro 3, sobressai claramente o ano lectivo de 2014/2015 com a marca de 55.2%, logo seguido de 2011/2012, 2013/2014 e 2015/2016, nos quais a percentagem de discentes que incluíram o português entre as línguas estrangeiras que sabem falar quase atingiu os 50%. Note-se também que essa mesma proporção nunca desceu abaixo dos 35.5%, em 2012/2013. Não há dúvidas, pois, da emergência desta problemática que encerra um evidente afastamento da população jovem cabo-verdiana⁴³ em relação à língua portuguesa. Mesmo com a simples interrogação ‘Poderá Cabo Verde ter como língua oficial uma língua estrangeira?’ à mão de semear (ou então ‘Terá o português em Cabo Verde igual presença à do inglês ou do francês, ou do espanhol e do italiano?’), a verdade é que os números revelam que, para mais de 40% desta população, o português é uma língua estrangeira, o que demonstra um desencontro significativo entre os jovens universitários cabo-verdianos e o português. Será mesmo assim? A nosso ver, embora a generalidade da população saiba, sem margem para dúvidas, que o português é língua oficial, desconhece por completo a expressão «língua segunda», e não tem dúvidas de que a sua língua materna é o crioulo, o que talvez faça com que para a língua portuguesa não haja senão o rótulo de «língua estrangeira». Não há como não recordar as palavras de um cabo-verdiano em entrevista em Lopes (2016): “[...] não há dúvida de que o português tem um estatuto que já perdeu e outro que não pode perder...” (Lopes, 2016: 9). Para lá de se projectar eventuais, ou mesmo inequívocas, falhas no ensino da língua portuguesa em Cabo Verde⁴⁴, a força destas vozes é de tal maneira ensurdecadora que, de repente, quase nos assalta também a dúvida... Será mesmo estrangeira a língua portuguesa em Cabo Verde? Será esta *língua fraterna e eterna* (cf. Sousa, 2010) de outros? Em certa perspectiva, lembrando o lugar “encravado” do português em salas de aula, para além de parte da comunicação social e momentos de elevada formalidade, quase se entende este olhar estrangeirado para com a língua portuguesa em Cabo Verde.⁴⁵

Importará dizer, ainda, que defendemos e adoptamos, como fundamento sociolinguístico da prática docente do português em Cabo Verde, não uma definição de

⁴³ Embora nos concentremos, ao longo da dissertação, somente nos falantes de São Vicente, 41% dos 271 falantes do *Corpus* ePCV oriundos de outras ilhas, para lá da diáspora e da lusofonia, também consideraram o português língua estrangeira. Não se trata, por conseguinte, de um fenómeno regional.

⁴⁴ Entrevistada pelo jornal cabo-verdiano *Notícias do Norte*, em 2016, afirmava a (ainda hoje) ministra da Educação, Maritza Rosabal Peña, que “[a] língua portuguesa é abordada como língua primeira de Cabo Verde, quando não é. Temos uma eficácia do sistema muito baixa, onde apenas 44% das crianças que começam o primeiro ano finalizam o 12.º em tempo. Temos muitas perdas.” (Peña, 2016: [?]). Registe-se, igualmente, que desde 2015 os estudantes cabo-verdianos que pretendem ingressar em universidades brasileiras são obrigados a obter o Celpe-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), através da realização de um teste (com vertente oral e escrita). Reis (2017) interroga-se deste modo: “[...] o que poderá justificar que o aluno chegue à Universidade, depois de mais de 12 210 horas de contacto com a LP [língua portuguesa], sem atingir o nível C2?” (Reis, 2017: 160). A autora declara ainda que este valor é igual a 18.5 vezes o número de horas recomendado pelo Quadro Europeu Comum de Referência (QECR). [Freitas (2011) e Reis (2017) são, na verdade, a mesma autora.]

⁴⁵ Este distanciamento é notório nas atitudes de muitos falantes, em particular, alunos que sentem receio de cometer erros ao falar português (Freitas, 2011: 372; Lopes, 2016: 182), outros que não gostam da língua portuguesa (veja-se a epígrafe à presente secção, espelho da opinião de muitos discentes...), e outros ainda, mesmo profissionais das mais diferentes áreas, que se sentem aliviados quando não *têm* de falar português.

língua segunda à imagem da de Jean-Pierre Cuq, que parte do conceito de língua estrangeira⁴⁶, o que, por certo, implicará equívocos indesejáveis, mas sim uma definição que a estabelece como língua não materna, e que não deixa de “[...] acrescentar, à componente situação de apropriação da língua, a componente sociolinguística mais abrangente de contexto de utilização.” (Araújo Carreira, 2013: 26). Consideramos igualmente o estatuto sociopolítico da língua portuguesa em Cabo Verde como língua oficial para a observar como L2 do arquipélago (Leiria, 2004: [?]).

Trazendo também os conceitos de «aquisição», processo “[...] que resulta na criação de um sistema de conhecimento implícito da gramática [...]” (Madeira, 2008: 191), e de «aprendizagem», processo “[...] de representações explícitas e conscientes da gramática [...]” (Madeira, 2008: 190), mais comumente associados, o primeiro, à língua materna, e o segundo, às línguas estrangeiras, o que acontece com a língua portuguesa em Cabo Verde, língua não materna e língua não estrangeira? Lopes (2016) sublinha o carácter de aquisição da aprendizagem da língua portuguesa em Cabo Verde quando nos diz que os cabo-verdianos “[...] «adquirem» o português em imersão social de grau fraco, ao mesmo tempo que o «aprendem» em situação formal, na escola.” (Lopes, 2016: 88). Em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, outros cenários linguísticos de PL2, o português “[...] é o objeto de estudo na sala de aula [...]” e, simultaneamente, “[...] é um meio de comunicação, imprescindível na socialização do falante.” (Flores, 2013: 44). Em Cabo Verde, não há real imersão linguística em português, logo o adjetivo ‘imprescindível’ será, no arquipélago, inequivocamente mal utilizado, remetendo-nos a realidade de uso da língua portuguesa mais para o termo «aprendizagem» (e não para ‘aquisição’) e para o próprio conceito de «português língua estrangeira» (e não para ‘língua segunda’).

É também verdade que a adopção simplista de um conceito como «língua segunda» ou «língua estrangeira» para a totalidade da nação cabo-verdiana encontrará sempre realidades que a desmentem.

Quadro 4 | Língua portuguesa em Cabo Verde (faixas etárias e estatuto)⁴⁷

0/6 anos	Língua Estrangeira
6/18 anos	Língua Segunda recepção e produção
18/65 anos	Língua Segunda recepção (e produção)
+65 anos	Língua Segunda recepção

⁴⁶ Não será, por certo, fortuito que em *As línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolinguística*, tese de doutoramento, de quase 600 páginas, de Lopes (2011), não haja uma única ocorrência da expressão «língua estrangeira».

⁴⁷ A primeira versão desta sistematização consta de Mouta (2017), artigo ainda inédito, resultado da comunicação *Você, tu ou o senhor? Sistemas de tratamento em contacto em Cabo Verde*, realizada no VI Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa (SIMELP) – A União na Diversidade, na Escola Superior de Educação, em Santarém, em Portugal, no dia 24 de Outubro de 2017.

No fundo, a língua portuguesa será, para a generalidade dos cabo-verdianos, conforme o Quadro 4, primeiro, língua estrangeira, para, após a entrada na escola, se estabelecer definitivamente como língua segunda.⁴⁸ Até aos 6 anos, as crianças mal contactam com a língua portuguesa, que não é usada em casa nem nos jardins-de-infância⁴⁹, cingindo-se esse primeiro contacto, sobretudo, às falas das personagens dos desenhos animados (ver Secção 4.3). Veja-se o olhar de Santos (2004): “[...] a maior parte das crianças cabo-verdianas tem pouco ou quase nenhum contacto com a língua portuguesa, seja a nível da oralidade, seja a nível da escrita, antes de iniciar o seu percurso escolar.” (Santos, 2004: 82). Entretanto, já na escola, essa língua estrangeira torna-se língua segunda, que se manifestará, ao longo da vida, através de períodos de domínio das actividades de recepção da língua e períodos de relativo equilíbrio entre a recepção e a produção em português.⁵⁰ Isto é, entre os 6 e os 18 anos (ou se quisermos, os 22 anos, para a pequena percentagem de jovens que ingressam e concluem o ensino superior⁵¹), a forte recepção escrita e oral em português dentro da “escola” vê-se acompanhada de uma igualmente forte produção escrita e uma bem menos relevante produção oral. Esta será a fase de contacto permanente e de uso mais profundo do português. Terminada a escola (e a universidade), a *décalage* entre a recepção e a produção em língua portuguesa aumenta significativamente para a maioria dos cabo-verdianos, com um domínio da recepção escrita perante a recepção oral, destacando-se ainda como quase únicos momentos de alguma produção as fortuitas acções de formação ou palestras ou outros eventos profissionais⁵², que mais não são do que um intermitente “regresso à escola”. Após os 65 anos, idade da reforma, a língua portuguesa torna-se, substancialmente, uma língua de recepção escrita e oral, sobretudo, através dos meios de comunicação social.⁵³

⁴⁸ Também DeGraff (2019) classifica o francês no Haiti como língua estrangeira para a generalidade das crianças, afirmando que é “[...] a pedagogically pathological situation where children are taught to read in a language that they don’t speak.” (DeGraff, 2019: 70), consideração que, embora não seja temática da presente dissertação, subscrevemos em relação a Cabo Verde.

⁴⁹ É certo que há uma percentagem ínfima de crianças que convivem com a língua portuguesa dentro de casa, assim como há aquelas (provavelmente, as mesmas) que frequentam as escolas portuguesas do Mindelo e da Praia. Não são, todavia, números relevantes para uma análise macrolinguística.

⁵⁰ Haverá também falantes que não se enquadrarão nesta sistematização: alguns (muito poucos) para quem o português é L1 e outros para quem o português é LE até ao final da vida. Todavia, em traços gerais, o falante típico de Cabo Verde atravessará estas 4 etapas ao longo do seu tempo de vida.

⁵¹ Segundo o Anuário Estatístico do Ensino Superior 2015/2016, havia nesse ano lectivo em Cabo Verde 12 622 alunos universitários (em mais de 500 000 habitantes). Em 2018, de acordo com o Inquérito Multi-Objectivos Contínuo do INE (2018), 9.5% da população cabo-verdiana possuía um diploma de ensino superior.

⁵² Chama-se aqui a atenção para um fenómeno corrente que espelha fielmente a diglossia modal cabo-verdiana: as acções de formação ou palestras em que o formador ou orador se apoia em documentos escritos em português apresentados com videoprojector, optando por falar sempre em crioulo.

⁵³ Ver em Lopes (2017) outra sistematização, não visando propriamente o estatuto do português em Cabo Verde, mas demarcando 5 fases e respectivos graus de exposição dos cabo-verdianos à língua portuguesa, com base nas diferentes etapas da educação formal: (i) fase pré-escolar/primeira infância; (ii) fase do ensino básico; (iii) fase do ensino médio; (iv) fase do ensino superior; e (v) fase de continuidade/descontinuidade. Para lá de uma estruturação e perspectiva diferentes, a sistematização de Lopes (2017) distingue-se da nossa pelo foco na alfabetização bilingue e, sobretudo, pela assunção, a nosso ver, prematura, de uma variedade cabo-verdiana da língua portuguesa, o que abordaremos, de seguida, na Secção 1.6. Embora concordemos com muito do que se afirma e defende nessa sistematização, não deixamos de notar o paradoxo que constitui dizer-se que a fase

Registe-se, contudo, que em Cabo Verde há, de facto, uma realidade linguística ímpar. A língua materna de virtualmente todos os cabo-verdianos é, sem dúvida, o crioulo de Cabo Verde, todavia, o português, para além de língua oficial, não é, de modo absoluto, língua segunda, no sentido em que boa parte dos cabo-verdianos tem contacto com a língua portuguesa somente na *escola*⁵⁴ e, mal a escola sai do cenário, é a língua cabo-verdiana que domina em (quase) todos os aspectos da vivência do arquipélago, o que faz com que o verdadeiro lugar da língua portuguesa em Cabo Verde seja o limbo indefinível entre a língua segunda e a língua estrangeira...⁵⁵ Em síntese, dir-se-á que a língua portuguesa é a L2 de Cabo Verde, enquanto, se pretendermos classificar o português particular de um determinado cabo-verdiano, nos encontraremos perante um *continuum* alargado compreendendo desde falantes para quem o português é língua materna, língua segunda ou mesmo língua estrangeira.

pré-escolar é a primeira fase de contacto com o chamado PCV quando se declara, simultaneamente, que na primeira infância esse mesmo contacto se faz através de materiais audiovisuais provenientes de Portugal e do Brasil (Lopes, 2017: 106).

⁵⁴ Usa-se aqui a palavra 'escola' pensando o campo semântico que esta cobre em crioulo, isto é, da escola primária à universidade. Ou seja, correntemente, às realizações em português "A Maria foi para a escola." e "A Maria foi para a universidade." correspondem em crioulo uma única frase: "*Maria bá pa xkóla.*" Poder-se-ia considerar, com base no "relativismo linguístico" *démodé* de Whorf (cf. Mateus, 2001), a utilização em crioulo da palavra 'escola' para as universidades como uma das variáveis explicativas da falta de consciência da diferença de estatuto e importância entre as instituições 'escola' e 'universidade' aquando do final do liceu e da entrada na universidade, trazendo uma certa luz para tão grande insucesso universitário.

⁵⁵ Note-se que, como observa Flores (2013: 44), mesmo os autores que distinguem L2 de LE não concordam necessariamente quanto aos critérios dessa mesma distinção.

Português de Cabo Verde?

- Eu nasci falando português e prepara-te porque nunca irei morrer, vou sofrendo alterações, mas isso é para o enriquecimento dos meus adeptos.
- Todos temos os nossos adeptos. - reforça o crioulo.
CV13.RP.CL

Em obras emblemáticas da década de 80 do século XX – *História da Língua Portuguesa* (1982), de Paul Teyssier, e *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1984), de Celso Cunha e Lindley Cintra – destaca-se a utilização da designação «português de África» em relação à língua portuguesa em uso na altura nas cinco antigas colónias africanas. Teyssier (1982) dedica um pequeno capítulo a “[o] português na África e na Ásia”, precisando depois que “[o] estudo desse «português da África» está ainda nos seus começos.” (Teyssier, 1982: 79). Entretanto, Cunha e Cintra (1984), dentro do capítulo denominado “Domínio Actual da Língua Portuguesa”, consagram um breve subcapítulo a “[o] português de África, da Ásia e da Oceânia”, aí dizendo que as características dessas variedades “[...] ainda não foram suficientemente observadas e descritas [...]” (Cunha e Cintra, 1984: 24).

Debrucemo-nos, então, sobre esse «português de África», tomando como exemplo Moçambique⁵⁶ e alguns títulos da autoria da linguista Perpétua Gonçalves para tentar perceber a evolução do olhar perante a língua portuguesa em África. Entre 1982 e 1998, observa-se a presença da preposição *em* na expressão «português em Moçambique» em 6 títulos, contra apenas 4 títulos em que figura a preposição *de* na expressão «português de Moçambique». Desde 2000 até 2016, não volta a repetir-se o uso da designação «português em Moçambique», havendo Perpétua Gonçalves publicado mais de uma dezena de títulos incluindo a denominação «português de Moçambique». ⁵⁷ Entende-se, então, somente através desses mesmos títulos, que, após um largo período de 16 anos de alguma incerteza relativamente ao “estatuto” da língua portuguesa em Moçambique, os próprios estudos desenvolvidos por Perpétua Gonçalves (e por outros linguistas) resultam na clara assunção

⁵⁶ Na página de internet da Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira (http://catedraportugues.uem.mz/?_target_=variedades-nao-europeias, consultada a 22 de Agosto de 2018), que resulta de um protocolo de cooperação entre a Universidade Eduardo Mondlane e o Instituto Camões, a bibliografia relativa ao português de Moçambique apresentava 500 títulos, bem longe dos números das bibliografias das outras “variedades” africanas do português: Angola (175), Cabo Verde (33), Guiné-Bissau (17) e São Tomé e Príncipe (63). Note-se que os primeiros títulos relativos a Moçambique datam da década de 60 do século XX – Cabral (1964) e Penicela (1967) –, enquanto, para Cabo Verde, se regista o título Cunha (1980) – *A situação linguística de Cabo Verde e Guiné-Bissau: português e crioulo frente a frente* –, que, além do mais, não tem verdadeiramente a ver com o chamado PCV. Tanto quanto é do nosso conhecimento, o primeiro título que, acertadamente, se poderá incluir numa bibliografia do ePCV será Neves (2007) – ver Secção 3.2.

⁵⁷ Com a preposição *em*, títulos como *A Língua Portuguesa em Moçambique: Elementos para uma análise de erros* (1982) e *Mudanças do português em Moçambique: Aquisição e formato de estruturas de subordinação* (1998). Com a preposição *de*, *O Português de Moçambique: Análise de erros em construções de subordinação* (1986) e *Papel das línguas bantu na génese do português de Moçambique* (2015). [sublinhados nossos]

de uma variedade moçambicana do português.⁵⁸ Será relevante lembrar o que, já há 19 anos atrás, constatava Gonçalves (2000) quanto aos domínios de uso do português em Moçambique, destacando que, após 1975, data da sua independência, o aumento substancial do número de falantes se deveu também “[...] ao alargamento do seu uso a contextos não formais (como mercados ou restaurantes) [...]” (Gonçalves, 2000: 2).

Estabeleçamos um paralelo com a realidade cabo-verdiana. Da investigação de Lopes (2016), ressalta que, em Cabo Verde, “[q]uanto ao uso da língua para falar nos domínios formais, verifica-se que a LP domina, embora com uma acentuada tendência de extensão do uso da LCV [língua cabo-verdiana] [...]” (Lopes, 2016: 123).⁵⁹ Ou seja, nota-se, assim, duas tendências inversas em Moçambique e em Cabo Verde. Se em Moçambique a língua portuguesa vem, desde há muito tempo, alargando o seu espectro de uso a domínios informais, em Cabo Verde é o crioulo que demonstra estender-se e apoderar-se dos domínios formais, nos quais antigamente dominava em absoluto o português. Convém ainda recordar o facto de em Moçambique o português ser a língua materna de 10.7% da população (Gonçalves, 2015: 9), enquanto o crioulo cabo-verdiano “[...] é a L1 da população inteira de Cabo Verde.” (Jon-And, 2011: 126). Não é, em primeira instância, o que se pretende com a presente dissertação, ainda assim, vejamos o que se verifica nos outros três países africanos de língua oficial portuguesa. Em Angola, onde se observa uma “[...] present tendency for the generalization of Portuguese as the first language of the Angolan youth [...]” (Inverno, 2009: 236), a tendência será para a emergência de uma variedade nacional do português. De igual modo, em São Tomé e Príncipe, onde é “[...] inquestionável que o português é atualmente a língua materna predominante [...]” (Gonçalves e Hagemeyer, 2015: 92), já se poderá falar de uma variedade santomense do português. Por fim, quanto à Guiné-Bissau, o cenário linguístico é bem diverso, lembrando, em certa medida, o que se vê em Cabo Verde, pois “[...] o português não é língua nativa de nenhum guineense de ascendência africana como L1.” (Couto, 2009: 54). Outro aspecto primordial que opõe Cabo Verde (e a Guiné-Bissau) a Moçambique diz respeito à língua portuguesa ser neste imenso território multilingue “símbolo da unidade nacional” (cf. Firmino, 2008: 127). Também em

⁵⁸ Leiria (2008) aborda a “hesitação” entre a preposição *em* e *de* segundo uma perspectiva de “política linguística” (relacionada com o estatuto do português nas antigas colónias africanas) e outra, “de natureza estritamente linguística” (que diz respeito à existência ou não de variedades africanas em formação). Em relação a esta última, consideramos que a assunção das variedades africanas nacionais terá de ser observada, primeiramente, como uma questão de natureza, sobretudo, sociolinguística. A autora fecha o seu artigo com a ideia de que será uma questão de tempo até a preposição *de* destronar a preposição *em*, ou seja, até o português ser *de* Angola, *de* Moçambique, *de* São Tomé e Príncipe, nas palavras da autora, “*de* África”, designação e “generalização” da qual, contudo, discordamos.

⁵⁹ Da nossa experiência no terreno em São Vicente desde 2008, resulta a clara percepção de que já não se poderá falar simplesmente de uma preponderância da língua portuguesa na generalidade dos domínios formais. De repartições públicas a bancos ou outras empresas, de hospitais a instituições de ensino, não retemos qualquer memória de interações entre dois cabo-verdianos em português. Talvez mesmo a única excepção seja a Assembleia Nacional, na qual *ainda* domina o português, embora, como já referido, também aí se observe uma expansão do uso do crioulo.

Angola e em São Tomé e Príncipe, o português desempenha o papel de unir (em teoria e, usualmente, na prática) todos aqueles que possuem diferentes línguas maternas. Tem, então, a condição de língua veicular, condição que “[...] é transitória: o que é veicular para uma geração será língua materna para a geração seguinte.” (Leiria, 2008: [?]). Em Cabo Verde, contudo, o crioulo é, indubitavelmente, a única língua de unidade nacional.

Em 2013, na *Gramática do Português* da Fundação Calouste Gulbenkian, Perpétua Gonçalves, após décadas de investigação acerca do português em/de Moçambique, ainda denotava alguma precaução na assunção plena da variedade moçambicana da língua portuguesa. Ao falar de Angola e Moçambique, a autora mencionava “[...] propriedades gramaticais que distinguem as variedades do português que **estão a emergir** nestes dois países.” (Gonçalves, 2013: 158) [sublinhado nosso], precaução que, relativamente a Cabo Verde, contrasta fortemente com a “pressa” singular em *rotular* o que, a nosso ver, ainda não se conhece adequadamente.⁶⁰ É certo que vários investigadores assumem mais ou menos explicitamente a existência de uma variedade cabo-verdiana do português (Neves, 2007; Figueiredo, 2010; Alexandre *et al.*, 2011; Lopes e Campos, 2015; Mota, 2015; Hagemeyer, 2016; Lopes, 2016; Lopes, 2017; Alexandre, 2018; Alexandre e Oliveira, 2018; Lopes e Oliveira, 2018). Todavia, não há como não nos interrogarmos acerca das reais probabilidades de nativização⁶¹ de uma variedade de uma língua que não é língua materna de (quase) ninguém. Será mesmo que, em Cabo Verde, nos encontramos diante de uma variedade nativizada do português? A resposta é não. Hagemeyer (2016) determina as independências como o “ponto de viragem” para a nativização do português em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Enumera também factores para a difusão do português: a neutralidade da língua portuguesa perante a “[...] fragmentação linguística das L1, a massificação do ensino, o aumento da mobilidade social, a timidez das políticas linguísticas efetivas em prol das línguas nacionais, assim como o prestígio do português enquanto língua de ascensão social [...]” (Hagemeyer, 2016: 46-47). Em Cabo Verde, não há qualquer fragmentação linguística, não possuindo, portanto, o português um “estatuto neutro”. Houve massificação do ensino⁶²

⁶⁰ Não é exclusiva do “mundo” em português essa pressa. Quirk (1990: 8) refere que Kujore (1985) afirma que, apesar de, na altura, se falar do inglês nigeriano com uma certa “liberdade”, o facto é que tal variedade estava, na melhor das hipóteses, em processo de evolução.

⁶¹ Conforme Gonçalves (2005a), conceito da autoria de Kachru (1982), designando “[...] o processo de aculturação através do qual uma língua se torna próxima do contexto sociocultural de países pós-coloniais.” (Gonçalves, 2005a: 185). Adoptamos, contudo, na presente dissertação, a definição e interpretação de Winford (2003), para quem a nativização se constitui como o “[...] processo segundo o qual uma anterior segunda língua é adoptada como a primeira língua (e língua nativa) de uma comunidade [...]” (Winford, 2003: 244 *apud* Gonçalves, 2010: 20), o que, no fundo, se diz, por outras palavras em Mata (2009), em relação à língua portuguesa: “[...] a *nativização* que o português foi – e vai – realizando em África, na América e na própria Europa corresponde a um processo de uma nova *ontologização* linguística.” (Mata, 2009: [?]).

⁶² Reforce-se também o outro lado da expressão «massificação do ensino»: “Com a independência, seguida da abertura política houve uma preocupação cada vez maior com a diminuição da taxa do analfabetismo em Cabo Verde que focalizou a quantidade em detrimento da qualidade, diminuindo gradativamente o nível de competência linguístico-comunicativa dos alunos em

e aumento da mobilidade social, embora tenhamos fortes dúvidas de que esta última tenha obrigatoriamente como subjacente o uso, a prática e, sobretudo, a proficiência em língua portuguesa⁶³, o que, em nosso entender, também contraria o prestígio “imaginado” do português no arquipélago. Por fim, talvez o aspecto mais relevante, em contraponto à timidez das políticas linguísticas em defesa das línguas africanas em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, “[l]’État capverdien a multiplié des efforts et a adopté nombreuses lois et résolutions pour la valorisation de la LCV.” (Mota, 2019: 57).⁶⁴ Não serão, por certo, indissociáveis a vontade política e da sociedade em prol da defesa do crioulo da constatação do seu uso crescente nos *media* (televisões, rádios, internet, redes sociais), nas ruas (folhetos, *outdoors* publicitários) e, mormente, em domínios formais. Refazemos, então, a pergunta. Será que, no arquipélago, nos encontramos diante de uma variedade não nativa do português? Ou será somente um *continuum* de variedades não nativas e ainda não estabilizadas? Schneider (2011) define «variedades» de uma língua como “[...] systematic, communicatively effective entities with characteristic properties on various levels of language organization (sounds, words, grammatical rules).” (Schneider, 2011: 14). Assim, observando as tendências variadas e até mesmo contraditórias que se destacam da descrição e análise do *corpus* da dissertação e, principalmente, não ignorando a ecologia linguística de Cabo Verde – português língua não materna e (quase) não falada –, pensamos que, a esse respeito, persistem mais dúvidas do que certezas. Na mesma linha, Jon-And (2011) relaciona também as variáveis ‘uso da língua’ e ‘emergência de uma variedade’ quando diz que, no Mindelo, para lá da situação em sala de aula ou de contextos extremamente formais, não há quem fale português, o que “[...] deixa pouco espaço para o desenvolvimento de uma variedade local de português, e muito espaço para grande variação individual.” (Jon-And, 2011: 59).⁶⁵ De qualquer maneira, e à falta de respostas imediatas a estas interrogações, usaremos na presente dissertação a designação de *emergente*

língua portuguesa e aumentando o recurso espontâneo ao crioulo no contexto educativo, mas sem nenhuma reflexão pedagógica.” (Freitas, 2011: 582).

⁶³ Na verdade, como defende Fernandes (2006), a língua portuguesa permite o “[...] acesso ao ensino fora do país e facilita a emigração, dois fatores fundamentais de ascensão social em Cabo Verde.” (Fernandes, 2006 *apud* Rodrigues, 2016: 413-414). O que, por um lado, sublinha o prestígio do português fora de Cabo Verde, não dentro (ou, se quisermos, dentro apenas para quem quer emigrar para... fundamentalmente, Portugal). Por outro, note-se que a “ascensão social” referida se concretiza, de facto, e na prática, na diáspora, não em Cabo Verde. Acrescente-se, ainda, que também em Portugal se poderá afirmar que o inglês permite aos jovens pensarem em estudar fora e facilita, evidentemente, a emigração. Contudo, ninguém se lembrará de dizer que o inglês é a língua de prestígio e de ascensão social em Portugal.

⁶⁴ Em relação a São Tomé e Príncipe, note-se que apenas em 2001 se realizou o I Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais, no qual se pretendia, entre outros, trabalhar uma “[...] proposta de um alfabeto conducente à fixação ortográfica destas línguas.” (Mata, 2009: [?]), quando, em Cabo Verde, iniciativas semelhantes viram a luz do dia em 1979 – I Colóquio sobre o Crioulo de Cabo Verde.

⁶⁵ Gonçalves e Chimbutane (2004), observando a forte variação de traços gramaticais dentro do português de Moçambique, falam de “[...] um amplo espectro de variação que inclui desde as subvariedades ‘basilectais’, mais distantes do padrão europeu, dos falantes com pouco contacto com a língua-alvo, até às subvariedades mais próximas deste padrão, dos falantes mais instruídos.” (Gonçalves e Chimbutane, 2004: 7-8). A questão da denominação exacta do objecto da presente dissertação não é simples, pois “[n]omear alguma coisa é conhecer essa mesma coisa e dá-nos algum poder sobre ela, faz dela um instrumento.” (Cruz, 2017: 616-617). Talvez em Cabo Verde se possa falar apenas de “subvariedades cabo-verdianas do português”.

português de Cabo Verde, realçando, paradoxalmente, a falta de certezas e as muitas dúvidas quanto a essa mesma futura emergência.⁶⁶

⁶⁶ Gonçalves (2010: 26) defende que, em São Tomé e Príncipe, o processo de transição do português L2 para L1, que origina a emergência da variedade santomense do português, decorre da diglossia. Embora não o diga explicitamente, por certo, a autora usa aqui o termo «diglossia» no sentido que lhe dá Hagemeijer (2009: 19), em relação ao mesmo contexto de multilinguismo santomense, quando opõe o “mundo português” ao “mundo crioulo”. Por conseguinte, entendemos esse uso particular como referência clara ao prestígio (social) da língua portuguesa. Ou seja, a nativização de uma variedade do português dependerá também do prestígio que lhe é conferida na e pela sociedade. Assim, não há, de facto, emergência de uma variedade cabo-verdiana do português porque, como defendemos, é “obscuro” o prestígio da língua portuguesa em Cabo Verde.

Metodologia

– Entretanto ensino-te caminhos
que não passam pela porta de ninguém
e dizes que sou louco
Arménio Vieira¹

¹ Vieira, [1976] 1997 [?]: 59.

Origem, organização e tratamento do *corpus*

- Talvez o problema seja eu. Não gosto muito de ler nem de escrever.
UM16.E.ML

Em Outubro de 2008, o nosso primeiro contacto com a realidade do ensino da língua portuguesa em Cabo Verde, através de uma acção de formação em Português para Secretariado, na Câmara de Comércio de Barlavento (CCB), no Mindelo, trouxe dúvidas naturais acerca da selecção de conteúdos para somente 30 horas. Da reflexão que daí adveio resultou a procura de um método e de uma programação que se adequassem aos formandos que tínhamos diante de nós, que tinham o português como língua não materna². Era imprescindível perceber que aspectos da língua portuguesa se constituíam para aquele público específico como barreiras para uma plena competência linguística. Usou-se, então, o método mais directo que nos permitisse perceber e avaliar quais as áreas críticas a abordar e explorar ao longo da acção de formação. Pensou-se, assim, na elaboração de um exercício de escrita criativa que consistia em continuar o início de um conto de um autor de língua portuguesa. Da análise desses primeiros textos, deparámo-nos com um *corpus* de desvios concentrados fundamentalmente no uso de artigos definidos, demonstrativos, concordância nominal e verbal, verbos pronominais, selecção e colocação dos pronomes pessoais clíticos e regência verbal. Esse primeiro *corpus* parecia ir quase totalmente ao encontro da nossa percepção, na altura, do português que se lia em jornais cabo-verdianos ou que se ouvia na Televisão de Cabo Verde (TCV). Contudo, havia já a sensação de que faltava qualquer coisa. Com outras acções de formação e já com a entrada nas faculdades do Mindelo, ministrando unidades curriculares como Técnicas de Expressão Oral e Escrita, na Universidade Jean Piaget, e Língua Portuguesa, no Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE), aprofundou-se a ideia de que o *output* dos discentes a partir daquele exercício de escrita criativa não traduzia fielmente a língua portuguesa que se escrevia (e “falava”) em Cabo Verde. Agora, não havia dúvidas, faltava, naturalmente, ver espelhado naqueles textos o sistema de tratamento. Eram raros os discentes que, ao ficcionarem a partir do início do conto, forjavam qualquer tipo de diálogo, permanecendo quase sempre em discurso indirecto. Não havia, por conseguinte, maneira de *sentirmos* o uso

² Somente em 2016, Maritza Rosabal Peña, actual ministra da Educação, anunciaria que a língua portuguesa passaria a ser ensinada como língua não materna. Será provavelmente ainda cedo para analisar, perceber e avaliar efeitos práticos dessas intenções. Todavia, receamos que os resultados não venham a ser o que se pretende, afinal não foi em 2016 que “se descobriu a pólvora”. Santos (2004) afirma que “[e]m 1994/95, procedia-se à generalização do novo currículo do Ensino Básico e, pela primeira vez, se propôs a utilização de métodos e estratégias de ensino e aprendizagem do português como língua Segunda.” (Santos, 2004: 79).

de formas de tratamento pronominais, verbais e nominais. Assim, ainda em finais de 2011, percebemos, finalmente, que o diálogo se constituía como o género adequado para obter uma “radiografia” mais completa do português daquele público universitário particular.

Desde 2011, ainda sem a real intenção de construir o *Corpus* ePCV (cuja descrição se fará já de seguida na Secção 2.2), talvez por intuição, sempre deixámos intactos os diálogos originais, trabalhando com os discentes a partir de pequenas “sínteses” descritivas do *seu* português segundo aquele texto específico. Desse modo, o *corpus* é constituído ainda hoje por textos “limpos”, não alterados por quaisquer correcções e anotações no âmbito das unidades curriculares (ou acções de formação) nas quais foram elaborados. O *Corpus* ePCV está organizado segundo as instituições de ensino superior (ou empresas), anos lectivos, cursos (unidades curriculares e turmas) e falantes. Assim, um discente fictício de nome Vicente Barbosa (VB), que frequentasse o curso de Marketing (M) no ISCEE em 2015/2016 (I15), seria identificado com o código I15.M.VB. Para o *corpus* em análise na presente dissertação, seleccionaram-se somente os falantes oriundos da ilha de São Vicente. Todos esses 350 diálogos, assim como os pequenos inquéritos linguístico-culturais preenchidos pelos discentes, encontram-se digitalizados e classificados de acordo com a referida codificação.

O modelo de análise adoptado parte do modo como se nos impôs abordar e estudar o sistema de tratamento da língua portuguesa *em* Cabo Verde. Como se verá de modo mais detalhado nas partes dedicadas à análise morfossintáctica (Capítulo Cinco) e à análise semântico-pragmática (Capítulo Seis), trabalhámos com categorias de formas de tratamento pronominais, verbais e nominais. Se, fundamentalmente, com a análise morfossintáctica, recorreremos, sobretudo, a métodos e instrumentos típicos da abordagem quantitativa, tal como defendem Monteiro *et al.* (2013) para a produção oral, acreditamos que, também com a produção escrita, “[...] uma avaliação quantitativa não consegue espelhar na íntegra a qualidade de todos os dados recolhidos [...]” (Monteiro *et al.*, 2013: 121). Assim, adoptámos para a análise semântico-pragmática, como defendido por Patton (1990), “[...] a combinação de abordagens quantitativas e qualitativas.” (Patton, 1990 *apud* Carmo e Ferreira, 2008: 201). Concluímos mesmo que somente o cruzamento de análises quantitativas com análises qualitativas é que nos terá permitido melhor entender determinados aspectos do uso do sistema de tratamento do *emergente* português de Cabo Verde, sobretudo no que diz respeito a fenómenos que resultam do contacto linguístico directo com o crioulo cabo-verdiano e indirecto com o português brasileiro.

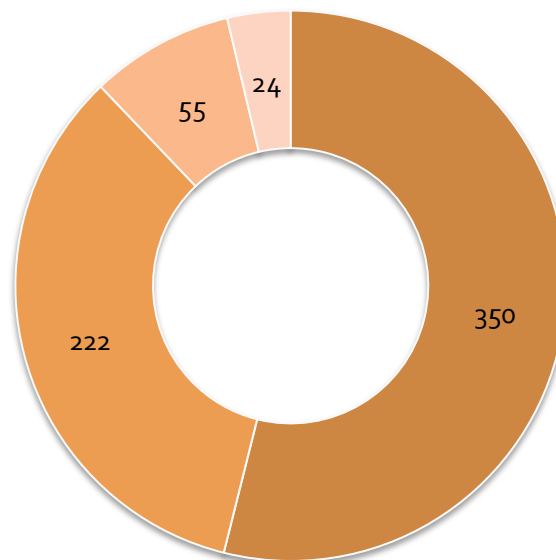
Corpus ePCV

- [...] nasci na ilha de Santo Antão, mas cresci na ilha de São Vicente, na cidade do Mindelo.
UM17.CP.LP

Os dados linguísticos que subjazem à investigação levada a cabo na presente dissertação advêm do já referido *Corpus ePCV* (*emergente português de Cabo Verde*). Os 651 diálogos que perfazem o *Corpus ePCV* são da autoria de falantes oriundos de 8 das 9 ilhas habitadas de Cabo Verde, fora alguns representantes da diáspora crioula e da própria lusofonia.

Gráfico 1 | Origem dos falantes do *Corpus ePCV*

■ São Vicente ■ Santo Antão ■ Barlavento ■ Sotavento/Diáspora



Assim, conforme se vê no Gráfico 1, 350 textos são de discentes de São Vicente, destacando-se, de seguida, como reforça a própria epígrafe, a forte presença de estudantes provenientes de Santo Antão (222 diálogos), o que não se constitui como surpresa alguma se nos lembrarmos que 28.3% da população de São Vicente é natural de outras ilhas de Cabo Verde (INE, 2018). Por fim, os outros blocos de mais fraca representação dizem respeito às restantes ilhas de Barlavento – São Nicolau [26], Sal [21] e Boa Vista [8] –, às ilhas de Sotavento – Santiago [7], Fogo [3], Brava [1], Maio [0] –, à diáspora cabo-verdiana – Itália [3],

Espanha [1], Holanda [1] e Noruega [1] – e à lusofonia – São Tomé e Príncipe [3], Moçambique [2], Guiné-Bissau [1] e Portugal [1].

Para a consecução da presente investigação, conforme os principais objectivos da dissertação, limitou-se o *Corpus* ePCV aos 350 diálogos elaborados por falantes originários da ilha de São Vicente, o que corresponde a 53.8% do total. Recordamos a forte variação diatópica que caracteriza o CCV, que o subdivide, primeiramente, em variedades de Sotavento e de Barlavento, “[...] a linguistic reality that stems from the different social, cultural, and historical scenarios of creolization [...]” (Swolkien, 2015: 25), e até mesmo em 9 variedades dialectais com particularidades linguísticas próprias. Estes 350 textos³ de São Vicente constituirão, portanto, o *corpus* objecto de descrição e análise na presente dissertação.⁴ Para lá de geograficamente circunscrito, este *corpus* é também temporalmente bem delimitado, já que composto por textos produzidos entre os anos lectivos de 2011/2012 e 2017/2018.

Quadro 5 | Instituição de ensino superior/Empresa dos falantes do *corpus*

instituição/empresa	falantes	%
Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais	250	71.4%
Universidade de Cabo Verde	23	6.6%
Universidade do Mindelo	52	14.9%
Câmara de Comércio de Barlavento/Emprofac	25	7.1%
total	350	

Como se observa no Quadro 5, os 350 diálogos foram elaborados por discentes do ISCEE⁵, da Universidade de Cabo Verde⁶ e da Universidade do Mindelo⁷, e por formandos de 2 acções de formação em língua portuguesa, em concreto na Câmara de Comércio de Barlavento e na

³ Poderá considerar-se que o *corpus* trabalhado possui cerca de 70 000 itens, embora estimemos que o valor exacto seja bem superior, já que uma forte percentagem dos discentes apresenta diálogos bem acima do número de palavras solicitado. A título de exemplo, na turma I13.M, ou seja, turma de Marketing do ISCEE de 2013/2014, nos 13 discentes de São Vicente, há apenas um diálogo abaixo dos 200 vocábulos, com 155 itens, destacando-se um texto com 519 palavras e outro com 376, observando-se aí uma média de 267 palavras (o que poderá facilmente fazer com que o *corpus* tenha verdadeiramente à volta de 91 000 itens).

⁴ Daqui em diante, a palavra *corpus* referir-se-á sempre a esta parcela de 53.8% do *Corpus* ePCV, relativa apenas aos falantes oriundos da própria ilha de São Vicente.

⁵ No ISCEE, os diálogos foram produzidos no âmbito da unidade curricular Língua Portuguesa (211), do 1.º ano, e do seminário Língua Portuguesa e Expressão Oral (39), do 3.º e 4.º anos, parte das licenciaturas em Contabilidade [25], Gestão [95], Gestão e Planeamento em Turismo [48] e Marketing [82], leccionados entre 2011 e 2018.

⁶ Na Universidade de Cabo Verde, os textos foram realizados no âmbito da unidade curricular Técnicas de Expressão e Comunicação Oral e Escrita, do 1.º ano das licenciaturas em Relações Públicas e Secretariado Executivo [12] e Ciências Empresariais e Organizacionais [11], leccionada, respectivamente, em 2013/2014 e em 2016/2017.

⁷ Na Universidade do Mindelo, os diálogos foram elaborados no âmbito da unidade curricular Comunicação e Expressão, do 1.º ano das licenciaturas em Ciência Política e Relações Internacionais [13], Enfermagem [21], Gestão Hoteleira e Turismo [13] e Oratória e Ciências da Visão [5], leccionada entre 2015 e 2018.

Emprofac (Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos)⁸, instituições de ensino superior e “empresas” situadas na cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente.

Quadro 6 | Idade (por faixa etária) e género dos falantes do *corpus*

faixa etária	homens	mulheres	total	%
17 24 anos	66	193	259	74%
25 43 anos	30	54	84	24%
≥ 44 anos	5	2	7	2%
total	101	249	350	
%	28.9%	71.1%		

Quanto à idade⁹ e género dos falantes, como se vê no Quadro 6, não há nada que se possa considerar propriamente invulgar relativamente ao público universitário das últimas décadas. Quase três quartos dos falantes, 74% [259], têm entre 17 e 24 anos, enquanto 24% [84] têm entre 25 e 43 anos, com uma muito pequena representação de falantes com 44 anos ou mais – 2% [7]. Em relação ao género, há um forte domínio de falantes do sexo feminino – 71.1% [249] – para somente 28.9% [101] de homens. Nota-se também que o número de mulheres na primeira faixa etária – 17|24 anos – é quase quatro vezes maior do que na segunda faixa etária – 25|43 anos –, enquanto com os homens a proporção diminui para metade, o que poderá encontrar explicação no sucesso e insucesso de uns e de outros no final do ensino secundário.

É também de crucial importância notar qual a língua materna (L1) destes falantes. Ao contrário do que acontece em parte da África de língua portuguesa, não há praticamente cabo-verdianos que tenham a língua portuguesa como L1.

⁸ Com o intuito de não desvirtuar a homogeneidade do público que constitui o *corpus* (o que garante a homogeneidade dos traços linguísticos em análise), somente se incluíram os formandos das acções de formação com, pelo menos, a frequência e conclusão do 12.º ano de escolaridade. Assim, observa-se em relação a estes formandos uma média de idades naturalmente mais elevada. Na CCB e na Emprofac, os textos foram realizados no âmbito de acções de formação, respectivamente, em Português para Secretariado [14] e Língua Portuguesa [11], levadas a cabo em Março/Abril de 2013 e em Fevereiro de 2015.

⁹ Estabeleceram-se três faixas etárias: dos 17 aos 24 anos (respectivamente, a idade mínima de entrada na faculdade e, com licenciaturas de 4 anos, a idade “provável” para a conclusão do curso); dos 25 aos 43 anos (gerações nascidas após a independência de Cabo Verde); e 44 anos ou mais (gerações nascidas ainda antes de 5 de Julho de 1975).

Quadro 7 | Percentagem de falantes do *corpus* com o CSV como L1 (por ano lectivo)

ano lectivo	CSV (L1)	%
2011/2012	22/22	100%
2012/2013	33/33	100%
2013/2014	133/133	100%
2014/2015	32/33	96.7%
2015/2016	22/23	95.7%
2016/2017	54/55	98.2%
2017/2018	51/51	100%
total	347/350	99.1%

Observando o Quadro 7, verifica-se que 99.1% [347] dos falantes do *corpus* têm o crioulo, em particular o crioulo de São Vicente (CSV), como língua materna¹⁰, o que, de facto, vai ao encontro do que, em traços gerais, sucede de Santo Antão à Brava.

Quadro 8 | Análise quantitativa das respostas à pergunta

Os seus pais falam (falavam) português em casa?

resposta	número de discentes	%
Não.	301	88.5%
Às vezes.	16	4.7%
Sim.	23	6.8%

O último parâmetro analisado relativamente aos falantes do *corpus* diz respeito à presença da língua portuguesa em casa. Como se vê no Quadro 8, perante a pergunta *Os seus pais falam (falavam) português em casa?*, 88.5% dos falantes [301 discentes] afirmam categoricamente que não, enquanto apenas 6.8% [23] dão uma resposta diametralmente oposta, havendo ainda 4.7% [16] que respondem com formulações que podem ser interpretadas de modo genérico como “às vezes”. Todavia, vejamos mais em pormenor as respostas qualitativamente mais ricas dentro destes três segmentos.

¹⁰ Há, então, somente 3 discentes que afirmam ter o português como L1, tratando-se, evidentemente, de bilingues de fortes competências linguísticas em ambas as línguas do arquipélago. Como já mencionado, dos 350 falantes do *corpus*, 10 não preencheram o inquérito linguístico-cultural, embora seja certo que a sua língua materna é o crioulo de Cabo Verde. Destaca-se, ainda, que, dos 347 falantes de língua materna crioula, 3 nasceram fora de Cabo Verde – Brasil, Suíça e Portugal –, e outros 3 responderam “distraidamente” ter a língua portuguesa como L1, embora, de seguida, à pergunta “Os seus pais falam (ou falavam) português em casa?”, tenham respondido “Não.” (considerou-se também o crioulo como L1 destes 3 falantes).

Quadro 9 | Análise qualitativa das respostas à pergunta

Os seus pais falam (falavam) português em casa?

Não.
1 Não, somente (só) crioulo. [4]
2 Não, em casa não se fala português.
3 Não, ninguém. [2]
4 Nunca.
5 Não!
6 Só a brincar. Usam frequentemente a nossa língua materna.
7 Só em casos de conversa com pessoas que falam em português.
8 Não falam, só nos extremos casos de ajuda em algum trabalho de casa de Português.
9 Não, mas a minha mãe é licenciada em Estudos Portugueses e Cabo-Verdianos.
10 Não, mas gostaria.
Às vezes.
11 Falavam quando eu era criança.
12 Tinha um avô que falava português em casa, porque ele viveu muitos anos entre Angola e Portugal.
13 A minha mãe falava português em casa comigo quando eu era do ensino básico enquanto estudávamos visto que ela é professora.
14 Raramente. [2]
15 A minha mãe fala de vez em quando. É professora do Ensino Básico.
16 Às vezes. [6]
Sim.
17 Meus pais não, mas meu avô paterno sim.
18 Apenas a mãe. [2]
19 Sim. O pai fala português frequentemente. [2]
20 Sim, a minha mãe é professora e ela tem o hábito de falar português comigo e com os meus irmãos.
21 Sim, os meus pais falam português em casa.

Como se percebe da análise ao Quadro 9 em comparação com o que observámos no Quadro 8, a categorização simplista das respostas em 'sim', 'não' e 'às vezes' não nos oferece igual riqueza de *nuances* e de atitudes perante a presença ou não da língua portuguesa em casa. Vê-se agora que os 88.5% de respostas negativas abrangem várias formulações diferenciadas, do peremptório "em casa não se fala português" à inclusão dos advérbios de negação "ninguém" e "nunca", até à mais forte exclamação "Não!", que parece mesmo revelar algum estranhamento perante a pergunta. Também se encontram outras construções relevantes, do falar português "só a brincar" à realização dos trabalhos de casa de Português (considerada uma situação *extrema*). Destacamos ainda a resposta 7, que mais fielmente espelha o uso generalizado da língua portuguesa em Cabo Verde, isto é, só com falantes lusófonos de outras latitudes. Ainda, observa-se quem confesse que gostaria que se falasse português em casa. Dos 4.7% de respostas que considerámos equivalentes a "às

vezes”, realçamos a evocação da lusofonia como razão para se falar ou contactar com o português em casa, a presença descontinuada do português e, sobretudo, o facto de algum progenitor ser professor como motivo para se falar português em casa. Por fim, relativamente aos 6.8% de respostas afirmativas, vê-se que o mais comum é apenas um dos pais falar português (ou um avô), destacando-se outra vez uma referência a uma mãe professora para “se justificar” a presença da língua portuguesa em casa.

De seguida, concentremo-nos nos textos. O *Corpus* ePCV é um *corpus* constituído por 651 textos de escrita criativa, mais precisamente de diálogos que simulam, sobretudo, interacções verbais do quotidiano do arquipélago. Estes textos são o resultado de um exercício de produção escrita em que se propunha a realização de um diálogo de cerca de 200 palavras, que incluísse obrigatoriamente um determinado turno de fala¹¹ dentro do tratamento formal, como, por exemplo, – *Ouçã, Sandra*.¹², o qual não poderia sofrer qualquer alteração (embora se permitisse deslocar esse mesmo turno de fala do topo da folha A4 do “enunciado” para um lugar intermédio ou mais avançado do futuro diálogo). Fora estes pressupostos primordiais, os discentes dispunham de 1h15 e de total liberdade temática e “ficcional”. Todos os turnos de fala seleccionados provêm de obras de ficção das literaturas em língua portuguesa. Do total das sessões realizadas constam, principalmente, construções de contos e romances de autores de Angola (João Melo, José Eduardo Agualusa), Brasil (Raduan Nassar, Rubem Fonseca, Tatiana Salem Levy), Cabo Verde (Arménio Vieira, Orlanda Amarílis), Moçambique (Mia Couto, Paulina Chiziane), Portugal (Alexandra Lucas Coelho, Almada Negreiros, António Lobo Antunes, David Mourão-Ferreira, Mário de Carvalho, Mário-Henrique Leiria, Vergílio Ferreira) e Timor-Leste (Luís Cardoso), à falta de oportunidade de fazer também representar as literaturas da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe. Em momento algum do lançamento do exercício é chamada a atenção dos discentes para o facto de o turno de fala se encontrar no tratamento formal. Assim, o pronome *você* que surge em algumas construções de autores brasileiros, como em – *Você come muito chocolate?* (do conto “Gordos e magros”, parte da colectânea *Axilas e outras histórias indecorosas*, de 2012, de Rubem Fonseca), é aqui observado à luz dos usos pragmáticos mais usuais em Portugal, ou seja, como forma de tratamento de “baixa” formalidade, e não como é comumente usado e observado no Brasil, como forma de tratamento informal.

¹¹ Adoptou-se a tradução para português de Rodrigues (2003a) da expressão *tour de parole* de Kerbrat-Orecchioni, que designa a unidade constitutiva da sucessão de *intervenções* que perfazem qualquer interacção verbal.

¹² Vergílio Ferreira (1994). *Para sempre*. Lisboa: Bertrand Editora, p. 123.

Por fim, apresentamos a totalidade dos turnos de fala que constituíram o ponto de partida para a elaboração dos diálogos e o modo como os 350 diálogos se distribuem por ambientes ficcionais que, tendencialmente, proporcionam interações simétricas ou assimétricas.

Quadro 10 | Diálogos T e diálogos V

diálogos T	diálogos V	total
215 falantes	135 falantes	350 falantes
61.4%	38.6%	

Conforme o Quadro 10, 61.4% do *corpus* [215 falantes] é constituído por diálogos T³³, isto é, textos que se constroem através de interações totalmente informais e simétricas do género *tu/tu* (ou *você/você*, tratando-se este do *você* característico do PB), o que revela a natural apetência dos discentes para ficcionarem a partir da sua própria experiência, representando invariavelmente os ambientes informais que conhecem e em que mais comumente se movem. Vê-se, então, que 38.6% dos textos [135 falantes] são diálogos V. Trata-se, agora, de algumas interações informais com, no mínimo, uma relação assimétrica do género *tu/o senhor* e, sobretudo, de diálogos formais constituídos somente por relações simétricas à imagem de *você/você* (*você* típico do PE) ou de *o senhor/o senhor*.

Interessa também perceber até que ponto o turno de fala seleccionado terá ou não condicionado, primeiro, a criação de diálogos T ou de diálogos V e, mais adiante (Secção 6.3), o próprio uso de determinadas formas de tratamento. Para tal, houve que fazer a distinção entre turnos de fala “não marcados” e turnos de fala “marcados”. Considerámos turnos de fala “não marcados” aqueles em que somente são usadas formas de tratamento fonologicamente reduzidas, isto é, pronomes oblíquos, clíticos, reflexos e possessivos, e desinências verbais. Enquanto os turnos de fala “marcados” são aqueles em que se usam formas de tratamento proeminentes como *você*, *o senhor* ou vocativos como *doutor* ou *senhora*.

³³ Adoptámos, naturalmente, as iniciais T e V – das formas latinas *tu/vos* – do estudo pioneiro de Brown e Gilman (1960) para a designação, respectivamente, dos diálogos em que há um predomínio da dimensão «solidariedade» *versus* os diálogos em que emerge a dimensão «poder».

Quadro 11 | Diálogos T e diálogos V com turnos de fala “não marcados”

sessão	turno de fala	T	V
l11.T3.1	– <i>Então, que o trouxe aqui?</i>	3	4
l11.T3.2	– <i>Sabe, o que eu gostava era de dar um passeio.</i>	12	3
l13.T4	– <i>Sabe o que eu lhe digo? Medo.</i>	7	2
l13.C.M	– <i>Acabe imediatamente com isso!</i>	16	1
l13.C.N	– <i>Feche ao menos as janelas, que podem ver.</i>	5	3
l13.G	– <i>Olhe que depois disso já sonhei consigo três vezes!</i>	11	4
l13.G3	– <i>Não sente o mau cheiro?</i>	17	2
l13.M	– <i>E então, o que quer de mim?</i>	8	5
l13.T	– <i>Ouça, Sandra.</i>	10	3
l13.M4	– <i>Para onde está a olhar?</i>	6	1
l14.G	– <i>Porquê? Porque me oculta tanta coisa da sua vida?</i>	7	2
l14.T	– <i>Não tem medo?</i>	3	0
l15.M	– <i>Venha cá que lhe quero dizer uma coisa.</i>	7	6
CV16.CEO	– <i>A sua mulher já o traiu alguma vez?</i>	10	1
UM16.E	– <i>Não se preocupe...</i>	7	6
UM16.O	– <i>Não sabe se foi feliz?</i>	4	1
F13.CC	– <i>Desculpe: mas não é então crente?</i>	10	4
F15.E	– <i>Então, que o trouxe aqui?</i>	7	4
total		150	52
%		74.3%	25.7%

Observando o Quadro 11, vemos que 74.3% dos falantes (150 textos) que partiram de turnos de fala “não marcados” elaboraram diálogos T e apenas 25.7% (52 textos) construíram diálogos V. É inegável, para estes falantes, a “fragilidade” dos elementos gramaticais, fonologicamente reduzidos, que constituem formas de tratamento pronominais – oblíquos, clíticos, reflexos e possessivos – e formas de tratamento verbais – desinências do indicativo e imperativo.

Quadro 12 | Diálogos T e diálogos V com turnos de fala “marcados”

sessão	turno de fala	T	V
l12.M	– Como é estar doente, <i>senhora</i> ?	5	14
l13.G2	– O que é que <i>você</i> toma, olhos azuis?	14	6
l14.T4	– Já viu isto, <i>doutor</i> ?	0	1
l14.M	– Deixe-me em paz, <i>senhora</i> .	0	9
l15.G	– Não me trate por tu!	0	9
l16.G	– <i>O senhor</i> está prestes a cometer uma loucura.	2	3
l16.M	– <i>Você</i> come muito chocolate?	7	2
l17.G.T	– Que é que <i>você</i> quer então?	7	4
l17.M.T	– Que é que <i>você</i> quer então?	4	2
l17.G.N	– Porquê, <i>doutor</i> ?	2	5
l17.M.N	– Porquê, <i>doutor</i> ?	2	4
CV13.RP	– Mas então como é que <i>o senhor</i> fala português?	2	10
UM15.E	– Como é estar doente, <i>senhora</i> ?	0	1
UM16.CP	– <i>Você</i> não quer passar lá em casa para ver a minha coleção de asas de borboleta?	4	2
UM16.GHT	– <i>Você</i> colocou cebola?	4	2
UM17.CP	– Ouça lá! Onde é que <i>o senhor</i> vem?	3	4
UM17.E	– E <i>você</i> , que é que anda a escrever, poesia?	5	2
UM17.GHT	– <i>Você</i> está perturbado, meu filho.	4	3
total		65	83
%		43.9%	56.1%

Já com os turnos de fala “marcados”, conforme se vê no Quadro 12, nota-se uma tendência diferente, com 56.1% dos falantes (83 textos) a optarem por construir diálogos V e 43.9% (65 textos) a elaborarem diálogos T. Mesmo com a presença de formas de tratamento mais proeminentes como *senhora*, *doutor* ou *o senhor*, não se vê o desequilíbrio patente nos outros diálogos. Mais, destaca-se outro fenómeno interessante, que se aprofundará na Secção 6.3: nas sessões com os 8 turnos de fala em que figura o pronome *você*, há mais do dobro de falantes a elaborarem diálogos T [50] do que falantes a construírem diálogos V [23].

Do *corpus* escrito em Cabo Verde

- Ah, sim... Venho de Chã de Alecrim e resolvi dar-lhe uma
fala.
F15.E.JA

Em epígrafe à presente secção, encontra-se uma citação de um dos diálogos do *corpus*. A voz que aqui se ouve aparece de surpresa, vinda de Chã de Alecrim (bairro residencial da periferia mindelense), na empresa onde o seu compadre trabalha, localizada na *morada* (centro histórico da cidade do Mindelo), para, simplesmente, *lhe dar uma fala*. Em crioulo, a expressão *dá fala* significa «visitar, aparecer em casa de alguém, ou noutra lugar, para trocar dois dedos de conversa, para conviver, etc.» Qualquer mindelense imagina em segundos o percurso entre Chã de Alecrim e a *morada*, compreende, no imediato, o conceito de “dar uma fala” ou perspectiva até o pobre do homem que, por certo, vem “cravar” alguma coisa. O que nenhum cabo-verdiano poderá alguma vez imaginar é que essa *fala* seja em português...

Com o intuito de reforçar a primazia da oralidade sobre a escrita para o estudo da variação e mudança linguísticas, Schneider (2003) recorda que “[l]anguage, Saussure taught us, is first and foremost a spoken system – writing is a secondary coding, but speech is primary.” (Schneider, 2003: 67). A máxima de Saussure visa claramente um cenário linguístico padrão, no qual o discurso oral domina em absoluto perante o uso da escrita. Todavia, o cenário linguístico por defeito do português em Cabo Verde não é, de todo, o de um contexto padrão, já que a língua portuguesa, sistema oral por excelência em Portugal, no Brasil, e também em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, é, nas ilhas atlânticas cabo-verdianas, uma língua fundamentalmente escrita, (quase) não falada. Na verdade, o fenómeno somente surpreenderá quem, não conhecendo o território cabo-verdiano, se deixar iludir pelos rótulos “cplpianos” «português, língua oficial» ou «país de língua portuguesa».²⁴ Quando em Lisboa, no Rio de Janeiro, em Luanda ou Maputo, os primeiros contactos de qualquer criança com o português são feitos através da oralidade, no Mindelo, é somente aos 6, 7 anos, na escola, que as crianças contactam verdadeiramente com a língua portuguesa, simultaneamente com a oralidade e com a escrita em português. Enquanto portugueses e brasileiros falam primeiro português e só depois escrevem em português, os cabo-verdianos escrevem em português e só depois, às vezes, sob a pressão de um

²⁴ Veja-se também os estrangeiros equivocados (ou preconceituosos) que pretendem aprender apenas português *versus* os estrangeiros familiarizados com o arquipélago que se põem, de imediato, a aprender crioulo; ou os alunos que entre Julho e Outubro, tempo fora das universidades, não abrem a boca para dizer uma única frase em português; ou ainda a falta de memória colectiva do cenário mais simples – dois cabo-verdianos sentados numa esplanada a falarem português entre si.

professor, de uma câmara de televisão ou de uma plateia em cenário formal e de cerimónia, falam português. Desse modo, em nosso entender, excepção feita à descrição e análise fonéticas e fonológicas, o *corpus* linguístico, por excelência, do *emergente* PCV será escrito e não oral. Qualquer *corpus* oral do português em Cabo Verde, constituído usualmente por entrevistas sociolinguísticas (algumas das quais que se diz representarem a oralidade informal ou mesmo espontânea) ou outros registos áudio, fora os que se debrucem sobre aspectos fonológicos e fonéticos da língua ou os que trabalhem com a gravação áudio de aulas em escolas e universidades (e mesmo assim, haverá sempre um instrumento de gravação, que se constitui como uma presença “estranha”, no fundo, um segundo “árbitro”, para lá do próprio professor), será sempre a “ficção” de um uso natural da língua portuguesa em Cabo Verde.

Guilherme e Bermejo (2015) fazem uso de um *corpus* constituído por cartas privadas com o fim de estudar a utilização do pronome de tratamento *você* no português europeu (PE). Defendem que se trata de um género discursivo que (em nosso entender, à imagem do diálogo, em foco no nosso *corpus*) se constitui como a reprodução “ficcional” do registo oral. Em Cabo Verde, com as fortes limitações de uso da língua portuguesa, essa reprodução só se opera quando os diálogos procuram “imitar” os discursos reais entre professores e alunos em sala de aula ou de alguma cerimónia formal de ocorrência irregular, cenários que não se constituem, portanto, como parte do quotidiano de muitos cabo-verdianos. Todos os outros diálogos do *corpus*, sobretudo os que se constroem em ambientes de informalidade (61.4% do total), não poderão ser observados como reprodução de uma oralidade que não encontra eco na vida real. Vemo-los, então, simplesmente como o que são, a transcrição de uma língua que (somente) se verbaliza na escrita, e a simulação da oralidade hipotética de um uso oral igualmente hipotético do português em Cabo Verde. O *corpus* da presente dissertação é um *corpus* escrito e não o registo escrito de presumíveis discursos orais, que, aliás, não têm lugar em Cabo Verde fora de certos espaços “encravados” da sociedade cabo-verdiana. O *Corpus* ePCV não pretende, portanto, fazer-se passar por o que não é e o que (quase) não existe em Cabo Verde. Na verdade, este *corpus* representa através da escrita a língua portuguesa tal como ela é usada no arquipélago.

Mais relevante para a presente dissertação será o que tanto as cartas privadas como o diálogo trazem, ou seja, o “[...] ambiente propício para a emergência de segundas pessoas discursivas.” (Guilherme e Bermejo, 2015: 172), fundamentais para a descrição e análise dos sistemas de tratamento em contacto em Cabo Verde. Note-se, ainda, que o facto de o diálogo se realizar sempre na segunda aula do semestre (não sofrendo, portanto, influências dos conteúdos da própria unidade curricular no âmbito da qual é elaborado) e, sobretudo,

não constituir elemento de avaliação, faz com que os discentes escrevam mais espontaneamente, isto é, como os mesmos autores defendem, “[...] com maior liberdade, abrindo o caminho a alguma variação.” (*ibid.*).¹⁵

Para lá dos estudos que visam o tratamento em séculos passados, como um dos ensaios de Lindley Cintra (1972), com a obra de Gil Vicente, outros linguistas trabalham o sistema de tratamento do português contemporâneo (séculos XX e XXI) de Portugal (Rodrigues, 2003a; Duarte, 2008¹⁶, 2010, 2011; Manole, 2012a, 2012b, 2012c, 2013¹⁷; Manole e Teletin, 2014¹⁸; Lara e Guilherme, 2018) e do Brasil (Balsalobre, 2009; Lopes, 2011; Manole, 2011) recorrendo, parcial ou totalmente, a diferentes tipos de *corpora* escritos. Rodrigues (2003a), com um *corpus* literário proveniente fundamentalmente da obra de Aquilino Ribeiro, lembra, num subcapítulo de nome “Porque há-de ter menos realidade o mundo fingido ou sonhado do que qualquer outro?”¹⁹, que, embora verosímeis, os diálogos literários, na sua procura de imitação de interacções quotidianas reais, “[...] dificilmente correspondem a trocas verbais orais, habitualmente ditas reais ou autênticas.” (Rodrigues, 2003a: 25). Num cenário linguístico comum, é deveras imperioso recordar que os dados de um *corpus* literário não passam de “imitação” das trocas verbais ditas reais ou autênticas²⁰. Acontece que, em Cabo Verde, como já referido, não há (praticamente) trocas verbais autênticas em português a imitar, a não ser que nos limitemos à descrição do português dentro de (algumas) salas de aula ou em boa parte das sessões da Assembleia Nacional e em outras cerimónias formais (ver Secção 1.4). Em Cabo Verde, a realidade e a autenticidade da língua portuguesa emergem, sobretudo, na escrita e não na oralidade.

Também se cruza um *corpus* de ficção com a descrição do sistema de tratamento do português em Duarte (2011). A autora defende que o texto literário faz comumente um uso eficaz das formas de tratamento. A fronteira entre o *corpus* literário e o *Corpus* ePCV é de algum modo ténue. No fundo, a própria falta de intenção literária dos diálogos do nosso *corpus* torna-os, em nosso entender, mais autênticos, mais espontâneos. Rodrigues (2003a), também em defesa do *corpus* literário, acrescenta ainda que “[m]enor atenção e cuidado presta às construções quem *ordinariamente* fala ou escreve [...]” (Rodrigues, 2003a: 28),

¹⁵ Embora tenhamos feito sempre a advertência relativa a uma boa revisão do texto, não detectámos um forte “policimento” da escrita por parte da generalidade dos aprendentes, o que se observa na co-ocorrência de formas díspares nos mesmos diálogos e, principalmente, na baixa percentagem de rasuras e correcções.

¹⁶ Embora Duarte (2008) se foque no romance *Os Maias* de Eça de Queirós, que data de 1888, visa, na verdade, o cruzamento de três traduções (para francês e espanhol) realizadas já no século XX.

¹⁷ Os títulos de Manole (2012a, 2012b, 2013) dizem respeito, na verdade, às variedades de Portugal e do Brasil.

¹⁸ Manole e Teletin (2014) trabalham com um *corpus* retirado de manuais de PLE publicados em Portugal e no Brasil.

¹⁹ Aquilino Ribeiro (1995). *Aldeia. Terra, gente e bichos*. Venda Nova: Bertrand, p. 77.

²⁰ Todavia, o mesmo autor subscreve a seguinte afirmação de Adam (1990), em nosso entender, aplicável também aos diálogos do *Corpus* ePCV: “Il faut dépasser ce faux débat: les assertions des personnages d’un roman ou d’une pièce de théâtre font certes partie de la fiction, mais, à ce niveau diégétique, ils fonctionnent exactement sur le même modèle que les actes de discours dits “sérieux” de la vie ordinaire.” (Adam, 1990: 106 *apud* Rodrigues, 2003a: 28).

escrita *ordinária* essa que faz dos diálogos do nosso *corpus* dignos representantes do *emergente* PCV.

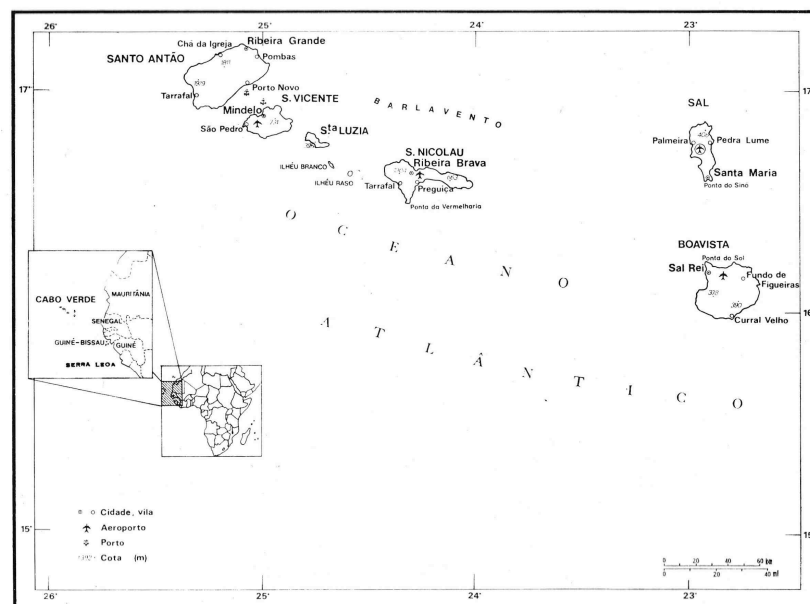
Por fim, se é verdade que a intenção primeira dos diálogos e da respectiva construção do *Corpus* ePCV se prendia com a obtenção de uma “radiografia” linguística individualizada das competências escritas em português de cada discente, não é menos verdade que os diálogos do *corpus* constituem, agora, uma verdadeira radiografia da sociedade mindelense, um mosaico verosímil de temáticas, personagens, cenários, lugares, tradições, idiosincrasias e palavras e expressões com que os alunos e qualquer mindelense naturalmente se identificam. Não é de algum modo defensável que essa forte e talvez inevitável tendência para o auto-retrato não se traduza também pela representação da língua portuguesa, da *sua* língua portuguesa.

De Santa Luzia a Amílcar Cabral

- [...] adoram uma festa, adoram estar em grupo, quase tudo é motivo para festejarem.
UM17.CP.LP

Na verdade, muito para lá da língua portuguesa, o *corpus* da presente dissertação reflecte aspectos da “antropologia cultural” das ilhas, da criouldade que resulta da mestiçagem, “[...] que caracteriza o cabo-verdiano e o distingue enquanto povo [...]” (Brito-Semedo, 2016: 80). Começamos por observar quais os cenários geográficos dos diálogos do *corpus* através de uma marcação de 4 “momentos” que naturalmente se impuseram – Cabo Verde, São Vicente, Mindelo (fora da *morada*) e *morada*.

Mapa 3 | Representação de Cabo Verde no *corpus*



O Mapa 3 exhibe a presença (e a ausência) das ilhas de Cabo Verde no *corpus* como cenário físico de muitos diálogos ou figurando como simples menção. Destaca-se, evidentemente, o “corte” inusitado que o arquipélago sofre, com a representação exclusiva das ilhas de Barlavento – Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boa Vista.

[2.1] – Por mi, a tempestade seria mesmo aqui, em **Santa Luzia**, mas precisamente nesse convento.²¹ I₃.C.N.LA²²

²¹ Ao longo da dissertação, as construções do *corpus* analisadas são citadas de acordo com a grafia original, isto é, sem quaisquer alterações ou correcções.

Embora o bairrismo entre *sampadjudus* e *badius*²³ (Furtado, 2013: 9), isto é, entre o Mindelo e a Praia, seja temática recorrente no arquipélago, não deixa de impressionar como é que o imaginário dos 350 falantes do *corpus* se constrói sem sequer uma pequena menção a qualquer ilha de Sotavento, mais ainda quando até a desabitada Santa Luzia é “palco” de um diálogo.²⁴ Note-se que a emergência no *corpus* do conflito identitário entre mindelenses e praienses evoca também o fervoroso debate nacional acerca da oficialização do CCV e, sobretudo, da selecção de uma norma linguística (Ramos, 2009: 81).

Mapa 4 | Representação de São Vicente no *corpus*



De seguida, no Mapa 4, mostram-se as diferentes localizações dentro da ilha de São Vicente que são mencionadas ou que servem mesmo de cenário a diálogos do *corpus*.

²² Os diálogos integrais, cujos dados do ePCV são analisados no presente capítulo, encontram-se digitalizados no Anexo 1.

²³ Palavras crioulas que dizem respeito, respectivamente, aos habitantes das ilhas de Barlavento e das ilhas de Sotavento, embora em uso mais restrito foquem essencialmente os cabo-verdianos originários de São Vicente, e em especial do Mindelo, e os de Santiago, em particular da Praia. Contudo, em Santiago, também os habitantes das ilhas do Fogo e da Brava são chamados de *sampadjudus* (Madeira, 2015: 53). Batalha (2002) relewa ainda outro aspecto: “[t]he opposition between *badius* and *sampadjudus* represents a regional divide within the archipelago, which easily assumes a racial content, since *badius* tend to be darker, if not black, and *sampadjudus* lighter or even white.” (Batalha, 2002: 111). Quanto à própria origem das palavras, defende-se que *badiu* provém do português ‘vadio’, por referência aos escravos fujões, que se refugiavam e constituíam comunidades no interior mais remoto da ilha de Santiago (*ibid.*: 109). As versões “populares” para a etimologia de *sampadjudu* não são tão convincentes.

²⁴ Registe-se que há diálogos que ocorrem fora de Cabo Verde. Surgem, assim, “representados” no *corpus* (alguns através de simples menções) 6 países da lusofonia – Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste –, para lá de outras geografias como, por exemplo, Argentina, Japão, Índia ou Rússia. Também cidades como Brasília, Jerusalém, Londres ou Porto. E ainda lugares, ou lojas, como Carcavelos, Centro Comercial Colombo, Fnac ou Times Square. De volta à lusofonia, note-se que Moçambique, o único país lusófono não representado, é também aquele com menor representação real em Cabo Verde. Em 2010, viviam no arquipélago apenas 28 moçambicanos (ver Secção 1.4).

[2.2] – É verdade. E ainda temos o belo **Monte Cara** para apreciar. I13.G3.MA

Destaca-se, em particular, um preenchimento significativo dos lugares mais acessíveis da ilha, em específico com a representação das zonas costeiras da Baía das Gatas, Calhau ou São Pedro, para além de praias como a Praia Grande, Flamengo ou Sandy Beach. Nota-se igualmente a ausência da vila piscatória de Salamansa e, sobretudo, das zonas do interior – Norte de Baía, Lameirão, Mato Inglês e Madeiral – e mesmo do Monte Verde, ponto mais elevado da ilha, com 750 metros de altitude. No fundo, juntamente com as idas à Praia Grande e à Sandy Beach, típicas da classe média/alta mindelense, esta ausência de representação do interior vai também ao encontro da natureza eminentemente urbana da população são-vicentina e, em especial, dos falantes do *corpus*. Em [2.2], emerge o icónico Monte Cara, presença majestática e permanente que se impõe praticamente de qualquer ponto da cidade do Mindelo, e que confere à ilha de São Vicente a designação popular de ilha do Monte Cara.

Mapa 5 | Representação do Mindelo (fora da *morada*) no *corpus*



Em terceiro lugar, focamos, através do Mapa 5, a representação do Mindelo – fora da *morada* – nos diálogos do *corpus*. Para além da presença de alguns bairros – Chã de Alecrim, Ribeira Bote, Lombo Tanque, Bela Vista e Monte Sossego (e da ausência de muitos outros) –, e da emblemática Lajinha, praia dentro da cidade do Mindelo, destacam-se várias

instituições e empresas, como o Hospital Baptista de Sousa, a ENAPOR (Empresa Nacional de Administração dos Portos) ou a Moave – Moagem de Cabo Verde e as ubíquas IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) e Casa Racionalista Cristã.²⁵

[2.3] – Sim, ela agora mora na zona de **Ribeira Bote**. ^{l14.T.MC}

Vê-se em [2.3] a menção a Ribeira Bote, um dos bairros periféricos mais representativos da cidade do Mindelo, também conhecido como Zona Libertada, “[...] dado ter sido o primeiro bairro da cidade a opor-se à entrada de tropas portuguesas após o 25 de Abril, no dia 23 de Setembro de 1974, bloqueando as entradas do bairro e defendendo-se com cocktails Molotov.” (Branco, 2016: 73), o que, segundo o mesmo autor, demonstra o carácter histórico particular da Ribeira Bote e das suas gentes.

Fazemos um último *zoom* para encontrar as muitas menções que dizem respeito à representação da *morada*, cenário natural de inúmeros diálogos do *corpus*. Vemos no Mapa 6 que a presença do centro histórico do Mindelo se faz sentir, entre outros, através de referências a ruas e avenidas – Rua de Matijim, praças – Praça Nova, monumentos e igrejas – *Pos*²⁶, edifícios – Mercado de Peixe, universidades – Universidade do Mindelo, e hotéis, restaurantes e bares – Casa da Morna.

²⁵ A IURD está presente em São Vicente desde 1993 e tinha em 2004 “[...] quatro templos nesta ilha, onde se realizam cultos diários a várias horas.” (Vasconcelos, 2004: 155). Quanto ao racionalismo cristão, na ilha desde 1911, possuía em 2004 sete centros espíritas, contando com “[...] alguns milhares de simpatizantes, principalmente entre as classes populares e a pequena burguesia ligada ao comércio e aos serviços.” (*ibid.*).

²⁶ Do crioulo *pos* (‘pássaro’), trata-se de um monumento evocativo da primeira travessia aérea do Atlântico Sul realizada entre 30 de Março e 17 de Junho de 1922 por Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Entre 5 e 17 de Abril, os aviadores portugueses e o hidroavião *Lusitânia* executaram uma escala na ilha de São Vicente. (Júnior, 2008: [?]).

Mapa 6 | Representação da *morada* (centro da cidade)²⁷ no *corpus*

legenda

- 1 Avenida Marginal 2 Casa Café Mindelo 3 Liceu Velho 4 Rua de Lisboa 5 Pos (monumento)
- 6 Réplica da Torre de Belém 7 Praça Nova 8 Hotel Porto Grande 9 Praça dos Namorados
- 10 Centro Cultural do Mindelo 11 Pont d'Água 12 Pizzaria Fund d'Mar 13 Mercado de Peixe
- 14 Universidade do Mindelo 15 Igreja de Nossa Senhora da Luz 16 Rua de Matijim
- 17 Casa da Morna 18 Mercado Municipal 19 Parque Infantil (antiga Praça Retimar) 20 ISCEE
- 21 Cartório (antigo) 22 Câmara Municipal de São Vicente 23 TropicTour 24 Pracinha d'Igreja

[2.4] – Vamos começar pela rua do **Liceu Velho**, depois descemos para a **rua de Lisboa** [...] l11.T3.2.ET

Para lá da Rua de Lisboa, uma das artérias históricas do Mindelo, ocorre em [2.4] a menção ao Liceu Velho, isto é, o antigo Liceu Gil Eanes (onde se encontra actualmente a M_EIA – Escola Internacional de Arte), ícone do património arquitectónico do Mindelo, e “casa” de figuras primordiais da cultura cabo-verdiana como Amílcar Cabral (1924-1973) e, entre outros, os escritores e poetas António Aurélio Gonçalves (1901-1984), Baltasar Lopes da Silva (1907-1989) e Teixeira de Sousa (1919-2006).

Se as ilhas, cidades, espaços e lugares já mencionados constituem o cenário de muitos diálogos, o mosaico mindelense que é o *corpus* só se completa através das temáticas

²⁷ Optámos por incluir como parte integrante da *morada* os bairros de Alto de Mira Mar e Alto de São Nicolau, de acordo com a delimitação presente na proposta de classificação do centro histórico do Mindelo a património nacional, que data de 2011, do Instituto da Investigação e do Património Culturais (IIPC).

abordadas, da revelação de idiosincrasias várias do típico mindelense e de elementos simbólicos da própria caboverdianidade. São inúmeras as temáticas reflectidas. Não faltam os diálogos que focam a mestiçagem (ver epígrafe da Secção 1.1), a língua portuguesa e a lusofonia, as discussões vivas em torno do futebol português, as telenovelas brasileiras (ver epígrafe da Secção 4.3), e também aspectos negativos como as drogas, os gangues, a gravidez precoce, a poluição, as instalações de saúde e médicos deficitários, as permanentes faltas de água e de luz, a crónica falta de fiscalização, os *tablets*, telemóveis, redes sociais e a juventude “dentro” do Facebook, o machismo, a burocracia e o *bullying*.

Falam da emigração, ora como tragédia, ora como vocação da gente das ilhas; falam da pobreza, da pequenez do meio e das perspectivas de futuro limitadas; falam da fome, que ainda a há, muito menos do que havia outrora, é certo, mas sofrida e envergonhada como sempre; dizem que, apesar da pobreza, o povo em Cabo Verde é mais evoluído do que na África, que não há cabo-verdiano que não tenha veia de músico ou de poeta, tal como não há um único, pobre ou rico, que não goste de cachupa; louvam os homens as mulheres mais *sabe de mundo* que existem; queixam-se as mulheres dos homens mais mulherengos e levianos que Deus pôs na terra.

(Vasconcelos, 2004: 186)

Partimos, todavia, do olhar do antropólogo, do etnógrafo e também do olhar do estrangeiro, que, segundo Cruz (2017), “[...] oferece ao lugar adjectivos que este não possuía.” (Cruz, 2017: 354). Na citação acima, Vasconcelos (2004) sistematiza o que é ser-se cabo-verdiano na perspectiva dos próprios mindelenses.

[2.5] – Isso me tornaria muito feliz profissionalmente, mas também, surgiu-me a oportunidade de ir fazer medicina na China, o que pra mim, também seria um sonho, e talvez eu ficasse por lá mesmo. I17.M.T.CF

Vemos em [2.5] um dos mais relevantes eixos da matriz identitária nacional, a emigração, quase sempre, como se nota com aquele ‘mas’, evocando a condição de ilhéu e a *sodade* (‘saudade’), e o antigo mas ainda actual desejo de ficar perante a necessidade de partir.

[2.6] – Todo o dia acordo e vejo o lixo espalhado no meio da rua [...] I13.G3.BC

[2.7] – Nunca conheci minha mãe, cresci num abrigo para menores, nunca fui feliz, não tinha o que vestir, pior ainda, não tinha o que comer. I13.T.AR

[2.8] – [...] medo de não encontrar trabalho em São Vicente e de ter de partir para longe da família [...] I13.T4.D5

O eterno dilema do cabo-verdiano deriva naturalmente das condições precárias em que muitas vezes se encontra, como se vê na pobreza manifestada em [2.6] e na fome que ainda subsiste em parte da população [2.7] (como já mencionado, cerca de um quarto da população são-vicentina ainda se encontrava em 2015 abaixo do limiar da pobreza). Em São Vicente, em particular, o desemprego (16.2%, em 2016) é ainda um drama social de dimensões consideráveis, reflectido em vários diálogos do *corpus*, como se mostra em [2.8], lembramos, na boca de universitários que prevêem *ter de partir* da ilha do Monte Cara.

[2.9] – Essés Manjacos pensão que são alguma coisa, veem prá terra da gente e pensão que mandam. Um bando de Africanos! UM17.CP.AL

Em [2.9], observamos outro traço significativo da identidade sempre *partida* do cabo-verdiano entre África e a Europa (e as Américas). Em especial, vê-se aqui como se mantém viva uma certa rejeição por África, ou se quisermos, nas palavras “simpáticas” de Rego (2008), uma “[...] ambiguous relationship of Cape Verde to the rest of Africa.” (Rego, 2008: 145). A designação de «manjacos» (em crioulo, *mandják*) é um epíteto pejorativo de carácter racista, xenófobo e discriminatório que significa “preto retinto”, visando, em particular, os imigrantes da costa ocidental africana, oriundos, sobretudo, do Senegal e da Guiné-Bissau.²⁸

[2.10] – A peça é mesmo muito engraçada. Fala da vida de 10 mulheres do Mindelo. I13.G.HC

[2.11] – Achas? Eu canto e tu escreves poesias. UM17.E.KS

[2.12] – É claro que é sério, és tão linda quanto o teu nome. Devias era estar num pedestal onde todos pudessem apreciar a tua beleza. I13.G2.EL

[2.13] – Aquele que tem muitas namoradas. I13.C.N.SM

²⁸ Há mesmo quem brinque com a própria disposição geográfica das ilhas, “[...] distribuídas em forma de meia-lua, cujo lado convexo é voltado para o continente africano.” (Brito-Semedo, 2016: 71), ou seja, de costas voltadas para África.

Em [2.10], vemos a evocação da cultura erudita, do teatro, com uma menção implícita à peça teatral *As mindelenses* (2013), encenação de João Branco e do grupo Trupe Pará Moss (adaptação de *As cariocas*, de Nelson Rodrigues), peça que retrata a vida de 10 mulheres mindelenses de 10 bairros diferentes do Mindelo – a ciumenta, a cleptomaníaca, a adúltera, a perigosa, a invejosa, a noiva, a beata, a suicida, a narcisista e a traída. Há também diálogos carnavalescos e outros com música e poesia [2.11], pois no arquipélago há sempre música e quem saiba tocar e cantar as mornas e *koladera* ('coladeiras'), que, entre outros, glorificam as crioulas mais *sabe*²⁹ de Santo Antão à Brava, as crioulas mindelenses, como se vê na cena em [2.12], com o “macho” crioulo enlevando a mulher. Daí, do crioulo de lábia infinita, é um pequeno passo à “poligamia informal” (cf. Fortes, 2015), como se observa em [2.13].³⁰

Com efeito, entre a busca pela família ideal e a vivência num contexto marcado pela pobreza, migração, poligamia informal, descrédito na possibilidade de construção de um lar, conflitos e violências baseadas no género, e doenças infectocontagiosas, os cabo-verdianos vão vivendo as suas famílias em múltiplas configurações.

(Fortes, 2015: 152)

Juntamos agora o olhar da antropóloga, da mulher, da mulher cabo-verdiana, que na citação acima se concentra na construção da família cabo-verdiana a partir da voz das mulheres são-vicentinas e das famílias com quem tem trabalhado nas suas pesquisas desde 2008.

[2.14] – Não viveste a minha vida, não sabes como é difícil viver e crescer numa família destruturada. No momento em que terminei o 12º Ano, fui quase que obrigada a procurar emprego no primeiro buteco que encontrei.

I13.G2.AT

[2.15] – Oh homem! Para de beber, assim acabes morrendo antes do tempo.

CV16.CEO.HD

[2.16] – No momento em que estava entrando no quarto vi algo fora do normal. Era o meu cunhado batendo de forma violenta na minha irmã.

I13.C.M.JM

²⁹ Adjectivo do crioulo que, para além de outros significados, caracteriza aqui mulheres atraentes e de corpos “bem-feitos”.

³⁰ Note-se em [2.13] a naturalidade com que se fala da poligamia, sem exclamações nem adjectivações do homem, o que vai ao encontro da ideia de que esta prática “[a]inda hoje, é tolerada e muitas vezes incentivada, e não será exagero afirmar que é mais tolerada quando o polígamo é o homem – nesses casos, é considerada um exercício de construção da masculinidade (Fortes, 2015: 167).

Em [2.14], somos confrontados com um relato emotivo da vivência dentro de uma família dita “desestruturada”. Segundo Fortes (2015: 153), a categorização comum de família desestruturada advém da não concretização do modelo da família patriarcal, correspondendo, portanto, a famílias monoparentais e sem a figura masculina, realidade também bem presente nos diálogos do *corpus*.³¹ Quanto à construção em [2.15], reflecte outro flagelo que caracteriza hoje Cabo Verde, o consumo excessivo do álcool, em especial do grogue. Não raramente é nas chamadas famílias desestruturadas que se encontram, também, homens alcoólicos e outros que praticam actos de violência contra as mulheres [2.16].

Observamos também reflectidos em muitos diálogos certos traços idiossincráticos do mindelense (ou mesmo do cabo-verdiano), como a tão propagada *morabeza*, a chamada *ora d’criol* (‘hora do crioulo’), isto é, o crónico incumprimento de horários, a transversal *djonga* (‘sesta’), sem a qual muitos não passam, o *surf*, o futebol e as caminhadas e o *cross* de madrugada ou ao pôr-do-sol, os passeios para a Baía das Gatas e para o Calhau, os inúmeros concursos de miss ou a fofoque tornada profissão, típica de lugares pequenos.

Por fim, deparámo-nos em vários diálogos do *corpus* com alguns símbolos inequívocos da caboverdianidade. Das inúmeras menções e considerações em torno da língua materna (reflectidas em várias epígrafes a secções da dissertação, em especial, na da Secção 4.1, visando a oficialização do crioulo), incluindo mesmo os *nominhas* (ver Ponto 4.2.2.3), a referências à gastronomia nacional – o *cuscuz*³², o peixe frito com molho de cebolada, o queijo “de terra” (isto é, queijo de cabra) e o pudim de queijo – e, claro está, o tão adorado quanto malfadado grogue. Surpreendentemente, não há quem se tenha lembrado da *katxupa*³³ (‘cachupa’), primeiro prato tradicional, não se havendo cometido igual “injustiça” para com Amílcar Cabral [2.17], o herói de quase todos os cabo-verdianos.

[2.17] – Aycha **Amilcar Cabral** não lutou pelo nosso país ate a morte?

I17.M.T.AR

³¹ Segundo dados do Censo 2010, 47.6% dos agregados familiares em Cabo Verde são sustentados por mulheres. Deparamo-nos desde 2008 com uma prática que, de início, não entendíamos. Há uma percentagem significativa de discentes que não assina os seus trabalhos com o último nome (o apelido do pai), o que, pensamos hoje, muito dificilmente não estará relacionado com a notada ausência de muitos pais na vida dos seus filhos.

³² Trata-se de um género de bolo de farinha de milho cozido ao vapor num *bind* (‘binde’, recipiente de barro com furos no fundo, usado para cozer o *cuscuz* em banho-maria). Usualmente, come-se quente, cortado às fatias, barradas com manteiga ou mel-de-cana (Brito-Semedo, 2016: 75). Não tem, portanto, nada a ver com o *cuscuz* do Norte de África, em particular da Tunísia, Marrocos e Argélia.

³³ A *katxupa* é um prato típico cabo-verdiano feito à base de milho, com feijões diversos, carnes, enchidos, couves e legumes (a chamada *katxupa* “rica”, enquanto a *katxupa* “pobre” é apenas acompanhada de peixe ou toucinho), e é fundamentalmente comida ao almoço em casa. Da *katxupa* sem caldo, faz-se a *katxupa* *guisada* (refogada), cozinhada em frigideira, acompanhada de ovos estrelados e linguiça, para se comer ao pequeno-almoço em casa e fora de casa. Relativamente à sua ausência no *corpus*, interrogamo-nos até que ponto a *katxupa* ainda fará parte dos hábitos alimentares (fora de casa) das gerações mindelenses mais jovens, o que se reforça até pela presença no *corpus* da mais “cosmopolita” pizza.

Revisão da Literatura

A palavra escrita é mediata, longínqua e particular. Quando escrevemos, e tanto mais quanto melhor e mais cuidadosamente escrevemos, dirigimo-nos a quem não nos vai ouvir, que é ler, logo; a quem não está ao pé de nós; a quem poderá entender-nos e não a quem tem que entender-nos, tendo nós pois primeiro que o entender a ele.

Fernando Pessoa¹

¹ Pessoa, [s.d.] 1993: 114.

Sistema de tratamento: de Lindley Cintra até hoje

- [...] eu e tu não temos a mesma idade logo não podes dirigir-te a mim como te diriges aos teus colegas.
I15.G.MG

Perante a vontade de académicos e de outros de reeditar 21 anos depois o seu famoso artigo de 1996 *O tratamento "você" em português: uma abordagem histórica*, Carlos Alberto Faraco perguntou se o texto ainda respirava (Souza, 2017: 109). Do outro lado do Atlântico, há um outro "texto" que respira e inspira desde 1972 – *Sobre "Formas de Tratamento" na Língua Portuguesa*, de Lindley Cintra. Para além da obra de Lindley Cintra, percorreremos também o "essencial" da investigação de linguistas incontornáveis na exploração do sistema de tratamento do português europeu (PE) como Maria Emília Ricardo Marques, Gunther Hammermüller e, sobretudo, Maria Helena Araújo Carreira, para lá de fazermos esporádicas incursões nos trabalhos de Rodrigues (2003a), Gouveia (2008), Guilherme e Bermejo (2015), Seara e Marques (2016) e Marques e Duarte (2019).²

SUBSECÇÃO 3.1.1

Lindley Cintra (1972)

Lindley Cintra (1972) constitui-se, na verdade, por três ensaios, dos quais visaremos apenas o primeiro – *Origens do sistema de formas de tratamento do português actual*.³ O autor abre esta sua obra começando por nos oferecer a confrontação de olhares estrangeiros díspares sobre a complexidade do sistema de tratamento do português europeu. Fryer e Pinheiro (1961) classificam o tratamento em português como antiquado e "oriental", enquanto Meier (1951), embora reconhecendo a sua complexa estratificação, salienta a "[...] riqueza de possibilidades que o falante pode utilizar, com certo gosto e até com prazer, para sugerir e estabelecer a distância desejada [...] entre si próprio e o seu interlocutor." (Cintra, 1972: 10-11).⁴

² Vários estudos de outros investigadores do sistema de tratamento do português europeu – como Thomé-Williams (2004), Villalva (2004), Oliveira (2005), Duarte (2010, 2011), Manole (2013), Manole e Teletin (2014) – serão abordados ao longo da dissertação.

³ Os títulos dos outros textos são *Tratamento de intimidade e tratamento de cortesia nas obras de Gil Vicente* e *"Tu" e "Vós" como formas de tratamento de Deus em orações e na poesia em língua portuguesa*.

⁴ A "contenda" entre adjectivar o sistema de tratamento do português europeu como *complexo* ou *rico* manter-se-á ao longo das últimas décadas (ver Secção 5.1). Seara e Marques (2016) apontam exactamente a repetição do qualificativo 'complexo', retomando as posições de Lindley Cintra (1972), Araújo Carreira (2004) e Duarte (2010). Da nossa apreciação, resulta a ideia de que a complexidade (sobretudo do tratamento nominal delocutivo de valor alocutivo) é bastante mais vinculada do que a riqueza. Não deixa de ser curioso constatar a "queixa" contrária de Kerbrat-Orecchioni (2011a) em relação ao sistema de tratamento do

Procurando tornar mais simples a complexidade apontada, Lindley Cintra apresenta uma esquematização das formas de tratamento alocutivas da norma padrão do português europeu, sublinhando desde logo que, na altura, esse sistema se mostrava instável, “em crise”, perspectivando-se alterações que mais adiante tentará prever. Assim, o autor privilegia uma divisão morfossintáctica em tratamentos pronominais – *tu, você, vocês, V.Ex.^a*, etc. –, tratamentos nominais – a) *o senhor, as senhoras*, etc. b) *o senhor Doutor*, etc. c) *a mãe, o avô*, etc. d) *o António, a Maria* e e) *o meu amigo, o patrão*, etc. – e tratamentos verbais – isto é, “[...] a simples utilização da desinência do verbo como referência ao interlocutor-sujeito [...]” (*ibid.*: 13). Lindley Cintra realça de imediato o carácter “puramente gramatical” das formas de tratamento pronominais e verbais, que se contrapõe à caracterização concreta e individual inerente às formas de tratamento nominais. Embora concordemos com a particularidade do tratamento nominal, defendemos que pronomes e desinências verbais, de algum modo, caracterizam também o interlocutor, fazendo bem mais do que simplesmente chamar a sua atenção para um qualquer acto de fala. No preciso momento em que alguém é tratado por *tu* – *O que é que tu queres?* –, ou é alvo de um tratamento verbal na 3SG – *Diga-me o seu nome.* –, define-se instantaneamente esse mesmo interlocutor e determinados contornos da interlocução, os quais podem, evidentemente, vir a ser alterados. No fundo, o que pretendemos salientar está bem claro no próprio ensaio de Lindley Cintra. Para demonstrar a perda de valor pragmático de *Vossa Mercê*, o autor convoca a cena inicial do *Auto do Fidalgo Aprendiz* (1646), de D. Francisco Manuel de Melo. Menciona que o burguês que queria tornar-se fidalgo “se revolta” quando o seu aio o trata, primeiro, por *Vossa Mercê*, e depois usando simplesmente o tratamento verbal de 2PL. Ao dizer *Que mandais?*, o aio já caracteriza de algum modo o seu senhor, e é exactamente essa “caracterização” descortês que o incomoda.⁵

O autor elege como primeira especificidade do sistema de tratamento do português a diversidade e a regularidade de uso do tratamento nominal, que em francês, espanhol e italiano é praticamente abrangido, respectivamente, pelos tratamentos pronominais *vous, usted* e *lei*. Como segunda característica, Lindley Cintra (1972) aponta a estruturação triádica

francês. Perante certas ausências de formas de tratamento nominais, a autora afirma que tal “[...] se deve ao fato de que não dispomos no nosso repertório de nenhuma forma realmente satisfatória [...]” (Kerbrat-Orecchioni, 2011a: 20). Também se percebe quase uma vontade (ou saudade) de um tratamento mais reverencial, quando, ao dissociar tratamento nominal e cortesia, nos diz: “[...] foi-se o tempo, na França, em que dizer apenas *bonjour* [bom dia], *au revoir* [até logo] ou *merci* [obrigado], sem o acompanhamento de *monsieur* [senhor] ou *madame* [senhora] – era considerado como descortês e severamente repreendido [...]” (*ibid.*: 31).

⁵ Também em Wilhelm (1979) nos apercebemos de perspectiva semelhante à que defendemos quando o autor diz ocupar-se dos “[...] pronomes pessoais e possessivos, contanto que caracterizem a relação entre falante e ouvinte no tratamento directo [...]” (Wilhelm, 1979: 9). Entendemos, igualmente, que a caracterização da “relação” é já o começo da própria caracterização dos interlocutores, o que o mesmo autor acrescenta de seguida: “[...] os pronomes empregados no tratamento põem o falante numa relação bem definida e, em graduações, mais estreita ou mais distante para com o ouvinte.” (*ibid.*).

em a) “formas próprias da intimidade” – *tu*, b) “formas usadas no tratamento de igual para igual (ou de superior para inferior) e que não implicam intimidade” – *você* e c) “formas chamadas «de reverência» – «de cortesia» –, por sua vez repartidas por uma série muito variada de níveis, correspondentes a distâncias diversas entre os interlocutores” – *V. Ex.^a, o senhor, o senhor Dr., o António, a Maria, o Sr. António, a Sr.^a Maria, a D. Maria, etc.*, contrastando essa estruturação com os dois planos do francês, castelhano e italiano (respectivamente, *tu/vous, tu/usted e tu/lei*) e com o plano único do inglês (*you*) (Lindley Cintra, 1972: 15). O paradigma triádico proposto por Lindley Cintra percorre um *continuum* entre a «intimidade» de *tu* e a «reverência» – ou «cortesia» – de *o senhor* (e dos tratamentos nominais delocutivos de valor alocutivo, considerando já a actual arcaização de *V. Ex.^a*), com um lugar central para a «não intimidade» e «não reverência» de *você*. Está subjacente à consideração deste paradigma ternário a sobreposição das abordagens morfossintáctica e semântico-pragmática. Todavia, há ainda o pronome nulo \emptyset , não considerado por Lindley Cintra, e que, em nosso entender, se constitui como uma forma de tratamento plena (ver Secção 6.4). Desse modo, somos tentados a considerar um sistema quaternário, opondo *tu* – para interacções informais e de intimidade – a *você*, pronome nulo \emptyset e *o senhor* – para variados graus de interacções formais e de reverência.⁶

De volta a Lindley Cintra (1972), analisando a diversidade e riqueza do “plano da cortesia”, o autor reforça a maneira como o sistema de tratamento em Portugal era (ou ainda é?) reflexo de uma sociedade muito hierarquizada, mencionando também “[...] um certo gosto na própria hierarquização e na matização estilística [...]” (*ibid.*: 16). Ou talvez houvesse, na sua opinião, algum “bloqueio” que impedia a aceitação de uma maior nivelção, à imagem do que havia sucedido com o tratamento no português brasileiro (PB). Mais de duas décadas depois, Marques (1995) afirmará que “[...] a diferenciação nas relações sociais, por factores de idade, de estatuto profissional ou outros, ainda está profundamente enraizada [...]” no tratamento em português “[...] e não se atingiu ainda a expressão diádica habitual nas sociedades ocidentais.” (Marques, 1995: 167-168). Entretanto, tal desiderato parece evidenciar-se, de alguma maneira, em Gouveia (2008). Partindo de Fairclough (1992), isto é, da ideia de que “[...] as mudanças no uso linguístico estão ligadas a processos sociais e

⁶ Também Ramos (1989) propõe um paradigma quaternário para o português de Florianópolis (capital do estado de Santa Catarina, no Brasil) – *tu, senhor, você* e zero (Ramos, 1989: 78). A este último, a autora chama “grau zero da forma de tratamento” ou “pronome zero”, retomando o termo de Jensen (1981). Na verdade, sempre pensámos o sistema de tratamento do português europeu como um sistema binário, de marcações informais em torno do pronome pessoal *tu* e de marcações formais em torno dos pronomes de tratamento *você* e *o senhor*, não ignorando, de todo, as evidentes distinções pragmáticas entre *você* e *o senhor*. Assim, adoptando uma perspectiva exclusivamente morfossintáctica, que é simultaneamente a mais distintiva no próprio uso prático e efectivo do sistema de tratamento, então, de facto, o sistema de tratamento do português europeu será binário, dividindo-se simplesmente entre formas de tratamento que exigem a 2.^a pessoa verbal – *tu* – e formas de tratamento que pedem a 3.^a pessoa verbal – *você*, pronome nulo \emptyset e *o senhor*. Não será aqui, na presente dissertação, o lugar para aprofundar estas nossas dúvidas e teorizações, que, quem sabe, talvez o próprio tempo resolva.

culturais mais vastos [...]” (Gouveia, 2008: 97), o autor aponta determinados fenómenos de mudança no uso do tratamento em português como indiciadores da modificação do paradigma “tradicional” – de base hierárquica e deferencial – para um paradigma “pós-tradicional” – de base igualitária e de envolvimento. Se bem que nos revejamos na análise de Gouveia (2008), não deixam de nos interrogar as gritantes desigualdades sociais em Portugal, o que nos remete, sem dúvidas, para a visão mais “crua” de Ammon (1972).⁷ O autor alemão distingue claramente as dimensões de «poder» e de «solidariedade» reflectidas na língua da real igualdade ou desigualdade que estrutura a sociedade, quando diz que, na antiga República Federal da Alemanha, “[...] devido ao tratamento por «Sie» entre os adultos, exist[ia] a ideia de igualdade geral, verificando-se, no entanto, uma desigualdade fundamental na realidade social [...]” (Ammon, 1972 *apud* Wilhelm, 1979: 14).

De seguida, Lindley Cintra esboça uma evolução diacrónica do sistema de tratamento desde finais do século XIII. Assim, no português antigo (até ao século XIV), destaca a inexistência de formas de tratamento nominal, estruturando-se o sistema, no singular, por um plano da intimidade – *tu* – e um plano da igualdade ou da cortesia – *vós* –, forma que se usava também para o plural (sem valor pragmático específico). O pronome *vós* tanto se aplicava “[...] ao rei, ao arcebispo ou ao bispo, como ao rústico ou vilão, quando não exist[ia] grau de intimidade ou confiança que permit[isse] o emprego de *tu*.” (Lindley Cintra, 1972: 17).

Entretanto, Lindley Cintra refere-se à emergência entre o século XIV e o século XV do uso das formas nominais *Vossa Mercê*, *Vossa Alteza* e *Vossa Senhoria* para com o rei⁸, fórmulas que evidenciavam qualidades da realeza – a “mercê” (generosidade), a “alteza” e a “senhoria” –, levando o verbo para a 3SG. Todavia, estas inovações apenas vingam e se propagam a partir do reinado de D. Afonso V (de 1438 a 1481), isto é, após os “[...] «setenta anos de instabilidade e de indecisão» que se seguiram à crise social de fins do século XIV [...]” (*ibid.*: 19-20). O tempo de uso exclusivo de *Vossa Mercê* relativamente ao monarca é curto e depressa esta fórmula começa a ser usada para com “[...] duques e infantes, depois para simples fidalgos, e já no início do século XVI, na época de Gil Vicente, para patrões burgueses a quem se dirigem os seus criados [...]” (*ibid.*: 21). Já a fórmula *Vossa Alteza* mantém-se

⁷ Wilhelm (1979) defende que “[a]s relações sociais que as formas de tratamento exprimem, na base, são criadas pela sociedade [...]” (Wilhelm, 1979: 14), realçando, contudo, a variação em português entre diferentes “pronomes de distância” para com o mesmo interlocutor (e ao longo da mesma interlocução) sem que haja, naturalmente, qualquer alteração das posições sociais dos falantes. Aí, na óptica de Ammon (1972), impõe-se considerar dois níveis: “[o] ponto de partida é a realidade social. Esta reflecte-se duma maneira ou doutra na consciência dos participantes da sociedade segundo a sua posição nela, e a expressão linguística baseia-se nesta consciência.” (Ammon, 1972 *apud* Wilhelm, 1979: 14).

⁸ O autor aponta as primeiras ocorrências de *Vossa Mercê* nas cortes de 1331, de *Vossa Alteza* nas cortes de 1455 e de *Vossa Senhoria* a partir de 1442. Refere igualmente a origem estrangeira destas fórmulas, isto é, a provável adaptação do castelhano de *Vossa Mercê* e do italiano de *Vossa Alteza* e *Vossa Senhoria* (Lindley Cintra, 1972: 18).

como tratamento próprio para o rei durante o século XVI, enquanto *Vossa Senhoria* passa a ser utilizada com fidalgos da alta nobreza, situando-se, portanto, num plano superior ao de *Vossa Mercê*.

O tratamento na 3SG fixa-se definitivamente em Portugal e Espanha com a promulgação das chamadas «leis das cortesias». O texto português, de finais do século XVI (1597), determina quem exactamente deveria receber os tratamentos *Vossa Majestade*, *Vossa Alteza*, *Vossa Excelência* e *Vossa Senhoria*, deixando de fora *Vossa Mercê*, cujo campo de utilização, segundo Lindley Cintra, se teria já alargado, ainda que situado acima do simples tratamento cortês por *vós*. Relativamente a *Vossa Excelência*, tratamento nominal que mais perdurará, as disposições da lei de Filipe II atribuíam-no apenas para «os filhos e filhas legítimos dos Infantes» e para «o Duque de Bragança». Não surpreendentemente à luz do entendimento linguístico contemporâneo, Lindley Cintra afirma que as intenções de Filipe II de legislar acerca dos usos linguísticos fracassam, o que conduz D. João V a promulgar uma outra lei em 1739. É assim que se sabe que o uso de *Vossa Senhoria* e de *Vossa Excelência* havia “[...] ultrapassado amplamente os limites fixados pela lei de 1597.” (*ibid.*: 25). Assim, da lei de 1739, o autor destaca a considerável expansão do campo de utilização “legal” de *Vossa Excelência*, de emprego ainda raro até finais do século XVI, e que agora era fórmula a adoptar para com desde os «Grandes Eclesiásticos e Seculares deste reino» até «às camareiras mores, aias, Donas de Honor e Damas do Paço».

Contudo, as leis de 1597 e de 1739 nada dizem acerca dos tratamentos nas camadas mais baixas da sociedade portuguesa. Desse modo, o quadro do sistema de tratamento permanecia incompleto. Lindley Cintra recorre, então, às comédias e farsas datadas dos séculos XVI ao XVIII para se inteirar do uso de outras formas de tratamento como *Vossa Mercê* e *vós*. É nas obras dramáticas sobretudo dos séculos XVII e XVIII que emerge o desdém generalizado por *Vossa Mercê* e mais ainda pelas “[...] formas fonéticas decadentes *vossancê* ou *ocê* [...] formas abreviadas intimamente associadas à degradação semântica da já antiga fórmula de cortesia.” (*ibid.*: 27). A própria “queda em desgraça” de *Você Mercê* remete e fixa as fórmulas *Vossa Senhoria* e *Vossa Excelência* como símbolos de cortesia, respeito e reverência. Quanto a *ocê*, Lindley Cintra refere a sua ocorrência esporádica em textos do século XVIII como tratamento igualitário, desprovido, portanto, de sentido pejorativo.⁹ Todavia, Lindley Cintra aponta outro fenómeno de crucial relevância no século XVIII: a queda em desuso (ou arcaização) de *vós* dirigido a um interlocutor singular, “morte” que, diz o

⁹ Ainda assim, Lindley Cintra menciona uma observação contrária em Bluteau (1721), autor que se refere a *ocê* como «trato usado com gente inferior».

autor, se vinha adivinhando há muito.¹⁰ Daí, fica “[...] o campo dos tratamentos de cortesia completamente entregue ao domínio das formas nominais e da 3.^a pessoa verbal.” (*ibid.*: 30). Entretanto, o lugar de *vós* na interlocução alocutiva no singular é preenchido por *você*, conduzindo, necessariamente, ao desaparecimento da 2PL do verbo e ao uso exclusivo da 3SG para diferenciadas interações formais – *você*, *V. Ex.^a*, *o senhor*, etc. O autor ressalva que *vós* e a 2PL se mantiveram fundamentalmente no discurso religioso, manifestando o seu estranhamento pela opção de se continuar a usar na linguagem litúrgica contemporânea um tratamento “desactualizado”.¹¹

Para Lindley Cintra, a história do tratamento em português ao longo do século XIX cinge-se quase exclusivamente à “invasão” das formas de tratamento nominais já mencionada. De tal modo não há mais transformações relevantes que o autor refere as semelhanças entre o tratamento que emerge de uma peça de Almeida Garrett e de uma peça teatral das primeiras décadas do século XX. Desse modo, Lindley Cintra fecha o seu ensaio com o esboço de quatro tendências que resultam do que observou ao longo de décadas e que projecta para o futuro. Em primeiro lugar, o autor menciona o gradual desaparecimento de *V. Ex.^a* da oralidade, permanecendo ainda com peso na língua escrita. De seguida, a expansão do uso de *tu* entre jovens e, sobretudo, entre pessoas de diferentes idades, acrescentando-lhe ao carácter de intimidade um valor pragmático de informalidade. Em terceiro lugar, Lindley Cintra aponta o alargamento do uso de *você*, ao qual, “[...] raramente se atribui o matiz despectivo que ainda não há muitos anos lhe era associado com muita frequência em determinados meios [...]” (*ibid.*: 34). Por fim, refere-se ao variado leque dos tratamentos nominais, destacando e prevendo um esbatimento ou mesmo eliminação das diferenciações sociais inerentes a, por exemplo, *a senhora Maria* e *a Senhora D. Maria*. Embora reforce, no final, a impossibilidade de certezas quanto a estas tendências, a verdade é que *V. Ex.^a* não tem, em 2019, presença nas interações orais comuns em Portugal, o tratamento por *tu* é, sem dúvidas, o tratamento *default* entre jovens, sendo também usado para com (e entre) muitos falantes mais velhos, a expansão de *você* é, provavelmente¹²,

¹⁰ Na verdade, o valor de cortesia de *vós* vem diminuindo à medida que, desde há muito, essa mesma cortesia aumentava nas fórmulas *Vossa Mercê*, *Vossa Senhoria* e *Vossa Excelência*.

¹¹ Em 21 de Abril de 2019, o jornal *Público* refere-se a uma nova tradução da Bíblia (versão experimental), responsabilidade da Conferência Episcopal Portuguesa, que vai ao encontro do que defendia Lindley Cintra em 1972, passando Deus a ser tratado por *tu*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/04/21/sociedade/noticia/nova-biblia-trata-deus-igreja-nao-decidiu-segunda-pessoa-singular-vai-chegar-oracoes-1869492> Acedido em: 4/07/2019. Relativamente a *vós* dirigido a mais do que um interlocutor, note-se que, segundo Marques e Duarte (2019), são “[...] defetivas, quando não erróneas, percepções de que *Vós* já não se usa, *Vocês* é a forma de tratamento que o veio substituir [...]”. As mesmas autoras apontam para evidências recentes: “[...] as ocorrências nas redes sociais constituem mais um sinal de que o pronome tem contextos de uso muito bem definidos, onde o substituto “vocês” não é adequado.” (Marques e Duarte, 2019: [?]).

¹² Pensamos não haver ainda qualquer estudo quantitativo do uso contemporâneo de *você* no português europeu. Guilherme e Bermejo (2015), com dados relativos à utilização de *você* ao longo do século XX (até 1974, na verdade), concluem que o seu uso “[...] não demonstra ser muito produtivo em português europeu, o que parece revelar alguma inadequação deste pronome em situações comunicativas mais formais e de maior deferência.” (Guilherme e Bermejo, 2015: 178).

inegável – permanecendo vivos, contudo, valores pejorativos em certos usos diatópicos, diastráticos e diafásicos – e, em último lugar, já não há, de facto, a mesma frequência de distinção social dentro de gradações do tipo *Senhora Maria, Dona Maria, Senhora Dona Maria*. Lindley Cintra evoca nas suas últimas palavras um desejo de efectivação destas tendências, dizendo que “[...] seriam sem dúvida uma útil contribuição linguística para a tão necessária reforma de certos aspectos da estrutura mental e da organização social dos Portugueses.” (*ibid.*: 36).¹³

SUBSECÇÃO 3.1.2

Maria Emília Ricardo Marques (1995)

Em Marques (1995), obra de título *Sociolinguística*¹⁴, a autora dedica a segunda parte às representações sócio-semânticas e formas linguísticas, explorando “[...] a relação entre parâmetros definidores de determinada situação de produção verbal e discurso produzido [...]” (Marques, 1995: 127). Na linha de Hymes (1974), Trudgill (1974) e Turner (1973), Marques (1995) concebe “[...] a linguagem não como funcionamento mecanicista de um sistema abstracto, mas como comportamento social [...]” (*ibid.*: 128), o que a leva a considerar sobretudo critérios de adequação e “aceitabilidade” em detrimento da simples gramaticalidade, realçando “[...] as restrições socioculturais que determinam escolhas entre variantes linguísticas.” (*ibid.*). Assim, a autora observa a variação como fenómeno subjacente a: 1| características individuais – inatas, como a idade, o sexo, etc., e adquiridas, como o papel ou papéis sociais, o *status*, etc. –; 2| factores temporais e físicos do processo de interacção – cenário, conteúdo, interacções marcadas por solidariedade vs. poder, funções da fala e papel da voz/tom –; 3| estilo/distância, articulando níveis de “formalismo” e o modo de dizer; e 4| participação como emissor, receptor ou simples participante. Retomando Hymes (1974: 206), Marques (1995) recorda que “[...] a interpretação semântica de determinados enunciados depende, pelo menos em parte, de especificidades contextuais, linguísticas e extralinguísticas.” (Marques, 1995: 133). Ou seja, “[o] conceito de significação social abarca, por conseguinte, uma significação definida no e pelo sistema social, dependente, por isso, de um contexto e de uma situação que, por vezes, até pode surgir caracterizada e iniciada pelo uso de formas linguísticas específicas.” (*ibid.*). Em verdade,

¹³ Observe-se que a expressão desta “vontade” manifesta de Lindley Cintra parece contrariar a “lógica” estruturada por Ammon (1972), segundo a qual se parte da realidade social, que se reflecte na consciência dos falantes (de acordo com o seu “lugar social”), para a expressão linguística, que tem subjacente essa mesma consciência.

¹⁴ O manual *Sociolinguística* representa também uma ampliação das ideias da autora já presentes em Marques (1988), a sua tese de doutoramento (Seara e Marques, 2016: 285).

esta assunção por parte de Marques (1995) da relevância específica e particular de uma só forma linguística para o entendimento da significação social vai ao encontro do que defendíamos atrás acerca das “simples” desinências verbais ou ainda do pronome nulo Ø.¹⁵ Segundo a autora, se variantes linguísticas que traduzem um mesmo conteúdo referencial produzem diferentes significados sociais, então é certo que “[...] a escolha entre tais variantes não é nem fruto do acaso, nem totalmente livre e que é determinada por factores sociais.” (*ibid.*). Como diz Marques (1995), “[e]m suma, não é só a gramática que obedece a regras, mas também o uso da língua em situação – o que nos obrigará a ter em conta a adequação a situação e contexto, logo, a aceitabilidade social do dito/falado, escrito.” (Marques, 1995: 134). Tal como Gumperz (1972), a autora fala de “regras sociais”, que se espelham em competências que permitem “[...] saber ONDE, QUANDO e COMO ALGUÉM fala a OUTREM.” (*ibid.*).

Marques (1995) define as formas de tratamento como “[...] símbolos linguísticos de tramas interactivas urdidas entre interlocutores social e culturalmente situados [...]”, considerando que as mesmas “[...] permitem delinear simbolicamente uma estrutura social como permitem [...] indiciar mudanças ou rupturas sociais.” (Marques, 1995: 135). A autora sublinha, como outros investigadores (ver Secção 1.1), a complexidade do sistema de tratamento da língua portuguesa, que motiva comparações com os tratamentos das línguas orientais. No estudo aprofundado que leva a cabo do uso das formas de tratamento em estruturas dialógicas de discursos da Assembleia Nacional entre 1972 e 1976, delineia níveis de deferência que espelham a própria situação contextual ritualizada e as relações entre os interlocutores. Para a autora, essas mesmas formas de tratamento implicam, com algum grau de previsibilidade, a ocorrência de certas estruturas e fórmulas de deferência e de delicadeza. Os níveis de deferência por si definidos incluem níveis de fala/registo, formas honoríficas, formas de tratamento e formas de delicadeza. Reflectindo acerca da noção de registo, naturalmente dependente da (falta de) formalidade da situação, Marques (1995) levanta um ponto relevante (ainda hoje, pensamos, sem uma resposta cabal) quando afirma que “[...] a designação «formal» pressupõe a ocorrência de um certo número de factores e nem sempre é fácil caracterizá-la.” (Marques, 1995: 137). Ainda em torno dos conceitos de registo e de estilo, a autora retoma as palavras de Fishman (1972): “[...] it is certainly not appropriate to simply apply the system of acts and events that has been determined for one speech community in the study of another without first determining its appropriateness in

¹⁵ Em especial, quanto às desinências verbais, nota-se a tendência para observá-las apenas como elementos morfológicos, apagando, de algum modo, o seu carácter de «pessoa» e assim o seu peso particular e exclusivo nas interações verbais como formas de tratamento que, à imagem do tratamento pronominal e nominal, caracterizam e definem locutores e interlocutores.

the second community [...]” (Fishman, 1972: 34). A reserva de Fishman, como lhe chama a autora, evoca, no âmbito da presente dissertação, a adequação ou não de se usar as determinações sociais e culturais do sistema de tratamento de uma língua (português europeu e/ou português brasileiro) para se reflectir acerca do sistema de tratamento de outra língua (crioulo de Cabo Verde, e mesmo ePCV).

Marques (1995) estrutura as formas de tratamento do português – em situação de auto- ou de hetero-referência – em formas pronominais e formas nominais. Distingue entre as primeiras, a primeira pessoa – *eu, nós, a gente*, etc. –, concebendo um *continuum* de ± majestático a ± humilde (com os pontos intermédios “comum” e “neutro”), da segunda pessoa. Quanto a esta, a autora afirma que, perante a arcaização de *vós, tu* estabelece-se como pólo comunicativo oposto a *você* e *o senhor*, o que torna complexo e “destrói” o padrão indo-europeu T/V. Desse modo, Marques (1995) delinea para o singular os “pares vocabulares” EU – TU, EU – VOCÊ e EU – O SENHOR, representações estabelecidas por regras sociolinguísticas. Enquanto o par EU – TU é concebido para usos recíprocos, envolvendo relações simétricas de idade, estatuto, etc. em situações informais (e também algumas mais formais) e relações assimétricas de superior para inferior, os pares EU – TU, EU – VOCÊ e EU – O SENHOR simbolizam frequentemente usos assimétricos de superior para inferior e vice-versa. A autora refere-se ainda a *V.^a Excelência*, definindo-a como forma pronominal de cortesia usada para com interlocutores de estatuto social ou hierárquico muito superior. Relativamente às formas de tratamento nominais – usadas como vocativos e como sujeitos –, Marques (1995) subdivide-as em 1| nomes próprios, 2| nomes de família e nomes completos acompanhados ou não por título(s) e 3| terceira pessoa verbal, com apagamento de formas pronominais e nominais sujeito.¹⁶ Em relação às primeiras, de utilização rara na Assembleia, a autora afirma que “[...] o nome próprio não se adequa a marcas honoríficas, combinatória forçada de que resultaria o chamado «conflito semântico». (Marques, 1995: 166).¹⁷ Relativamente às segundas, destacamos a procura de “[...] deferência mútua e se diluir, tanto quanto possível, o indivíduo [...]” (*ibid.*), utilizando-se designações complexas – nome completo – apenas quando é preciso evitar confusões devido a vários deputados deterem o mesmo título, de tal maneira que nem jovens nem mulheres

¹⁶ Como se entende, Marques (1995) não considera a categoria “formas de tratamento verbais” como autónoma, encarando-a “apenas” como parte do tratamento nominal, focando exclusivamente a 3.^a pessoa verbal (não acompanhada, naturalmente, de FTP ou FTN) e não mencionando a 2.^a pessoa verbal.

¹⁷ Veja-se no Ponto 4.2.2.2 a combinação comum (embora hoje em desuso) no CSV das formas honoríficas *nha* e *nho* com os nomes próprios (*nha* Deolinda ou *nho* António), o que apenas reforça as já citadas palavras de Fishman (1972) acerca do risco de se “ajuizar” as construções linguísticas de determinada língua a partir de determinações linguísticas e sociais referentes a outra língua. Ou seja, o que será “conflito semântico” em português poderá não ser *semanticamente conflituoso* em crioulo. Também Kerbrat-Orecchioni (2011a) aponta para o mesmo, referindo que, embora a combinação de proximidade com deferência seja “agramatical” em francês, é “[...] um tipo de relação bastante comum e admitida em muitas línguas e culturas [...]” (Kerbrat-Orecchioni, 2011a: 39).

merecem qualquer tipo de tratamento diferenciado. Por fim, quanto à terceira pessoa verbal, Marques (1995) define-a “[...] pela não ocorrência de formas de sujeito gramatical expreso ou de sujeito indeterminado ou indefinido [...]” (Marques, 1995: 167), realizando-se linguisticamente de vários modos.

De seguida, a autora esboça algumas perspectivas que resultam da sua investigação. Começa por declarar que está ainda enraizada na língua portuguesa a diferenciação social – devido a factores de idade, estatuto profissional, etc. –, retomando mesmo as palavras de Brown (1965), dizendo que “[...] não houve «*triumph of the solidarity at the expense of the status semantics*» [...]” (*ibid.*), não se havendo alcançado em português europeu o tratamento diádico comum das culturas ocidentais.¹⁸ Assim, tanto o tratamento pronominal como o tratamento nominal permanecem subjacentes a uma estrutura social formal e hierárquica. Ressaltamos na última observação a exclusão por parte da autora do pronome nulo Ø, que, como defendemos na Secção 6.4, pode também representar um uso democrático da própria deferência e hierarquização típicas do tratamento em português. Marques (1995) defende que, no quotidiano, não se usa muito os nomes próprios, notando-se um domínio dos honoríficos, ou seja, “[...] mal alguém cresce, isto é, envelhece o suficiente, pode ter um estatuto social [...]” (Marques, 1995: 168) que se substitui ao nome próprio.¹⁹ Mantêm-se, desse modo, como pólos que norteiam o tratamento alocutivo o poder/*status* e a solidariedade, elegendo a autora a idade como o factor determinante para essas escolhas. Contudo, emergem também perspectivas para um tratamento mais igualitário. Em primeiro lugar, a autora refere-se a um “igualitarismo”, consideramos, paradoxal, isto é, o “[...] uso de formas, mais marcadas por deferência, em direcção a pessoas que, noutras épocas, teriam sido tratadas de modo menos deferente.” (*ibid.*: 169-170). Ou seja, trata-se de uma tendência de solidariedade a partir da obtenção de mais

¹⁸ Em nosso entender, esta correlação rígida e imediata entre a “expressão diádica” do tratamento e o “triunfo da solidariedade” (às custas da semântica hierárquica) encontra na diacronia e também na actualidade realidades sociais que a contradizem. Veja-se o paradigma diádico do português antigo entre *tu* e *vós* ou o paradigma diádico do português brasileiro actual entre *você* e *o senhor*. Falar-se-á, de facto, de *triumfo da solidariedade* relativamente ao Portugal dos séculos XIII e XIV ou ao Brasil contemporâneo? Também em Guilherme e Bermejo (2015) se reflecte a mesma ideia (ou ideologia), quando os autores afirmam que “[...] o uso das formas T tem experimentado um auge vertiginoso como a melhor maneira de espelhar os valores de democracia [...] e diluir ao máximo as diferenças sociais.” (Guilherme e Bermejo, 2015: 171), como se, de facto, pudessemos estabelecer uma relação directa de causa-efeito entre o predomínio de tratamentos de solidariedade e a pujança da democracia e a constatação ou não de desigualdades sociais. Estarão os países de língua inglesa – com a hegemonia do *you* – ou os árabes, com uma só forma pronominal (cf. Kerbrat-Orecchioni, 2011a), imunes a regimes autoritários e a desigualdades sociais? Basta olhar para a América de Trump... Kerbrat-Orecchioni (2011a), reflectindo acerca da “repulsa” que se sente em França com a marcação ostensiva da desigualdade de estatuto social/profissional dos interlocutores, fala de uma “[...] espécie de «tabu» na expressão das hierarquias [...]” (Kerbrat-Orecchioni, 2011a: 39) [sublinhado nosso]. Ou seja, trata-se unicamente da “expressão” dessas hierarquias que, mais ou menos manifestadas na língua francesa, não deixam, claramente, de se fazer sentir na realidade social, o que as manifestações dos *gilets jaunes* tornaram mais do que evidente.

¹⁹ Em Cabo Verde, a substituição “obrigatória” é totalmente diversa. Como analisamos no Ponto 4.2.2.3, a omnipresença dos *nominhas* (hipocorísticos crioulos) na sociedade cabo-verdiana deriva exactamente do facto de comumente se substituírem aos nomes próprios. Assim, neste parâmetro específico (e por certo, noutros), o português demonstra o carácter de afastamento e de poder da sociedade portuguesa, enquanto o crioulo exhibe as marcas de aproximação e de solidariedade da sociedade cabo-verdiana.

poder/status. Por fim, a autora menciona ainda a expansão relativa do uso de tratamentos recíprocos por *tu*, *você* ou nome próprio.

SUBSECÇÃO 3.1.3

Gunther Hammermüller (2004)

Hammermüller (2004) retoma alguns dos aspectos do sistema de tratamento do português por si investigados na sua tese de doutoramento de 1993, de título, em francês, *L'adresse en portugais. Une recherche sociolinguistique des conventions et des formes d'adresse du portugais européen contemporain*.²⁰ O título deste seu artigo – *Adresser ou éviter, c'est la question...* – remete para a interrogação shakespeariana – “Ser ou não ser, eis a questão” –, aqui transfigurada em “usar um tratamento pronominal (ou nominal) ou evitar”.²¹ Hammermüller (2004) começa por analisar a evitação de tratamento enquanto fenómeno universal, referindo estratégias totais ou parciais como, por exemplo, o uso do pronome *on* em francês em tratamento alocutivo do singular ou o emprego do imperativo, de vocativos e de certas interrogações em variadas línguas. Centra-se, por fim, na utilização da 3.^a pessoa verbal em português, que “[...] paraît être dirigée à un non-participant de l'évènement langagier, puisque, formellement, elle ne se distingue point d'une référence délocutive quelconque [...]” Hammermüller (2004: [?]). O autor afirma que essa “evitação de um contacto humano mais ou menos imediato” deverá ser observada num quadro mais vasto que considere os juízos relativos às distâncias reais ou imaginárias que se estabelecem entre os interlocutores, as iniciativas para estabelecer, aumentar ou diminuir as distâncias sócio-comunicativas, a escolha dos meios linguísticos apropriados para verbalizar as distâncias em jogo, e o *feedback* linguístico e metalinguístico que reflecte as reacções do interlocutor perante as escolhas realizadas pelo locutor. Em nosso entender, a própria regularidade e constância do *feedback* metalinguístico em interacções em português²² contraria por si só a ideia de que o uso da 3.^a pessoa verbal como tratamento alocutivo se constitui como *evitação de contacto humano directo*. “*Tem uma casa bonita!*” é o exemplo que o autor dá, ao que o interlocutor

²⁰ Tradução para francês de Araújo Carreira (1995: 89). O título original é *Die Anrede im Portugiesischen. Eine soziolinguistische Untersuchung zu Anredekonventionen und Anredeformen des gegenwärtigen europäischen Portugiesisch*.

²¹ Não será, por certo, fortuita a interpretação que o autor nos oferece logo no título do artigo: “ser”, como o uso de tratamentos pronominais ou nominais, “não ser”, como a evitação desses mesmos tratamentos através da utilização do pronome nulo Ø. Como já referido (e aprofundado na Secção 6.4), embora consideremos válida e facilmente comprovável na prática a “evitação” defendida por Hammermüller, a nossa visão do pronome nulo Ø é totalmente diversa, perspectivando-o como forma de tratamento plena.

²² Marques e Duarte (2019: [?]) vincam precisamente o modo como o uso de certas formas de tratamento se revela como uma “preocupação social” de muitos falantes, que se traduz por comentários metalinguísticos nas redes sociais e em discursos públicos políticos, dos *media* e académicos.

responderá, no imediato, “*Não me trates por você, temos quase a mesma idade.*”, sentindo aquele contacto humano directo e imediato como “excessivamente” deferente porque talvez não haja razão para qualquer hierarquização de tratamento.

Hammermüller (2004) adopta a sistematização de Araújo Carreira (2002)²³, distinguindo elocução, alocução e delocução – ou seja, respectivamente, a designação de *eu*, *tu* e *ele/ela*. Retoma também a distinção feita em Hammermüller (1993) entre três categorias formais para o tratamento alocutivo: formas de tratamento, *apelemas* e vocativos. Dentro da primeira categoria, o autor diferencia o tratamento nominal, pronominal, verbal e o “tratamento zero”. Define o tratamento nominal como “[...] l’adresse individuelle par une ou plusieurs formes nominales précédée de l’article défini.” (*ibid.*: [?]), observando-o, conforme Araújo Carreira (2002), como um paradigma aberto, que se caracteriza por formas com função simultaneamente deíctica e definitória. Ressalva que comumente se usa a designação metalinguística “tratar por *você*” relativamente ao tratamento nominal geral, não implicando o uso de *o senhor/a senhora* e variantes.²⁴ O autor designa, como Medeiros (1985), o tratamento pronominal através do uso dos “pronomes puros” – *tu*, *você*, *vós*, *vocês*. Quanto ao tratamento verbal, indica que a 3.^a pessoa verbal evita a explicitação mais precisa de género, posição, etc., considerando-a conceptualmente mais como uma “moderação ou neutralização da imediatez”. Assim, “[...] ce ne serait pas un simple pléonasmе d’ajouter un pronom de la 3e pers., mais celui-ci donnerait des indications d’un signalement personnel supplémentaires.” (*ibid.*: [?]). Por fim, o autor observa o “tratamento zero” como a total evitação referencial do interlocutor, desempenhando o contexto um papel relevante de decodificação, em enunciados como *Bom apetite!* Em relação à segunda categoria – *apelemas* –, Hammermüller (2004: [?]) define-a como englobando nomes e nomes próprios “[...] qui se distinguent du vocatif par l’absence de la marque formelle de celui-là (ó en pg.), mais qui exigeraient peut-être d’autres marques prosodiques ou graphiques, comme la virgule.” Destrinça, assim, *apelemas* nominais – *Anda cá, João!* –, pronominais – *Anda cá, tu!* –, verbais – *Venha cá!* – e *apelemas*-zero – *Democracia já!* Por fim, na terceira categoria – vocativos –, o autor inclui vocativos nominais, pronominais e verbais, que, como se entende, se distinguem dos *apelemas* pela presença da marca de vocativo *ó*.²⁵

De seguida, Hammermüller (2004) aborda brevemente a complexidade do sistema de tratamento do português, reforçando, desde logo, a constatação de Araújo Carreira

²³ Sistematização que advém já de Araújo Carreira (1995).

²⁴ Na verdade, e na prática quotidiana, o chamado “tratamento por *você*” não implica, em primeiro lugar, o uso explícito do próprio pronome *você*, o que faz com que esta designação corrente se constitua como uma verdadeira “armadilha” para falantes de português língua estrangeira e língua segunda. A nosso ver, a signiﬁcação exacta desta expressão metalinguística é «tratar alguém na 3SG, independentemente da combinação ou não com formas de tratamento pronominais e nominais».

²⁵ Ver Rodrigues (2003a: 323) acerca da não “validade” desta distinção entre os chamados *apelemas* e os vocativos.

(2002) acerca da especificidade de, em português, ao contrário do que se verifica em muitas outras línguas, o tratamento não se balizar entre os dois paradigmas clássicos: *TU*, em representação da solidariedade, e *VOS*, simbolizando o poder. O autor sublinha o que chama de “elasticidade do tratamento” em português, que se observa na possibilidade de o locutor aumentar ou diminuir a “imediatez” do tratamento, isto é, de, a seu gosto, percorrer o emprego de *tu* até *o senhor*, optar pelo pronome nulo \emptyset ou pelo tratamento nominal alocutivo de valor delocutivo. Todavia, ressalta, a partir de Araújo Carreira (2002), tendências contemporâneas para a atenuação da complexidade de uso do tratamento nominal, o que se faz sentir, por exemplo, na redução do paradigma tripartido constituído por *a senhora*, *a dona*, *a senhora dona* + nome próprio, para um sistema bipartido, eliminando-se a primeira forma, ou subsistindo mesmo apenas a fórmula «*a dona* + nome próprio».

Em nosso entender, o aspecto mais relevante e diferenciador de Hammermüller (2004) é, contudo, a definição do tratamento verbal na 3SG como “instrumento formal de evitação”, naturalmente possível por se tratar a língua portuguesa de uma língua *pro-drop*. O autor entende esta *evitação* como variação formal gradual de referências explícitas ao interlocutor, resultado da formalização, isto é, de um “[...] processus historique particulier qui tient compte de toute sorte de contraintes socioculturelles à travers les époques [...]” (Hammermüller, 2004: [?]). Esta *evitação* também apenas emerge devido às qualidades estruturais intrínsecas da 3SG, ou seja, a variedade de tratamentos alocutivos virtuais que a 2SG não possui. Assim, para Hammermüller (2004), a omissão de tratamentos pronominais e nominais, combinada com um contexto mais ou menos explícito, permite um tratamento referencial mais ou menos vago ou imediato, garantindo, simultaneamente, a hipótese de se tornar o tratamento explícito quando assim for do interesse do locutor. O autor retoma também a perspectiva de Araújo Carreira (2002) acerca da ausência de formas de tratamento pronominais e nominais com a utilização do verbo na 3SG, combinação que a investigadora portuguesa denomina de género de “grau zero de deferência”. A nosso ver, as duas perspectivas não se contrariam, já que, efectivamente, há usos do pronome nulo \emptyset com o verbo na 3SG que reflectem uma indiscutível evitação do uso de qualquer forma de tratamento pronominal ou nominal (independentemente das razões ou propósitos dessa evitação) e há também usos que se constituem, de facto, como um “grau zero de deferência”. Todavia, como referido e desenvolvido na Secção 6.4, há também ainda outras interpretações semânticas e contextuais do pronome nulo \emptyset , até mesmo, conforme defendemos, como expressão de cortesia, tratamento que funde, de algum modo, as

dinâmicas clássicas de «poder» e «solidariedade», quando se pretende “dissimular” ou mesmo encurtar as distâncias sociais entre os interlocutores.

Hammermüller (2004) fecha o seu artigo com um olhar sobre estratégias de evitação de tratamento em francês e alemão, línguas de sujeito obrigatório, nas quais não se reproduz, naturalmente, o fenómeno analisado precedentemente em português, e com um esboço acerca de metodologias de ensino-aprendizagem das convenções de tratamento.

SUBSECÇÃO 3.1.4

Maria Helena Araújo Carreira (2004, 2008, 2009, 2014)

Araújo Carreira será certamente a investigadora mais profícua do tratamento em português europeu e, sobretudo, cujos estudos mais forte impacto têm provocado na academia dentro e fora de Portugal desde o final do século XX até hoje. Daí, seleccionámos somente alguns dos seus trabalhos mais recentes para a presente revisão da literatura.

***Les formes allocutives du portugais européen: évolutions, valeurs et fonctionnements discursifs* | 2004**

Em Araújo Carreira (2004), a autora centra-se na evolução, valores e funcionamentos discursivos do tratamento alocutivo do português europeu. Retoma, desde logo, a sistematização presente em Araújo Carreira (1995) das formas de tratamento do português segundo uma perspectiva semântico-pragmática, distinguindo, conforme a pessoa designada: a elocução – *eu, nós* –, a alocução – *tu, você(s), o(s) senhor(es), a(s) senhora(s)* – e a delocução – *ele(s), ela(s)*. Como defende a autora, embora a designação do locutor não apresente a mesma riqueza e diversidade da designação do interlocutor, é a partir do EU que se estabelecem o TU e o ELE/ELA (presente ou ausente), assim como é relativamente a estes que se autodesigna o EU. Ou seja, “[...] les formes élocutives, allocutives et délocutives se délimitent et se caractérisent non seulement les unes par rapport aux autres mais aussi les unes les autres.” (Araújo Carreira, 2004: 35). É esta perspectiva que torna evidente a necessidade de evocar a competência comunicativa, que leva em conta o contexto, através do qual e no qual se criam imagens recíprocas dos interlocutores e se regulam as relações interpessoais e sociais. A autora elege como traço diferenciador do sistema de tratamento em português a inclusão da 3.^a pessoa nas formas alocutivas, à imagem do que acontece com o italiano e o romeno, e contrariamente ao peso nuclear da 2.^a pessoa em línguas como o inglês, o neerlandês e o francês. Também aquelas mesmas três línguas românicas se

particularizam por possuírem paradigmas triádicos (ao contrário dos sistemas diádicos de muitas outras): português – *tu, você, o senhor/a senhora* –, italiano – *tu, voi, lei* – e romeno – *tu, dumneata, dumneavoastra*.

De seguida, Araújo Carreira (2004) esboça o percurso histórico do tratamento em português, desde o paradigma diádico – *tu, vós* – do português medieval até aos tempos contemporâneos. Destacamos aqui a utilização, a partir de finais do século XIV, da forma nominal alocutiva *Vossa Mercê*, endereçada ao rei, que, ao longo dos tempos, vai perdendo a sua “nobreza” e prestígio, encontrando-se já como tratamento para com os nobres no final do século XV e para com os burgueses no século XVI. Assim, “[s]a forme et son sens se détériorent, au lieu de "vossa mercê" on a "vossancê", "você" (attesté vers la moitié du XVIIe siècle) qui perdent alors tout sens de courtoisie.” (Araújo Carreira, 2004: 37), estabelecendo-se, então, a partir dessa altura, as bases para o actual paradigma triádico. A trajectória diacrónica de *Vossa Mercê*, como de outras formas, demonstra o “jogo de relações e de lugares”, no qual as funções deíctica e definitória dos tratamentos dizem respeito também ao próprio locutor. Isto é, “[e]n situant l'allocutaire, le locuteur se situe lui-même dans un réseau relationnel et social.” (*ibid.*: 38). A autora destaca que a forte hierarquização do sistema de tratamento do português faz recordar as línguas orientais, que possuem marcas morfológicas para a deferência, acrescentando que não é, contudo, o caso da língua portuguesa. Não será bem assim, em nosso entender, se considerarmos que a simples utilização da 3SG do verbo no tratamento alocutivo se poderá constituir como tratamento de deferência, que se realiza unicamente através de marcas morfológicas (ver Secção 6.4).

É também na história do tratamento em português que a autora encontra a “raiz” da complexidade contemporânea em torno, sobretudo, da alocação. Da evolução histórica do tratamento nominal “[...] résulte un ensemble de formes d'allocution capables d'exprimer différents types de hiérarchisations (sociales et professionnelles, familiales et d'âge), mais aussi de moduler la proximité ou la distance interlocutive.” (*ibid.*: 38-39). A autora encontra esse mesmo corolário em estudos de investigadores portugueses – Lindley Cintra (1972) – e estrangeiros – Meier (1951), Medeiros (1985)²⁶ ou Hammermüller (1993). Araújo Carreira aponta, então, como traves do sistema de tratamento do português: 1| as formas pronominais; 2| a morfologia verbal; e 3| as formas nominais acompanhadas do verbo na 3.ª pessoa. Quanto à morfologia verbal, recorda que, por não ser obrigatório o preenchimento do sujeito em português, a mesma se constitui como uma “indicação” da forma de tratamento (e não propriamente como uma forma de tratamento plena, como defendemos).

²⁶ Araújo Carreira refere-se, na verdade, a Sandi Michele de Oliveira, que, como se vê em Rodrigues (2003a: 297), na altura do estudo mencionado, ainda assinava os seus trabalhos com o apelido Medeiros.

Daí, não mencionando o pronome nulo Ø, a autora observa o uso exclusivo da morfologia verbal como uma maneira de evitar uma “escolha difícil”.

Araújo Carreira (2004) retoma igualmente o quadro de sistematização do tratamento alocutivo em português europeu (singular e plural) da sua tese de doutoramento, Araújo Carreira (1995), no qual organiza as formas de tratamento segundo um eixo de gradação da distância/familiaridade e, simultaneamente, conforme as respectivas funções morfossintáticas. A autora chama a atenção para, do lado direito do quadro, a concentração de formas nominais alocutivas de valor delocutivo (gradação da distância), enquanto, do lado esquerdo, se encontra a morfologia verbal, as formas pronominais e as formas nominais mais simples, como os nomes próprios (gradação da familiaridade). No centro do quadro, o pronome nulo Ø, observado como “[...] sorte du degré zéro de la déférence [...]” (Araújo Carreira, 2004: 41), solução para, como já mencionado, evitar qualquer escolha pronominal ou nominal. A autora realça que o tratamento delocutivo de valor alocutivo é, simultaneamente, um aspecto que particulariza o PE e o afasta do PB, no qual, tal como se verifica no crioulo de Cabo Verde, o tratamento nominal se realiza, sobretudo, através do uso de vocativos.²⁷

Em Araújo Carreira (2004), destaca-se também a relevância do tratamento nominal por títulos profissionais, sublinhando-se, todavia, uma assimetria de género. Enquanto as mulheres são, mais comumente, tratadas pela fórmula «*senhora + Dr.^a + nome próprio*», com os homens predomina o uso de «*senhor + Dr. + apelido*».²⁸ Outra assimetria de género diz respeito a uma gradação de distância para com os homens – *o senhor Martim, o senhor Sousa, o senhor Martim Sousa* – versus uma gradação social para com as mulheres – *a senhora, a dona, a senhora dona + nome próprio (ou apelido)*. Araújo Carreira apontava já na altura para uma tendência clara de redução e simplificação desta estruturação, com o alargamento de uso do tratamento por *dona*, à imagem do que acontece no português brasileiro. Outra tendência já evidente em 2004 dizia respeito à extensão de uso de *você* + 3SG, o que, “à superfície”, acrescentamos, aproxima o PE do PB. A autora não atribui directamente essa extensão de uso de *você* a “interferência” do português brasileiro, embora saliente a influência das telenovelas brasileiras sobre o PE, o que poderá ajudar à manutenção ou mesmo à ampliação do uso de *você*. Ressalta a autora que, se no PB *você* não carrega consigo qualquer conotação particular, em Portugal é significativa a variação diatópica e diastrática que *você* sofre, ganhando, aqui e ali, valores pejorativos. Assim, com

²⁷ Contudo, se o português brasileiro se caracteriza por ser uma variedade de preenchimento apenas parcial do lugar de sujeito, o crioulo de Cabo Verde (CCV) é uma língua não *pro-drop*.

²⁸ Note-se que se verifica no CCV a mesma assimetria de género, embora com um espectro de uso mais reduzido, devido à maior utilização da fórmula «título + nome próprio» para com homens e mulheres (ver Ponto 4.2.2.1).

base em observações participantes, a autora prevê que se possa tornar, por vezes, conflituoso o uso de *você* entre falantes mais novos e de estratos sociais mais baixos (ou mesmo médios) e falantes mais velhos e de classes sociais mais elevadas, para lá da confrontação entre falantes de diferentes variedades dialectais. Da análise deste fenómeno, resulta igualmente, para Araújo Carreira (2004), a constatação de que a escolha do tratamento adequado e a expressão da cortesia são indissociáveis. Na sua perspectiva, as tendências apontadas relativamente a *dona* e a *você* – tendências de simplificação e de atenuação das hierarquias – são, de algum modo, contrariadas por um uso transversal, e muitos vezes erróneo, do título “profissional” *Sr. Dr./Sr.ª Dr.ª* para com qualquer licenciado – tendência para a (falsa) hierarquização. A autora conclui que, apesar destas alterações manifestas, a estrutura triádica do sistema de tratamento do português não está em risco. E que se mantêm inalteráveis os traços mais inequívocos da sua complexidade, a variedade do tratamento nominal (com verbos na 3.ª pessoa), o tratamento pronominal de 2.ª pessoa e o tratamento verbal com “apagamento do pronome”.

Araújo Carreira (2004) faz igualmente uso da figura do trimorfo de Pottier (1992) para equacionar “[...] la régulation de la distance interlocutive, avec ses mouvements d’approche, de contact et d’éloignement [...]” (Araújo Carreira, 2004: 43), denotando o tratamento graduações na designação do locutor e do interlocutor. É natural que a (des)cortesia linguística seja um campo de expressão fértil no tão complexo quanto rico sistema de tratamento do português, permitindo “[...]a régulation nuancée de la hiérarchisation des places (sociales, professionnelles, familiales, d’âge) et du degré de familiarité/distance à laquelle se prêtent à merveille les formes d’adresse du portugais européen [...]” (*ibid.*). Por si só, o tratamento nominal delocutivo de valor alocutivo é uma manifestação da atenuação da deixis pessoal, equivalendo à expressão da própria cortesia, noção de Araújo Carreira que se vê reflectida na máxima de Weinrich (1986), que diz que, havendo duas formas de expressão à escolha, será mais polida (ou cortês) aquela que apresentar contornos mais “fracos”. Será, assim, através do estudo da proxémica verbal (conceito que se explorará mais adiante) que se poderá tornar mais clara a complexidade das relações interlocutivas em português, repletas de movimentos de aproximação, de contacto e de distanciamento.

Adresse allocutive et délocutive en portugais européen.

***Tendances et évolutions du point de vue de la proxémique verbale* | 2008**

Com Araújo Carreira (2008), a autora analisa, segundo a proxémica verbal, determinadas tendências e evoluções do tratamento alocutivo e delocutivo em português europeu.

Começando por fixar a complexidade do sistema de tratamento do português 1| no equilíbrio entre a alocação e a delocução com valor alocutivo e 2| na variedade do tratamento nominal usado tanto na delocução como na alocação, a autora realça que a integração da delocução na alocação “contraria” a oposição clássica entre “não-pessoa” e “pessoa” do discurso (cf. Benveniste, 1966). Ou seja, “[l]a «non-personne» est, en fait, quelqu’un envers qui le JE manifeste un certain degré de distanciation (en général liée à la politesse, mais qui peut aussi être du rejet).” (Araújo Carreira, 2008: 195). É deste modo que a autora defende que a descrição e análise morfossintáticas do tratamento em português serão “reduzidas” quando não acompanhadas da perspectiva semântico-pragmática, que permite analisar e entender as gradações da distância/proximidade nos eixos vertical (hierarquias) e horizontal (respeito/familiaridade). De acordo com o modelo morfo-dinâmico déictico (cf. Pottier, 2000), Araújo Carreira (2008) usa o termo ‘proxémica’ – que advém de estudos de antropologia de Edward Hall da década de 1960 – cunhando a “proxémica verbal” (desde Araújo Carreira [1995]), isto é, “[l]’expression linguistique et discursive de la gradation de la distance/proximité en situation d’interlocution [...]” (*ibid.*: 196). Partindo da classificação morfossintática de Lindley Cintra (1972), a autora considera que a *simples* escolha de formas pronominais, verbais e nominais por parte do locutor implica necessariamente uma designação *nuancée* do interlocutor. Assim, “[...] les mouvements de distanciation/rapprochement intègrent les gradations hiérarchiques et du degré de familiarité [...]” (*ibid.*), criando ou negando, intencionalmente ou não (haverá também, por vezes, desconhecimento dos valores semântico-pragmáticos em jogo), *nuances* na designação do outro.

De seguida, a autora propõe-se analisar o equilíbrio entre formas alocutivas e formas delocutivas de valor alocutivo a partir da consideração da evolução, dos valores e dos usos de *você*. Por outras palavras, parte também da constatação de que o *vous* francês raramente se traduzirá por *você* (de igual modo, o *bosê* crioulo também não equivale, normalmente, a *você*). Araújo Carreira (2008) observa que o *você* “[...] prend le pas sur des formes nominales à valeur allocutive [...]” (*ibid.*: 197), daí emergindo não raras vezes conflitos mais ou menos abertos na interação verbal. Oferecendo exemplos contextualizados de usos “problemáticos” recentes de *você*, a autora reforça que, mesmo sem qualquer intenção de se ser descortês, “[a]dresse et politesse vont de pair et le choix inadéquat a des conséquences pour la régulation de l’interaction verbale [...]” (*ibid.*). Em situação contextual em que o *você* possa ser sentido como descortês, ou mesmo ofensivo, o uso do tratamento verbal na 3SG será a opção mais adequada, realçando a autora a importância da entoação “correcta”.

Araújo Carreira (2008) discute igualmente a variação e os constrangimentos do uso de *você*. Em termos diatópicos, retoma os resultados de Hammermüller (1980), salientando que uma isoglossa divide Portugal quanto aos valores de *você* em “[...] une partie orientale où le «você» est ressenti comme offensant et une partie occidentale où le «você» n’est pas ressenti comme offensant [...]” (*ibid.*: 200), acrescentando que em Lisboa e no Porto, como expectável, se observam, simultaneamente, o valor ofensivo e não ofensivo.²⁹ Quanto à variação diacrónica, esta demonstra claramente as próprias evoluções e usos contemporâneos, isto é, *você* é hoje “[...] le résultat d’une perte progressive du haut degré de déférence et d’une détérioration phonétique.” (*ibid.*). Segundo a autora, o *você* actual contém ainda vestígios da deferência de *Vossa Mercê*, que contrariam a sua forma e fonética, entretanto, deterioradas, e mesmo os seus usos informais e de intimidade. A expansão que se observa hoje do tratamento *você* realiza-se (não só mas também, em nosso entender) à custa de tratamentos nominais delocutivos de valor alocutivo, que “se transformam” em vocativos, ou simplesmente desaparecem, acrescentamos.

Assim, a autora concebe da seguinte maneira a mudança de paradigma que parece em curso: “[...] les contours flous de la personne deviennent de plus en plus nets, l’indirection cède le pas à la direction, les cercles déictiques se rapprochent, l’éventail des nuances de l’allocution liée à la délocution s’estompe.” (*ibid.*: 201).

Qualification et adresse: complexité modale et enjeux interlocutifs.

L’exemple du Portugais | 2009

Em Araújo Carreira (2009), a autora faz uso do sistema de tratamento do português para evidenciar a articulação entre tratamento, qualificação e modalidade na interpretação da interlocução verbal. Considerando o tratamento como a designação do outro e de si mesmo, abrangendo, portanto, o conjunto das escolhas elocutivas, alocutivas e delocutivas em situação de interlocução, Araújo Carreira (2009) entende aqui a modalidade como categoria semântica (cf. Bernard Pottier) e o próprio tratamento como um modo de qualificação, pois trata-se de “[...] une manifestation de la façon dont le locuteur envisage la relation interlocutive et se situe et situe l’autre, au sein de cette relation, et au sein d’un contexte relationnel et social plus large.” (Araújo Carreira, 2009: 30). A autora aponta um contraste relevante entre os termos português e espanhol – tratamento e *tratamiento* – e os termos francês e inglês – *adresse* e *address*. Isto é, enquanto nestes há um foco específico no interlocutor, naqueles a denominação de «tratamento» abarca a maneira de designar o

²⁹ Perante a miríade de valores pragmáticos de *você* na actualidade, perguntamo-nos até que ponto o desenho desta isoglossa de 1980 se manterá pertinente hoje em dia.

interlocutor, mas também o próprio locutor e o “terceiro ausente” (ou *delocutor*). Assim, em português, ‘tratar’ remete não só para o universo linguístico, mas igualmente para a ‘maneira de tratar’, o que é indissociável da própria escolha do item linguístico em si, isto é, da própria interlocução e contexto verbais. Em nosso entender, a já mencionada expressão metalinguística “tratar (alguém) por você”, de uso bem comum em português, e o seu real significado – «tratar (alguém) na 3SG» – espelham em absoluto a abrangente significação de ‘tratar’. Por outras palavras, quando *tratamos* alguém, *tratamo-nos* a nós também.³⁰

O paradigma nominal do tratamento em português, conforme Lindley Cintra (1972), permite, através do uso do nome próprio, apelido, nomes de deferência como *o senhor, a senhora, a dona*, nomes de profissão, etc., a gradação da qualificação no discurso. Essa qualificação é, de algum modo, indirecta, já que feita com a alocação delocutiva. Araújo Carreira (2009) reforça que “[c]e déploiement de la délocution en allocution est un phénomène remarquable du sous-système du «tratamento» du portugais européen.” (*ibid.*: 31). Segundo a autora, a distância intrínseca da alocação delocutiva (ou da delocução alocutiva) permite uma gradação semântica no eixo da deferência, enquanto se qualifica o interlocutor ao se seleccionar uma forma de tratamento nominal específica. É a propósito da alocação delocutiva de *o senhor* que Hammermüller (1993) define o tratamento nominal acompanhado da 3SG como déictico e, simultaneamente, definitório. Ou seja, o que Araújo Carreira (2009) expressa como “[...] celui que je nomme/et je montre en nommant «O Senhor», est «un» senhor.” (*ibid.*: 32). A autora retoma as palavras de Garnier (1994: 35) acerca do tratamento em japonês – “ce qui commande le choix, c’est l’analyse de la situation globale” – para as adoptar relativamente ao português, onde a elevada codificação do tratamento nominal, pertencente a diversas hierarquizações, permite ao falante fazer escolhas que designam e qualificam o interlocutor no quadro de uma rede de relações interpessoais e sociais. Assim, segundo a autora, o tratamento verbal alocutivo de 3.ª pessoa traduz um tipo de grau zero da designação do outro, uma forma “[...] qui neutralise le degré de déférence ou, en d’autres termes, l’expression de la politesse linguistique.” (Araújo Carreira, 2009: 32). Ou, como já havia definido em Araújo Carreira (1997), “grau zero” de cortesia.

Araújo Carreira (2009) observa na evolução do tratamento nominal *Vossa Mercê* para o tratamento pronominal *você* o “desdobramento” perfeito da delocução em alocação.³¹

³⁰ Em particular, quando a situação de comunicação é conflituosa, os efeitos dos tratamentos seleccionados são recíprocos, como dizem Marques e Duarte (2019): “[d]e facto, cresce a agressividade de quem ataca o outro tratando-o de forma descortês, mas quem assim age não cuida obviamente da sua própria imagem.” (Marques e Duarte, 2019: [?]).

³¹ A autora retoma aqui a reflexão de Roland Barthes (1964) em *Éléments de Sémiologie* acerca do “desdobramento” por camadas da denotação e da conotação.

Você resulta de um processo de gramaticalização do tratamento nominal de deferência *Vossa Mercê*, no qual “[l]’usure de l’usage, accompagnée de la perte du trait « haute déférence », s’accompagne de l’usure phonétique.” (*ibid.*: 33). Desse modo, ainda hoje, *você* mantém vestígios da sua origem nominal, que se traduzem na combinação única com a 3.^a pessoa verbal e na confluência, consoante os lugares, os falantes e os contextos (e até os gostos), de uma miríade de valores cobrindo desde a sua elevada deferência original até à semântica do desdém ou da ofensa resultantes da sua deterioração ao longo dos tempos. Por outras palavras, *você* “[...] est un condensé des valeurs de l’allocution et de la délocution, ainsi que de la présence d’un vestige du trait sémantique originel (/+ déférence/) et de sa détérioration.” (*ibid.*).

***Cortesia e proxémica: abordagem semântico-pragmática* | 2014**

Em último lugar, em Araújo Carreira (2014: 28), a autora evoca desde o primeiro momento uma ideia de Kerbrat-Orecchioni (2011b) que reflecte simultaneamente o lugar primordial e a universalidade da cortesia³² na linguística contemporânea:

On peut difficilement concevoir une société fondée sur la pratique systématique de l’impolitesse: il est permis de penser que la politesse est la condition même de la survie en société et de la survie des sociétés.

Kerbrat-Orecchioni (2011b: 38)

Araújo Carreira (2014), procurando delimitar a cortesia, recorda considerações de Bally ([1925] 1997), Pottier (1992), Marques (1988) e Weinrich (1986, 1993-1994) para, por fim, sublinhar a perspectiva de Kerbrat-Orecchioni (1992), focando a regulação das relações interpessoais, que se manifestam verbal e não verbalmente, como o foco primordial da cortesia.

De seguida, a autora expõe o modelo semântico-pragmático por si elaborado – Araújo Carreira (1997) – para o estudo da cortesia, que tem subjacentes a noção de «proxémica» de Edward Hall e a noção de «trimorfo» de Bernard Pottier. A proxémica é, segundo Hall (1981), “[l]’étude de la perception de l’usage de l’espace par l’homme.” (Hall, 1981: 191), procurando determinar como se estabelecem as distâncias, enquanto o trimorfo é uma figura abstracta da teoria semântica de Pottier (1992) que representa diferentes movimentos de aproximação, contacto e afastamento. Araújo Carreira (2014) concebe então

³² Embora a autora prefira o termo «delicadeza», por mais adequadamente “[...] designar um domínio de estudo polifacetado que contemple tanto a intencionalidade e a relação interpessoal e social, como as manifestações verbais e não verbais e suas regras de funcionamento.” (Araújo Carreira, 2014: 30), adoptará, ao longo deste artigo, o termo «cortesia». Refere que há ainda quem use o termo «polidez», o que demonstra também a riqueza de ângulos de abordagem relativamente a esta temática.

a proxémica verbal para “[...] o estudo linguístico da «arquitectura e da utilização do espaço interlocutivo»” (Araújo Carreira, 2014: 33), contemplando a língua e o discurso, o enunciador e o interpretante, a intencionalidade e a interacção. Quanto à cortesia, percebida através de uma abordagem semântico-pragmática, a autora retoma o modelo de Brown e Levinson (1978, 1987) e adaptações de Kerbrat-Orecchioni (1992). Do modelo de Brown e Levinson, destacam-se as noções de “face negativa”, “face positiva” (cf. a “teoria das faces” de Goffman, 1974) e *face threatening acts* (FTA, ‘actos ameaçadores para a face’). Daí a distinção entre a “cortesia negativa”, isto é, a protecção do território do locutor, e a “cortesia positiva”, ou seja, a valorização da imagem do interlocutor. A teoria de Brown e Levinson visava uma perspectiva de usos universais, considerando, assim, três aspectos variáveis segundo as culturas: a relação de poder, a distância social e o peso da imposição (grau de ameaça para a “face”). Kerbrat-Orecchioni (1992) forja o conceito de *face flattering act* (FFA, ‘acto valorizante para a face’), desenvolvendo, então, quatro tipos de cortesia, “negativa” e “positiva”, visando, à vez, as “faces” negativa e positiva. Kerbrat-Orecchioni defende que:

*[L]e déroulement d’une interaction apparaît alors comme un incessant et subtil jeu de balancier entre FTA et FFA, la politesse étant redéfinie comme un ensemble de stratégies de ménagement mais aussi de valorisation des faces d’autrui (sans pour autant mettre excessivement en péril ses propres «faces»)
[...]*

Kerbrat-Orecchioni (2011b: 37)

Araújo Carreira lembra, ainda, a corrente contrária à teoria de Brown e Levinson defendida por Bravo e Briz (2004), para quem o modelo é etnocêntrico, pois centra-se na cultura individualista anglo-saxónica e “[...] não se presta a dar conta do funcionamento da cortesia em sociedades gregárias nas quais a pertença ao grupo é mais importante do que o território do indivíduo.” (Araújo Carreira, 2014: 37).

Araújo Carreira (2014) “desdobra”, então, o seu modelo de análise, construído através da “[...] junção do sentido e do contexto, do sentido em contexto – daí, abordagem semântico-pragmática.” (*ibid.*: 38), com o qual visará a cortesia, analisando a língua em uso interlocutivo e capaz da regulação das relações interpessoais – ou seja, envolvendo formas de tratamento, saudação, apresentação, agradecimento, felicitações, desculpas e outras formas interlocutórias. Dentro do eixo semântico atenuação/intensificação considerado em Araújo Carreira (1997), retomará aqui o tratamento alocutivo, a injunção, a pergunta e injunção, a crítica e desacordo, e os actos de fala de acordo, elogio e agradecimento. De um modo geral, os processos de intensificação traduzem-se por elogios, cumprimentos e saudações e o acordo, isto é, revelam a valorização do interlocutor. Quanto aos processos de

atenuação, mais complexos, visam o locutor – ofertas – e o interlocutor – injunções ou o desacordo. Destacamos aqui somente o que diz respeito ao tratamento alocutivo por mais directamente se relacionar com a temática da presente dissertação.

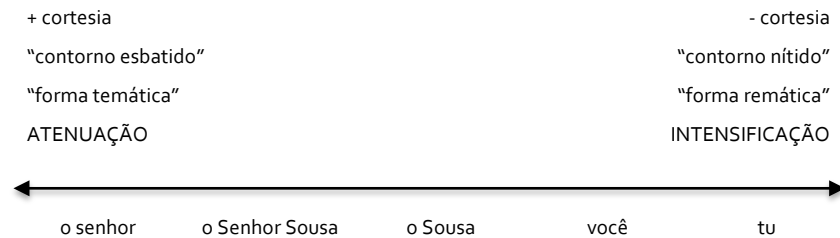


Figura 1 – Tratamento alocutivo e cortesia
(em contexto adequado a distância interlocutiva)

Como se observa na reprodução da Figura 1 de Araújo Carreira (2014: 40), a autora desenha um eixo semântico-conceitual ATENUAÇÃO – INTENSIFICAÇÃO, no qual situa as formas de tratamento alocutivas do português, usando a distinção de Weinrich (1986) entre itens de contornos "esbatidos" e itens de contornos "nítidos". Nota-se, assim, a consideração de *o senhor*, *o senhor Sousa*, *o Sousa*, *você* e *tu*, no sentido da progressiva intensificação traduzida por tratamentos de contornos gradualmente mais "nítidos", espelhando, então, uma menor cortesia. Nota-se, igualmente, a exclusão do pronome nulo \emptyset .

O chamado PCV: o português “falado” em Cabo Verde

- Uhm, nem sei do que estás praí a falar...
UM16.GHT.EN

Desde finais do século XX, a língua portuguesa usada em África começou a ser objecto de interesse de vários linguistas. Todavia, revela-se sempre traiçoeiro pensar a geografia da língua portuguesa como quem traça fronteiras a regra e esquadro, e habitualmente recorre-se a designações que não espelham de todo aquilo com que no terreno nos deparamos. Fala-se do português europeu como se do Minho aos Açores houvesse, de facto, uma só língua portuguesa. Ainda assim, a relativa unidade étnica, cultural e política de Portugal permitem a “ligeireza” da designação. Com África, conceito “[...] produtor de equívocos, quando pronunciado no singular. O que há são Áfricas. Plurais e diversas, em negação da imagem mistificada, do estereótipo e da visão folclórica.” Couto (2012: 6), e mesmo com a chamada África lusófona, não há unidade étnica, cultural (língua portuguesa à parte) e política. Assim, falar-se ainda hoje do “português em África” é vago e erróneo e induz comumente a equívocos que se traduzem por observar a situação linguística das antigas colónias portuguesas como se de uma só realidade se tratasse. Para lá de muitos outros aspectos, em nosso entender, há um parâmetro – o uso efectivo da língua portuguesa na oralidade – que distingue forçosamente a ecologia linguística angolana, moçambicana e santomense da realidade sociolinguística de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. Esse uso efectivo do português em casa, nas ruas, nos cafés, nos mercados nada tem que ver com a língua portuguesa “dentro de folhas A4” da sociedade cabo-verdiana ou guineense. Esse uso é real porque há em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe gradualmente mais falantes de português língua materna (L1) – respectivamente, Inverno (2009), Gonçalves (2013) e Gonçalves e Hagemeyer (2015). Se é certa a emergência em curso de variedades nativizadas nesses três territórios lusófonos (Hagemeyer, 2016: 46), é bem mais incerto que se possa (vir a) falar da variedade cabo-verdiana ou guineense do português.³³

Em Moçambique, entre muitos outros, destacam-se os estudos de Chimbutane (1996), Firmino (2001, 2008, 2009), Gonçalves (1997, 2000, 2005a, 2005b, 2013, 2015) e Jon-

³³ Procurando quebrar o olhar “único” sobre a África de língua portuguesa, Gonçalves (2005b *apud* Alexandre *et al.*, 2011) propõe uma “zona bantu”, constituída por Angola e Moçambique, e uma “zona crioula”, abarcando São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e a Guiné-Bissau. Entretanto, Alexandre *et al.* (2011) apontam a falta de unidade da “zona crioula”, já que as realidades sociolinguísticas de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde (e da Guiné-Bissau, acrescentamos) são muito diferenciadas, com “[...] um acelerado processo de nativização do português [...]” (Alexandre *et al.*, 2011: 19) em território santomense. Mais, se o critério adoptado for a(s) língua(s) de substrato, os autores recordam também que os crioulos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, isto é, “[...] os crioulos da Alta Guiné e do Golfo da Guiné constituem duas famílias linguísticas distintas com um número substancial de diferenças tipológicas entre si [...]” (*ibid.*).

And (2011) acerca de diferentes áreas gramaticais do português moçambicano (PM). Quanto a Angola, Chavagne (2005), Figueiredo e Oliveira (2013), Inverno (2009, 2018) e Undolo (2014) são algumas das investigações que dão corpo ao português angolano (PA). Por fim, em São Tomé e Príncipe, entre outros, Brandão (2013), Figueiredo (2010), Gonçalves (2010) e Gonçalves e Hagemeijer (2015) descrevem e analisam o português santomense (PST).³⁴

Quanto ao chamado português de Cabo Verde, tomaremos como critério de eleição para a revisão da literatura o uso da preposição *de* na designação «português *de* Cabo Verde». ³⁵ Em nosso entender, tal como observámos em relação a Moçambique (Secção 1.6), a simples presença da preposição *de* revela por si só a assunção da variedade cabo-verdiana do português. Parece evidente que a essa assunção subjazam, antes de tudo, o foco, a descrição e a análise sociolinguísticas do arquipélago. No fundo, o que Firmino (2008), em relação à nativização do português em Moçambique, expõe da seguinte maneira:

Esta nativização, no entanto, tem mais a ver com o novo uso social do que com a diferenciação da língua em si. Ao Português em Moçambique é conferido um carácter singular pela ideologia que enforma o seu uso e não somente pelas inovações linguísticas. Dado que o Português é manipulado tanto estrutural como simbolicamente em conexão com a ecologia social prevalecente em Moçambique, há razão para considerar que ele foi endogenizado. O Português em Moçambique foi "moçambicanizado", o que autoriza o seu reconhecimento como língua nacional(izada).

Firmino (2008: 134)

Desse modo, e porque “nada” há acerca do sistema de tratamento do chamado PCV, temática da presente dissertação, focar-nos-emos, sobretudo, em aspectos relativos à ecologia linguística cabo-verdiana, e também na descrição e análise de dados que mais ou menos directamente estejam envolvidos no sistema de tratamento.

³⁴ Não se trata de esquecimento a ausência de qualquer referência a um hipotético português guineense. Não se pretende também de modo algum apresentar aqui uma bibliografia completa dos estudos acerca do PA, do PM e do PST, o que, aliás, está feito na já mencionada página de internet da Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira – Universidade Eduardo Mondlane e Instituto Camões. Note-se, para entendimento da evolução da investigação acerca das variedades africanas do português que, de 22 de Agosto de 2018 para hoje, 24 de Julho de 2019, acrescentaram-se nessa página 50 títulos sobre o PA, 49 sobre o PM e 15 sobre o PST, enquanto para Cabo Verde, apenas 2, e para a Guiné-Bissau, *somente* zero.

³⁵ Inclui-se, naturalmente, expressões equivalentes como “português cabo-verdiano” ou “variedade cabo-verdiana do português”. Assinale-se que a primeira linha de investigação da Cátedra Eugénio Tavares de Língua Portuguesa (Camões – Instituto da Cooperação e da Língua/Universidade de Cabo Verde) tem como título “Linguística Descritiva Sincrónica: Descrição do Português **em** Cabo Verde” [sublinhado nosso] (ver em <http://www.cet-lp.com/index.php/conteudos-geral/11-linha-de-investigacoes/7-linguistica-descritiva-sincronica-descricao-do-portugues-em-cabo-verde>).

ANA CRISTINA VIEGAS DAS NEVES | 2007

Na sua tese de doutoramento acerca da diglossia em escolas primárias em Cabo Verde, Neves (2007)³⁶ refere-se ao chamado português de Cabo Verde como uma variedade não nativa da língua portuguesa, afirmando ainda que, na altura, isto é, em 2003 (data da recolha do material), “[...] nas camadas mais atingidas pela instrução ou escolaridade, o português, como L2, é tão bem dominado como o crioulo [...]” (Neves, 2007: 61), o que, a nosso ver, corresponde a um bilinguismo total, que, na verdade, diz respeito a um número ínfimo de falantes. Na descrição e análise que empreende do *corpus* com que trabalhou (produções escritas de falantes entre os 9 e os 13 anos de idade de vários pontos do arquipélago), a autora foca-se em aspectos de estilística e grafia, morfologia, léxico e semântica, e sintaxe. Faz também uso de um *corpus* oral (constituído por histórias contadas pelos alunos), a partir do qual se concentra, sobretudo, na produção de vibrantes, vogais, da lateral /l/ e de certas constrictivas e oclusivas.³⁷ Embora não haja qualquer menção ao sistema de tratamento, destacamos as seguintes observações acerca dos pronomes pessoais e do infinitivo flexionado. Em primeiro lugar, a autora constatou um uso repetido da 2SG para com estranhos e “[...] a queda das formas pessoais mais formais.” (*ibid.*: 149). Todavia, não fornecendo mais informações acerca dessas interações verbais, apenas se poderá induzir a tendência para a informalidade, tão típica da sociedade cabo-verdiana (ver Ponto 4.2.2.1 e Ponto 4.2.2.3). Quanto ao infinitivo, Neves (2007: 113) aponta uma tendência significativa de uso do infinitivo não flexionado em certos contextos, particularmente antecedido da preposição *para*, nos quais, no PE, se utiliza o infinitivo flexionado.

CARLOS FILIPE GUIMARÃES FIGUEIREDO | 2010

Figueiredo (2010) visa na sua tese de doutoramento o estudo da concordância plural variável no sintagma nominal do português de Almojarife, em São Tomé e Príncipe. Simultaneamente, elabora uma análise comparativa com, entre outras variedades, o português vernacular de Angola, o português de Maputo e o chamado português cabo-verdiano. Em relação a este último, usa dados do *corpus* de Jon-And (2009), a partir dos quais

³⁶ Não há, que saibamos, trabalhos anteriores a Neves (2007) que se dediquem, parcial ou totalmente, ao chamado português de Cabo Verde. Há, contudo, investigação realizada no âmbito da alfabetização e do ensino-aprendizagem do português como L2 em Cabo Verde, como, entre outros, Santos (2004), Cardoso (2005a, 2005b), Freire (2007) e Moreira (2007).

³⁷ Em Neves (2009), a autora dedica-se exclusivamente à variação fonológica em jovens aprendentes no que designa de “[...] the indigenized variety (IV) of Portuguese as spoken by Capeverdean children at school [...]” (Neves, 2009: 15-16), definição na qual destacamos: 1] a assunção de uma variedade “nativizada”; e 2] a restrição do domínio de uso dessa mesma variedade “nativizada” à escola. Como já mencionado, não há, em nosso entender, “nativização” da língua portuguesa em Cabo Verde. Relativamente ao outro ponto destacado, acrescente-se que, se houver, de facto, argumentos científicos para se considerar uma variedade cabo-verdiana não nativa do português, ter-se-á *sempre* de assumir, igualmente, a restrição, não à escola, mas à sala de aulas. Quanto à temática do artigo, Neves (2009) aponta para um *continuum* geográfico de variação fonológica diferente do habitual, isto é, não a partir da comum divisão entre Barlavento e Sotavento, mas entre ilhas ocidentais (Brava, Santo Antão, São Vicente e São Nicolau) e ilhas orientais (Boa Vista, Maio e Santiago), com as ilhas do Fogo e do Sal como “zonas” de transição das isoglossas consideradas (*ibid.*: 25).

conclui que a marcação do plural apenas no elemento pré-nominal do CCV transitou para o chamado PCV (Figueiredo, 2010: 45-46). Todavia, Jon-And (2011), tese de título *Variação, contacto e mudança linguística em Moçambique e Cabo Verde*, embora diga que “[o] PCV é uma variedade africana do português [...]” (Jon-And, 2011: 56), de imediato aprofunda a sua proposição, acrescentando que “[...] poucos cabo-verdianos falam português com outros cabo-verdianos, se não for com o professor na sala de aula ou em situações extremamente formais.” (*ibid.*: 59). O que, para a autora, como já citado na Secção 1.6, quase não deixa espaço para a emergência de uma variedade cabo-verdiana, criando, em contrapartida, condições para uma forte variação individual, considerando, portanto, ser “difícil” fazer certas generalizações que partam de dados linguísticos de Cabo Verde (*ibid.*).

NÉLIA ALEXANDRE, RITA GONÇALVES E TJERK HAGEMEIJER | 2011

O artigo de Alexandre *et al.* (2011) centra-se na formação de frases relativas restritivas no que os autores designam como “português oral de Cabo Verde”³⁸ (e de São Tomé), ou seja, o português falado no arquipélago.³⁹ Os autores trabalharam com um *subcorpus* oral de Cabo Verde de reduzidas dimensões e com um outro com “[...] dados do português oral informal.” (Alexandre *et al.*, 2011: 20), *oralidade informal* que, juntamente com a caracterização da ecologia linguística cabo-verdiana como uma “diglossia estável”, não espelham de todo, em nosso entender, a realidade sociolinguística de Cabo Verde. Quanto às estratégias de relativização analisadas (de *pied-piping*, cortadora, de cópia defectiva e resumptiva), os autores evidenciam que o papel da transferência do CCV não responde a todas as mudanças constatadas, apontando para princípios gerais da gramática.⁴⁰

ANNA JON-AND | 2011

Na sua já mencionada tese de doutoramento, Jon-And (2011) tem como objectivo a investigação quantitativa da concordância variável de número no sintagma nominal no português falado em Maputo e no Mindelo. Embora, em relação a Cabo Verde, a autora opte

³⁸ Observa-se em Alexandre *et al.* (2011) uma certa inconstância em relação às designações usadas, sobretudo quanto ao uso das preposições *de* e *em*, e respectivamente quanto à própria assunção do chamado PCV: “português oral **de** Cabo Verde (POCV)”, “variedades (**emergentes**) do português em África”, em que se entende incluírem Cabo Verde, “português falado **em** Cabo Verde” e “português L2 falado **em** Cabo Verde”. [sublinhados nossos]

³⁹ Santos (2004) é lapidar: “É do senso comum que, cada vez mais, se fala menos Português em Cabo Verde.” (Santos, 2004: 83). Mais, a autora acrescenta que, no âmbito de um diagnóstico da oralidade, parte do Projecto Continuar a Ser Criança, se perguntou a crianças do ensino básico se conheciam pessoas que falam português. A resposta de cerca de 80% foi: “Sim, turistas.” ou “Sim, o professor.” (*ibid.*). E ainda: mesmo “[...] alguns professores, para além de manifestarem uma competência pouco desenvolvida em LP [língua portuguesa], não gostam de a falar e, por isso, não contribuem para aumentar a frequência de uso dessa língua num contexto onde se espera que o aluno esteja em contacto directo com a LP.” (Reis, 2017: 157).

⁴⁰ Alexandre e Hagemeijer (2013) debruçam-se sobre estratégias de relativização em crioulos de base lexical portuguesa e em variedades do português em África, trabalhando, em relação a Cabo Verde, com os mesmos dados de Alexandre *et al.* (2011). Relativamente à caracterização sociolinguística do português em África, sublinham a relevante distinção entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau e os territórios onde “[...] há um número crescente de falantes do português como língua materna [...]” (Alexandre e Hagemeijer, 2013: 60), ou seja, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

por e mantenha a designação de «português falado», a sua experiência em trabalho de campo fê-la constatar que o uso coloquial do português “[...] é praticamente inexistente em Cabo Verde.” (Jon-And, 2011: 57). Dos factores linguísticos e sociais seleccionados como possíveis focos de influência sobre a marcação do plural, observamos, em particular, a escolaridade/idade de início de aquisição do português. Os resultados indicam que quanto mais alto o nível de escolaridade e mais cedo o falante começa a aprender português mais regular é a marcação de número no sintagma nominal, o que leva a autora a concluir que “[o] contacto linguístico parece, portanto, influenciar a concordância variável de número no SN [sintagma nominal] no PCV [...]” (*ibid.*: 136). Outra variável social considerada foi a idade dos falantes, acerca da qual a autora indica não influenciar o traço gramatical analisado, apontando “[...] para uma variação bastante estável, sem um desenvolvimento diacrónico visível [...]” (*ibid.*: 138). Em nosso entender, lembrando o carácter mutável da sociedade cabo-verdiana (de gerações muito curtas), o que se reflecte nas rápidas mudanças que o crioulo sofre (também pelo facto de se tratar de uma língua, sobretudo, oral e sem norma padrão estabelecida), apenas se entende essa falta de variação diacrónica na língua portuguesa com “[...] a posição do crioulo como a única língua usada na vida quotidiana [...]” (*ibid.*: 139).

AMÁLIA MARIA VERA-CRUZ DE MELO LOPES | 2011

Com o título *As línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolinguística*⁴¹, Lopes (2011) constitui uma descrição e investigação macrossociolinguísticas aprofundadas dos usos, domínios de uso, atitudes e percepções perante as línguas cabo-verdianas. No fundo, a autora pretende responder às perguntas *Quem usa que língua?, Com quem?, Sobre o quê?, Em que contextos?, Para quê?, Com que frequência e duração? e Porquê?* Lopes (2011) parte para a sua descrição e análise com base num *corpus* constituído por falantes das 9 ilhas habitadas do arquipélago: inquérito escrito feito a 1780 alunos do ensino secundário no ano lectivo de 2005/2006 (com idades entre os 13/14 anos e os 18/19 anos); e entrevistas semidirigidas com 14 professores de português (com idade acima de 28 anos) e 15 ‘líderes’ – adultos cuja profissão implica um forte uso da(s) língua(s), como políticos, jornalistas, advogados e médicos – com idade superior a 50 anos. Da análise do inquérito por questionário aplicado aos jovens, ressaltamos desde logo alguns dados: não há praticamente falantes exclusivos de CCV ou de português; não há praticamente quem tenha o português como L1; o português é aprendido, sobretudo, “[...] em contexto formal (na escola, com o professor),

⁴¹ Com o mesmo título, a autora publicará em 2016 a investigação presente em Lopes (2011) com determinadas alterações, destacando-se, sobretudo, a opção por prescindir do capítulo dedicado à análise linguística.

com um baixo grau de contacto no ambiente linguístico, espaços institucionais (comunicação social e depois igreja).” (Lopes, 2011: 118). Quanto ao perfil linguístico dos inquiridos, a autora diz que o CCV é a sua língua predominante na oralidade e também “[...] a língua falada e ouvida com mais frequência e duração [...]”, mesmo “[...] apesar de o entendimento se dar com alguma dificuldade, entre pessoas de barlavento e de sotavento [...]” (*ibid.*: 130). Em relação ao uso das línguas por domínios, a autora constata, para lá do predomínio total do CCV na intimidade e informalidade, uma preponderância do português nos domínios formais. Contudo, há que lembrar dois aspectos. Primeiro, os dados de Lopes (2011), como já mencionado, dizem respeito a 2005/2006. Depois, mesmo com material que data de há mais de uma década, a autora frisou a discrepância entre as percentagens obtidas com a língua para *falar* e a língua *ouvida*, adiantando que a atitude dos jovens “[...] de utilizar a língua geralmente associada aos domínios íntimos e informais nos formais faz prever um reequilíbrio de forças face ao português [...]” (*ibid.*: 137). Em nosso entender, hoje, em 2019, esse “reequilíbrio” já se tornou desequilibrado, com o CCV a predominar em muitos domínios formais. O que, de facto, vai ao encontro do que a autora já apontava em relação à extensão do uso das duas línguas, isto é, uma “[...] evidente extensão da LCV [língua cabo-verdiana] para os [domínios] formais.” (*ibid.*: 140). Destacamos também, mesmo com o domínio por parte do português, a presença do CCV na interacção com os professores e na sala de aula, “[...] evidenciada pelo facto de apenas uma percentagem reduzida dos inquiridos afirmar nunca ter usado essa língua para pedir alguma explicação ao professor [...]” (*ibid.*). Lembramos que, evidentemente, a comunicação entre alunos, dentro da sala de aula, é *sempre* em CCV, o que, juntamente com os dados de Lopes (2011), permite quebrar o “mito” de que, em Cabo Verde, dentro das salas de aula, só se fala português. Relativamente à alternância de línguas, a autora atesta que o estatuto sociocultural e a língua ou dialecto do CCV falado pelo interlocutor têm um papel importante em certas alternâncias de CCV para português e vice-versa. Quanto ao modo escrito, naturalmente, os dados indicam um predomínio da língua portuguesa. Todavia, Lopes (2011) observa uma “[...] extensão do uso da LCV tanto para a leitura como para a produção [...]” (*ibid.*: 212), destacando o papel de textos publicitários, SMS, e-mails, MSN, avisos, anúncios e convites, ou seja, a comunicação escrita informal. Assim, Lopes (2011) propõe, para Cabo Verde, um quadro de bilinguismo de competências assimétricas nas duas línguas – na oralidade e na escrita –, adoptando a denominação de Lüdi e Py (1986) de «diglossia modal», na qual o CCV domina na oralidade e o português domina na escrita, sublinhando que esta “[...] “diglossia” forçada entre a oralidade e a escrita é sintomática não duma escolha individual ou social, mas antes da (quase total) impossibilidade de escolha.” (*ibid.*: 215). Ainda assim, por tudo já analisado até

aqui, a autora mantém uma visão bastante rígida e, de algum modo, *desfasada* ao observar o português simplesmente como “a” “[...] língua dos lugares/circunstâncias formais e da comunicação social (rádio e televisão) [...]” (*ibid.*: 220), o que, para lá de ignorar as extensões de uso por si apontadas, já em 2011 não encontrava reflexo na realidade desses mesmos lugares formais e muito menos na rádio e na televisão. Isto é, os lugares/circunstâncias formais e a comunicação social são, desde há muito, “espaços” da língua portuguesa e do crioulo de Cabo Verde.⁴² De seguida, quanto às atitudes e percepções, concentrar-nos-emos apenas nos resultados relativos às “atitudes face às línguas enquanto tal”. Lopes (2011) conclui que, para os inquiridos, a língua portuguesa é a língua de *maior prestígio*, com uma avaliação descritiva, social e funcional mais positiva do que a obtida pelo CCV, embora haja atitudes valorativas, sociais e funcionais em relação às quais o CCV é mais bem avaliado. Portanto, nota-se uma desvalorização estrutural e social do CCV enquanto se observa uma apreciação valorativa e funcional da mesma língua. Perante estes resultados, Lopes (2011) induz que, “[...] com base no critério prestígio, para os jovens, a LP é a língua A (alta) e a LCV a língua B (baixa) [...]” (*ibid.*: 324), o que contraria, fundamentalmente, o uso que esses mesmos inquiridos fazem das duas línguas, e até “[...] a atitude de aceitação da extensão da LCV para os domínios formais [...]” (*ibid.*). Em nosso entender, tal como a diglossia forçada entre a oralidade e a escrita não é propriamente resultado de uma escolha, pensamos que as atitudes ainda permanentes, na altura, sobretudo as que dizem respeito a aspectos estruturais e sociais das línguas cabo-verdianas, não reflectem propriamente a realidade, constituindo-se simplesmente como resquícios dos séculos de colonialismo e de um discurso de desvalorização do CCV que, infelizmente, se mantém ainda vivo na boca, sobretudo, de muitos cabo-verdianos (não instruídos e “mal” instruídos) de gerações mais velhas (que ainda influenciam as gerações mais novas).⁴³ Veja-se que não é de todo fortuita a atribuição de maior valor ao CCV ou à língua portuguesa. Em tudo o que não diz directamente respeito aos próprios inquiridos – atitudes descritivas (estruturais e de historicidade e autonomia) e atitudes sociais (estatuto de língua, percepção do estatuto sociocultural dos usuários, adequação a pessoas e circunstâncias) – o português é avaliado positivamente (e o CCV, negativamente). Pensamos que não seria de todo expectável que os inquiridos (ou a

⁴² Quanto aos *media*, em particular, relativamente à televisão, procuraremos mais adiante desfazer outro “mito”: o de que a comunicação social é espaço *apenas* da língua portuguesa.

⁴³ Da análise de inquiridos feitos a 49 estudantes universitários – 28 alunos do 3.º ano de Estudos Ingleses (na Praia) e 21 alunos do 2.º ano de Estudos Ingleses e de Estudos Franceses (no Mindelo), Mota (2019) declara que “[e]n termes de représentations, 90% des enquêtés estiment que la LCV n’est ni supérieure, ni inférieure à la LP.” (Mota, 2019: 51). Contrariamente à “clareza de pensamento” expressada por estes jovens universitários, encontramos, entre 17 professores entrevistados (entre os 30 e os 50 anos) e depoimentos públicos de 11 “intelectuais”, professores de português que “[...] manifestaram representações negativas e atitudes desfavoráveis ao crioulo [...]” e intelectuais “[...] radicalmente contra, que situam o crioulo como manifestação folclórica, desempenhando unicamente funções de veículo da cultura popular [...]” (Freitas, 2011: 583).

generalidade dos cabo-verdianos) avaliassem o CCV positivamente em relação a qualquer destes aspectos descritivos e sociais. A pergunta (entre outras) que se impõe é simples: *Como avaliar positivamente o CCV quanto ao "estatuto de língua" se, apesar de língua materna, ainda não é língua oficial?* Em contrapartida, em tudo o que diz respeito aos próprios inquiridos enquanto falantes – atitudes funcionais (falar, ler e escrever em CCV, ensino formal do CCV, alfabetização de adultos no CCV, uso oficial do CCV) – o CCV é avaliado positivamente. A única excepção é a atitude funcional relativa à “capacidade e potencialidade comunicativa” – ou seja, a consideração qualitativa e de adequação para a comunicação internacional – (com avaliação positiva do português e negativa do CCV), o que, na verdade, é uma disputa a lembrar David e Goliás, isto é, uma disputa inquinada à partida – entre uma língua falada por talvez 1 milhão de falantes e sem instrumentalização e outra de mais de 200 milhões de falantes e instrumentos que datam de há séculos.⁴⁴ Também aqui a avaliação negativa do CCV não surpreende, pois está imensamente dependente da descolonização do pensamento (cf. Fanon, 1952, 1961), da descolonização do conhecimento (cf. Kilomba, 2019), ainda por fazer⁴⁵ – a propósito do mesmo, Mata (2009) retoma o escritor Mia Couto quando este “[...] fala de «um colonialismo que se indigenizou» [...]” (Couto, 2001b: 348 *apud* Mata, 2009: [?]). São igualmente relevantes as atitudes valorativas (estéticas), sociais (actualidade e modernidade) e funcionais (importância objectiva num contexto de modernidade e desenvolvimento) em que os inquiridos avaliaram o CCV em igual patamar ao português. Assim, segundo a nossa interpretação dos dados de Lopes (2011), percebe-se que o português é a língua de prestígio da história (colonial) e da abstracção que entendemos como sociedade, e não dos cabo-verdianos.

Da análise das entrevistas semidirigidas feitas aos professores e ‘líderes’, ressaltam os seguintes aspectos relativos ao seu perfil linguístico e ao uso social das duas línguas: sobretudo com os ‘líderes’, igual capacidade de expressão oral nas duas línguas; tal como os jovens, têm o CCV como língua da oralidade e o português como língua da escrita – diglossia modal; o CCV é a sua língua de comunicação das redes informal e profissional; os professores usam sobretudo o CCV mesmo em assuntos técnico-profissionais na escola; alguns adultos referem um uso ocasional do português como “[...] meio de instrução e/ou forma de criar oportunidade de aprendizagem da LP para os filhos ou para lhes dar ordens [...]” (Lopes, 2011: 356); o CCV é a língua mais usada fora da sala de aulas, “[...] mesmo em situações mais

⁴⁴ Não será, certamente, necessário relembrar o desfecho desta narrativa bíblica.

⁴⁵ DeGraff (2019) lembra que o domínio das línguas europeias sobre os crioulos e outras línguas nativas americanas, africanas e asiáticas resulta da dominação não apenas colonial, mas também neocolonial, socioeconómica, intelectual e da “lavagem cerebral” praticada ao longo de séculos, acrescentando que pensadores como Frantz Fanon, Pierre Bourdieu e Michel Foucault, entre outros, estudaram cuidadosamente “[...] how the oppressor’s domination tools work best when these tools have become internalized in the minds of the oppressed.” (DeGraff, 2019: 73).

formais como sejam a interacção com os superiores hierárquicos directos (directores e coordenadores da disciplina) e nas reuniões de coordenação [...]” (*ibid.*: 357); extensão do CCV para a modalidade escrita, até mesmo para a “[...] escrita de comunicações científicas e de programas políticos para serem lidos na comunicação social [...]” (*ibid.*: 360).⁴⁶ Quanto às atitudes, em particular, “face às línguas enquanto tal”, Lopes (2011) constata que “[...] não se pode afirmar que a LP seja, para estes informantes, e do ponto de vista das atitudes, a língua de maior prestígio [...]” (*ibid.*: 387). Ou seja, o CCV é globalmente valorizado como língua, manifestando os professores e os ‘líderes’ atitudes favoráveis “[...] ao exercício pela LCV das funções sociais de escrita, de objecto e meio de ensino e para a alfabetização de adultos e de uso oficial (administração e eventos oficiais) [...]” (*ibid.*: 388). Há, assim, por parte dos adultos, igual valorização das duas línguas. Reforçamos que os dados de Lopes (2011) datam de 2005/2006, e que a diglossia instável revelada nas atitudes dos ‘líderes’ é hoje uma realidade de Santo Antão à Brava. Em nosso entender, também estes dados ajudam a julgar anacrónico o discurso acerca do português como língua de prestígio. Analisamos, ainda, os resultados respeitantes às atitudes normativas de professores e ‘líderes’ face à língua portuguesa. Em relação ao “modo como os cabo-verdianos falam a LP”, 51.7% dos entrevistados “[...] sustentam que os cabo-verdianos falam a LP de uma forma própria (PCV), a maioria dos líderes considera que falam o português com um sotaque local, mas correcto do ponto de vista gramatical, ou seja, com respeito pelas regras do português europeu [...]” (*ibid.*: 380). Isto é, este “modo próprio” de falar o português cinge-se, para muitos, ao sotaque. Quanto ao “posicionamento face à variedade nativa de LP (PCV)”, 53.3% dos ‘líderes’ e professores consideram que “[...] os cabo-verdianos falam à sua maneira com mudanças a registar e contra as quais nada se pode fazer [...]” (*ibid.*), enquanto 46.7% apontam um sotaque local, mas regras do PE. Por fim, relativamente às “atitudes face a uma forma própria de falar a LP (PCV)”, 51.7% dos entrevistados demonstram atitudes desfavoráveis e 48.3% revelam atitudes favoráveis. Mais em pormenor, a maioria dos ‘líderes’ tem uma atitude favorável ao desenvolvimento do chamado PCV, enquanto a maioria dos professores “[...] revela uma atitude desfavorável ao PCV e favorável ao português europeu [...]” (*ibid.*: 381).⁴⁷

⁴⁶ Ressalvamos aqui considerações nossas acerca de dois dos aspectos mencionados. Em primeiro lugar, a “fraca” credibilidade da auto-avaliação da generalidade dos falantes em relação à sua própria *performance* linguística (em português). A maioria dos ‘líderes’ considerar que tem “[...] igual capacidade de expressão e igual à vontade nas duas línguas [...]” (Lopes, 2011: 354) não tem real valor “científico” e, sobretudo, não vai ao encontro do que geralmente se vê da parte desses mesmos ‘líderes’. Em segundo lugar, embora comum há umas décadas, o uso da língua portuguesa especificamente para “dar ordens aos filhos” é, felizmente, uma prática em desuso. Observa-se, todavia, que, entre outras finalidades do uso do CCV na sala de aulas apontadas pelos professores entrevistados em Lopes (2011), um professor (ou seja, 9.1% do total) apontou “travar a indisciplina” (Lopes, 2011: 342).

⁴⁷ Firmino (2001) realiza um inquérito com moçambicanos de Maputo com profissões “de prestígio” com o intuito de conhecer, entre outros, as suas atitudes face ao uso do português. Dos resultados, destaca-se que esses falantes “[...] mostraram

Numa segunda parte (Capítulo 4), Lopes (2011) explora também certos aspectos sintáticos que emergem das produções dos 'líderes' (orais e escritas), com o intuito de contribuir para a definição da norma padrão do chamado PCV. O que é evidente para a autora, ou seja, "[...] a necessidade de delimitação duma norma objectiva do PCV [...]" (*ibid.*: 410), torna-se, em nosso entender, paradoxal. Ou seja, como delimitar a norma de uma variedade de uma língua que (quase) não é falada?⁴⁸ De qualquer modo, Lopes (2011) descreve e analisa a oposição sujeito pronominal referencial explícito *versus* sujeito nulo e a concordância morfossintática sujeito-verbo. Quanto ao primeiro traço gramatical, a autora constata uma tendência para a realização do sujeito pronominal na oralidade, possível resultado do contacto com o CCV, língua não *pro-drop*. Na escrita, observou-se uma tendência para o não preenchimento do sujeito. Relativamente à concordância analisada, Lopes (2011) afirma que "[...] são muito poucos os casos de não concordância, apontando para a tendência de observação de uma norma idêntica à do PE [...]" (*ibid.*: 489). E ainda assinala que haverá uma menor ocorrência do infinitivo flexionado do que em PE, emergindo também em alguns contextos não padrão para o PE ou PB. Paradoxalmente, a autora defende que os resultados apontam para uma mudança do português em Cabo Verde, "[...] favorecendo a criação de uma **variedade nativa** em que a realização do sujeito, sobretudo, mas também a variação da concordância se perfilam como características." (*ibid.*: 490) [sublinhado nosso]. Para lá de nos interrogarmos quanto à definição, em nosso entender, prematura de características, segundo os próprios resultados de Lopes (2011) – "tendências" e "muito poucos os casos" –, tão fracamente representadas nos *corpora* em análise, não entendemos, de todo, que se fale de uma "variedade nativa" num território *nativamente* crioulo.

FRANCISCO JOÃO LOPES E EDNALVO APÓSTOLO CAMPOS | 2015

Lopes e Campos (2015) procuram (as)simetrias entre a expressão pronominal no PB e no português falado em Cabo Verde. Adoptando o conceito de diglossia relativamente ao

desprezo pela forma de falar o Português como um português, não porque a gramática europeia deva ser renegada mas, antes, partindo de uma consciência da emergência de formas distintas de manipular a língua, que merecem ser tomadas em conta nos seus próprios termos e apreciadas em conjunto com a afirmação da moçambicanidade." (Firmino, 2001: 192 *apud* Gonçalves, 2005a: 188-189). Num texto de 2001, o escritor moçambicano Mia Couto nega o português como "[...] a língua dos moçambicanos. Mas, em contrapartida, ela é a língua da moçambicanidade." (Couto, 2001a: [?]). Em relação a Cabo Verde, para lá de não haver ainda hoje uma consciência de "nativização" do português como a mencionada por Firmino (2001), não será provavelmente nunca de mais relembrar que a caboverdianidade – entendida como a eclosão da língua crioula, da cultura, da música, dos costumes, da expressão literária (Peixeira, 2003: 25) – se forja e permanece, sobretudo, em crioulo. A revista *Claridade*, que em 1936 representa um marco na assumpção da própria caboverdianidade, abre no seu número primeiro com um texto em crioulo acerca do batuque (manifestação cultural da ilha de Santiago). No seu segundo número, também de 1936, figuram estudos sobre o crioulo e uma morna, naturalmente, escrita em crioulo (Rocha, 2010: 72).

⁴⁸ É bem clara a dimensão de uso do crioulo em Rego (2008): "In Cape Verde, one does not sometimes speak Kriolu and Portuguese at other times. One speaks a Portuguese disturbed by, contested by, rescued by, or completed by Kriolu." (Rego, 2008: 152).

cenário sociolinguístico cabo-verdiano, os autores definem-no *retrospectivamente*, dizendo que as duas línguas “[...] desempenham papéis [sic] distintos e demarcados na sociedade cabo-verdiana, não sendo ‘permitido’ socialmente que uma ocupe o lugar reservada [sic] à outra.” (Lopes e Campos, 2015: 323), o que reforçam quando observam *simplesmente* o português como “a” língua da formalidade e, sobretudo, o crioulo como “a” língua da informalidade. Com base num *corpus* oral de cerca de 2 horas de gravações (que advém de Lopes [2015]), partem, assim, das “[...] similaridades históricas que o português das Ilhas de Cabo Verde tem em relação ao brasileiro, ao menos quanto ao substrato das línguas do oeste africano.” (*ibid.*: 321)⁴⁹ para a análise do preenchimento do sujeito, dos contextos de topicalizações e do uso de *se*, da pró-forma *se*, do objecto directo e do emprego de *lhe* com o intuito de responderem à pergunta: “[o]s usos pronominais nas interações de pessoas de diferentes estratos sociais, dentro das repartições, em contextos familiares, na rua, entre jovens e idosos, são sempre similares aos de Portugal e Brasil? (*ibid.*: 321). Embora (quase) não haja, em Cabo Verde, interações em português nas repartições públicas, em casa e nas ruas, do *corpus* analisado (sem quantificação de ocorrências), resultam tendências, nas palavras dos autores, que aproximam o chamado PCV do PB e do português vernacular brasileiro – preenchimento do sujeito (sem contudo se mencionar que o CCV é uma língua não *pro-drop*), tópico com cópia, uso não-padrão de *se* (emprego duplo e *se* como *default*), uso de pronomes tónicos como objecto directo, emprego de *para ele* com função dativa –, e também do PE – uso da pró-forma *se* como pronome sujeito e uso de *lhe* de 3SG.

MARIA ANTÓNIA MOTA | 2015

Mota (2015) analisa a concordância sujeito-verbo na 3PL no português falado em Luanda e em Cabo Verde, no âmbito do projecto *Padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias do português*, trabalhando, assim, concomitantemente, com dados do PE, do português de São Tomé e do PB. Partindo da premissa de que a muito baixa percentagem de ocorrência da concordância não canónica em PE advém, sobretudo, da não existência, desde há muito, de contacto linguístico prolongado em Portugal, a autora afirma que “[...] a tipologia das línguas em contacto, actual ou remoto, parece ser uma linha importante de pesquisa [...]” (Mota, 2015: 20). O que, dentro dos parâmetros que defendemos na presente dissertação, se constitui como mais um aspecto de afastamento

⁴⁹ Na verdade, o crioulo de Cabo Verde tem como línguas de substrato, entre outras, o wolof, o temne e o fula, da família atlântica, e o mandinga, o soninquê, o sosso e o mende, da família mande (Quint, 2008: 22; Lang, 2013: 3). O português vernacular brasileiro tem como substrato línguas do grupo kwa – iorubá, ewe, etc. – e, predominantemente, línguas do grupo banto – quimbundo, quicongo, umbundo, etc. (Lucchesi *et al.*, 2009: 64-65). Não haverá, por conseguinte, qualquer substrato comum possível entre o CCV e o PB e, do mesmo modo, entre o chamado PCV e o PB.

entre Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe e a realidade cabo-verdiana, “[...] já que não há nenhuma língua bantu entre os substratos do crioulo de Cabo Verde. O português L2 de falantes nativos do crioulo cabo-verdiano não pode, portanto, ser influenciado por línguas bantu.” (Jon-And, 2011: 103). Hagemeyer (2016) reforça este mesmo ponto, lembrando que “[a]s línguas com que o português está em contacto em África apresentam tipologias distintas. Em termos de tipologia morfológica geral, os crioulos são línguas isolantes e as línguas bantu aglutinantes.” (Hagemeyer, 2016: 50). Os dados do chamado português de Cabo Verde de Mota (2015) provêm de parte do *corpus* oral e escrito de Lopes (2011), como já vimos, datado de 2005/2006, em particular, o *subcorpus* constituído por 14 falantes com escolarização média-alta e alta da cidade da Praia.⁵⁰ Os resultados apontam para a forte ocorrência, no chamado PCV, da concordância dita canónica.

TJERK HAGEMEIJER | 2016

Em *O português em contacto em África*, de Hagemeyer (2016), não há descrição e análise de dados relativos ao chamado português de Cabo Verde (apenas se retomam resultados de Jon-And [2011]), contudo há a assunção clara de uma variedade cabo-verdiana não nativa do português. Evocamos, todavia, a ampla caracterização sociolinguística que o autor nos oferece de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe com o intuito de a contrastar com a ecologia linguística de Cabo Verde. Primeiramente, Hagemeyer (2016) marca dois tempos linguísticos para o português em África: o momento do surgimento dos crioulos de base lexical portuguesa, nos séculos XV e XVI; e o momento da emergência das variedades africanas do português, em finais do século XX. Lembra que, com a criouliização, “[...] a necessidade de falantes de diferentes línguas criarem uma plataforma de comunicação comum resulta na emergência de um código L2 que é nativizado.” (Hagemeyer, 2016: 44), processo “rápido” que implicou um gradual abandono das línguas maternas. Para lá de apontar aspectos comuns, o autor distingue, ainda, os dois momentos, já que, agora, “[...] as diferentes línguas maternas (L1) continuam a coexistir com o português [...]” (*ibid.*). Contudo, de seguida, observa que, em relação a São Tomé e Príncipe, “[...] a vitalidade dos crioulos do Golfo da Guiné encontra-se atualmente ameaçada em maior ou menor grau. O lung’ie, em particular, terá hoje em dia no máximo algumas centenas de falantes ativos.”

⁵⁰ Embora Mota (2015) “categorize” estes 14 informantes como falantes de português L1, afirmando que “[...] a eles não se aplica o conceito de ‘Português como L2’ [...]” (Mota, 2015: 31), o que constituiria, por si só, uma “surpresa” em relação ao estatuto da língua portuguesa para (quase) todos os cabo-verdianos, pode constatar-se em Lopes (2011: 332) que, na verdade, para 12 destes falantes o português é L2, havendo um que adquiriu as duas línguas simultaneamente, e outro para quem, de facto, o português é L1. Este “lapso” ajuda talvez a entender as afirmações de que o português “[...] é também o seu *we-code*, a par do Crioulo [...]” e de que estes falantes têm “[...] as duas línguas a par, mesmo que uma delas prevaleça **ligeiramente** sobre a outra [...]” (Mota, 2015: 32-33) [sublinhado nosso], proposições excessivas, para não dizer desfasadas da realidade linguística do arquipélago.

(*ibid.*: 45). E “[...] o forro, o crioulo maioritário em S. Tomé, era falado, em 2011, apenas por uns 33% da população [...]” (*ibid.*: 46). Também em 2011, havia 91% de falantes (nativos e não nativos) de português (*ibid.*). Quanto a Angola, segundo dados de 2014, 71.2% dos angolanos “[...] falam português, um número que supera largamente as percentagens das línguas bantu mais faladas, o umbundo, o quicongo e o quimbundo, com percentagens de falantes de, respetivamente, 22,96%, 8,24% e 7,82%.” (*ibid.*). Por fim, em Moçambique, em 2007, havia 10.7% de moçambicanos com português L1 mais 39.7%, como L2, isto é, 50.4% de falantes de português contra 25.2% de falantes L1 de macua (*ibid.*). Hagemeijer (2016) vinca que o cenário da emergência das variedades africanas do português é distinto do da criouliização porque, no século XXI, as línguas maternas não são abandonadas. A pergunta será (sem qualquer ânimo leve), até quando?⁵¹ Em nosso entender, assim como a necessidade (aspecto primeiro e crucial de muitos fenómenos linguísticos) de forjar uma língua comum originou os próprios crioulos, com as actuais variedades africanas do português – em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe – é também a necessidade premente de comunicar que provoca a emergência dessas mesmas variedades. O que, tanto com a criouliização como agora, só acontece em contextos de multilinguismo.⁵² Contrariamente, em Cabo Verde, o português não desempenha (nunca desempenhou nem desempenhará algum dia, atrevemo-nos a dizer) o papel de língua de unidade nacional, nem sequer, na verdade, de língua ocasional de comunicação entre cabo-verdianos, o que torna improvável que alguma vez se possa vir a falar de uma variedade nativa (ou mesmo não nativa) da língua portuguesa. No fundo, procuramos evidenciar aqui a relevância das fortes diferenças sociolinguísticas entre, por um lado, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe e, por outro, Cabo Verde, tal como Hagemeijer (2016) o faz relativamente à confrontação entre os crioulos da Alta Guiné e os crioulos do Golfo da Guiné, quando destaca as diferenças linguísticas substanciais, resultado do “[...] impacto de histórias sociais e línguas de substrato distintas [...]” (Hagemeijer, 2016: 45).

⁵¹ Reflectindo acerca da riqueza linguística (quantitativa) de determinadas geografias e da pobreza linguística de outras, Calvet (2005) recorda que “[...] les langues officielles ont partout tendance à faire disparaître les langues locales minoritaires [...]” (Calvet, 2005: 25), o que, naturalmente, parte também da tendência dos falantes para cederem “[...] face à la pression des langues dominantes et à ne plus transmettre à leurs enfants des langues qu’ils estiment inutiles, surtout dans les villes.” (*ibid.*). Explorando o papel da cidade como “devoradora de línguas”, o autor adianta que “[...] les zones les plus riches en langues (en Afrique, en Asie) étant en voie d’urbanisation rapide, on peut prévoir que le nombre de langues y diminuera.” (*ibid.*). Em particular, dentro do espaço lusófono: “[...] a situação linguística actual em Angola tenderá a longo prazo para uma mudança de línguas, ou seja, que algumas das línguas nacionais angolanas desapareçam, evoluindo-se para uma situação de unilinguismo em proveito da língua portuguesa [...]” (Mendes, 1985: 46 *apud* Inverno, 2009: 59).

⁵² Dentro da África lusófona, a Guiné-Bissau representa a excepção, no sentido em que do seu contexto de imenso multilinguismo emerge como língua de unidade nacional, não o português (como em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe), mas o crioulo guineense, o que, simultaneamente, reforça o ímpeto e a força dos crioulos da Alta Guiné. Segundo dados de 2009 relativos conjuntamente a falantes L1 e L2, “[...] o português é falado por 27,1% da população e o crioulo por 90,4% [...]” (Hagemeijer, 2016: 45-46).

FRANCISCO JOÃO LOPES | 2017

A tese de doutoramento de Lopes (2017) centra-se na análise morfossintáctica das construções-Wh, isto é, construções relativas, interrogativas-Wh e construções clivadas, no português falado em Cabo Verde. De imediato, o autor faz coincidir a designação “português falado em Cabo Verde” com o chamado PCV. Lopes (2017) trabalhou com *corpora* recolhidos nas ilhas de Santiago (Praia) e de São Nicolau, constituídos por 6 inquéritos a universitários, conversações informais entre universitários, uma reunião de 4 professores do ensino básico de São Nicolau, diálogos em sala de aula com universitários e alunos do 3.º ciclo, e gravações de aulas do 1.º ao 12.º anos (no total, 30 horas de gravação provenientes de 3 sessões de trabalho de campo distintas). Embora parte destes dados tenha sido obtida através de elicitções e o autor frise que “[...] os alunos, ainda que no nível superior, fazem uso da língua portuguesa somente em contextos formais obrigatórios.” (Lopes, 2017: 42-43), constata-se, ainda assim, o uso na tese da designação de «fala espontânea». Numa segunda etapa, o autor trabalhou também dados de “elicitção formal”. Quanto à ecologia linguística do arquipélago, Lopes (2017) oferece uma visão “retrógrada”, afastada da realidade (e “indecisa”) sintetizada em “[...] o PCV é a língua da formalidade e o CCV a língua da informalidade [...]” (*ibid.*: 78), o que, de algum modo, contraria as suas próprias palavras quando diz que “[...] a grande maioria da população caboverdiana [*sic*] usa muito pouco o PCV no seu sociocomunicativo oral.” (*ibid.*: 117), palavras que, entretanto, são também contrariadas em: “[t]rabalhos recentes vêm demonstrando que o PCV desempenha papel ativo em diversos setores do sociocomunicativo de Cabo Verde.” (*ibid.*: 129), ou ainda em “[...] essa língua [PCV] desempenha papel fundamental no ambiente sociocomunicativo de todo caboverdiano [*sic*], independentemente do seu grau de instrução formal [...]” (*ibid.*: 130). Elabora também uma sistematização de 5 etapas de contacto do falante cabo-verdiano com a língua portuguesa já mencionada na presente dissertação (ver Secção 1.5). De seguida, o autor procura pistas históricas – através de relatos de 1784, 1934⁵³ e de Veiga (2009) – e linguísticas que revelem a variedade cabo-verdiana do português em formação. Quanto a estas últimas, as amostras provêm de *Chiquinho*, romance icónico de Baltazar Lopes da Silva, de 1947.⁵⁴ Leiria (2008), questionando a pertinência da investigação acerca

⁵³ Em particular: 1784, relato de um escritor anónimo retomado em Carreira (1985), que reproduzimos mais adiante na revisão de Lopes e Oliveira (2018); 1934, relato atribuído por Lopes (2017) a um congressista no Congresso de Antropologia Colonial (1934), citado a partir de Ferreira (1973), mas que, na verdade, se trata de uma citação de Lima (1844), que reproduzimos, noutra âmbito, no Capítulo Um.

⁵⁴ Entre vários excertos que “indicam”, para o autor, traços do chamado PCV, usam-se cartas do próprio romance. Para lá de certas construções e expressões que constituem claros empréstimos lexicais do CCV, Lopes (2017) aponta “[...] a falta de concordância em número das formas verbais com os respectivos sujeitos nominais [...]” (Lopes, 2017: 98), como, por exemplo, em “Nós tudo ficou muito triste”, construção obviamente decalcada do crioulo *Nos tud no fka trixt*. De qualquer maneira, a lógica impele-nos a perguntar se, de igual modo, o uso totalmente à imagem do sistema de tratamento do PE numa das cartas – escrita por Maria Júlia da Encarnação Soares para Chiquinho (Lopes [da Silva], [1947] 2014: 135) – (formas de tratamento

do “estado do português em África” feita a partir da literatura, retoma Rosário (1993): “É estranha e digna de apreensão a leveza com que em Portugal, até em círculos com certo grau de responsabilidade, se tomam os textos literários como fonte segura para a verificação do estado da língua portuguesa nestas paragens.” (Rosário, 1993: 114 *apud* Leiria, 2008: [?]). Após revisão dos mais relevantes estudos sobre o chamado PCV, o autor ratifica (nas suas próprias palavras) o PCV como objecto de estudo, começando com a ideia (nebulosa) de que “[...] o PCV foi implantado em Cabo Verde desde os primórdios da sua formação e permanece em estreito contacto linguístico com o CCV até os *[sic]* dias atuais.” (Lopes, 2017: 128). Com o intuito de consubstanciar essa *ratificação*, o autor “inverte” a conhecida afirmação de Jorge Amado (ver Secção 1.4), dizendo que “a vida em Cabo Verde **também** decorre em português” [sublinhado nosso]. Elenca, então, seis factores que evidenciam essa *vida em português*: 1| a educação; 2| os *media*; 3| a documentação oficial; 4| a liturgia e música eclesiástica;⁵⁵ 5| contacto de Cabo Verde com o mundo e; 6| mesmo os analfabetos cabo-verdianos compreendem (minimamente) o chamado PCV.⁵⁶ Fora as observações já feitas aos pontos 4 e 6, quanto ao ponto 3, não havendo ainda um “sistema de escrita normalizada” (cf. Lopes, 2016) do CCV, não há como a documentação oficial não ser escrita em português e, relativamente ao ponto 5, é, de facto, e sempre será, função da língua portuguesa “abrir as portas” de Cabo Verde para o mundo. Assim, focar-nos-emos aqui, mais em particular, na educação e nos *media*. Lopes (2017) declara que “[...] **toda** a educação em Cabo Verde desde o 1º ano até o *[sic]* ensino superior **só** se dá em língua portuguesa [...]” (*ibid.*: 129) [sublinhados nossos]. Para lá de interessar *sempre* lembrar (e repetir) que a palavra ‘educação’ em Cabo Verde não é propriamente sinónimo absoluto de ‘língua portuguesa’⁵⁷ (ver Secção 1.4), de seguida o autor diz que em relação à expressão oral “[...] já é comum,

pronominais [*te, tua*] e verbais [*apanhaste, perdeste, estuda, fiques, beberes, experimenta, dares*], com foco, em particular, nos imperativos) se constituirá também como uma característica do chamado PCV? Acrescente-se, ainda, que, embora sem um programa definido, Baltazar Lopes da Silva e a revista *Claridade* tinham “[...] como principais premissas afastar-se dos cânones portugueses e exprimir a voz colectiva do povo cabo-verdiano [...]” (Laranjeira, 1995: 190), o que se realizava também através da “mistura” propositada das duas línguas. Ou seja, como defendem Alexandre e Gonçalves (2018) em relação a Manuel Lopes, a sua “marca” linguística “[...] was the insertion of Capeverdean words and constructions in Portuguese texts, such as *nhô* ‘Mister’ and *enterrou ele* (<*ntera el*) ‘bury him’ [...]” (Alexandre e Gonçalves, 2018: 255).

⁵⁵ Quanto, em particular, aos domínios religiosos, Rodrigues (2016) expõe declaradamente a diglossia modal cabo-verdiana. Dos seus entrevistados, “[...] quase todos salientaram que, nos meios religiosos, apenas no domínio da escrita se recorre ao português.”, o que está bem patente “[...] nas palavras de uma aluna de Cruz Grande: «Só quando ele (o padre) vai ler o livro é que ele fala em português. Mas quando vai falar com o povo, é em crioulo.»” (Rodrigues, 2016: 418). Ou seja, o contacto dos cabo-verdianos com o português em domínios religiosos é um contacto totalmente “passivo”, como ouvintes da leitura esporádica feita em português.

⁵⁶ Rodrigues (2016: 422) escolhe pertinentemente para título do seu artigo a seguinte afirmação de um jovem de 16 anos do Tarrafal de Santiago, aluno do 9.º ano: “Pobre não fala português.” Segundo dados do INE, Cabo Verde ainda tinha em 2015 cerca de 179 000 pobres, isto é, à volta de 35% da população cabo-verdiana, entre os quais se encontram, por certo, os analfabetos considerados em Lopes (2017).

⁵⁷ Noutro momento, o autor afirma que “[...] a sala de aula é o único lugar, em Cabo Verde, em que o caboverdiano *[sic]* é **instigado a** se expressar única e exclusivamente em língua portuguesa.” (Lopes, 2017: 130) [sublinhado nosso], o que, em nosso entender, demonstra inequivocamente como a sala de aula não é *sempre* espaço da língua portuguesa, assim como, simultaneamente, levanta fortes dúvidas acerca da vida que *também* decorre em português e até da assunção do chamado PCV, língua que os cabo-verdianos falam quando instigados a...

especialmente em nível superior ou no ensino de línguas estrangeiras, a permissão do professor (de uso excepcional) para o uso do CCV na sala de aula.” (*ibid.*: 130-131). No entanto, sabemos que os jovens inquiridos em Lopes (2016) declaravam, em 2005/2006, usar também o CCV nas salas de aula para falar com os professores: 3.5% apenas usavam o CCV e 20.6% utilizavam ambas as línguas – enquanto 69.4% empregavam o português (Lopes, 2016: 133). Quanto à língua usada pelos próprios professores com esses mesmos inquiridos: 2.8% usavam somente o CCV; 61.8%, apenas o português; e 29.7% comunicavam através das duas línguas (*ibid.*). Também contrariamente ao autor, Mota (2019) oferece outra perspectiva, mais moderada, afirmando que “[...] peu à peu, la langue capverdienne fait son entrée dans le panorama linguistique de l’Uni-CV [Universidade de Cabo Verde].” (Mota, 2019: 34). Quanto aos *media*, Lopes (2017) diz que “[...] a grande maioria da comunicação social se dá em língua portuguesa [...]” (Lopes, 2017: 129), o que não espelha bem a realidade. Não há *grande maioria* de uso do português na Televisão de Cabo Verde (TCV) ou na RCV⁵⁸ – Rádio de Cabo Verde (ou mesmo nas redes sociais). Há somente um forte domínio da língua portuguesa nos jornais, isto é, na escrita formal (como já mencionado, nas caixas de comentários dos jornais *online* usa-se frequentemente o crioulo). Todavia, não nos esqueçamos das tiragens irrelevantes. Hoje, 8000 exemplares de jornais semanais entre *A Nação* e *Expresso das Ilhas*, distribuídos, sobretudo, em Santiago (ver Secção 1.4).⁵⁹ Voltando à temática da tese de Lopes (2017), da descrição e análise das estruturas sintácticas mencionadas, o autor afirma que a maioria dos falantes divergem da norma padrão do PE, embora haja quem produza estruturas convergentes com essa mesma norma, o que o autor atribui ao grau de formação académica dos próprios falantes. Assim, em nosso entender, de modo prematuro e impressionista, “[...] conclui-se que o estudo das construções-Wh em PCV corrobora a existência de uma variedade **autóctone** da língua portuguesa [...]” (*ibid.*: 301) [sublinhado nosso], isto é, uma variedade nativa do português em território com 100% de falantes nativos do crioulo cabo-verdiano. Desse modo, Lopes (2017), para lá de reiterar a assunção do PCV na sua dimensão objectiva, sublinha também (ultrapassa-nos em absoluto

⁵⁸ Observando a programação da TCV (de 20 de Junho de 2019), percebe-se que, em 24 horas de emissão, há: apenas 1h00 min totalmente em português (*Em debate*); 1h40 min de séries estrangeiras legendadas em PE; 3h20 min em português intercalado com crioulo (fundamentalmente os telejornais, com jornalistas a falarem português em estúdio e entrevistas de rua quase sempre em crioulo); 6h55 em português brasileiro (telenovelas e desenhos animados); e 11h05 min somente em CCV (*Cabo Verde Magazine*, *Show da Manhã*, *+Saúde*, *À Descoberta*). Mesmo que queiramos juntar legendagens e as variedades do PE e do PB e ainda os telejornais, onde figura também o CCV, obtemos 12h55 min contra 11h05 min apenas de CCV. Não quer isto dizer que se repitam todos os dias as mesmas proporções, pretende-se apenas mostrar que não há, de facto, *grande maioria* de uso da língua portuguesa. Mais: se analisarmos os 19 programas que constam do *site* da TCV, percebemos também que 6 são exclusivamente em português, outros 5 são em português e crioulo e 8 são totalmente em crioulo. Na RCV, acreditamos que a distribuição de uso das duas línguas cabo-verdianas será semelhante, senão com maior presença do CCV.

⁵⁹ A 25 de Agosto de 2019, o *Expresso das Ilhas (online)* publicava a notícia *Queda na leitura de jornais é reflexo do baixo nível de literacia dos cabo-verdianos*, na qual o professor universitário João Almeida Medina avançava que se enviavam da Praia 1200 cópias do próprio *Expresso das Ilhas* para São Vicente e Santo Antão até 2010, altura em que se registou uma quebra acentuada, passando esse número para 400 exemplares. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/pais/2019/08/24/queda-na-leitura-de-jornais-e-reflexo-do-baixo-nivel-de-literacia-dos-cabo-verdianos/65369> Acedido em: 26/08/2019.

o modo como terá lá chegado) a “[...] sua dimensão subjetiva cognitiva ou psicológica – interna, individual e intencional – que tem como morada a mente do falante caboverdiano [sic].” (Lopes, 2017: 302).

NÉLIA ALEXANDRE | 2018

Alexandre (2018) foca-se em vários traços morfossintáticos que advêm do contacto linguístico entre o português L2 e o CCV. À imagem de outros autores, adopta a designação de «português falado em Cabo Verde» (PCV), designação que, observando como a língua portuguesa quase não é falada no arquipélago, se torna, em nosso entender, paradoxal. A autora traça um cenário sociolinguístico de Cabo Verde em torno do eterno debate entre diglossia e bilinguismo. Retoma as relevantes posições de Duarte (2003a) e de Veiga (2004), que já assumiam a diglossia, mas que há bem mais do que uma década defendiam “[...] já não haver uma clara separação funcional entre o Caboverdiano e o Português [...]” (Alexandre, 2018: 147), o que também, segundo a autora, resulta dos esforços políticos empreendidos para a valorização e oficialização do CCV desde 1979. Não é apenas a diglossia modal introduzida por Lopes (2011) que importa sublinhar, mas também o facto de “[...] atualmente em Cabo Verde, o Português já não é “indispensável para a participação na vida política e económica do Estado” e também já não existe uniformemente em todo o país tanta exposição à língua portuguesa [...]” (*ibid.*). Todavia, quando se interroga acerca do bilinguismo cabo-verdiano, a autora, elencando certas variáveis subjacentes à variação que constata a partir da descrição e análise dos “seus” dados, defende que há propriedades gramaticais do chamado PCV que os próprios falantes “[...] conhecem de forma ativa, porque as usam espontaneamente no discurso informal [...]” (*ibid.*: 148), “discurso informal espontâneo” que, com 11 anos de experiência no terreno, *raramente* vimos acontecer. Ao traçar um esboço da identidade crioula, Alexandre (2018), dizendo que “[a] identidade cabo-verdiana, ou seja, “o espaço cultural de realização da liberdade” (Tolentino 2007:56), descreve-se em Caboverdiano e não (ou raramente) em Português.” (*ibid.*: 149), reforça, em nosso entender, as dúvidas acerca da assunção (imediata) de uma variedade cabo-verdiana do português. Convoca também o discurso, a nosso ver, ultrapassado, do famoso “muito prestígio” da língua portuguesa no arquipélago⁶⁰, o que, para si, “[...] advêm da situação diglósica e porque é a língua da internacionalização [...]” (*ibid.*). Ou seja, considera-se o

⁶⁰ Para tal, retoma as palavras de Duarte (2003a: 67) acerca “do maior prestígio cultural e social da língua portuguesa”, constatação que está, hoje, desfasada da realidade, a não ser que nos limitemos à realidade *no papel*. Contudo, a autora evoca igualmente Mufwene (2002: 175), desconsiderando o tal prestígio: “[...] o prestígio por si só não favorece uma (variedade de) língua em detrimento de outras”.

prestígio a partir de uma visão estritamente política e internacional⁶¹ perante a língua, quando, em nosso entender, qualquer língua será, antes de tudo, um fenómeno humano (e social) – “[...] *la linguistique est par son objet même une science sociale* [...]” (Calvet, 2005: 19)” –, humanos esses, aqui, os cabo-verdianos, que hoje, sobretudo as gerações mais jovens (quantitativa e “temporalmente” mais relevantes), admiram e valorizam apenas a *nossa* língua materna. Veja-se que, anteriormente, já se havia sentido a mesma perspectiva “não humanística”, não social, em “[a]té à independência, o Caboverdiano foi considerado pelas elites ‘menor’ e desprestigiante, estando-lhe reservada **apenas** a função de língua ‘do coração’, ‘de casa’, da música e das tradições orais.” (Alexandre, 2018: 146) [sublinhado nosso]. Alexandre (2018) usou dados que provêm, sobretudo, do *subcorpus* África⁶² (variedade PCV), de Lopes (2011) e de jornais cabo-verdianos *online*, para descrever e analisar fenómenos de concordância nominal e verbal, formas de tratamento, expressão de tempo e aspecto, regência verbal (selecção de preposições, construções de duplo objecto, pronomes reflexos e de complemento), orações relativas, interrogativas e clivadas, e determinação nominal. Quanto ao sistema de tratamento, a autora refere apenas a constatação da instabilidade que se sente e se vê através do uso simultâneo do tratamento de 3SG e de 2SG para com o mesmo interlocutor, alternância para a qual não avança, contudo, quaisquer possíveis razões, sublinhando apenas que essa instabilidade não encontra paralelo nem no PE nem no CCV (não há qualquer menção ao PB). Em relação ao

⁶¹ Isto é, uma visão não social e não nacional. A diglossia modal cabo-verdiana é, em última instância, política, porque resulta inequivocamente da falta de vontade política de alterar o *status quo*. Em relação ao Haiti, DeGraff (2019) lança pertinentemente a pergunta retórica: “If you yourself benefit from a system where certain languages have little or no socio-economic or political value, a system where you yourself, by accident of birth, enjoy a high economic and political status because of your native fluency in English, French or Spanish, then why would you ever want to change such a system which has been so profitable to you, to your family, to your clan and to your social class?” (DeGraff, 2019: 79). Também, considerar o português como “a” língua de prestígio de Cabo Verde porque “é a língua da internacionalização” será semelhante a considerar o inglês a língua de prestígio de Portugal (ou da academia portuguesa) – basta olhar para os muitos académicos portugueses que escrevem (quase) exclusivamente em inglês.

⁶² O *Corpus* África é um instrumento do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa que inclui 5 *subcorpora* incidindo no português de Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Os 5 *subcorpora* constituem-se de 4% de discurso oral e 96% de discurso escrito, incluindo essa oralidade “[...] conversas informais e também, embora em número reduzido, algumas amostragens de discurso formal [...]” (Bacelar do Nascimento *et al.*, 2008b: 39). O *Corpus* África resulta do projecto “[...] “Recursos Linguísticos para o Estudo das Variedades Africanas do Português”, [que] teve duração de 28 meses e ficou concluído em Dezembro de 2006.” (Bacelar do Nascimento, 2006: 191). Apesar de muita informação e divulgação do *Corpus* África, não soubemos, entre artigos e páginas de internet, perceber de quando, exactamente, é que datam os dados que constituem o *corpus*. Observamos, entretanto, um contraste entre o modo como se consideram esses dados, ou seja, desvios gramaticais que “[...] não são sistemáticos, isto é, em todas as variedades e tanto no Oral como no Escrito se observam casos de construções umas vezes usadas de forma normativa, outras vezes de forma desviante [...]” (Bacelar do Nascimento *et al.*, 2008a: 382), e a assunção total, já em 2008, das variedades de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, e até mesmo de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. Para lá do mérito indiscutível da construção do *Corpus* África, há também, em nosso entender, uma inegável falta de critério científico quando se trata exactamente do mesmo modo os dados provenientes de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, por um lado, e Cabo Verde e Guiné-Bissau, por outro. Quirk (1988, 1990) equaciona e desconstrói igual fenómeno relativamente à assunção de variedades não nativas do inglês na Malásia, Filipinas, Hong Kong, Nigéria, Índia, etc.: “[...] many Indians speak English; one can often guess that a person is Indian from the way he or she speaks English; India is a free and independent country as Britain is or as America is. Therefore, just as there is an *American English* [...] and a *British English* [...] so there is an *Indian English* on precisely the same equal footing (and of course a *Nigerian English*, a *Ghanaian English*, a *Singaporean English*, a *Filipino English*, etc. [...]” (Quirk, 1990: 8). Como tão bem expressa Cruz (2017), reflectindo acerca da curiosidade do *voyeur*, “[o]lhamos para o exotismo do outro que, na verdade, só é exótico devido a tudo aquilo que ignoramos sobre ele.” (Cruz, 2017: 395).

uso de clíticos, Alexandre (2018) constata que se encontram situações de substituição do clítico acusativo *o* pelo clítico dativo *lhe*, mas também, como mencionamos na Subsecção 5.3.2, casos de substituição de *lhe* por *o* (embora este fenómeno não interfira com o sistema de tratamento). A autora considera que da análise dos dados resulta a evidência de determinadas mudanças devido a causas internas ao sistema linguístico e de outras que advêm de interferências da língua materna, constatando que há no chamado PCV aspectos divergentes e aspectos convergentes relativamente à norma do PE.

NÉLIA ALEXANDRE E RITA GONÇALVES | 2018

Alexandre e Gonçalves (2018) exploram o contacto e a variação linguísticos em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. Ou seja, o contacto linguístico entre as variedades cabo-verdiana e santomense do português e os crioulos de base lexical portuguesa de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. As autoras pretendem comparar dados do chamado PCV e do português santomense, relacionando alguns aspectos sócio-históricos com aspectos morfossintáticos analisados, observando traços de convergência e de divergência entre as duas variedades. No esboço do quadro social e histórico de Cabo Verde, destacamos, desde logo, a citação de Carreira (1982: 397), demonstrando que, já em 1582, “[...] 80% of the Cape Verdean population was slave and historical evidence reveals that Capeverdean was by and large the dominant language [...]” (Alexandre e Gonçalves, 2018: 239), já que a presença do português se reduzia a uma minoria de colonos portugueses e a uma não significativa elite em Santiago. As autoras retomam igualmente Peixeira (2003: 68), que reforça a relevância do CCV na altura, afirmando que este já era falado por escravos africanos de várias etnias em meados do século XVI. Dizem as autoras que, segundo Seibert (2014: 57), havia cerca de 3% de brancos na população dos séculos XVIII e XIX. É, de facto, inconcebível e surpreendente pensar e defender que a diglossia e até mesmo a emergência da variedade cabo-verdiana do português encontram as suas raízes na história antiga do arquipélago. As autoras recordam que é durante o Estado Novo (1934-1974) que o crioulo de Cabo Verde sofre as mais prementes ameaças, sendo mesmo proibido o seu uso, o que, na verdade, reforçará junto do movimento literário *Claridade* (1936) a vontade e a necessidade de valorizar a língua e a cultura cabo-verdianas, na procura da construção da identidade crioula. Alexandre e Gonçalves (2018) destacam também o I Colóquio Linguístico sobre o Crioulo de Cabo Verde, realizado em 1979, que se focou, em primeira instância, no estatuto e no sistema de codificação do CCV, assim como a primeira menção oficial acerca da intenção de oficializar o CCV, reflectida na Constituição de 1992. Retratando a actual ecologia linguística do arquipélago, as autoras adoptam a já referida visão maniqueísta, afirmando que, embora

não (ou raramente) represente a identidade do cabo-verdiano, a língua portuguesa “[...] is still **the** prestigious one in CV [Cape Verde] [...]” (Alexandre e Gonçalves, 2018: 241) [sublinhado nosso]. Procuram igualmente sublinhar este prestígio realçando que, segundo Lopes (2011), “[...] only 51.3% of the Cape Verdean speakers evaluate their own Portuguese proficiency as ‘sufficient’, which according to Lopes is related to the importance these speakers devote to Portuguese and how they reproach themselves.” (*ibid.*). Convém notar, contudo, que a percentagem indicada não diz respeito, naturalmente, à população cabo-verdiana no seu todo, mas, única e exclusivamente, aos inquiridos de Lopes (2011), isto é, como já mencionado, 1780 alunos do ensino secundário entre os 13/14 anos e 18/19 anos, em 2005/2006. De qualquer modo, a interpretação também é, em nosso entender, questionável. Tanto Lopes (2011) como as autores consideram que cerca de 50% de auto-avaliação de proficiência em português de apenas ‘suficiente’ espelha o próprio prestígio da língua portuguesa, altamente considerada pelos inquiridos (na óptica das autoras). Se pensarmos na ecologia linguística real de Cabo Verde, na falta de oportunidades de uso do português, “fechado” em salas de aula, na ausência de políticas e estratégias adequadas de ensino-aprendizagem do português como L2, a percentagem mostra, afinal, uma consciência bastante realista do “descalabro do ensino em Cabo Verde” (em especial, do português), palavras de Ondina Ferreira que, evidentemente (imposto por 8 anos de experiência em 4 universidades mindelenses), acentuamos. Adoptando igualmente de Lopes (2011) o conceito de diglossia modal, Alexandre e Gonçalves (2018: 241) consideram que, observando a situação de contacto entre o CCV e o português, o arquipélago apresenta um quadro linguístico bastante estável, resultante da história da colonização do país e das políticas linguísticas no pós-independência (mais adiante, as autoras acrescentam, envolvendo o português e, mais recentemente, o crioulo). Também aqui discordamos. Para lá de os resultados das más (ou mesmo da falta de) políticas linguísticas para o português em Cabo Verde serem indiscutíveis até no Brasil (recorde-se a obrigação de os alunos cabo-verdianos fazerem hoje um exame de língua portuguesa para poderem ingressar em universidades brasileiras), a actual ecologia linguística é altamente dinâmica (e até instável), o que se observa na expansão do CCV para os domínios ditos formais. Quando se remetem à ecologia linguística de São Tomé e Príncipe, Alexandre e Gonçalves (2018) contrastam brevemente as realidades dos dois arquipélagos atlânticos. Tal como em Cabo Verde, até finais do século XIX, os crioulos santomenses dominam o cenário linguístico de São Tomé e Príncipe, com uma pequena parte da população que falava português como L2. Todavia, a realidade social e linguística de São Tomé e Príncipe aparta-se fortemente da cabo-verdiana com a chamada segunda colonização do arquipélago – 1875-1975. Trata-se da chegada do forte contingente

de angolanos, cabo-verdianos e moçambicanos para trabalharem nas plantações de café e cacau, que duplicou a população de São Tomé e Príncipe. Naturalmente, sob o domínio do poder colonial, estes homens e mulheres aprenderão português como L2 e não qualquer dos crioulos santomenses. Ainda segundo as autoras, “[t]his situation sharply contrasts with Cape Verde’s where a Cape Verdean identity clearly emerges in the same period.” (Alexandre e Gonçalves, 2018: 241). Ou seja, a chamada segunda colonização de São Tomé e Príncipe é fundamental para a actual ecologia linguística santomense, é fundamental para a emergência de uma variedade santomense do português. Isto é, não será, de facto, expectável que, em Cabo Verde, se vejam hoje reproduzidos os mesmos parâmetros sociais e linguísticos de São Tomé e Príncipe, sem os quais não se poderá pensar numa variedade cabo-verdiana da língua portuguesa.

Os dados escritos e orais do chamado PCV com que Alexandre e Gonçalves (2018) trabalham provêm, sobretudo, do *Corpus África*⁶³, mas também de Freitas (2011) – 17 entrevistas com professores cabo-verdianos de português e 40 textos de alunos do 8.º ano de São Vicente – e Lopes (2011), *corpus* já aqui descrito. Quanto à convergência morfossintáctica, as autores concluem que o chamado PCV e o português santomense “[...] seem to be moving away from Portuguese and converge in regards nominal/verbal agreement and reflexive constructions. In particular, both mark plural number (mainly) in the first element of the nominal domain and subject-verb agreement is absent when some conditions are met.” (Alexandre e Gonçalves, 2018: 252).⁶⁴ Em particular, em relação aos dados analisados do chamado PCV, as autoras defendem tratar-se de resultado do contacto linguístico que caracteriza Cabo Verde (embora afirmem simultaneamente que, também em relação aos dados do PST, se trata do reflexo de mecanismos universais). Relativamente à divergência morfossintáctica entre as duas variedades, Alexandre e Gonçalves (2018) apontam o uso dos clíticos e as estratégias de relativização como domínios nos quais o chamado PCV se afasta do português santomense. Quanto, em especial, à variação mostrada nas estratégias de relativização, as autoras referem-se a padrões mais gerais de mudança interna. Por fim, Alexandre e Gonçalves (2018) estabelecem ainda um outro ponto

⁶³ Em relação ao uso de clíticos, as autoras seleccionam “estranhamente” uma construção do *Corpus África* que advém do romance do escritor cabo-verdiano Manuel Lopes – *Os flagelados do vento leste* (1960). Fazem, todavia, a nosso ver, uma análise correcta quando afirmam que a construção “[...] does not depict CVP [Cape Verdean Portuguese] object pronouns properties given the low attestation of *ele* for *o* in the *corpora*.” (Alexandre e Gonçalves, 2018: 255), acrescentando ainda que a escrita de Manuel Lopes, como de outros Claridosos, tinha como “marca” linguística a inserção de palavras e construções crioulas no português, não representando, portanto, em nosso entender, um uso “real” (ou actual) do português em Cabo Verde.

⁶⁴ Sobretudo, em relação à concordância, a afirmação tão peremptória de que o chamado PCV se afasta do PE e que marca o número principalmente no primeiro elemento do sintagma nominal parece deveras “excessiva”. Mesmo sem quantificação (porque não se trata da temática em foco), estamos certos de que no *corpus* da dissertação não são quantitativamente significativos os usos desviantes de concordância nominal e verbal.

de contraste entre Cabo Verde, onde a proficiência em português “[...] grants speakers the access to higher education and to intellectual elite group.”, e São Tomé e Príncipe, cuja variedade do português “[...] is the product of an impoverished school system and educational planning that didn’t (and still don’t) value enough the benefits of education.” (*ibid.*: 261). Em primeiro lugar, em Cabo Verde, o único critério de acesso ao ensino superior é económico (tanto para a Universidade de Cabo Verde como para a miríade de universidades privadas), o que significa que se encontram no ensino superior alunos com óptima proficiência em português e alunos, pura e simplesmente, “sem proficiência” em português. Quanto aos modos como a elite intelectual usa ou não a língua portuguesa, tudo se reduz à diglossia modal, ou seja, em segmentos da elite em que domine a palavra escrita (a academia, por exemplo), domina o português, e nos segmentos da elite em que predomine a palavra falada (as artes, a música e o teatro, em particular), predomina o crioulo. Em segundo lugar, em nosso entender, o retrato oferecido do sistema escolar empobrecido e da falta de planeamento educativo em São Tomé e Príncipe é também, em parte, infelizmente, um retrato da realidade cabo-verdiana.

NÉLIA ALEXANDRE E MÁRCIA OLIVEIRA | 2018

Em Alexandre e Oliveira (2018), as autoras propõem-se fazer a descrição e análise de estruturas focalizadas no CCV, no chamado PCV e no português vernacular brasileiro, enquanto reflectem acerca da influência do contacto linguístico e de propriedades da gramática universal. Trabalham com *corpora* escritos e orais⁶⁵ e com dados fornecidos por falantes nativos. Pretendendo oferecer uma panorâmica da ecologia linguística de Cabo Verde, Alexandre e Oliveira (2018) retomam dados do Censo 2010, em particular a menção de que, na altura, 20% da população cabo-verdiana falava apenas CCV, enquanto 80% era considerada bilingue (com variados graus de bilinguismo, por certo). Mais relevante ainda, a citação de 1844 de José Joaquim Lopes de Lima⁶⁶ que as autores trazem para demonstrar como é que a actual situação linguística de domínio absoluto do crioulo já se fazia sentir nos longínquos séculos XVII e XVIII, e já preocupava Portugal no século XIX:

⁶⁵ Entre outros: para o CCV, dados de Alexandre (2006, 2012); para o chamado PCV, *Corpus África*, *Corpus VAPOR* e *corpus* de Lopes (2011).

⁶⁶ José Joaquim Lopes de Lima (1844). *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas no Ultramar*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Os indígenas não falam outra linguagem: rezam em crioulo; os párocos lhes explicam a doutrina cristã em crioulo, e em crioulo falam eles a qualquer autoridade, que não sendo do país carece de intérprete para os entender. Os que habitam nas povoações marítimas pela maior parte compreendem o português, mas não o falam.

(Alexandre e Oliveira, 2018: 172 *apud* Duarte, 2003a: 124)

Em particular, quanto ao português, as autoras dizem que este “[...] não se nativizou (contrariamente ao que encontramos noutros espaços africanos, em que uma variedade de Português L1 começa a emergir, parecendo estar a nativizar-se efectivamente [...])” (*ibid.*: 175). Assim, “[o] que se observa em Cabo Verde é uma variedade do Português que é falada como L2 [...])” (*ibid.*). Infere-se, portanto, a clara distinção entre variedades africanas nativas (ou nativizadas) – em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe – em contraponto ao chamado PCV, variedade não nativa. Todavia, como em outros autores, define-se o chamado PCV fundamentalmente como uma “variedade falada”, isto num território no qual a língua portuguesa (quase) não é falada. Realçamos que Alexandre e Oliveira (2018) assinalam também, contrariando um certo discurso fossilizado, que já não há “[...] uma clara separação funcional entre o CV [cabo-verdiano] e o Português.” (*ibid.*). Contudo, esta constatação vai, na verdade, contra a própria ideia de “português falado em Cabo Verde”, já que o que significa é que a língua portuguesa perdeu nas últimas quatro décadas, sobretudo, a função de língua oral da administração. É hoje indiscutível que a valoração social, da parte dos próprios falantes (e mesmo das instituições), das duas línguas cabo-verdianas se inverteu. Por fim, as autoras concluem haver uma tendência de convergência entre as estratégias de focalização do CCV, do chamado PCV e do português vernacular brasileiro, de que são exemplo processos de clivagem com *que* sem se empregar um verbo cópula.

FRANCISCO JOÃO LOPES E MÁRCIA OLIVEIRA | 2018

Lopes e Oliveira (2018) procuram exibir o “estado da arte” do português falado em Cabo Verde. Como já mencionado, a simples opção pela expressão “português falado” é altamente paradoxal quando esse mesmo português quase não é falado. Torna-se, assim, enganosa, facilmente passando, a quem não conhece a ecologia linguística do arquipélago, a ideia de que é comum os cabo-verdianos falarem português entre si. Os autores defendem que as línguas cabo-verdianas “[...] ocupam esferas sociocomunicativas bem demarcadas e que já são parte do inconsciente/consciente coletivo do povo caboverdiano.” (Lopes e Oliveira, 2018: 101), ou seja, dizem que o chamado PCV é “a” língua da formalidade e o CCV é “a” língua da informalidade. Todavia, se houvesse, de facto, uma qualquer demarcação inconsciente, ou mesmo consciente, não haveria alunos, muito menos professores, a falarem

crioulo em salas de aula, para não falar de outros domínios formais, dos *media* e, sobretudo, da Assembleia Nacional.⁶⁷ Lopes e Oliveira (2018), à imagem de Lopes (2017), distorcem mesmo as afamadas palavras de Jorge Amado, quando dizem que a “vida em Cabo Verde também decorre em português”, contradizendo Duarte (2003a) em “[...] a sua [da grande massa da população] vida nunca decorreu (ou decorre) em português. Continuou (e continua) a decorrer em crioulo, quer dizer, na língua que constitui para ela a base da sua identidade.” (Duarte, 2003a: 31) e, sobretudo, contradizendo a realidade em 2019. Também de um modo generalista, os autores desenham os domínios da língua portuguesa – “[...] é a língua do ensino, da comunicação escrita, da administração e de comunicação com o exterior [...]” (Lopes e Oliveira, 2018: 103). Todavia, apenas a comunicação com o exterior é exclusividade do português. Há *sempre* que lembrar que, mesmo no ensino, o crioulo marca a sua presença (até no discurso de muitos professores), quanto mais ainda na comunicação escrita informal – em diversa publicidade da TCV, nas ruas, nas redes sociais, etc. Por fim, dizer simplesmente que o português é “a” língua da administração, sem se observar qualquer distinção entre escrita e oralidade, mais parece caracterizar o século XIX cabo-verdiano. Lopes e Oliveira (2018) retomam até o relato anónimo de 1784 já aqui mencionado, que dá conta da relevância de uso do CCV e, simultaneamente, do seu baixo prestígio, na altura: “[...] até mesmo os brancos são pouco civilizados, de sorte que raros (são) os que sabem falar a língua portuguesa com perfeição, e só vão seguindo o estilo de falar da terra, que é uma corruptela tão rústica que não se pode escrever.” (*ibid.*: 104 *apud* Carreira, 1985: 27). Não se apercebendo, contudo, que a história se repete (ou que *essa* história do século XVIII ainda é presente). É também assim hoje com estrangeiros radicados em Cabo Verde – franceses, sul-coreanos, polacos, albaneses, cubanos, russos, chineses, até mesmo lusófonos (portugueses, guineenses, angolanos, santomenses, etc.) – que comunicam entre si exclusivamente em crioulo. Se é indiscutível que o colonialismo português tentou sempre menosprezar o crioulo, e quaisquer outras manifestações culturais endógenas, em nosso entender, o que mais se destaca deste e de outros relatos semelhantes é a força do crioulo de Cabo Verde, mesmo em séculos anteriores à independência do país, e a maneira como já na altura era o crioulo que dominava na boca dos cabo-verdianos e até dos portugueses. Reflectindo acerca da pergunta lançada em 2003 por Dulce Almada Duarte em *Bilinguismo ou diglossia?*, os autores retomam o conceito de diglossia de Ferguson (1959), destacando que o autor afirmara ser a

⁶⁷ Contrariando em absoluto os autores, Quint (2009), em 2009, afirmava: 1| “o crioulo foi utilizado no parlamento em 2000 para debater casos de corrupção”; 2| “no final da década de 1990, pela primeira vez, apareceram estações de rádio a emitir exclusivamente em cabo-verdiano”; 3| “de há alguns anos a esta parte, o crioulo tem sido utilizado com frequência crescente nos cartazes que anunciam as festividades das aldeias do campo santiaguense”; e 4| “em 2004, verifiquei que alguns amigos deixavam em casa recados para o cônjuge escritos em crioulo, comportamento quase impensável dez anos antes.” (Quint, 2009: 141). Quanto, em particular, ao uso do CCV na Assembleia Nacional, ver Secção 1.4.

língua (ou dialecto) de “maior prestígio” aquela que é foco de interesse de estudos científicos. Esta premissa contraria fortemente a ideia contra a qual nos posicionamos de que a língua de prestígio em Cabo Verde *ainda* é o português. De facto, de há muito a esta parte, os linguistas – estrangeiros e nacionais – interessam-se (quase) somente pelo CCV. De modo automático, considera-se que o “prestígio” está somente nas câmaras de televisão e na pompa e circunstância de eventos esporádicos frequentados por uma elite equivalente a 0.001% do arquipélago, ignorando-se o quotidiano de quase 531 239 cabo-verdianos. O “prestígio” está também, para os autores, na “formalidade” de uma nação intrinsecamente informal (formalidade essa que é, aliás, há décadas, preenchida também com o próprio crioulo). Lopes e Oliveira (2018) percorrem, então, os principais estudos sobre o chamado PCV (quase os mesmos da presente revisão da literatura), incluindo mesmo trabalhos nos quais não há menção ou assunção do chamado PCV – Cardoso (2005a, 2005b) e Castello Branco (2010). Lopes e Oliveira (2018) fecham este estudo reforçando a realidade sociolinguística “imaginada” do arquipélago, repetindo, por certo, para que não nos esqueçamos, que o CCV é língua que está “[...] restrita aos contextos de informalidade.” (Lopes e Oliveira, 2018: 137).

Sistemas de Tratamento em Contacto

Assim como nós criamos as línguas, também as línguas nos criam a nós.
José Eduardo Agualusa¹

¹ Agualusa, 2010: 59.

SECÇÃO 4.1

Abertura

- Quer falar sobre a oficialização do crioulo em Cabo Verde?
 - Pode ser, ainda faltam cem palavras.
 - Qual a sua opinião?
 - Absurdo.
 - Porquê?
- Se tivermos um copo de água limpa para muitos pincéis sujos, a água nunca terá um padrão único.
 - I11.T3.1.LL

Ainda que a oficialização do crioulo não seja temática da presente dissertação, a metáfora que consta do último turno de fala da epígrafe evoca também a génese de Cabo Verde – a mestiçagem –, e a improfícua procura de padrões únicos naquela que é a “primeira nação crioula do Pós-Descobrimentos” (cf. Dias, 2018). De acordo com a definição de interculturalidade como “[...] diálogo e contacto entre as várias culturas em situação.” (Sequeira, 2007: 33), observamos Cabo Verde como terra de *mestiçagens* genéticas e culturais (Laplantine e Nouss, 1997 *apud* Sequeira, 2012), e linguísticas, acrescentamos, lugar da encruzilhada histórico-cultural de África, Europa e Américas.

A situação de contacto linguístico entre o CCV e a língua portuguesa (Thomason, 2001) que tão fortemente caracteriza o arquipélago de Cabo Verde estende-se forçosamente e com contornos particulares ao sistema de tratamento. Assim, torna-se imprescindível que a descrição e análise do *emergente* PCV se faça acompanhar de descrições, análises e resultados de pesquisas acerca do próprio crioulo. Na verdade, com o intuito de retratar e analisar o *input* linguístico total dos falantes do *corpus*, para além do CCV e do PE – note-se que, por enquanto, e em teoria, é a norma padrão do PE² aquela que é ensinada nas escolas cabo-verdianas (Lopes, 2016: 20) –, impõe-se que se observe e reflecta também acerca de determinadas características do sistema de tratamento do PB, variedade bem enraizada nas ilhas e com a qual o *emergente* PCV estabelece fortes relações.

² Na verdade, o Artigo 9.º da Constituição da República de Cabo Verde (revisão ordinária de 2010) é relativamente omissivo quanto ao estabelecimento de uma norma padrão. No ponto 1, diz apenas “É língua oficial o Português.”

Crioulo de São Vicente

- Estou a sentir que o português está a roubar o meu lugar.
CV13.RP.CL

Embora se oiça repetidamente, tal como já mencionado (ver Secção 1.4) e tal como reflecte a própria epígrafe (diálogo entre o crioulo e a língua portuguesa), a ideia de que o crioulo de Cabo Verde se encontra “em perigo”³, quando o que se observa é o domínio total e natural de uma língua materna que demonstra uma vitalidade invejável, há variedades do CCV que estão, na realidade, muito mais bem descritas e analisadas do que o *emergente* PCV.⁴ É também verdade que a identidade e estatuto do CCV são há muito inquestionáveis, enquanto em torno da língua portuguesa se levantam muitas dúvidas, claramente traduzidas nos 44.3% de falantes do *corpus* que acham que a língua portuguesa é uma língua estrangeira (ver Secção 1.5).

Tradicionalmente, a variedade de Santiago é aquela que mais se vê reflectida em investigações de crioulistas (Pratas, 2007; Quint, 2008; Alexandre, 2009; Lang, 2013). Todavia, nos últimos anos, sobressaiu a descrição e documentação de outras variedades diatópicas como a da ilha da Brava (Baptista, 2013), do Maio (Moreira, 2014) e, mais ainda, de variedades de Barlavento – Santo Antão (Baptista, 2014; Swolkien e Cobbinah, 2019) e São Vicente (Swolkien, 2015).⁵ Ainda assim, não há, no que diz respeito ao sistema de tratamento do CCV, qualquer publicação de relevância, o que talvez resulte também da sua (apenas) aparente simplicidade. Com efeito, quanto à variedade de Santiago, destacam-se somente algumas menções acerca da cortesia em Quint (2000) e um breve capítulo sobre o tratamento de respeito em Quint (2010), para lá de um artigo de Lang (2012), que propõe uma reconstrução etimológica do sistema de pronomes pessoais. Desse modo, para além das nossas competências linguísticas em CCV, em particular na variedade de São Vicente, partimos para a descrição do sistema de tratamento do crioulo de São Vicente (CSV) retomando apenas um pequeno subcapítulo denominado “Tratamento cortês” em Lang (2014: 259-262), que contrasta brevemente as formas de tratamento cortês das variedades de Barlavento com aquelas das variedades de Sotavento.

³ Vejam-se as palavras de um informante entrevistado em Lopes (2011): “[...] o crioulo não está em perigo -- eu penso que o que está **de facto** em perigo é o português [...]” (Lopes, 2011: 195. Anexo 7) [sublinhado nosso]

⁴ Segundo Alexandre e Gonçalves (2018), o CCV “[...] is one of the oldest and most studied creole languages in the world, the earliest descriptions dating back to the late 19th century.” (Alexandre e Gonçalves, 2018: [?]).

⁵ Em relação à variedade de São Nicolau, mantém-se Cardoso (1989) como principal referência. Sabemos que Karina Moreira está a concluir a sua tese de doutoramento, sob a orientação de Nicolas Quint (LLACAN, CNRS, França), acerca da variedade da ilha do Fogo. Não há ainda estudos sobre as variedades da ilha do Sal e da Boa Vista.

Tratamento pronominal

Segundo uma perspectiva morfossintáctica, o CSV possui formas de tratamento pronominais e formas de tratamento nominais. Ao contrário do que acontece em português, por se tratar o CCV de uma língua sem variação morfológica de pessoa ou número no paradigma verbal (Swolkien, 2015: 187), não há lugar a formas de tratamento verbais. Assim, o subsistema das formas de tratamento pronominais do CSV constitui-se através de uma estruturação diádica, assente em planos semântico-pragmáticos característicos da informalidade e da formalidade. Como se observa no Quadro 13, no singular, opõe-se a forma de tratamento alocutiva *bo* ('tu', em português) para a informalidade, e mesmo intimidade, à forma *bosê* ('o senhor'⁶), reservada somente para interacções de reverência. No plural, existem, para contextos similares de informalidade e formalidade, os pronomes *bzot* ('vocês') e *bosês* ('os senhores'). A simples distinção, no plural, entre tratamento informal e formal é apontada por Lang (2014: 259) como característica exclusiva das variedades de Barlavento de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau e Boa Vista (ainda não há estudos acerca da variedade da ilha do Sal).

Quadro 13 | Formas de tratamento pronominais alocutivas do CSV

	2SG	2PL
informalidade	bo	bzot
formalidade	bosê ⁷	bosês ⁸

Para lá da função de sujeito, *bo* e *bosê* aparecem também em outros contextos gramaticais, desempenhando funções de: objecto directo em *N oió-b* ('Eu vi-te') e em *N oiá bosê* ('Eu vi-o'); objecto indirecto em *N dó-b un prenda* ('Eu dei-te uma prenda') e em *N dá bosê un prenda* ('Eu dei-lhe uma prenda'); determinante em *Bo kaza e bnit* ('A tua casa é bonita') e em *Bosê kaza e bnit* ('A sua casa é bonita'); possessivo em *Es txav e d'bosa?* ('Esta chave é tua?') e em

⁶ No CSV, usa-se *bosê* para ambos os géneros, traduzindo-se, assim, por 'o senhor' ou 'a senhora' (o mesmo se verifica com o plural *bosês*). Para simplificar certas construções, usaremos por defeito a forma 'o senhor', ou o clítico acusativo 'o' (quando objecto directo), exceptuando-se as traduções do crioulo de interacções verbais em que participe um interlocutor feminino.

⁷ Registam-se também as formas abreviadas de 2^{SG} (formal) *osê* e *sê*, que os próprios falantes nativos consideram provenientes de Santo Antão (Swolkien, 2015: 166-167). Note-se que a forma *cê* se regista igualmente no PB coloquial (Menon, 1995; Faraco, 1996; Thomé-Williams, 2004).

⁸ Observa-se a ocorrência (não muito frequente) da variante *buisis* em determinados falantes de São Vicente. Com as formas de tratamento pronominais do plural, regista-se em alguns falantes uma variação livre que resulta numa tendência para a indistinção entre *bzot* (informal) e *bosês* (formal), cuja análise não diz respeito ao âmbito da presente subsecção.

Es txav e d'bosê? ('Esta chave é sua?'); e complemento de uma preposição em *N ta goxtá txeu d'bo* ('Eu gosto muito de ti') e em *N ta goxtá txeu d'bosê* ('Eu gosto muito de si').

Quanto às dimensões pragmáticas e sociais de uso de *bo* e *bosê*, releva-se, em primeiro lugar, a omnipresença de *bo* na totalidade da ilha de São Vicente. Assim, *bosê* emerge quase sempre em interacções com interlocutores de gerações mais velhas e, sobretudo, em contextos profissionais – com clientes (em lojas, bancos, restaurantes, cafés, etc.) ou utentes (administração pública, instituições de saúde, etc.) – e, em particular, de empregados para patrões ou de alunos para professores, e ainda com interlocutores com elevado estatuto social, como altos funcionários do Estado ou padres. Ou seja, se *bo* é o símbolo primeiro do eixo horizontal (de gradação da familiaridade), *bosê* é a forma de tratamento, por excelência, do eixo vertical, da distância estabelecida por hierarquias de idade, familiares, profissionais e sociais (Araújo Carreira, 2008: 195).

[CSV1] *Bo*_{2SG} *ka*_{NEG} *ten pasaport? E primera vex? 'Não tens passaporte? É a primeira vez?'* OP_{30.05.18}⁹

O turno de fala em [CSV1] é parte de um diálogo ocorrido no Escritório Consular da Embaixada de Portugal no Mindelo. Trata-se, naturalmente, de um espaço formal, com a presença da bandeira portuguesa, uma fotografia oficial do Presidente da República Portuguesa, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, ar condicionado e funcionários vestidos a rigor. Exceptuando alguns poucos utentes, todos são cabo-verdianos e, por conseguinte, não surpreendentemente, a língua dominante é o CCV. Entra um homem de cerca de 25-30 anos que pretende informar-se acerca da documentação exigida para solicitar o passaporte português a que tem direito. À entrada, o funcionário fardado, de cerca de 30 anos, que tem acesso à responsável pelo serviço, movido, sobretudo, pelos traços semelhantes de idade e género do seu interlocutor, usa directamente o pronome *bo*, estabelecendo um tratamento informal e de solidariedade.

[CSV2] *Bosê*_{2SG.HON} *dzê bosê*_{2SG.HON.POSS} *fidj pa-l*_{3SG} *ben li bxcá karton. 'Diga ao seu filho para ele vir cá buscar o cartão.'* OP_{18.04.18}

⁹ Os dados linguísticos do crioulo apresentados na presente secção provêm em parte de Swolkien e Mouta (2018), comunicação de título *(Des)cortesia em cabo-verdiano: língua e sociedade*, apresentada no Colóquio Internacional Anual da Associação de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola (ACBLPE), na Universidade Assane Seck, em Ziguinchor, no Senegal, no dia 12 de Junho de 2018. À falta de um *corpus* significativo da variedade do CSV, os dados descritos e analisados advêm de diferentes fontes: observação participante (OP) entre 2017 e 2018 em universidades, espaços comerciais, instituições públicas e entre família e amigos; 6 episódios do programa *A Descoberta* (AD) de 40/50 minutos, emitidos na Televisão de Cabo Verde entre Dezembro de 2017 e Janeiro de 2018, no qual a jornalista Filomena Vera-Cruz percorre por completo a ilha de São Vicente fazendo pequenas entrevistas de rua; e *Corpus nha/nho*, constituído de raiz para a investigação do uso deste tratamento nominal no Mindelo.

Em [csv2], observa-se um turno de fala de uma interacção ao telefone entre uma funcionária de um supermercado e uma cliente desconhecida. Embora a distância social e a cortesia estejam bem expressas através do pronome sujeito *bosê* e do possessivo *bosê*, o acto de fala constitui-se como um acto directivo, passível, em outras latitudes, de ser interpretado como um *face-threatening act* (FTA)¹⁰ (Brown e Levinson, 1987). Note-se que não há qualquer marcação de atenuação ou fórmula de cortesia como *por favor*, o que, segundo Briz (2013), é típico de culturas ditas de aproximação e solidariedade.

[csv3] *E pa longá bosê_{2SG.HON} kel vernix? 'Quer que lhe passe o verniz?'*

OP17.02.18

Por fim, a construção em [csv3] é parte de uma interacção num cabeleireiro. Uma empregada de longa data, de 40 anos, dirige-se à patroa, de 38 anos, usando o pronome *bosê*, denotando a relação assimétrica que prevalece entre as interlocutoras. Ressalve-se, todavia, que o tratamento por *bosê* de inferiores para superiores hierárquicos é uma tendência às vezes contrariada por um tratamento por *bo* que busca uma proximidade social que traga benefícios para o locutor.

SUBSECÇÃO 4.2.2

Tratamento nominal

Para além de tudo o que diz respeito aos usos linguísticos e pragmáticos de *bo* e *bosê*, comum e erradamente observados como o cerne único das interacções corteses e descorteses em Cabo Verde, o sistema de tratamento do CSV constitui-se também por formas de tratamento nominais.¹¹ Apesar da riqueza de uso das formas de tratamento pronominais, tal como se observa com a língua portuguesa, o tratamento nominal sobressai por ser “[...] em certa medida, caracterizador e por se opor, com as suas referências a traços concretos e individualizadores, à tendência para a abstracção própria das partículas de

¹⁰ Um dos conceitos fulcrais da teoria da cortesia de Brown e Levinson (1987) é o conceito de «face». Os autores consideram que praticamente qualquer acto verbal (e não verbal) poderá ameaçar a *face* de qualquer dos interlocutores. Definem assim o que chamam de «*face-threatening acts*» (FTA), isto é, entre outros, para o alocutário, perguntas indiscretas, actos directivos, críticas, insultos, e para o locutor, promessas, confissões, pedidos de desculpa ou autocríticas. Kerbrat-Orecchioni (1992), a partir da teoria de Brown e Levinson, considera também a existência de «*face flattering acts*» (FFA), actos que se particularizam por valorizar as faces dos interlocutores, como, entre outros, elogios (Rodrigues, 2003a).

¹¹ Julgamos mesmo que o esvaziamento semântico, ou uma certa falta de definição pragmática, de *bo* e *bosê* será em parte possibilitado pela forte presença das formas de tratamento nominais, como vocativos, que contêm em si uma miríade de informações semânticas acerca do interlocutor e do próprio locutor.

relação, das unidades puramente gramaticais como os pronomes [...]” (Lindley Cintra, 1972: 13). Devido à impossibilidade de no CCV nomes e sintagmas nominais funcionarem como tratamento alocutivo de valor delocutivo, as formas de tratamento nominais do CSV são sempre vocativos, elementos tradicionalmente identificados com a função de *chamamento*. Adoptamos aqui a sistematização semântica¹² proposta em Mouta (2017), que se estrutura em: nomes próprios e/ou apelidos; nomes de parentesco; nomes de afecto; nomes de relação especial; insultos; títulos (e nomes de profissão) académicos, políticos, civis, militares e religiosos; nomes de reverência; e *nominhas*¹³ – Quadro 14.

Quadro 14 | Formas de tratamento nominais alocutivos do CSV

categorias	exemplos
nomes próprios e/ou apelidos	<i>Hernany, Lenise Almada, Brito-Semedo Rui Silva</i>
nomes de parentesco	<i>fidj, irmon, kmad, kunpad, mã, prim, tia, vo</i>
nomes de afecto	<i>krida, love, mor, ninha, txuk</i>
nomes de relação especial	<i>amig, broda, man, pkena, txutx, vzin</i>
insultos	<i>diába, katxor, leviána, mandják, palhas, patif, tuga</i>
títulos: a) académicos; b) políticos; c) civis; d) militares e; e) religiosos	a) <i>prufsor, dotor Ernesto, dotóra Eva</i> ; b) <i>mnistr</i> ; c) <i>diretor</i> ; d) <i>sarjent</i> ; e) <i>padr, irmã</i>
nomes de reverência	<i>dona, Nha Xika, Nho Djunga, snhor, snhóra</i>
<i>nominhas</i>	<i>Al (Aleida), Kaká (Carlos), Raulim (Raul), Tanha (Antónia)</i>

Quanto à primeira categoria – nomes próprios e/ou apelidos –, destaca-se, por força da omnipresença dos *nominhas*, que abordaremos no Ponto 4.2.2.3, uma utilização relativamente baixa do nome próprio como tratamento nominal. Depois, o uso exclusivo do apelido é muito invulgar e restrito a interlocutores masculinos – (José) Almada e (Manuel) Brito-Semedo. Também incomum é a fórmula «nome próprio + apelido», excepção feita a contextos situacionais mais formais em que se recorre ao apelido para diferenciar dois falantes de nome próprio igual. Já com as categorias relativas a nomes de parentesco, de afecto e de relação especial, há um fenómeno frequente que merece a nossa atenção.

¹² Sistematização estruturada a partir de Rodrigues (2003a: 283-284) – que, por seu turno, se baseia nas tipologias de Medeiros (1985) e Braun (1988) –, com as devidas adaptações à realidade social e linguística cabo-verdianas. Para além de reunirmos numa só categoria ‘nomes de profissão’ e ‘títulos’, designamos por ‘nomes de reverência’ o que em Rodrigues (2003a) é uma categoria sem nome específico, apenas indicada por “senhor/a e/ou dona”, e, sobretudo, adicionamos os *nominhas* (e outros hipocorísticos), tratamento nominal não contemplado nessa mesma sistematização, através das típicas alcunhas da língua portuguesa.

¹³ Os *nominhas* constituem o tratamento hipocorístico que corresponde, de algum modo (não totalmente), às alcunhas comuns em Portugal ou aos apelidos do Brasil.

[csv4] *Prim*, N_{1SG} *ten kor te*_{TMA} *xperá-m*_{1SG}! 'Primo, tenho transporte à minha espera!' OP_{23.05.18}

A interlocução em [csv4], de que faz parte este turno de fala, decorreu na Simabo – Associação para a Protecção dos Animais e do Ambiente – entre um jovem de cerca de 25 anos e o responsável pela recepção dos animais, homem de cerca de 35 anos. O jovem, que espera na rua (o cão não tem trela e não pode entrar), irrompe, impaciente, pela Simabo, pretendendo ser atendido sem aguardar a sua vez na respectiva fila. Para tal, faz um uso “abusivo” do vocativo *prim*, forjando uma relação de parentesco que, claramente, não existe, com o simples intuito de criar uma aproximação “fictícia” que lhe permita ser atendido de imediato, justificando-se com um transporte que aguarda por si. Todavia, o tom algo precipitado, o próprio desrespeito pelos outros clientes e, sobretudo, a invasão do espaço de intimidade do seu interlocutor tornam-se descorteses, provocando neste último uma reacção negativa, constituindo-se o acto de fala como um *face threatening act*.¹⁴

Quanto aos insultos, ainda que conscientes da diversidade e riqueza pragmáticas envolvendo traços de género e raça – por exemplo, em *katxor*, *kadéla* e *mandják*¹⁵ –, entre outros, a falta de situações contextuais de uso e respectivos actos de fala nos *corpora* com que trabalhamos faz com que os tenhamos de deixar para análise futura.

De seguida, analisaremos mais detalhadamente os três últimos tipos de formas de tratamento nominais do Quadro 14 – títulos, nomes de reverência e *nominhas*.

PONTO 4.2.2.1

Títulos

Em relação ao tratamento nominal através de títulos, o CSV apresenta uma variedade que, naturalmente, abrange diversos nomes de profissão – *arkitekt* ('arquitecto'), *advogad* ('advogado'), *enfermer* ('enfermeiro'), *injinher* ('engenheiro'), etc. – e os títulos académicos, políticos, civis, militares e religiosos exemplificados no Quadro 14 (Subsecção 4.2.2).

¹⁴ Também com o nome de parentesco *irmon* ('irmão'), com os nomes de afecto *krida* ('querida') e *ninha* (diminutivo de *mnininha*, 'menininha') – *Ó krida, trá-m kel kafizin!* ('Ó querida, tira-me um cafezinho!') – e com o nome de relação especial *amig* ('amigo') – *Amig, un moéda...* ('Amigo, uma moeda...') –, é imensamente comum o uso desta mesma estratégia de encurtamento da distância social entre locutor e interlocutor, visando sempre a obtenção de um favor ou regalia. Por vezes, estes actos de fala são interpretados como *face threatening acts*, provocando, então, reacções negativas da parte do interlocutor.

¹⁵ *Katxor* ('cachorro') e *kadéla* ('cadela') são insultos de carácter sexual comumente usados relativamente a homens e mulheres incapazes de se manterem fiéis. Nota-se, contudo, alguma “doçura” e suavidade para com o uso masculino, mais ainda quando no grau aumentativo – *Bo_{2SG} e bon katxoron k ta li!* ('Tu és um bom cachorrão!'). Em relação a *mandják* ('manjaco'), como já mencionado (ver Secção 2.4), é um insulto de traços racistas, discriminatórios e xenófobos.

[csv5] *Prufsor, manê k_{REL} bosê_{2SG.HON} tá!?* 'Professor, como é que está!'

OP11.08.17

Em [csv5], vê-se o uso mais simples do título profissional, não acompanhado de nome próprio ou apelido. Trata-se de um rapaz de 20 anos que cumprimenta o seu professor, homem para os seus 40 anos, no meio da rua. Assim, o jovem usa como vocativo o título correspondente à profissão de professor, a que se segue a marcação de formalidade e de deferência feita através da forma de tratamento pronominal *bosê*. Em português, utilizar-se-ia comumente o pronome sujeito vazio \emptyset , para lá da marcação morfológica da forma de tratamento verbal da 3SG.

Não surpreendentemente, Cabo Verde perpetua, à sua maneira, a tradição portuguesa de uso do tratamento nominal por *dotor* para com qualquer licenciado (ver epígrafe da Secção 6.1). Todavia, com a massificação dos títulos académicos, mais do que o título propriamente dito, é a posição ocupada em cargos de chefia ou de direcção em empresas e instituições que determina o tratamento nominal por *dotor*, *injinher*, etc. Entretanto, no arquipélago, o que se torna mais relevante é o título fazer-se acompanhar apenas do nome próprio. Há no CSV uma evidente tendência para o uso generalizado da fórmula «título + nome próprio» para homens e mulheres, por exemplo, em relação a médicos – *dotor Fernando* (cirurgião cardiologista) e *dotóra Karina* (oftalmologista) –, que reflecte, sem dúvida, o carácter de proximidade da sociedade mindelense. Há, contudo, uma outra combinação – «título + apelido» –, que denota uma assimetria de género (também presente com o simples uso do apelido somente com homens), já que é apenas usada para com alguns homens, como em *arkitekt Tavares* e *injinher Spencer*, opondo-se a *arkitekta Sandra* e *injinhera Carla*.¹⁶ Outra hipótese de surgir o apelido parece resultar, simplesmente, da necessidade de, na mesma empresa, na mesma instituição, ou até na mesma área profissional, se distinguir dois falantes de nome próprio igual. Também aí emerge outra assimetria de género, estabelecendo-se como comum para homens a fórmula «título + apelido» e, para mulheres, «título + nome próprio + apelido». Ou seja, *injinher Soares* e *injinher Spencer* (o mesmo nome próprio – José), e *dotóra Paula Brito* e *dotóra Paula Fortes*.

¹⁶ Assinala-se em Seara e Marques (2016: 296-297) o registo de igual assimetria de género no PE.

Nomes de reverência

Dentro do universo das interações marcadas por diferenciados graus de formalidade, os nomes de reverência mais comuns do CSV são *dona*, *snhor* e *snhóra*³⁷.

[csv6] *Bo*_{2SG}, *manê* *k*_{REL} 'e *bo*_{2SG.POSS} *nom*? 'Tu, como é que te chamas?'
Edilson Fortes. 'Edilson Fortes'
U Sabor, *ka*_{NEG} *e*, *se nom*, *ka*_{NEG} *e*? 'U Sabor, não é, o nome, não é?'
Sim, *snhóra*. 'Sim, senhora.' AD6

Em [csv6], fragmento de uma pequena entrevista do programa À Descoberta, vê-se uma interação assimétrica entre a entrevistadora, mulher de cerca de 50 anos, e um jovem segurança de cerca de 20 anos. A jornalista aborda-o de modo extremamente informal à porta de um restaurante no Mindelo, perguntando-lhe o nome e, de seguida, tentando confirmar o nome do estabelecimento ainda antes de entrar. O jovem responde-lhe afirmativamente, acrescentando o vocativo *snhóra*, tratamento de distância que pode, aqui, ser considerado mais neutro do que propriamente deferencial.

[csv7] *Dona Inês*, *bosê*_{2SG.HON} *ta dret*? 'Dona Inês, a senhora está bem?'
 OP22.04.18

Como se observa em [csv7], e diferentemente do que acontece em Portugal, *dona* é o tratamento de reverência que mais comumente se usa para com interlocutores femininos. A locutora, mulher de perto de 40 anos, fala ao telefone com uma senhora de 70 anos, sua cliente e amiga de família, fazendo uso, como vocativo, do tratamento nominal *dona*, antecedendo o nome próprio da interlocutora. Na verdade, a fórmula «*dona* + nome próprio» – assim como «*snhor* + nome próprio ou apelido» – é, como defende Oliveira (2005: 309-310) para a língua portuguesa, um género de título social que se usa para com aqueles que não ostentam um título académico ou de outro tipo (ou cujo título seja desconhecido para o locutor).

³⁷ Embora os linguistas se dividam quanto à classificação de *o senhor/a senhora* (em crioulo, *snhor* e *snhóra*), considerando estas formas nominais, pronominais ou pronominalizadas, é incontestável que, como observa Lindley Cintra (1972: 13) em relação ao sistema de tratamento do português, se trata do tratamento nominal mais pronominalizado, que somente evoca do interlocutor o sexo masculino ou feminino. Veja-se a reflexão aprofundada acerca do assunto em Wilhelm (1979: 10-13), contando também com a perspectiva de vários linguistas brasileiros que observam *o senhor* como pronomine. O autor considera igualmente os tratamentos *o menino/a menina*, comuns em Portugal, e *a senhorita*, no Brasil, "[...] formas de tratamento substantivas fortemente pronominalizadas." (Wilhelm, 1979: 13).

Em último lugar, analisamos *nha* e *nho*¹⁸, formas de reverência de 2SG (Baptista, 2002: 54), muito bem documentadas na obra do poeta mindelense Sérgio Frusoni (1901-1975), que retrata a cidade do Mindelo dos anos 1947-1966.¹⁹ Hoje, quando comparadas com *dona*, *snhor* e *snhóra*, o seu grau de ocorrência no CSV é muitíssimo baixo. É conhecimento comum dos falantes nativos que as formas *nha* e *nho* são utilizadas exclusivamente para com interlocutores de idade acima dos 70 anos, como um género de título honorífico que antecede o nome próprio, o apelido ou o *nominha*²⁰. Embora seja indiscutível o seu intrínseco valor de respeito, e para lá do valor de mestria (para quem se distinguia na sociedade ou no próprio bairro), *nha* e *nho* expressam, simultaneamente, um forte valor de proximidade “afectiva”, associado a uma certa delimitação geográfica dentro do espaço urbano mindelense²¹. Isto é, para lá da idade do falante, que conduz(ia) a um inerente valor de respeito, também a percepção do seu estatuto socioeconómico e do seu lugar na sociedade pesava na concessão do tratamento por *nha* e *nho*²². Com o intuito de perceber a presença real e localização geográfica (dentro da cidade do Mindelo) do tratamento nominal *nha* e *nho*, procedemos a uma recolha de exemplos de falantes que ainda hoje são tratados deste modo, constituindo um *corpus* de 113 pessoas, com dados fornecidos por 33 informantes de idades e estatutos socioeconómicos bem diferenciados. Mesmo com a evidente diferença de densidade populacional entre a *morada* e a *fralda*, dos dados disponíveis destaca-se uma forte presença deste tratamento de reverência na *fralda* (103) contra uma frequência já muito residual na *morada* (10). Percebe-se, assim, que *nha* e *nho* ainda sobrevivem, sobretudo, nos bairros suburbanos, ou na *fralda*, do Mindelo²³, delimitação geográfica que se revela indissociável do próprio valor referente ao estatuto socioeconómico do falante. Dos resultados da análise desse mesmo *corpus*, sobressai também a variedade de estruturas possíveis com o tratamento nominal de reverência *nha* e *nho*. Para lá das combinações mais naturais com o nome próprio – *nha Maria Rita* [+], *nho Manel* – e com o apelido – *nha da Luz* –

¹⁸ Formas de tratamento que advêm, respectivamente, do português *senhora* e *senhor* (Baptista, 2002; Lang, 2014).

¹⁹ Para a poesia de Sérgio Frusoni em crioulo de São Vicente, veja-se Frusoni (1979) e Lima (1992).

²⁰ Os próprios locutores que ainda usam *nha* e *nho* têm, modo geral, acima de 40 anos. De tal modo que, sobretudo, as gerações mais jovens percebem estas formas como antiquadas e características da ruralidade de Santo Antão, ilha vizinha cuja variedade diatópica está bem presente na própria formação do CSV (Swolkien, 2015: 167), e onde se regista ainda uma maior vitalidade de uso deste tratamento nominal de reverência.

²¹ Ou seja, *nha Djeny*, senhora de 91 anos do Madeiralzinho, ou *nho Jon d’Gugu*, senhor de mais de 80 anos de Monte Sossego, são tratados assim, sobretudo, por falantes dos seus respectivos bairros, ou outros que os conheçam de há muito. No momento em que chegam à *morada* (centro do Mindelo), ou mesmo a outros bairros, passam a ser tratados por *dona Djeny* e *snhor Jon (d’Gugu)*. Há também falantes destas mesmas idades e de algum estatuto socioeconómico, sobretudo na *morada*, que não são nem nunca foram tratados por *nha* e *nho*.

²² *Nha Zinha*, de nome Maria Francisca, senhora de 82 anos originária de Santo Antão, a viver em São Vicente desde os seus 21 anos, com quem nos deparamos na Ribeira Bote (bairro da *fralda* mindelense, denominação crioula para os bairros mais ou menos periféricos fora da *morada*), e o seu já falecido marido, *snhor Pedr*, personificam a diferença de tratamentos com base no “género social” (cf. Aikhenvald, 2016). O tratamento por *snhor* para com o marido tinha origem no cargo de relevância que este desempenhava, era chefe de secretaria do Liceu Ludgero Lima, o que inviabilizava o tratamento “de proximidade” por *nho*.

²³ De um modo geral, os informantes recordavam-se de imediato de diversas pessoas tratadas por *nha* e *nho* que, embora já tenham falecido, se mostram ainda muito presentes na sua memória. Assim, contabilizámos mais 110 pessoas [+] que eram igualmente tratadas deste modo, distribuídas 27 pela *morada* e 83 pelos bairros da *fralda*.

, destaca-se a particular junção de «*nho* + nome próprio + profissão», apenas para falantes masculinos, como em *nho Jon Fnileiru* ('João Funileiro') e *nho Pedr Plisia* [+] ('Pedro Polícia'). Contudo, o que prevalece é a própria presença dos *nominhas* – *nha Tanha* ('Antónia'), *nho Lela* ('Manuel') – e as várias combinações destes com o apelido – *nho Manilim Feijóo* [+], –, *nominha* do próprio marido – *nha Bia d'Jô Noventa* – ou da mãe – *nho Jon d'Gugu* –, estas últimas encerrando assimetrias de género particulares²⁴. Devido a aceleradas mudanças estruturais (urbanização, alterações na estrutura familiar, social e dos bairros, globalização e tecnologia – pessoas mais dentro de casa e menos na rua) sofridas pela sociedade mindelense ao longo das últimas décadas, este tratamento nominal deixou de ser produtivo. Não será, portanto, descabido pensar num breve desaparecimento destas formas no crioulo de São Vicente.

PONTO 4.2.2.3

Nominhas

Por fim, olhamos, com particular atenção, para os *nominhas*, tratamento hipocorístico altamente produtivo em Cabo Verde (Lopes da Silva, [1957] 1984²⁵; Veiga, 2000; Baptista 2003). O uso de hipocorísticos é transversal a línguas antigas e modernas, como defende Coelho (1881: 28), todavia o que se torna especial no CSV é a dimensão do fenómeno e os contornos pragmáticos que a prática dos hipocorísticos adquire na ilha de São Vicente. A palavra hipocorístico advém do adjectivo grego *hypokoristikós*, com o significado de “[...] «acariciador»; *daí*, próprio para atenuar [...]” (Machado, 1952: 229). Em crioulo, os hipocorísticos chamam-se *nominhas*, ou seja, à letra, “nomes pequenos”, o que, por si só, já indicia a maneira como, de um modo geral, como observa Lopes da Silva (1957), se substituem aos nomes próprios da generalidade dos cabo-verdianos. Mesmo na Guiné-Bissau, realidade linguística que estabelece pontos de contacto com a cabo-verdiana, é curioso notar que os hipocorísticos guineenses são chamados de “*nomi di kasa*” (Couto, 2000: 62), ou seja, ‘nomes de casa’, designação demasiadamente “curta” para a dinâmica social que demonstram os *nominhas* no arquipélago. Embora, de facto, os hipocorísticos nasçam geralmente em casa, designá-los por “nomes de casa” em Cabo Verde seria

²⁴ A combinação «*nominha* + nome do marido» parece cristalizar um tempo passado em que a mulher era considerada na sociedade e referida na língua a partir da alusão ao seu marido. Quanto à combinação «*nominha* + nome da mãe», usada (quase) sempre com homens, é uma prática linguística em que se realça a sociedade na qual a mulher, a mãe, sempre desempenhou, e ainda desempenha, um papel preponderante como chefe de família, na gestão da casa, das finanças, da educação dos filhos “[...] and it is generally she who passes on the essential values and customs of the society.” (Lobo, 2008: 132). Estes “matrónimos”, de clara conotação positiva, são prática comum em sociedades matriarcais (Aikhenvald, 2016: 211).

²⁵ De agora em diante, citado como Lopes da Silva (1957).

enganoso, já que a sua característica mais diferenciadora em relação ao que acontece em outras sociedades é a “saída para a rua”, ou seja, o típico extravasar dos *nominhas* da casa para a ilha, da rua para, em particular, os espaços e ambientes formais e profissionais²⁶, o que, juntamente com o uso de *bo*, forma de tratamento *default*, mais fortemente caracteriza Cabo Verde como sociedade e cultura de proximidade, tal como definido em Haverkate (2004). De acordo com o que defende Briz (2006), entendemos o CCV, em especial a variedade de São Vicente, como expressão de uma cultura de maior proximidade dentro de um largo *continuum* entre culturas de proximidade e culturas de distanciamento. É claro que, mesmo apenas na ilha de São Vicente, as manifestações verbais, paraverbais e não verbais de (des)cortesia revelarão diferenças mais ou menos acentuadas entre falantes “[...] de zonas diferentes, de estratos de edad, de sexo y nivel sociocultural distintos.” (Briz, 2006: 247). Ainda assim, para lá do domínio de *bo* e dos *nominhas*, destacam-se outros aspectos como a baixa frequência de atenuadores e expressões de cortesia como “por favor” ou “obrigado”, ou a curta distância física comumente adoptada entre interlocutores em interacções coloquiais, que, em nosso entender, traduzem também a tendência para a solidariedade típica de sociedades e culturas de proximidade²⁷.

[cvs8] *Boa tard. Kal e nom, d' favor? 'Boa tarde. Qual é o nome, por favor?'*
***Nha*_{1SG.POSS} *nom e Jalon... Jalon e um nominha* *k*_{REL} *'es*_{3PL} *ta*_{TMA} *dá-*
*m*_{1SG}, *ma nha*_{1SG.POSS} *nom e Jean... e um nom fransêx, Jean Santos,*
ma mi e de Sonsent. 'O meu nome é *Jalon*... *Jalon* é o *nominha* que
 me dão, mas o meu nome é Jean... é um nome francês, Jean Santos,
 mas sou de São Vicente.' AD6**

Em [cvs8], mais uma pequena entrevista do programa À Descoberta, revela-se de um modo muito claro a abrangência espacial e social de que se revestem os *nominhas* em Cabo Verde. Em ambiente informal, na areia da Lajinha (praia do Mindelo), a entrevistadora aborda um homem de cerca de 60 anos²⁸, um emigrante que está a jogar *pétanque*, perguntando-lhe o

²⁶ Conforme Kerbrat-Orecchioni (2011a), também em grego os termos afectivos (incluindo diminutivos) são bem frequentes “[...] e não são usados exclusivamente em relações íntimas [...]” (Kerbrat-Orecchioni, 2011a: 40).

²⁷ Há ainda outros traços da proxémica verbal (cf. Araújo Carreira, 2014), constatados a partir da nossa própria participação observante em São Vicente, relevantes para se considerar o CCV como língua de sociedade e cultura de proximidade: a aluna que, de modo natural, provoca um leve contacto físico (sem qualquer conotação sexual) com o professor; dois falantes que mantêm durante minutos uma conversação, aos gritos, de um lado para o outro da rua; dois falantes que se encontram na rua – um homem e uma mulher – e que, enquanto trocam dois dedos de conversa, mantêm um permanente contacto físico (mãos que se entrelaçam ou mesmo um braço masculino em torno de uma cintura feminina); cumprimento típico entre falantes de géneros diferentes que se assemelha a um passou-bem suave e prolongado, em que o mais formal aperto de mãos é substituído por um leve acariciar da mão, ou um simples pousar da mão feminina sobre a masculina (ou vice-versa).

²⁸ Note-se que, face a um interlocutor potencialmente mais velho, para lá de um tom de voz suave (cumprimento não exclamado, como é habitual nas suas entrevistas com jovens), a entrevistadora adopta uma estratégia de evitação de uso de uma forma de tratamento pronominal – *bo* ('tu') ou *bosê* ('o senhor') –, usando uma construção atípica, 'Qual é o nome, por favor?', com o intuito de ouvir primeiro o seu interlocutor, ganhando tempo para se decidir entre um tratamento informal ou formal. Após a resposta do entrevistado, que abre de modo informal com o seu *nominha*, a entrevistadora usa, então, o tratamento informal, perguntando-lhe, de seguida, *Bo naxsé li o bo naxsé lá?* ('Nasceste cá ou nasceste lá?').

nome. Perante as câmaras da Televisão de Cabo Verde (TCV), o homem responde com toda a naturalidade que o seu nome é Jalon, interrompendo, de imediato, para esclarecer que, na verdade, *Jalon* é o seu *nominha*.

É fácil constatar a imensa riqueza de processos de formação dos *nominhas*, em que se distinguem, desde logo, processos etimológicos (com origem no nome próprio) – reduplicações, reduções e diminutivos²⁹ – e processos não etimológicos. As reduções, um dos processos mais produtivos, resultam, simplesmente, de uma truncação de parte do nome próprio. Se bem que seja mais comum a eliminação da(s) última(s) sílaba(s) – *Djô* (*José*) –, também há casos em que o *nominha* resulta da manutenção de sílabas intermédias ou finais – *Zau* (*Isaura*), *Nanda* (*Fernanda*) –, ou mesmo da junção da sílaba tónica do primeiro nome com a sílaba tónica do segundo nome – *Xazé* (*Alexandre José*). Há ainda *nominhas* que resultam de outros processos fonéticos que se operam após a truncação inicial – *Cize* (*Cesária*). Quanto aos processos de formação de *nominhas* que não estabelecem qualquer relação etimológica com o nome próprio do falante, para lá de certos anglicismos – *John* (*João*) ou *Nice* (*Manuel*) –, destacam-se aqueles que advêm de origens circunstanciais e de derivações. A primeira categoria diz respeito a *nominhas* com origens circunstanciais diversas, em relação aos quais é difícil, ou mesmo impossível, descortinar a “estória” por detrás da atribuição do *nominha*³⁰. Em relação às derivações, interessa realçar, à parte derivações de outros *nominhas* – *Ki* (*Kiaka*, *nominha* de *Carla*) –, as derivações de formas de tratamento nominais e as derivações impróprias. Entre as primeiras, encontrámos exemplos que têm origem em nomes de parentesco – *Mana* (*irmã*, de nome *Eneida*) ou *Titi* (*tia*, de nome *Analisa*) – e em nomes de afecto – *Love* (*Valter*)³¹. Por último, há ainda as derivações impróprias, segundo definição de Cintra e Cunha (1984), em particular passagens de substantivos comuns a substantivos próprios. Impõe-se uma distinção relevante entre aqueles que, inegavelmente, possuem conotação pejorativa – *Buquinha* ('boquinha', para alguém com uma boca muito grande) ou *Bolha* (para alguém que “se deu mal” com o famoso Jogo da Bolha) –, à imagem das alcunhas portuguesas (e dos apelidos brasileiros), e os que não apresentam qualquer sentido negativo – *Meia* (*nominha* do falante de nome *José Manuel*, simplesmente porque, numa altura em que todos os miúdos jogavam à bola

²⁹ Observa-se que os diminutivos revelam também o carácter bilingue do arquipélago, através dos usos comuns do sufixo diminutivo do crioulo *-im, -inha* – *Celsim* (*Celso*), e do sufixo português *-ito, -a* – *Laurita* (*Laura*), fora a utilização do sufixo inglês de formação do diminutivo *-ie/-y* – *Jackie* ou *Jacky* (*Jaqueline*).

³⁰ Um desses casos à primeira vista “indecifráveis” é o do *nominha Basana* como hipocorístico de *Jorge*. A “estória” remonta ao final dos anos 60, quando terá passado no Cinema Tuta, no Alto de Mira Mar, o musical italiano de 1965 *Non son degno di te* (em português, *Mulheres e recrutadas*), do realizador Ettore Maria Fizzarotti. No filme, protagonizado por Gianni Morandi e Laura Efrikian, havia um personagem chamado Giorgio di Bassano (interpretado pelo actor Stelvio Rosi). Daí, o nome próprio *Jorge*, que já tinha o *nominha Djodje*, passou a ter também o *nominha Basana*.

³¹ Lembre-se que a particularidade dos *nominhas* se prende, sobretudo, com a extensão de uso que comumente atingem. Primeiramente, estes falantes eram tratadas deste modo apenas, respectivamente, pelo irmão, sobrinhos e namorada. De seguida, estes *nominhas* tornam-se de uso familiar e entre amigos, atingindo, por fim, as interacções sociais fora de casa.

descalços, José Manuel jogava com uma meia calçada) ou *Buffon* (de Gianluigi Buffon, mítico guarda-redes italiano, para alguém que jogava à baliza).

Como já mencionado, o que particulariza os *nominhas* em Cabo Verde é, sobretudo, a extraordinária dimensão social que o fenómeno conhece.

Quadro 15 | Abrangência social de uso dos *nominhas* (estruturas)

estruturas	exemplos
uso simples	<i>Dory</i> (Dorriane), <i>Kizó</i> (Crisólito)
nome próprio +	<i>Carla Ovo</i> (Carla Duarte)
+ segundo nome	<i>Djô Rui</i> (José Rui)
+ apelido	<i>Manecas Matos</i> (Manuel Matos)
+ nome da mãe	<i>Djon d'Polina</i> ('João, filho da Paulina')
nome de parentesco +	<i>tio Locas</i> (Humberto), <i>vo Mimi</i> (Emília)
nome de reverência +	<i>dona Fininha</i> (Josefina), <i>nha Fema</i> (Eufémia), <i>nho Djunga</i> (João), <i>snhor</i> Djibla (Daniel)
título +	<i>dotóra Laidinha</i> (Adelaide), <i>prufsor</i> Picau (Amílcar)

No Quadro 15, apresentamos as diferentes combinações possíveis dos *nominhas*. Para lá do uso simples do *nominha*, aquele que é mais produtivo, vêem-se as combinações menos comuns com o primeiro nome próprio, com o segundo nome próprio e com o apelido. Depois, destaca-se a fórmula «*nominha* + nome da mãe», que realça o carácter matriarcal da própria sociedade cabo-verdiana³². Por fim, observamos três combinações com outras formas de tratamento nominal: nomes de parentesco, nomes de reverência e títulos. Fundamentalmente, dentro destas duas últimas categorias, a simples combinação de *nominhas* com as formas de reverência *dona* e *snhor* e com títulos como *dotor* ou *prufsor*, formas de tratamento características de interações assimétricas que decorrem muitas vezes em espaços e ambientes de formalidade, revela claramente o uso “sem fronteiras” dos *nominhas*. Isto é, não são só, como já referido, os *nominhas* (no seu uso simples) que se fazem sentir fortemente em espaços sociais e profissionais de formalidade, há mesmo uma junção harmoniosa de formas de tratamento ditas formais com os *nominhas*, intrinsecamente informais. Ainda no espaço social e público da sociedade cabo-verdiana, os *nominhas* voltam a emergir como parte (ou totalidade) de nomes artísticos ou públicos de personalidades que se distinguem em áreas como a música, a fotografia, a pintura, a literatura, o jornalismo, o futebol, entre outras.

³² Aikhenvald (2016: 187) fala da prática de “matrónimos” na língua crioula *ndyuka*, falada no Suriname, realçando as conotações positivas acerca da mulher e do seu papel na sociedade que se reflectem na própria língua.

Quadro 16 | *Nominhas* em nomes artísticos (ou públicos)

estrutura	exemplos
uso simples	<i>Bau, Djai, Tchitche, Voginha</i>
+ apelido	<i>Alex</i> da Silva, <i>Kaká</i> Barbosa, <i>Zizi</i> Vaz
nome próprio +	Carlos <i>Ponck</i> , Hélder <i>Doca</i>
nome próprio + <i>nominha</i> + apelido	Jorge <i>Joe</i> Martins

Das quatro formulações que figuram no Quadro 16, realçamos pelo seu relativo predomínio a fórmula «*nominha* + apelido». Embora bem menos produtiva, a fórmula «nome próprio + *nominha*» adquire uma relevância especial, já que o *nominha* se substitui aqui ao próprio apelido do falante, sendo, portanto, facilmente considerado e interpretado como nome de família.

Outra característica significativa dos *nominhas* prende-se com a permissão de um *gender switch* culturalmente aceite (cf. Aikhenvald, 2016). Ou seja, há uma transgressão relativa ao carácter unissexo que assumem alguns *nominhas*, usados tanto para homens como para mulheres, ou que têm terminações femininas e são usados para homens. Entre os primeiros, são comuns o *nominha Lela* como hipocorístico de Madalena e Manuel, *Manu* para Manuel e Manuela, *Djena* para Eugénia e Eugénio ou *Guta* para Augusta e Augusto. Para os segundos, há, por exemplo, o *nominha Celesta* para Celestino ou *Mingas* para Domingos.

*São Vicente é um brasilim*³³

- Preciso de mais telenovelas. Ainda tens?
 - Ah, era isso. Claro que tenho, depois eu envio-te os capítulos.
 - Ok.
 - E em que capítulo estás?
 - Estou no 94°. E você?
 - Eu já estou no capítulo 120.
 - Estás rápida!
 - Estou mesmo. Eu sou fanática por telenovelas, mas vou parar de vê-las porque preciso de estudar mais.
I13.M.SM

É de fundamental relevância para a presente dissertação realçar a estranheza que o sistema de tratamento do PB causa num falante comum de PE, assim como se observam da parte de falantes brasileiros dúvidas e incompreensões perante o sistema de tratamento em uso em Portugal³⁴ (Araújo Carreira, 2008, 2009). Faraco ([1996] 2017³⁵) destaca a ambiguidade que o tratamento nominal alocutivo de valor delocutivo do PE geralmente produz em falantes brasileiros³⁶. Todavia, a complexidade dos sistemas de tratamento de Portugal e do Brasil começa mesmo por se fazer sentir para os próprios falantes nativos das duas variedades. Em Portugal, lembremo-nos das incertezas perante a diversidade de valores pragmáticos que o tratamento *você* adquire conforme as épocas, as regiões geográficas e os círculos sociais (ver Secção 6.3, em particular a Subsecção 6.3.2). Quanto ao Brasil, veja-se o que diz Maria Marta Pereira Scherre, linguista brasileira (de Minas Gerais), relativamente ao momento em que, em 1992, um fenómeno morfossintáctico do sistema de tratamento do próprio PB lhe despertou a atenção:

Em verdade, eu não conseguia ver com clareza como se dava a alternância entre as duas possibilidades de expressão do imperativo em referência à segunda pessoa do singular (*deixa vs. deixe; recebe vs. receba; abre vs. abra; dá vs. dê; diz vs. diga; vai vs. vá*) que, em função das características dos falares mineiros, não pode ter correlação com o pronome *tu* [...]

(Scherre, 2007: 190-191)

³³ Cesária Évora eternizou o verso *São Vicente é um brasilim* (em português, 'São Vicente é um brasilinho'), parte da música *Carnaval de São Vicente*, que integra o álbum *Café atlântico*, lançado em 1999. Tratava-se originalmente de uma marcha de Carnaval, cuja composição é da autoria de Pedro Rodrigues (Varela, 2000: 105). Usamos aqui, naturalmente, a grafia original do título da música, que difere da grafia do ALUPEC usada ao longo da dissertação.

³⁴ Basta lembrar aqueles falantes brasileiros que, com o intuito de quebrar as distâncias mais prementes do sistema de tratamento do PE, dizem a um falante português *Me trata por você!*, ignorando por completo a complexidade pragmática do uso de *você* em Portugal. Ou, então, os falantes portugueses que usam o pronome *tu* indiscriminadamente com qualquer falante brasileiro, quando este será sentido de maneira diferente consoante a variedade diatópica do próprio falante brasileiro.

³⁵ De agora em diante, citado como Faraco (1996), embora as referências às páginas digam respeito à publicação de 2017.

³⁶ O autor refere que a simples pergunta *O professor vai ao teatro?* (Faraco, 1996: 123) deixará em aberto a referência a uma terceira pessoa. Contudo, esta dúvida factual é depressa eliminada pelo próprio contexto situacional (a não ser que estejam presentes dois professores). Contrariamente, a pergunta *Você quer que eu te ligue?*, feita por um falante brasileiro a um falante português, deixará este último, ao longo do diálogo, na dúvida sobre se o interlocutor pretende estabelecer um tratamento formal (*você, quer*) ou informal (*te*).

Imagine-se, então, como será para um falante brasileiro comum, ou ainda mais para um falante português comum, já para não dizer, bem dentro do âmbito da presente dissertação, para um falante cabo-verdiano comum...

Há que, contudo, responder primeiro à interrogação que, naturalmente, poderá emergir: porquê falar da variedade brasileira da língua portuguesa em Cabo Verde? Segundo Thomason (2001), o contacto linguístico “[...] need not involve face-to-face interactions among speakers [...]” (Thomason, 2001: 61). Assim, digamos que a resposta à pergunta se encontra, na verdade, totalmente espelhada, em particular, no quotidiano da sociedade mindelense. Varela (2000) – isto é, o poeta mindelense João Vário – elabora uma excelente sistematização do tráfego de influências culturais entre o Brasil e Cabo Verde desde há séculos, contemplando e explorando aspectos da literatura, música, dança, religião, crenças, medicina tradicional e vida social.³⁷ Fora a música³⁸ e outras manifestações culturais, como, especialmente, o Carnaval³⁹, que resultam de fortes afinidades histórico-culturais entre Cabo Verde e o Brasil, e a divulgação científica (bem patente também na imensa bibliografia disponível nas faculdades cabo-verdianas em PB) e os manuais técnicos, debruçar-nos-emos sobre os dois elementos de maior relevo – os *media* e, paradoxalmente, a escola.

Em primeiro lugar, é inegável a forte presença do PB nos meios de comunicação social. Não ignorando a importância que têm as muitas páginas de internet em PB procuradas por cabo-verdianos, o que se reflecte de modo evidente através da generalidade das produções escritas dentro e fora das faculdades (isto é, de simples trabalhos académicos e monografias de final de curso a *outdoors* publicitários e qualquer documentação de empresas e instituições), nem menosprezando a entrada em cena da Rádio Cidade 91.1 FM,

³⁷ Varela (2000) evoca, entre outros: a relevância da literatura brasileira da década de 1920 para a revista *Claridade*, lançada no Mindelo em 1936; a introdução, por parte de B. Léza, do chamado meio-tom brasileiro na estrutura da morna; o lundum, dança que terá chegado a Cabo Verde vinda do Brasil (não se sabe se directamente ou via Portugal); as semelhanças materiais e espirituais entre a *tabanca* cabo-verdiana e o candomblé da Bahia; crenças e determinadas práticas sincréticas que se crê terem sido criadas em Cabo Verde e depois viajado para o Brasil; a medicina popular (por vezes, acompanhada de rituais), ainda hoje permanente em Cabo Verde sob a designação *raméd d'terra* ('remédios da terra'). Quanto à vida social, o autor elenca 4 níveis: nomes próprios; tipos de casas; estilo de vestir de raparigas e mulheres no Mindelo e na Praia; e proliferação do Racionalismo Cristão. Varela (2000) aponta também a influência do futebol brasileiro, da música popular e do Carnaval já nas décadas de 1940 e 1950. O autor atribui o influxo do Brasil nos nomes próprios e nos tipos de casas – “imensas, de estruturas e formas extravagantes e barrocas” (em especial, no Mindelo) – à popularidade que depressa alcançaram as telenovelas brasileiras no arquipélago.

³⁸ Como já mencionado, Cabo Verde é um país de músicos. São Vicente, em especial, caracteriza-se também pela sua intensa vida boémia, de que fazem parte espectáculos de música ao vivo em muitas esquinas do Mindelo. É curioso notar que, para lá do domínio indiscutível da própria música cabo-verdiana, se cantam inúmeras vezes músicas brasileiras de Maria Bethânia, Djavan, Alcione ou Caetano Veloso, e (quase) nunca qualquer música portuguesa.

³⁹ Para lá do tradicional Carnaval de Fevereiro (ou Março), realiza-se desde 2013 o Carnaval de Verão, em Agosto. Destaca-se também a recente “importação” de comitativas de profissionais do Carnaval brasileiro, lideradas por nomes como Dudu Nobre ou Milton Cunha, para participarem na festa e oferecerem *workshops* aos grupos e foliões mindelenses.

a nosso ver, o elemento fulcral é, claramente, a televisão⁴⁰. Primeiro, a TCV, em cuja programação figuram várias telenovelas brasileiras⁴¹ (e ainda a TIVER⁴²). Destacam-se também as legendagens (de qualidade duvidosa) de séries e filmes estrangeiros em PB, acrescentando à língua falada a língua escrita, e realça-se, sobretudo, a dobragem, também em PB, de desenhos animados, vistos fundamentalmente por crianças, público específico que se encontra em idade sensível de aquisição da L2.⁴³ Quanto, em particular, às crianças entre os 6 e os 10 anos, trata-se de aprendentes da língua portuguesa em fase inicial, que contactam, exclusivamente na escola, com a variedade europeia do português (na recepção escrita) e, simultaneamente, em casa, ficam fascinados com personagens de desenhos animados que falam a variedade brasileira da língua portuguesa. Não nos esqueçamos também do peso considerável que tem a televisão para estes falantes em particular. Monteiro (2009), após analisar a situação linguística em escolas básicas da Praia, constata que “[a] televisão é a via principal e quase única onde as crianças ouvem a língua portuguesa [...]” (Monteiro, 2009: 101). De seguida, há que mencionar a significativa presença de três canais estrangeiros captados pela generalidade da população de São Vicente como canal aberto – a SIC, canal português, também com a presença de telenovelas brasileiras, a Record TV, canal brasileiro, e a Record TV Cabo Verde (propriedade do Grupo Record).⁴⁴ Enquanto

⁴⁰ Segundo soubemos junto da própria entidade, na Rádio Cidade 91.1 FM apenas cerca de 30% da emissão é em PB, 60% em CSV e 10% em PE. Registe-se, por outro lado, que 80.7% da população de São Vicente tem televisão e 18.4% tem televisão por assinatura (INE, 2018).

⁴¹ A 31 de Agosto de 2018, era esta a programação da TCV no que a telenovelas brasileiras diz respeito: 06:00, *Força do querer* (reposição); 13:50, *Três irmãs* (reposição); 19:00, *Éta mundo bom!* (estreia); 21:00, *Força do querer* (reposição); e 02:30, *Éta mundo bom!* (estreia). No fundo, em 2018, percebe-se aqui pelas horas, reinava ainda na TCV o “[...] modelo de sucesso inaugurado em 1977 pela RTP1, e aprofundado pela SIC, fundado na receita telenovela brasileira-telejornal-telenovela brasileira [...]” (Cunha, 2002: 15). Note-se, também, o recente cruzamento da festa do Rei Momo com as telenovelas brasileiras. No Carnaval de 2019, o histórico grupo carnavalesco Monte Sossego tinha como enredo “O meu Carnaval é uma novela”. Na terça-feira de Carnaval, desfilaram nas ruas do Mindelo cerca de 1200 foliões (em 12 alas), retratando novelas como *Escrava Isaura* (1976), *Roque Santeiro* (1985), *Chica da Silva* (1996), *Cobras e lagartos* (2006) ou *Cheias de charme* (2012), que desde o final da década de 1970 exercem uma forte influência sociocultural na sociedade mindelense. Rodrigues (2016) sublinha que as telenovelas brasileiras “[...] são imensamente populares em Cabo Verde, significando, para muitos, o maior ponto de contacto com a língua portuguesa.” (Rodrigues, 2016: 419).

⁴² A programação actual da TIVER – Televisão Independente de Cabo Verde compreende duas telenovelas mexicanas dobradas em PB (do Rio de Janeiro), *Meu coração é teu* e *Um caminho para o destino*, que, para os efeitos linguísticos em foco na presente dissertação, “são” telenovelas brasileiras.

⁴³ Como resultado da análise em torno da localização das versões em PB e em PE de ferramentas informáticas como o Gmail, Yahoo! Mail, Hotmail e Skype, Manole (2013) conclui ser essa diferenciação a tendência actual do mercado global, já que “[h]á públicos que são unidos por uma língua comum, mas que vivem as suas vidas segundo normas culturais diferentes [...]” (Manole, 2013: 62). Infelizmente, esse cuidado e atenção para com o cliente a quem se dirige ainda não é o que se vê da parte da Televisão de Cabo Verde. Mais ainda para com as crianças mencionadas – na semana entre 24 e 30 de Junho de 2019, a TCV transmitiu 17h40 min de desenhos animados em português brasileiro. Em relação ao peso económico e comercial da língua portuguesa comparativamente ao do crioulo de Cabo Verde, Calvet e Calvet (2013) definem a “filosofia” que impera e que, no fundo, se constata também relativamente à política da TCV quanto ao PB e ao PE: “[I]aisser faire la loi du marché, la loi de la concurrence, satisfèrait les locuteurs au coût le plus bas.” (Calvet e Calvet, 2013: 186), sem se ater a quaisquer considerações de política linguística.

⁴⁴ Segundo o Inquérito Multi-Objectivos Contínuo, elaborado pelo INE em finais de 2018, junto de 6143 cabo-verdianos de 15 anos ou mais, os canais de televisão mais vistos nos três meses precedentes foram: TCV (84%), Record TV (54%), SIC (24%) e Sport TV (23%). As telenovelas ocupam o segundo lugar entre os programas preferidos com 62%, apenas atrás de programas informativos, com 72%. Assim, a 31 de Agosto de 2018, pôde ver-se, na SIC, às 19:55, a telenovela brasileira *O outro lado do paraíso* – note-se, todavia, que, ainda em 2014, passavam diariamente neste canal generalista português três telenovelas brasileiras. Na Record TV, fora a programação comum, na qual se destaca o êxito em Cabo Verde dos programas *Cidade alerta* e *Fala Brasil*, passaram as telenovelas *Luz do sol* (15:00), *Essas mulheres* (15:45), *A terra prometida* (19:45) e *Jesus* (20:55). Pôde ver-se, ainda, na Record TV Cabo Verde, às 21:00, a telenovela *Apocalipse*. No cômputo geral, a 31 de Agosto de 2018, passaram

Villalva (2004: 7) defende o imenso “poder de normalização” do *input* linguístico através da rádio e da televisão, devido a estes *media* alcançarem de modo sistemático um grande número de falantes, Rodrigues (2003a: 351-352) e Seara (2017) visam exactamente as telenovelas brasileiras como uma das razões para a expansão do pronome *você* em Portugal. Na mesma linha, Araújo Carreira (2004) afirma que “[...] les feuilletons brésiliens, dans lesquels l'emploi de *você* est fréquent, exercent une influence quotidienne sur la langue portugaise européenne [...]” (Araújo Carreira, 2004: 42). Voltando ao relevante estudo de Faraco (1996), o autor defende que as “[...] mudanças nas formas de tratamento estão correlacionadas com mudanças nas relações sociais e valores culturais.” (Faraco, 1996: 114). É também sob esta perspectiva que julgamos que a influência do PB em Cabo Verde não deverá ser observada e pensada apenas a partir de uma matriz puramente linguística. Há que considerar que se trata de um fenómeno cuja essência é também sociológica, antropológica e cultural.⁴⁵ Hoje, a telenovela brasileira é apenas a imagem mais imediata e directa de uma profunda e antiga relação de identificação histórico-cultural entre cabo-verdianos e brasileiros, que, a nosso ver, opera como elemento estimulador de mudanças linguísticas, sobretudo no que diz respeito ao sistema de tratamento. Por fim, também Duarte (2010: 138) se refere à possível influência do PB, entre outros, como origem de algumas das dificuldades de uso do sistema de tratamento em Portugal. Todavia, convém não esquecer que, contrariamente ao que sucede em Portugal, e mesmo em parte de Angola, Moçambique e em São Tomé e Príncipe, o português é, em Cabo Verde, somente L2 e não L1, o que torna os falantes cabo-verdianos muito mais permeáveis a influências do PB.

Em segundo lugar, após os *media*, vem a própria escola. Nas escolas do arquipélago, desde os primeiros anos do ensino básico, emerge um forte paradoxo entre o que se defende e o que se pratica. Em teoria, os *curricula* e os manuais de português prescrevem a norma do PE. Contudo, na prática, (quase) ignoram qualquer género de distinção entre o PE e o PB, variedade à qual alunos (e professores) estão diariamente expostos. Em particular, não consta desses programas qualquer análise contrastiva entre os sistemas de tratamento de

nos 5 canais de televisão mencionados 11 telenovelas brasileiras diferentes. Não nos esqueçamos, contudo, do sofisticado “mercado” informal das telenovelas brasileiras mais actuais tão bem reflectido na epígrafe da presente secção na boca não de uma senhora reformada, sem mais que fazer, mas, sim, na de uma aluna universitária.

⁴⁵ Não desconsiderando também a relevância das atitudes dos próprios falantes nos fenómenos resultantes do contacto linguístico, note-se que os mindelenses, em particular, sofrem esta forte influência do PB não como “vítimas” de um qualquer fenómeno extrínseco, já que o falante “ótimo” para o típico mindelense é o falante brasileiro, representado há décadas pelos actores e atrizes das novelas da Rede Globo, verdadeiros ídolos da população de São Vicente. Em Outubro de 2018, o auditório do Centro Cultural do Mindelo (CCM) foi palco de diversas sessões do Festival Literário Morabeza com escritores da lusofonia. Não encheu uma única vez, nem mesmo com o escritor mindelense Germano Almeida, recente prémio Camões, até à sessão com o actor brasileiro Lázaro Ramos. A 28 de Outubro de 2018, este era o título da notícia no jornal *online Mindelinsite*: “Mindelenses lotam CCM duas vezes para falar com Lázaro Ramos”. Em contraponto, estabelecamos também aqui a analogia com Moçambique: segundo Timbane e Rezende (2016), “[o]s moçambicanos não se identificam com o português brasileiro, apesar da circulação massiva de novelas brasileiras e de canais por assinatura terem invadido o espaço urbano.” (Timbane e Rezende, 2016: 398).

Portugal e do Brasil, nem mesmo um foco específico na diferenciação entre o(s) *você(s)* do PE e o *você* do PB.⁴⁶ Há também que relevar professores que, à imagem de parte significativa da classe média e média-alta, frequentaram o ensino superior no Brasil, demonstrando, hoje, naturalmente, uma particular mistura de normas do português, visível, em primeira instância, no léxico e na fonética (vogais mais abertas, realização das vibrantes, etc.), mas também em aspectos morfossintáticos⁴⁷. Quanto ao objecto de estudo da presente dissertação, e não esquecendo que a produção de um aprendente “[...] may be influenced simultaneously by multiple sources.” (Gass e Selinker, 2008: 108), a relevância da influência do PB em Cabo Verde resulta, nomeadamente, das profundas diferenças entre os sistemas de tratamento do PE e do PB. É já centenária, observa Duarte (2010: 134), a constatação simples de que as inúmeras particularidades de carácter morfossintático e semântico-pragmático dos sistemas de tratamento do português dos dois lados do Atlântico se traduzem num elemento adicional de complexidade da aprendizagem das formas de tratamento em língua portuguesa. Em particular, no que diz respeito à sala de aula, Duarte (2011: 85) reflecte acerca do modo como a confluência dos divergentes sistemas de tratamento de Portugal e do Brasil pode confundir aprendentes de PLE⁴⁸. Pensar-se-á que não será, por certo, diferente o que acontece em salas de aula cabo-verdianas com aprendentes de PL2. Não é, contudo, assim. Na verdade, o cenário, em Cabo Verde, é bem mais complexo. Qualquer aprendente de PLE que se encontre em imersão linguística em Portugal ou no Brasil não se deparará com esta problemática. Os estrangeiros que aprendam português nos seus próprios países poderão, realmente, “sofrer” com a oscilação entre professores portugueses e brasileiros. Em Cabo Verde, todavia, essa confluência das normas portuguesa e brasileira, mais ainda, dos sistemas de tratamento de Portugal e do Brasil, não se faz sentir somente em aulas de Língua Portuguesa, mas em aulas de qualquer disciplina desde a escola primária até ao final da faculdade.

⁴⁶ Analisámos os programas de Português do 1.º ao 12.º anos datados de 2009, 2011 e 2012 (dizendo, portanto, respeito a grande parte dos falantes do nosso *corpus*). Registe-se, todavia, que os programas de 2018 a que tivemos acesso – 1.º, 2.º, 5.º e 6.º anos – permanecem sem um tratamento adequado do pronome *você* e sem qualquer análise contrastiva entre as variedades do português de Portugal e do Brasil. Mais, mesmo sem essa análise contrastiva, dos manuais de Língua Portuguesa do 3.º e 4.º anos de 2015 e 2016, respectivamente, constam 4 textos em português brasileiro, com o natural uso de *você*, para lá de outros textos com desvios de sistema de tratamento relativos ao uso do imperativo (segundo a norma padrão do PE).

⁴⁷ A título de exemplo, veja-se que, entre os 13 jornalistas e apresentadores que figuram na página de internet na TCV como *comunicadores*, fora uma jornalista guineense, outra cabo-verdiana que estudou na Rússia e mais dois de quem não se apresenta a informação acerca do percurso académico, 5 fizeram a licenciatura em Portugal (em Coimbra, Lisboa e no Porto) e 4 completaram o curso superior no Brasil (na Bahia, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro).

⁴⁸ Note-se também que, embora hoje a realidade já seja, por certo, diferente, Faraco (1996: 115) mencionava a falta de parâmetros adequados para o ensino do sistema de tratamento no Brasil, devido a correntes normativas que “insistiam” em prescrever um português arcaico que há muito não se reflectia na fala dos brasileiros.

Português europeu *versus* português brasileiro

- É verdade, devido ao novo acordo ortográfico, à influência da língua brasileira, entre outros.
CV13.RP.JC

No âmbito da presente dissertação, mais do que descrever o sistema de tratamento do PE ou do PB de modo isolado, torna-se essencial, na mesma linha do que se faz, em parte ou na totalidade, em outros estudos (Wilhelm, 1979; Faraco, 1996; Thomé-Williams, 2004; Villalva, 2004; Duarte, 2011; Manole, 2013; Manole e Teletin, 2014), proceder a uma análise contrastiva entre as formas de tratamento de Portugal e do Brasil e os seus usos pragmáticos mais comuns.⁴⁹ É nossa convicção de que é exactamente nos pontos em que estes dois sistemas de tratamento mais divergem que se poderão revelar tendências mais ou menos marcadas do sistema de tratamento do *emergente* PCV.

Araújo Carreira (1995) concebe uma tripartição de carácter semântico-pragmático das formas de tratamento do português europeu em formas elocutivas (*eu, nós*), que dizem respeito ao locutor, formas alocutivas (*tu, você(s), o(s) senhor(es), o Manuel, a avó, o doutor, etc.*), que designam o alocutário, e formas delocutivas (*ele(s), ela(s), a(s) senhora(s), etc.*), referentes ao delocutário. Tal como para a abordagem morfossintáctica (Capítulo Cinco) e para a abordagem semântico-pragmática (Capítulo Seis), concentrar-nos-emos também na presente secção somente no tratamento alocutivo do singular.

Enquanto várias línguas europeias possuem sistemas de tratamento que assentam em estruturas diádicas⁵⁰, o tratamento alocutivo em PE, no singular, caracteriza-se, primeiramente, por um paradigma tripartido *tu/você/o senhor* (Araújo Carreira, 2004).

- [PB1] – **O senhor** se sente confortável?
– Onde estou? Que lugar é esse?
– Eu faço as perguntas aqui.
– Onde **você** está? (Cuenca, 2008: 15)

⁴⁹ Desse modo, para exemplificar as principais diferenças entre os sistemas de tratamento do PE e do PB, usaremos um pequeno *corpus* de citações da literatura brasileira contemporânea – *Dois irmãos* (2000) de Milton Hatoum, *O dia mastroinni* (2008) e *Descobri que estava morto* (2015) de J.P. Cuenca, *Pornopopeia* (2011) de Reinaldo Moraes, *Axilas & outras histórias indecorosas* (2012) de Rubem Fonseca e *Miniaturas* (2014) de Andréa del Fuego.

⁵⁰ Nas línguas românicas, à excepção do romeno, encontramos oposições claras entre formas típicas da informalidade e formas corteses. Em castelhano – *tu/usted* –, em francês – *tu/vous* – e em italiano – *tu/lei* (Lindley Cintra, 1972: 15).

Porém, como se percebe em [PB1], a norma padrão da variedade brasileira da língua portuguesa apresenta um sistema binário *você/lo senhor* (Quadro 17). No plural, em Portugal e no Brasil, vigora a mesma estruturação binária *vocês/los senhores*.

Quadro 17 | Formas de tratamento pronominal alocutivo (no singular) do PE e do PB

	informalidade	formalidade	
português europeu	tu	você	o senhor
português brasileiro	você	o senhor	

Todavia, o pronome *tu* está também presente em território brasileiro, em especial, em alguns dialectos no estado do Maranhão e no sul do Brasil (Manole e Teletin, 2014: 105).⁵¹ Assim, em variedades diatópicas em que coexistem os pronomes *tu* e *você*, observa-se uma gradação semântica entre o *tu*, de uso mais familiar (relações de solidariedade, intimidade, proximidade), e o *você*, denotando distância social (Scherre, 2007: 204-205). Como defendem Lopes *et al.* (2009), “[...] o emprego de *você* e *tu* como sujeito será determinado ou favorecido por diversos fatores sociais, regionais e pragmáticos.” (Lopes *et al.*, 2009: 52). Ressalte-se que há ainda certos sociolectos de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Pernambuco nos quais é comum o uso de *tu* com o verbo na 3.^a pessoa do singular (Thomé-Williams, 2004: 89), tal como se evidencia em [PB2].

[PB2] – Ô, meu irmão! De onde **tu tá** vindo? (Cuenca, 2015: 103)

É também usual, na linguagem coloquial, a utilização do pronome clítico *te* com o pronome *você* (Manole, 2013: 55), ao invés do uso dos clíticos de terceira pessoa *o, a, lhe*, conforme a norma do PE. Veja-se em [PB3] o clítico *te*, que se segue ao pronome *você*, quando em PE se tornaria exigível o uso do clítico dativo *lhe*.

[PB3] – E aí, garoto? Hoje **você** fica me olhando, vou **te** ensinar, não tem segredo. (Fuego, 2014: 52)

Registe-se que, em Portugal, há também sociolectos nos quais o tratamento por *tu* é evitado (Villalva, 2004: 55). Ainda acerca do pronome *você*, fonte de inúmeras indecisões para portugueses e estrangeiros, note-se que este tem um uso bastante simplificado no Brasil.

⁵¹ Em relação à ideia corrente (mesmo entre académicos) de um certo desaparecimento de *tu* no Brasil, Scherre (2007) é peremptória: “[d]iria eu, em coro com outras vozes, que o *tu* pode, sim, estar desaparecendo de gravações labovianas típicas, não da realidade do português brasileiro.” (Scherre, 2007: 205).

Quanto ao uso de *você* em Portugal, Araújo Carreira (2008: 200), recuperando Hammermüller (1980), relembra que, tradicionalmente (talvez já não hoje...), uma isoglossa divide Portugal quanto ao modo como o pronome *você* é sentido como ofensivo (parte oriental) e como não ofensivo (parte ocidental). Ainda hoje, não há dúvidas de que *você* “[...] só é aceitável em certas regiões e em certas variedades diastráticas [...]” (Duarte, 2011: 87). Por fim, o uso frequente do pronome nulo \emptyset em Portugal também contrasta com a maior obrigatoriedade de preenchimento do pronome sujeito no Brasil (Menon, 1995; Faraco, 1996; Duarte, 2003b). Vê-se em [PB4] a dupla presença do pronome *você* com a função de sujeito, quando no PE o mais comum seria, sobretudo na segunda construção, usar-se o pronome nulo \emptyset .

[PB4] **Você** gosta de miolos? Farei miolos hoje para o jantar, **você** quer ir jantar comigo?, ela perguntou. (Fonseca, 2012: 31)

Esta confrontação conduz também a uma relevante oposição de “estratégias de neutralidade” procuradas, sobretudo, na contemporaneidade urbana dos dois lados do Atlântico: o “grau zero de cortesia” (cf. Araújo Carreira, 1997) do pronome nulo \emptyset do PE (ver Secção 6.4) *versus* a estratégia “coringa” (cf. Galves *et al.*, 2016) de uso do pronome *você* do PB (em substituição de *tu*). Veja-se [PB5], primeiro turno de fala da interacção, com o locutor evitando a intimidade de *tu* através do uso de *você*.

[PB5] – **Você** é o Cuenca, né? (Cuenca, 2015: 24)

Duarte (2011: 86-87) elege três características intrínsecas ao sistema de tratamento do PE como foco das dificuldades sentidas por aprendentes de PLE e, em particular, pelos próprios falantes nativos: 1| elevada codificação das formas de tratamento nominais; 2| marcação da deferência através do uso da 3.^a pessoa do singular (para com a 2.^a pessoa do discurso); e 3| uso diversificado da 3.^a pessoa gramatical com as formas de tratamento nominais, com o pronome *você* e, ainda, com o pronome nulo \emptyset . Com efeito, estas mesmas três particularidades do uso das formas de tratamento do PE contrastam fortemente com o uso que delas se faz no sistema de tratamento do PB.

Primeiro, no Brasil, as formas de tratamento nominais não são de uso comum (Silva, 2008: 160), o que significa que a sua maior ou menor codificação não se constitui como uma

problemática ao nível do que ocorre em Portugal.⁵² O uso codificado das formas de tratamento nominal varia, sobretudo, conforme as posições de locutor e interlocutor na escala social. Está bem patente no PE, por exemplo, em gradações, hoje em relativo desuso, como *Senhora Maria/Dona Maria/Senhora Dona Maria* ou *Senhor António/Senhor Barbosa/Senhor António Barbosa*. De seguida, como não são tão comuns no PB as formas alocutivas com valor delocutivo, que em Portugal caracterizam o uso das formas nominais como tratamento de deferência, a “marcação da deferência” delocutiva *alocutiva* não será também tópico de igual complexidade no PB. Aliás, no Brasil, o próprio uso da morfologia verbal de 3.ª pessoa do singular diz respeito, simultaneamente, à informalidade de *você* e à formalidade de *o senhor*, o que, nas variedades diatópicas em que também se usa o pronome *tu* conduz a um enfraquecimento da morfologia verbal, enquanto no PE permanece altamente produtivo o contraste entre as desinências verbais da 2SG e as desinências da 3SG. Em [PB6], após o uso do pronome pessoal *tu* e da forma de tratamento verbal *és*, ambos da 2SG, destaca-se o verbo ‘parecer’ na 3SG.

[PB6] “Um ingênuo, um menino, isso é o que tu és... Nem **parece** meu filho.” (Hatoum, 2000: 144)

Dentro do paradigma verbal, em particular, situa-se o traço, provavelmente, mais distintivo entre os sistemas de tratamento de Portugal e do Brasil – o imperativo. Se no PE nos deparamos com um uso não variável do modo imperativo dos Açores ao Minho, o português brasileiro caracteriza-se por uma forte variação geográfica (e não só) das formas imperativas. Scherre (2007) considera 5 subsistemas: 1| uso exclusivo de *você* – Minas Gerais, Paraná, Salvador, etc.; 2| uso predominante de *tu* com baixa concordância – Rio Grande do Sul, etc.; 3| uso predominante de *tu* com mais concordância – Santa Catarina, Pará, Maranhão, etc.; 4| alternância *você/tu* sem concordância com *tu* – Rio de Janeiro, Santos, Bahia, etc.; e 5| alternância *você/tu* com concordância com *tu* (em grau variado) – Ceará, Piauí, Recife, etc. (Scherre, 2007: 201-204).⁵³ De um modo mais prático, “[...] a alternância das formas *deixa vs. deixe; recebe vs. receba; abre vs. abra; dá vs. dê; diz vs. diga; vai vs. vá* não

⁵² Scherre (2007) chama a atenção para a probabilidade de o uso de formas nominais ser “[...] freqüente em áreas do Norte, também pela influência dos casais açorianos, à semelhança do que ocorreu em Santa Catarina.” (Scherre, 2007: 206). A mesma autora também levanta a hipótese de “o mecanismo de esquiva com zero” (ou seja, o uso do pronome nulo \emptyset) no Brasil ser mais relevante do que se supõe.

⁵³ Mais, segundo a mesma autora, a variação do imperativo no Brasil depende mais ou menos nitidamente de certas variáveis linguísticas e não linguísticas: 1| formalidade e/ou natureza dialógica da interacção; 2| polaridade da estrutura; 3| presença ou não de *tu/você*; 4| pronome recto pós-verbal e tipo/posição/pessoa do oblíquo em relação ao verbo; 5| paradigmas e oposições verbais; 6| abertura/fechamento da vogal precedente em verbos da 1.ª conjugação; 7| número de sílabas do verbo (no infinitivo); 8| paralelismo discursivo (séries de formas imperativas); 9| idade do falante; e 10| nível de escolaridade do falante (Scherre, 2007: 206).

apresenta distribuição complementar em função do contexto de uso do pronome *tu* ou *você* [...]” (*ibid.*: 200). No que diz respeito ainda ao uso do imperativo, o PB possui uma construção do imperativo negativo, o chamado “imperativo negativo brasileiro”, isto é, uma estrutura “[...] constituída simplesmente pela negação da forma positiva [...]” (Faraco, 1996: 126), que não tem paralelo em Portugal.

[PB7] «**Não chama** o meu amigo de idiota», provoquei. (Moraes, 2011: 268)

Note-se que, em PE, a construção em [PB7] é agramatical, vigorando as negações ‘não chames’ no tratamento informal e ‘não chame’ no tratamento formal. Também relativamente à utilização do infinitivo flexionado, as variedades portuguesa e brasileira distinguem-se, com uma maior variação de uso deste tempo no PB, como se observa em [PB8] com a utilização do infinitivo não flexionado ‘ver’ (ou flexionado na 3SG) após as marcações pronominais e verbais de 2SG – *tu*, *vais* e *te*.

[PB8] “Um dia tu vais me visitar, vou te levar para **ver** o mar.” (Hatoum, 2000: 198)

No Quadro 18, listamos as fundamentais diferenças entre os sistemas de tratamento das variedades europeia e brasileira estruturadas em formas de tratamento pronominais, verbais e nominais. A nosso ver, a imensa variação semântico-pragmática emerge como o traço mais característico do sistema de tratamento do PE, opondo-se à forte variação morfossintáctica inerente ao sistema de tratamento do PB (observada através do foco nas construções mais comuns do tratamento na variedade brasileira do português).

Quadro 18 | Principais diferenças entre os sistemas de tratamento do PE e do PB

português europeu	português brasileiro
FORMAS DE TRATAMENTO PRONOMINAIS	
<i>tu/você/lo senhor</i>	<i>você/lo senhor</i>
<i>tu</i> + 2SG	<i>tu</i> + 3SG [sociolectos SP, RJ e P]
<i>o/a/lhe</i> clíticos de <i>você</i>	<i>te</i> clítico de <i>você</i> [coloquial]
uso frequente do pronome nulo \emptyset	forte preenchimento do pronome sujeito
“grau zero” de cortesia: pronome nulo \emptyset	estratégia “coringa”: <i>você</i>
FORMAS DE TRATAMENTO VERBAIS	
forte oposição 2SG <i>versus</i> 3SG	enfraquecimento das desinências verbais
imperativo não variável	forte variação do imperativo – 5 subsistemas
alternância imperativo 2SG/3SG depende sempre do uso de <i>tu/você</i>	alternância imperativo 2SG/3SG não depende apenas do uso de <i>tu/você</i>
leitura directiva inequívoca permanente	leitura directiva inequívoca apenas com o imperativo supletivo
imperativo negativo padrão	“imperativo negativo brasileiro” [coloquial]
+ ocorrência do infinitivo flexionado	+ variação de uso do infinitivo flexionado
FORMAS DE TRATAMENTO NOMINAIS	
+ codificação FTN	FTN “[...] não são comuns no português brasileiro [...]” (Silva, 2008)
FTN alocutivas de valor delocutivo	
VARIAÇÃO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA	VARIAÇÃO MORFOSSINTÁCTICA

Palavras primeiro

- É que eu vejo muito televisão e, como na maior parte das vezes se fala português, eu aprendi a falar português.
CV13.RP.YF

O crioulo de Cabo Verde é um crioulo de base lexical portuguesa, o que significa que “[...] as (suas) unidades lexicais são, na sua maioria, reconhecidamente de origem portuguesa [...]” (Pereira, 2006: 47). Quint (2009), em relação à variedade diatópica de Santiago, fala de 95% de vocábulos que “[...] têm como étimo alguma palavra da língua lusitana.” (Quint, 2009: 130-131), contrapondo que há também, ainda que em número reduzido, palavras com origem em línguas africanas – em especial, do mandinga e do uólofe. Quanto à variedade de São Vicente, em particular, o léxico original é constituído pelo léxico das variedades das ilhas de Sotavento de finais do século XVIII, com inúmeros empréstimos de outras variedades de Barlavento e do português moderno e um considerável número de itens lexicais do inglês – como “[...] *xouent* ‘showy’, *nais* ‘nice’, *uotxá* ‘to watch out’, *tanks* ‘thank you’, *bois* ‘a young man, a boy’ [...]” (Swolkien, 2013: 27).⁵⁴

O título da presente secção – Palavras primeiro – advém da sintética hierarquia proposta por Thomason (2001) quanto a fenómenos de transferência em situações de contacto linguístico: “[...] words first, grammar later [...]” (Thomason, 2001: 64). A autora refere que esta hierarquização é válida em todos os casos em que os falantes responsáveis pelas inovações lexicais são fluentes na língua que recebe essas mesmas palavras. Em Cabo Verde, onde predominam vários graus de bilinguismo, mesmo com raras situações de uso oral da língua portuguesa, não será errado considerar que a generalidade da população é *passivamente* fluente em português. Isto é, possui, sobretudo, competências a nível da compreensão oral (Rodrigues, 2016: 416). Com o intuito de demonstrar a possibilidade de transferência de elementos estruturais do CCV e do PB para o *emergente* PCV (que abordaremos nos capítulos seguintes), procuramos evidenciar, primeiro, a forte presença de itens lexicais do crioulo de Cabo Verde e do português brasileiro nos diálogos que constituem o *corpus*. Para Biderman (1987), “[...] a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo.” (Biderman, 1987: 81). Assim, o contingente significativo de palavras e expressões crioulas e brasileiras no ePCV apenas reflecte a própria realidade cabo-verdiana (em crioulo) e as históricas e sempre actuais influências brasileiras (ver Secção 4.3)

⁵⁴ Tradução nossa: *xouent* ('peneirento, vaidoso'), *nais* ('fixe, porreiro'), *uotxá* ('ter cuidado'), *tanks* ('obrigado'), *bois* ('rapaz').

no arquipélago. Retomando Thomason (2001): “No one will deny that loanwords make it easier to argue for contact-induced structural change, because the presence of loanwords proves that there was contact, which is the obvious prerequisite for proving structural interference.” (Thomason, 2001: 92).

SUBSECÇÃO 4.5.1

De corpo português e alma cabo-verdiana

Aos olhos de qualquer um, são evidentes as similitudes entre o léxico crioulo e o léxico português, pois mesmo “[...] tendo sofrido, em muitos casos, transformações de ordem fonológica, sintáctica e semântica, as suas unidades mantêm frequentemente formas superficialmente idênticas às correspondentes portuguesas.” (Pereira, 2000: 175). Desse modo, poder-se-á dizer que os empréstimos lexicais entre o crioulo de Cabo Verde e o *emergente* PCV são um “retorno a casa”, isto é, dizem respeito, sobretudo, a palavras originalmente portuguesas que no CCV ganharam outras significações, ligeiramente ou muito afastadas dos seus significados básicos, regressando, entretanto, ao ePCV com outras colorações semânticas ou outras propriedades lexicais. Dentro das classes de palavras de significação (cf. Biderman, 1987) – nomes, adjectivos e verbos –, os nomes do CCV são os que, naturalmente, mais se fazem representar nos diálogos do *corpus*.

[4.1] – São os estudantes da Universidade do Mindelo.
 – Hum, aquela **escola** parece-me interessante. Talvez eu va, eu te chamo. l13.M.SM⁵⁵

[4.2] – [...] esta riqueza expressa-se na nossa **morabeza**, na nossa [...]
 l11.T3.2.OS

Em [4.1], destaca-se o uso do substantivo ‘escola’ designando uma universidade, o que em PE só acontecerá (não obrigatoriamente) se, de facto, o nome da instituição de ensino superior incluir a palavra “escola”, como acontece com as escolas superiores. Contudo, em CCV, o nome *xkóla* (‘escola’) possui uma abrangência semântica muito mais alargada, sendo

⁵⁵ Os diálogos integrais, cujos dados do ePCV são analisados no presente capítulo, encontram-se digitalizados no Anexo 1.

usado indiferentemente com escolas primárias, liceus e universidades (ver Secção 1.5).⁵⁶ Já em [4.2], deparamo-nos com um empréstimo de contornos diferentes, que quase não se repete no *corpus*, de um nome originalmente cabo-verdiano – a incontornável *morabeza*, marca de identidade do arquipélago. Como é sabido, a tradução de *morabeza* não é simples (e qualquer tentativa está condenada a fracassar), ainda assim, definimo-la como «a arte de saber receber o Outro», *arte* ainda bem presente sobretudo nas ilhas não turísticas.

- [4.3] – O que têm de **interessante** por ali?
– Mulheres bonitas e refrigerantes de todo o sabor. I13.G2.IT

- [4.4] – Não se esqueça de **emprestar** o livro de direito na biblioteca [...]
UM16.CP.KL

Em [4.3] e [4.4], deparamo-nos com construções evidenciando o uso de um adjectivo e de um verbo que, à imagem do nome 'escola', ganharam em CCV outros traços semânticos e de dependência contextual. Em CCV, o adjectivo *interessant* é comumente usado em relação a praticamente qualquer entidade – de sandálias a montanhas, de um prato exótico a um pôr-do-sol –, quando, em PE, o campo de utilização é bem mais restrito. No fundo, em CCV *interessant* diz respeito a «algo diferente» e em PE "interessante" prende-se quase sempre «com o conteúdo, não com a forma». Note-se como na construção em foco se usa 'interessante' relativamente a 'mulheres bonitas' e 'refrigerantes'.⁵⁷ Quanto a [4.4], trata-se da transferência lexical do verbo *inprestá* do CSV para o português. Em CSV, o verbo *inprestá* tem, simultaneamente, o significado de «emprestar» e de «pedir emprestado», duplicidade que apenas o contexto verbal desfaz.⁵⁸

- [4.5] – **Hom**, já estou a lembrar-me! I13.M.MT

- [4.6] – **Uaa** eu pensei que eu tinha feita alguma coisa, mas a tua guerra e o portugues que não gostas? I17.M.T.EA

⁵⁶ Entre outros, destacam-se no *corpus* os nomes: *féria* ('férias'), *galinha* ('frango'), *guerra* ('altercação, discussão, problema'), *jardim* ('jardim-de-infância'), *leviandade* ('parvoíce'), *menina* ('miúda, rapariga'), *paródia* ('noitada, saída à noite') e *pedras* ('rochas').

⁵⁷ Veja-se que o Dicionário Prático Português-Caboverdiano (variante de Santiago) de Mendes *et al.* (2002) regista como sinónimos de *interessant* os adjectivos crioules *sábi* ('agradável') e *dretu* ('bom'), significados que se afastam da acepção mais comum de "interessante" em PE.

⁵⁸ Registam-se igualmente no *corpus* ocorrências dos adjectivos *abusado* ('agitado, asneirento, irrequieto'), *bem disposto* ('bem constituído') e *consultado* ('ir a uma consulta médica'), e dos verbos *dormir* ('adormecer'), *erguer* ('levantar-se'), *chamar* ('telefonar') e *ter* ('haver').

Há também empréstimos de interjeições. Embora de algum modo “excluídas” dos estudos linguísticos, olhadas comumente como simples exclamações sem real significação, apesar da sua quantidade, recorrência e valores pragmáticos (Rodrigues, 2003b: 653), observamos as interjeições como “unidades fundamentalmente pragmáticas” (cf. Gonçalves, 2003), constituindo-se, assim, como elementos relevantes da interacção verbal. Em [4.5], vemos o uso da interjeição *om* ('homem'), que, contrariamente à interjeição portuguesa correspondente, não é em CSV exclusivamente usada para com homens, destacando-se o seu valor exclamativo de surpresa, admiração e comumente de impaciência e exasperação. Em [4.6], observamos a utilização da interjeição *uá* (provável redução da interjeição *uabá*), de uso comum em CSV, expressando surpresa, admiração ou estranheza perante algo.⁵⁹

Todavia, não são apenas as palavras simples que viajam do CCV para o português reflectido nos diálogos do *corpus*, também as locuções, colocações e expressões idiomáticas, “unidades complexas fixas” (cf. Figueiredo, 2011), fazem o mesmo percurso.⁶⁰

[4.7] – [...] eu não as (redacções) fazias mesmo sabendo de que **no outro dia** a professora iria me repreender. I13.T4.J5

Na construção em [4.7], depressa se sente alguma estranheza com a locução ‘no outro dia’, que em PE nos remete de imediato para um tempo pretérito, enquanto em CSV a locução *n’ot dia* significa «no dia seguinte».

[4.8] – [...] deparou-se com um gato morto que se encontrava dentro de uma **bolsa de plástico** no canto inferior esquerdo [...] I13.G3.TS

[4.9] – Também eu, **deixas-me falta** por aqui. I13.M.MP

Também em [4.8] e [4.9] a mesma estranheza perante as colocações ‘bolsa de plástico’ e ‘deixar falta’. Segundo Figueiredo (2011), as colocações “[t]êm o estatuto de palavra apesar de combinarem duas palavras lexicais.” (Figueiredo, 2011: 353), em uniões mais ou menos rígidas. Assim, em PE, usar-se-ia, respectivamente, “saco de plástico” e “fazer falta”. No entanto, estas inovações não são simplesmente o resultado de criação individual, mas de

⁵⁹ Notamos igualmente as várias ocorrências da interjeição ‘credo!’, existente nas duas línguas. Ressaltando, contudo, o seu uso comum no léxico de falantes jovens do CSV – em crioulo, *kred!* –, enquanto no PE será mais comum ouvi-la na boca de falantes mais velhos. Veja-se em [6.15] – Subsecção 6.4.1 – o turno de fala de uma jovem: “– Credo mãezinha!”

⁶⁰ Figueiredo (2011) não se refere a simples locuções, e considera igualmente outras unidades complexas fixas como metáforas lexicalizadas e comparações fixas, as quais não contemplámos no presente capítulo.

“decalques” de colocações do próprio CSV, no qual se diz comumente *bolsa* em vez de “saco” e no qual a expressão fixa é *txá falta* (‘deixar falta’) em vez de “fazer falta”.⁶¹

[4.10] – [...] a quem gritar quando me estão a **dar um “cassi body”** ^{l15.M.DB}

[4.11] – Nada de **apanhar “geada”** e vestir essas roupas curtas. ^{l13.G3.JL}

[4.12] – [...] se faz favor **da licença** do meu consultório. ^{l14.M.SC}

[4.13] – Nem vou responder ao teu insulto porque **estou sem forças para ti** hoje. ^{l13.C.N.SP}

Por fim, observamos de [4.10] a [4.13] construções incluindo expressões idiomáticas, “[...] material fraseológico que reflete com maior clareza os referentes culturais de uma comunidade [...]” (Figueiredo, 2011: 353). A expressão crioula *dá un kasubodi* de [4.10] significa «assaltar», com origem na expressão inglesa *cash or body*, que, desde 2007, segundo Pardue (2016: 333), se popularizou para descrever a crescente violência urbana, sobretudo, nas cidades da Praia e do Mindelo (fenómeno que entretanto regrediu, permanecendo a expressão para simples assaltos à mão armada). Em [4.11], observamos a expressão *panhá jiada*⁶², que significa «apanhar frio», enquanto em [4.12] somos confrontados com *dá lisensa d [un lugar]* (‘dar licença de um lugar’), expressão imperativa que “exige” que alguém «saia de (algum lugar)». Por último, vemos em [4.13] a utilização da expressão cabo-verdiana *t’xtód sen fórsa pa [algen]* (‘estar sem força para *alguém*’), que não remete para a força física, significando em PE «estar sem paciência para alguém».

SUBSECÇÃO 4.5.2

De voz brasileira

Na sua investigação acerca do vaivém de influências culturais entre o Brasil e Cabo Verde (ver Secção 4.3), o poeta João Vário elenca a presença maciça de nomes próprios de origem brasileira no arquipélago (também presentes no *corpus*, ver Subsecção 6.4.4) e afirma pensar

⁶¹ Há também ocorrências das colocações *dar uma fala* (‘cumprimentar’), *dor no corpo* (‘dores’), *gente de idade* (‘pessoas de idade’), *pôr fé* (‘acreditar’) e *tomar (as) férias* (‘entrar de férias, tirar férias’).

⁶² Não deixamos de notar que em [4.10] e [4.11], os falantes autores das construções denotam, através do uso das aspas, a consciência de que estão a usar itens lexicais cabo-verdianos.

que, em relação à linguagem no seu todo, “[...] there is also room for research on the words that have come into de language of Cape Verde from Brazil [...]” (Varela, 2000: 104). Não é nosso propósito procurar distinguir itens lexicais que tenham vindo do português brasileiro para o CCV, passando depois para o *emergente* PCV, de palavras e expressões que se constituam como um empréstimo directo da variedade brasileira do português para o ePCV. Pretende-se somente demonstrar a presença inequívoca de léxico brasileiro nos diálogos do *corpus*, o que parece ser tendência que se constata nas ilhas de Barlavento (Neves, 2007: 176), senão mesmo em todo o arquipélago.⁶³

Quanto a unidades lexicais simples, das classes abertas dos nomes, adjectivos e verbos (Figueiredo, 2011), vemos em [4.14] e [4.15] o uso de nomes de origem brasileira.

[4.14] – Olha! Já convidar-te para ir dar-mos um passeio, ir até uma **lanchonete** beber um **suco** e deitar conversa fora, o que é que achas? I11.T3.2.DM

[4.15] – Aposto que é filho desses seus amigos **vagabundo** que conheces por aí UM16.E.KF

Em [4.14], destaca-se a utilização de ‘lanchonete’ e de ‘suco’, em vez de, respectivamente, “café, pastelaria” e “sumo”. Relativamente a ‘vagabundo’ em [4.15], já se trata de um item lexical com o qual, em Portugal e no Brasil, se evidenciam significações diferentes. No PE, um “vagabundo” é geralmente «um sem-abrigo, alguém sem casa que vagueia pelas ruas», enquanto no PB se destaca a acepção relativa a «alguém que não tem ocupação, que não faz nada», acepção essa que emerge na construção em foco.⁶⁴

[4.16] – Dizes isto por humildade tua, por causa de mim ficaste com uma mão **machucada**. I13.G.NP

[4.17] – Depois de me **jogar** para dentro do quarto e de trancar a porta, ele começou a gritar comigo. I13.T4.SS

⁶³ Neves (2007: 176) dá como exemplos o uso de ‘time’ em vez de “equipa” e de ‘final de semana’ em vez de “fim-de-semana”. No nosso *corpus*, não há ocorrência do nome ‘time’, mas de *equipe*, forma ortográfica que vingou no PB, enquanto em Portugal se usa a forma “equipa”.

⁶⁴ Realçamos igualmente o uso dos seguintes nomes característicos do PB: *boate* (‘discoteca’), *boteco* (‘bar, café’), *caçula* (‘irmão mais novo’), *câncer* (‘cancro’), *cochilo* (‘sesta, soneca’), *descarga* (‘autoclismo’), *dondoca* (‘mulher de boa situação social, fútil e ociosa’), *drinque* (‘aperitivo, bebida alcoólica’), *ducha* (‘banho, duche’), *futrique* (‘intriga, mexerico’), *garçon* (‘empregado de mesa’), *gata* (‘rapariga ou mulher atraente’), *mamãe* (‘mãe’), *maquiagem* (‘maquilhagem’) e *show* (‘concerto, espectáculo’).

Também se observa o uso de adjectivos e verbos com acepções características do português brasileiro. Em [4.16], vê-se a utilização do adjectivo verbal 'machucada', forma do verbo 'machucar', que na variedade brasileira do português possui o significado de «causar ou sofrer ferimento ou dor», correspondendo às acepções mais comuns dos verbos 'ferir' ou 'magoar' em PE. Entre outros, destaca-se no *corpus* o uso do verbo 'jogar' com a acepção comum do verbo 'atirar' do PE, como se observa em [4.17].⁶⁵

[4.18] – **Nossa** que estranho... UM16.GHT.EN

[4.19] – Você não respondeu, **ué!** I16.M.LS

Como representantes de exclamações características do português brasileiro e inexistentes no PE, para lá da interjeição interrogativa *oi?* (ver Secção 6.3.1), destacam-se em [4.18] e [4.19] as utilizações das interjeições 'nossa' e 'ué!'. Quanto à primeira, trata-se da redução de "Nossa Senhora!", exclamação ainda em uso em Portugal, enquanto no Brasil se vulgarizou dizer simplesmente *nossa!*, expressando admiração ou espanto. Relativamente a 'ué!', é uma interjeição de uso exclusivo no Brasil, exprimindo sentimentos de espanto, admiração, surpresa ou irritação.

Figuram igualmente em diálogos do *corpus* locuções, colocações e expressões idiomáticas brasileiras.

[4.20] – [...] gritar bem forte para **todo o mundo** ouvir a nossa dor. I12.M.CM

Em [4.20], vemos a locução 'todo o mundo', usualmente grafada no PB sem o artigo definido, e que no PE corresponde à locução "toda a gente".

[4.21] – Vai enganar ao teu pai que a mim não me enganes mais, **fique esperto!** I14.M.LD

[4.22] – [...] **fiquei so com ele** ainda não teve nenhum outro homem na minha vida. UM16.E.KF

⁶⁵ Registamos também o uso dos seguintes verbos com acepções típicas do PB: *dirigir* ('conduzir'), *falar* ('dizer'), *machucar* ('magoar'), *pegar* ('apanhar'), *ter* ('haver'), *ver* ('olhar para') e *virar* ('transformar-se'). Note-se que já havíamos registado o uso do verbo 'ter' com o significado de «haver» na subsecção dedicada ao léxico cabo-verdiano, pois não há maneira de saber ao certo se se trata de uma influência adviniente do CCV ou do PB.

Quanto a colocações, seleccionámos 'ficar esperto' e 'ficar com' (alguém). Em [4.21], percebe-se bem o significado da colocação brasileira 'ficar esperto', expressão informal que se usa como um aviso para alguém «ficar atento ao que pode acontecer». Já 'ficar com' (alguém) significa em [4.22], como também se entenderá, «dormir com, ter relações sexuais com (alguém)», usualmente sem que se estabeleça qualquer compromisso.⁶⁶

[4.23] – Bem você sabia que eu **corria atrás** dela não é? UM17.GHT.RW

[4.24] – **Bola para à frente** meu amigo. I17.G.N.AM

[4.25] – Vou **dar um fora** daqui, Scott espero-te frente a sala I14.G.AD

[4.26] – Como se diz por aí, “**pimenta aos olhos dos outros é refresco.**”

I13.G2.AT

Segundo Jorge (1997), as expressões idiomáticas são unidades sintáticas, lexicológicas e semânticas, nas quais “[o] seu significado não pode ser calculado pelos significados das palavras contidas na expressão [...]” (Jorge, 1997: 371), apresentando distribuições únicas ou muito restritas dos itens lexicais. É claramente entendível como a simples adição dos significados de “correr” e “atrás de” (alguém) não nos ajuda a decifrar na íntegra a significação da expressão brasileira presente em [4.23]. Assim, ‘correr atrás de’ (alguém) não tem aqui um sentido literal, significando «estar “romanticamente” interessado em alguém». Em [4.24], temos o uso da expressão exclamativa brasileira ‘bola para a frente!’, que expressa um repto de encorajamento perante alguma adversidade. Quanto à construção em [4.25], realça-se a expressão informal *dar o fora* (de algum lugar), que significa «sair, ir-se embora» (em Portugal, corresponderá ao verbo “bazar”). Destacamos ainda a presença de um ditado ou provérbio brasileiro em [4.26]. No português do Brasil, a expressão *pimenta nos olhos dos outros é refresco* poderá de algum modo corresponder a “com o mal dos outros, posso eu bem”, de uso comum em Portugal, demonstrando, portanto, a falta de compaixão com a desgraça dos outros. A transferência destas e de outras expressões que fazem parte da fraseologia brasileira é sintomática da influência da variedade brasileira da língua portuguesa no *emergente* PCV, já que estas se constituem como “símbolos da identidade

⁶⁶ Há igualmente ocorrências das locuções e colocações *dar queixa de* (alguém) ('fazer queixa de alguém'), *deitar conversa fora* ('falar só por falar'), *ser bom de* ('ser bom em'), *tomar um lance* ('lanchar'). Para lá das “expressões” *pois não?* ('não é?') em construção afirmativa, *não + verbo mais* ('já não + verbo') e da dupla negação *nada não*.

cultural” (cf. Jorge, 2001) e simplesmente “[c]onhecê-las implica conhecer um povo, a cultura que lhes deu vida, estabelecer entre elas e os homens relações, conhecer mais profundamente a língua e as múltiplas formas de expressividade.” (Jorge, 2001: 216).⁶⁷

Por fim, mostramos que a presença do português brasileiro se faz sentir também ao nível da ortografia e da acentuação.

[4.27] – Ela tem vindo a sofrer de muito **estresse** nesses tempos, com todo o tem vindo a acontecer. I17.G.T.RS

[4.28] – É que você encontrou sua alma **gêmea!** CV16.CEO.AG

Em [4.27], encontramos-nos perante o uso do anglicismo *stress*. Em Portugal, é comum usar-se a grafia inglesa ou fazer-se o aportuguesamento «*stresse*», enquanto no PB é usual a adaptação gráfica para ‘*estresse*’.⁶⁸ Quanto a [4.28], mostra-nos a ocorrência de ‘*gêmea*’, uma de muitas palavras com “e” e “o” tónicos – “*acadêmico*”, “*Antônio*”, “*bebê*”, “*gênero*”, “*higiênico*”, “*ingênuo*”, etc. – que no PB se escrevem com acento circunflexo, quando no PE é exigível um acento agudo.⁶⁹

⁶⁷ Destacam-se também outras ocorrências da fraseologia brasileira: *correr atrás* (‘perseguir uma meta ou objectivo’), *não tem mas, nem meio mas* (‘não vir com desculpas’), *promessa é dívida* (‘quem promete tem de cumprir’) e *vai encarar?* (‘aceitar ou enfrentar um desafio’).

⁶⁸ Rodrigues (2016) reproduz as palavras de uma professora da Praia a afirmar que vê “[...] os alunos, que escrevem, muitas vezes, como dizem, a alterarem a grafia de muitas palavras para a pronúncia brasileira, como na palavra «*nóis*», que seria «*nós*», mas com o ditongo das novelas da Globo [...]” (Rodrigues, 2016: 419).

⁶⁹ Quanto à ortografia e acentuação, para lá do já mencionado caso de *equipe* (‘equipa’), registam-se também *estressante* (‘stressante’) e *Thiago* (‘Tiago’) e o adjectivo *polêmico* (‘polémico’).

Abordagem Morfossintática

A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
Vinha da boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo
Manuel Bandeira¹

¹ Bandeira, [1925] 1956: 217.

Abertura

- Olha, neste semestre iremos estudar língua portuguesa. Mas
não me apetece nem um pouco!
I13.G3.CB

No âmbito da investigação da aquisição de L2, a Análise Contrastiva (AC), defendida por Lado (1957), abordagem de ensino-aprendizagem de L2 que procurava contrastar estruturas da L2 com estruturas semelhantes da L1, a fim de predizer as dificuldades com que os aprendentes se deparariam, dominou até aos anos 60 do século XX. Entretanto, do “descrédito” da *versão forte* da AC e, em particular, da publicação do artigo *The significance of learner’s errors*, de Corder (1967), emergiu a Análise de Erros (AE), abordagem que, tal como a *versão fraca* da AC, vira a sua atenção para o *output* dos aprendentes, em específico, para os erros que estes cometem, em parte determinados por universais de aquisição de L2 (Thomason, 2001: 52), pretendendo, agora, explicá-los à luz da comparação com a norma da L2 (Gass e Selinker, 2008: 96-97).

Na presente dissertação, com o intuito de vislumbrar o espectro linguístico total em jogo no uso do sistema de tratamento da língua portuguesa por parte de aprendentes cabo-verdianos, propomos uma abordagem que resulta da fusão da AC com a AE, retomando, portanto, aspectos das duas teorias. Trabalhamos, desse modo, com duas línguas – o português e o CCV². Trabalhamos, na verdade, simultaneamente com duas variedades nacionais da língua portuguesa – o PE e o PB, e ainda com o *emergente* PCV (ePCV). Partimos, portanto, do *output* dos aprendentes, as construções do *corpus* em ePCV, contrastando-as, a montante, com eliciações dessas construções em CSV e, a jusante, com a norma visada do PE e, concomitantemente, com eliciações em PB³. Não é pretensão desta abordagem a “quatro vozes” encontrar a raiz de todos os desvios do *corpus*, até porque não ignoramos a relevância para o processo de aquisição de L2 de factores como, entre outros, a memória, a motivação, a atitude, a aptidão, a oportunidade e, sobretudo, a extensão e natureza do *input* linguístico (Matras, 2009: 69 cf. Larsen-Freeman e Long 1991: 160). Thomason (2001: 53) declara que a opinião que os falantes bilingues têm das suas línguas afecta o uso que fazem dessas mesmas línguas. Lembremo-nos, então, dos 44,3% de

² Em Cabo Verde, quando o crioulo não tem ainda lugar “oficial” no sistema de ensino, a abordagem contrastiva traz consigo, logo à partida, um aspecto altamente vantajoso para os aprendentes. Pensamos, em particular, no facto de levar o CCV para dentro do processo de ensino-aprendizagem do português, mais propriamente, para dentro da sala de aula, para o quadro, o que não raras vezes se traduz por reflexões acerca do próprio CCV e por, em plena aula de Língua Portuguesa, os aprendentes aprenderem também a pensar a sua L1.

³ CSV: eliciações com falantes bilingues de São Vicente, para lá da nossa competência L2 em CSV. PB: eliciações com uma falante L1 originária do Rio de Janeiro, que reside, actualmente, no Mindelo. PE: nossa competência L1.

falantes do *corpus* para quem o português é, ou parece ser, uma língua estrangeira (Secção 1.5).

É indiscutível a complexidade (ou será riqueza?) do sistema de tratamento da língua portuguesa⁴. Todavia, importa sublinhar que Hammermüller (2004), Araújo Carreira (2008, 2009), Duarte (2010, 2011), Manole e Teletin (2014), Seara e Marques (2016) focam somente os aprendentes de PLE, ou aqueles que têm o português como L1, recaindo, invariavelmente, a tónica em aspectos semântico-pragmáticos, em particular dizendo respeito à selecção adequada de formas de tratamento nominais (perante a imensa variedade à disposição) e ao problemático uso do pronome de tratamento *você*. Em Cabo Verde, contexto de PL2, para lá de dúvidas que, segundo o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (QECR) (2001), dizem respeito à competência sociolinguística, são os aspectos morfossintácticos do sistema de tratamento do português que assumem maior relevância. Aliás, não ignorando a intrínseca relação língua-sociedade (Gouveia, 2008), não será de todo expectável que os contornos semântico-pragmáticos do sistema de tratamento do português não sofram alterações no *emergente* PCV (ver Capítulo Seis).

Conforme defende Araújo Carreira (2004), há três traços estruturais do sistema de tratamento em português: “[...]es formes pronominales, la morphologie verbale et les formes nominales suivies du verbe à la 3^e personne [...]” (Araújo Carreira, 2004: 39). Destas características, apenas uma se encontra espelhada no sistema de tratamento do CSV, isto é, as formas de tratamento pronominais, embora estruturadas num sistema diádico – *bo* e *bosê* –, e não triádico – *tu*, *você*, *o senhor* – como em português. Lembremo-nos de que não há no CCV marcação morfológica verbal de pessoa ou número e não há, por conseguinte, formas de tratamento nominais seguidas do verbo na 3.^a pessoa. Deste modo se retoma a ideia de que são profundas as diferenças morfossintácticas entre o sistema de tratamento do crioulo e o sistema de tratamento da língua portuguesa.

Assim, adoptámos de raiz a classificação do clássico estudo de Lindley Cintra (1972), visando as formas de tratamento pronominais, nominais e verbais, primeiro, segundo uma perspectiva morfossintáctica e, de seguida (ver Capítulo Seis), segundo uma perspectiva

⁴ Seria interessante verificar quantas ocorrências haverá em todos os estudos acerca do sistema de tratamento do PE das palavras ‘complexidade’ e ‘riqueza’ (e outras das mesmas famílias de palavras). Importa, pois, sublinhar que, em nosso entender, tal como defende por outras palavras Araújo Carreira (2004: 39), à complexidade inegável do sistema de tratamento do PE corresponde igualmente uma riqueza inestimável de *nuances* que, em certas línguas, são “espalmadas” e nos tornam, à imagem da era do Facebook que vivenciamos, a todos mais iguais do que realmente somos. Ainda a propósito da complexidade do sistema de tratamento do PE, é notória a atitude marcadamente diferenciada de Scherre (2007), e provavelmente de muitos outros linguistas brasileiros, quando, perante a inegável complexidade que emerge da forte variação do imperativo no PB (associada também à variação de uso de *tu* e *você*), afirma que “[...] a expressão variável do imperativo no português brasileiro revela a **riqueza** natural dos mundos variáveis.” (Scherre, 2007: 213) [sublinhado nosso]. É notável que num artigo de 34 páginas não se qualifique uma única vez a variação do imperativo no PB como complexa, o que nos remete, inevitavelmente, para a conhecida definição atribuída a Agostinho da Silva – “O brasileiro é um português à solta.”

semântico-pragmática⁵. Contudo, decorrente do imperativo de descrever e entender as produções em PL2 dos nossos discentes no que ao sistema de tratamento diz respeito, impôs-se fazer uma subclassificação da sistematização proposta por Lindley Cintra⁶, já que esta não respondia cabalmente aos desvios com que nos deparávamos. Perspectivamos, assim, conforme se vê no Quadro 19, categorias de pronomes para as formas de tratamento pronominais e categorias de modos verbais para as formas de tratamento verbais, individualizando os muitos elementos morfossintácticos envolvidos no uso do sistema de tratamento do português.

Quadro 19 | **Sistematização das formas de tratamento pronominais e verbais alocutivas do singular analisadas no *corpus* (a partir de Lindley Cintra [1972])**

FORMAS DE TRATAMENTO PRONOMINAIS			
Oblíquos	Clíticos	Reflexos	Possessivos
FORMAS DE TRATAMENTO VERBAIS (DESINÊNCIAS)			
Indicativo e Conjuntivo	Imperativo	Infinitivo Flexionado	

⁵ Manole e Teletin (2014) apresentam uma proposta de abordagem didáctica do sistema de tratamento do português, em contexto de PLE, estruturada de acordo com os níveis do QECR, que reforça a ideia de que, também no âmbito do PL2, a perspectiva morfossintáctica é, forçosamente, anterior à perspectiva pragmática.

⁶ Esta sistematização constava já de Mouta e Swolkien (2016), comunicação, de título "*Aqui tens, agora diga lá: kabuverdianu e português em contacto*", apresentada no âmbito do Encontro da Associação de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola (ACBLPE), na Universidade de Cabo Verde na cidade da Praia, no dia 23 de Junho de 2016.

Perspectiva panorâmica

[...] um deles gostava de falar português e o outro não gostava porque achava que o crioulo era a língua que deveria existir dentro da sala de aula.
I17.M.T.EA

Ainda antes de avançar para a descrição e análise detalhadas da abordagem morfossintáctica do sistema de tratamento espelhado nos diálogos do *corpus*, impõe-se perceber o que é que uma visão panorâmica total nos oferece. Não é, de todo, igual um diálogo que apresenta um único desvio de sistema de tratamento a um outro em que se repetem desvios do primeiro ao último turno de fala. Tão-pouco é igual o (não) domínio do sistema de tratamento de um falante que denota dificuldades somente com os possessivos ou com o imperativo, relativamente a um outro que “tropeça” em qualquer das formas de tratamento pronominais e verbais.

Quadro 20 | Panorama de uso do sistema de tratamento no *corpus*
(por categorias de formas de tratamento pronominais e verbais e por falantes)

categorias	não domínio	domínio	total	% não domínio
4 ou mais	161	54	215	74.9%
3 ou menos	60	75	135	44.4%
total	221	129	350	63.1%

Como mencionado, a análise morfossintáctica efectuada visa não apenas as formas de tratamento pronominais (FTP) e as formas de tratamento verbais (FTV) como dois grandes grupos homogéneos, mas, em particular, 7 categorias distintas que se individualizam dentro deles. Assim, partindo dos resultados da abordagem morfossintáctica das formas de tratamento pronominais e verbais usadas no *corpus*, construímos o Quadro 20. Se nos ativermos a uma visão generalista, vê-se que 129 falantes (isto é, 36.9% do total) demonstraram saber controlar o sistema de tratamento, enquanto os outros 221 falantes cometeram algum desvio morfossintáctico relativamente ao uso do sistema de tratamento, o que corresponde a 63.1% do total. Todavia, para obter uma percepção mais pormenorizada do (não) domínio do sistema de tratamento por parte dos falantes do *corpus*, estabelecemos uma diferenciação entre os diálogos em que se usam 4 ou mais categorias de formas de tratamento pronominais e verbais (Gráfico 2) e os diálogos em que apenas emergem 3 ou menos dessas mesmas categorias (Gráfico 3). Observamos, assim, que os 350 diálogos do *corpus* se dividem forçosamente em 4 grupos distintos.

Gráfico 2 | Uso de 4 ou mais FTP e FTV no *corpus*

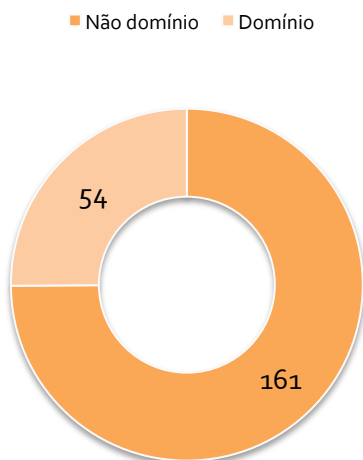
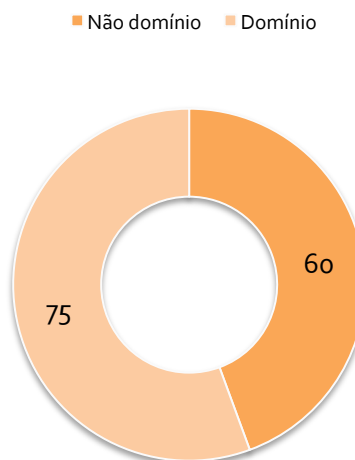


Gráfico 3 | Uso de 3 ou menos FTP e FTV no *corpus*



No Gráfico 2, vê-se que, dos 215 falantes que fizeram um uso mais abrangente do próprio sistema de tratamento, que se traduziu pela utilização efectiva de 4 ou mais categorias de formas de tratamento pronominais e verbais, apenas 54 (ou seja, 25.1%) não cometeram qualquer desvio de sistema de tratamento, enquanto cerca de três quartos, ou seja, 161 falantes (74.9% do total), permitiram alguma oscilação entre o tratamento informal e formal (ou vice-versa) das interacções por si forjadas. Olhemos, agora, para a evolução do (não) domínio do sistema de tratamento por parte desses 215 falantes entre 2011 e 2017.

Quadro 21 | Evolução do (não) domínio de 4 ou mais categorias de formas de tratamento pronominais e verbais no *corpus* (por ano lectivo)

ano lectivo	não domínio	domínio	total	% não domínio
2011/2012	9	4	13	69.2%
2012/2013	12	5	17	70.6%
2013/2014	57	22	79	72.2%
2014/2015	17	4	21	81%
2015/2016	15	5	20	75%
2016/2017	27	9	36	75%
2017/2018	24	5	29	82.8%
total	161	54	215	74.9%

No Quadro 21, focamos somente os mesmos 215 diálogos (61.4% do *corpus*) em que se utilizaram pelo menos 4 categorias de formas de tratamento pronominais e verbais. Destaca-se uma evolução negativa entre 2011/2012 e 2014/2015, de 69.2% para 81% de não domínio do sistema de tratamento, após o que a percentagem de discentes que cometeram

pelo menos um desvio desce para 75%. No último ano lectivo em análise, volta a registar-se uma evolução negativa, atingindo-se a percentagem mais alta de todas – 82.8%. É também bem relevante notar que o ano lectivo em que se registou uma percentagem mais alta de domínio do sistema de tratamento foi no já distante ano de 2011/2012 com apenas 30.8% de diálogos em que se usaram 4 ou mais formas de tratamento pronominais e verbais sem que houvesse um único desvio de sistema de tratamento.

Quanto aos outros 135 diálogos, nos quais apenas foram usadas 3 ou menos categorias de formas de tratamento pronominais e verbais, vê-se, no Gráfico 3, que a diferença entre o domínio ou falta de domínio do sistema de tratamento é bem menos acentuada. Observa-se, então, que 75 falantes (isto é, 55.6%) demonstraram um domínio (relativo) do sistema de tratamento⁷, já que não cometeram qualquer desvio, usando, no máximo, 3 categorias diferentes, ao passo que os outros 60 falantes (44.4% do total) cometeram desvios de sistema de tratamento, mesmo fazendo uso de somente 3 ou menos categorias de formas de tratamento pronominais e/ou verbais. Observemos, então, a evolução do (não) domínio do sistema de tratamento por parte desses 135 discentes entre os anos lectivos de 2011/2012 e 2017/2018.

Quadro 22 | Evolução do (não) domínio de 3 ou menos categorias de formas de tratamento pronominais e verbais no *corpus* (por ano lectivo)

ano lectivo	não domínio	domínio	total	% não domínio
2011/2012	3	6	9	33.3%
2012/2013	10	6	16	62.5%
2013/2014	25	29	54	46.3%
2014/2015	5	7	12	41.7%
2015/2016	3	0	3	100%
2016/2017	3	16	19	15.8%
2017/2018	11	11	22	50%
total	60	75	135	44.4%

No Quadro 22, concentramos o nosso olhar na evolução do (não) domínio do sistema de tratamento dos 135 falantes (38.6% do *corpus*) que apenas usaram, no máximo, 3 categorias de formas de tratamento pronominais e verbais. Observa-se uma forte inconstância entre 2011/2012 e 2017/2018, com percentagens de diálogos com, pelo menos, um desvio tão díspares como 15.8% em 2016/2017 e 100% em 2015/2016. Note-se que neste último ano

⁷ Note-se que, destes 75 falantes que não cometeram qualquer desvio de sistema de tratamento, muitos apenas fizeram uso explícito de uma categoria de formas de tratamento pronominais e/ou verbais, o que não permite dizer que demonstraram um efetivo domínio do sistema de tratamento. Daí, mesmo em relação aos que usaram 2 ou 3 categorias de FTP e/ou FTV, falar-se-á mais adequadamente de um domínio *relativo*.

lectivo apenas são considerados três falantes, o que faz com que a percentagem de 100% não seja relevante, não esquecendo também que, para a consideração geral do domínio ou falta de domínio do sistema de tratamento, são bem menos relevantes estes 38.6% do *corpus*. Destaca-se, assim, a percentagem média de 44.4% de discentes que, mesmo fazendo uso de apenas 3 ou menos categorias de formas de tratamento pronominais e verbais, cometem desvios morfossintácticos de sistema de tratamento. O mesmo é dizer que, mesmo em relação a este domínio relativo do sistema de tratamento, a percentagem média cifra-se nos 55.6%.

De seguida, centramo-nos na análise detalhada das formas de tratamento pronominais (Secção 5.3) e das formas de tratamento verbais (Secção 5.4) que se manifestam na abordagem morfossintáctica do tratamento evidenciado nos diálogos do *corpus*.

Formas de tratamento pronominais

O crioulo e a língua portuguesa estavam na mesa falando dos erros que o crioulo comete ao falar a língua portuguesa.
CV13.RP.CL

Da análise morfossintáctica das formas de tratamento pronominais – oblíquos, clíticos, reflexos e possessivos – presentes nos diálogos do *corpus* resulta o Quadro 23.

Quadro 23 | Resultados da análise das formas de tratamento pronominais (% de falantes)

diálogos	oblíquos	clíticos	reflexos	possessivos
com desvios	29	41	25	63
total	123	224	104	217
% de falantes	23.6%	18.3%	24%	29%

Não há propriamente uma categoria que se destaque em absoluto, embora seja bem significativa a percentagem – 29% – de discentes que denotam dificuldades com o uso dos possessivos (isto é, 63 falantes num total de 217 diálogos nos quais se usaram possessivos). É de realçar que apenas em relação aos pronomes pessoais clíticos se encontra uma percentagem de falantes que cometem desvios ligeiramente abaixo dos 20%. Por fim, é notório como a categoria única de formas de tratamento pronominais, centrando-se apenas nos pronomes com função de sujeito, não nos poderia oferecer este panorama de uso de outros pronomes directa e fortemente envolvidos no sistema de tratamento.

Nas subsecções que se seguem, dedicar-nos-emos à análise morfossintáctica das 4 categorias de formas de tratamento pronominais.

SUBSECÇÃO 5.3.1

Oblíquos

Para além da função de sujeito, complemento directo e complemento indirecto, os pronomes pessoais do português podem desempenhar a função de complemento de uma preposição, assumindo, no tratamento alocutivo, as formas de 2SG *ti* e *contigo*, para o tratamento informal, e as formas de 3SG *você*, *si* e *consigo*⁸, para o tratamento formal. Na

⁸ Conscientes da distinção entre «pessoa semântica» e «pessoa gramatical», adoptámos, para a presente análise morfossintáctica, o conceito de «pessoa gramatical» já que se trata de “[...] uma propriedade de natureza puramente morfossintáctica [...]” (Raposo *et al.*, 2013: 899). Assim, falar-se-á de *você* e dos oblíquos, clíticos, reflexos e possessivos da mesma série pronominal como formas da 3SG usadas no tratamento alocutivo de contornos formais e de reverência. Até

presente dissertação, usamos para os pronomes mencionados a designação de «oblíquos», termo que, morfológicamente, “[...] designa a forma casual particular que os pronomes tomam quando têm a função de complemento de uma preposição.” (Raposo *et al.*, 2013: 904).

Observa-se no Quadro 23 que, na totalidade do *corpus*, houve 123 falantes que, no tratamento allocutivo, fizeram uso de pronomes pessoais oblíquos. Desses diálogos, destacam-se 29 textos (23.6% do total) em que se notaram desvios relacionados com a (falta de) manutenção do tratamento informal ou formal que se havia inicialmente adoptado.

[5.1]

CSV – *Bo ka t’oiá k bo ti ta prejudiká bo psoa.*
2SG NEG TMA.ver REL 2SG TMA prejudicar 2SG pessoa

ePCV – **Não** vês **que** estas a **prejudicar a si** mesmo. I13.C.M.ES⁹

PB – Você não ‘tá vendo que se prejudica.

PE – Não vês que estás a prejudicar-te a **ti** mesmo.

[5.2]

CSV – [...] *N fazê kxtão d’ pdi bo numer pa pdi-b dxkulpa.*
1SG fazer questão PREP pedir 2SG.POSS número COMP pedir-2SG desculpa

ePCV – [...] **eu fiz questão em pedir o teu numero para desculpar-me consigo.** I13.G.JS

PB – [...] eu quis pedir o teu número para me desculpar **com você.**

PE – [...] eu fiz questão em pedir o teu número para desculpar-me **contigo.**

Em primeiro lugar, observamos dois turnos de fala, parte de diálogos que se constroem em ambientes informais. Em [5.1], após a dupla marcação de proximidade através das formas de tratamento verbais de 2SG *vês* e *estás*, regista-se uma oscilação de tratamento aquando da utilização do pronome oblíquo *si*, da 3SG. Com o turno de fala em [5.2], depois do uso de *teu*, possessivo de 2SG, emerge, igualmente, um oblíquo de 3SG, *consigo*. Em ambas as construções, o desvio de sistema de tratamento parece resultar, simplesmente, do fraco *input* da norma padrão do PE a que estes falantes estão sujeitos (Lopes, 2016: 20), associado à nossa percepção da baixa frequência dos pronomes pessoais oblíquos na própria variedade europeia do português. Poder-se-á, ainda, evocar o carácter eminentemente funcional e

porque, conforme a designação de Lindley Cintra (1972), a que já nos referimos anteriormente, relativa a *o senhor* como forma de tratamento nominal pronominalizada, com a qual concordamos em absoluto, ter-se-ia, igualmente, de observar *o senhor* (e mesmo as outras formas de tratamento nominais) como forma da 2SG.

⁹ Os diálogos integrais, cujos dados do ePCV são analisados no presente capítulo, encontram-se digitalizados no Anexo 2.

sintático destes itens, usualmente de aquisição mais difícil em contextos de PL2. Contrastando a elicitacão em CSV de [5.1] com a norma do PE, destaca-se a natureza “sintética” do sistema de tratamento do CSV por oposiçã à complexidade morfológica do sistema de tratamento do PE. Note-se que as três formas de tratamento diferentes do PE – *vês*, *estás* e *ti* – correspondem, no sistema de tratamento do crioulo, a apenas uma única forma – *bo*. Dir-se-á, então, tratar-se de desvios que espelham a produção individual, e muitas vezes instável, característica do próprio processo de aquisição de L2¹⁰, não representando, por conseguinte, qualquer tendência generalizada.

[5.3]

CSV – [...] *y bo, mané k bo ma bo pkena tá?*
CONJ 2SG como REL 2SG COM 2SG.POSS namorada COP.PRS

ePCV – [...] **e tu como é que anda as coisas entre *você* e a tua namorada?** I12.M.NP

PB – [...] então, como é que vão as coisas entre ***você*** e sua namorada?

PE – [...] e tu, como é que andam as coisas entre ***ti*** e a tua namorada?

A interacção de que faz parte o turno de fala em [5.3] é entre dois amigos. Ao longo do diálogo, faz-se uso do oblíquo de 2SG *contigo*, contudo, na presente construção, concomitantemente às marcações de informalidade em *tu* e *tua*, nota-se a presença de *você*, forma de complemento de uma preposição da 3SG da série pronominal relativa ao pronome sujeito *você*, usada no tratamento formal. Observando a elicitacão da mesma construção em PB, percebe-se, então, a preferência por uma forma fonologicamente mais saliente como *você*, em detrimento do oblíquo *ti*. Veja-se que, mesmo antes de iniciarmos a análise dos dados, já havíamos constatado (ver Quadro 11, Secção 2.2), a partir dos 74.3% dos falantes que, quando confrontados com turnos de fala “não marcados”, optaram por elaborar diálogos T (sem a presença de qualquer interlocução formal), que, para muitos falantes do *corpus*, os oblíquos, clíticos, reflexos e possessivos, assim como as desinências verbais, se constituem como formas de tratamento de algum modo imperceptíveis, não visíveis. Simultaneamente, esta opção por *você* evidencia também uma certa indistinção, que se nota em alguns falantes, entre as marcas mais evidentes da informalidade no PE e no PB – *tu* e *você*. Em Galves *et al.* (2016), com o intuito de discutir a reorganização do quadro pronominal do português brasileiro após a emergência de *você*, analisa-se um *corpus* de cartas datadas de 1870 a cerca de 1950, escritas no Rio de Janeiro. Relativamente aos

¹⁰ Na aquisição de L2, os estágios “[...] produzidos por um aprendente são conhecidos como *interlínguas*, sistemas ‘interinos’ de regras e estruturas que ainda não são idênticos à língua-alvo tal como é falada pelos nativos.” (Stroud, 1997: 13-14).

oblíquos, os autores concluem que “[...] as formas do paradigma de *você* [...] foram mais produtivas que as do paradigma de *tu* [...]” (Galves *et al.*, 2016: 130). Se nas cartas com alternância de sujeito entre *tu* e *você*, os oblíquos *ti* e *você* apresentam igual frequência, nas cartas com sujeito único *você*, há 100% de ocorrências da estratégia «preposição + *você*» como oblíquo. Registe-se, ainda, que há no *corpus* da dissertação, em outros diálogos T, ocorrências semelhantes com diferentes complementos de uma preposição – ‘com *você*’, ‘de *você*’, ‘para *você*’ e ‘sem *você*’.

[5.4]

CSV – *Mi también N ta goxtá txeu d’ falá ma bosê. Manera bosê fidj tá?*
 1SG também 1SG TMA gostar muito PREP falar COM 2SG.HON como 2SG.HON.POSS filho COP.PRS

ePCV – **Também gosto muito de falar com você. Como está o seu filhote?** _{13.G2.LP}

PB – Também gosto muito de falar **com você**. Como vai o seu filho?

PE – Também gosto muito de falar **consigo**. Como está o seu filhote?

Por fim, analisamos em [5.4] um turno de fala de um diálogo entre duas mulheres que mantêm uma interação formal e de cordialidade entre si. Na totalidade do diálogo, há várias formas de tratamento pronominais formais – oblíquos, clíticos e possessivos de 3SG. Todavia, intercalando com três usos do oblíquo de 3SG *consigo*, emerge outro pronome oblíquo, *você*, igualmente da 3SG, mas representativo de uma baixa formalidade, que contrasta com a reverência e distância impostas pelas outras formas de tratamento pronominais (e verbais) de formalidade presentes no diálogo. À imagem do que se observou em [5.3], poderíamos ser tentados a apontar exclusivamente para a transferência do oblíquo *você* da variedade brasileira do português. Contudo, lembrando que, tal como defendem Gass e Selinker (2008: 108), um determinado desvio pode resultar de influência simultânea de diferentes origens, vemo-nos forçados a considerar igualmente a própria L1 dos falantes do *corpus*. Olhando para a elicitación de [5.4], vê-se que se usou *ma bosê*. Em CSV (ver Subsecção 4.2.1), o pronome de tratamento cortês *bosê*, desempenhando aqui a função de complemento da preposição *ma* (‘com’ em português), partilha fortes semelhanças fonéticas e formais com o pronome do português *você*, distinguindo-os, sobretudo, o uso pragmático que deles se faz nas duas línguas. Poderá tratar-se, então, de uma transferência formal e foneticamente motivada que, contudo, implica um confronto entre valores pragmáticos bem diferenciados – a elevada reverência do *bosê* do CSV *versus* a baixa formalidade do *você* do PE (ver Subsecção 6.3.3).

SUBSECÇÃO 5.3.2

Clíticos

Em português, as formas acusativas e dativas dos pronomes pessoais, desempenhando, respectivamente, as funções de complemento directo e de complemento indirecto, são formas átonas, também designadas por clíticos, “[...] itens lexicais sem acento prosódico atribuído no léxico.” (Raposo *et al.*, 2013: 904). No tratamento alocutivo, os clíticos de 2SG de objecto directo e indirecto assumem a forma *te*, na informalidade, enquanto se opera a distinção, na formalidade, entre os clíticos acusativos de 3SG – *o*, *a* – e o clítico dativo de 3SG – *lhe*.

No Quadro 23, regista-se que 224 falantes do *corpus* usaram, no tratamento alocutivo do singular, clíticos nos seus diálogos, e que em apenas 41 dos textos desses discentes (18.3% do total) se notou alguma variação involuntária entre o tratamento informal e o tratamento formal (ou vice-versa) adoptado para uma determinada interlocução.

[5.5]

CSV – *Dxkulpa-m, nha intensão ka fui suxtá-bosê, ma alertá-bosê pa*
desculpar-1SG 1SG.POSS intenção NEG COP.PST assustar-2SG.HON CONJ alertar-SG.HON COMP

inpurtância d' bonx modux y kex vantagem k' ex podê trazê-bosê.
importância PREP bom.PL modo.PL CONJ DEM.PL vantagem REL 3PL poder trazer-SG.HON

ePCV – Meu caro **a minha intenção não foi assustá-lo, mas alertá-lo para, a importância, que os bons modos tem, e as vantagens que te poderá dar.** I15.G.SS

PB – A minha intenção não foi te assustar, mas sim te alertar para a importância da boa educação, e as vantagens que **te** poderá trazer.

PE – Meu caro, a minha intenção não foi assustá-lo, mas alertá-lo para a importância que os bons modos têm, e as vantagens que **lhe** poderão trazer.

[5.6]

CSV – [...] *bosê ganhá un nova amiga, N ka ta ben txá-bosê senti-bosê so.*
2SG.HON ganhar ART nova amiga 1SG NEG TMA vir deixar-2SG.HON sentir-2SG.HON só

ePCV – [...] a senhora ganhou **uma nova amiga, não vou deixar-te sentir-se sozinha.**
 UM17.E.DD

PB – [...] a senhora ganhou uma nova amiga, não vou **te** deixar se sentir sozinha.

PE – [...] a senhora ganhou uma nova amiga, não vou deixá-**la** sentir-se sozinha.

Os turnos de fala em [5.5] e [5.6] são parte de diálogos V, constituídos sobretudo, ou na totalidade, por interacções assimétricas. Em [5.5], ressalta a marcação de deferência presente logo no vocativo *meu caro*, à qual se seguem dois clíticos acusativos de 3SG, até que surge o clítico de 2SG *te*, quando, na norma padrão do PE, seria exigível o clítico dativo de 3SG *lhe*. De seguida, em [5.6], observamos o uso do mesmo clítico de 2SG *te*, após a forma de tratamento nominal *a senhora*, a forma de tratamento verbal de 3SG *ganhou*, e seguido ainda da forma de tratamento pronominal de 3SG *se*, quando, agora, se prescreveria o clítico acusativo de 3SG – *a*. Percebe-se, com a respectiva elicitação destas construções, que em CSV a marcação de formalidade é inequívoca e fortemente realizada através do clítico *bosê*, daí não resultando qualquer fenómeno de transferência para as estruturas focadas. Todavia, observamos uma possível, ou mesmo provável, transferência de estruturas semelhantes do PB. Nota-se, nas elicitações de [5.5] e [5.6] na variedade brasileira do português, a utilização do clítico de 2SG *te* quer quando em PE se usaria o clítico dativo *lhe* quer quando se usaria o clítico acusativo *a*, o que vai exactamente ao encontro dos resultados obtidos em Galves *et al.* (2016: 126-128). Da análise do *corpus* já mencionado de cartas escritas no Rio de Janeiro, os autores determinam um domínio quase absoluto do clítico *te*, com 76% das ocorrências, quando com a função de objecto indirecto, e mais de 90%, quando desempenhando o papel de objecto directo.

Contrariamente às duas construções precedentes, observamos agora, em [5.7], [5.8] e [5.9], turnos de fala de diálogos T, parte de interacções informais. Destaca-se, então, a utilização, respectivamente, do clítico dativo de 3SG, do clítico acusativo de 3SG e do pronome *você* em situações contextuais nas quais, na norma padrão do PE, teríamos sempre o clítico de 2SG *te*.

[5.7]

CSV – *Mejm asin, N krê dzê-b un koza: Deux t' amó-b y El ta kreditá na bo!*
 mesmo assim 1SG querer dizer-2SG ART coisa deus TMA amar-2SG CONJ 3SG TMA acreditar PREP 2SG

ePCV – **Mesmo assim, eu quero *lhe* dizer uma coisa “Deus te ama e Ele acredita em ti!”** _{115.M.CC}

PB – Mesmo assim, eu quero **te** dizer uma coisa: Deus te ama e Ele acredita em você!

PE – Mesmo assim, eu quero dizer-**te** uma coisa: Deus ama-te e Ele acredita em ti!

Em [5.7], diálogo entre amigos, o uso desviante do clítico de 3SG *lhe* não parece encontrar na abordagem contrastiva uma origem inequívoca. Embora na elicitação acima se utilize o

clítico de 2SG *te*, a influência indirecta do PB não é hipótese a desconsiderar, já que se constata nesta variedade alguma variação de uso, no tratamento alocutivo, entre o clítico dativo de 2SG *te* e o clítico dativo de 3SG *lhe*. Em Galves *et al.* (2016: 129), os resultados apenas relativos às cartas com sujeito único *você* mostram que, em função dativa, há uma maior frequência de *lhe* (29%) do que de *te* (27%). Poderá também este desvio particular representar apenas um equívoco pontual, um erro de produção típico do processo de aquisição de L2, ou seja, resultado de “[...] universals of second-language acquisition, perhaps connected with Universal Grammar [...]” (Thomason, 2001: 52), desvios cujo entendimento total ainda é precário.

[5.8]

CSV – *Bo táva la trixt, bo so, diazá, enton no resolvê t xmó-b.*

2SG COP.PST ali triste 2SG só há.muito.tempo então 1PL resolver chamar-2SG

ePCV – Estavas **ali triste, sozinha desde há muito então resolvemos chamá-la**. I13.G2.JC

PB – Você ‘tava ali tão triste sozinha, então resolvemos **te** chamar.

PE – Estavas ali triste, sozinha, desde há muito, então resolvemos chamar-**te**.

O turno de fala em [5.8] mostra o momento em que dois jovens travam conhecimento um com o outro. Após a forma de tratamento verbal de 2SG *estavas*, surge o clítico acusativo de 3SG *a*, que, não se vislumbrando qualquer possível transferência da L1, ou mesmo do PB (no qual este clítico acusativo não é produtivo)¹¹, se poderá entender igualmente como um desvio natural em contextos de aquisição de L2, representando a produção instável individual de um só falante e não qualquer hipotética tendência de mudança linguística.

¹¹ A título de exemplo, no *corpus* analisado em Galves *et al.* (2016: 127), os clíticos acusativos *o*, *a* apenas representam 1% do total para a posição gramatical de objecto directo.

[5.9]

CSV – *Sónia, bo sabê k' N ti ta ba fazê un kurs agora y N ka ta k trabói*
 Sónia.VOC 2SG saber REL 1SG TMA ir fazer ART curso agora CONJ 1SG NEG COP.PRS REL trabalho

pa sustentó-b má un fidj, pur is bo ten d' trá-l.
 COMP sustentar-2SG COM ART filho por isso 2SG ter PREP tirar-3SG

ePCV – **Sónia, sabes que eu vou fazer um curso agora e não estou com trabalho para sustentar você e filho(a), por isso tens que tirá-lo.** UM16.E.AF

PB – Sónia, você sabe que eu vou fazer um curso agora e não estou trabalhando para sustentar **você** e um filho, por isso você tem que abortar.

PE – Sónia, sabes que eu vou fazer um curso agora e não estou com trabalho para **te** sustentar a ti e a um filho, por isso tens de abortar.

Em terceiro lugar, observamos a construção em [5.9], parte de um diálogo entre namorados. Também aqui se exigiria o clítico acusativo de 2SG *te*, optando, agora, o falante não por um clítico de 3SG, mas por *você*, pronome que na norma padrão do PE desempenha apenas a função gramatical de sujeito ou de complemento de uma preposição. Perspectiva-se, então, através da elicitação em PB, a transferência do uso diferenciado que tem *você* na variedade brasileira do português, como clítico de objecto directo. Também em Galves *et al.* (2016: 127) se observa que *você* surge como clítico acusativo em 5% das situações de uso na totalidade do *corpus*. Embora não pareça uma percentagem relevante, nota-se igualmente que, olhando apenas as cartas exclusivas de sujeito *você*, a percentagem de uso de *você* como clítico de objecto directo aumenta, substancialmente, para os 25%.

Por fim, analisamos três turnos de fala com desvios em relação ao uso que se faz dos clíticos na norma padrão do PE, mas que, contudo, não se constituem como desvios de sistema de tratamento.

[5.10]

CSV – *El ta dret, el mandá salvá-bosê. N ben ijdá-bosê fazê kex*
 3SG COP.PRS bem 3SG mandar cumprimentar-2SG.HON 1SG vir ajudar-2SG.HON fazer DEM.PL

trabói k bosê dzê-m goxturdia.
 trabalho REL 2SG.HON falar-1SG há.uns.dias

ePCV – **Ela esta bem, mandou-lhe cumprimentos, eu vim ajudar-lhe a fazer aqueles deveres de que a senhora me falou no outro dia.** I15.M.MF

PB – Ela está bem, mandou te cumprimentar. Eu vim **te** ajudar a fazer aqueles deveres que a senhora falou no outro dia.

PE – Ela está bem, mandou-lhe cumprimentos. Eu vim ajudá-**la** a fazer aqueles trabalhos de que a senhora me falou no outro dia.

Em [5.10], turno de fala de um jovem dirigido a uma senhora, sua vizinha, ocorre o uso do clítico de 3SG *lhe*, de objecto indirecto, quando se prescreve o clítico *a*, igualmente de 3SG, mas de objecto directo. Não há, por conseguinte, qualquer oscilação de tratamento. Poder-se-á considerar que o desvio aqui presente resulta em parte do contacto linguístico com o CSV, no qual, como se vê pela elicitação da mesma construção, não há distinção entre clíticos de 2SG de objecto directo e de objecto indirecto, usando-se, no tratamento alocutivo formal, *bosê* quer com a expressão verbal 'mandar cumprimentos' quer com o verbo 'ajudar'. De igual modo, no tratamento alocutivo informal, usar-se-á sempre – na posição de complemento directo e indirecto – *bo*, pronome de 2SG do CSV.

[5.11]

CSV – *Oiá, ka bo ligá-!*
 olhar NEG 2SG ligar-3SG

ePCV – **Olha, não o ligues!** I14.M.LD

PB – Ah, não liga **para ele!**

PE – Olha, não **lhe** ligues!

De seguida, em [5.11], vemos um turno de fala parte de um diálogo informal entre amigos. Quando se exigiria o uso do clítico dativo de 3SG *lhe*, o falante utiliza o clítico acusativo de 3SG *o*. Tal como já mencionado para os clíticos de 2SG no tratamento alocutivo, os pronomes de objecto directo e indirecto da 3SG no tratamento delocutivo também apresentam igual forma no CSV – o pronome enclítico *-l* (como em 'ligá-*l*_{ligar.3SG}') tanto desempenha a função de complemento directo como de complemento indirecto. Assim, parece fazer-se notar, em

alguns falantes do *corpus*, um efeito da falta de oposição entre clíticos de objecto directo e clíticos de objecto indirecto que caracteriza o CSV.

[5.12]

CSV – *Bo podê sim, nha fidj, ten txeu manera d' xtód duent y diferent tip d'*
 2SG poder sim 1SG.POSS-filho.VOC ter muito maneira PREP COP doente CONJ diferente tipo PREP
duensa k ka ta xtrovó-b d' fazê ukê k bo ta goxtá.
 doença REL NEG TMA extorvar-2SG PREP fazer REL 2SG TMA gostar

ePCV – Podes **sim**, meu filho, **existe várias formas de estar doente e diferentes tipos de doenças que por vezes não impedem** de fazeres o que gostas. I12.M.RS

PB – Pode **sim**, meu filho, existem várias formas de estar doente e diferentes tipos de doenças que por vezes não **te impedem** de fazer o que você gosta.

PE – Podes **sim**, meu filho, existem várias formas de estar doente e diferentes tipos de doenças que por vezes não **te impedem** de fazeres o que gostas.

Em último lugar, analisamos a construção em [5.12], turno de fala de uma interacção assimétrica entre um jovem rapaz e uma senhora de idade. Observa-se a presença de algumas marcas do tratamento verbal e nominal informal da senhora para com o rapaz – *podes, meu filho, fazeres e gostas* –, notando-se a ausência do pronome clítico de 2SG *te* exigido, na norma padrão do PE, pelo verbo 'impedir'. Também aqui, até mesmo pela presença do pronome equivalente na construção elicitada em CSV – pronome enclítico *-b* em 'xtrovó-**b**_{extorvar-2SG}' –, parece tratar-se de um erro pontual, típico da produção instável de muitos falantes em contextos de PL2.

SUBSECÇÃO 5.3.3

Reflexos

De seguida, ainda no que diz respeito às formas de tratamento pronominais, focamos o uso no *corpus* dos pronomes reflexos, formas que podem desempenhar a função de complemento directo ou indirecto. No tratamento alocutivo, utiliza-se, na conjugação pronominal, o pronome reflexo *te* para a 2SG e o pronome reflexo *se* para a 3SG.

Como se observa no Quadro 23, apenas 104 falantes usaram pronomes reflexos nos seus diálogos, com 25 desses discentes (24% do total) a permitirem alguma oscilação indevida entre o tratamento informal e formal (ou vice-versa) adoptado nas interlocuções

por si construídas. Nas construções em [5.13], [5.14] e [5.15], observam-se diferentes desvios de tratamento relacionados com a utilização dos reflexos.

[5.13]

CSV – *Bo ti ta perturbá, bá fká ma Migel y txá d' luviandad.*
 2SG TMA perturbar ir ficar COM Miguel CONJ deixar PREP leviandade

ePCV – Você está a perturbar, **junta-te** ao Miguel e **deixa-te** de birras. I13.C.M.EA

PB – Você está perturbando, vá ficar com o Miguel e pare com a pirraça.

PE – Você está a perturbar, **junte-se** ao Miguel e **deixe-se** de birras.

[5.14]

CSV – *Bo ta parsê-m trixt, ben sentá li ma mi! N ka ta ben fazê-b mal.*
 2SG TMA parecer-1SG triste vir sentar aqui COM 1SG 1SG NEG TMA vir fazer-2SG mal

ePCV – Pareces triste, **sente-se** aqui comigo! Não te vou magoar. I13.T.AR

PB – Você parece triste, **senta** aqui comigo! Não vou te machucar.

PE – Pareces triste, **senta-te** aqui comigo! Não te vou magoar.

Em [5.13], uma professora primária dirige-se a um aluno tratando-o por *você*, ao que se segue, naturalmente, a forma de tratamento verbal da 3SG *está*. Todavia, de seguida, emerge o uso de imperativos informais de 2SG – *junta-te* e *deixa-te* –, que remetem, na norma padrão do PE, para um tratamento allocutivo por *tu*. Observa-se, portanto, um “arrastamento” expectável do reflexo de 2SG *te* após a utilização das formas imperativas de 2SG. Significa isto que, embora haja, de facto, um desvio de sistema de tratamento relativo ao uso dos reflexos, há um outro desvio “primeiro”, devido ao uso dos imperativos informais quando se havia adoptado um tratamento de (baixa) formalidade explícito com o pronome sujeito *você*. Em [5.14], turno de fala igualmente de um diálogo V, nota-se o fenómeno diametralmente inverso. Um homem mais velho dirige-se a uma jovem rapariga usando formas de tratamento informais, como *pareces* e *te*, intercaladas por um imperativo formal – *sente-se* –, que, de igual maneira, leva o respectivo reflexo para a 3SG.

[5.15]

CSV – *Ka bo priokupá, já no ta txgá, bo ka ta ba rrependê [...]*
NEG 2SG preocupar já 1PL TMA chegar 2SG NEG TMA arrepender

ePCV – **Não** te preocupes **ja chegamos não** vais **se arrepender [...]** I13.G2.AD

PB – Não se preocupe, já chegamos, você não vai **se** arrepender [...]

PE – Não te preocupes, já chegamos, não **te** vais arrepender [...]

Já em [5.15], somos confrontados com um desvio de tratamento mais invulgar. Trata-se de uma interação informal entre dois amigos, da qual se destaca aqui o uso do reflexo de 3SG *se*, quando a forma verbal ‘arrepender’ não apresenta qualquer desinência de pessoa. Embora na elicitación em PB se observe, em igual situação contextual de informalidade, a utilização do mesmo reflexo de 3SG, o que poderá ajudar a entender a oscilação de tratamento, de acordo com a norma padrão do PE, nota-se também que o mesmo desvio não se repetiu na primeira forma imperativa negativa usada em [5.15] – *não te preocupes*. Assim, para lá de uma possível influência indirecta da estrutura do PB, sobressai o carácter instável da produção em L2 por parte de certos aprendentes.

[5.16]

CSV – *Ó José, bo ti ta ben dzê-m ukê ti ta kontsê o não? Bo metê n’algun problema?*
VOC-José 2SG TMA vir dizer-1SG REL TMA acontecer CONJ não 2SG meter PREP-algun problema

ePCV – **Ó José,** vais **dizer-me o que se passa o não? Meteste em algum problema?**

UM17.GHT.KS

PB – José, você vai me dizer o que está acontecendo, ou não? Você **se meteu** em algum problema?

PE – Ó José, vais dizer-me o que se passa ou não? **Meteste-te** em algum problema?

Por fim, focamos o turno de fala em [5.16], o qual, à imagem do que analisámos em [5.12], com a ausência do clítico, se constitui como um uso desviante de reflexos, sem que se materialize qualquer desvio de sistema de tratamento. Vê-se que, após a marcação de informalidade com a forma de tratamento verbal de 2SG *vais*, há uma utilização do verbo ‘meter’ com a supressão do pronome reflexo exigido, na norma padrão do PE, para este uso particular. O CSV apresenta várias estratégias de reflexividade (cf. Swolkien, 2015), contudo, tal como se observa na respectiva elicitación de [5.16], não há nesta construção específica a presença de qualquer dessas estratégias reflexas, o que poderá entender-se como uma forte

influência para a notada ausência do reflexo na construção em ePCV, como também indicam os resultados de Alexandre e Swolkien (2019).

SUBSECÇÃO 5.3.4

Possessivos

Por último, tratamos os pronomes possessivos, que intervêm também no tratamento allocutivo, assumindo as formas de 2SG *teu, tua, teus* e *tuas*, em interacções informais, e as formas de 3SG *seu, sua, seus* e *suas*, em trocas verbais de formalidade, constituindo “[...] a variante casual genitiva dos pronomes pessoais [...]” (Raposo *et al.*, 2013: 906).

Como já mencionado, entre as formas de tratamento pronominais, tal como se vê no Quadro 23, os desvios relativos ao uso dos possessivos são aqueles que mais se destacaram. Da totalidade do *corpus*, 217 discentes usaram possessivos nos seus diálogos, cifrando-se em 63 o número de falantes que cometeram algum desvio de tratamento, o que corresponde a 29% do total.

[5.17]

CSV – *Boa tard, mi e agent d’ ajênsia Tropicour, y no ti ta ben*
 boa.tarde 1SG COP.PRS agente PREP agência Tropicour CONJ 1PL TMA ir

akompanhá-bosê durant bosê xtadia.
 acompanhar-2SG.HON durante 2SG.HON.POSS estadia

ePCV – **Olá, boa tarde, eu sou agente, da agência Tropic-Tour, e vamos acompanhar o Sr. durante à tua estada.** I11.T3.2.S5

PB – Olá, boa tarde, eu sou agente da Tropicour, e vamos te acompanhar durante a **sua** estadia.

PE – Olá, boa tarde, eu sou agente da agência Tropicour, e vamos acompanhá-lo durante a **sua** estada.

Em [5.17], construção parte de um diálogo V entre uma funcionária de uma agência de viagens e um cliente, observamos, após o uso da forma de tratamento nominal de reverência *o senhor*, desempenhando a função de complemento directo (ver Subsecção 6.4.1), uma mudança repentina e inesperada para um tratamento de proximidade, com a utilização do possessivo de 2SG *tua*. Olhando para as elicitacões em CSV e PB, constatamos claras marcações de formalidade e da 3SG, respectivamente, através de *bosê* e *sua*. Assim, também aqui o desvio de tratamento parece advir de um erro de produção pontual, resultado de

determinados parâmetros universais linguísticos presentes em contextos de aprendizagem de L2.

[5.18]

CSV – *N ben xpía s' bo ta inprextá-m bo kamiza azul d' buton bronk.*
1SG vir ver CONJ 2SG TMA emprestar-1SG 2SG.POSS camisa azul PREP botão branco

ePCV – **Vim aqui ver se tu me emprestavas a sua camisa azul de botões brancos.**

F15.E.AP

PB – Eu vim ver se você me empresta a **sua** camisa azul.

PE – Vim aqui ver se tu me emprestavas a **tua** camisa azul de botões brancos.

De seguida, em [5.18], reproduz-se um turno de fala de um diálogo informal entre dois amigos. Depois de usar o pronome pessoal sujeito de 2SG *tu* e a forma de tratamento verbal de 2SG *emprestavas*, o falante opta por um possessivo de 3SG, ocorrência que parece resultar de uma transferência da construção similar do PB, variedade na qual é possível utilizar indistintamente, em interações informais e formais, os possessivos de 3SG *seu* e *sua*, respectivamente para com interlocutores tratados por *você* e por *o senhor*. Embora na construção do *corpus* pontue o sujeito de 2SG *tu*, recorrendo ainda a Galves *et al.* (2016: 131), vê-se que, em cartas exclusivas de sujeito *você*, o uso do possessivo de 3SG *seu* predomina em absoluto, em 90% das ocorrências analisadas. Em Pereira (2015), estudo dedicado à variação diacrónica e sincrónica¹² *teu/seu* no português brasileiro, a autora conclui que, na diacronia, “[o]s resultados gerais ilustram uma maior utilização de *teu/tua* com 53% das utilizações, já o emprego de *seu/sua* obteve 47% de usos.” (Pereira, 2015: 105), com um ponto de viragem bem definido na década de 1930-1940, a partir do qual os possessivos *seu/sua* passam a predominar (acompanhando a suplantação de *você* perante *tu*). Quanto à sincronia, “[...] percebe-se que há o maior emprego de *seu/sua*, embora ainda apareça em variação com *teu/tua*.” (*ibid.*: 114).

¹² A autora usa, para a análise diacrónica, um *corpus* de cartas pessoais datadas de 1870 a 1980 e, para a análise sincrónica, roteiros de vídeos humorísticos do canal de internet Porta dos Fundos produzidos em 2013.

Formas de tratamento verbais

- Não sei! Eu geralmente costumo ter dificuldades em expressar-me em português, tive dificuldades com os verbos, enfim!
I13.G3.CB

No Quadro 24, encontramos os resultados respeitantes à análise morfossintáctica das formas de tratamento verbais – modos indicativo e conjuntivo, imperativo e infinitivo flexionado¹³.

Quadro 24 | Resultados da análise das formas de tratamento verbais (% de falantes)

diálogos	indicativo e conjuntivo	imperativo	infinitivo flexionado
com desvios	83	132	31
total	343	263	100
% de falantes	24.2%	50.2%	31%

Deparamo-nos, então, com o traço morfossintáctico inequivocamente mais relevante, aquele que diz respeito à utilização do imperativo. Entre 263 discentes que fizeram uso de formas imperativas nos seus diálogos (equivalente a 75.1% do total de falantes do *corpus*¹⁴), 132 cometeram algum desvio de sistema de tratamento, através da variação involuntária do tratamento informal para o formal (ou vice-versa), o que corresponde a 50.2% do total. Mais uma vez, observar os dados do *corpus* apenas visando as desinências verbais como um todo não nos possibilitaria perceber que, embora sejam relevantes os desvios relacionados com o uso de tempos verbais do indicativo e do conjuntivo e, sobretudo, com o uso do infinitivo flexionado, é em torno do imperativo que o contacto entre os sistemas de tratamento do crioulo e do português (de Portugal e do Brasil) mais fortemente se faz sentir.

Analisaremos agora, em três subsecções distintas, as várias categorias de formas de tratamento verbais.

¹³ O infinitivo é mais comumente classificado como uma forma nominal do verbo e não como um modo. Há, contudo, autores que discordam, em parte ou mesmo totalmente. Para uma discussão aprofundada deste tópico, ver Raposo *et al.* (2013: 688).

¹⁴ Refira-se que uma percentagem tão elevada de uso “espontâneo” do imperativo não permite, evidentemente, considerar possíveis estratégias de evitação do modo imperativo devido a eventuais inseguranças e incertezas em relação à sua construção e uso.

SUBSECÇÃO 5.4.1

Indicativo e conjuntivo

No uso do sistema de tratamento do português, há forçosamente uma “concordância” gramatical (e pragmática) que se estabelece entre as formas de tratamento pronominais, verbais e nominais. Assim, considera-se desvio de sistema de tratamento qualquer oscilação que se faça entre o tratamento por *tu* e o chamado tratamento por *você*²⁵, isto é, o tratamento informal e o tratamento formal (ou vice-versa). No que diz respeito às formas de tratamento verbais, o foco dessa “concordância” encontra-se, naturalmente, no uso das desinências verbais dos vários tempos e modos da língua portuguesa.

Observa-se no Quadro 24 que, em 343 falantes do *corpus* (ou seja, 98% do total) que usaram, no tratamento allocutivo do singular, formas verbais de tempos dos modos indicativo e conjuntivo, “apenas” 83 (isto é, 24.2%) seleccionaram uma forma verbal inadequada, implicando uma variação não pretendida do tratamento adoptado.

[5.19]

CSV – *Bom dia, senhor João, tud dret ma bosê? Bosê **ten** konsulta aoje?*
 bom.dia senhor-João.VOC tudo bem COM 2SG.HON 2SG.HON ter consulta hoje

ePCV – **Bom dia, Senhor João tudo bem consigo. Tens consulta hoje** ^{117.M.N.SM}

PB – Bom dia, senhor João, tudo bem com você? Você **tem** consulta hoje?

PE – Bom dia, senhor João, tudo bem consigo? **Tem** consulta hoje?

Em [5.19], confrontamo-nos com um turno de fala de um diálogo V. Trata-se de uma interação formal num consultório médico entre a recepcionista e um paciente. Após o cumprimento inicial, a rapariga dirige-se ao paciente estabelecendo, desde logo, uma relação de formalidade através do uso da forma vocativa *senhor João*, reforçada, de seguida, pelo oblíquo de 3SG *consigo*. Emerge, então, a forma de tratamento verbal de 2SG *tens*, do presente do indicativo do verbo ‘ter’, que se constitui, assim, como um desvio de sistema de tratamento. Embora o CSV se caracterize por uma ausência de flexão verbal de pessoa e de número, não há razões para se pensar que se encontra simplesmente aí a origem deste desvio. Mais, até ao final do diálogo em foco, aparecem mais duas formas de tratamento verbais no indicativo adequadamente flexionadas na 3SG, o que nos induz a julgar que este

²⁵ Como já mencionado (ver Subsecção 3.1.3), a designação metalinguística “tratar por *você*” não implica a utilização de qualquer tratamento pronominal ou nominal específico, consubstanciando-se simplesmente pelo uso do tratamento verbal na 3SG.

desvio espelha apenas um erro pontual de produção, característica comum dos discursos de certos falantes em contextos de aquisição de L2.

Não nos deparámos no *corpus* com nenhum diálogo que apresentasse uma situação similar de variação da 3SG para a 2SG de qualquer tempo do modo conjuntivo, o que, certamente, encontra razão na mais baixa percentagem de diálogos V existentes na totalidade do *corpus* (ver Quadro 10, Secção 2.2).

[5.20]

CSV – *Es óne bo ti ta flá d' máx, ka bo xksê d' Kelvin, bo uví, lanpião?!*
DEM ano 2SG TMA falar PREP mais NEG 2SG esquecer PREP Kelvin 2SG ouvir lampião

ePCV – **este ano** estás à falar muito, não esqueças do Kelvin **ouviu**, oh lampião?

I13.G3.SG

PB – Este ano você está falando de mais, não se esquece do Kelvin, **ouviu**, lampião?!

PE – Este ano estás a falar muito, não te esqueças do Kelvin, **ouviste**, ó lampião?!

[5.21]

CSV – *Se bo éra katolik moda bo família, bo éra un katolik [...]*
CONJ 2SG COP.PST católico como 2SG.POSS família 2SG COP.PST ART católico

ePCV – **Se fosse** católico como a tua família serias **um católico** [...] F13.CC.HS

PB – Se você **fosse** católico como a sua família, você seria um católico [...]

PE – Se **fosses** católico como a tua família, serias um católico [...]

De modo contrário, vemos em [5.20] e [5.21] dois turnos de fala de diálogos T. Em [5.20], observamos parte de uma discussão futebolística entre dois amigos. Após a clara marcação de informalidade feita através de formas de tratamento verbais da 2SG – *estás* e *esqueças* –, nota-se uma oscilação em *ouviu*, outra forma de tratamento verbal, agora flexionada na 3SG do pretérito perfeito do indicativo. Também em [5.21] se mostra uma construção que integra uma interacção entre amigos. De igual modo, observam-se marcas evidentes da proximidade entre os interlocutores – o possessivo de 2SG *tua* e a forma de tratamento verbal de 2SG *serias* –, agora precedidas de uma variação para o discurso formal realizada através de *fosse*, 3SG do pretérito imperfeito do conjuntivo. Analisando os diálogos por inteiro, vê-se que os falantes em foco utilizam, em conjunto, mais 10 formas de tratamento verbais em tempos do indicativo, sempre com a adequada flexão de 2SG, o que parece indicar que os desvios em [5.20] e [5.21] não serão mais do que um reflexo da produção variável individual de falantes em contexto de aquisição de L2. Contudo, observando as

elicitações destas mesmas construções em PB, constatamos o uso de formas verbais de 3SG – *ouviu* e *fosse* –, que procedem da utilização do sujeito *você*, de uso generalizado em interações informais no Brasil, o que se poderá constituir igualmente como um foco de influência para a variação observada.

SUBSECÇÃO 5.4.2

Imperativo

Embora mais comumente associado à expressão da ordem, o imperativo cobre uma série de outros valores como a sugestão, o conselho ou a advertência. Trata-se de um modo que, no tratamento alocutivo no singular, apenas possui desinências próprias para a 2ª pessoa de construções afirmativas, cujo interlocutor seja tratado por *tu*. Assim, “[...] o presente do conjuntivo colmata lacunas do imperativo nas pessoas em que este modo é defetivo [...]” (Raposo *et al.*, 2013: 534). Na presente dissertação, para a descrição e análise do uso do imperativo no *corpus*, considerámos igualmente como imperativas as frases negativas de 2SG dirigidas a um interlocutor que se trata por *tu* e as construções afirmativas e negativas com formas de tratamento pronominais e nominais com a 3.ª pessoa gramatical.

Como já mencionado, observa-se, no Quadro 24, que 50.2% dos falantes que usaram o imperativo nos seus diálogos – isto é, 132 discentes entre 263 – demonstraram alguma falta de controlo das formas imperativas, o que se reflecte na não manutenção do tratamento informal ou formal adoptado nas diferentes interações simuladas. Trata-se, assim, do traço morfossintáctico que assume maior relevância entre todas as formas de tratamento pronominais e verbais. Ainda assim, por mais óbvio que seja, reforçamos também que, se 50.2% dos falantes que usaram o modo imperativo não o souberam fazer adequadamente, 49.8% não cometeram qualquer desvio, mesmo em diálogos com muitas ocorrências de formas imperativas.

Quadro 25 | Uso total do imperativo no *corpus* (número de ocorrências)

	sem desvios	desvios	total
ocorrências	493	199	692
%	71.2%	28.8%	

No Quadro 25, apresentam-se os dados relativos ao uso total do imperativo por parte dos 263 falantes que, no tratamento alocutivo no singular, fizeram utilização deste modo verbal. Vê-se que das 692 formas imperativas usadas no *corpus*, 493 (isto é, 71.2%) ocorrem em total

adequação com os tratamentos de solidariedade ou de poder adoptados em cada interacção particular, enquanto se destacam 199 (ou seja, 28.8%) usos do imperativo que constituem um desvio de sistema de tratamento.

Quadro 26 | Género de desvios no uso do imperativo (número de ocorrências)

variação da 3SG para a 2SG	variação da 2SG para a 3SG	imperativo negativo não padrão	total
50	131	18	199
25.1%	65.8%	9.1%	

Esses 199 desvios no uso do imperativo repartem-se em três géneros diferenciados – Quadro 26. Em primeiro lugar, observaremos a simples variação do imperativo da 3SG para a 2SG (50 ocorrências, ou seja, 25.1%), isto é, a variação involuntária do tratamento formal para o tratamento informal dentro da mesma interacção. De seguida, focar-se-á o fenómeno contrário, ou seja, a oscilação da 2SG para a 3SG (131 ocorrências, isto é, 65.8%). A forte *décalage* entre o número de ocorrências que se observa entre estes dois tipos de variação advém tão simplesmente da também forte diferença entre o número de diálogos V (136) e diálogos T (218) do *corpus* (ver Secção 2.2). É forçoso que haja muito mais hipóteses de variação não pretendida da 2SG para a 3SG do imperativo em 218 diálogos que se constroem somente com interacções informais e simétricas do que hipóteses de variação não desejada da 3SG para a 2SG do imperativo de 136 diálogos nos quais dominam interacções formais e assimétricas. Por fim, analisaremos outro fenómeno particular que diz respeito ao uso de um imperativo negativo não padrão (18 ocorrências, ou seja, 9.1%).

PONTO 5.4.2.1

Variação da 3SG para a 2SG

De [5.22] a [5.25], encontramos-nos perante construções de diálogos V em que se destacam desvios de variação da 3SG para a 2SG do imperativo de verbos regulares, respectivamente, da primeira, segunda e terceira conjugações, e de um verbo irregular.

[5.22]

CSV – *Má, snhóra, bosê ben li k N krê dzê-bosê un segred. Bosê oíá, es*
CONJ senhora.VOC 2SG.HON vir cá REL 1SG querer dizer-2SG.HON ART segredo 2SG.HON olhar DEM

e un prudut nov y d' kuauidad [...]
COP.PRS ART produto novo CONJ PREP qualidade

ePCV – **Mas** minha senhora, venha **cá que** lhe quero dizer um segredo. **Olha** este é um **produto novo e de qualidade [...]** I15.M.GL

PB – Mas, senhora, venha aqui que eu quero lhe falar um segredo. **Olha**, esse é um novo produto de qualidade [...]

PE – Mas, minha senhora, venha cá que lhe quero dizer um segredo. **Olhe**, este é um produto novo e de qualidade [...]

Primeiro, no turno de fala em [5.22], um vendedor dirige-se a uma cliente tratando-a na 3SG. Nota-se, após o uso do vocativo de reverência *minha senhora*, a presença de formas de tratamento verbais e pronominais da 3SG – *venha* e *lhe* –, quando desponta, então, a oscilação para a 2SG com o imperativo *olha*, em lugar de *olhe*. Verifica-se, através da respectiva elicitación, que emerge na variedade brasileira do português a mesma forma imperativa da 2SG, e que será, por conseguinte, lícito considerar a hipótese de esta variação indesejada resultar de um fenómeno de transferência. Voltemos a reforçar a já mencionada forte variação que sofre o imperativo no Brasil (ver Secção 4.4), sintetizada por Scherre (2007) da seguinte maneira: 1| predomínio dos imperativos *deixa/recebe/abra/dá/diz/vai* nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; 2| maior uso dos imperativos *deixe/receba/abra/dê/diga/vá* na região Nordeste – Fortaleza, João Pessoa e Salvador; e 3| “equilíbrio das duas formas gramaticais do imperativo” no Nordeste também – Recife (Scherre, 2007: 193). Será natural considerar que todos estes subsistemas influenciam mais ou menos directamente, através dos parâmetros de “introdução” do PB em Cabo Verde (ver Secção 4.3), o uso do imperativo no ePCV.

[5.23]

CSV – *Ta dret, ma bosê **rexpndê-m** es pergunta k N ta ben fazê bosê [...]*
COP.PRS bem CONJ 2SG.HON responder-1SG DEM pergunta REL 1SG TMA ir fazer 2SG.HON

ePCV – **Certo, mas responde-me** essa pergunta que lhe vou propor [...]. I17.G.T.IA

PB – Certo, mas **responde** essa pergunta que eu vou te colocar [...]

PE – Certo, mas **responda-me** a esta pergunta que lhe vou propor [...]

Em [5.23], um psicólogo fala com uma jovem paciente, observando-se primeiro o imperativo informal na 2SG – *responde* –, que sugere um tratamento alocutivo de proximidade, e de seguida uma forma de tratamento formal, o clítico dativo de 3SG *lhe*, que contraria o carácter de solidariedade da primeira forma de tratamento. Também aqui se nota a possibilidade de igual mecanismo de transferência a partir do PB, no qual se usa também, em interacção similar, a forma imperativa da 2SG em vez da forma da 3SG – *responda* –, que, na norma padrão do PE, se exigiria, “concordando” com o clítico de 3SG *lhe*.

[5.24]

CSV – *Bosê dxkulpa-m kurriji-bosê, e 'vaca'.*
2SG.HON desculpar-1SG corrigir-2SG.HON COP.PRS vaca

ePCV – **Permite-me corrigi-lo é vacas** CV₁₃.RP.SF

PB – **Deixa** eu te corrigir, é 'vacas'.

PE – **Permita**-me corrigi-lo, é 'vacas'.

Em terceiro lugar, em [5.24], vê-se parte de uma interacção entre dois homens, um lisboeta e um portuense, que se tratam com reverência, bem explícita ao longo do diálogo através do tratamento nominal *o senhor*. Aqui, focamos uma forma de tratamento pronominal formal, o clítico acusativo de 3SG *o*, imediatamente antecedida do imperativo informal de 2SG *permite*, que se constitui como um desvio de sistema de tratamento por se tratar de uma oscilação perante a formalidade adoptada para esta interacção particular. Da elicitação da mesma construção em PB, regista-se, primeiramente, a opção por um verbo diferente, 'deixar' em vez de 'permitir'. Todavia, mesmo com essa alteração lexical, sobressai o uso do imperativo de 2SG *deixa* e não do imperativo de 3SG *deixe*, que se poderia ver em construção semelhante do PE “– Deixe-me corrigi-lo, é 'vacas'.” Assim, nota-se a mesma possível transferência da forma imperativa comum no PB em interacções semelhantes já mencionada para as construções de [5.22] e [5.23].

[5.25]

CSV – *Ben, bosê fazê ukê k bosê t' otxá k' e mdjor pa bosê.*
bem 2SG.HON fazer REL 2SG.HON TMA achar REL COP.PRS melhor COMP 2SG.HON

ePCV – **Bom, faz o que achar melhor para si.** I₁₇.G.T.JO

PB – Bom, **faz** o que você achar melhor para você.

PE – Bom, **faça** o que achar melhor para si.

Por fim, temos em [5.25] um turno de fala de uma interacção entre uma interlocutora mais velha e uma jovem, em que se destaca, após o uso de um imperativo informal de 2SG – *faz* –, duas formas de tratamento formais, um infinitivo flexionado na 3SG e um oblíquo, igualmente da 3SG. Observando a elicitacção em PB, voltamos a notar o uso de igual forma imperativa da 2SG, que se opõe ao imperativo de 3SG *faça* obrigatório no sistema de tratamento do PE, o que nos induz mais uma vez a considerar a possível (ou mesmo provável) transferéncia do sistema de tratamento do PB.¹⁶ Registe-se que, nas elicitacções em CSV das últimas 4 construções analisadas, parte de diálogos formais, se constata a presença indispensável do pronome de reveréncia *bosé*, com o qual se constrói o imperativo afirmativo formal de 2SG em CSV (Swolkien, 2015: 240).¹⁷ Assim, se pretendéssemos atribuir a origem destes desvios aqui em foco à L1 dos falantes do *corpus*, teríamos igualmente de considerar a repetida auséncia da transferéncia do próprio pronome *bosé*, ou perguntarmo-nos pelo igualmente repetido não preenchimento do lugar de sujeito com outro item.

No Quadro 27, apresenta-se a distribuicção de verbos que ocorrem nos 50 desvios relativos à variaçção da 3SG para a 2SG do imperativo. Para lá da natural concentraçção de uso de verbos da 1.^a conjugacção, em que se destaca o maior número de ocorréncias dos verbos ‘deixar’, ‘desculpar’, ‘ficar’ e ‘olhar’, observa-se que 7 desvios dizem respeito a verbos irregulares como, entre outros, ‘fazer’ e ‘sair’.

Quadro 27 | Imperativo – variaçção da 3SG para a 2SG (distribuicção verbal)

1. ^a conjugacção	2. ^a conjugacção	3. ^a conjugacção	verbos irregulares
acalmar acautelar aguardar continuar deixar [7] desculpar [12] ficar [3] informar juntar olhar [9] preparar reservar respeitar tratar	responder	permitir	dar dizer fazer [2] ouvir sair [2]
14 verbos 41 ocorréncias	1 verbo 1 ocorréncia	1 verbo 1 ocorréncia	5 verbos 7 ocorréncias

¹⁶ Note-se que, no português brasileiro, com a introduçção do pronome *você* no sistema pronominal, substituindo em grande parte do Brasil o pronome *tu*, as “[...] formas imperativas como *deixa/recebe/abre/dá/diz/vai* passam a ocorrer também no contexto do pronome *você*.” (Scherre, 2007: 199).

¹⁷ De igual modo, os imperativos negativos informal e formal também exigem a presença, respectivamente, de *bo* e *bosé* em *Ka bo kalá!* (‘Não te cales!’) e *Ka bosé kalá!* (‘Não se cale!’). Apenas o imperativo afirmativo informal se constrói com sujeito nulo, tal como em *Kalá!* (‘Cala-te!’). Se bem que no CSV não haja, de facto, formas de tratamento verbais (ver Subsecção 4.2.1), estas particularidades morfossintácticas, não presentes em qualquer outro tempo ou modo verbais, poderão revelar-se pertinentes para a análise do sistema de tratamento do ePCV.

Variação da 2SG para a 3SG

As 4 construções que se seguem fazem parte de diálogos que se constroem em ambientes informais, em que pontuam interacções simétricas do género *tu-tu*, ou *você-você*, quando é usado o *você* com o valor pragmático mais comum do PB, destacando-se, respectivamente, os usos do imperativo de verbos da primeira, segunda e terceira conjugações e de um verbo irregular.

[5.26]

CSV – *Ta dret, bo podê falá, xtód avontad.*
COP.PRS bem 2SG poder falar COP à.vontade

ePCV – **Ta bom** podes **falar, fique avontade** l13.G.SS

PB – 'Tá bem, pode falar, **fica** à vontade.

PE – 'Tá bom, podes falar, **fica** à vontade.

Em [5.26], observamos um turno de fala de uma interacção entre dois amigos, no qual se destaca a oscilação de tratamento que emerge com o uso do imperativo formal de 3SG *fique* após uma primeira marcação de informalidade – a forma oralizante 'tá – e, sobretudo, a forma de tratamento verbal da 2SG *podes*.

[5.27]

CSV – *Ok! Fká dret y ka bo xksê, txeu fé!*
ok ficar bem CONJ NEG 2SG esquecer muito fé

ePCV – **Ok! Fica bem e não esqueça muita fé** l17.M.T.JG

PB – Ok! Fique bem e não **esquece**, muita fé!

PE – Ok! Fica bem e não te **esqueças**, muita fé!

De seguida, em [5.27], focamos um diálogo entre duas jovens amigas, em particular um turno de fala com a presença simultânea de dois imperativos típicos de interacções bem diferenciadas, e daí incompatíveis quando dirigidos ao mesmo interlocutor. Primeiro, o imperativo afirmativo informal da 2SG *fica*, imediatamente seguido do imperativo negativo formal da 3SG *não [se] esqueça*.

[5.28]

CSV – *Rxpeitá-m, mi e bo mãi! Ergí d' es kama y bxtí, bo ta ba fazê kel*
 respeitar-1SG 1SG COP.PRS 2SG.POSS mãe levantar PREP DEM cama CONJ vestir 2SG TMA fazer DEM

izam!

exame

ePCV – Respeita-me, sou tua mãe, levanta-te desta cama e **vista-te**, vais fazer o **exame**. I12.M.ZT

PB – Me respeita que eu sou tua mãe! Levanta dessa cama e vai se **vestir**, você vai fazer o exame!

PE – Respeita-me, sou tua mãe! Levanta-te dessa cama e **veste-te**, vais fazer o exame!

Em [5.28], observamos um turno de fala de uma interacção igualmente em ambiente informal, embora assimétrica, entre mãe e filha. Entre 6 formas de tratamento verbais e pronominais da informalidade – imperativos, possessivos, clíticos e indicativos de 2SG – destaca-se o imperativo formal de 3SG *vista*, que se constitui como uma evidente variação de tratamento não pretendida.

[5.29]

CSV – *Ba durmi y txá d' xparát!*
 ir dormir CONJ deixar PREP disparate

ePCV – **Vá** dormir e deixa de coisas I13.M4.LV

PB – **Vai** dormir e pára com isso!

PE – **Vai** dormir e deixa-te de coisas!

Por fim, em [5.29], vê-se um outro turno de fala de uma interacção entre mãe e filho, no qual se contrariam dois usos díspares do imperativo – o imperativo formal da 3SG do verbo 'ir' *versus* o imperativo informal da 2SG do verbo 'deixar'.

Contrariamente ao que constatámos no Ponto 5.4.2.1, com a variação da 3SG para a 2SG do imperativo, não se notou na análise das construções de [5.26] a [5.29] formas imperativas equivalentes aos imperativos usados nas respectivas elicitacões em PB. Para lá do fraco *input* que os falantes cabo-verdianos têm da norma padrão do PE, será relevante lembrar um aspecto particular da ecologia linguística de Cabo Verde, em especial do Mindelo (ver Secção 1.4) – o uso da língua portuguesa única e exclusivamente em espaços de formalidade (como, relativamente aos falantes do *corpus*, a sala de aula). Significa isto que, nesses mesmos ambientes formais, dominam em absoluto as interacções assimétricas,

repletas, naturalmente, de imperativos formais de 3SG. No fundo, o *input* relativo ao imperativo que estes falantes, em especial, recebem apresenta uma forte divergência entre os imperativos comuns do PE que pontuam nas salas de aula e os imperativos típicos do PB na boca, entre outros, das personagens das telenovelas (ver Secção 4.3). A produção escrita e oral eminentemente instável de muitos falantes em contextos de L2 poderá ajudar a perceber a instabilidade que se nota também no uso do modo imperativo. Registe-se, a título de exemplo, que estes 4 falantes em específico usaram na totalidade dos seus diálogos 17 formas imperativas, 12 das quais sem qualquer desvio de sistema de tratamento (e 3 deles apenas cometeram um único desvio relativo ao uso do imperativo).

No Quadro 28, apresenta-se a distribuição dos verbos da primeira, segunda e terceira conjugações e de verbos irregulares usados nos 131 desvios do imperativo em que se observa uma variação da 2SG para a 3SG. Para além do número elevado de verbos da primeira conjugação – em que se destacam os verbos ‘deixar’, ‘desculpar’, ‘ficar’ e ‘olhar’ –, assumem maior relevância as inúmeras ocorrências de verbos irregulares, em particular de ‘dar’, ‘dizer’, ‘ir’ e ‘ter’.

Quadro 28 | Imperativo – variação da 2SG para a 3SG (distribuição verbal)

1.ª conjugação	2.ª conjugação	3.ª conjugação	verbos irregulares
acreditar [3] casar chorar contar [2] deixar [8] desculpar [6] entrar escutar esperar [3] exagerar falar ficar [7] jogar olhar [7] pensar precipitar preocupar procurar sentar telefonar tentar [2] tratar [2] voltar [2]	entender esquecer [5] responder	decidir descontrair reflectir servir vestir	dar [6] dizer [21] estar [5] fazer [4] ir [8] manter pôr querer saber ser [3] ter [7] ver [5] vir
23 verbos 55 ocorrências	3 verbos 7 ocorrências	5 verbos 5 ocorrências	13 verbos 64 ocorrências

Imperativo Negativo Não Padrão

Em último lugar, no que diz respeito ao uso do modo imperativo, observa-se, nas construções de [5.30] a [5.33], um fenómeno com características diferentes daquelas com que nos deparámos no Ponto 5.4.2.1 e no Ponto 5.4.2.2. Os desvios agora em foco, considerando a norma padrão do PE, não se constituem simplesmente como uma variação involuntária do tratamento informal para o tratamento formal (ou vice-versa). Na verdade, para um falante comum de PE, trata-se mesmo de um fenómeno que, primeiramente, causará estranhamento para, de seguida, gerar fortes dúvidas quanto ao seu real entendimento.

[5.30]

CSV – *Ka bo priokupá, papá, el n' e bendid, el ta trubaiá.*
NEG 2SG preocupar papá.VOC 3SG NEG COP.PRS bandido 3SG TMA trabalhar

ePCV – **Não se preocupa** pai ele não é vagabundo ele trabalha. UM16.E.KF

PB – **Não se preocupa**, pai, ele não é vagabundo, ele trabalha.

PE – **Não te preocupes**, pai, ele não é vagabundo, ele trabalha.

Em [5.30], vê-se um turno de fala de um diálogo T entre filha e pai, no qual vigora o tratamento informal à imagem do que se preconiza na variedade brasileira da língua portuguesa. Os interlocutores tratam-se não usando o pronome pessoal de 2SG *tu*, mas o pronome de 3SG *você* (com 7 ocorrências ao longo do diálogo). O imperativo negativo *não se preocupa* não é enquadrável nem no tratamento de 3SG nem no tratamento de 2SG do sistema de tratamento de qualquer dialecto de norte a sul de Portugal, onde na formalidade se usa “não se preocupe” e na informalidade “não te preocupes”. Trata-se, então, de um imperativo negativo não padrão. Interessante será também notar que, no mesmo diálogo, o turno de fala que se oferecia para a produção do texto era – *Não se preocupe...*, havendo, portanto, o falante modificado, consciente ou inconscientemente, a construção original apenas em parte, mantendo o clítico de 3SG *se* e alterando *preocupe* para *preocupa*.

[5.31]

CSV – [...] *dzê-m tud, ka bo gatxá-m nada.*
 dizer-1SG tudo NEG 2SG esconder-1SG nada

ePCV – [...] *conta-me tudo, não esconde nenhum pormenor.* I₁₃.G₃.NL

PB – [...] *me conta tudo e não esconde nada.*

PE – [...] *conta-me tudo, não escondas nenhum pormenor.*

Em [5.31], analisamos um turno de fala parte de uma interacção informal entre duas amigas. As duas raparigas tratam-se por *tu*, emergindo, ao longo do diálogo, variadas formas de tratamento verbais da 2SG – *chegaste, sabes, és, olha*. Na construção em foco, observamos o uso do imperativo afirmativo de 2SG *conta*, imediatamente seguido do imperativo negativo *não esconde*, quando, na norma padrão do PE, se tornaria exigível a negação *não escondas*.

[5.32]

CSV – *Juão Migel, ka bo dxkutí ma bo mãe. Fazê moda mi, obdsê y kalá.*
 João.Miguel.VOC NEG 2SG discutir COM 2SG.POSS mãe fazer como 1SG obedecer CONJ calar

ePCV – *João Miguel, não discute com a tua mãe. Faz como eu. Obedece e cala-te.*
 I₁₃.M.NR

PB – *João Miguel, não discute com a sua mãe. Faça como eu, obedeça e se cale.*

PE – *João Miguel, não discutas com a tua mãe. Faz como eu, obedece e cala-te.*

De seguida, em [5.32], vê-se parte de um diálogo também em ambiente informal, mas de outra complexidade, derivada de uma dupla interacção assimétrica em que um filho trata os pais na 3SG, quando estes o tratam na 2SG. Aqui, em particular, observa-se a utilização de 5 formas de tratamento de 2SG – o possessivo *tua*, o reflexo *te* e os imperativos *faz, obedece e cala*. Todavia, a construção começa com o imperativo negativo *não discute* em vez de *não discutas*.

[5.33]

CSV – *Snhóra, pur favor, ka bosê kextioná nha konduta médik.*
 senhora.VOC por favor NEG 2SG.HON questionar 1SG.POSS conduta médico

ePCV – *Minha senhora, por favor não põe em causa a minha conduta médica.* I₁₄.T₄.WS

PB – *Ó senhora, por favor, não coloca em causa a minha conduta médica.*

PE – *Minha senhora, por favor, não ponha em causa a minha conduta médica.*

Por fim, concentramo-nos no turno de fala em [5.33], parte de uma interacção formal entre um médico e uma mulher (hipotética paciente). A distância pragmática desejada pelo locutor expressa-se de imediato através do vocativo seleccionado – *minha senhora* –, emergindo, de seguida, o imperativo negativo *não põe*, simples negação do que, em Portugal, é o imperativo afirmativo de 2SG, quando o imperativo negativo formal do PE é *não ponha*.

No Quadro 29, apresenta-se a listagem dos verbos utilizados com a construção deste imperativo negativo não padrão, destacando-se, naturalmente, verbos da primeira conjugação – ‘começar’ e ‘preocupar’ – e os verbos irregulares ‘dizer’, ‘fazer’, ‘pôr’ e ‘vir’.

Quadro 29 | Imperativo negativo não padrão (distribuição verbal)

1.ª conjugação	2.ª conjugação	3.ª conjugação	verbos irregulares
começar [2] falar ficar hesitar preocupar [2] procurar voltar	esconder esquecer	discutir	dizer fazer [3] pôr vir
7 verbos 9 ocorrências	2 verbos 2 ocorrências	1 verbo 1 ocorrência	4 verbos 6 ocorrências

Será também relevante procurar perceber a evolução do uso deste imperativo negativo não padrão no *corpus* – Quadro 30. Note-se, em primeiro lugar, que houve, na totalidade do *corpus*, 17 discentes a produzirem esta estrutura específica. Percebe-se também que apenas em 2013/2014 se encontram as primeiras ocorrências, não se repetindo, aliás, um ano lectivo com tão elevado número de falantes a usarem esta forma imperativa negativa particular. Todavia, vê-se que, em 2016/2017, se atinge a percentagem mais significativa – 10.9% –, que se traduz por ocorrências desta negação específica do imperativo em interacções da autoria de 6 falantes no total de 55 diálogos.

Quadro 30 | **Evolução do uso do imperativo negativo não padrão no *corpus***
(por ano lectivo e número de falantes)

ano lectivo	imperativo negativo não padrão	número de falantes	% imperativo negativo não padrão
2011/2012	0	22	0%
2012/2013	0	32	0%
2013/2014	7	133	5.3%
2014/2015	1	33	3%
2015/2016	0	23	0%
2016/2017	6	55	10.9%
2017/2018	3	52	5.8%
total	17	350	4.9%

Mais do que o número absoluto de falantes que usaram este imperativo negativo particular, interessa procurar perceber de onde exactamente advirá esta construção. Embora se possa naturalmente pensar que esta formação da negação do imperativo resulta de uma clara transferência do imperativo negativo característico do PB (conforme se induz pelas respectivas elicitções em PB das construções de [5.30] a [5.33]), não se poderá ignorar a hipótese da influência directa da construção do imperativo negativo do CSV. Talvez a própria abordagem semântico-pragmática do *corpus* efectuada no Capítulo Seis da dissertação, em particular aquando da análise do *você* de influência pragmática do PB e do *você* de traços do CSV, possa ajudar a responder à interrogação com a qual se fecha o presente Ponto 5.4.2.3: imperativo negativo não padrão – brasileiro ou crioulo?

SUBSECÇÃO 5.4.3

Infinitivo flexionado

Para além do chamado “infinitivo simples”, a língua portuguesa dispõe também de uma forma flexionada, denominada infinitivo flexionado, que se caracteriza por concordar “[...] em pessoa e número com o sujeito da oração em que ocorre.” (Raposo *et al.*, 2013: 1904). No tratamento alocutivo, as desinências *-es*, de 2SG, e \emptyset (flexão zero), de 3SG, constituem-se, então, como elementos fulcrais de formas de tratamento verbais e, por conseguinte, parte do sistema de tratamento do português.

No Quadro 24, pode observar-se que, em 100 diálogos do *corpus* nos quais se fez uso do infinitivo flexionado (isto é, 28.6% do total do *corpus*), houve 31 falantes que cometeram

algum desvio de sistema de tratamento, o que se traduz por 31% do total, percentagem mais elevada do que as obtidas com qualquer das formas de tratamento pronominais.

[5.34]

CSV – *Té log, pa bosê ben **lvantá** bosês bilhet.*
 até logo COMP 2SG.HON vir levantar 2SG.HON.POSS bilhete

ePCV – **Até mais tarde, para levantares os seus bilhetes.** _{I11.T3.2.N5}

PB – Até mais tarde, para **levantar** os seus bilhetes.

PE – Até mais tarde, para **levantar** os seus bilhetes.

Em [5.34], vê-se um turno de fala de um diálogo V que integra uma interação assimétrica entre um funcionário de uma agência de viagens e uma cliente. Na construção em foco, antes do uso adequado do possessivo de 3SG, destaca-se uma forma verbal infinitiva flexionada na 2SG, concordando com um pronome pessoal nulo, igualmente de 2SG, quando se exigiria a flexão zero da 3SG do infinitivo flexionado – *levantar*.

[5.35]

CSV – *N krió-b pa bo **ser** un om y pa bo **ter** un profissão dign d' un om.*
 1SG criar-2SG COMP 2SG ser ART homem CONJ COMP 2SG ter ART profissão digno PREP ART homem

ePCV – **Criei-te para ser homem e ter um profissão digno de um homem.** _{I13.M.S5}

PB – Eu te criei para que **fosse** um homem e que **tenha** uma profissão digna de um homem.

PE – Criei-te para **seres** um homem e **teres** uma profissão digna de um homem.

De seguida, em [5.35], deparamo-nos com um diálogo T, interação entre mãe e filho. No momento, após a utilização do clítico acusativo de 2SG *te*, o interveniente no topo hierárquico usa (inadvertidamente) dois infinitivos não flexionados, ou flexionados na 3SG, quando se exigiria a flexão na 2SG, com a desinência *-es*. Observando a elicitación em CSV, vê-se a utilização do “infinitivo simples”, o único de que o crioulo dispõe¹⁸, quando a marcação do tratamento informal para com o filho se concentra em absoluto no pronome enclítico *-b* e no pronome pessoal de 2SG *bo*. Embora se trate de uma construção especial com o verbo ‘ser’ em CSV (Swolkien, 2015: 240), dever-se-á considerar a possível transferência desta estrutura da L1. A hipótese de este desvio resultar também da produção

¹⁸ Alexandre *et al.* (2013) defendem que o CCV possui construções de infinitivo pessoal. Ainda assim, por não haver em crioulo marcas morfológicas de infinitivo, que se constituíram como parte do sistema de tratamento, consideramos na presente análise a existência de um único “infinitivo simples” em CSV.

instável de contextos de L2 poderá ser reforçada quando se constata que, no turno de fala imediatamente anterior ao de [5.35], o mesmo falante faz uso de um infinitivo flexionado na 2SG em “Eu não me dediquei durante todo esse tempo na tua educação para agora simplesmente me *dizeres* que queres ser estilista.”

[5.36]

CSV – *Ka bo priokupá, filha, inda bo ta mut nova pa trubaiá, xtód tsegód.*
 NEG 2SG preocupar filha.voc ainda 2SG COP.PRS muito novo COMP trabalhar COP sossegado

ePCV – Não preocupas-te **filha, ainda és muito nova para **trabalhares**, deixa quieto.**

I₁₃.T.NS

PB – Não se preocupe, filha, você ainda é muito nova para **trabalhar**, fica quieta.

PE – Não te preocupes, filha, ainda és muito nova para **trabalhar**, deixa-te quieta.

Por fim, vemos em [5.36] um turno de fala que integra um diálogo T, parte de uma interacção entre uma mãe e a sua filha. Mesmo com a presença de outros desvios, contrariamente às construções precedentes, não há aqui qualquer desvio de sistema de tratamento, não se observando nenhuma marca de 3SG. Trata-se, então, de um uso desviante, segundo a norma padrão do PE, do infinitivo flexionado na 2SG *trabalhares* quando se exigiria o infinitivo não flexionado *trabalhar*.

Assim, excepção feita à construção em [5.35], poder-se-á dizer que os desvios relativos ao uso do infinitivo flexionado não são resultado de qualquer situação de contacto linguístico. Levantar-se-á, então, a hipótese de se tratar do reflexo natural do fraco *input* da norma padrão do PE, mais ainda quando se encontra em foco um tempo de uso problemático (e reduzido) também para falantes de PL₁, para lá da expectável produção variável que muitos falantes de PL₂ apresentam.

Síntese da análise morfossintáctica

- Sim, o português sempre foi uma língua de criar problemas.
CV13.RP.JC

Da perspectiva panorâmica que se oferece na Secção 5.2, ressalta de imediato que, ao contrário do que se observa em contextos de português L1 ou de PLE, nos quais os aspectos morfossintácticos do sistema de tratamento não se constituem como um ponto crítico, em Cabo Verde, para falantes de PL2, é indiscutível a preponderância da vertente morfossintáctica do sistema de tratamento da língua portuguesa. Os dados mais significativos dizem respeito ao (não) domínio do sistema de tratamento por parte dos 215 falantes que usaram 4 ou mais categorias de formas de tratamento pronominais e verbais, entre clíticos, possessivos, modo imperativo ou infinitivo flexionado (entre outros). Trata-se, claramente, de um uso bem abrangente do sistema de tratamento, já que quem usa pelo menos 4 das diferentes categorias analisadas terá necessariamente de usar tanto FTP como FTV, pois apenas há 2 diálogos na totalidade do *corpus* sem estas últimas (falantes que só fizeram uso de uma categoria de FTP e que não constam, portanto, deste subgrupo em foco). Os resultados apontam para uma forte falta de domínio do sistema de tratamento, que se reflecte em 74.9% de diálogos com desvios morfossintácticos, contra apenas 25.1% de discentes que não demonstraram qualquer oscilação não pretendida entre o tratamento informal e o tratamento formal (ou vice-versa) das interacções que constituem os seus diálogos (ver Gráfico 2).

Quanto aos resultados da análise contrastiva com construções análogas da norma padrão do PE e elicitacões em CSV e em PB, destacam-se situações distintas – desvios que apenas representam um estágio de evolução da aquisição de L2 (da interlíngua) e desvios que, constituindo-se ou não como tendências generalizadas, parecem resultar do contacto linguístico com o CSV e com o PB. Em primeiro lugar, observa-se a ocorrência de alguns desvios dos quais se dirá que advêm apenas da produção individual e de carácter instável característica de contextos de aquisição de L2, que resultará em parte do papel de certos universais linguísticos. Também se constituem como factores fulcrais dessa produção variável o *input* altamente irregular – e exclusivamente em contextos formais – da norma padrão do PE a que, em Cabo Verde, os falantes estão expostos e os próprios contornos funcionais e sintácticos de determinados itens linguísticos. Trata-se, então, da emergência de estruturas não atribuíveis a qualquer influência de línguas presentes directa (CSV) ou indirectamente (PB) na situação de contacto linguístico que tão inequivocamente caracteriza

o arquipélago de Cabo Verde. Em segundo lugar, constatamos a ocorrência de desvios que se devem parcial ou totalmente ao forte contacto linguístico com o CSV. Por fim, nota-se que determinadas estruturas que emergem nas construções em ePCV resultam do contacto linguístico indirecto com o PB.

Em particular, no que diz respeito às formas de tratamento pronominais, observou-se um relativo equilíbrio nas percentagens de diálogos com desvios de sistema de tratamento concernentes a oblíquos (23.6%), clíticos (18.3%), reflexos (24%) e possessivos (29%). Na Subsecção 5.3.1, destaca-se, primeiro, o uso dos oblíquos de 3SG *si* e *consigo* em interacções informais e simétricas, evidenciando a instabilidade da produção de alguns falantes em contexto de aquisição de L2. Contudo, há também, relativamente aos oblíquos, evidências do contacto linguístico, através do uso da estratégia comum no PB «preposição + *você*», em lugar de «preposição + *ti*», e através da utilização particular de um *você* que denota uma transferência pragmática (formal e foneticamente facilitada) do *bosê* de elevada formalidade do CSV. Quanto aos clíticos, na Subsecção 5.3.2, deparamo-nos, primeiro, com os usos prevaletentes do clítico de 2SG *te*, desempenhando a função de objecto indirecto e directo, em interlocuções formais que exigiriam na norma do PE, respectivamente, os clíticos de 3SG *lhe* e *a*, fenómeno igualmente constatável no actual português brasileiro, em particular na variedade carioca, uma das que mais se fazem presentes na ilha de São Vicente (ver Secção 4.3). De seguida, focamos na mesma construção a variação entre o clítico de 3SG *lhe* e o clítico de 2SG *te*, numa interacção entre dois jovens amigos. Trata-se de um uso desviante do clítico *lhe* que tanto se poderá dever a influência do PB (no qual se observa alguma variação de uso alocutivo entre *lhe* e *te*) como a determinados universais linguísticos da aquisição de L2 que tornam instável, até mesmo imprevisível, a produção oral e escrita de muitos falantes. Vemos ainda um fenómeno diametralmente contrário ao que se constata no PB, com a utilização do clítico acusativo de 3SG *a* em vez do clítico acusativo de 2SG *te*, que não representará igualmente mais do que um fenómeno individual, típico da produção instável em contextos de L2. Por fim, no que a desvios de sistema de tratamento diz respeito, observamos ainda mais um resultado do contacto linguístico indirecto com o PB, através do uso de *você* como clítico de objecto directo. No final da subsecção em foco, apresentamos também desvios “simples” de uso dos clíticos que não se constituem como desvios de sistema de tratamento. Trata-se de desvios que poderão resultar em parte do facto de no CSV não se operar a distinção entre clíticos de objecto directo e de objecto indirecto, usando-se sempre, no singular, *bo*, no tratamento alocutivo informal, e *bosê*, no tratamento alocutivo formal, e os pronomes enclíticos *-l* (singular, para ‘o, a e *lhes*’) e *-x* (plural, para ‘os, as e *lhes*’) no tratamento delocutivo. Por fim, focamos um desvio em que se

destaca a ausência do clítico de 2SG *te* quando em CSV se observa a presença do clítico equivalente *-b*, espelhando, então, a produção instável e de carácter individual que também caracteriza a produção de alguns falantes do *corpus*. Em terceiro lugar, na Subsecção 5.3.3, analisámos construções com o uso de reflexos. Destaca-se, primeiro, o fenómeno de “arrastamento” dos reflexos de 2SG *te* e de 3SG *se* após a utilização de formas imperativas, respectivamente, de 2SG e de 3SG. De seguida, vê-se uma construção em que convivem o reflexo de 2SG *te* e o reflexo de 3SG *se* dirigidos ao mesmo interlocutor que se trata por *tu*, manifestando-se assim o carácter instável da produção de certos falantes do *corpus*. Há ainda uma última interacção na qual se destaca a ausência do pronome reflexo de 2SG *te*, o que poderá resultar do contacto linguístico com o CSV, no qual se notam várias estratégias de reflexividade que não abrangem, contudo, muitos verbos que na norma padrão do PE se usam reflexivamente. Na Subsecção 5.3.4, focámos, em último lugar, os possessivos em construções que denotam, primeiro, a instabilidade da produção em contextos de aquisição de L2 – com a utilização do possessivo de 2SG *tua* numa interlocução formal e profissional – e, de seguida, a possível influência do PB – pelo uso abrangente dos possessivos de 3SG tanto com interlocutores tratados por *você* como por *o senhor* e por alguma variação entre os possessivos de 2SG e os possessivos de 3SG em interlocuções informais do género *você-você*.

Quanto às formas de tratamento verbais, os resultados são mais diferenciados, com 24.2% de diálogos com desvios dentro dos modos indicativo e conjuntivo, 50.2% com desvios relativos ao uso do imperativo e 31% com desvios referentes à utilização do infinitivo flexionado. Na Subsecção 5.4.1, com o uso de tempos verbais do indicativo e do conjuntivo, notámos variações da 3SG para a 2SG e, de igual modo, da 2SG para a 3SG. Os dados apontam para que, sobretudo pela análise mais abrangente da totalidade dos diálogos em que essas mesmas variações emergem, se observem essas oscilações simplesmente como resultado da produção instável de alguns aprendentes. Todavia, em particular com a utilização de formas verbais da 3SG em interacções simétricas do género *tu-tu* não se poderá excluir a influência exercida pelo próprio PB, no qual predomina, à excepção de certas variedades diatópicas e diastráticas, o paradigma verbal da 3SG. De seguida, a Subsecção 5.4.2 encerra os vários usos respeitantes ao imperativo, que se mostrou como o traço morfossintáctico do sistema de tratamento do português que mais desvios provocou. Os resultados da análise morfossintáctica revelaram que 50.2% dos falantes que usaram o modo imperativo cometeram desvios de sistema de tratamento. Contudo, esses desvios não são todos iguais, repartindo-se, então, em três géneros: variação da 3SG para a 2SG, variação da 2SG para a 3SG e imperativo negativo não padrão. Relativamente aos 4 turnos de fala analisados, parte de diálogos V, em que se observaram oscilações não pretendidas do uso do imperativo de 3SG

para o imperativo de 2SG, a análise contrastiva com elicitaciones em CSV e PB aponta em unísono para a transferência de formas imperativas usadas em iguais situações contextuais na variedade brasileira da língua portuguesa. Quanto à variação da 2SG para a 3SG, os resultados da análise contrastiva são bem distintos, não se vislumbrando qualquer paralelismo entre as construções em ePCV e as elicitaciones em PB. Poderá encontrar-se a origem de tal divergência na produção instável de grande parte dos falantes do *corpus*, comumente divididos entre a recepção de imperativos de 3SG do PE em ambientes de formalidade no Mindelo (sem que contactem alguma vez que seja com os imperativos informais de 2SG do PE) e o contacto com os imperativos de 2SG do PB que pontuam nas telenovelas brasileiras e noutras fontes como a internet. Para fechar a subsecção relativa ao imperativo, analisam-se construções em que se destaca a utilização de um imperativo negativo não padrão. Trata-se da estrutura «não + imperativo afirmativo de 2SG», como em *não faz*, que não é produtiva nem no tratamento alocutivo informal – *não faças* – nem no tratamento alocutivo formal – *não faça* – do PE. Se bem que as elicitaciones das mesmas construções em PB induzam fortemente a que se considere que se trata de uma transferência do imperativo negativo comum da variedade brasileira do português, não se poderá descartar igualmente uma influência directa da negação do imperativo do CSV. Assim, remetemos para os resultados da abordagem semântico-pragmática (ver Capítulo Seis), em especial acerca da utilização de *você* no *corpus*, a resposta à dúvida sobre a provável origem desta construção particular. Por fim, na Subsecção 5.4.3, analisa-se o uso do infinitivo flexionado, com o qual se registam dois fenómenos distintos. Primeiro, o uso do infinitivo flexionado na 2SG numa interacção formal e assimétrica que exigiria a forma da 3SG do infinitivo flexionado. Poderá tratar-se simplesmente do reflexo da produção instável de certos falantes em contexto de PL2, quando confrontados com a possibilidade de uso de um modo particular que não encontra paralelo no CSV. Em segundo lugar, vemos também o fenómeno contrário, isto é, a utilização do infinitivo de flexão zero da 3SG aquando de uma interacção informal e simétrica, na qual se deveria usar o infinitivo flexionado na 2SG. Aqui, poderá tratar-se do resultado de uma transferência do “infinitivo simples” – não flexionado – do CSV.

Abordagem Semântico-Pragmática

Porque dentro de mim não sou sozinho. Sou muitos.
Mia Couto¹

¹ Couto, 2013: 75.

SECÇÃO 6.1

Abertura

- Bom dia, por favor, queria falar com a Sr.^a Maria. - disse eu.
 - A Dra. Maria! Aguarde um momento, por favor. - fez questão de acentuar a palavra *doutora*.
 - Ai, ai! - pensei eu.
 I17.G.N.LL

Como diz, repleta de sabedoria, a personagem de Mia Couto, qualquer um *não é sozinho, é muitos*. Somos *tu* para os amigos, somos *você* para o vizinho do 4.º esquerdo, somos *o senhor, a senhora* para inferiores hierárquicos. Somos *mãe, o pai, o Benjamim, compadre, o senhor arquitecto, a tia ou menina Sofia*. E assim se tornam complexas para nós e para os outros as redes de poder e de solidariedade constituídas, grosso modo, pelas formas de tratamento, elementos fulcrais de regulação das relações interpessoais (Seara, 2017). Todavia, segundo Kerbrat-Orecchioni (1995), essas mesmas relações hierárquicas (eixo vertical) ou de proximidade/distância (eixo horizontal) dependem ainda do género, idade e estatuto dos interlocutores, do grau de conhecimento entre si, do tipo de relação e ainda do “contrato” que se estabelece em cada interacção particular. Há, mesmo assim, uma “margem de manobra”, ou seja, “[...] la relation est généralement négociable, et d’ailleurs souvent négociée, entre les participants à l’interaction [...]” (Kerbrat-Orecchioni, 1995: 72).

A abordagem semântico-pragmática dos diálogos que constituem o *corpus* centrou-se na descrição e análise de formas de tratamento pronominais e formas de tratamento nominais alocutivas do singular. No Quadro 31, observamos os pronomes em análise – *tu* e *você*, com a contemplação de três realizações distintas deste último, sob influências, respectivamente, do *você* do PB, do *você* do PE e do *bosê* do CSV (no quadro, *você*^{CSV}). Quanto às formas de tratamento nominais alocutivas do singular, analisámos as ocorrências de *o senhor*, de outras formas de tratamento nominais (FTN) alocutivas de valor delocutivo e o uso de vocativos.

Quadro 31 | **Sistematização das formas de tratamento pronominais e nominais alocutivas do singular analisadas no *corpus***

FORMAS DE TRATAMENTO PRONOMINAIS			
tu	você ^{PB}	você ^{PE}	você ^{CSV}
FORMAS DE TRATAMENTO NOMINAIS			
o senhor	outras FTN		vocativos

Diazá N k'oió-b!

- É verdade, não me sinto à vontade para deixar os meus
subordinados tratarem-me por tu, porque eles acabam sempre por
confundir as coisas [...]
I15.G.DR

Não passará despercebida a muitos estrangeiros em Cabo Verde a exclamação “Diazá N_{1SG} k_{NEG}’oió-b_{2SG}!”, que se repete à exaustão em terras crioulas, em particular, exactamente deste modo, na variedade diatópica da ilha de São Vicente. Significa simplesmente “Há muito tempo que não te via!”, e o que encerra de relevante prende-se com a quantidade de tempo entendida com *diazá*, do português arcaico, ou “clássico”, ‘dias há’². Basta que dois cabo-verdianos não se vejam durante uns quantos dias para que qualquer um deles sinta que passou “muito tempo”. O que esta pequena particularidade de carácter sociolinguístico demonstra é o modo como o tempo é percebido, “[...] porque o tempo é uma percepção [...]” (Cruz, 2017: 538), de maneira diferente por um mindelense, em contraste com um lisboeta (ou um carioca). Simultaneamente, isto diz-nos também muito acerca do sistema de tratamento do CSV, já que nos elucida sobre o modo como evoluem as relações interpessoais. O espectro espaço-temporal de uso do tratamento formal em crioulo é consideravelmente mais reduzido do que o que acontece com o português em Lisboa (ou mesmo no Rio de Janeiro). Assim, poder-se-á dizer, sem margem para dúvidas, que o pronome *bo* da intimidade e da informalidade é a forma de tratamento pronominal *default*.

Imaginemos o mesmo cenário no Mindelo e em Lisboa: uma mulher e um homem, ambos entre os trinta e os quarenta anos, em representação de empresas privadas ou entidades públicas, conhecem-se numa reunião de trabalho numa segunda-feira de manhã. No final da reunião, as partes agendam um outro encontro para a segunda-feira seguinte. Se, em Lisboa – cidade com cerca de 547 000 habitantes e 100 km² de território³ –, será muito difícil que estas duas pessoas se voltem a cruzar na rua até à reunião subsequente, no Mindelo – cidade com cerca de 81 000 habitantes e 20 km² de território⁴ –, será normal, talvez até expectável, que não só se encontrem como se possam encontrar mais do que uma

² Entre outros, López (2017) indica tratar-se “[...] o advérbio, do crioulo de São Vicente, *diazá* “há (muito) tempo”, procedente da locução portuguesa “dias há” [...]” (López, 2017: 237). Veja-se o final do soneto *Busque Amor novas artes, novo engenho*, de Luís Vaz de Camões: “Amor um mal, que mata e não se vê. // Que **dias há** que n’alma me tem posto / um não sei quê, que nasce não sei onde, / vem não sei como e doí não sei porquê.” [sublinhado nosso]

³ Conforme a publicação *Lisboa⁹⁶ – A economia em números* (2016), edição da Câmara Municipal de Lisboa. Segundo dados de 2016 da Pordata (Base de Dados de Portugal Contemporâneo), a Área Metropolitana de Lisboa conta com mais de 2.8 milhões de habitantes, numa superfície terrestre de cerca de 3000 km².

⁴ Dados populacionais do Censo 2010 (INE). Quanto à superfície da cidade do Mindelo, adoptámos a delimitação proposta em Andrade e Silva (2017) por responder aos limites urbanos reais da cidade, ao contrário de outras publicações que indicam valores desfasados da realidade territorial.

vez. Imaginemos ainda que as reuniões semanais entre esta mulher e este homem se mantêm ao longo de meses ou mesmo anos, em Lisboa e no Mindelo. Segundo a “lógica espacial” de Lisboa, aquelas duas pessoas poderão continuar a encontrar-se única e exclusivamente naquela mesma sala de reuniões, facilmente permanecendo dentro do uso de um tratamento formal uma com a outra, que se poderá realizar linguisticamente através de *você*, do pronome nulo \emptyset ou de *o senhor* (e *a senhora*). No Mindelo, tal cenário será altamente improvável. Aquela mulher e aquele homem encontrar-se-ão, quer queiram quer não, em outros ambientes formais, mas, sobretudo, encontrar-se-ão também na rua, no *Plurim d’Pêxe* (‘Mercado de Peixe’), na Praça Nova ou na praia da Lajinha. Depressa perceberão que conhecem n pessoas em comum, partilham amigos e outras cumplicidades. O tratamento formal inicial por *bosê* (‘o senhor’, ‘a senhora’) não terá como não evoluir para um tratamento informal por *bo* (‘tu’), pelo menos quando se encontrarem em espaços de informalidade. Deduz-se, assim, que a estrutura tendencialmente informal da sociedade mindelense possa, naturalmente, provocar alguns constrangimentos de uso do sistema de tratamento do português, que denota, indiscutivelmente, traços da estrutura tradicionalmente formal da sociedade portuguesa.⁵

Quadro 32 | Percepção do espectro espaço-temporal da informalidade e da formalidade no CSV e no PE

informal			formal	
bo			bosê	
tu	você	\emptyset	o senhor	

O Quadro 32 representa a nossa percepção do espectro espaço-temporal da informalidade e da formalidade, e também do uso das formas de tratamento pronominais, no CSV e no PE. Outra característica significativa do sistema de tratamento do CSV são os contornos muito fluidos entre a informalidade e a formalidade, entre a intimidade da casa e a reverência dos espaços profissionais, o que se evidencia, em grande medida, através do uso generalizado dos *nominhas* (hipocorísticos), como já discutido no Ponto 4.2.2.3, nos meios de comunicação social, mas também em contextos profissionais⁶ e até mesmo em interacções assimétricas em que o *nominha* é usado concomitantemente com o pronome cortês *bosê*.

⁵ Retomamos Cruz (2017) também quando nos diz que “[a] noção de espaço é tão necessária para a compreensão do outro quanto falar a sua língua.” (Cruz, 2017: 397). Calvet (2005) afirma que a ideia partilhada pela sociolinguística urbana e pela geografia social é a de que “[...] l’espace n’est pas une donnée mais une construction sociale [...]” (Calvet, 2005: 16).

⁶ A “invasão” que se observa dos *nominhas* em espaços estritamente profissionais é bem visível em situações de uso como, em contextos de saúde, *Dra. Laidinha* (*nominha* de Adelaide) ou *Dra. Mana* (*nominha* de irmã). Registe-se que se trata de uma prática muitas vezes totalmente aceite pelos próprios falantes visados, como se nota no consultório da Dra. Adelaide Miranda Lima, onde figura uma placa com a indicação explícita – *Dra. Laidinha*.

De *vossa mercê* a *bosê*

- Vá lá! Vai ser porreiro. Hão-de lá estar muitas miúdas, ó Pedrinho. Crioulas, portuguesas, até brasileiras.
 - Humm... brasileiras, é?
 - É, vão estar lá bué delas. Portanto, são dois pares de lentes. Sei que queres usar um ou vou ter de falar brasileiro contigo para te persuadir melhor.
 I13.G2.RS

Não há como não recuar à história conturbada de *vossa mercê* para procurar entender certas particularidades semântico-pragmáticas que se espelham na contemporaneidade igualmente conturbada da forma de tratamento pronominal *você*. Ainda no século XIV, “[*vossa mercê* foi o primeiro tratamento nominal dirigido ao rei [...]

” (Rodrigues, 2003a: 348). Contudo, o tempo de glória deste tratamento terá sido extremamente curto, já que, resultado da sua vulgarização e deterioração formal e fonética – *vossancê* ou mesmo *você* –, já nos finais do século XV se tornara comum entre fidalgos e gente menos bem colocada (*ibid.*). A queda de *vossa mercê* torna-se ainda mais premente em fins do século XVIII, usado então para com interlocutores de baixo estatuto social, atingindo mesmo depois a perda total de prestígio, considerando-se tratamento insultuoso (*ibid.*: 349).

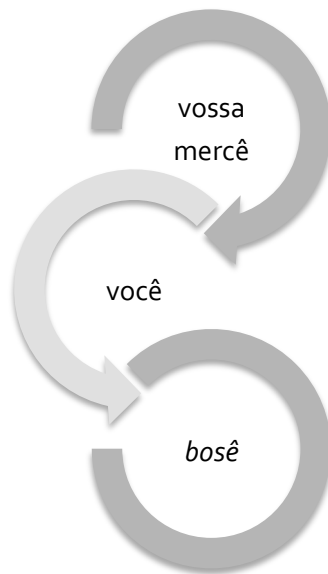
Com a degradação de *vossa mercê*, emerge e espalha-se, a partir da segunda metade do século XVIII, o tratamento por *você*, depressa usado como tratamento pronominal entre iguais (*ibid.*: 350). Todavia, *você* não teve desde a raiz um uso unânime, com épocas (e lugares) em que era considerado reverente e outras, em que não era tolerado, o que se cristalizou até na expressão “*você é estrebaria!*”, ainda bem em voga em falantes mais velhos nos finais do século XX.⁷ Lindley Cintra (1972) observa *você* fundamentalmente como forma de tratamento igualitário ou, dentro de uma qualquer hierarquia (etária, familiar, social ou profissional), apenas usado de superior para inferior hierárquico. Desde a tendência vaticinada por Lindley Cintra (1972: 34), são muitos os autores (Rodrigues, 2003a; Araújo Carreira, 2004; Gouveia, 2008; Duarte, 2010; Seara e Marques, 2016; Marques e Duarte, 2019) que defendem que o tratamento por *você* terá conhecido uma significativa expansão ao longo das últimas décadas. Provavelmente, essa expansão será indiscutível, todavia contrariamos aqui a utilização do chamado “*você da publicidade*” como evidência do seu uso corrente na sociedade portuguesa (Rodrigues, 2003a: 352). Defendemos que não se deverá

⁷ Lembramos o título da comunicação de Isabel Roboredo Seara no SIMELP 2017 – “*Você é estrebaria ou “você” é “finesse”? A polarização e os diferentes valores de “você” em Português Europeu* –, que reflecte exactamente que não há um *você* em Portugal, há “*você(s)*”. A expressão “*você é estrebaria!*” evidencia(va) o desagrado da parte de quem era tratado por *você*, aludindo claramente a um uso adequado apenas de superior para inferior hierárquico, daí a ‘estrebaria’, lugar de cavalos, em sentido figurado, lugar impróprio e imundo.

de modo algum observar o *você* da linguagem publicitária como uma forma de tratamento comum, já que se trata de um *você* que não é particularmente dirigido, não é para um interlocutor em específico, mas para toda a gente. Assim, em nada se assemelha à situação de comunicação em que uma qualquer pessoa usa *você* dirigindo-se, em particular, a um interlocutor específico. Façamos aqui um parênteses, lembrando também a música *Parabéns a você* e a imensa contradição pragmática que encerra para muitos falantes. Em Portugal, é cantada de norte a sul, mas quão poucos portugueses aceitarão, de facto, o tratamento por *você*? Tal como o *você* da publicidade, este tratamento não é dirigido a ninguém em particular, daí ninguém o sentir como ofensivo ou elogioso. Fim de parênteses. Além do mais, pensamos que o uso de *você* em linguagem publicitária surge, sobretudo, motivado por necessidades actuais de contornar o politicamente incorrecto, já que se trata de uma forma unissexo. Mais, o *você* é, comparativamente com o *senhor*, de muito maior abrangência etária, já que se adequa tanto a jovens como a adultos de qualquer idade. No fundo, o *você* da publicidade é um “falso” *você* que se cinge a uma estratégia de comunicação e de marketing usada à falta de melhor alternativa.⁸ Basta lembrar que as marcas que usam este *você* em *outdoors* publicitários, jornais, revistas, televisão e internet não adoptarão, por certo, como política de atendimento cortês nas suas lojas físicas tratar o cliente por *você*.⁹ Poder-se-á dizer, em nosso entender, que a expansão de *você* na linguagem publicitária também pode ajudar a entender a expansão do uso de *você* em Portugal, sem que, contudo, possa o *você* da publicidade ser usado como modelo do tratamento por *você*.

⁸ Faria (2009) defende que “[...] *você* aparenta ser uma «forma neutra quando utilizada pela publicidade e pelos meios de comunicação social, que se querem dirigir ao público em geral, indiferenciado [...]” (Faria, 2009: 44 *apud* Guilherme e Bermejo, 2015: 170).

⁹ Lembre-se a interlocução reproduzida por Araújo Carreira (2004) numa loja do Chiado, em Lisboa, em 2007. A funcionária diz “Você gosta deste modelo?” e “[l]a cliente a quitté le magasin, en disant « Muito boa tarde » (et très probablement elle n’y reviendra plus).” (Araújo Carreira, 2004: 198).

Imagem 1 | Evolução diacrónica de *vossa mercê* até *bosê*

Interessa, então, lembrar que o pronome de tratamento cortês *bosê* do CSV advém exactamente do pronome português *você* – e, no plural, *bosês* deriva de *vocês* (Lang, 2014: 259). Assim se percebe, conforme se vê na Imagem 1, que o cruzamento sinuoso entre a intimidade e a reverência em português e em crioulo está também presente no próprio percurso etimológico das formas de tratamento pronominais do CSV.¹⁰ É evidente a forte oscilação pragmática, já que *bosê*, forma de tratamento de (alta) reverência em crioulo, provém de *você*, forma, ainda hoje, de baixa formalidade do PE actual, para lá de raiz de equívocos, estranhamentos e “evitação” por parte de muitos falantes. Na verdade, a abrangência pragmática em jogo é significativamente maior quando consideramos o peso do *você* do PB em território cabo-verdiano. A simples fórmula $\text{você}^{\text{PB}} \neq \text{você}^{\text{PE}} \neq \text{bosê}^{\text{CSV}}$ mostra bem a actual convivência de contornos conflituosos em São Vicente do *você* brasileiro com o *você* europeu e com o *bosê* cabo-verdiano. Trata-se de três formas de tratamento pronominais fonética e formalmente muito semelhantes, todavia semântica e pragmaticamente distintas (Quadro 33).

¹⁰ Embora nos foquemos aqui na evolução diacrónica de *bosê*, note-se também que *bo*, forma de tratamento própria da informalidade no CSV, provém de *vós*, forma de tratamento de distanciamento do português clássico, hoje considerada um arcaísmo, embora ainda usada em certas variedades diatópicas do norte de Portugal, “[...] sobretudo nos meios rurais e por pessoas de idade mais avançada.” (Seara e Marques, 2016: 282) – assim como, no plural, *bzot* (‘vocês’) tem raiz em *vós outros* (Lang, 2014: 261) –, evidenciando-se, então, o total entrelaçamento entre informalidade e formalidade entre as duas línguas. Lang (2012) reforça que não há vestígios de *tu* no CCV. Recorrendo-se também de Lindley Cintra (1972), avança que, no século XV, os colonos portugueses tratavam, provavelmente, os escravos por *vós*, já que a dicotomia medieval entre *tu* e *vós* era “[...] sobretudo, uma oposição entre formas para relações de intimidade e formas para situações onde faltava essa intimidade entre os interlocutores.” (Lang, 2012: 24).

Quadro 33 | Uso pragmático de *você*^{PB}, *você*^{PE} e *bosê*^{CSV}

informal		formal	
<i>você</i> ^{PB}		<i>você</i> ^{PE}	<i>bosê</i> ^{CSV}

Das formas de tratamento pronominais em foco na análise semântico-pragmática do *corpus*, adquire total preponderância o uso de *você*.

Quadro 34 | Resultados da análise do uso de *tu* e *você* no *corpus* (% de falantes)

	<i>tu</i>	<i>você</i> ^{PB}	<i>você</i> ^{PE}	<i>você</i> ^{CSV}
diálogos	112	51	10	8
total	215	69	69	69
% de falantes	52.1%	73.9%	14.5%	11.6%

Não são verdadeiramente os números absolutos o que se destaca na utilização de *você*. Conforme o Quadro 34, somente 69 falantes usaram *você* nos seus diálogos (o que corresponde “apenas” a 19.7% dos 350 falantes). Importa, sim, destacar que se observam três realizações pragmáticas distintas de *você* no *corpus* e que a sua representação quantitativa está longe de ser equilibrada. Veja-se que 73.9% (ou seja, 51 falantes) dos usos de *você* dizem respeito a um *você* próprio da informalidade e intimidade, denotando uma forte tendência para o interpretar e usar à imagem do *você* do PB. Bem distante, aparece, com 14.5% (isto é, 10 falantes), o *você* igualitário, ou típico de interações assimétricas de superior para inferior hierárquico, comuns na variedade europeia do português.¹¹ Por fim, 11.6% (ou seja, 8 falantes) das ocorrências de *você* traduzem um uso pragmático sob influência da alta formalidade inerente ao pronome *bosê* do CSV. Refira-se, ainda, fora do âmbito da análise semântico-pragmática efectuada, que se registaram ocorrências do pronome de 2SG *tu* em 112 diálogos, num total de 215 diálogos T (o que equivale a 52.1% do total).

Será também importante determinar se o uso de *você*, em qualquer dos seus valores pragmáticos, e tanto com a função de sujeito como de objecto, depende ou não do turno de fala seleccionado para “ponto de partida” do próprio diálogo.

¹¹ É curioso notar o que constata Araújo Carreira (2008: 197) a partir da análise contrastiva de alguns aspectos dos sistemas de tratamento do português e do francês. A autora observa o estranhamento de falantes de francês perante o número reduzido de situações em que o *vous* francês equivale, de facto, ao *você* português. Também em Cabo Verde, da confrontação entre os sistemas de tratamento do CSV e do português, nos deparamos com fenómeno idêntico. Não são muitas as vezes em que se poderá traduzir *bosê* por *você*, tal como, de alguma maneira, revela a baixa percentagem (14.5%) de uso no *corpus* do *você* de traços portugueses.

Quadro 35 | Uso de *você* em diálogos com turnos de fala “não marcados”

turno de fala	<i>você</i> ^{PB}	<i>você</i> ^{PE}	<i>você</i> ^{CSV}
1 – Então, que o trouxe aqui?	0	1	0
2 – Sabe , o que eu gostava era de dar um passeio.	0	1	0
3 – Sabe o que eu lhe digo? Medo.	1	0	0
4 – Acabe imediatamente com isso!	3	0	0
5 – Feche ao menos as janelas, que podem ver.	0	0	0
– Olhe que depois disso já sonhei consigo três vezes!	3	0	1
7 – Não sente o mau cheiro?	2	0	0
8 – E então, o que quer de mim?	1	0	0
9 – Ouça , Sandra.	3	0	0
10 – Para onde está a olhar?	0	0	0
– Porquê? Porque me oculta tanta coisa da sua vida?	3	0	0
12 – Não tem medo?	1	0	0
13 – Venha cá que lhe quero dizer uma coisa.	2	1	0
14 – A sua mulher já o traiu alguma vez?	3	1	0
15 – Não se preocupe ...	3	0	1
16 – Não sabe se foi feliz?	0	0	0
17 – Desculpe : mas não é então crente?	2	0	0
18 – Então, que o trouxe aqui?	2	0	0
falantes	29	4	2
uso total de <i>você</i>	35	35	35
% de falantes	82.9%	11.4%	5.7%

Em primeiro lugar, notamos que o *corpus* é constituído por 36 sessões e que o número de sessões em que os diálogos partem de turnos de fala “não marcados” (Quadro 35) – apenas com a presença de formas de tratamento pronominais (oblíquos, clíticos, reflexos e possessivos) e verbais (indicativo e imperativo) – é exactamente igual ao número de sessões com diálogos que têm raiz em turnos de fala “marcados” (Quadro 36) – com a presença de *você*, *o senhor* ou *doutor*.

Mais significativo se torna, então, perceber que no *corpus* o uso de *você* não é de modo algum condicionado pelo próprio turno de fala “oferecido”, já que o número de falantes que usam *você* nos diálogos que começam com turnos de fala “não marcados” (isto é, 35) é praticamente igual ao número de falantes que utilizam *você* nos diálogos de turnos de fala “marcados” (ou seja, 34). Todavia, através da análise dos dois quadros, constata-se outro aspecto relevante. Percebe-se, no Quadro 35, que a ausência de *você*, de *o senhor* ou de vocativos como *senhora* e *doutor* dos turnos de fala resulta em usos pragmáticos de *você* quantitativamente mais desequilibrados. Aí, o *você* de traços brasileiros domina em absoluto

com 82.9% (29 falantes em 35), sobrando apenas 11.4% (4 falantes) para o *você* de Portugal e 5.7% (2 falantes) para o *você* de traços pragmáticos do *bosê* do CSV.

Quadro 36 | Uso de *você* em diálogos com turnos de fala “marcados”

turno de fala	<i>você</i> ^{PB}	<i>você</i> ^{PE}	<i>você</i> ^{CSV}
1 – Como é estar doente, <i>senhora</i> ?	2	0	1
2 – O que é que <i>você</i> toma, olhos azuis?	3	2	0
3 – Já viu isto, <i>doutor</i> ?	0	0	0
4 – Deixe-me em paz, <i>senhora</i> .	1	1	0
5 – Não me trate por tu! ¹²	1	0	2
– O <i>senhor</i> está prestes a cometer uma loucura.	0	0	0
7 – <i>Você</i> come muito chocolate?	1	0	0
8 – Que é que <i>você</i> quer então?	1	1	1
9 – Que é que <i>você</i> quer então?	2	0	0
10 – Porquê, <i>doutor</i> ?	1	0	0
11 – Porquê, <i>doutor</i> ?	0	0	0
– Mas então como é que o <i>senhor</i> fala português?	0	1	0
13 – Como é estar doente, <i>senhora</i> ?	0	0	1
– <i>Você</i> não quer passar lá em casa para ver a minha coleção de asas de borboleta?	2	1	0
15 – <i>Você</i> colocou cebola?	2	0	0
16 – Ouça lá! Onde é que o <i>senhor</i> vem?	2	0	1
17 – E <i>você</i> , que é que anda a escrever, poesia?	3	0	0
18 – <i>Você</i> está perturbado, meu filho.	1	0	0
falantes	22	6	6
uso total de <i>você</i>	34	34	34
% de falantes	64.8%	17.6%	17.6%

Quanto aos diálogos com turnos de fala “marcados”, observamos, no Quadro 36, que essas mesmas marcações mais fortes das formas de tratamento *você* e *o senhor* (e dos vocativos *senhora* e *doutor*) conduzem os falantes a utilizações de *você* ligeiramente mais bem distribuídas pelos três valores pragmáticos em análise. A percentagem de falantes que usa o *você* de modo semelhante ao *você* do PB desce para 64.8% (22 falantes em 34), distribuindo-se equitativamente as outras ocorrências – com 17.6% – pelo *você* do PE (6 falantes) e pelo *você* que advém do *bosê* do CSV (6 falantes).

Por fim, procurámos perceber se ao longo dos sete anos lectivos contemplados no *corpus* o uso de *você* se manteve ou não inalterável.

¹² Embora sem a presença de uma marca mais forte de tratamento, considerámos o turno de fala – *Não me trate por tu!* como “marcado” devido ao valor pragmático que o seu próprio conteúdo encerra, indiciando de modo mais evidente do que os turnos de fala “não marcados” uma interação de contornos formais.

Quadro 37 | Evolução do uso de *você* no *corpus* (por ano lectivo e número de falantes)

ano lectivo	você	total	% você
2011/2012	2	22	9.1%
2012/2013	3	32	9.4%
2013/2014	22	133	16.5%
2014/2015	8	33	24.2%
2015/2016	7	23	30.4%
2016/2017	14	55	25.5%
2017/2018	13	52	25%
total	69	350	19.7%

No Quadro 37, observa-se uma clara tendência crescente do uso de *você* entre o primeiro ano lectivo considerado (com 9.1% dos falantes) até 2015/2016, momento em que se atinge a marca mais elevada (isto é, 30.4%), com 7 falantes num total de 23 a usarem *você*. Embora haja, nos dois últimos anos lectivos, uma ligeira diminuição, a percentagem de uso de *você* permanece, ainda assim, à volta dos 25%, ou seja, o equivalente a 1 em cada 4 discentes. Note-se também que, desde 2014/2015, o uso de *você* não voltou a descer abaixo dos 20%.

Procuraremos, de seguida, como sintetiza Araújo Carreira (2014), através da “[...] junção do sentido e do contexto, do sentido em contexto [...]” (Araújo Carreira, 2014: 38), perceber o que exibem de particular as três realizações pragmáticas de *você* com que nos deparámos no *corpus*.

SUBSECÇÃO 6.3.1

Você, Brasil, é parecido com a minha terra¹³

Debruçamo-nos, em primeiro lugar, sobre o *você* que diz respeito a um uso de traços informais, à imagem do *você* do PB, forma generalizada em interacções de informalidade e intimidade, sem implicação de quaisquer conotações pejorativas (Araújo Carreira, 2004: 42). Constam do *corpus* diálogos, sobretudo, com o uso de *você* em interacções simétricas dentro da família (entre mãe e filha, marido e mulher, etc.) e entre amigos ou namorados.

¹³ Jorge Barbosa ([1956] 2002). “Você, Brasil”, *Obra Poética*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p.135-136.

[6.1] Ângela | Bruno

- Doida? Não... Eu sou doida, maluca e pirada, mas é por Jesus. E o meu único remédio é ser amarrada e levada para o céu.
- **Ok. Não estas mesmo bem da cabeça... É melhor eu ir-me embora...**
- Não fujas. Jovem, Deus te ama!
- **Você virou freira, é?** ^{I15.M.CC²⁴}

Em [6.1], observamos um diálogo entre amigos, Ângela e Bruno, que se encontram na rua. Trata-se de uma relação simétrica e de proximidade em que vinga o uso de um tratamento informal, como se vê através das três formas de tratamento verbais e pronominais com marcas da 2SG – *estás, não fujas* e *te*.¹⁵ Ângela ter-se-á convertido recentemente e, nas suas palavras, pretende que o amigo descubra “o amor de Deus também”. Bruno acha que a amiga perdeu o juízo e não quer nem ouvi-la, quando, no último turno de fala aqui reproduzido, usa um *você* típico da informalidade e intimidade em grande parte do território brasileiro, bem diferente do *você* comum em Portugal, e que se sente, então, como clara influência pragmática do *você* do PB. Para lá do pronome *você*, também se sente a forte presença do PB em determinadas selecções lexicais. Primeiro, com o verbo ‘virar’ com a acepção de «tornar-se». Embora também já relativamente comum em PE, este uso particular poderá ainda considerar-se um brasileirismo. De seguida, em outro momento, após Ângela dizer “Acalma-te, rapaz. O que quero te dizer é... Deus te ama!”, Bruno responde com “Oi?”, interjeição interrogativa imensamente comum no discurso coloquial no Brasil.

²⁴ Os diálogos integrais, cujos dados do ePCV são analisados no presente capítulo, encontram-se digitalizados no Anexo 3.

²⁵ Note-se, ainda, que até ao primeiro turno de fala aqui apresentado, deparámos com 15 formas de tratamento distintas com marcas da 2SG – pronominais (3) e verbais (12), entre pronomes clíticos e reflexos, e verbos no indicativo, conjuntivo e imperativo.

[6.2] Devim | Ava

– Não! É mentira, **você** se atrasou. Claro... aposto que a tua imagem no espelho atirou a tua atenção durante o que?! 30, 40 minutos a mais?! Ai, mulheres.

– Não começa com a clássica conversa das mulheres isso, as mulheres aquilo... Sabes bem que nesses debates eu ganho sempre cara de batata!

– **Pelo menos sou um tuberculo multitasking. Tu pareces um rabano. Branca como a neve, mas sem os lábios rubros como o sangue e cabelos negros como a noite! Falando nisso, mais parecem com uma vassoura de quintal!**

– Eu, eu... Talvez batendo na tua cabeça com força consigo despertar o neurónio solitário... UM16.CP.EB

Com o diálogo em [6.2], vê-se também uma interacção informal entre amigos, uma discussão entre Devim e Ava. Logo no primeiro turno de fala, Devim usa *você* relativamente a Ava, seguido de um verbo, naturalmente, na 3SG e, logo depois, do possessivo *tua*, na 2SG. Destaca-se, na sua fala seguinte, a “indistinção” pragmática entre *você* e *tu*, quando, agora, Devim se dirige a Ava usando o pronome pessoal de 2SG. Por fim, é também relevante realçar a forma imperativa negativa não padrão – *não começa* – que Ava utiliza no seu primeiro turno de fala, imperativo de uso comum no Brasil e atípico em Portugal.

Há também diálogos com interacções assimétricas em que *você* é usado por quem se encontra no topo hierárquico, em contextos comunicativos em que, em Portugal, domina o uso do *tu*, tal como, por exemplo, entre uma professora primária e os seus alunos.

[6.3] **senhora** | rapaz

– **Isso não te dá o direito de chegar de qualquer forma e pronunciares isto.**

– Isto o quê?

– **Tu, primeiro do que me lembro ensinaram-te a dizer boa tarde, bom dia ou boa noite, senhora ou senhor conforme o horário do dia, segundo porque **voçê** é uma criança muito mal educada, se fosse no meu tempo levava umas boas palmadas para ver se não endireitava esse palavreado.**

– A senhora está a ser muito mãe. I15.G.ZR

Em [6.3], vemos um diálogo entre vizinhos, uma senhora já de certa idade e um rapaz. O rapaz desloca-se a casa da sua vizinha para lhe perguntar se poderá acompanhar a sua mãe à

missa. Porém, torna-se indelicado ao tratar a senhora por *tu*. A vizinha, em “– Porque sou muito mais velha do que tu, não te ensinaram a respeitar os mais velhos, a trata-los de forma correcta, tens idade para ser meu neto.”, turno de fala anterior aos aqui apresentados, usa o pronome pessoal de 2SG *tu* com o rapaz. De seguida, demonstra igual variação entre os pronomes mais representativos da informalidade do PE e do PB à observada em [6.2] quando usa também *você*. Após o uso de *você*, seguem-se três formas de tratamento verbais na 3SG – *é, levava e endireitava*.

Por último, focamos um diálogo – no qual o turno de fala seleccionado era *E você, que é que anda a escrever, poesia?* – que se passa numa sala de aula de Português, onde intervêm, sobretudo, três alunos, a Maria, o Pedro e a Bruna. A interacção totalmente simétrica entre os três desenvolve-se por completo dentro do tratamento informal, com o uso de formas de tratamento verbais, entre verbos no indicativo, imperativo e infinitivo flexionado na 2SG, e do pronome pessoal *tu*. No final do diálogo, destaca-se a estrutura em [6.4], com «*você + verbo na 2SG*», construção de ocorrência muito baixa no *corpus*.

[6.4]

– E **você**, o que é que **andas** a escrever, poesia? UM17.E.BS

Interessa realçar que, da obrigatoriedade de incluir o turno de fala atribuído, a discente não hesitou em alterar o verbo ‘andar’ da 3SG para a 2SG, não sentindo, todavia, qualquer necessidade de modificar o pronome *você*. De modo mais ou menos reflectido, resulta dessa opção a “indistinção” entre *você* e *tu* já revelada por outros falantes, aqui com a convivência no mesmo acto de fala de *você* com a conjugação verbal da 2SG. Por fim, acrescenta-se ainda que, contrariamente ao que vemos reflectido em outros estudos¹⁶, sobretudo acerca de variedades africanas do português, julgamos que a estrutura «*você + verbo na 2SG*» é, em primeiro lugar, resultado de um desvio de tratamento, que se traduz *a posteriori* num desvio de concordância. Porquê? Para lá da indistinção, para certos falantes, entre *tu* e *você*, acreditamos que os falantes que produzem esta estrutura poderão não apresentar outras ocorrências de concordância não canónica. Esta falante particular, autora de [6.4], não produziu, num diálogo de 319 palavras, nenhum outro tipo de desvio de concordância. Naturalmente que necessitaremos de mais dados e de uma investigação aprofundada para obter certezas em relação a esta hipótese.

¹⁶ Mota (2015: 19) observa a construção “mas como você **crestece** na cidade...” (do português de Moçambique) única e exclusivamente como um exemplo de concordância não canónica, *jámais* atestada em PE, tal como, acrescentamos, não se atestam em PE desvios morfossintácticos dentro do sistema de tratamento.

Essa forma distante de tratar qualquer pessoa¹⁷

Conforme Araújo Carreira (2009), em Portugal, *você* contém ainda vestígios de traços semânticos de deferência do original *vossa mercê* e, simultaneamente, traços da sua própria deterioração. Por conseguinte, constata-se uma forte variação diatópica e diastrática do uso de *você*, que resulta em inúmeros equívocos e estranhamentos.¹⁸ Com efeito, de norte a sul, *você* “[...] peut être ressenti comme offensant ou alors comme respectueux ou encore comme neutre.” (Araújo Carreira, 2009: 33). Há variedades diatópicas em que “[...] o «você» é quase inadmissível, já que sentido como grosseiro ou, pelo menos, pouco cortês.” (Duarte, 2011: 87), enquanto há também determinados círculos diastráticos, sobretudo em Lisboa, em que se destaca o *você* afectuoso da intimidade (Cunha e Cintra, 1984: 294) ou “tratamento *finesse*” (cf. Seara, 2017) e o *você* socialmente “afectado”¹⁹ usados dentro da família e com amigos.²⁰ É-nos portanto difícil olhar para *você* como “[...] a opção intermédia [...]” (Villalva, 2004: 22) entre o maior grau de proximidade de *tu* e o maior distanciamento de *o senhor* (ou de outros tratamentos nominais) porque, como já mencionado, não há um *você*, há “*você(s)*”²¹, para lá de haver também muitos falantes para quem o *você* não é simplesmente opção.²² Reiteramos, assim, a ideia de que “[...] a forma *você* ainda carece de estabilização no panorama do sistema de tratamento em português europeu [...]” (Seara e Marques, 2016: 295), o que se torna evidente perante a variedade de valores actuais de *você* sistematizados por Seara (2017) – desrespeito, igualdade, superioridade, afastamento, rotina, cortesia e afectação.

A análise semântico-pragmática dos diálogos do *corpus* reflecte parte da variedade

¹⁷ Gonçalo M. Tavares (2007). *Aprender a rezar na era da técnica*. Porto: Editorial Caminho, p.330. A citação por “inteiro” é: “[...] defendendo-se com esse *você*, com esse *senhor*, com essa forma distante de tratar qualquer pessoa.”

¹⁸ De tal modo se pode tornar constrangedor o uso de *você* que, visando, em particular, mas não só, falantes de PLE, é útil que, perante interlocutores desconhecidos, se privilegie “[...] a forma neutra da 3.ª pessoa verbal, sem a explicitação do pronome, neutralizando assim alguns efeitos menos aceitáveis do uso explícito de *você*.” (Seara e Marques, 2016: 295).

¹⁹ Seara e Marques (2016) precisam com total propriedade que se trata de um *você* usado “[...] em grupos sociais economicamente mais favorecidos (ou pretensamente), que desejam exibir, de forma ostensiva, através do uso recorrente e, muitas vezes, caricato, desta forma de tratamento, uma superioridade social, que espelha manifestamente uma forma de snobismo.” (Seara e Marques, 2016: 294). Desse modo, o *você* é usado entre pais e filhos, irmãos, cônjuges e amigos.

²⁰ A partir de um *post* da página de Facebook do escritor português Mário de Carvalho, Marques e Duarte (2019) analisam as reacções a um uso de *você* dirigido ao primeiro-ministro de Portugal, destacando que esse uso inadequado de *você* (como de outros tratamentos) não é “sentido” como prejudicial para o interlocutor, mas para o locutor, que demonstra, assim, não saber usar o tratamento “correcto”, desvalorizando mesmo o conteúdo da sua comunicação.

²¹ Segundo Rodrigues (2003a: 324), Hammermüller (1993) leva a cabo um estudo empírico do uso de *você* em parte do Norte de Portugal, daí resultando a evidência da polissemia de *você*, considerando o autor alemão, para lá de um *você* metalinguístico, 6 usos diferenciados de *você*: desambiguador, de afectividade, de distanciamento, de respeito, de igualdade e de condescendência.

²² Note-se que o paradigma ternário *tu/você/o senhor* que caracteriza o PE estrutura-se, na verdade, em 2 (e não 3) planos de informalidade e formalidade. Assim, o único uso pragmático de *você* que se poderá considerar, de facto, como “opção intermédia” entre *tu* e *o senhor* é o *você* igualitário (cf. Lindley Cintra, 1972) usado entre vizinhos ou colegas de trabalho, que equivale, no fundo, a um tratamento “informal” (entre aspas porque não há, em nosso entender, tratamento informal com marcas pronominais e verbais de 3SG), mas não íntimo.

significativa de usos pragmáticos de *você*, réplicas exemplares de situações contextuais típicas em Portugal. Analisemos primeiro a interlocução em [6.5].

[6.5] Afonso | João

– **Meu caro, *você* vai-me desculpar, mas está completamente enganado relativamente ao funcionamento do sistema financeiro.**

– Ai sim?! Então esclareça-me lá doutor Centeno.

– **Os bancos são instituições que servem de intermediário entre agentes superavitários e agentes deficitários. As suas poupanças, assim como as de todos os outros clientes que acreditam o seu dinheiro nos bancos, estão em constante circulação. No fundo, é esta alocação de capitais financeiros que move a economia de um país.**

– ***Você*** até pode ter essa exposição académica na ponta da língua, mas não me convence. I17.G.T.FD

Trata-se de um diálogo entre dois docentes “de convicções muito distintas” à saída da Universidade de Coimbra, em Portugal. Afonso, claramente simpatizante de ideais liberais, procurando provocar o seu colega, desafia-o a expor a sua opinião acerca das políticas do Banco Central Europeu relativamente à concessão de créditos, sabendo bem que este tem uma visão oposta à sua. Sente-se, então, desde logo, o *você* igualitário entre dois interlocutores que se conhecem, se respeitam, não pretendendo, contudo, estreitar os laços da relação que mantêm com o uso de um *tu*, na sua visão, mais próprio da intimidade. João defende-se do “ataque” de Afonso com a ironia do tratamento por *doutor Centeno*, desde 2015, ministro das Finanças de Portugal, respondendo Afonso com a apologia do sistema bancário como base da economia de qualquer país. Destaque-se, como se observa no final, que o uso de *você* é aqui textualmente recíproco, não se estabelecendo, portanto, qualquer hierarquia ou emergindo qualquer conotação pejorativa.

[6.6] professor | aluna

– **Acha que vai conseguir?**

– Claro que vou.

– **Porque que *voce* acha isso**

– Porque trabalho todos os dias para isso I11.T3.1.LL

Observemos, agora, as interações em [6.6] e [6.7]. Em primeiro lugar, o *você* hierárquico da interação clássica entre professor e aluna em sala de aula. A aluna diz que pretende terminar a sua licenciatura para que possa obter um emprego e a sua independência financeira. O professor interroga-a acerca da consecução ou não dos seus objectivos e, após a certeza que sente nas palavras da rapariga, emerge um *você* que, embora estabeleça uma clara hierarquia de poder perante a jovem, não se constitui como, segundo as palavras de Venâncio (2012), autoritário.

[6.7] **cliente** | funcionário da agência de viagens

– **Alô bom dia,**

– Sim, bom dia, Adriano Sousa Tropictur, em que lhe possa ser útil.

– **Olha eu estou de férias, queria sair do país viajar, sabe, o que eu gostava era de dar um passeio longe da cidade. O que é que *vosse* tem aí para me recomendar.**

– Bom, deixe-me consultar os meus dados, sendo a senhora um habitante da zona urbana, posso oferecer-lhe uma viagem de duas semanas de autêntico prazer e convívio com a natureza nos Açores, por apenas 285 000\$00.

l11.T3.2.NS

Em [6.7], diálogo ao telefone entre uma cliente e um funcionário de uma agência de viagens, há também um *você* hierárquico. Porém, com este *você* usado pela cliente, sente-se, inequivocamente, a pretensão de marcar a distância social entre os dois interlocutores. Trata-se, portanto, de um tratamento que vinca a dimensão «poder» de um modo mais claro que o que se vê na interação anterior.

[6.8] Maria | **Andrea**

– Bom dia, Andrea! Como estás?

– **Bom dia, Senhora Maria! Vou indo, estou com um pouco de dor de cabeça. E a senhora?**

– Também pudera. Estou bem, obrigada.

– **O que é que *você* quiz dizer com: “Também pudera”?** l14.M.JS

Por fim, analisamos em [6.8] um uso pragmático bem distinto e particular de *você*. “Num dia normal, céu limpo e temperatura ambiente”, num qualquer bairro do Mindelo, irrompe uma interação conflituosa entre duas vizinhas, Maria, senhora já de idade avançada, e Andrea,

uma jovem. O diálogo começa com um cumprimento simpático e cordial de Maria, ao qual Andrea responde com cortesia, tratando a vizinha mais velha por *Senhora Maria* e usando a forma de tratamento nominal *a senhora*. Se bem que fosse, por certo, mais cortês e reverente o uso de *Dona Maria*, não se sente aqui qualquer intenção de Andrea em se colocar numa posição de superioridade ou de desrespeitar a senhora.²³ Entretanto, Maria, que mais tarde confessa não entender “estas raparigas de hoje em dia”, torna-se altamente corrosiva com o uso da interjeição *pudera*. Critica, percebe-se mais adiante, o estilo de vida de Andrea, que naquele momento chegava a casa de manhã após uma noitada. Nessa altura, a jovem usa o *você* “prepotente”, como lhe chama Venâncio (2012), aquele *você* que, em certos dialectos de Portugal, “põe o outro no seu devido lugar”. Em segundos, de *a senhora* a *você*, quebra-se por completo a cortesia, desce-se do alto da reverência para a ofensa. Não há dúvidas de que a intenção de Andrea é lembrar à sua vizinha que, embora conheça as regras de tratamento em hierarquias de idade e respeito, não lhe deve propriamente qualquer deferência. O uso específico de *você* nesta interação particular ilustra perfeitamente como “[s]ão os contextos sociais e os contextos mais restritos de cada interação, em que os interlocutores têm uma influência forte, em função das suas idiossincrasias, que de forma direta interferem nas FT a usar e nos valores semântico-pragmáticos que adquirem.” (Marques e Duarte, 2019: [?]).

SUBSECÇÃO 6.3.3

– *Dona, ca bocê senti medo, ahoje mar stá calmo!*²⁴

Enquanto as realizações de *você* analisadas nas secções 6.3.1 e 6.3.2 vão ao encontro de usos pragmáticos comuns nas variedades do português do Brasil e de Portugal, esta última evidencia resultados do contacto linguístico directo em Cabo Verde. Em particular, emerge aqui a diferença entre as chamadas línguas não *pro-drop*, como o CSV, nas quais não se disponibilizam sujeitos referenciais nulos, e as línguas *pro-drop*, como o português, nas quais “[...] os sujeitos nulos estão disponíveis para diversos contextos [...]” (Pratas, 2009: 368). Ou seja, observar-se-á a transferência do CSV da obrigatoriedade da presença do pronome sujeito, o que não encontramos em português, já que “[...] la morphologie verbale peut

²³ Veja-se que a formulação «a senhora + nome próprio», embora seja considerada menos deferente, usando-se, portanto, com pessoas de mais baixo estatuto social, não demonstra necessariamente falta de consideração (Seara e Marques, 2016: 296).

²⁴ Título de um quadro da pintora luso-cabo-verdiana Luísa Queirós (1941 [?]-2017). Tradução: – Senhora, não sinta medo, hoje o mar está calmo! Tal como com os versos de Manuel d’Novas em epígrafe à presente dissertação e com o título da música de Cesária Évora usado na Secção 4.3, usamos aqui a grafia original do título do quadro, e não a grafia do ALUPEC usada nas elicitaciones em CSV dos dados da dissertação (e nos dados originalmente em CSV).

indiquer à elle seule la forme d'adresse étant donné que la présence du pronom sujet (ou du nom) n'est pas obligatoire." (Araújo Carreira, 2004: 39). Alguns falantes do *corpus* sentem-se tentados, à imagem do que se verifica no CSV, a preencher o lugar de sujeito. Devido às similitudes fonéticas, e até formais, entre o *bosê* do CSV e o *você* do português, a escolha recairá naturalmente sobre a forma de tratamento pronominal *você*.

[6.9] piloto | rapaz

- A sério? Gostaste assim tanto do vôo?
- **Sim, todas aquelas acrobacias, *você* é mesmo bom.**
- Obrigado miúdo, fico muito feliz em saber isso.
- **Como é que consegue fazer aquilo tudo tão bem?** I₁₃.G.TF

Em [6.9], vê-se parte de um diálogo entre um piloto famoso, após o espectáculo de acrobacias em que este participa, e Miguel, um jovem rapaz. O rapaz protagoniza 7 turnos de fala ao longo do diálogo, que se desenvolvem inteiramente num registo de formalidade adequado à relação assimétrica que se estabelece entre eles. Excepção feita ao uso do pronome plural *vocês* em – *Vocês têm coreografias?*, quando se refere à equipa do piloto, em 4 turnos de fala exibem-se construções de sujeito nulo e nos outros dois turnos de fala emerge o *você* que advém de construções semelhantes no CSV, nas quais a presença de *bosê* seria obrigatória. Para lá do que aqui é apresentado, mais adiante no diálogo, o rapaz interpela o piloto perguntando – *Mas você não tem medo?* No CSV, a construção – **Ma ka_{NEG} ten medu?* ('Mas não tem medo?') é agramatical. Dentro do tratamento formal, ter-se-á de dizer – *Ma bosê_{2SG.HON} ka_{NEG} ten medu?* Há, então, uma necessidade premente de preencher aquele lugar de sujeito, o que alguns falantes resolvem com a transferência imediata de *bosê* para o português, traduzindo-o, não por *o senhor*, mas por *você*. Todavia, em PE, não se usa o tratamento *você* “[...] indiscriminadamente em situações de interlocução com interlocutores de classe social superior ou de faixa etária mais elevada, pois o sistema social ainda coloca algumas reservas relativamente a esse uso.” (Seara e Marques, 2016: 294). Assim, esta opção por *você* poderá facilmente constituir-se como um *face threatening act* (FTA) (Brown e Levinson, 1987).

[6.10] Catarina | pai

– **Está bem! E depois podes vir ajudar-me a estudar Português?**

– Já te disse para não me tratares por tu!

– **Esta bem! Você pode vir ajudar-me com os trabalhos?**

– Agora sim. I15.G.YF

De seguida, analisamos em [6.10] uma interacção entre filha e pai. O conflito é explícito. Percebe-se que a filha já havia tratado o pai por *tu*, com as marcas verbais da 2SG. Volta a repetir o uso da mesma forma de tratamento de intimidade, de solidariedade, e o pai avisa-a mais prementemente para que não o trate daquela maneira, por pretender manter uma posição de respeito e deferência. Catarina, a filha, aceita a repreensão e, para corrigir o erro, trata o pai por *você*. Se dúvidas houvesse quanto à tendência para a indistinção entre o *bosê* crioulo e o *você* português, por parte de alguns falantes, a resposta do pai seria elucidativa. O pai mostra-se agradado com aquele tratamento por *você*, porque, na verdade, está ali subjacente a elevada formalidade do pronome *bosê* do CSV.²⁵

[6.11] filha | mãe

– **Impossível, eu estou com muito medo do resultado mãe...**

– Olha filha posso acesguro-lhe que o mais importante nesse momento é manter a calma e ter fé que tudo vai dar certo, afinal ainda não sabemos quais foram os resultados dos exames.

– **Juro que não consigo entender como a senhora consegue ser tao otimista, sera que voce ainda não entendeu a gravidade do problema? Eu tenho um nodule no peito e talvez pode ate ser um cancer ou algo do genero.**

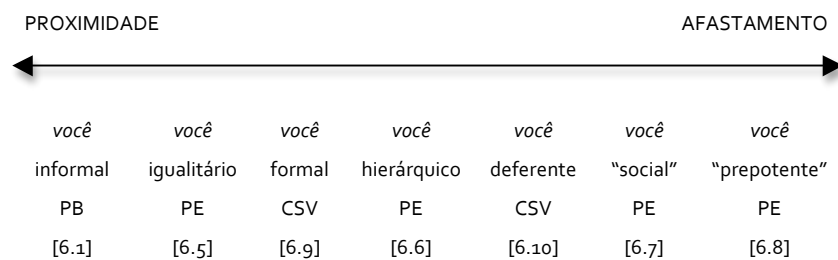
– Ora minha filha o facto de teres um nodule no peito na significa que tem de ser canser, não se precipite, mantenha a calma e espere mais um pouco porque o medico ja vai nos dizer o resultado dos exames. UM16.E.MC

Por último, focamo-nos no diálogo apresentado em [6.11]. Trata-se também de uma interacção entre filha e mãe, agora num consultório, enquanto aguardam a chegada do médico. Observa-se aqui como o uso deste *você* encerra um vaivém muito particular entre cortesia e descortesia. No seu segundo turno de fala, a filha utiliza a forma de tratamento a

²⁵ Lembremos a epígrafe à presente dissertação em que uma criança cabo-verdiana bilingue de 7 anos de idade demonstra a mesma "indistinção", ou, no mínimo, uma certa confusão, entre o *bosê* do CSV e o *você* do PE.

senhora, marcando a deferência e uma distância significativa para com a mãe. Contudo, de imediato, interpela também a mãe através do uso de *você*, como se estas duas formas de tratamento se equivalessem. Com efeito, poder-se-á dizer que *a senhora* e *você* se equivalem como hipóteses plausíveis de tradução do *bosê* do CSV. Note-se que Duarte (2010: 140) apresenta usos de *você*, de alguma maneira, semelhantes aos aqui analisados, como em “Dona Rosa, *você* podia-me guardar a mochila”, parte de uma interlocução entre um aluno e uma funcionária da escola. Contudo, como reforça a autora, trata-se de um uso não padrão de *você* no PE.²⁶ Também Seara (2017) aponta um uso de *você* com vestígios de *vossa mercê* preponderante em zonas rurais. Esse *você*, que na sua origem familiar é de respeito, torna-se frequentemente insultuoso quando usado em escolas e universidades para com os professores.

Figura 1 | *Continuum de valores pragmáticos de você presentes no corpus*



Fechamos a presente subsecção com a Figura 1²⁷, na qual se apresentam os valores pragmáticos de *você* mais relevantes (com a indicação da variedade ou língua “de origem” e respectivo exemplo), que se destacam entre as 69 ocorrências dos diálogos do *corpus*. Desenhámos, então, um *continuum* de usos pragmáticos desde o *você* informal de proximidade do PB, que se mostra em [6.1], até ao *você* “prepotente” de afastamento do PE²⁸, que se reproduz em [6.8]. Encontramos, entretanto, nesse percurso pragmático entre a proximidade (ou a cortesia, em certo sentido) e o afastamento (ou, de algum modo, a descortesia) o *você* igualitário do PE [6.5], o *você* formal do CSV [6.9], o *você* hierárquico (não autoritário) do PE [6.6], o *você* deferente do CSV [6.10] e, por fim, o *você* “social” do PE [6.7].

²⁶ Semelhantes, de facto, mas não iguais. O *você* da interlocução de Duarte (2010) afasta-se do *você* de superior para inferior hierárquico da norma padrão do PE por ser usado por um jovem em relação a uma senhora. Contudo, não vai contra a hierarquia social dos interlocutores: *socialmente*, ainda se trata de um *você* dirigido do topo hierárquico para baixo. Enquanto nas 3 interações que analisámos na presente subsecção – [6.9], [6.10] e [6.11] – o *você* é sempre usado (etária e socialmente) de baixo para cima, ou seja, respectivamente, do rapaz para o piloto, da catarina para o pai e da filha para a mãe.

²⁷ Adaptação da figura presente em Araújo Carreira (2014: 40), pensada aqui para o *continuum* de valores pragmáticos de *você* que emergem em diálogos do *corpus*.

²⁸ Observamos que a colocação do *você* “prepotente” do PE no extremo do afastamento não contraria o desenho do Quadro 33, no qual o *você* com influência pragmática do *bosê* do CSV representa a máxima formalidade (perante o[s] *você*[s] do PE e o *você* do PB), porque não se trata de um valor pragmático permanente, no sentido em que o *você* “prepotente” é pontual, pois apenas surge como reacção em momentos de conflito.

SUBSECÇÃO 6.3.4

Tal como Deus, sem dúvidas, brasileiro!

Em último lugar da presente secção, voltamos ao fenómeno abordado no Ponto 5.4.2.3 (Capítulo Cinco) relativamente ao uso de um imperativo negativo particular no *corpus*. Na altura, deixámos em aberto a hipótese de a ocorrência dessa formação negativa, não usual em PE, poder resultar de influência do PB ou até mesmo da própria construção do imperativo negativo no CSV. Impunham-se, então, duas interrogações: 1| Será que quem usa este imperativo negativo também usa o *você* de traços brasileiros?; e 2| Se pretendermos atribuir esta negação do imperativo a influência directa da língua materna, então provavelmente os mesmos falantes usarão o *você* de traços do CSV, ou não?

Quadro 38 | Cruzamento dos dados relativos ao uso do imperativo negativo não padrão com os dados referentes ao uso do *você*^{PB} e do *você*^{CSV}

	imperativo negativo não padrão	T V	<i>você</i> ^{PB}	<i>você</i> ^{CSV}
1	l13.T4.ER	T	SIM	NÃO
2	l13.C.M.JM	T	NÃO	NÃO
3	l13.C.M.MP	T	NÃO	NÃO
4	l13.C.N.LA	V	NÃO	NÃO
5	l13.G2.NM	T	SIM	NÃO
6	l13.G3.NL	T	NÃO	NÃO
7	l13.M.NR	V	NÃO	NÃO
8	l14.T4.WS	V	NÃO	NÃO
9	l17.M.T.JG	T	SIM	NÃO
10	CV16.CEO.IT	T	SIM	NÃO
11	UM16.CP.EB	T	SIM	NÃO
12	UM16.E.AF	T	SIM	NÃO
13	UM16.E.KF	T	SIM	NÃO
14	UM16.E.MR	T	SIM	NÃO
15	UM16.E.MP	T	NÃO	NÃO
16	UM17.GHT.AM	T	NÃO	NÃO
17	UM17.GHT.WF	T	NÃO	NÃO

Cruzando os dados linguísticos pertinentes aos 17 falantes que produziram essa forma particular do imperativo negativo com os dados dos 51 falantes que interpretaram e usaram o pronome *você* à imagem do *você* do PB e ainda com os dados dos 8 falantes que usaram o *você* com traços pragmáticos do *bosê* do CSV, obtém-se o Quadro 38. Observa-se, então, que, dos 17 falantes que usaram o imperativo negativo não padrão, 8 – isto é, 47.1% do total

– usaram igualmente o *você* de traços de informalidade típico do Brasil. Vê-se também que nem um desses falantes usou o *você* que resulta da transferência pragmática do *bosê* do CSV. Note-se, ainda, que esses 8 falantes produziram, não surpreendentemente, diálogos T, já que quem opta por diálogos V mais dificilmente usará o pronome *você*, sobretudo com o valor pragmático típico que este tem no PB. Quer isto dizer que, se nos cingirmos aos diálogos T (somente 14), a percentagem de falantes que apresenta simultaneamente o imperativo negativo aqui em foco e o *você* de traços brasileiros aumenta para 57.1%. Este cruzamento de dados traduz inequivocamente uma correlação entre o uso destes dois traços linguísticos, reforçando o peso e a influência que a variedade brasileira do português exerce no *emergente* PCV. Não nos esqueçamos também que, como já observado (imperativo negativo não padrão, no Quadro 30, Ponto 5.4.2.3, e *você*, no Quadro 37, Secção 6.3), se trata de dois fenómenos que demonstram, ao longo do período de 7 anos abarcado pelo *corpus*, evoluções relevantes do número de ocorrências.

Do grau zero de cortesia à descortesia

- Não te ensinaram que deves respeitar sempre os mais velhos!?
I15.G.MG

Como língua *pro-drop*, o português permite a utilização de sujeitos referenciais nulos que se preenchem, muitas vezes, com o chamado pronome nulo Ø. O uso do pronome nulo Ø na informalidade, com o verbo na 2SG, poderá implicar pequenas *nuances* semânticas e contextuais, mas, à falta de outra forma de tratamento pronominal de 2SG que não *tu*, não se revela como foco de dúvidas ou incertezas por parte de falantes nativos ou não nativos. Na 3SG, o pronome nulo Ø, embora linguisticamente não realizado, constitui-se como parte actuante do sistema de tratamento da língua portuguesa. Araújo Carreira (2004: 41) designa-o como um género de “grau zero de deferência”, observado como solução de recurso quando o locutor não sabe que forma de tratamento pronominal ou nominal escolher para com o seu interlocutor. Rodrigues (2003a: 328) diz que pode também ser entendido como uma estratégia para não se usar o tratamento específico a que o alocutário possa ter direito. Hammermüller (2004) fala de um “instrumento formal de evitação” do uso desadequado de *você*. Thomé-Williams (2004: 93) refere-se à ambiguidade inerente da marcação Ø, afirmando que possibilita ao interlocutor interpretar a forma de tratamento correcta. Araújo Carreira (2008: 198) junta outro parâmetro que, a nosso ver, é de extrema relevância para o uso do pronome nulo Ø, a entoação adequada, que evita a impolidez. Por fim, Araújo Carreira (2009: 32) fala, agora, de uma forma que neutraliza o grau de deferência ou a expressão da cortesia linguística. Na verdade, o pronome nulo Ø poderá ser tudo isto. Poderá ser também, em nosso entender, uma maneira de democratizar a deferência já que se substitui, sem “prejuízos” pragmáticos, a *você*, o *senhor*, ou mesmo a *Vossa Excelência*²⁹, ou a qualquer outra forma de tratamento pronominal ou nominal. De algum modo, executa a fusão entre «poder» e «solidariedade», pois permite que a não utilização de qualquer forma de tratamento nominal – formas de tratamento nominais que obrigatoriamente tornam também mais visível a hierarquia de posições entre locutor e interlocutor –, característica da maioria das relações assimétricas, se faça com base numa relação virtualmente simétrica que somente se traduz linguisticamente pelas desinências verbais. Recordando a definição de delicadeza de Marques (1988), defendemos mesmo que se perspetive o pronome nulo Ø como uma expressão linguística da própria delicadeza,

²⁹ Tratamento específico para situações contextuais que exigem a demonstração explícita da mais alta consideração e respeito, embora, actualmente, de uso quase limitado à comunicação escrita (Seara e Marques, 2016: 299).

sobretudo pelo que encerra de atenuação e de diminuição do grau de implicação (Marques, 1988 *apud* Araújo Carreira, 2014). Weinrich (1986) oferece-nos, provavelmente, a melhor defesa para uma outra visão do pronome nulo Ø, uma visão que o determina também, em certas interacções, como cortês: "[l]orsque de deux formes d'expression qui se présentent au choix dans une situation, l'une présente des contours nets et l'autre des contours faibles, c'est toujours celle qui est faiblement délimitée/contournée qui sera considérée comme la plus polie" (Weinrich, 1986: 16 *apud* Araújo Carreira, 2004). Não haverá, por certo, forma de expressão de contornos mais fracos do que o pronome nulo Ø. Imagine-se a simples interacção entre professor e aluna na aula de Língua Portuguesa numa das faculdades do Mindelo no momento em que surge uma dúvida relativamente à colocação de um pronome clítico. Maria interroga o professor deste modo: "Penso que o pronome *político* está mal colocado..." Vejamos alguns cenários de reacções verbais prováveis de 4 professores (Quadro 39), tendo *sempre* presente de que não se trata simplesmente da escolha de um tratamento que vise a interlocutora, já que, como refere Araújo Carreira (2004), "[e]n situant l'allocutaire, le locuteur se situe lui-même dans un réseau relationnel et social." (Araújo Carreira, 2004: 38).

Quadro 39 | Variação de tratamento assimétrico em sala de aula³⁰

cenários	realizações linguísticas
cenário #1	– Desculpe, o que é que a Maria disse!?
cenário #2	– Desculpe, o que é que você disse!?
cenário #3	– Desculpe, o que é que a senhora disse!?
cenário #4	– Desculpe, o que é que Ø disse!?

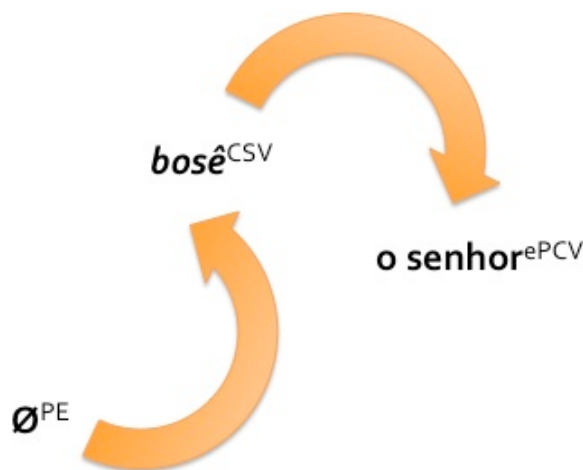
Pode desenhar-se um cenário #1, com um professor que, sabendo os nomes dos seus alunos, reagirá deste modo perante a asneira dita pela sua aluna: – Desculpe, o que é que *a Maria* disse!? Com o cenário #2, temos um professor que pretende, claramente, marcar a distância entre si e a aluna, vincando a relação assimétrica através do uso do pronome *você*. No cenário #3, observa-se igual vontade de distanciamento, agora com o tratamento nominal por *a senhora*, embora se atenua, de algum modo, a hierarquia entre professor e aluna, que passam então a ser *senhor* e *senhora*. Também aqui poderá haver professores mais velhos que utilizem *a menina*, o que tornaria a aprofundar a distância entre professor e aluna através do foco no traço relativo à idade, e até mesmo “infantilizando” a interlocutora. Por fim, no cenário #4, vê-se o professor que opta pelo uso do pronome nulo Ø. Não se trata

³⁰ Pretendendo-se aqui considerar o uso do tratamento na 3SG e, em particular, do pronome nulo Ø, excluímos o tratamento por *tu*, por certo, opção de muitos professores.

do “tratamento de evitação” de Hammermüller, pois o professor não tem qualquer dúvida acerca de como deverá e poderá tratar a aluna, nem do “grau zero de deferência” de Araújo Carreira, já que se poderá entender como uma estratégia de “cortesia positiva”, que revela uma intenção clara de valorizar a face da alocutária e de esbater, simultaneamente, a distância hierárquica entre os interlocutores, criando uma relação mais igualitária. De qualquer modo, seja com que motivações for, denotando actos de fala de “cortesia negativa” ou de “cortesia positiva”, não será a ausência “alocutiva” de qualquer forma de tratamento pronominal ou nominal uma forma de tratamento em si mesma? Na verdade, nem todas as línguas permitem esta estratégia. Defendemos que esta é uma ausência “seleccionada” de maneira (quase) sempre consciente, que equivale a uma forma de tratamento plena.³¹ Araújo Carreira (2009), reflectindo acerca do “desdobramento” da delocução em alocação no tratamento em português, retoma a dicotomia «pessoa» *versus* «não pessoa» do diálogo (cf. Benveniste, 1966) para afirmar que *ele/ela*, ou seja, “[...] la «non-personne» est bel et bien «personne» dans le «tratamento» du portugais européen.” (Araújo Carreira, 2009: 31). Do mesmo modo, consideramos o «não pronome», isto é, o pronome nulo \emptyset , um pronome *de facto* do sistema de tratamento do português.

Com a Imagem 2, pretende-se reflectir como é que, em contexto de contacto linguístico em Cabo Verde, se realiza ou não no *emergente* PCV o pronome nulo \emptyset do PE.

Imagem 2 | Do grau zero de cortesia à descortesia



O pronome nulo \emptyset acompanhado por um verbo na 3SG de qualquer construção alocutiva em português traduzir-se-á sempre por *bosê* em CSV, devido à sua já mencionada

³¹ Seara e Marques (2016) contemplam um vocativo que designam de “categoria vazia na forma de tratamento” em situações contextuais entre clientes e funcionários, como num café, em “----, queria um café por favor” (Seara e Marques, 2016: [?]).

obrigatoriedade de preenchimento do lugar de sujeito. De seguida, conforme os dados do *corpus*, o pronome cortês *bosê* transfere-se para o *emergente* PCV ou sob a forma de *ocê* (ver Subsecção 6.3.3) ou, como se verá adiante, sob a forma de *o senhor* (Subsecção 6.4.2).

Quadro 40 | Resultados da análise das formas de tratamento nominais (% de falantes)

	o senhor	outras FTN	vocativos
diálogos	76	12	246
total	135	135	350
% de falantes	56.3%	8.9%	70.3%

Da análise que resulta do uso das formas de tratamento nominais no *corpus*, destaca-se, no Quadro 40, em primeiro lugar, o emprego bem significativo de *o senhor*. Dos 350 falantes, somente 135 elaboraram diálogos V, ou seja, diálogos que encerram interações informais com, no mínimo, uma relação assimétrica do género de *tu/lo senhor*, ou interações totalmente formais que reflectem relações simétricas do género de *você/você* (aqui, o *você* de baixa formalidade do PE) e, sobretudo, *o senhor/lo senhor*. Em 56.3% (isto é, 76 falantes) desses diálogos, surge o tratamento por *o senhor*. Observamos também uma diferença relevante quanto à ocorrência de outras formas de tratamento nominais (FTN) alocutivas de valor delocutivo, usadas por apenas 8.9% (ou seja, 12 diálogos) desses mesmos 135 falantes (Subsecção 6.4.3). Por fim, vê-se ainda que 70.3% (isto é, 246 falantes) da totalidade dos 350 falantes do *corpus* usou vocativos nos seus diálogos (Subsecção 6.4.4).

SUBSECÇÃO 6.4.1

Da repetição de *o senhor*

Da análise efectuada ao uso de *você* no *corpus* (ver Secção 6.3), sobressaiu, em primeiro lugar, a forte influência do *você* do PB, constatando-se que muitos falantes interpretam o pronome *você* fundamentalmente como uma forma de tratamento informal. Assim, para que se tenha uma ideia mais real da relevância do tratamento *o senhor* (e *a senhora*) no *corpus*, procurámos perceber a sua presença não apenas em diálogos V, mas em diálogos V que partem de turnos de fala “marcados”, excluindo os turnos de fala com o próprio pronome *você*, já que nesses diálogos será normal que quase não ocorra o tratamento *o senhor*. Incluímos o turno de fala – *Não me trate por tu!* pelo seu carácter meta-pragmático, que implica automaticamente a construção de um diálogo V.

Quadro 41 | Uso de *o senhor* em diálogos V com turnos de fala “marcados” (sem você)

turno de fala	o senhor	%
– Como é estar doente, <i>senhora</i> ?	9:14	64.3%
– Já viu isto, <i>doutor</i> ?	1:1	100%
– Deixe-me em paz, <i>senhora</i> .	6:9	66.7%
– Não me trate por tu!	7:9	77.8%
– O senhor está prestes a cometer uma loucura.	3:3	100%
– Porquê, <i>doutor</i> ?	2:5	40%
– Porquê, <i>doutor</i> ?	2:4	50%
– Mas então como é que o senhor fala português?	10:10	100%
– Como é estar doente, <i>senhora</i> ?	1:1	100%
– Ouça lá! Onde é que o senhor vem?	4:4	100%
total	45:60	75%

Observamos, então, no Quadro 41, que a presença de *o senhor* no *corpus*, quer com a função de sujeito quer com a função de objecto, é ainda mais forte do que se apontava anteriormente. Para lá de se realçar as sessões em que 100% dos falantes usaram a forma de tratamento nominal *o senhor*, conclui-se que em 75% (45 falantes num total de 60) dos diálogos V do *corpus* que partem de turnos de fala “marcados” – marcações como os vocativos *senhora* e *doutor* ou a própria forma de tratamento alocutiva de valor delocutivo *o senhor* – há um uso repetido de *o senhor*. Vejamos, agora, alguns desses diálogos.

[6.12] **psicóloga** | paciente

– **A senhora** acha complicado, porque?

– **A senhora** vai me dizer que também não acha complicado a minha doença?

– **Complicado, não acho que seja.**

– Então o que acha? UM₁₅.E.AB

Em [6.12], mostra-se uma interlocução entre uma psicóloga e “uma senhora que sofre de uma patologia mental”, sua paciente. Este diálogo, em particular, é paradigmático quanto ao uso das formas de tratamento nominais e de *você* no *emergente* PCV. No primeiro turno de fala do diálogo (não reproduzido aqui), a psicóloga cumprimenta efusivamente a sua paciente usando a fórmula «dona + nome próprio» em “– Bom dia, dona Maria!” Após a paciente se lamentar acerca de como é complicado *ser* doente, emerge da parte da psicóloga o tratamento por *a senhora*, o qual se repete de seguida, agora usado pela paciente relativamente à psicóloga. Sente-se, então, uma simetria no uso das formas de tratamento

que, na verdade, não reflecte a verdadeira relação entre as interlocutoras. Este tratamento igualitário advém do CSV, no qual, em situação contextual similar, as interlocutores apenas teriam à sua disposição o pronome cortês *bosê* (fora o vocativo *snhóra*), que, aqui, se traduz para português, como já mencionado, por *a senhora*. Mais para o final do diálogo, somos confrontados com a outra transferência comum de *bosê* para a língua portuguesa, quando a psicóloga se dirige à sua paciente dizendo “– Pois bem. Todos nós sabemos que faz aquelas coisas, só quando está descompensada. E você só descompensa, porque não faz o tratamento correto.”, emergindo, como se vê, um *você* que resulta, agora, da tradução imediata e automática de *bosê* para português. Observa-se, portanto, uma gradação depreciativa não pretendida do início para o fim do diálogo das formas de tratamento usadas pela psicóloga para com a paciente – de *dona Maria* para *a senhora*, finalizando em *você* –, que não corresponde, de todo, aos valores pragmáticos que encontramos em situações de comunicação do mesmo género na sociedade mindelense.³²

[6.13] Ana | José

– **Ouçá lá! Donde é que o senhor vem?**

– Oh minha querida amiga, vim de Cabo Verde.

– **Eu nunca estive em Cabo Verde, mas pelo que o senhor fala daquele país, penso um dia lá ir visitar.**

– E não vai se arrepender de ir lá Ana. Então, e **a senhora** vem de onde?

UM17.CP.JF

Não é, contudo, somente em interações assimétricas que se observa o uso repetido e, segundo a norma padrão do PE, pragmaticamente forçado de *o senhor*. O diálogo em [6.13] é entre Ana e José, uma portuguesa e um cabo-verdiano que se conhecem e se põem a falar num qualquer banco de jardim da diáspora cabo-verdiana. Após a utilização natural de *o senhor* presente no primeiro turno de fala (turno de fala “marcado” atribuído), percebe-se, da parte de José, uma vontade de aproximação quando interpela Ana através de *Ó minha querida amiga*. De seguida, Ana mantém o uso de *o senhor*, mantendo também uma certa distância para com aquele homem que acabara de conhecer. Porém, José demonstra que pretende persistir no encurtamento daquela distância social quando usa o nome próprio da sua interlocutora e, quase simultaneamente, “confunde” o leitor, demonstrando uma

³² Em Kerbrat-Orecchioni (2011a: 20), relata-se o mesmo fenómeno de repetição exaustiva de tratamentos nominais. Perante duas entrevistas de igual duração entre si e dois alunos que orientava – um francês e um gabonês –, a autora observou que, enquanto o falante francês não produziu nenhuma FTN, o falante gabonês usou cerca de 20 formas de tratamento nominais, alternando *madame* (‘senhora’) e *professeur* (‘professora’). A autora não explora, contudo, possíveis origens para a ocorrência desta diferenciação tão flagrante entre os dois falantes.

vontade contrária, através da utilização de *a senhora*. Também aqui se entende que por detrás do tratamento nominal *a senhora* está o pronome de cortesia *bosê* do CSV. Observe-se que não há no CSV qualquer incompatibilidade pragmática relativa ao uso simultâneo de *bosê* e do nome próprio para com o mesmo interlocutor. Note-se ainda que é mesmo possível usar-se *bosê* concomitantemente com *nominhas*.

Para além das mais usuais ocorrências de *o senhor* com a função de sujeito, destacam-se igualmente no *corpus* usos de *o senhor* com a função de objecto directo e indirecto em lugar, segundo a norma padrão do PE, respectivamente, dos clíticos de 3SG *o, a* e *lhe*.

[6.14] lojista | cliente

– **Ja expliquei a senhora não posso devolver o dinheiro. A senhora teve algum acidente enquanto ia para casa e os copos quebraram.**

– Não tive nenhum acidente, por isso quero o meu dinheiro de volta

– **Não vou devolver nenhum dinheiro. Deixe-me em paz, senhora e sai da minha loja por favor**

– Vou fazer queixas do senhor a Policia e agora. l14.M.GR

Em [6.14], vê-se uma interacção conflituosa entre um lojista e uma cliente. Após haver comprado uns copos de cristal, já em casa, a cliente apercebe-se de que alguns copos estão partidos, retornando, então, à loja para reclamar. Focamos aqui o uso de *a senhora* em vez do pronome clítico de 3SG *lhe*, de objecto indirecto. Observa-se, portanto, em alguns aprendentes, a tendência para a utilização de uma forma lexical, fonologicamente proeminente, como *a senhora*, em substituição de uma forma pronominal, fonologicamente reduzida, como o clítico *lhe* (ver Quadro 11, Secção 2.2 – a “invisibilidade” da morfologia nos turnos de fala “não marcados”).

[6.15] filha | mãe

– **Talvez, participei numa briga ontem e... ops!!**

– Meu Deus!! Minha filha é uma selvagem.

– **Credo mãezinha! Não exagere. Aprendi com a senhora...**

– Respeita-me, sou tua mãe, levanta-te desta cama e vista-te, vais fazer o exame. l12.M.ZT

Analizamos em [6.15] um diálogo entre filha e mãe. Após uma noitada até de manhã, Sílvia sente “o corpo todo dolorido” e uma vontade imensa de faltar ao exame desse dia. A mãe pensa que as dores resultam apenas da festa da véspera, quando a filha confessa ter participado numa briga. Aí o diálogo torna-se conflituoso, usando Sílvia a estrutura «*com + a senhora*» em lugar do oblíquo de 3SG *consigo*. Ou seja, mais uma vez evidencia-se a propensão para o uso de itens lexicais em substituição de itens puramente gramaticais.³³ No *corpus*, para lá de exemplos com a preposição *com*, há variadas ocorrências deste mesmo fenómeno com outros complementos de uma preposição – *do senhor, para o senhor e pelo senhor* em vez de *de si, para si e por si*. Os usos de *o senhor* em [6.14] e em [6.15] relevam também o uso de estruturas da língua materna, em particular, do pronome lexicalizado *bosê*, em construções do CSV em que este desempenha a função de objecto.

[6.16] **jovem** | senhor

– **Sim senhor, esforço-me para isto**

– Ja vi que continuas sendo a linda menina de sempre

– **Senhor Manuel queria a ajuda do senhor**

– Para que minha menina? Tou disposto a ajuda-la naquele que conseguir.

UM17.E.RL

Por último, observamos um diálogo realizado igualmente a partir de um turno de fala “marcado”, mas agora com a presença de *você* (ver Quadro 12, Secção 2.2), para constatar em [6.16] um uso de *o senhor* bem mais atípico no *corpus*. Parece tratar-se de uma interacção entre vizinhos, uma jovem rapariga universitária e um senhor mais velho. Destaca-se a utilização de *o senhor*, conforme a norma padrão do PE, em lugar do possessivo de 3SG *sua*.

Em suma, o que resulta, inequivocamente, destas últimas ocorrências é uma presença massiva de *o senhor*, quer com a função de sujeito quer com a função de objecto directo e indirecto, ou até mesmo como oblíquo ou expressando a relação semântica de “posse”.

³³ Aponte-se que na formação das variedades de Sotavento do CCV, houve uma gramaticalização dos substantivos portugueses *senhor* e *senhora*, “[...] que fornecem o material para os pronomes do tratamento cortês [...]” – *nhu* e *nha* (Lang, 2014: 259).

Será o senhor descortês?

Há no *corpus* uma utilização particular da forma de tratamento nominal *o senhor* que se destaca pela influência que sofre do CSV e, sobretudo, pelos contornos pragmáticos que do seu uso advêm. Trata-se de uma ocorrência em interacções com uma marcada distância social entre os interlocutores, nas quais é colocada em jogo a (des)cortesia do uso de *o senhor*.

[6.17] jogador | treinador

– Treinador, **o senhor** já está a se sentir melhor?

– Sim, sim, já estou muito melhor.

– **Olhe que depois disso já sonhei consigo três vezes!**

– Tudo isso é porque estas preocupado comigo? I₁₃.G.VB

Em [6.17], estamos em presença de uma interacção assimétrica que se dá durante um treino de futebol entre um jogador e o seu treinador. Depois de o treinador se sentir mal, gritando de dor “– Ai, ai, ai...”, observa-se que, no seu primeiro turno de fala, após o uso do vocativo *treinador*, o jogador repete uma forma de tratamento nominal, *o senhor*. Da obrigatoriedade de, em construção semelhante no CSV, se preencher o lugar de sujeito com o pronome *bosê*, muitos falantes optam, agora, não pelo pronome *você* (conforme a Subsecção 6.3.3), mas pela tradução exacta de *bosê* em português, ou seja, *o senhor*.³⁴ Assim, o uso de formas de tratamento nominais delocutivas em referência indirecta ao interlocutor, que caracteriza o PE, distinguindo-o simultaneamente do PB (Araújo Carreira, 2004: 41), parece cristalizar no emergente PCV outra realização linguística específica. É fundamental lembrar que, para lá da sua cortesia semântica intrínseca, o tratamento *o senhor* encerra também um traço de [+idade] que, caso o interlocutor tenha à volta de 30 anos, fará, paradoxal e não intencionalmente, de *o senhor* uma forma de tratamento nominal descortês, já que poderá ser interpretada como ofensiva, ou seja, como um *face threatening act*.³⁵

³⁴ A título de exemplo, veja-se a construção *Bosê_{2SG.HON} tá_{TMA} bá_{ir} pa fésta?* ('la às festas?'), retirada de Swolkien (2015: 172), que em português não exige o preenchimento do lugar de sujeito, mas que, dita por um falante cabo-verdiano, será, por certo, 'O senhor ia às festas?'

³⁵ Em Kerbrat-Orecchioni (2011a), a autora refere-se a um episódio de comunicação intercultural em que se destacava o uso constante do tratamento nominal *madame* ('senhora') entre um interlocutor de origem árabe e uma jornalista radiofónica francesa. A mesma falta de intencionalidade que mencionámos é sublinhada pela autora: "[...] o uso dessa forma nominal tão mal recebida, entretanto, era feito num provável cuidado de cortesia, já que o teor do que ele dizia não tinha nada de especialmente agressivo." (Kerbrat-Orecchioni, 2011a: 38). Realçamos, todavia, que, em nosso entender, a possível interpretação de uma forma de tratamento como descortês ou ofensiva não depende apenas da intenção descortês ou de

[6.18] **secretária** | quadro superior

– **HD, bom dia, fala Gilda, em que posso ser útil?**

– Tou sim muito bom dia, sou a Suelma Ferreira, ligo para informar de que hoje eu não vou trabalhar.

– **Bom dia doutora, desculpe, mas a senhora não esta a sentir-se bem?**

– Hoje eu acordei meio doente, estou com dores nas costas, na cabeça e cheia de dores de garganta. ^{122.M.SF}

Na interacção em [6.18], um quadro superior da HD telefona para a empresa para informar que não irá trabalhar por se encontrar doente. Após perceber com quem está a falar, a secretária trata a interlocutora por *doutora* e, de seguida, usa no mesmo turno de fala a forma de tratamento nominal *a senhora*. Não há nada na totalidade do diálogo que nos permita inferir a idade exacta das intervenientes, todavia é inegável que, ao contrário de *bosê*, única opção disponível no CSV para contexto semelhante, cujo uso depende também de outras variáveis contextuais e não apenas da idade, *a senhora* poderá constituir-se muitas vezes como uma agressão à face de interlocutoras abaixo dos 40 anos. Entenda-se que, também relativamente ao crioulo, haverá quem não aprecie ser tratado por *bosê*, o que obrigará, necessariamente, a uma mudança “radical” de tratamento, para o tratamento informal por *bo*, enquanto em PE *a senhora* pode ser facilmente substituível pelo pronome nulo \emptyset , sem que se faça uma alteração profunda de tratamento. Para lá da (des)cortesia deste uso de *a senhora*, é interessante observar que, devido ao excesso de formalidade que implica, se torna mesmo antagónico à tendência que vem emergindo em Portugal nas últimas décadas para alguma diluição de certas hierarquias sociais e profissionais, resultado “[...] da passagem de um sistema de face e solidariedade de base hierárquica e deferencial para um sistema de base igualitária e de envolvimento.” (Gouveia, 2008: 97). Mais relevante, contraria igualmente a informalidade tão característica da própria sociedade mindelense.

agressividade do locutor ou do próprio conteúdo proposicional. No fundo, a descortesia ou ofensa poderá encontrar-se totalmente na própria forma de tratamento usada, na maneira como é sentida por quem a “recebe”.

[6.19] médico | paciente

– Ok! Agora **a senhora** vai fazer estes exames e assim que tiver tudo pronto **a senhora** vem entrega-los.

– Sim senhor.

[...]

– Senhor Doutor, vim entregar os resultados

– **Senhora Maria a senhora está com um câncer na cabeça.** UM16.E.DG

Por fim, analisamos em [6.19] um diálogo num consultório entre um médico e uma paciente. A interação total passa-se em quatro tempos, dos quais apresentamos aqui os momentos finais da primeira consulta e os primeiros instantes da segunda consulta. No primeiro turno de fala, o médico trata a paciente por *a senhora* por duas vezes, repetição que se lê como transferência imediata e automática do *bosê* do CSV, única (e obrigatória) opção disponível na língua materna dos falantes em interações assimétricas semelhantes. No final, observa-se o mesmo fenómeno, agora com o uso de *a senhora* após a ocorrência do vocativo *Senhora Maria*. Acrescente-se ainda que, no presente diálogo, com 276 palavras, surgem 23 formas de tratamento nominais, incluindo vocativos, entre *a senhora* (10), *o senhor* (4), *doutor* (3), *senhor doutor* (2), *dona Maria* (2), *senhora Maria* (1) e *senhor* (1).³⁶

SUBSECÇÃO 6.4.3

Outras formas de tratamento nominais

Como já mencionado, o CSV exige o preenchimento do lugar de sujeito, o que, por si só, ajuda a entender a forte utilização de *o senhor* no *emergente* PCV, mas não a baixa percentagem de uso de outras formas de tratamento nominais – 8.9%, como se observou no Quadro 40. Ainda assim, é significativa a variedade de tratamentos nominais – como *a mãe*, *o compadre*, *o doutor*, *a doutora*, *o senhor Flávio* ou *a senhorita* – que aparecem em apenas 12 diálogos, dentro dos 135 falantes que elaboraram diálogos V, cobrindo quase por completo as diferentes categorias elencadas para o tratamento nominal do próprio CSV (ver Subsecção 4.2.2).

³⁶ Para uma noção mais clara do “peso” da repetição de *o senhor*, note-se que estas 23 formas de tratamento nominais correspondem, na verdade, a 42 palavras, isto é, equivalem a 15.2% do diálogo.

[6.20] enfermeira | Ana

– **Ah! Finalmente poderei conhecer a sua linda menina e pude constatar que é muito simpática também, naquele dia em que estivemos a falar através do “skype”.**

– Ela é o meu bem mais precioso, e é graças a ela que eu tenho tido forças para lutar contra esta doença.

– **A Ana é uma mulher muito forte, não tarda nada já vai estar curada**

– Que Deus a ouça, eu não queria deixar a minha filha orfã, tão cedo.

l11.T3.2.VR

Em [6.20], Ana está internada no Hospital de Santa Maria, em Lisboa. Naquele momento, embora doente, sente-se animada porque vai ter alta e a sua filha está prestes a chegar de Cabo Verde. A interlocação com a enfermeira reflecte uma relação formal, na qual Ana não usa nenhum tratamento nominal, sobressaindo, na totalidade do diálogo, apenas duas formas de tratamento pronominais e verbais na 3SG. Destaca-se, então, no segundo turno de fala da enfermeira, o uso de uma forma de tratamento nominal alocutiva de valor delocutivo, em particular, o nome próprio da sua interlocutora. O tratamento indirecto usando o nome próprio denota o carácter deferencial comum em situações profissionais do mesmo género e, simultaneamente, uma certa pretensão de humanizar o contacto com o interlocutor, individualizando-o e quebrando a rigidez e afastamento próprios das interacções assimétricas.

[6.21] pai | filho | mãe

– Filho, ouve o que eu te digo e vai lá para dentro. Não chateies a tua mãe.

– **Mas pai, é sempre a mesma coisa. Ela já entra chateada em casa todos os dias. O pai é que nunca se apercebe.**

– Já que eu não sei como ajudar, também não vou contestar. E tu deverias fazer o mesmo.

– João Miguel, para de me criticar e pousa a mochila lá dentro. l13.M.NR

O diálogo em [6.21] começa no momento em que João Miguel, ao chegar da escola, atira a mochila para o chão, sendo de imediato repreendido pela mãe. Em lugar de se calar e acatar as palavras da mãe, o filho critica-a, fazendo com que o pai intervenha também. Trata-se de uma interacção familiar assimétrica, na qual o filho trata os pais na 3SG, enquanto estes se lhe dirigem na 2SG. Emerge, então, no turno de fala do filho, uma forma de tratamento

nominal alocutiva de valor delocutivo, o chamado tratamento indirecto, em especial, um nome de parentesco – *o pai* –, que revela distanciamento e, sobretudo, respeito e reverência. No último turno de fala, a mãe volta a chamar a atenção do filho quanto à mochila, realçando-se o uso, como vocativo, da fórmula «1.º nome próprio + 2.º nome próprio», estratégia típica de actos de fala que corporizam repreensões dos pais dirigidas aos filhos.

[6.22] Maria | **senhor João**

– Pois é senhor João, fiz uma longa viagem para Portugal, na qual, ouvi falar muito de si.

– **É verdade?**

– Pois, e muito.

– **Então, diga-me o que é que a menina Maria ouviu dizer sobre mim.**

CV13.RP.EF

Em [6.22], a interacção parece ser entre vizinhos – Maria e o senhor João. Apesar dessa ligeira incerteza, não há dúvidas de que se estabelece entre os interlocutores uma relação simétrica, quanto à marcação morfossintáctica das formas de tratamento usadas (na 3SG), e assimétrica, quanto à selecção das formas de tratamento nominais. Essa assimetria evidencia-se por inteiro quando surge a forma de tratamento nominal alocutiva de valor delocutivo *a menina Maria* (mais adiante, apenas *a menina*), que corresponde à fórmula «nome de afecto + nome próprio», marcando, sobretudo, a diferença de idades e também uma certa afectividade do senhor João para com Maria.

[6.23] **Luísa** | professora | Luís

– **É verdade professora o Carlos tem razão pois a professora não devia ter falado com ele dessa forma.**

– Estás a defender o Carlos, Luísa? Enquanto estiverem na minha aula, dentro desta sala, eu dito as regras.

– Não acho que a senhora esteja a exagerar pois é a autoridade máxima dentro da sala e como tal deve exigir respeito de todos.

– Sim Luis, eu concordo contigo, mas há que ter o discernimento de ver que a professora esta a agir de forma errada. I15.G.MG

A discussão em [6.23] eclode quando Carlos trata inadvertidamente a professora por *tu*. Após a chamada de atenção da professora, os colegas posicionam-se, com Luísa defendendo

Carlos, e Luís colocando-se do lado da professora. É evidente a relação assimétrica que se estabelece entre os alunos, que tratam a professora na 3SG, e a própria professora, que os trata na 2SG. Destaca-se, então, a utilização do título ou nome da profissão – *a professora* – como forma de tratamento nominal alocutiva de valor delocutivo. É também de realçar o terceiro turno de fala. Luís dirige-se directamente à sua professora e, ao contrário de Luísa, usa o tratamento nominal *a senhora*. Nota-se, assim, um claro desfasamento entre as formas de tratamento seleccionadas pelos dois jovens, como se, de facto, a sua relação individual com a professora fosse pragmaticamente diferenciada. Com o uso do título *a professora* reconhece-se a interlocutora como profissional, como titular de um diploma académico, enquanto o tratamento por *a senhora* evidencia, sobretudo, a diferença geracional entre os interlocutores. Também aqui se sente a tendência para um uso repetido de *a senhora*, como analisado na Subsecção 6.4.1, que se explica pela “urgência” de preencher o lugar de sujeito, voltando-se a exercer a transferência do *bosê* do CSV.

[6.24] psicóloga | André

– Não te esqueceste de tomar o remédio pois não?

– **Não. Tomo todos os dias. A dona Vanessa não me deixa esquecer. E também sei que não posso ficar sem eles.**

– É verdade, tens toda a razão. E sabes que ajudam-te a descansar melhor.

– **Fale baixo doutora. Podem nos ouvir.** l13.C.N.SC

A interacção em [6.24] é entre uma psicóloga e um jovem paciente, o André, o qual parece perseguido por pesadelos e mais alguns medos tipicamente infantis. A relação entre os interlocutores é declaradamente assimétrica, com a psicóloga tratando André na 2SG, e este usando com a médica formas de tratamento na 3SG. No segundo turno de fala, emerge *a dona Vanessa*, que equivale à fórmula «nome de reverência + nome próprio». Lembramos que *dona* (ver Ponto 4.2.2.2) é a forma de tratamento nominal cortês mais comum no CSV, que se coaduna totalmente, em crioulo, com o vocativo *doutora*, que surge no último turno de fala. Ressalve-se, ainda, que, mais para o final do diálogo, aparece outra forma de tratamento nominal alocutiva de valor delocutivo – *a doutora*.

SUBSECÇÃO 6.4.4

Vocativos

Após a descrição e a análise das formas de tratamento nominais que ocorrem no *corpus* com a função de sujeito e de objecto, na presente subsecção, interessa-nos focar e perceber a presença e o uso dos vocativos nos diálogos do *corpus*. Na obra primordial acerca do sistema de tratamento do português europeu, Lindley Cintra (1972) declara desde logo que a sua investigação visa as “[...] formas que se usam actualmente na alocação ou tratamento directo – isto é, no diálogo entre dois interlocutores – *não como simples vocativos [...]*” (Lindley Cintra, 1972: 11), concentrando-se, portanto, nas formas de tratamento apenas como sujeitos de actos de fala.³⁷ Todavia, como já mencionado, para o estudo do sistema de tratamento do *emergente* PCV é fundamental ter em linha de conta certas características do CCV. À imagem do que se constata relativamente à língua inglesa, como aponta Oliveira (2005: 308), o CCV não aceita sintagmas nominais como formas de tratamento alocutivas de valor delocutivo. Por conseguinte, a diversidade e riqueza semânticas de carácter antroponímico, familiar, afectuoso, insultuoso, profissional, reverencial ou hipocóristico expressadas no PE muitas vezes em tratamento indirecto concentram-se no CSV, necessariamente, nos vocativos. Assim, será expectável que muitos falantes efectuem, consciente ou inconscientemente, a transferência linguística desses elementos semânticos, adquirindo os vocativos, em nosso entender, uma relevância particular no sistema de tratamento do *emergente* PCV. Como já referido, a percentagem de diálogos – 70.3% (246 textos em 350) – em que ocorrem vocativos é por si só imensamente significativa. Todavia, se entendemos que a miríade de informações semânticas das formas de tratamento nominais do PE encontra o seu lugar no CSV nos vocativos, será natural que a percentagem de uso de vocativos seja, de facto, ainda mais destacada em diálogos V e, sobretudo, em diálogos V com a presença de *o senhor* ou de outras formas de tratamento nominais.

³⁷ Note-se que Marques (1995), no subcapítulo dedicado ao tratamento nominal, foca as “[...] designações que podem servir como vocativos – permitindo chamar a atenção do(-s) destinatário(-s) – e como sujeitos [...]” (Marques, 1995: 165).

Quadro 42 | Presença de vocativos em diálogos V e em diálogos V com *o senhor* e com outras FTN

	vocativos	total	%
<i>corpus</i>	246	350	70.3%
diálogos V	101	135	74.8%
diálogos V + <i>o senhor</i>	62	76	81.6%
diálogos V + outras FTN	10	12	83.3%

Conforme se observa no Quadro 42, são usados vocativos em 74.8% (isto é, 101 textos) dos 135 diálogos V. Se nos cingirmos aos diálogos em que figuram formas de tratamento nominais, vê-se que a percentagem de uso de vocativos é ainda mais expressiva. Primeiro, 81.6% dos diálogos (62 no total de 76 textos) em que se usa *o senhor* contêm vocativos. Por fim, dos 12 diálogos em que há a presença de outras formas de tratamento nominais – o chamado tratamento indirecto –, em 10 figuram igualmente vocativos, o que corresponde a 83.3%.

Embora tradicionalmente considerados itens lexicais que desempenham a função principal de *chamamento* e que, segundo Marques (1995: 165), *se completam a si próprios*, isto é, tornam-se, de certo modo, independentes do próprio discurso, relevamos aqui a função que os vocativos exercem de identificação do interlocutor (Zwicky, 1974: 795).³⁸ Assim, defendendo que “[...]a naturalesa del vocatiu s’ha d’observar des d’un punt de vista pragmàtic [...]” (Cuenca, 2004: 40), partimos da sistematização semântica que usámos para as formas de tratamento nominais do CSV (ver Subsecção 4.2.2) para elaborar o Quadro 43, com o intuito de realçar que, para lá do seu carácter apelativo-relacional, os vocativos constituem-se como um elemento pragmático de relevo do sistema de tratamento do *emergente* PCV. Ver-se-á, então, a maneira como os vocativos “[...] express attitude, politeness, formality, status, intimacy, or a role relationship, and most of them mark the speaker.”, não se encontrando vocativos que possam ser considerados totalmente neutros (Zwicky, 1974: 796).

³⁸ Zwicky (1974: 787) distingue entre *calls* e *addresses*, atribuindo-lhes, respectivamente, a função de chamar a atenção do interlocutor e a função de manter ou reforçar o contacto entre o locutor e interlocutor. Observando os vocativos como formas de tratamento nominais e focando-nos nos aspectos semânticos e pragmáticos que encerram, não será relevante, para a presente subsecção, a função específica por si desempenhada.

Quadro 43 | Vocativos presentes nos diálogos do *corpus*

categorias	exemplos
nomes próprios	Ailine, António, Bruna, Catarina, Daisy, Diogo, Erika, Gonçalo, Isabela, Janine, Jaqueline, João Miguel, José, Joyce, Júnior, Kenza, Kira, Leonor, Lisiane, Luan, Maiara, Maria, Sarah, Sónia, Stephany, Thiago, Wesley
nomes de parentesco	avô, compadre, filho, irmãzinha, mãe, querida mãezinha, mamãe, mano, pai, primo, tia Ana
nomes de afecto	amor, beleza, cara amiga, <i>cherry</i> [<i>sic</i>], filho, irmão, jovem, meu bem, miúdo, mor, princesa, querida, rapaz
nomes de relação especial	amiga, amigão, camarada, homem, marido, menina, mulher, menina Leonor, menino, puto, vizinha
insultos seu +	cara de batata, lampião, palhaço, pirralho, sabichão seu génio, seu idiota, sua burra, sua ingrata, sua ladra
títulos (e nomes de profissão) + nome próprio	doutor, garçon, professor, segurança, <i>teacher</i> , treinador doutor André, enfermeira Ana, professora Carla
nomes de reverência + nome próprio	dona, senhor, senhora dona Joana, senhor Amílcar, senhora Maria
+ título	senhor director, senhor doutor, senhor professor
+ título + nome próprio	senhor doutor André
<i>nominhas</i>	Cabeça, Carminho (Carmo), <i>Chuck</i> , Dó (Dorilde), Jota (João), Line (Abeline), Ruizinho (Rui), Vadú (Nivaldo)

Em primeiro lugar, destaca-se no *corpus* uma presença significativa dos nomes próprios como vocativos (dos quais registamos aqui apenas uma pequena parte), tal como em [6.25], o que, em certa medida, contraria a sua relativamente baixa utilização no CSV, como já mencionado, por força da omnipresença dos *nominhas* (ver Ponto 4.2.2.3). Acreditamos que tal se poderá dever em parte à intrínseca formalidade da modalidade escrita e, sobretudo, do contexto académico de elaboração do próprio diálogo.³⁹

[6.25]

– Tudo e com você **Maiara**? l17.M.T.JG

Torna-se relevante acentuar a dispersão dos nomes próprios usados por antroponímicos mais característicos de Cabo Verde, Portugal e Brasil, como, respectivamente, Stephany⁴⁰, Gonçalo e Júnior. Observe-se que alguns nomes comuns em Portugal – Catarina, Diogo ou

³⁹ Note-se que, até mais do que a própria escrita em português em jornais cabo-verdianos e mesmo portugueses, a sala de aula não é, de todo, um espaço propício ao uso dos *nominhas*. O típico falante cabo-verdiano, que praticamente em qualquer espaço e contexto da ilha de São Vicente é tratado por um *nominha*, ganha, na sala de aula, um nome próprio e, às vezes, um apelido.

⁴⁰ Tal como com muitos outros nomes próprios de origem estrangeira usados em Cabo Verde, nota-se com este antroponímico uma forte variação ortográfica. Somente entre os falantes do *Corpus* ePCV, observam-se 4 formas distintas: Stephany, Stephanie, Stefany e Stefanie.

Leonor – não são nada vulgares em Cabo Verde. Há outros, mais clássicos, como António, José ou Maria, que, embora existam, são normalmente substituídos pelos seus *nominhas*, respectivamente, *Toi*, *Djô* e *Bia*.⁴¹ Regista-se apenas uma ocorrência de um nome próprio constituído por primeiro e segundo nome – João Miguel. Por fim, realça-se a total ausência de apelidos no *corpus*⁴², o que advém, naturalmente, da sua muito escassa utilização no próprio CSV.

[6.26]

– Estive a brincar **mamãe!** I13.C.M.GT

De seguida, há a categoria dos nomes de parentesco, da qual relevamos em [6.26] a influência do PB no uso de *mamãe*, forma incomum em Portugal e igualmente no CSV. Para lá da diversidade de relações familiares espelhadas através dos diferentes vocativos que ocorrem no *corpus*, ressalta-se a presença de *compadre*, tratamento muito comum no CSV, dos diminutivos carinhosos *irmãzinha* e *mano*⁴³ e ainda das fórmulas «nome de afecto + diminutivo de nome de parentesco», em *querida mãezinha*, e «nome de parentesco + nome próprio», em *tia Ana*.

[6.27]

– Olá **beleza**, a festa está boa? I13.G2.PS

Em [6.27], embora se trate de uma marcação frequentemente de conotação sexista, não deixamos de considerar *beleza* um nome de afecto. Destaca-se também a locução *meu bem*, de uso comum no Brasil⁴⁴, e o estrangeirismo *cherry* (que pretendia ser o francesismo *chérie*), fora a utilização dos nomes de parentesco *filho* e *irmão* como nomes de afecto, o primeiro em relações assimétricas nas quais o interlocutor mais velho usa *filho* relativamente ao interlocutor mais novo, e o segundo entre amigos. Por fim, realça-se, ainda, a fórmula «nome de afecto + nome de relação especial», em *cara amiga*, e a redução fonética *mor*, típica da oralidade informal e da intimidade.

⁴¹ A título de exemplo, entre os 651 falantes do *Corpus* ePCV não há nenhum com os nomes Catarina, Diogo, Gonçalo ou Leonor e há apenas 14 com os nomes António [2], José [5] e Maria [7].

⁴² Na verdade, a única excepção consta do diálogo em [6.5] (ver Subsecção 6.3.2), no qual se faz um uso irónico do tratamento por *doutor Centeno*. Não considerámos, portanto, essa ocorrência uma real utilização do apelido.

⁴³ Não se trata aqui da mais recente utilização do tratamento por *mano* comum entre jovens em Portugal, que se constitui antes como um nome de relação especial, à imagem do que veremos com *puto*.

⁴⁴ Conforme Balsalobre (2009), que apresenta, subscrevendo à data, um quadro das principais formas de tratamento empregadas no Brasil da autoria de Tarallo (1981: 47), no qual figura *meu bem* como tratamento de intimidade.

[6.28]

– Cala-te, oh **puto**!! Passa-me o protector e vai apanhar umas ondas... I12.M.DF

Entre os nomes de relação especial, para lá de *camarada*, sem qualquer conotação política, ou dos mais invulgares *menino* e *menina Leonor*, ganha preponderância o tratamento por *amiga*, hoje de forte utilização no PE entre jovens mulheres e raparigas. À semelhança de *amiga*, em [6.28], temos a ocorrência de *puto*, tratamento comum hoje em dia entre falantes masculinos de gerações jovens em Portugal, que de imediato identifica o próprio locutor como pertencente a uma subcultura específica (Zwicky, 1974). Volta a sentir-se a presença e influência do PB no aumentativo *amigão*⁴⁵, de uso reduzido em Portugal.

[6.29]

– Enquanto não devolveres o meu comando não vou sair, **sua ladra**. I13.C.M.RS

Quanto aos insultos, partimos da definição de Seara e Manole (2016), observando-os como transgressões verbais ao código de ética da sociedade, isto é, como “[...] an intentional transgression on the part of the speaker with depreciative motivation or resulting as such from an interpretation of the addressee [...]” (Seara e Manole, 2016: 305). Assim, para além da criatividade individual patente em *cara de batata*, que foca determinadas características físicas do interlocutor, ou da presença do insulto futebolístico *lampião*, designando pejorativamente um adepto d’O Glorioso, ou ainda do uso de *palhaço*, epíteto insultuoso comum no próprio CSV, destacamos em [6.29] a ocorrência do insulto que se constrói com o determinante possessivo de 3SG antecedendo o nome *ladra*. Como se vê acima no Quadro 41, há outros exemplos semelhantes no *corpus* com as formas nominais *génio* (de valor irónico), *idiota*, *burra* e *ingrata*. De acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa* (DLPCA), o possessivo *seu, sua* é também usado como modo de interpelação em apóstrofes em que se destacam ideias repreensivas e sarcásticas. Visando, então, a face positiva (ou negativa) do interlocutor, *sua ladra* constitui-se como um *face threatening act* (Brown e Levinson, 1987). Carvalho (2013: 54) defende que o uso do possessivo de 3SG em vocativos traduz a vontade do locutor de se distanciar do interlocutor, excluindo esse interlocutor do seu círculo íntimo.

⁴⁵ É bem significativa a presença do tratamento de solidariedade *amigão* em *corpora* constituídos por falantes brasileiros de São Paulo em Balsalobre (2015) e Blanco (2016).

[6.30]

– Bom dia **Dr. André** o que deseja? UM16.E.LF

Em relação aos títulos, primeiro, olhamos para a utilização de títulos ou nomes de profissão como *doutor*, *professor* ou *teacher*, este último usado no CSV, mesmo fora de ambiente escolar, exclusivamente para com os professores de Inglês, e para mais uma presença do PB no nome de profissão *garçon*, pouco usual em Portugal (DLPCACL, 2001: 1868). De seguida, realça-se em [6.30] a utilização da fórmula «título + nome próprio». Como já evidenciado no Ponto 4.2.2.1, trata-se de uma tendência usual de tratamento no CSV para homens e mulheres detentores de um qualquer título académico, no qual, contrariamente ao que sucede em Portugal, não consta o apelido, o que reforça o carácter de maior solidariedade da sociedade mindelense.

[6.31]

– Pode até ser, **D. Joana**, mas hoje em dia a maior parte das igrejas, querem mais é dinheiro. F13.CC.GD

Com os nomes de reverência, à parte as utilizações simples dos tratamentos *dona*, *senhor* e *senhora*, focamos em [6.31] a fórmula «dona + nome próprio», na qual se realça, mais uma vez, a ausência do apelido. Igual fórmula constitui o mais elevado tratamento reverencial usado no CSV para com interlocutoras femininas (ver Ponto 4.2.2.2), enquanto no PE ainda encontramos a construção ternária «senhora + dona + nome próprio», “[...] que indicia uma maior distância, maior formalidade e consideração, sendo usada para senhoras em posição hierárquica mais elevada.” (Seara e Marques, 2016: 296). Todavia, observa-se em Portugal a tendência de simplificação deste micro sistema, que assim “[...] rejoint l'emploi brésilien de "dona", plus stabilisé que l'emploi portugais [...]” (Araújo Carreira, 2004: 42). Ocorrem ainda as fórmulas «*senhor* + título», em, por exemplo, *senhor professor*, e «*senhor* + título + nome próprio», em *senhor doutor André*, que denotam maior deferência e distanciamento.⁴⁶

[6.32]

– Ó **Vadú**, – alcunha do meu irmão – já são 5:30 e sabes muito bem que não dispendirás mais do que meia hora no hospital porque a mãe aí trabalha.

I13.G3.MD

⁴⁶ Mesmo sem qualquer ocorrência alocutiva no *corpus*, o tratamento de reverência *nho* do CSV (ver Ponto 4.2.2.2) faz-se presente através da elocução em – *Chamo-me "Nhô Anton"!* (turno de fala do diálogo I13.T.AR presente no Anexo 1 – [2.7]).

Por fim, os *nominhas*. Embora não tenham no *corpus* a representação quantitativa que se lhes reconhece na sociedade mindelense, não deixa de ser notória e relevante a sua presença em diálogos em português elaborados no âmbito de unidades curriculares de Língua Portuguesa, naturalmente, em contextos formais universitários. A este propósito, assinala-se que, ainda assim, houve mesmo um falante que, após identificar o seu diálogo através do nome próprio e apelido, *teve de acrescentar o seu nominha* entre parênteses – *Djô* –, o que revela, inequivocamente, o cruzamento, já mencionado no Ponto 4.2.2.3, entre o uso dos *nominhas* e os espaços e contextos formais, ou ditos formais. Destacamos, primeiramente, a variedade de *nominhas* que ocorrem no *corpus*, desde diminutivos como *Carminho* ou *Ruizinho* e alcunhas como *Cabeça*, comuns também em Portugal, a derivações impróprias como *Chuck* [*sic*] (em crioulo, ‘gordo’⁴⁷) e reduções como *Dó* (de Dorilde) ou *Line* (de Abeline). É também um *nominha* que resulta de uma redução ou truncação do nome próprio aquele que vemos em [6.32], em particular, do nome Nivaldo, havendo-se dado também outros processos fonológicos até à forma final *Vadú*. Atente-se à observação de carácter metapragmático da própria personagem acerca do *nominha* usado, a qual encerra uma indistinção comum entre alcunhas e *nominhas*. Porém, os *nominhas* cabo-verdianos distinguem-se fortemente das alcunhas portuguesas pela sua rara conotação pejorativa e, sobretudo, pela sua enorme extensão de uso social (ver Ponto 4.2.2.3).

Para lá das categorias semânticas já exploradas⁴⁸, destaca-se, ainda, a ocorrência como vocativo do pronome pessoal de 2SG *tu*, e de três partículas vocativas de uso habitual entre falantes mais jovens em Portugal, isto é, *ó*, *pá* e *meu*, “[...] specialized markers that are dedicated for the use in direct addresses.” (Carvalho, 2013: 52).

[6.33]

– Ei **tu!** – eu chamando a atenção do “vagabundo”. I15.M.WO

Em [6.33], ocorre o vocativo *tu*, chamamento de recurso quando não se sabe, ou não se pretende sequer saber, o nome do interlocutor. Trata-se, claramente, de um tratamento que expressa descortesia, comum em determinadas interacções assimétricas e situações de comunicação conflituosas, que desempenha a função única de chamamento (veja-se o

⁴⁷ No crioulo de São Vicente, o termo *txuk*, literalmente ‘porco’, também pode significar ‘gordo’ ou ‘querido’. Não havendo no diálogo em que ocorre este vocativo nada que nos indique ao certo qual das duas acepções se pretendia, optámos por interpretá-lo como ‘gordo’ apenas por se tratar de uma interacção entre dois jovens rapazes.

⁴⁸ Também fora do Quadro 43, encontram-se as ocorrências únicas de *mocinha* e *rapariga* em, respectivamente, “– *Volte aqui mocinha.*” (turno de fala do diálogo I14.M.JS presente no Anexo 3 – [6.8]) e “– *Deixa de ser egoista rapariga e vai embora...*” [I13.C.M.MP] [sublinhados nossos]. Trata-se de usos particulares que denotam uma vontade de afastamento, revelando uma certa desconsideração para com o interlocutor.

comentário da própria personagem do diálogo), pois nada revela e de modo nenhum caracteriza o interlocutor.

[6.34]

– **Óh Maria**, entre lá em casa que estas não são horas para futriquices. I14.M.JS

Há que distinguir a partícula vocativa *ó* da interjeição exclamativa *oh!*, que poderá denotar alegria, admiração, dor, etc. e que não ocorre, evidentemente, como vocativo. O que se vê, portanto, em [6.34], é uma amálgama ortográfica dos dois itens, quando o que se pretendia era simplesmente *ó*. Embora possa ocorrer sozinha, em PE encontramos usualmente a partícula *ó* como um género de modificador que antecede o nome com lugar de vocativo, reforçando a sua função de chamamento (Carvalho, 2013: 53). Observamos também que se utiliza tanto em interacções marcadas pela dimensão «solidariedade» como em relações comunicativas em que dominam dinâmicas de poder.

[6.35]

– Estas agressiva **pá!** I13.C.M.ID

De modo diverso de *ó*, a partícula *pá* somente é comum em interacções que tendem para a informalidade ou intimidade entre interlocutores que ocupam lugares simétricos. Trata-se da redução fonológica e semântica de 'rapaz'. Como se vê em [6.35], pode também usar-se, no singular, para com interlocutores femininos, e também no plural (Carvalho, 2013: 53).

[6.36]

– Sim, **meu** tá-se bem! I14.M.LD

Com origem provável nos possessivos usados junto de vocativos constituídos por formas de tratamento nominais, como se verá adiante, *meu* e *minha* ganharam uma utilização própria, “[...] being used independently of gender and number of the interlocutor, and also of its connotative values of possession, friendship, intimacy, irony [...]” (Carvalho, 2013: 55). Como em [6.36], *meu* é habitualmente usado em interacções informais entre jovens, o que está bem patente na expressão que se lhe segue – *tá-se bem!*

Quadro 44 | Vocativos do *corpus* construídos com os possessivos de 1SG

categorias	exemplos
meu +	amigo, amor, bom amigo, camarada, caro, caro amigo, caro amigo João, caro Gazebo, filho, grande amigo, grande amor, jovem, menino, neto, pequenino, querido, rapaz, rico rapaz, senhor, sobrinho
minha +	aluna, amada amiga Lauren, amiga, filha, jovem, menina, princesa, querida, querida amiga, querida filha, querida Joana, senhora, sobrinha

Por fim, debruçamo-nos sobre o uso de vocativos que incluem os determinantes possessivos de 1SG *meu* e *minha*. Quantitativamente, destacam-se os tratamentos mais tradicionais *meu senhor* e *minha senhora*. Tal como no PE contemporâneo, também no *corpus* é mais comum o vocativo *minha senhora* do que a variante masculina *meu senhor* (Rodrigues, 2003a: 362). O mesmo autor refere que, devido a expressarem mais cortesia, estas formas de tratamento “[...] precedidas de possessivo são mais utilizadas em relação aos indivíduos adultos do sexo feminino.” (*ibid.*).⁴⁹ Todavia, o que mais nos chamou a atenção prende-se com a variedade semântica de formulações diferentes elencadas no Quadro 44.

[6.37]

– Então nos vemos na missa **meu rico rapaz**. l15.G.ZR

Assim, em [6.37], vemos a utilização da fórmula «possessivo de 1SG + adjetivo + substantivo», usada por uma senhora mais velha, que recebe do seu interlocutor exactamente o tratamento *minha senhora*. A mesma fórmula repete-se em *meu bom amigo*, *meu caro amigo*, *meu grande amigo* e *meu grande amor*, entre outras utilizações de nomes de parentesco (neto, etc.), nomes de afecto (amor, etc.) e nomes de relação especial (camarada, etc.).

[6.38]

– Tu é que estás cada dia mais linda **minha princesa**, eu tinha tanto medo de não te ver mais. l11.T3.2.VR

⁴⁹ Note-se, contudo, que sobretudo *minha senhora* também poderá expressar desacordo ou mesmo irritação relativamente ao que terá sido dito ou feito pelo interlocutor (as tradutoras do artigo de Kerbrat-Orecchioni [2011a] para português referem-se a esse valor de *meu senhor/minha senhora* no português brasileiro). No Capítulo Cinco, encontram-se ocorrências de *minha senhora* expressando cortesia – em [5.22], no Ponto 5.4.2.1 – e divergência e irritação na interlocução conflituoso em [5.33], no Ponto 5.4.2.3.

Para lá do extenso e teatral tratamento *minha amada amiga Lauren*, observamos com o possessivo feminino *minha*, como em [6.38], fórmulas e usos em tudo semelhantes àqueles que focámos com *meu*. No fundo, o que mais se evidencia é que, à parte a ocorrência de vocativos que incluem possessivos que conferem, de facto, mais elevada cortesia ao acto de fala e deferência ao próprio interlocutor, o que mais prevalece é o uso de *meu* e *minha* em vocativos parte de interacções simétricas – *meu amigo* ou *minha querida amiga* – ou, quando em relações assimétricas, por parte do interlocutor que se encontra no topo para com o interlocutor situado etária, social ou hierarquicamente mais abaixo – *meu pequenino* ou *minha aluna*. Contrariamente ao distanciamento que se deduz do uso dos determinantes possessivos de 3SG com os vocativos insultuosos, “[...] the first person is used for peers, friends or persons of one’s family [...]” (Carvalho, 2013: 54), denotando, quase sempre, carinho, afecto, ternura e identificação com o interlocutor. Assim, ao invés de se interpretar *meu* e *minha* em vocativos como elementos que reforçam a cortesia, itens que por si só estabelecem distanciamento, parece destacar-se o carácter eminentemente solidário e de aproximação da própria sociedade mindelense.

Finalizamos, retomando a ideia da relevância indiscutível que os vocativos assumem no sistema de tratamento do *emergente* PCV através da definição dos papéis de locutor e interlocutor em qualquer interacção verbal. A própria abordagem seleccionada para a presente subsecção, focada apenas num turno de fala, quase sempre sem uma análise do contexto da situação de comunicação, permite perceber como os vocativos, para lá de dizerem respeito ao interlocutor, fornecem por si só informação sociolinguística significativa acerca do falante e das suas opiniões acerca do próprio discurso (Zwicky, 1974).

Síntese da análise semântico-pragmática

- [...] é fácil pois o crioulo e o português são “quase” iguais e dá para acompanhar e aprender.
CV13.RP.YF

Para além da sua vertente morfossintáctica, de carácter fundamentalmente gramatical, o sistema de tratamento da língua portuguesa completa-se no cruzamento da própria língua com a sociedade. Na Secção 6.2, procurámos evidenciar que, em Cabo Verde, antes de se pensar em sistemas de tratamento em contacto, há que perceber que a “importação” da língua portuguesa implica, em primeiro lugar, um confronto de sociedades. Trata-se, na verdade, de uma confrontação de características sociolinguísticas inerentes ao sistema de tratamento do português, que advêm de idiosincrasias da própria sociedade portuguesa e das suas dinâmicas de poder e de solidariedade, com a sociedade mindelense (em particular), com o seu próprio espaço territorial, com o seu próprio tempo, com as suas próprias dinâmicas de distanciamento reverente e de proximidade informal, que se entrelaçam, que derivam (ou que são resultado), forçosamente, da sua língua materna, do CSV. Haverá, então, que procurar perceber as “metamorfoses” que o sistema de tratamento tendencialmente reverencial do português sofrerá na tendencialmente informal sociedade mindelense, pois as formas de tratamento são sempre socialmente preconizadas (Seara e Marques, 2016: 306), daí ser, naturalmente, a sociedade mindelense, organizada em crioulo, que prescreverá as regras semântico-pragmáticas do sistema de tratamento do ePCV.

De seguida, na Secção 6.3, concentrámos o nosso olhar em *você*. Primeiro, percorrendo em breves traços a sua origem longínqua em *vossa mercê*, percebemos que a complexidade de valores pragmáticos que *você* oferece actualmente advém do seu próprio percurso ao longo dos tempos. É também *você* que se cristalizará, no CSV, como *bosê*. Evidencia-se, então, na Imagem 1, o trajecto diacrónico pragmaticamente invulgar desde o carácter majestático de *vossa mercê* do português do século XV à baixa formalidade de *você* do actual PE, rematando na elevada reverência do *bosê* do CSV. Contudo, em Cabo Verde, sente-se igualmente a presença do *você* de traços informais da variedade brasileira do português. Observa-se, então, actualmente, um jogo de forças entre três formas fonética e formalmente idênticas – *você*^{PB}, *você*^{PE} e *bosê*^{CSV} – que espelham, todavia, representações semântico-pragmáticas totalmente distintas. Essa riqueza de uso de *você* no emergente PCV está bem patente nos resultados que se mostram no Quadro 34. Dos 69 falantes do *corpus* que usam a forma de tratamento pronominal *você*, 73.9% (ou seja, 51 diálogos) interpretam-

na à imagem do *você* da informalidade e da intimidade comum no PB, enquanto 14.5% (isto é, 10 discentes) revelam usos semelhantes aos que caracterizam o *você* (ou o [s] “*você[s]*”) do PE, destacando-se o *você* de baixa formalidade, e 11.6% (ou seja, 8 falantes) usam um *você* em que emergem traços da alta reverência do *bosê* do CSV. Entretanto, impunha-se perceber se o uso de *você*, seja com que valor pragmático for, era ou não condicionado pelo próprio turno de fala com que se abria o diálogo. Através dos dados apresentados no Quadro 35 e no Quadro 36, percebe-se que 35 falantes usaram *você* partindo de turnos de fala “não marcados” e 34 falantes a partir de diálogos com turnos de fala “marcados”. Vê-se, por conseguinte, que a presença ou não de formas de tratamento como *você*, *o senhor* e ainda vocativos como *senhora* e *doutor* nos turnos de fala “oferecidos” não influenciou o uso de *você*. Todavia, observámos que os resultados quanto ao valor pragmático de *você* não são propriamente iguais. Isto é, com turnos de fala “não marcados”, há uma imensa prevalência de uso do *você* da informalidade do PB, com 82.9% das ocorrências, e uma representação menor do *você* igualitário, ou de superior para inferior, do PE, com 11.4%, e apenas 5.7% de ocorrências do *você* com influência do *bosê* do CSV. Com os diálogos com turnos de fala “marcados”, nota-se uma distribuição não tão desequilibrada, se bem que com um domínio evidente do *você* do PB, com 64.8% de ocorrências, enquanto o *você* de influência do PE e o *você* de características pragmáticas do CSV registaram ambos 17.6% de ocorrências. O último aspecto focado na Secção 6.3 diz respeito à evolução do uso de *você* ao longo dos 7 anos lectivos abrangidos no *corpus*. Os resultados registados no Quadro 37 são bastante claros. Mesmo com uma ligeira diminuição do uso de *você* nos dois últimos anos lectivos, há uma evidente progressão entre os 9.1% de falantes que, em 2011/2012, usaram *você* e os 25% de diálogos nos quais, em 2017/2018, figura a forma de tratamento pronominal *você*. Interessava, então, a partir daí, analisar mais em detalhe os usos diferenciados de *você* que se encontram reproduzidos no *corpus*. Na Subsecção 6.3.1, discute-se o *você* de traços pragmáticos comuns ao *você* do PB. As interacções analisadas constituem, sobretudo, relações simétricas entre familiares, amigos ou namorados, embora também se encontrem relações assimétricas nas quais o *você* é utilizado pelo interlocutor que se situa no topo hierárquico, em situações comunicativas em que no PE emergiria o tratamento por *tu*. O que há em comum em todos estes diálogos é o uso do *você* com características pragmáticas em tudo semelhantes às do *você* típico de grande parte do Brasil, influência do PB que também se faz notar no uso de certas palavras e expressões. A selecção deste *você* resulta por vezes na confluência no mesmo diálogo, ou até no mesmo turno de fala, de *você* e *tu* dirigidos ao mesmo interlocutor, o que evidencia, em alguns falantes, a provável (ou momentânea) indistinção pragmática entre estas duas marcas da informalidade, respectivamente, do PB e

do PE. Exceptuando as formas de tratamento verbais imediatas ao uso do *você*, nestes diálogos dominam em absoluto as formas de tratamento pronominais e verbais da 2SG, o que corrobora a percepção de que este é um uso de *você* que advém do contacto linguístico indirecto com o PB. De seguida, na Subsecção 6.3.2, observam-se algumas ocorrências do(s) *você(s)* do PE. De facto, de maneira bem diferenciada do que se verifica no Brasil, em Portugal não se poderá pensar num único e homogéneo uso de *você*. Essa diversidade de utilizações e valores pragmáticos reflecte-se também no *corpus*. Assim, encontramos o *você* igualitário, comumente usado entre vizinhos ou colegas de trabalho que não pretendem estreitar laços através de um tratamento de maior proximidade que se realizaria linguisticamente com o pronome de 2SG *tu*. Em segundo lugar, o *você* hierárquico mas não autoritário, típico da relação entre determinados professores e alunos. Ainda outro *você* hierárquico, no qual se nota uma mais premente intenção de distanciamento social, de marcação mais evidente da dimensão «poder», muitas vezes, do cliente sobre o empregado. Por fim, vemos também um *você* que se dirá “prepotente”, que, no fundo, se constitui como uma estratégia de “rebaixamento” do outro que eclode numa situação comunicativa conflituosa. Não será, portanto, uma ocorrência que se verbaliza do início ao fim de uma interacção, mas que emerge no ponto de ruptura da cortesia e da delicadeza linguísticas. Em último lugar, analisámos, na Subsecção 6.3.3, um uso bem mais particular de *você*, muito simplesmente porque não equiparável a qualquer utilização padrão em Portugal ou no Brasil. Trata-se do *você* de traços pragmáticos que advém da elevada reverência inerente ao *bosê* do CSV, resultado de uma transferência do traço de preenchimento obrigatório do sujeito que caracteriza o CSV (e não o português). Observamos interacções assimétricas nas quais no CSV vingaria sempre o uso do pronome *bosê* da parte do interlocutor que se situa na posição mais baixa da hierarquia. Certos falantes, optam, então, pelo uso de *você*, o que se constitui como uma transferência formal e foneticamente motivada devido às fortes semelhanças com *bosê*. Em Portugal, este uso de *você*, em interacções formais, seria, com certeza, considerado um *face threatening act*, actuando como uma forma de tratamento ofensiva para o interlocutor. Nestes diálogos do *corpus*, apercebemo-nos, claramente, de avaliações que poderão apontar para outros valores pragmáticos em emergência, com um interlocutor no topo hierárquico que se sente agrado por receber o tratamento por *você* (porque, na verdade, está ali subjacente o *bosê* do CSV), ou uma interlocutora que varia entre o tratamento por *a senhora* e *você*, como se fossem pragmaticamente equivalentes (porque também o são, em certa medida, já que o *bosê* do CSV se traduzirá realmente para português por ‘a senhora’). No fecho desta secção, com a Subsecção 6.3.4, virámos a nossa atenção para um fenómeno abordado anteriormente, no Ponto 5.4.2.3, relativamente ao uso

de um imperativo negativo não padrão. Na altura, considerámos que tal imperativo negativo, não utilizado no PE, parecia resultar de influência do PB, embora não se pudesse desconsiderar a possível influência da formação do imperativo negativo no CSV. Agora, com o cruzamento do uso deste imperativo negativo não padrão (17 falantes) com o uso do *você* de traços do PB (51 falantes) e ainda com o uso do *você* de traços do CSV (8 falantes), percebe-se que há, de facto, uma transferência desta estrutura a partir da variedade brasileira do português. Vemos no Quadro 38 que 47.1% dos falantes que usaram esta forma imperativa negativa usaram igualmente o *você* comum no Brasil e nenhum usou o *você* de influência pragmática do CSV. Se nos restringirmos ao diálogos T, a percentagem aumenta para 57.1% de falantes que usam simultaneamente o imperativo negativo não padrão e o *você* típico do PB. Esta análise reforça, inequivocamente, a ideia da forte presença do PB no *emergente* PCV, destacando-se, ainda, que tanto o uso de *você* como o uso do chamado “imperativo negativo brasileiro” demonstram evoluções claras entre 2011/2012 e 2017/2018.

Com a Secção 6.4, pretendeu-se analisar o uso das formas de tratamento nominais nos diálogos do *corpus*. Da confrontação dos sistemas de tratamento do português e do CSV, ressalta um traço particular que, em nosso entender, subjaz a toda a descrição e análise das formas de tratamento nominais do ePCV. Falamos do pronome nulo \emptyset , de uso sistemático no PE, e que se opõe à obrigatoriedade de preenchimento do sujeito do CSV. Retomando o olhar de vários estudiosos que se debruçaram sobre esta temática (Rodrigues, 2003a; Araújo Carreira, 2004, 2008, 2009; Hammermüller, 2004; Thomé-Williams, 2004), definimo-lo como forma de tratamento plena, elemento igualmente actuante do sistema de tratamento da língua portuguesa como *você*, o imperativo ou as formas de tratamento nominais alocutivas de valor delocutivo. Vemo-lo, na verdade, como um ponto de intersecção das dinâmicas de «poder» e de «solidariedade», já que, possibilitando o “apagamento” de qualquer tratamento pronominal e, sobretudo, dos tratamentos nominais, permite que uma interacção altamente assimétrica se realize linguisticamente apenas a partir de desinências verbais. No ePCV, sob influência do preenchimento do sujeito do CSV, quando não se opta por *você*, o *posse* de lugar obrigatório das interacções formais traduzir-se-á por *o senhor*. Assim, dos resultados da análise das formas de tratamento nominais usadas no *corpus*, destaca-se a forte presença de *o senhor* (em 56.3% dos diálogos V), quando as outras formas de tratamento nominais alocutivas de valor delocutivo emergem em apenas 8.9% dos diálogos V. Quanto aos vocativos, obtêm, na totalidade do *corpus*, uma representação relevante com 70.3% dos falantes a fazerem uso de formas vocativas. Desse modo, na Subsecção 6.4.1, analisámos, sobretudo, diálogos elaborados a partir de turnos de fala “marcados” (excluindo aqueles que incluem o pronome *você*, já que se constatou

anteriormente a forte opção pelo *você* de traços informais do PB), com o intuito de observar a utilização do tratamento *o senhor*. O que se procurou evidenciar é a forte utilização de *o senhor* no *corpus* quer com a função de sujeito quer com a função de objecto directo, objecto indirecto e até mesmo como oblíquo (e possessivo). Constatou-se, portanto, um uso repetido do tratamento *o senhor* (e *a senhora*) quando, na norma padrão do PE, seria expectável a utilização dos clíticos acusativos *o, a*, do clítico dativo *lhe*, dos oblíquos *si, consigo* ou dos possessivos *seu, sua*, isto é, nota-se, em alguns falantes, a tendência para a utilização das formas lexicais *o senhor* (ou *a senhora*) em lugar de formas fonologicamente reduzidas (*o, a, lhe*) ou de itens sobretudo gramaticais (*si, consigo, seu, sua*). Registe-se que, no CSV, o tratamento formal se reduz à forma multifuncional *bosê*, que ocupa o lugar de sujeito, objecto directo e indirecto, oblíquo, clítico ou possessivo. Em particular, quanto ao lugar de sujeito, observa-se, em alguns diálogos, que a predilecção por *o senhor* resulta em interacções “falsamente” simétricas, com os interlocutores que se situam em extremos opostos de uma qualquer hierarquia a tratarem-se mutuamente por *o senhor*. Também aqui se trata da real simetria formal que se encontra no CSV – com interlocutores a tratarem-se por *bosê* em situações de formalidade –, que é transferida para o ePCV. A Subsecção 6.4.2 foca um uso particular de *o senhor* que advém do CSV e que confere traços pragmáticos específicos a determinadas interacções. Trata-se de diálogos marcadamente assimétricos em que o tratamento nominal *o senhor* se torna (ou se pode tornar) descortês por vincar o traço de [+ idade] que *lhe* é inerente, correndo o risco de ser interpretado como um *face threatening act*. Focamos, então, turnos de fala nos quais, em PE, emergiria o pronome nulo \emptyset , e em CSV se usaria, obrigatoriamente, o pronome cortês *bosê*. Interessante também será notar que este uso excessivamente formal e deferente de *o senhor* contraria, simultaneamente, a tendência mais recente para a implantação de um sistema de tratamento mais igualitário em Portugal e a forte proximidade da sociedade mindelense. De seguida, na Subsecção 6.4.3, tratámos as outras formas de tratamento nominais alocutivas de valor delocutivo em uso no *corpus*. Embora a sua representação quantitativa não seja significativa – 8.9% de falantes, isto é, 12 diálogos em 135 diálogos V –, destaca-se a variedade de tratamentos nominais alocutivos de valor delocutivo que emergem em interacções assimétricas, incluindo nomes próprios, nomes de parentesco, a fórmula «nome de afecto + nome próprio», títulos ou nomes de profissão ou a fórmula «nome de reverência + nome próprio». Em último lugar, dedicámos a Subsecção 6.4.4 ao uso dos vocativos. Usualmente, no estudo do sistema de tratamento do PE, não se concede grande destaque aos *simples vocativos*, sobretudo porque o tratamento nominal alocutivo de valor delocutivo abarca por si só a totalidade de informações semânticas relativas ao interlocutor (e ao

locutor). Todavia, o CSV não admite este género de construções, ganhando os vocativos uma relevância de carácter semântico que, naturalmente, se fará reflectir no próprio ePCV. Assim, para lá das elevadas percentagens de uso de vocativos, o que mais se destaca é a amplitude e riqueza semânticas que os vocativos adquirem nos diálogos do *corpus*, isto é, no sistema de tratamento do *emergente* PCV, trazendo informações relativas a nomes próprios, nomes de parentesco, nomes de afecto, nomes de relação especial, insultos (também daqueles que se constroem com o determinante possessivo de 3SG antecedendo o nome), títulos e nomes de profissão, nomes de reverência e *nominhas*. Para lá da forte presença de antroponímicos comumente usados no Brasil (e não em Portugal), sobressai a influência do PB em vocativos como *mamãe*, *meu bem*, *amigão* ou *garçon*. Observámos também os vocativos mais particulares que se constroem com o pronome pessoal de 2SG *tu* e as partículas *ó*, *pá* e *meu*. Por fim, notámos a variedade semântica que emerge com o uso de vocativos com os determinantes possessivos de 1SG *meu* e *minha*, que, em nosso entender, não se constituem como elementos corteses e de distanciamento, mas sim um reflexo do carácter fortemente solidário e de aproximação física e afectiva da sociedade mindelense.

Considerações Finais

As coisas só existem na minha própria língua.
Nelson Rodrigues¹

¹ Rodrigues, [1968] 2016: 152.

Viver em português dentro de quatro paredes

- Mas, pelo que eu sei, no vosso país fala-se português na
escola.
CV13.RP.CF

No Capítulo Um – Introdução, após a explanação dos objectivos e estrutura da dissertação (Secção 1.1), apresentou-se uma curta contextualização geográfica, social e histórica de Cabo Verde (Secção 1.2) e da ilha de São Vicente e do Mindelo (Secção 1.3). De seguida, encontram-se três secções dedicadas, respectivamente, à ecologia linguística cabo-verdiana (Secção 1.4), ao estatuto da língua portuguesa em Cabo Verde (Secção 1.5) e à consideração da emergência de uma variedade cabo-verdiana do português (Secção 1.6).

Na Secção 1.4 – **As línguas cabo-verdianas**, procurámos explorar os actuais usos e domínios de uso do crioulo de Cabo Verde e da língua portuguesa, contrariando a persistente tendência de descrição da ecologia linguística cabo-verdiana do século XXI como se ainda antes de 5 de Julho de 1975 nos encontrássemos. Dessa fossilização do olhar perante o panorama contemporâneo de utilização das línguas de Cabo Verde resulta a atribuição anacrónica de prestígio social à língua portuguesa, quando se observa no terreno, em São Vicente (e nas outras ilhas), dia após dia, mês após mês, ano após ano, que, naturalmente, a língua de prestígio do arquipélago é o crioulo – o único prestígio de que o português goza é internacional, não nacional, é teórico, não prático.² O CSV é a língua do *guarda kabésa*, das primeiras palavras, das emoções, da casa e das ruas. Da *mangxada* dos recreios das escolas e dos *pik* dos bares das universidades, dos tempos *off* da TCV e das rádios, da Lajinha e do Centro Cultural do Mindelo, do *grogue mariód* do Irak e das tertúlias do Bombu Mininu. Do Mercado de Peixe e do Escritório Consular da Embaixada de Portugal, das mornas de B. Léza e do *hip hop* do Suruk, do quotidiano das instituições e das empresas. Do Carnaval e do Mindelact, do Kavala Fresk Festival e do Mindel Summer Jazz, da *morada*

² Os alunos entrevistados por Rodrigues (2016) – cerca de 200 alunos do ensino básico e secundário de Santiago e de São Vicente – valorizam a língua portuguesa por esta lhes permitir “[...] o acesso a outros países e outras pessoas, nomeadamente turistas em Cabo Verde, com destaque para a possibilidade de lhes permitir, um dia, vir a estudar no Ensino Superior em Portugal ou no Brasil.” (Rodrigues, 2016: 417). Ou seja, trata-se de uma valorização extrínseca à própria língua portuguesa, que visa somente o uso da língua com turistas, e em Portugal e no Brasil, tornando evidente a falta de prestígio do português em Cabo Verde e entre cabo-verdianos, o que também é notório em: “Todos os alunos admitem a mais absoluta estranheza que seria algum colega ou eles próprios iniciarem um momento de conversa com colegas na língua oficial.” (*ibid.*). A própria valorização do português fundamentalmente como “passaporte” para fora do arquipélago contraria por si só as reais possibilidades de emergência de uma variedade cabo-verdiana da língua portuguesa. Em relação a territórios de inglês LE (e lembramos como, em Cabo Verde, não há, entre L2 e LE, um lugar definitivo para o português – ver Secção 1.4), Nwaila (1996) afirma que essas populações “[...] basically want to acquire a standard English for international use, not a language for internal use.” (Nwaila, 1996: 164). Não será também um pormenor (talvez até seja mesmo uma situação ímpar a nível mundial) que, desde 2016, a ministra da Educação de Cabo Verde – país lusófono –, Maritza Rosabal Peña, seja uma falante de português como língua estrangeira (daquelas que quando fala nos vem à cabeça a palavra “portunhol”). Será, por certo, o *tal* prestígio da língua portuguesa que não sabemos ver.

e da *fralda*, das inverdades dos políticos e do Sokols 2017. Do Hospital Baptista de Sousa, das últimas palavras e da *káza d'mort*.³ O português está “encravado” em salas de aula (mormente no discurso de professores), parte da comunicação social, esporádicas ocasiões de elevada formalidade frequentadas por uma elite ínfima (sobretudo perante o “peso” das câmaras de filmar) e na comunicação com a Guiné-Bissau, Portugal, São Tomé e Príncipe, Angola, Brasil, Moçambique e Timor-Leste. Isto é, o CSV é, por excelência, a língua da oralidade informal e de muita oralidade formal também. Quanto à escrita, o CSV, mesmo sem a instrumentalização adequada e necessária, está presente nas mensagens de telemóvel, nos *flyers* e *outdoors* publicitários das ruas, nas caixas de comentários dos jornais *online* e, sobretudo, nas redes sociais. Isto é, o português *ainda* é a língua da escrita formal. Lopes (2016) chama a este cenário linguístico «diglossia modal», que se constitui, em nosso entender, como uma etapa subsequente à diglossia social de outrora. Ou seja, o mindelense fala quase exclusivamente crioulo e escreve formalmente em português e informalmente em crioulo.

O que se vê e se sente, pois, no arquipélago não contradiz, de todo, o aspecto que relevámos na Secção 1.5 – **Português Língua...**, isto é, 44.3% dos falantes do *corpus* da dissertação (e 41% dos falantes do *Corpus* ePCV) olham para o português como olham para o inglês, o francês, o espanhol ou o italiano, ou seja, como língua estrangeira. Esta profunda divergência entre a população jovem cabo-verdiana e o português poderá ter diversas razões e origens (que não nos cabe aqui procurar aprofundar), interessa, contudo, é assumir e pensar a problemática que encerra para o futuro do arquipélago. Ainda que defendamos e adoptemos, para a própria prática docente do português em Cabo Verde, o estatuto sociopolítico do português como L2, importa reforçar que o português começa por ser, de facto, uma língua estrangeira, que apenas se impõe como L2, por volta dos 6 anos de idade, com a entrada para a escola. Mais, até ao final da vida da generalidade dos cabo-verdianos, notar-se-ão fortes oscilações de uso real do português como L2, com períodos de muito fraca utilização de competências de produção e mais forte uso de competências de recepção. Não há verdadeiramente, em Cabo Verde, imersão linguística em português, o que ajuda a entender a “tese” de que se trata de uma língua estrangeira, cujo domínio

³ Para *guarda kabésa* e *káza d'mort*, ver Secção 1.4. *Mangtxada* é a palavra crioula para o jogo infantil da apanhada e *pik* faz parte da expressão informal *dá un pik*, que significa «dar um piropo». O Irak ('Iraque') é uma tasca na Rua da Moeda, onde, como em muitos outros lugares, se bebe um *grogue mariód*, ou seja, “de má qualidade”, enquanto o Bombu Mininu é um espaço de cultura da Rua de São João. B. Léza (1905-1958), ou Francisco Xavier da Cruz, foi um dos mais emblemáticos músicos e compositores cabo-verdianos. Suruk é o *nominha* de uma voz diferenciada do *hip hop* mindelense. O Kavala Fresk Feastival e o Mindel Summer Jazz são dos eventos mais significativos do Mindelo de hoje, respectivamente, dedicados à gastronomia cabo-verdiana em torno da cavala e à música jazz de lá de fora e de cá de dentro. Sokols 2017 é um movimento cívico de São Vicente encabeçado por Salvador Mascarenhas, responsável pelas mais memoráveis manifestações populares dos últimos 40 anos.

depende quase em absoluto da aprendizagem em ambiente formal.⁴ Assim, a realidade impõe-nos que situemos o português naquele “território de ninguém” entre o que é a L2 em parte de Angola e Moçambique e a LE em qualquer geografia não lusófona. Individualmente, há, claro está, cabo-verdianos para quem o português é até L1, e outros (provavelmente em número bem mais elevado) para quem é mesmo e *sempre* LE.

O real e actual uso “dentro de quatro paredes” da língua portuguesa em Cabo Verde e a percepção que muitos têm dela como língua estrangeira constituem-se como aspectos que não sabemos ignorar quando se pretende a assunção total da variedade cabo-verdiana do português. Com a Secção 1.6 – **Português de Cabo Verde?**, procurámos demonstrar, através do contraste entre a realidade sociolinguística de Moçambique (podia ser Angola ou mesmo São Tomé e Príncipe) e Cabo Verde, como se mostra prematura a declaração inequívoca do chamado PCV. Cremos que, para além da tendência histórica para se olhar para os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) como se se tratasse de uma só realidade⁵, podem ajudar a entender a manutenção deste “fenómeno”, em pleno século XXI, a insignificância política, demográfica, e daí linguística (no que ao português diz respeito), do arquipélago hesperitano. Com o intuito de reforçar a distinção entre Moçambique e Cabo Verde, retomemos aqui as palavras de Gonçalves (2015), que retoma, por sua vez, Firmino (2001), acerca da formação da variedade moçambicana do português:

A partir desta data [1975], teve início um importante processo de difusão e valorização do Português, que se deve, em grande medida, ao envolvimento desta língua “num novo quadro ideológico, que o promoveu e adoptou como um importante símbolo de unidade nacional” (Firmino 2001: 231) [...]
(Gonçalves, 2015: 10)

Muito para lá da simples constatação da maturidade (quantitativa e qualitativa) dos estudos relativos ao português de Moçambique (PM), quando comparada com a incipiente e esporádica produção de conhecimento acerca do chamado português de Cabo Verde, há pontos primordiais que caracterizam a ecologia linguística moçambicana e que, simultaneamente, são parâmetros fundacionais da formação e assunção do PM que não encontram qualquer analogia com a realidade cabo-verdiana. Em primeiro lugar, o contexto de multilinguismo, que conduziu, necessariamente, a que a língua portuguesa se tornasse

⁴ Relativamente ao Haiti, DeGraff (2019) expõe um cenário semelhante, dizendo que “[...] in most communities in Haiti, Kreyòl is the only fluent language that the kids are immersed in.” (DeGraff, 2019: 74).

⁵ Mesmo quando não deliberada, ou seja, fruto de ideologias, o que poderá até acontecer na maioria das situações, esta generalização peca sempre por falta de rigor e de cientificidade. Não faltam proposições linguísticas, históricas, sociológicas, antropológicas – da guerra colonial à fragmentação étnica e linguística, dos substratos bantu às culturas ancestrais africanas – pensadas (e acertadas) para as realidades linguísticas e sociais de Angola e Moçambique que, contudo, nada têm que ver com as línguas e a sociedade cabo-verdianas.

língua de unidade nacional. Daí, o português tornou-se também língua materna de parte considerável da população moçambicana.⁶ Como mencionado, de 1975 para cá, houve uma indiscutível difusão e valorização do português, conferindo-lhe ainda mais prestígio do que já tinha nos tempos coloniais. Por último, observou-se também uma expansão da língua portuguesa para os domínios da informalidade (Gonçalves, 2005a: 187). Não é assim em Cabo Verde, onde o português é língua não materna e (quase) não falada. Desse modo, usamos e defendemos a designação de *emergente* PCV, considerando que as tendências variadas e não estabilizadas que se destacam da descrição e análise dos dados do *corpus* apontam para um largo *continuum* de variedades, que incluem mesmo a replicação exacta das variedades europeia e brasileira do português.⁷ Temos dúvidas até na consideração desse *continuum* de variedades não nativas do português em Cabo Verde quando pensamos que a oralidade é o princípio, por excelência, de qualquer língua (as línguas somente escritas dizem-se mortas) e observamos que no arquipélago, fora os turistas e os professores dentro das salas de aula, quase não se fala português.⁸ Não sabemos também deixar de observar uma certa “indecisão” académica que se reflecte, no momento em que se pretende defender uma diglossia actual, com uma demarcação clara dos espaços e domínios de uso das duas línguas, com uma língua de prestígio e outra “sem prestígio”, na evocação do “apartheid” a que o crioulo cabo-verdiano foi submetido fundamentalmente a partir do século XIX colonialista português, trazendo a lume citações de 1700 (ver Secção 3.2) que,

⁶ Timbane e Rezende (2016) declaram que “[e]m Moçambique há um sentimento de pertença do português. O português é língua dos moçambicanos. Já não pertence aos portugueses porque ela responde às necessidades comunicativas dos moçambicanos.” (Timbane e Rezende, 2016: 403). E lembremo-nos outra vez dos 44.3% de falantes do *corpus* que “sentem” que o português é uma língua estrangeira em Cabo Verde. As próprias palavras já “cansadas” de Amílcar Cabral – “O português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais, senão um **instrumento**, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo.” (Cabral, 1974: 214) [sublinhado nosso] – já antecipavam o uso puramente *instrumental* da língua portuguesa em Cabo Verde. Veja-se, em relação a Angola, o que afirma Banza (2015): “[...] em poucas décadas, a situação da língua portuguesa face às línguas africanas em Angola alterou-se radicalmente, tendo a língua portuguesa passado a ser a língua materna de um número progressivamente crescente de jovens angolanos, o que, num país onde a esperança de vida é curta e a população muito jovem, permite perspectivar, em mais algumas décadas, uma situação de domínio absoluto do português como língua materna dos angolanos.” (Banza, 2015: 33).

⁷ Alguém que leia, entre vários outros, os diálogos I17.G.T.FD e UM16.E.KF (ver, respectivamente, Anexo 3 – [6.5] e Anexo 1 – [4.15]), sem saber absolutamente nada acerca dos seus autores, convencer-se-á facilmente que lê, respectivamente, textos de um falante português e de um outro brasileiro. Mais relevante se torna por estes dois discentes, em particular, tal como a generalidade dos falantes do *corpus*, nunca terem estado em Portugal e no Brasil. Em relação a Moçambique, Gonçalves (2005a) fala de “[...] um amplo espectro de variação, que inclui desde as subvariedades basilectais dos falantes com pouco contacto com a língua-alvo/L2, mais distantes do padrão europeu [...] até às subvariedades acrolectais, mais próximas desse padrão dos falantes expostos a um *input* mais estruturado, normalmente por via instrucional.” (Gonçalves, 2005a: 185). Julgamos tratar-se de um *continuum* totalmente diferente daquele que se observa em Cabo Verde. Note-se que a autora aponta como “subvariedades acrolectais” o português dos falantes que frequentam (ou frequentaram) a escola, sendo, por certo, dos cerca de 50% de moçambicanos que não falam português (Gonçalves, 2015: 9) as “subvariedades basilectais”. Assim, em Cabo Verde, poder-se-á pensar num *continuum* que, grosso modo, vai desde subvariedades acrolectais até à réplica perfeita das variedades europeia e brasileira do português.

⁸ Dos textos dos académicos que se debruçam sobre Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, quase ouvimos o português enchendo as bocas das crianças nas ruas. Por cá, “[a] língua portuguesa usada nas salas de aula de Cabo Verde, independentemente das disciplinas, é uma língua artificial, que sobrevive apenas neste contexto, muitas vezes desligada das reais necessidades dos alunos e desacompanhada de atividades que promovam a sua utilização em outros contextos.” (Rodrigues, 2016: 423). Será este o português que se pretende variedade autónoma? Relativamente à nativização do português em Moçambique em curso desde 1975, Gonçalves (2005a: 190) refere-se à “implantação social” da língua portuguesa, expressão que não encontra “eco” no arquipélago.

simultaneamente, tornam claro que até portugueses e outros estrangeiros falavam (quase) somente crioulo em quaisquer instâncias informais das suas vidas, e, no momento em que se pretende defender a total e inequívoca existência da variedade cabo-verdiana da língua portuguesa, recorda-se o *insustentável* peso da presença do português no arquipélago há mais de 5 séculos. Será talvez necessário recordar a lição de Calvet (1993): “[...] as línguas não existem sem as pessoas que as falam [...]” (Calvet, 1993: 12).

Manole (2013), no âmbito de uma reflexão sociolinguística relativamente à localização em português brasileiro e em português europeu, faz uso de uma expressão imensamente adequada para se pensar a língua portuguesa em Cabo Verde quando fala de “viver em português”. Contrastando as principais diferenças entre os sistemas de tratamento do PB e do PE, a autora reforça que “[...] são o resultado da evolução que as duas variantes do português tiveram nos últimos séculos.” e que são elas que definem “[...] o que é viver em português nos dois lados do Atlântico.” (Manole, 2013: 56). Em nosso entender, para que possamos, de facto, considerar o chamado PCV uma realidade, é bom que não nos esqueçamos das “quatro paredes” e que saibamos responder à simples pergunta *O que é que é viver em português em Cabo Verde?*

De seguida, no Capítulo Dois – Metodologia, descreve-se a origem, organização e tratamento do *corpus* da dissertação (Secção 2.1), após o que nos concentrámos em informações detalhadas acerca da origem geográfica dos falantes do *corpus*, suas idades, género, língua materna, presença da língua portuguesa em casa, e características dos próprios diálogos e dados da dissertação (Secção 2.2). Em terceiro lugar, elaborámos uma pequena reflexão em torno do uso do *corpus* escrito em Cabo Verde (Secção 2.3), na qual defendemos que, no arquipélago, será metodologicamente mais acertado trabalhar com *corpora* escritos do que com *corpora* orais (exceptuando, naturalmente, dados relativos a aspectos fonéticos e fonológicos). Não porque seja mais fácil, como usualmente se afirma, mas porque, simplesmente, se adequa mais à própria realidade linguística de uso da língua portuguesa em Cabo Verde – língua essencialmente escrita, não oral. Fechámos o capítulo com a exploração de aspectos antropológicos e culturais que emergem do próprio *corpus* em análise (Secção 2.4).

No Capítulo Três – Revisão da Literatura, retomámos na Secção 3.1 – **Sistema de tratamento: de Lindley Cintra até hoje** os principais estudos acerca do sistema de tratamento do português europeu, partindo, como indica o título, de *Sobre “Formas de*

Tratamento” na Língua Portuguesa (1972), de Lindley Cintra. Procurámos explorar igualmente os aspectos primordiais das obras de Maria Emília Ricardo Marques, Gunther Hammermüller e, mais aprofundadamente, Maria Helena Araújo Carreira. Na Secção 3.2 – **O chamado PCV: o português “falado” em Cabo Verde**, focámo-nos na ainda recente e esporádica literatura em torno da hipotética variedade cabo-verdiana do português. Adoptámos como critério de selecção de textos e autores o uso da preposição *de* na designação «português *de* Cabo Verde», considerando, naturalmente, que tal opção não será, de todo, fortuita. Não havendo ainda estudos, parcial ou totalmente, dedicados ao sistema de tratamento do ePCV (fora a descrição e análise de dados que se relacionam com o sistema de tratamento), a revisão efectuada visou, sobretudo, a análise e exploração de parâmetros relativos à ecologia linguística do arquipélago – usos e domínios de uso das línguas cabo-verdianas, diglossia modal, “prestígio social” da língua portuguesa, etc. – que, em primeira instância, se constituem também como parâmetros fundacionais da própria assunção do chamado PCV.

Escolhas e “esquizofrenia” de tratamento

- Hoje a mãe não está mesmo nada bem. Até por *você* já me tratou hoje: “o que quer de mim?”

I13.M.NR

Num tempo em que a simplificação, uma das muitas faces da globalização, se torna também ideologia dominante – a vida que se deve tornar mais simples, as relações, a escola, a ortografia, e por aí fora – não constitui qualquer surpresa que o estranhamento de aprendentes estrangeiros de português em relação ao complexo sistema de tratamento da língua portuguesa, do qual já em 1972 Lindley Cintra dava conta no incontornável *Sobre “Formas de Tratamento” na Língua Portuguesa*, se tenha, entretanto, alargado a muitos falantes nativos do português. São variadas as vozes que aqui e ali se fazem ouvir contra as *nuances* do sistema de tratamento em português, *nuances* claramente contraproducentes quando o que interessa é simplificar, tornar igual o que de veras não é igual. É indesmentível que a hierarquização do sistema de tratamento em português releva da estratificação da própria sociedade portuguesa. Assim, as mudanças que, de tempos a tempos, se tornam visíveis na sociedade acabam por, de alguma maneira, cristalizar-se na língua e, em particular, no sistema de tratamento. Não há, portanto, como defender o uso contemporâneo de formas de tratamento que perderam o seu espaço de utilização nas interações verbais em português, como acontece com *Vossa Excelência*. Contudo, defendemos que há, para lá de uma riqueza linguística inegável, aspectos pragmáticos vantajosos num sistema de tratamento complexo como o da língua portuguesa. Tornou-se, para nós, bastante clara essa constatação quando, em Cabo Verde, nos vimos, como se vêem alguns cabo-verdianos, a viver e a pensar entre sistemas de tratamento tão distintos, já que o sistema de tratamento do crioulo cabo-verdiano é de veras simples e prático.⁹

Nada como a prática no terreno para entender esses *comportamentos de tratamento*. Tratamos os nossos alunos universitários por “você”. O tal tratamento por “você” em que o pronome *você*, na verdade, nunca aparece (fazendo nós parte daquela fatia de falantes portugueses para quem *você* é, em múltiplas situações, descortês e... não evitável, mas absolutamente desnecessário). Trata-se, por conseguinte, de um tratamento respeitoso, que estabelece também alguma distância entre nós, professor de 42 anos, e os discentes, rapazes e raparigas entre 17 e 20 e tal anos. No momento em que encontramos os nossos

⁹ Kerbrat-Orecchioni (2011a) refere, na linha do que defende Braun (1988), que os sistemas de tratamento da generalidade das línguas são similares, no sentido em que se constroem basicamente com os mesmos tipos de formas de tratamento. Todavia, “[...] os *comportamentos de tratamento* variam enormemente de uma cultura a outra.” (Kerbrat-Orecchioni, 2011a: 40).

alunos em ambientes informais, o que acontece amiúde numa cidade pequena como a cidade do Mindelo, dois cenários se desenham. Ou falamos português, e “nada” se diferencia da interlocução em sala de aula, ou falamos crioulo, e aí desponta uma problemática de difícil resolução. No crioulo de São Vicente, apenas há duas hipóteses de tratamento pronominal – ou por *bosê*, pronome de elevada formalidade, ou por *bo*, pronome da informalidade.¹⁰ Não podemos, claramente, tratar os nossos alunos por *bosê*, ou seja, vemo-nos obrigados a tratá-los por *bo*. Claro está que os nossos alunos tratar-nos-ão por *bosê*. Assim se simplifica, se vulgariza e, ao mesmo tempo, se hierarquiza, a relação mais “democrática” e igualitária que estabelecemos em português dentro da sala de aulas (em particular de nós para eles), através do uso do pronome nulo Ø (com as formas de tratamento verbais na 3SG).

Contudo, é ainda mais intrincado o cenário de contacto linguístico em Cabo Verde, em especial na ilha de São Vicente, e muito em particular no que ao sistema de tratamento diz respeito. Em primeira instância, há na sociedade mindelense a confluência e o confronto dos sistemas de tratamento do CSV (ver Secção 4.2) e do PE, e há igualmente a forte e “atractiva” presença do sistema de tratamento do PB (que contrastamos com o do PE na Secção 4.4). Seara e Marques (2016) recordam-nos que “[...] um falante (ou escrevente) quando se dirige ao seu interlocutor deverá ter em conta os papéis sociocomunicativos, ou seja, as diferenças sociais, de idade, a proximidade ou a distância da relação, a formalidade ou informalidade da situação discursiva.” (Seara e Marques, 2016: 306). No Mindelo, as variáveis sociolinguísticas que subjazem ao tratamento alocutivo são permanentemente traduzidas a partir das dinâmicas sociais de três sociedades distintas – a cabo-verdiana, a portuguesa e a brasileira. Se nos ativermos às palavras das mesmas autoras – “[a]s formas de tratamento têm como pano de fundo um conjunto de informações linguísticas e não linguísticas que são mutuamente partilhadas (**ou não**) [...]” (*ibid.*: 305) [sublinhado nosso] – talvez possamos começar a compreender a dimensão e a profundidade do triângulo das Bermudas do sistema de tratamento do *emergente* português de Cabo Verde.

¹⁰ Kerbrat-Orecchioni (2011a) revela uma “limitação” semelhante do sistema de tratamento do francês, não com o tratamento pronominal, mas com o tratamento nominal: “[...] quando, por exemplo, tenho de chamar, no corredor da universidade, alguém que não é nem um estranho, nem uma pessoa próxima, *monsieur* [senhor] é muito formal, o seu nome, resultaria por demais familiar, e o sobrenome um pouco brusco...” (Kerbrat-Orecchioni, 2011a: 20). Provavelmente, também em português não será simples resolver a “dúvida” de tratamento aqui em jogo.

Dentro do Capítulo Quatro – Sistemas de Tratamento em Contacto, após uma breve abertura da temática (Secção 4.1), a Secção 4.2 – **Crioulo de São Vicente** centra-se na descrição e análise do sistema de tratamento do CSV. Importou sublinhar desde logo que o mesmo se constitui somente por formas de tratamento pronominais e formas de tratamento nominais, já que se trata de uma língua sem variação morfológica de pessoa ou número no paradigma verbal. Da Subsecção 4.2.1, dedicada ao tratamento pronominal alocutivo, destacam-se o pronome *bo*, marca primordial do eixo horizontal, das interacções da informalidade e da intimidade, e *bosê*, pólo do eixo vertical, das interacções de reverência com interlocutores mais velhos, sobretudo, em contextos hierárquicos. Esta estruturação diádica alarga-se aos contextos gramaticais em que as mesmas formas *bo* e *bosê* desempenham as funções de objecto directo, objecto indirecto, determinante, possessivo e complemento de uma preposição (com as únicas alterações de *bo* acusativo e dativo para *-b* e de *bo* possessivo para *d’bossa*), demonstrando o carácter altamente “sintético” do sistema de tratamento do CSV. O domínio incontestável de *bo* em São Vicente é provavelmente a primeira marcação da sociedade mindelense como cultura dita de aproximação ou de solidariedade. Na Subsecção 4.2.2, descrevemos e analisámos o tratamento nominal do CSV, no qual as formas de tratamento desempenham sempre a função de vocativo. A relevância dos vocativos no crioulo advém, portanto, do seu uso permanente, mas também da riqueza e diversidade de informações que contêm acerca dos intervenientes de qualquer interacção. Observámos, em particular com nomes de parentesco (*irmon*, *prim*), de afecto (*krida*, *ninha*) e de relação especial (*amig*) um uso específico e “abusivo” destes tratamentos como estratégia de encurtamento da distância social entre locutor e interlocutor, que, contudo, resulta por vezes em *face threatening acts* (Brown e Levinson, 1987). Os insultos constituem outra categoria da sistematização semântica adoptada, cujo estudo remetemos para futura investigação. De seguida, no Ponto 4.2.2.1, focámos o uso de nomes de profissão e títulos académicos, políticos, civis, militares e religiosos. Destaca-se outra vez o carácter de solidariedade da sociedade mindelense, que emerge agora através da tendência generalizada de uso de títulos apenas acompanhados do nome próprio. Há, contudo, certas assimetrias de género que despontam em alguns contextos, em específico na distinção entre a utilização de «título + apelido» com homens e «título + nome próprio» com mulheres (igualmente com o uso quase exclusivo do apelido para com homens), ou, perante falantes com nome igual, mantendo-se a mesma combinação para os homens enquanto se usa «título + nome próprio + apelido» para as mulheres. No Ponto 4.2.2.2, concentrámo-nos nos nomes de reverência do CSV – *dona*, *snhor*, *snhóra*, *nho* e *nha*. Salientou-se o uso da fórmula «*dona* + nome próprio» (assim como «*snhor* + nome próprio/apelido») como um “título

social” usado para com interlocutores que não possuem título académico ou de outro tipo. Quanto às formas de reverência de 2SG *nha* e *nho*, registámos que estão, provavelmente, em processo de desaparecimento, sobrevivendo hoje (quase) exclusivamente em bairros da *fralda* mindelense. Como observado, trata-se de um tratamento nominal específico (um “título honorífico”) usado para com certos falantes de mais de 70 anos que, conforme as interacções, encerra(va) valores de respeito, mestria e de proximidade “afectiva”, antecedendo, em múltiplas e ricas estruturações, o nome próprio, o apelido, a profissão (só para homens) e, sobretudo, o *nominha* (com certas assimetrias de género). Por fim, no Ponto 4.2.2.3, focámo-nos nos *nominhas*, tratamento hipocorístico que adquire em Cabo Verde, em especial no CSV, um uso sem barreiras geográficas ou sociais (com forte presença em ambientes e domínios formais), substituindo-se frequentemente aos nomes próprios. São os contornos pragmáticos e as dinâmicas sociais em torno dos *nominhas* que os promovem a marca primordial (juntamente com o uso de *bo*) do carácter de aproximação e solidariedade da sociedade mindelense. Os *nominhas* apresentam uma imensa gama de processos de formação. Entre os processos etimológicos, destaca-se a maior produtividade das reduções (ou truncações), enquanto entre os processos não etimológicos ganham relevo particular as derivações de outros *nominhas* e as derivações de formas de tratamento nominais como nomes de parentesco e nomes de afecto. Há ainda as derivações impróprias, entre as quais se encontram *nominhas* com conotação pejorativa, à imagem das alcunhas de Portugal e dos apelidos do Brasil. De seguida, analisámos as muitas estruturações possíveis dos *nominhas*: uso simples (em que se salienta o *gender switch* de certos *nominhas*); com nomes próprios; apelidos; fórmula «*nominha* + nome da mãe» – que evidencia o carácter matriarcal da sociedade cabo-verdiana; ou com outras formas de tratamento nominal como os nomes de parentesco. Todavia, é em particular a estruturação com nomes de reverência e com títulos que sublinha a dimensão social qualitativa do uso dos *nominhas*. A simples utilização de «*dona* + *nominha*» ou «*prufsor* + *nominha*» realça o entrelaçamento permanente entre a formalidade e a informalidade das interacções no arquipélago (o que se reforça com os *nominhas* que “se fazem” nomes artísticos ou públicos de muitas personalidades).

De seguida, na Secção 4.3 – ***São Vicente é um brasilim***, começámos por sublinhar o estranhamento que os sistemas de tratamento do PE e do PB causam aos próprios falantes nativos e, sobretudo, respectivamente, a falantes brasileiros e portugueses. Assim se poderá compreender que, em Cabo Verde, lugar onde confluem esses mesmos sistemas de tratamento, as dúvidas e incertezas sejam muitíssimo mais profundas. Partindo da premissa de que o contacto linguístico não exige interacções directas presenciais (Thomason, 2001), pretendeu-se explorar a presença e influência do PB em São Vicente, sem esquecer que,

devido à ecologia linguística do arquipélago, os falantes cabo-verdianos serão, naturalmente, mais permeáveis a influências do PB do que os portugueses, moçambicanos, angolanos ou santomenses. Embora a música e outros “objectos” culturais, em particular o Carnaval, a divulgação científica e os manuais técnicos sejam elementos fulcrais da presença e divulgação da variedade brasileira do português na sociedade mindelense, pensamos que os *media* e a escola desempenham o papel primordial. Quanto aos *media*, para além das páginas de internet em PB, é a televisão – TCV, TIVER, SIC, Record TV e Record TV Cabo Verde – que mais importa, em especial com 11 telenovelas brasileiras por dia, fora o “mercado” informal que “transacciona” as mais actuais telenovelas da Rede Globo. Como observámos, as telenovelas brasileiras são apenas a face mais visível e mais contemporânea de uma antiga identificação histórico-cultural entre Cabo Verde e o Brasil, actuando, hoje, como forte parâmetro para eventuais mudanças linguísticas no ePCV. Ainda na TCV (e na TIVER), destacam-se também as legendagens de séries e filmes estrangeiros em PB (língua escrita) e, sobretudo, a dobragem, também em PB, de desenhos animados, objecto de eleição de crianças em idade sensível de aquisição da L2, que têm aí o seu primeiro contacto com a língua portuguesa ou, quando já na escola, têm aí o seu primeiro momento de confluência da variedade do PE com a do PB – do *tu* com o *você*, do *diz* com o *diga*, do *não corras* com o *não corre*, do *Príncipezinho* com o *Pequeno Príncipe*. Por fim, a escola, que, à falta de políticas e estratégias linguísticas adequadas, se mostra como o primeiro lugar de (des)encontro das variedades portuguesa e brasileira do português. Em teoria, prescreve-se a norma europeia do português, contudo, na prática, não há uma sistematização do contraste entre as variedades do PE e do PB e, sobretudo, não há uma sensibilização atempada quanto aos muitos aspectos morfossintácticos e semântico-pragmáticos que apartam fortemente os dois sistemas de tratamento, quando é mais do que conhecido como a confluência em sala de aula de “gramáticas” diferenciadas se torna um elemento perturbador para a aprendizagem. Importa sublinhar que essa “mistura” de normas é também visível em parte da classe docente e, como tal, faz-se presente não somente em aulas de Língua Portuguesa, mas dentro das “quatro paredes” de qualquer disciplina da escola primária até à faculdade.

Na Secção 4.4 – **Português europeu versus português brasileiro** relevam-se os aspectos que mais distinguem os sistemas de tratamento de Portugal e do Brasil, análise contrastiva efectuada com recurso a um *corpus* recolhido na literatura brasileira contemporânea. Da sua análise, resulta a eleição da variação semântico-pragmática como o aspecto mais característico do sistema de tratamento do PE, o que se vê no seu paradigma tripartido – *tu/você/o senhor* –, no problemático uso de *você*, no próprio uso frequente do

pronome nulo Ø, na forte codificação das formas de tratamento nominais e, sobretudo, no uso frequente de formas nominais alocutivas de valor delocutivo (o que não é tão comum no PB). Quanto ao português brasileiro, observa-se que o parâmetro mais característico diz respeito à imensa variação morfossintáctica, o que se constata através do uso em certas variedades diatópicas de *tu* com o verbo na 3SG, do clítico *te* com o pronome *você*, da morfologia verbal de 3SG ser símbolo, ao mesmo tempo, do *você* de proximidade e do *o senhor* de distância social (enquanto em PE, o contraste informal/formal equivale ao contraste 2SG/3SG), da coexistência de vários paradigmas do imperativo e de um uso do infinitivo não flexionado com outras formas de tratamento de 2SG.

Para fechar o Capítulo Quatro, abordámos na Secção 4.5 – **Palavras primeiro** a transferência lexical do CCV e do português brasileiro para o *emergente* PCV. Subjacente a esta secção está a hierarquia relativa a fenómenos de transferência proposta por Thomason (2001) – “palavras primeiro, «gramática» depois”. Pretendeu-se, assim, defender a hipótese de transferência de elementos estruturais do CCV e do PB para o ePCV a partir da demonstração manifesta da presença relevante de léxico crioulo (Subsecção 4.5.1) e de léxico brasileiro (Subsecção 4.5.2) nos diálogos do *corpus*. Assim, relativamente ao léxico crioulo, predominam os empréstimos lexicais de nomes, adjectivos e verbos originalmente portugueses que adquiriram no CCV diferentes significações e propriedades lexicais – como *jardim* para “jardim-de-infância”, *guerra* para “altercação, discussão, problema”, *bem disposto* para “bem constituído” ou *chamar* para “telefonar”. Não há praticamente no *corpus* a transferência de itens lexicais simples de origem não portuguesa (como *morabeza*). Observa-se também a transferência de interjeições crioulas – como *uá* – e, sobretudo, de material fraseológico, entre locuções, colocações e até mesmo expressões idiomáticas. Destaque-se aqui a locução *no outro dia* para “no dia seguinte”, a colocação *pôr fé* para “acreditar” e a expressão idiomática *dar um kasubodi* para “assaltar”. Quanto ao léxico de origem brasileira presente no *corpus*, evidencia-se o uso de unidades lexicais simples exclusivamente brasileiras e, sobretudo, de palavras comuns à variedade europeia, mas que apresentam no PB significações e usos diferentes. Focámos primeiramente nomes, adjectivos e verbos – como *caçula* para “irmão mais novo”, *mamãe* para “mãe”, *machucada* para “ferida, magoada” ou *ver* para “olhar para” –, mas também interjeições como *oi?*, *nossa!* ou *ué!*. Mais relevante, contudo, é a ocorrência de fraseologia brasileira diversa entre locuções, colocações e expressões idiomáticas (e provérbios) – como *todo mundo* para “toda a gente”, *dar queixa de* (alguém) para “fazer queixa (de alguém)” e *promessa é dívida* para “quem promete tem de cumprir”. A transferência, em particular, de expressões da fraseologia brasileira (assim como da crioula) revela bem a profundidade do contacto

linguístico, que se traduz pela adoção destes fortes “símbolos da identidade cultural” (cf. Jorge, 2001) do Outro. Notam-se também influências brasileiras na ortografia e na acentuação – como em *estressante* para “stressante” e *polêmico* para “polémico”.

Voltemos ao terreno e à “esquizofrenia” que se impõe considerar. Encontramos uma antiga aluna e, quando decidimos falar crioulo com ela, tratamo-la forçosamente por *bo*, pois, como já mencionado, o CSV não nos oferece outra alternativa – o tratamento por *bosê* da parte de um professor para com uma jovem mulher de 24 anos, sua antiga aluna, seria absurdo (até mesmo pragmaticamente errado). Assim, o crioulo provoca um estreitamento das distâncias sociais e de idade. Contudo, no momento em que escrevermos um *e-mail* a essa mesma antiga aluna, fá-lo-emos em português. Aí, levantar-se-á outro dilema de tratamento. Trataremos a Jéssica na terceira pessoa (sem uso explícito de *você*) ou tratá-la-emos por *tu*? Oferecendo-nos a língua portuguesa o tratamento formal de pronome nulo \emptyset , será, para nós, a escolha adequada, já que temos uma diferença etária significativa, e não somos propriamente amigos. Assim, cria-se um cenário de uma certa “esquizofrenia” de tratamento, tratando nós esta antiga aluna de modo informal em crioulo e de modo formal em português. Em primeiro lugar, destaca-se desta estória que não é propriamente a sociedade cabo-verdiana que nos obriga a tratar os nossos antigos alunos – normalmente, com menos 20 anos do que nós – por *bo*, mas é, na verdade, a própria língua que não nos oferece qualquer alternativa. Assim, percebe-se também que a mesma informalidade que se diz marca da sociedade cabo-verdiana se cristalizou na língua. Ou seja, a sociedade cabo-verdiana é tendencialmente informal, reflectindo-se essa característica no crioulo que, entretanto, se tornou também tendencialmente informal.

Instabilidades morfossintáticas

- [...] porque consegui ver que o português aqui falado não é bem um bom português.
CV13.RP.DM

Após a abertura do Capítulo Cinco – Abordagem Morfossintáctica com uma secção introduzindo o tratamento contrastivo que efectuámos e a sistematização adoptada do sistema de tratamento do português (Secção 5.1), a Secção 5.2 – **Perspectiva panorâmica** permite perceber o grau de domínio e de não domínio do sistema de tratamento por parte dos falantes do *corpus*. Observa-se, então, que, diferentemente do que é comum em contextos de PL1 e PLE, a morfossintaxe é ponto problemático do uso do sistema de tratamento do português em Cabo Verde, o que se traduz por 74.9% de diálogos (considerando somente quem usou pelo menos 4 categorias de FTP e FTV) que apresentam desvios em relação à norma do PE, contra somente 25.1% de falantes que não efectuaram mudanças não pretendidas entre o tratamento na 2SG e o tratamento na 3SG (ou vice-versa) das interacções que perfazem os seus diálogos. Da análise contrastiva com construções equivalentes do PE e eliciações do CSV e do PB, realçamos resultados distintos. Por um lado, desvios que parece representarem uma etapa do processo de aquisição de L2, evidenciando a produção individual instável, típica de contextos de L2 de fraco *input* linguístico (apenas em certos domínios ditos formais), envolvendo determinados universais linguísticos que afectam, sobretudo, itens de contornos funcionais e morfossintáticos. Por outro lado, desvios que serão parcial ou totalmente atribuíveis às influências directa do CSV ou indirecta do PB, constituindo-se ou não como tendências generalizadas (ou generalizáveis).

Na Secção 5.3 – **Formas de tratamento pronominais**, apontou-se inicialmente o equilíbrio referente à ocorrência de desvios de tratamento relativos a oblíquos (23.6%), clíticos (18.3%), reflexos (24%) e possessivos (29%). Destacam-se, na Subsecção 5.3.1, desvios de oblíquos que indiciam a produção instável de certos falantes – através do uso de *si* e *consigo* em interacções dominadas pelo tratamento na 2SG –, mas também desvios que resultam do contacto linguístico com o CSV – *você* que denota a transferência pragmática do *bosê* de alta formalidade do crioulo – e com o PB – uso de «preposição + *você*», em substituição de «preposição + *ti*» em interacções de informalidade. Em relação aos clíticos, analisados na Subsecção 5.3.2, observámos 4 situações primordiais. Primeiro, o uso do pronome *te* da 2SG com função de objecto directo e indirecto em lugar de *a* e *lhe* em

interlocuções dominadas por tratamentos da 3SG, o que poderá representar uma influência da variante brasileira do português segundo se observa nas próprias elicitaciones. Em segundo lugar, a variação entre os clíticos de 3SG e 2SG – *lhe* e *te* – no mesmo turno de fala de contornos informais, resultado ou da influência de semelhante variação no PB ou de universais linguísticos da aquisição de L2. De seguida, a utilização de *a* – clítico acusativo de 3SG – em lugar de *te*, fenómeno radicalmente oposto ao que se observa no PB, podendo apenas resultar da produção individual instável de certos falantes. Em quarto lugar, o uso de *você* com a função de objecto directo em interacções informais, resultado notório da transferência do PB. Por fim, analisámos ainda 2 usos desviantes de clíticos que não representam desvios de tratamento – indistinção entre os clíticos *lhe* e *a* de 3SG e a ausência do clítico *te*. Se o primeiro se deverá, por certo, à não distinção no CSV entre clíticos acusativos e clíticos dativos – usa-se sempre *bo* como clítico alocutivo informal e *bosê* como clítico alocutivo formal e os enclíticos *-l* e *-x* no tratamento delocutivo –, o segundo parece espelhar simplesmente a produção instável de alguns falantes. Já com a Subsecção 5.3.3, analisou-se o uso dos reflexos, emergindo 3 fenómenos distintos: o uso dos reflexos *te* e *se* “condicionado” pela utilização imediatamente anterior de imperativos, respectivamente, de 2SG e de 3SG; a convivência dos reflexos *te* e *se* em actos de fala informais (em parte, poderá explicar-se por influência do PB); e a ausência do reflexo de 2SG *te* (resultante da produção instável individual ou até mesmo do contacto com o CSV, no qual não se produzem muitos dos reflexos usados no português). Por fim, na Subsecção 5.3.4, concentrámo-nos nos possessivos, com os quais se destacaram o uso de *teu/tua* em interlocuções de variados graus de formalidade e uma abrangência de uso dos possessivos de 3SG – *seu/sua* – em interacções marcadas pela informalidade. Apontam-se, respectivamente, a acção da instabilidade da produção em contextos de L2 e a possível influência do PB (uso dos possessivos de 3SG simultaneamente com o *você* da informalidade e com o *senhor* da formalidade – quando, em PE, os possessivos de 3SG se usam sempre em interacções de [alguma] formalidade –, para lá de alguma variação de uso entre possessivos de 2SG e de 3SG em interlocuções informais do tipo *você-você*).

De seguida, a Secção 5.4 – **Formas de tratamento verbais** abrange a descrição e análise de dados relativos ao uso dos modos indicativo e/ou conjuntivo, imperativo e infinitivo flexionado. Observámos, na Subsecção 5.4.1, que 24.2% dos falantes que usaram os modos indicativo e/ou conjuntivo cometeram desvios que resultam de variações involuntárias da 3SG para a 2SG e da 2SG para a 3SG. Embora estas oscilações se devam, em parte, à produção instável de alguns discentes, o uso de verbos na 3SG em interacções informais e simétricas poderá também, como se observa nas elicitaciones, ser reflexo de

influência do PB, variedade na qual predominam fortemente as formas verbais da 3SG. Na Subsecção 5.4.2, deparámo-nos com o traço morfossintáctico mais relevante, isto é, o uso do imperativo – 50.2% dos aprendentes que fizeram uso de formas imperativas cometeram algum desvio de tratamento: 1| variação da 3SG para a 2SG; 2| variação da 2SG para a 3SG; e 3| imperativo negativo não padrão. As oscilações involuntárias do imperativo de 3SG para o imperativo de 2SG resultam, segundo a análise contrastiva, da transferência do imperativo usado no PB em situações contextuais idênticas. Quanto à oscilação contrária, ou seja, do imperativo de 2SG para o imperativo de 3SG, os resultados apontam simplesmente para a produção individual instável de falantes que usualmente contactam directamente com o imperativo de 3SG do PE – *cale-se, leia, abra, faça*, etc. – (interacções formais no Mindelo, sobretudo, em sala de aula) e indirectamente com o imperativo “de 2SG com valor de 3SG” do PB – *trabalha, come, parte, faz*, etc. com sujeito *você* – (telenovelas brasileiras, entre outras fontes). Em terceiro lugar, focámos o imperativo negativo não padrão que se constrói através da estrutura «não + imperativo afirmativo de 2SG» (de não ocorrência em PE). Embora parecesse, no imediato, tratar-se de uma clara transferência do imperativo negativo comum do PB, houve que se considerar igualmente a hipótese de influência mais directa do imperativo negativo do CSV. Na análise do uso de *você*, dentro da abordagem semântico-pragmática, alcançar-se-á uma resposta decisiva acerca da origem deste imperativo específico. Em último lugar, na Subsecção 5.4.3, analisámos a utilização do infinitivo flexionado, com o qual 31% dos aprendentes cometeram desvios de tratamento. Destacam-se o uso do infinitivo flexionado na 2SG em interacções formais e assimétricas – resultado da produção individual instável em contextos de PL2 – e o fenómeno contrário, isto é, a selecção do infinitivo não flexionado em interacções informais e simétricas – possível transferência do “infinitivo simples”, ou seja, não flexionado, do CSV.

É recorrentes nos estudos acerca das variedades africanas da língua portuguesa – nativas e não nativas (nativizadas e não nativizadas) – usar-se termos como «tendência» e «variação» para reforçar a ideia de que determinados traços linguísticos que se pretende que caracterizem essas mesmas variedades se opõem a traços diametralmente opostos que se encontram igualmente no discurso oral e escrito de falantes desses territórios. Todavia, como, fundamentalmente, se “[...] procura assinalar tendências de divergência da norma do português europeu.” (Hagemeijer, 2016: 50), o que não é divergente é, muitas vezes, deixado para trás, o que, em nosso entender, também deriva da “[...] dificuldade em

distinguir entre os fenómenos temporários, próprios da interlíngua dos aprendentes de uma L2, e os desvios à norma europeia produzidos de forma mais consistente [...]” (Gonçalves, 2005a: 192-193). Como reforça Hagemeijer (2016): “[...] a robustez destas tendências requer confirmação baseada em estudos quantitativos que também tenham em conta o perfil sociolinguístico dos informantes.” (Hagemeijer, 2016: 50). Da análise morfossintáctica dos dados do *corpus* da dissertação, resulta, de facto, a emergência de determinadas tendências, contudo daí não se poderá, em nosso entender, afirmar plenamente a existência da variedade cabo-verdiana do português.¹¹

Uma variante [...] de uma língua distingue-se pela associação do núcleo de características centrais dessa língua – lexicais, sintácticas e fonológicas – a um conjunto de características particulares envolvendo um ou mais destes níveis. Naturalmente, estas características têm de apresentar alguma estabilidade ao longo de um período razoável de tempo e, acima de tudo, têm de ser sustentadas por uma comunidade linguística minimamente representativa.

(Peres e Mória, 1995: 34)

Ou seja, as línguas, as variedades e os dialectos não se constituem de tendências, mas de traços concretos e sistemáticos. A obrigatoriedade de preenchimento do sujeito do CCV não é uma *tendência*, o uso do *você* de traços de informalidade e intimidade do português brasileiro não é uma *tendência*, a “[...] pronúncia como [b] ou [β] do v gráfico [...]” (Cunha e Cintra, 1984: 11) do dialecto do Porto não é uma *tendência*.¹² Perspectivando a norma padrão do PE, é indiscutível que o traço morfossintáctico mais relevante do sistema de tratamento do ePCV reflectido nos diálogos do *corpus* é o imperativo – com 50.2% de desvios. Assim, poder-se-á pensar que há uma tendência clara de produção de um imperativo diferenciado, quem sabe já característico de um futuro e hipotético PCV. Contudo, em nosso entender, na linha de Gonçalves (2005a) e de Hagemeijer (2016), as palavras adequadas a usar serão “instabilidade” e “assistemática”. Afinal, não haverá, por certo, variação mais assistemática do que aquela que se observa com o imperativo no *corpus* – como mencionado, 50.2% dos falantes usam formas imperativas desviantes (segundo a norma do PE), enquanto 49.8% usam o imperativo à imagem do que se faz em Portugal. No fundo, é

¹¹ Relativamente ao *black English* na África do Sul, Nwaila (1996: 48) afirma, retomando Ellis (1985), que a codificação dessa variedade, na altura, era inconcebível porque “[...] the ESL [English as a second language] learner's «interlanguage» system (which refers to the language system used by the ESL learner between L1 and ESL) «is permeable, in the sense that rules that constitute the learner's knowledge at any one stage are not fixed» (Ellis, 1985: 50).”

¹² Quirk (1990) defende que as variedades nativas apenas se aproximam da instabilidade das variedades não nativas no sentido em que se caracterizam por uma “[...] socioeconomic cline, such that the features marking an individual as being a speaker of Yorkshire English or New York English tend to disappear the higher up the socioeconomic scale he or she happens to be.” (Quirk, 1990: 6). Ou seja, os falantes do Porto que já não pronunciam o v gráfico como [b] ou [β] encontrar-se-ão, provavelmente, no extremo socioeconómico superior da sociedade portuguesa.

exactamente o que defende Gonçalves (2005a), referindo-se a um outro estudo seu: “[...] de um conjunto de 40 inquiridos, só 50% suprimem o reflexivo não causativo em verbos como *sentar-se* ou *atrasar-se* [...]” (Gonçalves, 2005a: 192) [sublinhado nosso]. Se houvesse 80 ou 90% de ocorrências desviantes de um qualquer traço morfossintático, talvez não se devesse sequer falar de (forte) tendência e apenas de mudança. Pensando ainda no uso do imperativo, os resultados alcançados de cerca de 50% de usos normativos e 50% de usos desviantes não permitem apontar qualquer característica “nativizada” em relação a este traço. Não nos esqueçamos, para mais, na consideração do chamado PCV, que: 1| se trata do traço mais significativo relativo ao sistema de tratamento; e 2| estes são os resultados que os discentes demonstram mesmo após anos a fio da falta de estratégias de ensino-aprendizagem adequadas do sistema de tratamento. Também Gonçalves (2005a) chama a atenção para a “normativização” de “[...] propriedades do PM que são transitórias, visto que resultam da não exposição dos aprendentes a dados suficiente robustos. No caso de esses dados serem providenciados, tais propriedades podem desaparecer [...]” (Gonçalves, 2005a: 189). Ou, nas palavras de Banza (2015), relativamente ao português angolano: “[...] verifica-se também que muitos fenómenos de mudança estão em curso, podendo vir, ou não, a estabilizar.” (Banza, 2015: 33). Ignorando estas vozes, como por cá se vê, contribuir-se-á não para a real emergência do chamado PCV, mas para a construção teórica de uma variedade cabo-verdiana do português sem cabo-verdianos que a façam sua.

Pragmática mindelense

- A tua mãe não te deu educação? É assim que se fala com os
mais velhos?
I14.M.JS

O Capítulo Seis – Abordagem Semântico-Pragmática começa com uma pequena secção de abertura na qual, fundamentalmente, se apresenta a sistematização adoptada dos tratamentos pronominais e nominais em foco (Secção 6.1). Na Secção 6.2 – *Diazá N k'oió-b!*, procurou-se demonstrar que, muito para além da “concordância” linguística, o uso do sistema de tratamento rege-se por padrões sociais e culturais, ou seja, retomando Marques (1995): “[t]rata-se aqui de dominar regras sociais que determinam usos diferenciados da linguagem.” (Marques, 1995: 134). Ou, como observam Marques e Duarte (2019), o sistema de tratamento “[...] regula, a partir de vários parâmetros, as relações interpessoais criadas em situação de comunicação.” e, como tal, constitui “[...] uma categoria pragmática com impacto direto nas relações estabelecidas por cada comunidade social e linguística.” (Marques e Duarte, 2019: [?]). Mencionámos já o ponto de partida de Ammon (1972) para a análise do tratamento, isto é, a realidade social, a qual se interioriza na consciência dos falantes, que, entretanto, se torna a base para a expressão desse mesmo tratamento. Em Cabo Verde, o “jogo” que se cria entre estes 2 níveis é altamente complexo. A realidade social é “sentida” e vivenciada em crioulo, e é também em crioulo que o cabo-verdiano se consciencializa da sua posição social particular. Todavia, observando o *emergente* PCV, será em português que esse mesmo cabo-verdiano expressará a sua consciência social crioula. Emergem daí, em nosso entender, as perspectivas diferentes que se deverão adoptar perante a vertente morfossintáctica e a vertente semântico-pragmática do sistema de tratamento do hipotético PCV. Os valores semântico-pragmáticos das formas de tratamento “espelham” de algum modo as interacções sociais, que, em Cabo Verde, se constroem em crioulo, dentro de uma sociedade organizada em crioulo, logo não será expectável que o ePCV reflecta as interacções típicas da sociedade portuguesa (ou brasileira). Será, naturalmente, a sociedade cabo-verdiana, ou se quisermos, o crioulo, que determinará as dinâmicas de poder e solidariedade do sistema de tratamento do ePCV. Será o *bo* que determinará o espaço do *tu* e do *você*, será o *bosê* e o preenchimento obrigatório do sujeito que determinarão o uso de *você* e de *o senhor*. Não ignorando, contudo, que:

“[...] não são só os indivíduos e a sociedade em que se organizam que agem sobre a língua que falam, e que por isso mesmo os reflecte em algumas das suas características, mas que a própria estrutura da língua herdada ou aprendida pode moldar, e molda muitas vezes, a maneira de ver o mundo dos indivíduos que a empregam [...]”

(Cintra, 1972: 35)

As formas de tratamento pronominais como *você* e as formas de tratamento nominais são parte do léxico, e assim cristalizam-se no *emergente* PCV de um modo mais acelerado do que aspectos morfossintácticos. Agualusa (2016), mesmo com a sua liberdade “poética”, ajuda-nos a perceber o “jogo” pragmático envolvido na consideração da abordagem semântico-pragmática do sistema de tratamento do ePCV:

Amo Cabo Verde, entre tantos outros bons motivos, porque [...], entrando num boteco qualquer, nunca saberemos se o sujeito sentado ao nosso lado, tocando cavaquinho, é um humilde pedreiro ou o Presidente da República.

(Agualusa, 2016: [?])

Entendemos, de imediato, a confrontação que se adivinha entre a hierarquização intrínseca do sistema de tratamento do português, como *imagem* (mais do que como “reflexo” ou “espelho”) da sociedade portuguesa, e a solidariedade notória do sistema de tratamento do crioulo, igualmente como *imagem* da sociedade cabo-verdiana.¹³

Na Secção 6.3 – **De *vossa mercê* a *bosê***, explorámos a origem da complexidade pragmática do uso contemporâneo de *você* no *emergente* PCV. Assim, desenhámos o sinuoso percurso diacrónico desde o valor majestático do *vossa mercê* do português do século XV até à formalidade controversa e plural do *você* do português actual, finalizando na alta reverência do *bosê* do CSV (que advém de *você*). Junta-se ainda outro parâmetro pragmático com a presença efectiva do *você* da informalidade e intimidade do PB, daí resultando um “jogo de forças” entre três formas – *você*^{PB}, *você*^{PE} e *bosê*^{CSV} – fonética e formalmente similares, contudo pragmaticamente díspares. Os resultados da análise das 69 ocorrências de *você* no *corpus* evidenciam essa riqueza semântico-pragmática: 73.9% dos falantes usam o *você* informal comum do PB; 14.5% mostram usos de *você* em tudo semelhantes aos do PE – da baixa formalidade ao *você* “prepotente” –; e 11.6% usam um *você* de traços de alta reverência do *bosê* do CSV. Analisando os turnos de fala “oferecidos” com a presença de *você*, percebe-se que estes não condicionam essas ocorrências, já que

¹³ No fundo, a palavra *imagem*, não “reflexo” ou “espelho”, evoca a distinção que já mencionámos entre a expressão linguística e a realidade social de Ammon (1972) ou a “[...] não especularidade das FT relativamente à estratificação social [...]” de Coseriu (1990 *apud* Marques e Duarte, 2019), isto é, a possibilidade de sociedades muito hierarquizadas possuírem sistemas de tratamento relativamente simples (ou vice-versa).

você emerge em 35 diálogos com turnos de fala “não marcados” e em 34 diálogos com turnos de fala “marcados”, ou seja, o uso de *você* não é influenciado pela presença de outros tratamentos pronominais e nominais no turno de fala com que se iniciava o exercício. Quanto ao valor pragmático em jogo, nota-se que, com turnos de fala “não marcados”, o *você* de traços do PB representa 82.9% das ocorrências – com 11.4% para o(s) *você(s)* do PE e 5.7% para o *você* com valor do *bosê* –, enquanto, com turnos de fala “marcados”, a distribuição é menos desigual – 64.8% para o *você*^{PB} e 17.6% para o *você*^{PE} e para o *você*^{CSV} (ou seja, o *você* com valor do *bosê* do CSV). Por fim, observámos ainda que, ao longo dos 7 anos lectivos presentes no *corpus*, se evidencia uma clara evolução de uso do *você* – desde 9.1% de falantes, em 2011/2012, até 25% de diálogos com a ocorrência de *você*, em 2017/2018. Na Subsecção 6.3.1, tratámos do *você* de traços brasileiros, usado, quase exclusivamente, em interacções simétricas entre familiares e amigos. Destaca-se a confluência em alguns diálogos, até em alguns turnos de fala, do *você* com o tratamento *tu* dirigidos ao mesmo interlocutor, o que traduz uma (momentânea) indistinção entre o tratamento, por excelência, da informalidade, respectivamente, no Brasil e em Portugal. Para além do valor pragmático típico de *você* da variedade brasileira do português, e também da própria presença de léxico e fraseologia brasileiros nos mesmos diálogos, outra evidência da transferência em foco é o facto de (excluindo o tratamento verbal imediato ao uso de *você*) dominarem totalmente os tratamentos pronominais e verbais da 2SG. Em segundo lugar, na Subsecção 6.3.2, analisámos o(s) *você(s)* típico(s) do PE, pluralidade que contrasta fortemente com o valor “único” observado na subsecção anterior, demonstrando também a replicação já mencionada do português europeu no *corpus*. Destacámos, então, 4 valores pragmáticos diferenciados: *você* igualitário – usado entre vizinhos ou simples colegas de trabalho –, *você* hierárquico (não autoritário) – relação comum entre certos professores e alunos –, *você* “social” – interacções comerciais cliente/empregado – e *você* “prepotente” – estratégia de “rebaixamento” do outro em interacções conflituosas. O último *você*, na Subsecção 6.3.3, diz respeito a um valor pragmático não padrão no Brasil e em Portugal, isto é, um uso de *você* com claros traços semântico-pragmáticos de reverência, que se encontram *sempre* no *bosê* do CSV em interacções assimétricas (idade, estatuto social, etc.). Trata-se, portanto, de uma transferência motivada pelas semelhanças fonéticas e formais entre *bosê* e *você*, resultando de uma transferência primeira do traço de preenchimento obrigatório do sujeito do CSV. Se, na norma padrão do PE, estas ocorrências representam, por certo, *face threatening acts*, nos diálogos do *corpus* evidenciam-se reacções e avaliações positivas e de naturalidade por parte dos interlocutores visados com este *você*, que podem apontar para a emergência de um valor pragmático distinto. Por fim, na Subsecção 6.3.4,

retomámos o fenómeno deixado “em aberto” no Ponto 5.4.2.3 entre uma possível influência do PB e do CSV, ou seja, o uso de um imperativo negativo não padrão. Cruzando o uso deste imperativo particular (17 falantes), com o uso do *você* de traços do PB (51 falantes) e com o *você* de traços do CSV (8 falantes), torna-se evidente que se trata de uma transferência do chamado imperativo negativo brasileiro. Os resultados apontam para 47.1% de falantes que usam simultaneamente este imperativo negativo específico e o *você* típico do PB e para 0% de falantes que o usam ao mesmo tempo que o *você*^{CSV}. Se pensarmos na contextualização comum de uso do *você* do PB, limitando a análise a diálogos T, a percentagem atinge os 57.1%. Este cruzamento de dados permite reforçar a defesa da presença relevante do PB no ePCV, realçando-se também que o *você* e o chamado “imperativo negativo brasileiro” apresentam claras progressões de uso entre 2011 e 2017.

A Secção 6.4 – **Do grau zero de cortesia à descortesia** abarca a descrição e análise do uso do tratamento nominal nos diálogos do *corpus*. Observando os sistemas de tratamento do português e do CSV, há um traço distintivo que, a nosso ver, está subjacente à análise do tratamento nominal no *emergente* PCV: o pronome nulo \emptyset do PE, que contrasta com a obrigatoriedade de preenchimento do sujeito do CSV. Não denegando o que os investigadores do sistema de tratamento do português europeu defendem (ver Secção 3.1), definimos, contudo, o pronome nulo \emptyset como uma forma de tratamento plena, tão activamente actuante no tratamento em português como *você*, o imperativo ou o tratamento nominal alocutivo de valor delocutivo. Definimo-lo, pragmaticamente, como o “lugar” do cruzamento das dinâmicas de «poder» e de «solidariedade». Trata-se do tratamento que permite o “apagamento” de tratamentos pronominais e, sobretudo, nominais, possibilitando que interacções assimétricas se realizem linguisticamente apenas a partir de desinências verbais. No *emergente* PCV, em lugar do pronome nulo \emptyset , emerge sistematicamente, por clara influência do preenchimento obrigatório do sujeito no CSV, o *senhor*, tradução “automática” do *bosê* do CSV para português, cumprindo-se, assim, o percurso do “grau zero” de cortesia de Araújo Carreira (1997, 2002) à descortesia. O tratamento nominal reflectido nos diálogos do *corpus* distribui-se, então, da seguinte maneira: o *senhor* (56.3%), outras FTN alocutivas de valor delocutivo (8.9%) e vocativos (70.3%). Na Subsecção 6.4.1, concentrámo-nos no uso de o *senhor*, sobretudo, em diálogos que partem de turnos de fala “marcados”. Destaca-se, em parte dos falantes, uma tendência pela preferência de itens lexicais como o *senhor*, substituindo, com as funções de objecto directo, indirecto, complemento de uma preposição e possessivo, itens gramaticais (fonologicamente mais fracos) como os clíticos, os oblíquos e os possessivos. Ou seja, há um uso repetido de o *senhor* quando, na norma padrão do PE, se teria o, a, lhe, si, consigo,

seu/sua. Note-se que no CSV a forma multifuncional *bosê* cobre exactamente todas estas funções sintácticas. Realçámos, quando com a função de sujeito, a ocorrência de interacções simétricas na *expressão do tratamento* – *o senhor* para cá e para lá –, embora assimétricas na *realidade social e efectiva* dos interlocutores, que se situam até mesmo em extremos hierárquicos opostos, o que traduz, na verdade, a simetria de tratamento que vigora no CSV (no qual em interacções formais e reverentes apenas se usará *bosê*). Com a Subsecção 6.4.2, olhamos para um uso específico de *o senhor* em interacções assimétricas. Trata-se de um tratamento que, devido à marcação de [+ idade] de *o senhor*, se torna, frequentemente, descortês, podendo mesmo ser recebido como um *face threatening act*. Percebe-se nesses contextos de uso, e das elicitacões, que este *o senhor* advém do CSV, no qual se usará, em interacções similares, *bosê*, quando na norma padrão do PE se poderá (ou deverá) usar o pronome nulo Ø. Da análise destas ocorrências, ressalta um duplo paradoxo: o uso excessivamente formal e deferente de *o senhor* contraria, em primeiro lugar, a tendência das últimas décadas para a “implantação” de um sistema de tratamento mais igualitário em Portugal e, em segundo lugar, a inerente proximidade e solidariedade da sociedade mindelense. Na Subsecção 6.4.3, analisámos as outras FTN alocutivas de valor delocutivo, cuja representação no *corpus* não é quantitativamente significativa – 8.9% de 135 diálogos V –, mas é qualitativamente relevante, já que abarca: nomes próprios; nomes de parentesco; a fórmula «nome de afecto + nome próprio»; títulos ou nomes de profissão; e a fórmula «nome de reverência + nome próprio». Por fim, a Subsecção 6.4.4 é dedicada ao uso dos vocativos, tratamento usualmente desconsiderado no estudo do sistema de tratamento do português. No CSV, não há tratamento nominal delocutivo de valor alocutivo, concentrando-se, assim, toda a gama de informações semânticas acerca dos interlocutores nos vocativos. Naturalmente, o peso do carácter semântico dos vocativos do CSV reflectir-se-á no *emergente* PCV, o que se revela na forte percentagem de uso de vocativos – 70.3% do *corpus* total – e, sobretudo, na variedade e riqueza semânticas dos vocativos usados nos diálogos: nomes próprios; de parentesco; de afecto; de relação especial; insultos (com e sem determinante possessivo de 3SG); títulos e nomes de profissão; nomes de reverência; e *nominhas*. Destacámos também a influência significativa do PB em antroponímicos característicos do Brasil, para além de vocativos específicos como *mamãe*, *meu bem*, *amigão* ou *garçon*. Igualmente relevantes são os vocativos que se constroem com o pronome pessoal de 2SG *tu* e as partículas *ó*, *pá* e *meu*, assim como a variedade semântica que emerge do uso de vocativos com os determinantes possessivos de 1SG *meu* e *minha*, reflexo, a nosso ver, não de cortesia e distanciamento, mas do carácter altamente solidário e de aproximação (física e afectiva) da sociedade mindelense.

Exortação aos tigres

- As pessoas da sua idade têm mais experiência, e observei que gostam muito de falar português.
CV13.RP.LR

E então?¹⁴ Assim, repetimos: *e então?* Exactamente para que é que serve saber que o uso do imperativo se constitui como o traço mais *divergente* (e assistemático) na utilização do sistema de tratamento do português em Cabo Verde (ou se quisermos, no ePCV)? Como exactamente usar os resultados que dizem respeito à possível emergência do *você* de traços de deferência do CSV? No âmbito da nossa própria prática docente no Mindelo, sabemos bem como responder a estas e outras perguntas semelhantes, sabemos, todavia, mais acertadamente ainda da nossa “[...] volonté d’expliquer la langue par la société, puis la société par la langue, puis d’appréhender les deux dans un même mouvement et d’intervenir enfin sur la société à la lumière de nos analyses linguistiques [...]” (Calvet, 2005: 20).

Você de novo, bocejou o felino sem se preocupar em esconder o enfado. Vejo que estás a aprender a navegar nos sonhos.

O tigre parecia ter alguma dificuldade com as formas de tratamento. Júlio Branquinho, contudo, estava tão entusiasmado por o rever que nem reparou nisso, ou melhor, reparou reparou, pois ao acordar tomou nota do desacerto, mas não se aborreceu. Explicou-lhe o seu método. O tigre escutou-o, cofiando a barbicha com a pata direita.

Certo, disse. Tens um método, tu. Um método é importante, qualquer que seja. Você podia também utilizar a via das estrelas.

(Aqualusa, 2010: 95)

Assim, as últimas palavras para os tigres, para os *nossos* estimados tigres, lembrando-lhes que “[a] simples escolha de uma FT pode mostrar deferência ou desprezo, distância ou intimidade, ternura ou agressividade, elogiar-se ou injuriar-se, ser-se sedutor ou impertinente, simpático ou antipático. E ser-se tudo isto (e até brincar), cortês ou descortemente.” (Seara, 2017) e, simultaneamente, lembrando-nos a nós mesmos que “[s]eria pouco inteligente acreditar que tudo se resume a batatas, e que não há mais complexidade além das nossas certezas, nem nada além do nosso *faneron*, nem para lá do limiar da nossa compreensão a dado momento.” (Cruz, 2017: 107), afinal, como nos faz saber

¹⁴ No artigo “*Les voix de la ville*” revisitées. *Sociolinguistique urbaine ou linguistique de la ville?*, Louis-Jean Calvet diz que durante muitos anos, ao referir-se ao artigo *Who speaks what language to whom and when?*, de Fishman (1965), acrescentava sempre três perguntas – onde?, porquê? e como? – para, assim, responder totalmente à abordagem sociolinguística. Entretanto, o autor apercebe-se de que faltava ainda uma última pergunta, talvez a principal, “[...] so what? Et alors? C’est-à-dire en quoi tout cela est-il intéressant? Quelle est l’importance de ce savoir? À quoi nous sert-il?” (Calvet, 2005: 10).

Lindley Cintra (1972), até Gomes Eanes de Zurara, na sua famosa *Crónica da Guiné*, comete desvios de sistema de tratamento num “[...] momento de convivência de vários tratamentos para a mesma pessoa [...]” (Lindley Cintra, 1972: 20), o que não é nada de inédito em Cabo Verde, onde *bo*, *tu* e *você* se constituem como verdadeiros vértices do triângulo das Bermudas que é o uso do sistema de tratamento do português no arquipélago.

Não estará, com certeza, terminada a investigação aqui apenas começada. Da ecologia linguística cabo-verdiana – a diglossia que se inverte, o prestígio do CCV que se torna inegável – ao tratamento nominal do CSV – em particular, o universo infindável dos *nominhas*. Do carácter “democrático” e cortês do pronome nulo \emptyset ao paradigma ternário (será?) do sistema de tratamento do português europeu, apercebemo-nos de percursos de investigação que nos impelem a interrogações ainda, para nós, sem resposta. Quanto à linha directriz adoptada para a presente dissertação, não a completámos e não soubemos mesmo desenhá-la por inteiro. É limitação (que, sobretudo, logisticamente se nos impôs) da presente investigação a falta de um “grupo de controlo” – análise do sistema de tratamento em diálogos elaborados, primeiro, por falantes universitários portugueses, depois, por falantes universitários brasileiros. Essa análise contrastiva dos resultados alcançados na presente dissertação com resultados das realidades linguísticas portuguesa e brasileira poderá mesmo ajudar a perceber as reais (im)possibilidades de emergência da variedade cabo-verdiana do português. O futuro só começa hoje...

Não terá sido exactamente a última página, mas o momento em que a sensação de que deveríamos estar a começar esta dissertação e não a terminá-la não mais nos largou...

-
- Academia das Ciências de Lisboa/Fundação Calouste Gulbenkian (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia de Ciências de Lisboa* (DLPCAACL). Lisboa: Verbo.
- Adam**, Jean-Michel. (1990). *Éléments de Linguistique Textuelle*. Liège: Mardaga.
- Agualusa**, José Eduardo (2010). *Milagrário Pessoal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- _____. (2016). Louco é quem não sonha. *O Globo*. Março. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/louco-quem-nao-sonha-18922165> Acedido em: 22/04/2017
- Aikhenvald**, Alexandra Y. (2016). *How Gender Shapes the World*. Oxford: Oxford University Press.
- Albuquerque**, Luís de (2001). O descobrimento das ilhas de Cabo Verde. In L. d. Albuquerque, & M. E. M. Santos, *História Geral de Cabo Verde* (Vol. I, pp. 23-39). Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural.
- Albuquerque**, Luís de, & **Santos**, Maria Emília Madeira (2001). *História Geral de Cabo Verde* (Vol. I). Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural.
- Alexandre**, Nélia (2006). Estruturas em movimento: alguns tópicos sobre construções-Q e de clivagem. *Letras de Hoje*, 41 (1), 99-119.
- _____. (2009). *Wh-Constructions in Cape Verdean Creole: Extensions of the copy theory of movement*. Doctoral Dissertation. Universidade de Lisboa.
- _____. (2012). *The Defective Copy Theory of Movement: Evidence from wh-constructions in Cape Verdean Creole*. Amsterdam: John Benjamins.
- _____. (2018). Aquisição de português L2 em Cabo Verde: alguns aspetos morfossintáticos do contacto. In M. S. Oliveira, & G. Araújo, *O Português na África Atlântica* (pp. 139-164). São Paulo: Humanitas/FAPESP.
- Alexandre**, Nélia, **Duarte**, Inês, & **Santos**, Ana Lúcia (2013). Infinitivos pessoais: uma viagem transatlântica. In D. Moura, & M. Sibaldo (eds.), *Para a História do Português Brasileiro – Volume III: Estudos comparativos entre o português brasileiro e línguas crioulas de base lexical portuguesa*, Tomo IV (pp. 17-47). Maceió: EDUFAL.
- Alexandre**, Nélia, & **Gonçalves**, Rita (2018). Language contact and variation in Cape Verde and São Tomé e Príncipe. In L. Álvarez, P. Gonçalves, & J. Avelar, *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil* (pp. 237-265). Amsterdam: John Benjamins.

- Alexandre, Nélia, Gonçalves, Rita, & Hagemeyer, Tjerk** (2011). A formação de frases relativas de PP no português oral de Cabo Verde e de São Tomé. In A. Costa, I. Falé, & P. Barbosa, *Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 17-34). Lisboa: APL.
- Alexandre, Nélia, & Hagemeyer, Tjerk** (2013). Estratégias de relativização de PPs no mundo luso-atlântico: crioulos de base lexical portuguesa e variedades do português. In D. Moura, & M. Sibaldo (eds.), *Para a História do Português Brasileiro – Volume III: Estudos comparativos entre o português brasileiro e línguas crioulas de base lexical portuguesa*, Tomo IV (pp. 49-71). Maceió: EDUFAL.
- Alexandre, Nélia, & Oliveira, Márcia** (2018). Caboverdiano e português: cotejando estruturas focalizadas. In M. Oliveira, & G. Araújo, *O Português na África Atlântica* (pp. 165-190). São Paulo: Humanitas/FAPESP.
- Alexandre, Nélia, & Swolkien, Dominika** (2019). Reflexive constructions in Cape Verdean Portuguese: Transfer or feature-reassembly? Paper presented at the joint meeting of *Society for Pidgin and Creole Linguistics* and *Society for Portuguese and Spanish-Lexified Creoles*, Lisbon, June 17-19.
- Ammon, Ulrich** (1972). Zur sozialen Funktion der pronominalen Anrede im Deutschen. *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik*, 2 (7), 73-88.
- Andrade, Denis, & Silva, Jorge** (2017). Contributos para uma estrutura de ordenamento da cidade-ilha de Mindelo-S. Vicente. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, (11), 7-31.
- Andrade, Elisa** (1998). Do mito à história. In M. Veiga, *Cabo Verde: Insularidade e Literatura* (pp. 17-32). Paris: Éditions Karthala.
- Araújo Carreira, Maria Helena** (1995). *Modalisation Linguistique en Situation d'Interlocution. Proxémique verbale et modalités en portugais*. Thèse de Doctorat d'État. Université de Paris IV – Sorbonne.
- _____. (1997). *Modalisation Linguistique en Situation d'Interlocution: Proxémique verbale et modalités en portugais*. Louvain-Paris: Éditions Peeters.
- _____. (2002). La désignation de l'autre en portugais européen: instabilités linguistiques et variations discursives. In M. H. Araújo Carreira, *Instabilités Linguistiques dans les Langues Romanes* (pp. 173-184). Paris: Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis.
- _____. (2004). Les formes allocutives du portugais européen: Évolutions, valeurs et fonctionnements discursifs. *Franco-British Studies* (pp. 35-45). Disponível em: http://cvc.cervantes.es/obref/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc.araujo.pdf Acedido em: 21/06/2017.

- _____. (2008). Adresse allocutive et délocutive en portugais européen. Tendances et évolutions du point de vue de la proxémique verbale. In M. H. Araújo Carreira (org.), *"Mignonne, allons voir si la rose...": Termes d'Adresse et Modalités Énonciatives dans les Langues Romanes. Travaux et Documents 40* (pp. 195-202). Paris: Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis.
- _____. (2009). Qualification et adresse: Complexité modale et enjeux interlocutifs. L'exemple du portugais. *Synergies Pologne*, (6), 29-34.
- _____. (2013). Algumas especificidades da língua portuguesa do ponto de vista do ensino do português língua segunda e língua estrangeira: Problematização. In M. J. Grosso, *Português Língua Não Materna: Investigação e ensino* (pp. 25-33). Lisboa: Lidel.
- _____. (2014). Cortesia e proxémica: abordagem semântico-pragmática. In I. Seara, *Cortesia: Olhares e (Re)Invenções* (pp. 27-46). Lisboa: Chiado Editora.
- Bacelar do Nascimento**, Maria Fernanda (2006). *Corpora comparáveis e variação lexical nas variedades africanas do português*. *Alfa*, 50 (2), 189-204.
- Bacelar do Nascimento**, Maria Fernanda, **Pereira**, Luísa, **Bettencourt**, José, **Estrela**, Antónia, **Oliveira**, Sancho, & **Santos**, Rui (2008a). *Corpus África: as cinco variedades africanas do português*. *Textos Seleccionados do XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 373-384.
- Bacelar do Nascimento**, Maria Fernanda, **Pereira**, Luísa, **Estrela**, Antónia, & **Gonçalves**, José Bettencourt (2008b). Aspectos de unidade e diversidade do português: as variedades africanas face à variedade europeia. *Veredas – Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, 35-60.
- Baleno**, Ilídio Cabral (2001). Povoamento e formação da sociedade. In L. d. Albuquerque, & M. E. Santos, *História Geral de Cabo Verde* (Vol. I, pp. 125-177). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Bally**, Charles ([1925] 1997). *Le Langage et la Vie*. Genève: Droz.
- Balsalobre**, Sabrina Rodrigues (2009). *Língua e Sociedade nas Páginas da Imprensa Negra Paulista: um olhar sobre as formas de tratamento*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista.
- _____. (2015). Relação língua e sociedade em foco: Observando o vocativo "moço(a)" no português brasileiro, moçambicano e angolano. *Estudos Linguísticos*, 1 (44), 217-233.
- Bandeira**, Manuel ([1925] 1956). Evocação do Recife. In M. Bandeira, *Libertinagem, Obras Poéticas de Manuel Bandeira* (pp. 215-218). Lisboa: Editorial Minerva.

- Banza**, Ana Paula (2015). O português em Angola: Uma questão de política linguística. In A. Fiéis, M. Lobo, & A. Madeira, *O Universal e o Particular: Uma vida a comparar – homenagem a Maria Francisca Xavier* (pp. 29-38). Lisboa: Edições Colibri.
- Baptista**, Maria do Céu dos Santos (2014). Descrição fonológica da variedade da ilha de Santo Antão. In J. Lang, *A Variação Geográfica do Crioulo Caboverdiano* (pp. 183-250). Erlangen: FAU University Press.
- Baptista**, Marlyse (2002). *The Syntax of Cape Verdean Creole. The Sotavento varieties*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- _____. (2003). Reduplication on Cape Verdean Creole. In S. Kounenberg, *Twice as Meaningful. Reduplication in pidgins, creoles and other contact languages* (pp. 177-184). London: Battlebridge.
- _____. (2013). Cape Verdean creole of Brava. In *SPiCL II* (pp. 12-19).
- Barbosa**, Jorge (2002). *Obra Poética* (organização de Arnaldo França e Elsa Rodrigues dos Santos). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Barthes**, Roland (1964). Éléments de sémiologie. *Communications* (8), 91-135.
- Batalha**, Luís M. F. (2002). *The Cape Verdean 'Community' in Portugal: anthropological constructions from within and without*. Doctoral Dissertation. University of Oxford.
- Benveniste**, Émile. (1966). *Problèmes de Linguistique Générale* (Vol. 1). Paris: Gallimard.
- Biderman**, Maria Tereza Camargo (1987). A estruturação do léxico e a organização do conhecimento. *Letras de Hoje*, 22 (4), 81-96.
- Blanco**, Ramiro Caggiano (2016). *Atenuação pragmática e problemas de intercompreensão: um estudo intercultural entre paulistanos e cordobeses*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
- Bluteau**, Rafael (1721). *Vocabulário Portuguez e Latino* (Vol. VIII). Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- Branco**, João Guedes (2016). *Crioulização Cénica – em busca de uma identidade para o teatro cabo-verdiano*. Tese de Doutoramento. Universidade do Algarve.
- Brandão**, Silvia Figueiredo (2013). Patterns of agreement within the noun phrase. *Journal of Portuguese Linguistics*, 12 (2), 51-100.
- Braun**, Friederike (1988). *Terms of Address. Problems of patterns and usage in various languages and cultures*. Berlin: Mouton de Gruyter.
- Bravo**, Diana, & **Briz**, Antonio (2004). *Pragmática Sociocultural: Estudios sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Ariel.
- Brito-Semedo**, Manuel (2016). Gastronomia, música e dança no ciclo de vida do cabo-verdiano. *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*, 3 (1), 69-85.

- Briz**, Antonio (2006). Atenuación y cortesía verbal en la conversación coloquial: su tratamiento en la classe de ELE. *Actas del Programa de Formación para Profesorado de ELE*, 227-255.
- _____. (2013). A atenuação e os atenuadores: estratégias e táticas. *Linha d'Água* (26), 281-314.
- Brown**, Roger (1965). *Social Psychology*. New York: Free Press.
- Brown**, Roger, & **Gilman**, Albert (1960). The pronouns of power and solidarity. In T. Sebeok, *Style in Language* (pp. 253-277). Cambridge: MIT Press.
- Brown**, Penelope, & **Levinson**, Stephen C. (1978). Universals in language use: politeness phenomena. In E. Goody, *Questions and Politeness* (pp. 56-289). Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (1987). *Politeness – some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cabo Verde. [Constituição (2010)]. **Constituição da República de Cabo Verde**: revista através da Lei Constitucional n.º1/VII/2010. Disponível em: www.asg-plp.org/upload/legislacao/doc_24.pdf Acedido em: 07/01/2019
- Cabral**, Amílcar (1974). *P.A.I.G.C.: Unidade e luta*. Lisboa: Nova Aurora.
- Cabral**, Augusto (1964). *Vocabulário*. Lourenço Marques: Edição do Autor.
- Calvet**, Louis-Jean (1993). *Sociolingüística – Uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial.
- _____. (2005). *Les voix de la ville* revisitées. Sociolinguistique urbaine ou linguistique de la ville? *Revue de l'Université de Moncton*, 36 (1), 9-30.
- Calvet**, Louis-Jean, & **Calvet**, Alain (2013). *Les Confettis de Babel. Diversité linguistique et politique des langues*. Paris: Éditions Écriture.
- Cardoso**, Ana Josefa (2005a). *As Interferências Linguísticas do Caboverdiano no Processo de Aprendizagem do Português*. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta.
- _____. (2005b). *O papel da língua materna na aquisição de uma segunda língua: o caso da língua caboverdiana (breve abordagem gramatical)*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/227441142/Lingua-Caboverdiana-Ana-Josefa-1> Acedido em: 26/11/2016.
- Cardoso**, Eduardo Augusto (1989). *O Crioulo da Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde*. Lisboa/Praia: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Instituto Cabo-Verdiano do Livro.
- Carling**, Jørgen, & **Batalha**, Luís (2008). Cape Verdean migration and diaspora. In L. Batalha, & J. Carling, *Transnational Archipelago. Perceptions on Cape Verdean Migration and Diaspora* (pp. 13-31). Amsterdam: Amsterdam University Press.

- Carmo, Hermano, & Ferreira, Manuela Malheiro** (2008). *Metodologia da Investigação – guia para a auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carreira, António** (1982). *O Crioulo de Cabo Verde – Surto e expansão*. Lisboa: Gráfica EUROPAM.
- _____. (1985). *Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto Cabo-Verdiano do Livro.
- Carvalho, Ana Sofia Abreu de** (2013). An overview of vocatives in European Portuguese. *Linguistica Atlantica* (32), 50-56.
- Castello Branco, Luiza Kátia** (2008). As línguas de Cabo Verde – o cabo-verdiano e o português: lugar onde joga o equívoco. In *A Língua Portuguesa no Mundo – Simpósio Mundial de Língua Portuguesa*.
- Chavagne, Jean-Pierre.** (2005). *La Langue Portugaise d'Angola: Étude des écarts par rapport à la norme européenne du portugais*. Thèse de Doctorat d'État. Université Lumière.
- Chimbutane, Feliciano** (1996). A estratégia de pronome resumptivo na formação de orações relativas de OD e de OBL do português de Moçambique. *Actas do XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística – Vol. 3*, 225-248.
- Coelho, F. Adolpho** (1881). Os Dialectos Romanicos ou Neo-Latinos na Africa, Asia e America. *Sociedade de Geographia de Lisboa*. Disponível em: <http://purl.pt/24/1/index.html#/5/html> Acedido em: 06/07/2018.
- Conselho da Europa** (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – Aprendizagem, ensino, avaliação*. Porto: Edições Asa.
- Cooper, Robert Leon** (1989). *Language Planning and Social Change*. New York: Cambridge University Press.
- Corder, S. P.** (1967). The significance of learner's errors. *International Review of Applied Linguistics in Language Teaching*, 5 (4), 161-170.
- Coseriu, Eugenio** (1990). Fundamentos e tarefas da socio- e da etnolinguística. In L. Mello, *Sociedade, Cultura & Língua* (pp. 28-49). João Pessoa: Chorin, CCHLA, FUNAPE, UFPB.
- Couto, Hildo Honório do** (2000). Os hipocorísticos crioulos e o conceito de palavra ótima. *Papia* (10), 50-65.
- _____. (2009). O português e o crioulo na Guiné-Bissau. In A. Carvalho, *Português em Contacto* (pp. 53-66). Frankfurt: Editorial Vervuert.
- Couto, Mia** (2001a). A língua portuguesa em Moçambique. *Do Músculo da Boca*. Santiago de Compostela: Ed. Encontro Galego no Mundo. Disponível em:

- <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/outros/antologia/a-lingua-portuguesa-em-mocambique/709> Acedido em: 06/06/2017.
- _____. (2001b). Lusofonia – história ou conveniência? *Litterata* – Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões, Universidade Estadual de Santa Cruz – Departamento de Letras e Artes, (2).
- _____. (2013). Afinal, Carlota Gentina não chegou de voar? In M. Couto, *Vozes Anoitecidas* (pp. 73-84). São Paulo: Companhia das Letras.
- Couto, Mia, & Agualusa, José Eduardo** (2012). Dicionário pessoal de A a Z. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Maio, 6-9.
- Cruz, Afonso** (2017). *Jalan Jalan – uma leitura do mundo*. Lisboa: Companhia das Letras.
- Cuenca, João Paulo** (2008). *O Dia Mastroianni*. Porto: Editorial Caminho.
- _____. (2015). *Descobri que Estava Morto*. Amadora: Editorial Caminho.
- Cuenca, Maria Josep** (2004). El receptor en el text: el vocatiu. *Estudis Romànics* (26), 39-64.
- Cunha, Celso** (1980). A situação lingüística de Cabo Verde e Guiné-Bissau: português e crioulo frente a frente. *Studia* (9), 39-53.
- Cunha, Celso, & Cintra, Lindley** (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Cunha, Isabel Ferin** (2002). *As telenovelas brasileiras em Portugal*. Universidade de Coimbra, Biblioteca On Line da Ciência da Comunicação. Disponível em: http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=cunha-isabel-ferin-telenovelas-brasileiras.html Acedido em: 06/07/2019.
- Cuq, Jean-Pierre** (1991). *Le Français Langue Seconde*. Paris: Hachette.
- DeGraff, Michel** (2019). Demystifying creolization, decolonizing Creole studies – In conversation with Prof. Michel DeGraff. In S. Dey (ed.), *Different Spaces, Different Voices: A rendezvous with decoloniality* (pp. 64-92). Wordit CDE.
- Delgado, Carlos Alberto** (2008). *Crioulo de Cabo Verde – Situação Linguística da Zona do Barlavento*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Dias, José Almada** (2018). A indústria *verdiana* do lazer e do *entertainment* – jazz nas primeiras ilhas crioulas, da galeria Nhô Djunga ao Mindel Seasons Jazz, passando pelo Kriol Jazz Festival. *Expresso das Ilhas* (877), Setembro. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/opiniao/2018/09/28/a-industria-verdiana-do-lazer-e-do-entertainment-jazz-nas-primeiras-ilhas-crioulas-da-galeria-nho-djunga-ao-mindel-seasons-jazz-passando-pelo-kriol-jazz-festival/60157> Acedido em: 22/09/2018.
- Duarte, Dulce Almada** (2003a). *Bilinguismo ou Diglossia?* Praia: Spleen Edições.

- Duarte**, Isabel Margarida (2008). Noms d'adresse dans le discours indirect libre de *Os Maias*: traductions espagnoles et française. In S. Rîpeanu, & M. Iacob, *Estudios Hispánicos I, Lingüística y Didáctica* (pp. 107-118). Editura Universitatii din Bucuresti.
- _____. (2010). Formas de tratamento: item gramatical no ensino do português língua materna. In A. M. Brito, *Gramática: história, teorias, aplicações* (pp. 133-146). Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- _____. (2011). Formas de tratamento em português: entre léxico e discurso. *Matraga*, 18 (28), 84-101.
- Duarte**, Maria Eugênia Lamoglia (2003b). A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In M. C. Paiva, & M. E. Duarte, *Mudança Linguística em Tempo Real* (pp. 115-128). Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Ellis**, Rod (1985). *Understanding Second Language Acquisition*. Oxford: Oxford University Press.
- Fairclough**, Norman (1992). *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press.
- Fanon**, Frantz ([1952] 2017). *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Lisboa: Almedina.
- _____. ([1961] 2015). *Os Condenados da Terra*. Lisboa: Almedina.
- Faraco**, Carlos Alberto ([1996] 2017). O tratamento *você* em português: uma abordagem histórica. *LaborHistórico*, 3 (2), Julho/Dezembro, 114-132.
- Faria**, Rita de Mendonça Freire Nogueira (2009). *O Fenómeno da Delicadeza Linguística em Português e em Inglês*. Tese de Doutoramento. Universidade Católica Portuguesa.
- Ferguson**, Charles (1959). Diglossia. *Word* (15), 325-340.
- Fernandes**, Gabriel (2006). *Em Busca da Nação: notas para uma reinterpretação do Cabo Verde crioulo*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Ferreira**, Manuel (1973). *A Aventura Crioula*. Lisboa: Plátano Editora.
- Ferreira**, Ondina (2017). O descalabro do ensino em Cabo Verde. *Expresso das Ilhas* (818). Agosto. Disponível em: <https://coral-vermelho.blogspot.com/2017/08/o-descalabro-do-ensino-em-cabo-verde.html> Acedido em: 04/09/2017.
- Ferreira**, Vergílio (1994). *Para Sempre*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Figueiredo**, Carlos Filipe Guimarães (2010). *A Concordância Plural Variável no Sintagma Nominal do Português Reestruturado da Comunidade de Almoxarife, São Tomé*. Tese de Doutoramento. Universidade de Macau.
- Figueiredo**, Carlos, & **Oliveira**, Márcia S. Duarte (2013). Português do Libolo, Angola, e português afro-indígena de Jurussaca, Brasil: cotejando os sistemas de pronominalização. *Papia*, 23 (2), 105-185.

- Figueiredo**, Olívia (2011). Ensino-aprendizagem do léxico. Orientações metodológicas. In I. Duarte, & O. Figueiredo, *Português, Língua e Ensino* (pp. 345-362). Porto: U. Porto Editorial.
- Firmino**, Gregório (2001). *A "Questão Linguística" na África Pós-Colonial: O caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- _____. (2008). Aspectos da nacionalização do português em Moçambique. *Veredas* (9), 115-135.
- _____. (2009). *A situação do português no contexto multilingue de Moçambique*. Disponível em: https://dlcv.ffch.usp.br/sites/dlcv.ffch.usp.br/files/o6_19.pdf Acedido em: 08/02/2018.
- Fishman**, Joshua A. (1965). Who speaks what language to whom and when? *La Linguistique* (2), 67-88.
- _____. (1972). *The Sociology of Language*. Rowley, Mass.: Newbury House.
- Flores**, Cristina Maria M. (2013). Português Língua Não Materna. Discutindo conceitos de uma perspectiva linguística. In R. Bizarro, M. Moreira, & C. M. Flores, *Português Língua Não Materna: Investigação e ensino* (pp. 35-46). Lisboa: Lidel.
- Fonseca**, Rubem (2012). *Axilas & Outras Histórias Indecoras*. Porto: Porto Editora.
- Fortes**, Celeste (2015). "Casa sem homem é um navio à deriva": Cabo Verde, a monoparentalidade e o sonho de uma família nuclear e patriarcal. *Anuário Antropológico 2014*, 40 (2), 151-172.
- Freire**, Maria Goreti (2007). *O Ensino do Português (L2) a partir do Cabo-Verdiano (LM)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa.
- Freitas**, Elvira Gomes dos Reis (2011). *O crioulo como língua materna em Cabo Verde e as suas implicações no currículo escolar desenvolvido em português*. Tese de Doutoramento. Universidade de Santiago de Compostela.
- Frusoni**, Sérgio (1979). *Vangêlé Contód d'nôs Móda (free translation of Bartolomeo Rossetti, Er vangelo secondo noantri)*. Fogo, S. Filipe: Terra Nova.
- Fryer**, Peter, & **Pinheiro**, Patricia McGowan (1961). *Oldest Ally: a portrait of Salazar's Portugal*. London: Dennis Dobson.
- Fuego**, Andréa del (2014). *As Miniaturas*. Porto: Porto Editora.
- Furtado**, Cláudio Alves (2013). Cabo Verde: dilemas étnico-identitários num território fluido. *Ciências Sociais Unisinos*, 19 (2), Janeiro/Abril, 2-11.
- Gallisson**, Robert, & **Coste**, Daniel (1983). *Dicionário de Didáctica das Línguas*. Coimbra: Livraria Almedina.

- Galves, Charlotte, Avelar, Juanito Ornelas de, Brito, Dorothy, Carvalho, Dannel, Lopes, Célia Regina dos Santos, & Marcotulio, Leonardo** (2016). Morfossintaxe e uso dos pronomes pessoais na sincronia e na diacronia do português brasileiro. In L. A. Júnior, & M. A. Martins, *Rumos da Linguística Brasileira no Século XXI: Historiografia, gramática e ensino* (pp. 123-153). São Paulo: Blucher.
- Garnier, Catherine** (1994). La réflexion linguistique et la personne, au Japon. *Faits des Langues* (3), 29-36.
- Gass, Susan M., & Selinker, Larry** (2008). *Second Language Acquisition*. New York: Routledge.
- Goffman, Erving** (1974). *Les Rites d'Interaction*. Paris: Seuil.
- Góis, Pedro** (2006). *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Gonçalves, Miguel** (2003). As interjeições nos dicionários de língua: estatuto e tratamento. In A. Veiga, *Gramática e Léxico em Sincronia e Diacronia. Um Contributo da Linguística Portuguesa* (pp. 93-104). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela – Servicio de Publicacións e Intercambio Científico.
- Gonçalves, Perpétua** (1997). Tipologia de "erros" do português oral de Maputo: um primeiro diagnóstico. In C. Stroud, & P. Gonçalves (orgs.), *Panorama do Português Oral de Maputo – Vol. 2: A construção de um banco de "erros"* (pp. 37-70). Maputo: INDE.
- _____. (2000). *(Dados para a) História da língua portuguesa em Moçambique*. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt> Acedido em: 17/04/2018.
- _____. (2005a). O português de Moçambique: problemas e limites da padronização de uma variedade não-nativa. In C. Sinner, *Normen und Normkonflikte in der Romania* (pp. 184-196). Munique: Peniope.
- _____. (2005b). A formação de variedades africanas do português: argumentos para uma abordagem multidimensional. In *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro* (pp. 223-242). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- _____. (2013). Português em África. In E. B. Raposo, *Gramática do Português* (Vol. I, pp. 155-178). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- _____. (2015). Aspectos morfossintáticos da gramática do português de Moçambique: a concordância nominal e verbal. *Cuadernos de la ALFAL* (7), 9-16.
- Gonçalves, Perpétua, & Chimbutane, Feliciano** (2004). O papel das línguas bantu na génese do português de Moçambique: o comportamento sintático de constituintes locativos e direccionais. *Papia* (14), 7-30.

- Gonçalves, Rita** (2010). *Propriedades de Subcategorização Verbal no Português de S. Tomé*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa.
- Gonçalves, Rita, & Hagemeijer, Tjerk** (2015). O português num contexto multilingue: o caso de São Tomé e Príncipe. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane*, 1 (1), 87-107.
- Gouveia, Carlos A. M.** (2008). As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em português europeu. In F. Oliveira, & I. Duarte, *O Fascínio da Linguagem. Homenagem a Fernanda Irene Fonseca* (pp. 91-99). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Guilherme, Ana Rita Bruno, & Bermejo, Víctor Lara** (2015). Quão cortês é você? O pronome de tratamento *você* em português europeu. *LaborHistórico* (1), 167-180.
- Gumperz, John** (1972). The ethnography of communication – introduction. In *The Ethnography of Communication* (pp. 1-25). New York: Holt Rinehart and Winston.
- Hagemeijer, Tjerk** (2009). As línguas de S. Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, 1 (1), 1-27.
- _____. (2016). O português em contacto em África. In A. M. Martins, & E. Carrilho, *Manual de Linguística Portuguesa* (pp. 43-67). Berlim: Mouton de Gruyter.
- Hall, Edward T.** (1981). Proxémique. In Y. Winkin, *La Nouvelle Communication* (pp. 191-221). Paris: Seuil.
- Hammermüller, Gunther** (1980). Você é estrubaria? *Iberoromania* (12), 30-40.
- _____. (1993). *Die Anrede im Portugiesischen. Eine Soziolinguistische Untersuchung zu Anredekonventionen des Gegenwärtigen Europäischen Portugiesisch*. Chemnitz: Nov Never Verlag.
- _____. (2004). Adresser ou éviter, c'est la question... Disponível em: https://cvc.cervantes.es/lengua/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc.hammermueller.pdf Acedido em: 17/06/2016
- Hatoum, Milton** (2000). *Dois Irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2009). Uma estrangeira da nossa rua. In M. Hatoum, *A Cidade Ilhada* (pp. 15-22). Lisboa: Edições Cotovia.
- Haverkate, Henk** (2004). El análisis de la cortesía comunicativa: categorización pragmalingüística de la cultura española. In D. Bravo, & A. Briz, *Pragmática Sociocultural: Estudios sobre el discurso de cortesía en español* (pp. 55-65). Barcelona: Ariel.
- Hymes, Dell** (1974). *Foundations in Sociolinguistics, an Ethnographic Approach*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

- Inverno**, Liliana (2009). *Contact-Induced Restructuring of Portuguese Morphosyntax in Interior Angola – evidence from Dundo (Lunda Norte)*. Tese de Doutorado. Universidade de Coimbra.
- _____. (2018). Angolan Portuguese: its historical development and current sociolinguistic setting. In L. Álvarez-López (ed.), *The Portuguese Language Continuum in Africa and Brazil* (pp. 111-133). Amsterdam: John Benjamins.
- Jensen**, John B. (1981). Forms of address in Brazilian Portuguese: standard European or Oriental honorifics? In B. H. Bichakjian, *From Linguistics to Literature – romance studies offered to Francis M. Rogers* (pp. 45-61). Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- Jon-And**, Anna (2011). *Variação, contacto e mudança linguística em Moçambique e Cabo Verde*. Doctoral Dissertation. Department of Spanish, Portuguese and Latin American Studies. Stockholm University.
- Jorge**, Guilhermina (1997). Os determinantes: o caso específico das expressões idiomáticas. *Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 369-381.
- _____. (2001). Algumas reflexões em torno das expressões idiomáticas enquanto elementos que participam na construção de uma identidade cultural. *Polifonia* (4), 215-222.
- Júnior**, Manuel Cambeses (2008). A primeira travessia aérea do Atlântico Sul. *XI Congresso Ibero-Americano de História Aeronáutica e Espacial*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural de Aeronáutica.
- Kachru**, Braj (1982). Models for non-native Englishes. In B. Kachru, *The Other Tongue: English across cultures* (pp. 31-57). Urbana-Champaign, IL: University of Illinois Press.
- _____. (1985). Standards, codification and sociolinguistic realism: The English language in the outer circle. In R. Quirk, & H. G. Widdowson, *English in the World: Teaching and learning the language and literatures* (pp. 11-30). Cambridge: Cambridge University Press.
- Kerbrat-Orecchioni**, Catherine (1992). *Les Interactions Verbales* (Vol. II). Paris: Armand Colin.
- _____. (1995). La construction de la relation interpersonnelle: quelques remarques sur cette dimension du dialogue. *Cahiers de Linguistique Française* (16), 69-88.
- _____. (2011a). Modelos de variações intraculturais e interculturais: as formas de tratamento nominais em francês. In L. R. Couto, & C. R. Lopes, *As Formas de Tratamento em Português e em Espanhol – variações, mudança e funções conversacionais* (pp. 19-44). Niterói, RJ: Editora da UFF.
- _____. (2011b). L'impolitesse en interaction: aperçus théoriques et étude de cas. *Lexis Spécial* (2), 36-60.

- Kilomba**, Grada (2019). *Memórias da Plantação – Episódios de racismo quotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Kujore**, Obafemi (1985). *English Usage: some notable Nigerian variations*. Ibadan: Evans.
- Laborinho**, Ana Paula (2016). Será em África que teremos mais falantes de português. Disponível em: <https://expresso.pt/cultura/2016-10-01-Sera-em-Africa-que-teremos-mais-falantes-de-portugues> Acedido em: 22/01/2017
- Lado**, Robert (1957). *Linguistics Across Cultures. Applied linguistics for language teachers*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Lang**, Jürgen (2012). A filiação dos pronomes pessoais do crioulo da ilha de Santiago (Cabo Verde). *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola* (3), 20-35.
- _____. (2013). Cape Verdean Creole of Santiago. In S. M. Michaelis, P. Maurer, M. Haspelmath, & M. Huber, *The Survey of Pidgin and Creole Languages*. (Vol. 2: Portuguese-based, Spanish-based, and French-based Languages, pp. 3-11). Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2014). *A Variação Geográfica do Crioulo Caboverdiano*. Erlangen: FAU University Press.
- Laplantine**, François, e **Nouss**, Alexis (1997). *Le Métissage*. Paris: Flammarion.
- Lara**, Víctor, & **Guilherme**, Ana (2018). The politeness of *você* in European Portuguese. *Studies in Hispanic and Lusophone Linguistics*, 11 (2), 337-366.
- Laranjeira**, Pires (1995). *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Larsen-Freeman**, Diane, e **Long**, Michael H. (1991). *An Introduction to Second Language Acquisition Research*. London: Longman.
- Leiria**, Isabel (2004). Português língua segunda e língua estrangeira: investigação e ensino. *Idiomático. Revista Digital de Didáctica de PLN* (3). Centro Virtual Camões.
- _____. (2008). *Português em África/Português de África?* In *Atti del Convegno da Roma all'Oceano – La lingua portoghese nel mondo* (pp. 87-95). Roma: La Nuova Frontiere.
- Lima**, José Joaquim Lopes de (1844). *Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguezas no Ultramar*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Lima**, Mesquitela (1992). *A Poética de Sérgio Frusoni. Uma leitura antropológica*. Lisboa/Praia: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco.
- Lindley Cintra**, Luís F. (1972). *Sobre "Formas de Tratamento" na Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lobo**, Andréa de Souza (2008). And when the women leave? Female emigration from Boa Vista. In L. Batalha, & J. Carling, *Transnational Archipelago. Perspectives on Cape*

- Verdean migration and diaspora* (pp. 131-144). Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Lopes**, Amália Melo (2011). *As línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolinguística*. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.
- _____. (2016). *As línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolinguística*. Praia: Edições Uni-CV.
- Lopes**, Célia Regina dos Santos (2011). Tradição discursiva e mudança no sistema de tratamento do português brasileiro: definindo perfis comportamentais no início do século XX. *Alfa*, 55 (2), 361-392.
- Lopes**, Célia Regina dos Santos, **Marcotulio**, Leonardo Lennertz, **Santos**, Viviane Maia dos, & **Silva**, Aline dos Santos (2009). Quem está do outro lado do túnel? *Tu* ou *você* na cena urbana carioca. *Neve Romania* (39), 49-66.
- Lopes**, Francisco João (2015). *Análise Morfossintática dos Pronomes-Q no Português Falado em Cabo Verde*. Relatório de Qualificação do Programa de Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa. Universidade de São Paulo.
- _____. (2017). *Análise morfossintática das construções-Wh no português falado em Cabo Verde*. Tese de Doutoramento. Universidade de São Paulo.
- Lopes**, Francisco João, & **Campos**, Ednalvo Apóstolo (2015). A expressão pronominal no português brasileiro e no português falado em Cabo Verde – trilhando possíveis (as) simetrias. *Papia* (25), 319-345.
- Lopes**, Francisco João, & **Oliveira**, Márcia S. Duarte de (2018). Estudos sobre o português falado em Cabo Verde: o "estado da arte". In M. S. Oliveira, & G. Araújo, *O Português na África Atlântica* (pp. 101-138). São Paulo: Humanitas/FAPESP.
- Lopes (da Silva)**, Baltasar ([1947] 2014). *Chiquinho*. Lisboa: A Bela e o Monstro Edições.
- _____. ([1957] 1984). *Dialecto Crioulo de Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- López**, Andrés José Pociña (2017). Os crioulos de base portuguesa no âmbito da lusofonia: relações linguísticas e património cultural lusófono nos territórios de língua crioula. In M. F. Brasete, R. L. Coimbra, A. M. Ferreira, & C. Morais, *Pelos Mares da Língua Portuguesa* 3 (pp. 231-240). Aveiro: Universidade de Aveiro Editora.
- Lucchesi**, Dante, **Baxter**, Alan, & **Ribeiro**, Ilza (2009). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA.
- Lüdi**, Georges, & **Py**, Bernard (1986). *Être Bilingue*. Bern: Peter Long.
- _____. (1989). La Suisse: un laboratoire pour l'étude de la dynamique des langues en contact. *Langage et Société – L'acquisition des langues dans la migration* (50-51), 87-92.

- Machado**, José Pedro (1952). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (Vol. III F-L). Lisboa: Livros Horizonte.
- Madeira**, Ana (2008). Aquisição de L2. In M. J. Grosso, *Português Língua Segunda e Língua Estrangeira – Da(s) teoria(s) à(s) prática(s)* (pp. 189-203). Lisboa: Lidel.
- Madeira**, João Paulo (2015). *Nação e Identidade: a singularidade de Cabo Verde*. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.
- Manole**, Veronica (2011). Usos de formas de tratamento alocutivo do português e do romeno em contexto profissional. In A. M. Cestero, I. Molina, & F. Paredes, *La Lengua, Lugar de Encuentro. Actas del XVI Congreso Internacional de la Alfal* (pp. 1285-1290). Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Alcalá.
- _____. (2012a). As formas de tratamento nas línguas românicas: alguns usos em situações de intercompreensão mediadas pela internet. In E. Degache, & S. Garbarino, *Actes du Colloque IC 2012. Intercompréhension: compétences plurielles, corpus, intégration*. Université Stendhal Grenoble 3.
- _____. (2012b). Formas pronominais de tratamento: uma análise comparativa português/romeno. *Studia UBB Philologia*, 57 (1), 237-248.
- _____. (2012c). A tradução dos pronomes de tratamento do português europeu em romeno: o caso de *você*. *Revue Internationale d'Études en Langues Modernes Appliquées* (5), 110-118.
- _____. (2013). Uma língua, várias culturas: algumas reflexões sobre os aspetos sociolinguísticos na localização em português brasileiro e em português europeu. *Revue Internationale d'Études en Langues Modernes Appliquées* (6), 53-63.
- Manole**, Veronica, & **Teletin**, Andreea (2014). As formas pronominais de tratamento no ensino de PLE: uma abordagem comparativa português europeu/português brasileiro. *Atas das III Jornadas de Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas da Europa Central e de Leste*, 105-115.
- Marques**, Maria Aldina, & **Duarte**, Isabel Margarida (2019). Formas de tratamento e preservação da face. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística* (no prelo).
- Marques**, Maria Emília Ricardo (1988). *Complementação Verbal. Estudo Sociolinguístico*. Tese de Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa.
- _____. (1995). *Sociolinguística*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Mata**, Inocência (2009). São Tomé e Príncipe: uma Babel arquipelágica? Disponível em: https://www.academia.edu/7527244/S%C3%83O_TOM%C3%89_E_PR%C3%8DNCLPE_-_Uma_Babel_Arquipel%C3%A1gica Acedido em: 17/08/2018.

- Mateus**, Maria Helena Mira (2001). Se a língua é um factor de identificação cultural, como se compreende que uma língua viva em diferentes culturas? Disponível em: www.iltec.pt/pdf/wpapers/2001-mhmateus-quando_uma_lingua_vive.pdf Acedido em: 16/01/2016.
- Matras**, Yaron (2009). *Language Contact*. Cambridge University Press.
- Medeiros**, Sandi Michele de Oliveira (1985). *A Model of Address Form Negotiation: A sociolinguistic study of Continental Portuguese*. Doctoral Dissertation. University of Texas.
- Meier**, Harri (1951). Die Syntax der Anrede in Portugiesischen. *Romanische Forschungen* (63), 95-124.
- Mendes**, Beatriz Correia (1985). *Contributo para o Estudo da Língua Portuguesa em Angola*. Lisboa: Instituto de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Mendes**, Mafalda, **Quint**, Nicolas, **Ragageles**, Fátima, & **Semedo**, Aires (2002). *Dicionário Prático Português-Caboverdiano (Variante de Santiago)*. Lisboa: Verbalis.
- Menon**, Odete Pereira da Silva (1995). O sistema pronominal do português do Brasil. *Letras* (44), 91-106.
- Monteiro**, Adelaide (2009). O contexto sociolinguístico e situacional da aprendizagem de língua portuguesa em Cabo Verde na 1.ª fase do ensino básico. In *Textos do Seminário Metodologias e Materiais para o Ensino do Português como Língua Não Materna* (pp. 99-102). Lisboa: ILTEC/APP.
- Monteiro**, Carla, **Viana**, Fernanda, **Moreira**, Emília, & **Bastos**, Alice (2013). Avaliação da competência comunicativa oral no ensino básico: um estudo exploratório. *Revista Portuguesa de Educação*, 26 (2), 111-138.
- Moraes**, Reinaldo (2011). *Pornopopeia*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Moreau**, Marie-Louise (1997). *Sociolinguistique – Les concepts de base*. Sprimont: Mardaga.
- Moreira**, Ana Karina Tavares (2014). Descrição da variedade da ilha do Maio. In J. Lang, *A Variação Geográfica do Crioulo Caboverdiano* (pp. 99-180). Erlangen: FAU University Press.
- Moreira**, Benjamim (2007). *Para Escrever Melhor*. Viana do Castelo: ESE – Instituto Politécnico de Viana do Castelo.
- Moreira**, Hulda (2017). *A informação económica na imprensa cabo-verdiana: estudo de caso dos jornais A Semana, Expresso das Ilhas e A Nação*. Dissertação de Mestrado. Instituto Politécnico de Lisboa – Escola Superior de Comunicação Social.
- Mota**, Cleudir Filipe da Luz (2019). Quelle place pour la langue capverdienne à l'Université du Cap-Vert? *Sociolinguistique & Didactique* (4), 31-60.

- Mota**, Maria Antónia (2015). Para uma tipologia da concordância sujeito-verbo em português falado: contributos do português de Luanda e de Cabo Verde. *Cuadernos de la ALFAL* (7), 17-35.
- Mouta**, Tiago (2017). *Você, tu ou o senhor?* Sistemas de tratamento em contacto em Cabo Verde. In *Anais do VI Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa (SIMELP)*, Simpósio 52.
- Mouta**, Tiago, & **Swolkien**, Dominika (2016). "Aqui tens, agora diga lá": *kabuverdianu* e português em contacto. Comunicação apresentada no *Encontro da Associação de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, Praia, 23-25 de Junho de 2016.
- Mufwene**, Salikoko (2002). Colonisation, globalisation, and the future of languages in the twenty-first century. *IJMS: International Journal on Multicultural Societies*, 4 (2), 162-193.
- Neves**, Ana Cristina (2007). *Língua e poder em Cabo Verde: a situação de diglossia nas escolas primárias*. Tese de Doutoramento. Universidade de Zurique.
- _____. (2009). Young learners and phonological variation in the Portuguese mesolect of Cape Verde. *Linguistica Online* (11), 15-28.
- Nwaila**, Charles (1996). *Black English and Education in South Africa – an investigation*. Doctoral Dissertation. University of Pretoria.
- Oliveira**, Sandi Michele de (2005). A retrospective on address in Portugal (1982-2002) – rethinking power and solidarity. *Journal of Historical Pragmatics*, 6 (2), 307-323.
- Pardue**, Derek (2016). "Cash or body": lessons on space and language from Cape Verdean rappers and their beefs. *Popular Music and Society*, 39 (3), 332-345.
- Patton**, Michael Quinn (1990). *Qualitative Evaluation and Research Methods*. Newbury Park: Sage Publications.
- Peixeira**, Luís Manuel de Sousa (2003). *Da Mestiçagem à Caboverdianidade: Registo de uma sociocultura*. Lisboa: Edições Colibri.
- Peña**, Maritza Rosabal (2016). *Português passa a ser ensinado como língua estrangeira*. Disponível em: <https://noticiasdonorte.publ.cv/53398/portugues-passa-ensinado-lingua-estrangeira/> Acedido em: 21/01/2018.
- Penicela**, Almeida (1967). *Subsídios para o Estudo do Português Falado por Alguns Nativos do Sul de Moçambique*. Tese de Licenciatura (inédita). Universidade de Lisboa.
- Pereira**, Dulce (2000). Descrioulização lexical no contacto entre o caboverdiano e o português. *Revista Galega de Filoloxía* (1), 175-185.
- _____. (2006). *Crioulos de Base Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

- Pereira**, Rachel de Oliveira (2015). A variação *teu/seu*: um estudo diacrônico e sincrônico. *LaborHistórico*, 1 (1), 99-115.
- Peres**, João Andrade, & **Móia**, Telmo (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Pessoa**, Fernando ([s.d.] 1993). Ortografia – a palavra falada é imediata, local, geral. In F. Pessoa, *Pessoa Inédito*. (orientação, coordenação e prefácio de Teresa Rita Lopes). Lisboa: Livros Horizonte.
- Pottier**, Bernard (1992). *Sémantique Générale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- _____. (2000). *Représentations Mentales et Catégorisations Linguistiques*. Louvain-Paris: Peeters.
- Pratas**, Fernanda (2007). *Tense Features and Argument Structure in Capeverdean Predicates*. Doctoral Dissertation. Universidade de Lisboa.
- _____. (2009). Aquisição da estrutura funcional em caboverdiano. In A. Fiéis, & M. A. Coutinho, *Textos Seleccionados do XXIV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 367-381). Lisboa: Colibri.
- Pratas**, Sara Alexandra Pinto (2017). *As Formas de Tratamento e o Ensino de Português como Língua Não Materna*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra.
- Quint**, Nicolas (2000). *Grammaire de la Langue Cap-Verdienne*. Paris: L'Harmattan.
- _____. (2008). *L'Élément Africain dans la Langue Capverdienne. Africanismos na língua caboverdiana*. Paris: L'Harmattan.
- _____. (2009). O cabo-verdiano: uma língua mundial. *Revista de Estudos Cabo-Verdianos* (3), 129-144.
- _____. (2010). *Vamos Falar Caboverdiano – Língua e cultura*. Lisboa: L'Harmattan.
- Quirk**, Randolph (1988). The question of standards in the international use of English. In P. H. Lowenberg, *Language Spread and Language Policy* (pp. 229-241). Georgetown: Georgetown University Press.
- _____. (1990). Language varieties and standard language. *English Today*, 6 (1), 3-10.
- Ramos**, António Manuel (2009). *Conflitos de Identidades em Cabo Verde: análise dos casos de Santiago e São Vicente*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto.
- Ramos**, Myriam Pereira Botelho (1989). *Formas de Tratamento no Falar de Florianópolis*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Raposo**, Eduardo Buzaglo Paiva, **Nascimento**, Maria Fernanda Bacelar do, **Mota**, Maria Antónia Coelho da, **Segura**, Luísa, & **Mendes**, Amália (2013). *Gramática do Português* (Vols. I, II). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Rego, Márcia** (2008). Cape Verdean tongues: speaking of 'Nation' at home and abroad. In L. Batalha, & J. Carling, *Transnational Archipelago. Perspectives on Cape Verdean migration and diaspora* (pp. 145-159). Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Reis, Elvira Gomes dos** (2017). O ensino superior em Cabo Verde e os desafios do processo de Bolonha. *Revista Observatório*, 3 (6), 142-168.
- Ribeiro, Aquilino** (1995). *Aldeia. Terra, Gente e Bichos*. Venda Nova: Bertrand.
- Rocha, Elisangela Aparecida da** (2010). Entre tradições crioulas e modernidade: a construção da identidade caboverdiana na revista *Clareza*. *Cadernos CESPUC* (19), 71-80.
- Rodrigues, David Fernandes** (2003a). *Cortesia Linguística: uma competência discursivo-textual*. Tese de Doutoramento. Universidade Nova de Lisboa.
- _____. (2003b). Cortesia linguística e interjeição em Português Europeu. *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 653-665.
- Rodrigues, Luís** (2016). "Pobre não fala português": análise etnográfica da política e planificação linguística em Cabo Verde. *Revista Cabo-Verdiana de Ciências Sociais*, 407-429.
- Rodrigues, Nelson** ([1968] 2016). O translúcido canalha. In N. Rodrigues, *O Homem Fatal* (pp. 151-154). Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- Rosário, Lourenço do** (1993). Língua portuguesa e expressão moçambicana. *Discursos – Estudos de Língua e Cultura Portuguesa* (3), 109-120.
- Santos, Margarida** (2004). Alfabetização em língua portuguesa, língua segunda – Projecto "Continuar a Ser Criança". *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, 79-87.
- Scherre, Maria Marta Pereira** (2007). Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no português brasileiro. *Alfa*, 1 (51), 189-222.
- Schneider, Edgar W.** (2003). Investigating variation and change in written documents. In J. K. Chambers, P. Trudgill, & N. Schilling-Estes, *The Handbook of Language Variation and Change* (pp. 67-96). Blackwell Publishing.
- _____. (2011). *English Around the World – an introduction*. New York: Cambridge University Press.
- Seara, Isabel Roboredo** (2017). Você é estrebaria ou você é finesse? A polarização e os diferentes valores de *you* em Português Europeu. Comunicação apresentada no VI *Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa (SIMELP) – Simpósio 52*, Santarém, 24-28 de Outubro de 2017.

- Seara**, Isabel Roboredo, & **Manole**, Veronica (2016). Insult and the construction of the other's identity: remarks on portuguese political discourse. *Revue Roumaine de Linguistique*, 61 (3), 301-318.
- Seara**, Isabel Roboredo, & **Marques**, Isabelle Simões (2016). S'tora ou senhora doutora: da questão do ensino das formas de tratamento em PLE. In L. Gonçalves, *Fundamentos do Ensino de Português como Língua Estrangeira* (pp. 279-310). Roosevelt (NJ): Boavista Press.
- Seibert**, Gerhard (2014). Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. *Afro-Ásia* (49), 41-70.
- Sequeira**, Rosa Maria (2007). *Português Língua Segunda (e-book)*. Lisboa: Universidade Aberta.
- _____. (2012). A comunicação intercultural é uma utopia? In P. Petrov, P. Q. Sousa, R. L.-I. Samartim, & E. T. Feijó, *Avanços em Literatura e Cultura Portuguesas – Século XX* (Vol. III, pp. 303-316). Santiago de Compostela/Faro: Associação Internacional de Lusitanistas/Através Editora.
- Silva**, Luiz Antônio da (2008). Cortesia e formas de tratamento. In D. Preti, *Cortesia Verbal* (pp. 177-192). São Paulo: Humanitas.
- Soares**, Maria João (2006). Igreja, crioulo e línguas em Cabo Verde – séculos XV a XVIII. In J. Lang *et al.*, *Cabo Verde – origens da sua sociedade e do seu crioulo* (pp. 179-198). Tübingen: Gunter Narr.
- Sousa**, Mário Lúcio (2010). Eu nasci do encontro entre duas línguas. *Sibila – Revista de Poesia e Crítica Literária*.
- Souza**, Christiane Maria Nunes de (2017). Por que reeditar (e reler) "O tratamento você em português: uma abordagem histórica". *LaborHistórico*, 3 (2), 108-113.
- Stroud**, Christopher (1997). O *corpus*: antecedentes, quadro teórico e aspirações práticas. In C. Stroud, & P. Gonçalves (orgs.), *Panorama do Português Oral de Maputo – Vol. 1: Objectivos e métodos* (pp. 11-45). Maputo: INDE.
- Swolkien**, Dominika (2013). Cape Verdean Creole – São Vicente. In S. Michaelis, P. Maurer, M. Haspelmath, & M. Huber, *The Survey of Pidgin and Creole Languages* (Vol. II, pp. 20-30). Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2015). *The Cape Verdean Creole of São Vicente: its genesis and structure*. Doctoral Dissertation. Universidade de Coimbra.
- Swolkien**, Dominika, & **Cobbinah**, Alexander (2019). Cape Verdean creole – Santo Antão. What we know so far. *Journal of Ibero-Romance Creoles* (9.1), 145-175.

- Swolkien, Dominika, & Mouta, Tiago** (2018). (Des)cortesia em cabo-verdiano: língua e sociedade. Comunicação apresentada no *Colóquio Internacional Anual da Associação de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, Ziguinchor, 11-14 de Junho de 2018.
- Tarallo, Fernando** (1981). Address terms re-addressed. *Penn Review of Linguistics*.
- Tavares, Gonçalo M.** (2007). *Aprender a Rezar na Era da Técnica*. Porto: Editorial Caminho.
- Tavares, José Luiz** (2017). Da língua cabo-verdiana vê-se séculos de escravidão e de dor. *Diário de Notícias*. Novembro. Disponível em: <https://www.dn.pt/artes/interior/da-lingua-cabo-verdiana-ve-se-seculos-de-escravidao-e-de-dor-8933870.html> Acedido em: 11/01/2018
- Teyssier, Paul** (1982). *História da Língua Portuguesa*. Martins Fontes.
- Thomason, Sarah G.** (2001). *Language Contact*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Thomé-Williams, Ana Clotilde** (2004). Sociolinguistic aspects of forms of address in Portugal and Brazil: *tu* or *ocê*. *Intercultural Communication Studies*, 13 (3), 85-99.
- Timbane, Alexandre António, & Rezende, Meire Cristina Mendonça** (2016). A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. *Revista Travessias*, 10 (3), 388-408.
- Tolentino, André Corsino** (2007). *Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: O caso de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Trudgill, Peter** (1974). *Sociolinguistics: an introduction*. London: Penguin.
- Turner, G. W.** (1973). *Stylistics*. London: Penguin.
- Undolo, Márcio Edu da Silva** (2014). *Caracterização da Norma do Português em Angola*. Tese de Doutoramento. Universidade de Évora.
- Varela, João Manuel** (2000). Brazil and the Cape Verde islands: some aspects of cultural influence. *Diogenes* (191), 91-108.
- Vasconcelos, João** (2004). Espíritos lusófonos numa ilha crioula: língua, poder e identidade em São Vicente de Cabo Verde. In C. Carvalho, & J. d. Cabral, *A Persistência da História: passado e contemporaneidade em África* (pp. 149-190). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Veiga, Manuel** (2000). *Le Créole du Cap-Vert. Étude grammaticale descriptive et contrastive*. Paris/Praia: Éditions Karthala/IPC.
- _____. (2004). *A Construção do Bilinguismo*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- _____. (2009, Abril). O crioulo e o português em Cabo Verde. *Sibila – Revista de Poesia e Crítica Literária*. Disponível em: <https://sibila.com.br/mapa-da-lingua/o-crioulo-e-o-portugues-em-cabo-verde/2753> Acedido em: 11/11/2015

- Venâncio**, Fernando (2012). Você está aqui. *Ler*. Outubro.
- Vieira**, Arménio ([1976] 1997 [?]). Didáctica inconseguida. In A. Vieira, *Poemas*. Mindelo: Ilhéu Editora.
- Villalva**, Alina (2004). *Pequenos Ensaios de Jornalismo Linguístico*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Walters**, Keith (2003). Fergie's prescience: the changing nature of diglossia in Tunisia. *International Journal of the Sociology of Language* (163), 77-109.
- Weinrich**, Harald (1986). *Lugt Man in Deutschen, Wenn Man Höflich ist?* Wien/Zürich/Mannheim: Bibliographisches Institut.
- _____. (1993-1994). L'invention de la politesse dans les langues et les littératures romanes. *Résumé des Cours et Travaux*. Annuaire do Collège de France, 94.º Année, 891-895.
- Weth**, Constanze, & **Juffermans**, Kasper (2018). Introduction: the tyranny of writing in language and society. In C. Weth, & K. Jeffermans (eds.), *Tyranny of Writing. Ideologies of the written word* (pp. 1-17). London/New York: Bloomsbury Academic.
- Wilhelm**, Eberhard Axel (1979). *Pronomes de Distância do Português Actual em Portugal e no Brasil*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Winford**, Donald (2003). *An Introduction to Contact Linguistics*. Oxford: Blackwell.
- Žižek**, Slavoj (1990). Eastern Europe's Republics of Gilead. *New Left Review*, 1 (183), 50-62.
- Zwicky**, Arnold M. (1974). Hey, whatsyourname! In M. W. Le Galy, R. A. Fox, & A. Bruck, *Papers from the Tenth Regional Meeting. Chicago Linguistic Society* (pp. 787-801). Chicago: Chicago Linguistic Society.